

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

v. 30, n. 1 Janeiro a junho de 2022

Publicação contínua



ISSN 2526-7752

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

ISSN@ 2526-7752

ARTIGOS

RESENHA

SEÇÃO TEMÁTICA

SABERES, POLÍTICAS E ÉTICAS DA TERRA E DO AMBIENTE
ENTRE CAMPONESES, QUILOMBOLAS E POVOS TRADICIONAIS

v. 30, n. 1

janeiro a junho de 2022

Publicação contínua

Estudos Sociedade e Agricultura

Revista de Ciências Sociais aplicadas ao estudo do mundo rural
Janeiro a junho de 2022 (publicação contínua), volume 30, número 1
ISSN @ 2526-7752

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS)
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues; Vice-reitor: César Augusto Da Ros
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação: Lúcia Helena Cunha dos Santos
Chefe do DDAS: Carmen Andriolli
Coordenadora do CPDA: Fátima Portilho

Editora-chefe: Maria José Carneiro
Editoras adjuntas: Carmen Andriolli e Leonilde Servolo de Medeiros

Conselho editorial: Alberto Riella (Universidad de La República, Uruguai), Ana Carneiro Cerqueira (Universidade Federal do Sul da Bahia), Andrea Lorena Butto Zarzar (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Andréa Zhouri (Universidade Federal de Minas Gerais), Arilson Favareto (Universidade Federal do ABC), Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Carla Gras (Universidad Nacional de San Martín, Argentina), Catia Grisa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Cloves Farias Pereira (Universidade Federal do Amazonas), Cristiana Losekann (Universidade Federal do Espírito Santo), Cristóbal Kay (Erasmus Universiteit Rotterdam, Países Baixos), Darío Fajardo (Universidad Externado de Colombia, Colômbia), Edna Castro (Universidade Federal do Pará), Eli Napoleão de Lima (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – *in memoriam*), Georges Gérard Flexor (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Gil Almeida Felix (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), Isidoro Moreno (Universidade de Sevilla, Espanha), João Carlos Barrozo (Universidade Federal de Mato Grosso), John Cunha Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (Universidade Federal do Maranhão), Marie France Garcia-Parpet (Institut National de la Recherche Agronomique, França), Marilda Aparecida de Menezes (Universidade Federal do ABC), Paulo Henrique Freire Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Ramonildes Alves Gomes (Universidade Federal de Campina Grande), Renata Campos Motta (Freie Universität Berlin Alemanha), Rodrigo Constante Martins (Universidade Federal de São Carlos), Sergio Sauer (Universidade de Brasília), Sergio Schneider (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (Universidade Federal do Pará), Susana de Matos Viegas (Universidade de Lisboa, Portugal) e Wendy W. Wolford (Cornell University, Estados Unidos).

Assistente Editorial e Comunicação: Delcio Junior (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
Revisão de português: Vania Santiago
Revisão de inglês: Tracy Smith Miyake
TI e Administração Web: Diego Jesus de Oliveira (InfoInterativa)

Foto de capa: Ana Carneiro Cerqueira

Apoio: Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG), Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

CPDA - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
Av. Presidente Vargas, 417 – 6º a 10º andares – Centro – CEP 20071-003 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: +55 (21) 2224-8577
Editoria: estudoscpda@gmail.com
revistaesa.com

Sumário

Artigos

(fluxo contínuo)

- Um movimento de jovens agricultores familiares* e2230101
Nilson Weisheimer
- A Dialética do Concreto: um aporte epistemológico frutífero nas pesquisas agroecológicas?* e2230102
Renata Gadelha, Rosalvo Schütz
- Territorializações agroecológicas: saberes, práticas e políticas de natureza em comunidades rurais tradicionais do Paraná* e2230103
Nicolas Floriani, Dimas Floriani, Adnilson de Almeida Silva, Antonio Marcio Haliski
- A Agricultura Natural de Mokiti Okada: uma experimentação moral e política como fonte de inovação de ordem ecológica* e2230104
Julien Blanc, Paulo Eduardo Moruzzi Marques
- Jornada de Agroecologia: estratégias e disputas na construção de um projeto ecológico para a agricultura no estado do Paraná* e2230105
Kauê Pessoa, Alfio Brandenburg
- Quando as regras da morada geraram revolta: uma reinterpretação da emergência das Ligas Camponesas (1955-1964)* e2230106
Eduardo Guandalini Genaro, Ramonildes Alves Gomes
- Comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, pandemia e necropolíticas* e2230107
Mégui Fernanda Del Ré, Vanessa Flores dos Santos, Eleandra Raquel da Silva Koch

Resenhas

- As interfaces entre migração e desenvolvimento: um estudo do caso de Lucas do Rio Verde/MT*
(Resenha para *A trama do drama: migração e processos de desenvolvimento na fronteira amazônica*, de Betty Nogueira Rocha) e2230108
Cristiano Desconsi

Seção Temática

Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais

Editores da seção temática: Jorge Luan Teixeira (Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA), John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e Daniela Carolina Perutti (Universidade de São Paulo – USP).

Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais: uma introdução

e2230109

Jorge Luan Teixeira, John Comerford, Daniela Carolina Perutti

A multiplicidade das águas no fazer das pessoas: corpo, gênero e materialidades em um quilombo pernambucano

e2230110

Marcela Rabello de Castro Centelhas

Água, terra e memória no “gerais” do rio São Francisco: Cabeceirinha, município de Januária, Minas Gerais

e2230111

Keyty de Andrade Silva, Eduardo Magalhães Ribeiro, Gildarly Costa da Cruz

*Resistências cotidianas em defesa do “bem viver”:
o caso da comunidade Lapa, no sertão cearense*

e2230112

Roberta de Castro Cunha, Lia Pinheiro Barbosa

O comum e o público no avanço de fronteiras territoriais: controvérsias entre territorialidade quilombola e estruturas logísticas no Maranhão

e2230113

Cíndia Brustolin, Dayanne da Silva Santos

*Seringueiros do Alto Acre ‘no tempo das políticas públicas’:
comunitarismo e disputas eleitorais na atualização da condição camponesa numa região de fronteira agropecuária*

e2230114

João Maciel de Araújo

Table of contents

Articles

(continuous flow)

A movement of young family farmers

Nilson Weisheimer

e2230101

Dialectics of the concrete: a fruitful category in agroecological research?

Renata Gadelha, Rosalvo Schütz

e2230102

Agroecological territorializations: knowledge, practices, and policies related to nature in traditional rural communities in Paraná

Nicolas Floriani, Dimas Floriani, Adnilson de Almeida Silva, Antonio Marcio Haliski

e2230103

Mokichi Okada's Nature Farming: moral and political experimentation as a source of ecological innovation

Julien Blanc, Paulo Eduardo Moruzzi Marques

e2230104

Jornada de Agroecologia: strategies and disputes in constructing an ecological plan for agriculture in the state of Paraná

Kauê Pessoa, Alfio Brandenburg

e2230105

When the rules of the morada led to revolt: reinterpreting the Ligas Camponesas emergency (1955–1964)

Eduardo Guandalini Genaro, Ramonildes Alves Gomes

e2230106

Quilombola communities in Rio Grande do Sul, the pandemic, and necropolitics

Mégui Fernanda Del Ré, Vanessa Flores dos Santos, Eleandra Raquel da Silva Koch

e2230107

Reviews

The interfaces between migration and development:

a case study of Lucas do Rio Verde/MT

(Review to the the book *A trama do drama: migração e processos de desenvolvimento na fronteira amazônica*, by Betty Nogueira Rocha)

Cristiano Desconsi

e2230108

Thematic Section

Knowledge, politics, and ethics of the land and environment among peasants, quilombolas and traditional peoples

Theme Editors: Jorge Luan Teixeira (Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA), John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), and Daniela Carolina Perutti (Universidade de São Paulo – USP)

Knowledge, politics, and ethics of the land and environment among peasants, quilombolas and traditional peoples: an introduction

e2230109

Jorge Luan Teixeira, John Comerford, Daniela Carolina Perutti

The multiplicity of water in people's actions: body, gender, and materialities in a quilombo in Pernambuco

e2230110

Marcela Rabello de Castro Centelhas

Water, land and memory in the “gerais” of the São Francisco River: Cabeceirinha, in Januária, Minas Gerais

e2230111

Keyty de Andrade Silva, Eduardo Magalhães Ribeiro, Gildarly Costa da Cruz

*Everyday resistance in defense of “living well”:
the case of the Lapa community, in Ceará’s badlands*

e2230112

Roberta de Castro Cunha, Lia Pinheiro Barbosa

Common and public in the advance of territorial frontiers: controversies between quilombola territoriality and logistics structures in Maranhão

e2230113

Cíndia Brustolin, Dayanne da Silva Santos

*Rubber tappers from Alto Acre “in the time of public policies”:
communitarianism and electoral disputes in modernizing
the peasant condition in an agricultural frontier region*

e2230114

João Maciel de Araújo


Artigos

Fluxo contínuo

Um movimento de jovens agricultores familiares

A movement of young family farmers

 Nilson Weisheimer¹

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-1>

Resumo: O artigo aborda a participação sindical de jovens agricultores familiares mobilizados pela Fetag-BA. Descreve a origem e trajetória organizativa desse movimento, caracteriza os agricultores familiares e a participação juvenil no movimento sindical de agricultores familiares. A base empírica foi uma *survey* com participantes do I Festival Estadual da Juventude Rural da Bahia, em 2013, quando se obteve 145 depoimentos. Os resultados confirmaram que a situação juvenil na agricultura familiar trazia como características principais a intensa socialização no trabalho familiar agrícola e a precária autonomia material. Nesse contexto, a participação de jovens no sindicalismo apareceu marcada pelos vínculos familiares e pela busca de reprodução social na agricultura familiar, se constituindo ainda como uma prática política que visa ao reconhecimento social e à autonomia material.

Palavras-chave: movimento juvenil; jovem agricultor familiar; participação sindical; reprodução social.

Abstract: This article describes union participation among young family farmers mobilized by the Bahia State Agricultural Workers' Federation; we describe the origin and organizational trajectory of this movement, family farmers, and the participation of young people in the family farmer union movement. The empirical basis of this analysis was a survey conducted among participants in the 1st State Festival of Rural Youth in Bahia in 2013, which produced 145 statements. The results confirmed that the main characteristics of young people's participation in family agriculture were intense socialization in this work and precarious material autonomy. Within this context, the young people's participation in the union was seen to be marked by family ties and the search for social reproduction in family farming, while also constituting a political practice aimed at social recognition and material autonomy.

Keywords: youth movement; young family farmer; union participation; social reproduction.

¹ Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento (PPGCS) e Professor Associado no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com Pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP). Líder dos Grupos de Pesquisas do CNPq Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (NEAF/UFRB) e Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB). E-mail: nw65br@gmail.com.

Introdução

Presenciamos no Brasil, a partir dos anos 2000, o surgimento de novas expressões do movimento juvenil no campo. Entre estes se destacaram os jovens agricultores familiares, mobilizados por organizações sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag.² Uma das formas encontradas pela Contag, para mobilizar sua base social juvenil, aproximar os jovens do movimento sindical e debater as políticas públicas para esse segmento tem sido a realização de encontros chamados Festivais das Juventudes Rurais.³

Registramos um dos primeiros eventos do tipo, o I Festival Estadual da Juventude Rural da Bahia, ocorrido em dezembro de 2013, com o tema “Sucessão Rural: com acesso a terra, educação do campo, esporte, cultura e lazer”. Esse foi o auge dessas mobilizações no estado. Oferecendo-se como oportunidade ímpar para buscarmos encontrar os traços característicos desse movimento; quem eram estes jovens; e como se efetuava a participação sindical, em um período de ascensão de políticas públicas para a agricultura familiar. Apesar das diferenças conjunturais que marcam o período do evento e o tempo atual, de desmantelamento dessas políticas,⁴ empreendemos uma análise estrutural do processo de participação sindical de jovens. Assim, tomados com distanciamentos, os resultados suscitam reflexões que acreditamos ser válidas tanto para o conhecimento dos jovens no âmbito dos estudos rurais quanto à sociologia da juventude, que pouco tem se dedicado aos movimentos juvenis que emergem fora dos contextos urbanos.

Este artigo é parte de uma agenda de pesquisa que buscamos identificar em quais condições os jovens – membros individuais de uma geração – se tornam conscientes de sua situação comum e fazem desta a base da solidariedade grupal produzindo grupos concretos, que dão forma aos movimentos juvenis (MANNHEIM, 1982). Procuramos desenvolver o enfoque teórico geracional-juvenil ao nível da análise do significado da participação de jovens agricultores familiares no movimento sindical. Isso sugere que eles devem ser focalizados tanto em

² Fundada em 1963, a Contag é a mais longeva e representativa organização sindical rural do Brasil. Atualmente ela representa mais de 20 milhões de trabalhadores da agricultura organizados em 27 federações estaduais (Fetags), com mais de 4 mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados.

³ Houve três edições do Festival Nacional da Juventude: nos anos de 2007, 2010 e 2015. O 4º Festival seria em maio de 2020, mas foi cancelado em decorrência da pandemia da Covid-19. Em seu lugar foi realizado, entre os dias 6 e 8 de agosto de 2020, o Primeiro Festival da Juventude Rural Conectada.

⁴ Sobre o desmantelamento das políticas públicas para agricultura, ver seção temática organizada por Sergio Pereira Leite e Eric Sabourin, para *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, out. 2021. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/esa29-3>. Acesso em: 10 nov. 2021.

termos das “condições sociais que balizam o seu comportamento, vinculado à ordem social existente, quanto em termos das modalidades possíveis de ampliação dos seus horizontes de ação” (FORACCHI, 1965, p. 3). O que nos leva a problematizar o conjunto de estruturas e práticas sociais que presidem à constituição dos jovens agricultores familiares como categoria social (BOURDIEU, 2009), para depreender as formas que assumem as suas práticas políticas.

O objetivo deste artigo foi analisar a participação sindical de jovens agricultores familiares, mobilizados pela Fetag-BA, de modo a conhecer esses jovens, suas práticas e o sentido desse movimento. Nele conjugamos três objetivos específicos: a) revisar a trajetória de organização dos jovens agricultores; b) caracterizar os jovens agricultores familiares que participaram do movimento, em suas condições materiais e processo de socialização no trabalho familiar agrícola; e c) descrever a participação de jovens no movimento sindical em termos de engajamento na organização, formas de recrutamento, conhecimento sobre políticas públicas e posicionamento político ideológico.

Essa análise se orientou pela hipótese de que a chave para a compreensão da participação sindical de jovens agricultores familiares se encontra na própria situação juvenil na agricultura familiar. Assim, incidiria sobre os jovens os impasses da reprodução social na agricultura familiar, com reflexos em suas práticas políticas.

A base empírica da análise resulta de uma *survey* realizada com participantes do I Festival Estadual da Juventude Rural da Bahia, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2013, em São Gonçalo dos Campos – BA. A condução metodológica teve a preocupação de produzir um tipo de conhecimento que fosse relevante para a sociologia, para os jovens e sua organização. Em diálogo com a Secretaria de Jovens da Fetag-BA foi elaborado um questionário estruturado, que foi aplicado aos participantes do encontro, com idades entre 15 e 29 anos. Foram entrevistados 145 depoentes, provenientes de 74 municípios, abrangendo todas as regiões do estado da Bahia. Consideramos a inferência possibilitada por essa técnica, representativa dos jovens da base sindical da Fetag-BA. Isso permitiu reconstruir sociologicamente esse movimento juvenil, para além das posições definidas por sua vanguarda. O tratamento analítico conferido às informações seguiu o modelo da estatística descritiva, com variáveis independentes e

cruzamentos pela variável “sexo dos entrevistados”, para identificar possíveis diferenciações sociais de gênero.⁵

A exposição dos resultados nas seções a seguir se inicia pelas origens e trajetória organizativa de jovens no sindicalismo de trabalhadores agrícolas. Em seguida, se apresenta a caracterização dos jovens agricultores familiares, em suas condições materiais e processo de socialização no trabalho familiar agrícola. Na terceira seção se discute a práxis política destes jovens considerando a participação em organizações sociais, as formas de recrutamento sindical, o conhecimento sobre políticas públicas e a posição política-ideologia. Essas inferências revelam que a situação juvenil na agricultura familiar permite explicar a participação no movimento sindical como expressão política dos jovens agricultores familiares por reconhecimento social e autonomia material, que viabilizam a reprodução social na agricultura familiar.

Trajетória dos movimentos de jovens agricultores familiares

A participação juvenil em movimentos sociais rurais acompanha os processos contraditórios do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e das lutas de classes no campo. Maria da Glória Gohn (1997, p. 251) definiu os movimentos sociais como “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes às diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. A autora afirma que essas formas de ações coletivas “desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento a partir dos interesses em comum”. Percebemos que a noção de movimentos sociais rurais, mais do que constituir um conceito preciso, remete à delimitação de um amplo leque de questões que se referem a reações coletivas das mais diversas formas, que perpassam a história das transformações sociais e econômicas no meio rural (VELHO, 1986). Marialice Foracchi (1972) compreendeu o movimento juvenil como expressão da crise social que se traduz em formas de contestação cultural e comportamental que expressam a rejeição do modo de ser adulto. Já o movimento estudantil seria analisado por um prisma diverso, cuja característica central estaria na sua

⁵ O termo gênero figura aqui como “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 14). Trata-se de uma categoria relacional que emerge na interação entre homens e mulheres, o que está na origem de “esquemas classificatórios que fundamentam toda a ordem social e que colocam o homem e a mulher como opostos hierarquizados” (BOURDIEU, 1999, p. 16-8).

identificação política, como luta política institucional, nesse caso, guiando-se por objetivos políticos que visam intervir na sociedade aceitando o estilo de contestação adulta. “Nele a classe, como categoria explicativa, é o eixo básico da exposição, já que a compreensão objetiva do processo de constituição do estudante como categoria social, não dispensa a elucidação da natureza e do vínculo de classe” (FORACCHI, 1965, p. 6). Ocorre que nos espaços sociais rurais emergem diferentes formas de ações coletivas de cunho reivindicatório juvenil com potencial de criação de novos arranjos institucionais e transformação da estrutura agrária do país. Com efeito, surge a necessidade de reconhecer a particularidade da situação juvenil na agricultura familiar, o que fornece a esses sujeitos perspectivas de ações coletivas singulares relativas à sua condição de classe social. Compreendemos os movimentos de jovens agricultores como parte integrante do movimento juvenil, assim, conjugam os elementos de contestação culturais do mundo adulto, simultaneamente, de identificação política e a busca de reconhecimento institucional, que assegurem a transição da condição de jovem para a condição de adulto, no âmbito da agricultura familiar. Dito de outro modo, se inscrevem como formas de socialização cultural e política contestatória e por políticas públicas específicas para os jovens agricultores familiares. Nesta seção nos deteremos em revisar brevemente as origens e desenvolvimentos desses movimentos que conduziram os jovens ao sindicalismo da agricultura familiar contemporânea.

Em meados dos anos de 1950, no contexto da Guerra Fria e do desenvolvimentismo, por influência de organizações internacionais, agentes públicos e privados no Brasil passaram a adotar a categoria juventude rural. Valendo-se das teorias provenientes do estrutural funcionalismo e no bojo do difusionismo da “Revolução Verde”,⁶ essa categoria passou a ser utilizada para mobilizar os jovens como parte dos recursos necessários à modernização da agricultura (WEISHEIMER, 2019a). Conforme Joel Marin (2019), é nesse contexto que o Estado Nacional, a Igreja Católica e o Partido Comunista do Brasil (PCB)

⁶ Foi o programa de modernização capitalista da agricultura, na segunda metade de século XX. Teve por base a difusão, a partir dos EUA, de novo padrão tecnológico para a agricultura, com adoção de sementes geneticamente modificadas, uso intensivo de maquinários agrícolas e de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos; impondo aos agricultores uma nova racionalidade técnica e econômica; mercantilizando a vida social e a ampliação das relações capitalistas na agricultura. A tônica dessa estratégia foi de relação assimétrica entre as nações, com a inserção dos países dependentes no mercado mundial como exportadores de produtos agrícolas a baixo custo e importadores de produtos industrializados em larga escala. “De modo geral, a revolução verde, no mundo capitalista subdesenvolvido serviu para elevar a produtividade agrícola dos estabelecimentos e das regiões em que as rendas já eram mais elevadas; mas nada pode fazer para melhorar a situação dos pobres do campo” (GUIMARÃES, 1979, p. 225).

“entram em disputa pela conquista da juventude e por propositura de diferentes projetos de desenvolvimento rural” (MARIN, 2019, p. 37). Naquela década, o Estado nacional-desenvolvimentista percebeu, pela primeira vez, os jovens como mediadores geracionais das novas técnicas produtivas que precisavam ser capacitados para tal, passando a difundir experiências como dos Clubes 4-S,⁷ a partir da importação do modelo norte-americano. A Igreja Católica criou a Juventude Agrária Católica (JAC) visando contribuir para evangelização e projetos conservadores-reformistas. Por sua vez, o PCB tomou diferentes iniciativas, entre as quais consta a publicação do jornal *Terra Livre*, entre os anos de 1949 e 1964, destinado a mobilizar a juventude camponesa pela criação de sindicatos de trabalhadores, por garantia de direitos trabalhista e por reforma agrária (MARIN, 2019).

Consolidou-se nesse período a compreensão de que haveria uma questão agrária a ser resolvida no Brasil. Essa caracterizada pela concentração fundiária remanescente do período colonial e por relações de trabalho que não reconheciam direitos legais aos trabalhadores agrícolas. Isso se refletiu na formação das primeiras organizações sindicais de trabalhadores agrícolas no país, o que levou à criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), impulsionada pelos comunistas em 1954 no Centro-Sul do país. Houve, ainda, a formação das Ligas Camponesas em 1955, criadas em Pernambuco e que expandiram-se ao nordeste brasileiro, e também do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) no Rio Grande do Sul (RS), em 1960. Esse processo atinge seu ápice com a fundação da Contag, em 1963, reunindo 29 federações e 475 sindicatos, elegendo Lyndolfo da Silva (PCB) como presidente. As mobilizações sociais resultaram em conquistas para os trabalhadores, como a promulgação da Lei Federal nº 4.214/1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, estendendo a legislação social ao trabalhador na agricultura. Forneceram as bases para a organização sindical conquistando o

⁷ Parte da estratégia do difusionismo tecnológico norte-americano, os Clubes 4-S do Brasil fizeram parte do programa de extensão rural que visava organizar e capacitar os jovens para atuarem como mediadores geracionais para modernização da agricultura. Em seus manuais, consta o “compromisso” que os participantes assumiam perante a bandeira 4-S. “Bandeira 4-S, eu te prometo a inteligência para melhor saber, o coração para melhor sentir e a saúde para melhor servir ao meu Deus, à minha Pátria, à minha família, à minha comunidade e ao meu Clube 4-S” (EMATER/RS, 1981). Estudos como de Ronaldo Dieterich (1983), Sirlei de Fatima Souza (2003) e Solange Batista Souza (2015), por exemplo, descrevem a gênese, o desenvolvimento e o declínio dessas organizações juvenis no Brasil.

Decreto-Lei nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964, que reconheceu a Contag como a Confederação Nacional de todos os trabalhadores da agricultura.⁸

As organizações sindicais e a reforma agrária foram contidas pelo golpe que instaurou o Regime Militar, em 1964. As Ligas Camponesas e os sindicatos vinculados aos comunistas foram brutalmente reprimidos. Os “jovens agrários” ligados à Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação,⁹ passaram também a ser perseguidos. É nesse contexto que se consolida o enquadramento legal de “Trabalhador Rural”, por meio do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971. Nesse período de repressão, apenas os Clubes 4-S continuaram a se expandir como forma organizativa entre os jovens agricultores familiares até finais dos anos 1970.

Os anos de 1980 foram marcados pela abertura gradual do regime militar e pelo surgimento de novos movimentos sociais, que tinham em sua gênese a atuação organizada a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. As forças militantes impulsionadas pelas CEBs convergiram para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980; do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1982; e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Nesse processo foi criada também a Pastoral da Juventude Rural (PJR), em 1983, um marco da trajetória organizativa dos jovens agricultores. Como resultado daquela conjuntura, em que os comunistas tinham atuação política restrita às condições de ilegalidade, a Igreja Católica atuou em condições mais favoráveis e consolidou sua influência sobre os movimentos sociais da época. Com efeito, o sindicalismo de trabalhadores rurais que emergiu após a redemocratização contou com o aporte de lideranças formadas e egressas da CEBs e da PJR.

Os atuais movimentos de jovens agricultores familiares têm sua origem na década de 1990. Dois fatos contribuíram inicialmente para a emergência do movimento juvenil na agricultura familiar. Primeiro é necessário reconhecer a adoção por parte dos movimentos sociais rurais da denominação “agricultura familiar” como categoria política e social, a partir dos anos 1990. Deslocando as

⁸ Um estudo detalhado da “emergência e consolidação das organizações de trabalhadores rurais” no período entre 1945-1964, pode ser encontrado em *História dos movimentos sociais do campo*, de Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989).

⁹ A Teologia da Libertação é uma corrente de interpretação do catolicismo desenvolvido a partir dos anos 1960, que se converteu em movimento socioeclesial contestador do capitalismo. Sua proposta central pode ser resumida na insígnia da “opção preferencial pelos pobres”. As principais referências dessa corrente teológica surgida na América Latina se encontram nas obras *Teologia da Libertação, perspectivas*, do peruano Gustavo Gutierrez (1986), publicada originalmente em 1971, e *Jesus Cristo libertador*, de Leonardo Boff (1972), considerada a primeira obra da Teologia da Libertação no Brasil.

categorias de campesinato, usadas nos anos 1950 e 1960, e pequenos agricultores, vigente nos anos 1970 a 1980. Segundo Sergio Schneider (2003), o termo agricultura familiar surge como uma noção de convergência unificadora dos interesses da produção de base familiar e tornou-se a categoria-síntese dos movimentos sociais rurais. Simultaneamente aconteceu o retorno da juventude para a cena política nacional com as mobilizações estudantis dos “Caras Pintadas”, em 1992, no processo de impeachment de ex-presidente Fernando Collor de Mello. Com isso, a juventude voltou a ganhar visibilidade e importância na agenda política nacional tanto nos movimentos sociais quanto no Estado. Esses fatores convergiram para as mobilizações do “Grito da Terra”, organizadas principalmente pela Contag, que reivindicavam políticas de preços e créditos diferenciados para os agricultores familiares. Nessas mobilizações se tornou visível a crescente participação de jovens. Eles não tardaram em aproveitar esses momentos, para discutirem demandas específicas e formas de se organizarem nos sindicatos.

Conforme Galindo (2015, p. 114), “ao longo dos anos 1990 se registram várias iniciativas estaduais e municipais de organização sindical da juventude”. Como exemplo, a constituição da Comissão Estadual de Jovens da Fetag do Rio Grande do Sul, em 1992. O mesmo fenômeno foi observado em todo o país. Essas iniciativas locais impulsionaram uma agenda de juventude crescente na Contag até a realização do I Encontro Nacional de Jovens Rurais, em 1999, e cinco Seminários Regionais da Juventude Rural, ocorridos ao longo do ano 2000. Entre os marcos políticos da crescente organização juvenil, Galindo (2015) destaca a eleição da primeira coordenadora nacional de Jovens da Contag, Simone Battestin, durante o 8º Congresso da Contag, em 2001. O Congresso marcou a consolidação da Comissão Nacional de Jovens como instância de caráter permanente, impulsionando a criação de comissões semelhantes em todas as Fetags e, a partir delas, nos sindicatos municipais. Em 2003 foi realizado o Salão Nacional da Juventude Rural e, em 2005, o 9º Congresso da Contag, no qual foi aprovada a política de cotas de participação mínima de 20% de jovens nas instâncias diretivas do movimento sindical rural. Os anos de 2006 e 2007 foram marcados pela mobilização de jovens para os Festivais da Juventude Rural que passaram a ocorrer em âmbito, estadual, regional e nacional. No 10º Congresso, em 2009, a Coordenação de Jovens passou a ser denominada Secretaria de Jovens, o que contribuiu para consolidar

sua legitimidade no âmbito da estrutura nacional do sindicalismo rural. A dinâmica tem se mantido, desde então.

No estado da Bahia foi formada a primeira Secretaria Estadual de Jovens do sistema Contag, em 1998, com a eleição de Wellinton Santos, que ficou à frente dessa Secretaria por duas gestões consecutivas, consolidando a organização sindical. Nesse estado, a Comissão Estadual de Jovens se tornou estável em 2005. Similar ao que existia na esfera nacional, a organização da juventude da Fetag-BA apresenta a atuação em três níveis distintos. No âmbito estadual, com a Secretaria Estadual de Jovens e a Comissão Estadual de Juventude; nos sindicatos municipais, também representada por secretarias; e nas 16 regionais, onde atuam as Coordenações de Jovens dos Polos Sindicais.

A partir dos anos 2000 houve um intenso processo organizativo dos jovens no movimento sindical rural, além da Contag. Castro *et al.* (2009) destacam a criação de Comissão Nacional de Juventude pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Fetraf-Sul; a formação do Coletivo Nacional de Jovens do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 2003; e do Coletivo Nacional de Juventude do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 2006. Tais organizações passaram a promover eventos como o I Congresso Nacional da Juventude Rural, organizado pela Pastoral da Juventude Rural, em 2000; o I Encontro da Juventude do Campo e da Cidade, organizado pelo MST, em 2002; o I Acampamento da Juventude da Agricultura Familiar, realizado pela Fetraf-Sul, em 2003.

Essas mobilizações ocorreram num período de fortalecimento institucional das políticas para agricultura familiar, principalmente no âmbito do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que ampliou a oferta das políticas de crédito (Pronaf); de compras governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de aquisição de Alimentos (PAA); e a promulgação da Lei Federal nº 11.326/2006, que instituiu a Política Nacional da Agricultura Familiar. Nesse contexto, as mobilizações dos jovens lograram a construção de projetos comuns e passaram a incidir na formação de uma agenda de políticas públicas de juventude no Brasil. Numa dinâmica marcada por unidade e disputas, essas organizações passaram a atuar em espaços institucionais de políticas para juventude, como no Conselho Nacional de Juventude (CNJ), criado em 2005, cuja influência se estende à Lei Federal nº 12.852/2013, que instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude

e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). Nesse período se produziu um conjunto de políticas públicas como o Pronaf Jovem, o Programa Nossa Primeira Terra e o ProJovem Campo, que trouxeram o reconhecimento institucional para a categoria de jovens agricultores familiares como público beneficiário.

Contudo, esse arcabouço institucional não alterou a estrutura agrária, a concentração fundiária e de crédito, além de se revelar vulnerável à alteração na gestão do Governo Federal. Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, essas políticas passaram por processos de desconstrução com o desmonte das institucionalidades, como a extinção do MDA e as alterações no enquadramento legal dos agricultores familiares,¹⁰ o que trouxe aos jovens o desafio de buscar uma nova geração de políticas públicas. Isso se verifica atualmente, por exemplo, no Projeto de Lei (PL) nº 9.263/2017, em tramitação na Câmara dos Deputados, que propõe uma nova Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

Os jovens agricultores familiares da base da Fetag-BA

A categoria social dos jovens agricultores familiares corresponde aos jovens em condição de ocupação, mesmo que em tempo parcial, na agricultura familiar. Essa se caracteriza pelo gerenciamento do estabelecimento, a propriedade dos meios de produção e o trabalho ocorrerem com base em relações de parentesco (LAMARCHE, 1993; ABRAMOVAY, 1998; WANDERLEY, 1999; SCHNEIDER, 2003). Neste quadro, a família corresponde a um grupo doméstico de trabalho e de consumo, que objetiva a reprodução do processo do trabalho e a sucessão geracional da unidade de produção familiar.

Os jovens agricultores familiares formam uma categoria social *sui generis* em virtude da socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Este trabalho se caracteriza por estabelecer relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares, e não por relações salariais, inexistindo a extração de mais-valia interna à unidade produtiva. Além disso, esse processo de trabalho visa à reprodução social da família e da unidade econômica tanto no ciclo curto (reprodução biológica) como no ciclo longo (reprodução geracional), e não a acumulação de capital. Esses dois aspectos conferem um caráter não capitalista, embora os agricultores familiares estejam subordinados ao modo de produção capitalista, como produtores simples de mercadorias (MARX, 1985). Processo que apresenta diferenciações sociais a partir das formas de integração mercantil dos agricultores (LENIN, 1982). Essa também pode resultar da composição e

¹⁰ Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 e Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021.

evolução do ciclo demográfico da família, que alteram temporalmente a relação entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974). Assim, a composição familiar determina a forma que assumirá a divisão sexual do trabalho, culturalmente estabelecida. Este processo constitui-se como meio de socialização das novas gerações na lógica do trabalho e da produção familiar, o que possibilita a transmissão de saberes e de disposições necessárias à reprodução social deste próprio processo dentro do meio familiar.

Esse processo é marcado por relações sociais de geração e gênero. A situação de geração, constituída por aqueles que vivem uma “situação” comum perante as dimensões históricas do processo social (MANNHEIM, 1982), se traduz na hierarquia familiar presente nas atribuições de tarefas em que se exigem mais força física como o plantio e a colheita, por exemplo, nos quais o trabalho do jovem predomina; em contraposição às tarefas que exigem mais experiência, como a compra de insumos ou comercialização da produção, outro exemplo, sobressai a figura do chefe do estabelecimento. Enquanto a condição de gênero, no dizer de Scott (1995), “torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” Trata-se, portanto “de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Com efeito, as práticas dos agricultores familiares acabam por impor às jovens mulheres as posições mais baixas na hierarquia social, por estarem submetidas a uma dupla subordinação: por serem jovens e mulheres. Isso contribui para reproduzir formas de exploração e invisibilidade social feminina na agricultura familiar.

No contexto em análise, a família e a classe social conferem sentido aos jovens agricultores e as suas trajetórias sociais, fornecendo-lhes os princípios geradores e unificadores de sua visão de mundo, valores e crenças fundamentais que é o *ethos* (BOURDIEU, 2009). Conforme Bourdieu (2005, p. 296), isso se relaciona “à produção do sistema de disposição que é o *habitus*”, que realiza a “mediação entre as estruturas e as práticas” sociais. Com esse conceito, se busca dar conta, na explicação das práticas sociais previamente orientadas por disposições incorporadas, da interdependência entre a realidade objetiva (da estrutura social) e a subjetiva (da ação social), que leva a percebê-la em relação à divisão de classes sociais.

Considerando a composição etária¹¹ dos jovens participantes do I Festival da Juventude Rural, praticamente a metade deles (49,8%) eram adolescentes, com idade de 15 a 19 anos. Os jovens de 20 a 24 anos atingiram 24,1% do público total, e os jovens adultos, com idades de 25 a 29 anos, totalizaram 28,9% dos entrevistados. A composição por sexo foi equilibrada, com 51,7% de mulheres e 48,3% de homens. A participação feminina é superior aos índices oficiais de participação de mulheres de 15 a 29 anos, na população rural do estado, que é de 46,2%, e da população jovem feminina ocupada na agricultura familiar, de 44,6%, na Bahia. Isso se explica porque os organizadores tinham como meta promover uma participação com equidade de gênero no Festival. Os jovens se autodeclararam principalmente como pardos, 38,6%; depois como negros, 33%; e 11% como brancos. A maioria deles (80%) eram solteiros e 69,7% responderam que não tinham filhos. Quanto ao lugar de residência dos entrevistados, 77,2% viviam no meio rural, enquanto 20,7% residiam no meio urbano.

A condição fundiária desses jovens pode ser estabelecida pela forma de acesso a terra. A maioria (84,8%) era de membros de famílias proprietárias.¹² Outro aspecto relevante foi o tamanho da propriedade. Identificamos que 46,7% dos jovens viviam em unidades produtivas de 20,01 ha a 100 ha; 25,6% em propriedades com áreas de 5,01 ha a 20 ha. Em menor percentual, 4,9% dos jovens eram de famílias que produziam em unidades menores de 5 ha.

Um fator importante para a definição da condição de agricultor familiar é a forma de integração mercantil das unidades produtivas. Isto porque as relações com o mercado, parte de processos mais amplos, nem sempre asseguram a manutenção de uma base de recursos de autocontrole a ponto de permitir a autonomia dos agricultores (PLOEG, 2008). Segundo os depoimentos, 48,3% dos entrevistados provinham de unidades familiares onde a produção era destinada principalmente ao autoconsumo. Outros 31,7% dos jovens declararam que a produção agrícola da família se destinava igualmente à comercialização e ao autoconsumo. Em apenas 13,8% dos casos a produção era reservada principalmente à comercialização. Já em relação às formas de comercialização, 30,3% afirmaram que era “direta ao consumidor”. Outros 26% responderam que a comercialização se realizava “através de intermediários”, enquanto 6,9%

¹¹ A distribuição das faixas etárias utilizadas corresponde ao estabelecido no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013).

¹² O índice confirma o predomínio de proprietários entre os agricultores familiares identificados em outros estudos, como o Censo Agropecuário 1995/96, analisado pela equipe do convênio FAO/Incrá, que informava ser de 80,8% o percentual de agricultores familiares na condição de proprietários da terra em que trabalham.

dos jovens afirmaram que o comércio era feito “através de associação de produtores”, e 5,5% deles disseram que a comercialização se realizava por meio de agroindústria familiar. Um contingente de 2,1% dos entrevistados respondeu que a comercialização da produção era feita “através de cooperativas” e apenas 1,1% estava em propriedades “integradas à grande indústria”. Essas informações sobre comercialização demonstram que a agricultura familiar praticada se caracteriza por uma baixa integração mercantil, tendo em vista a importância da produção para o autoconsumo, e a integração em circuitos mercantis curtos, mais voltados para os mercados locais. Isso indica o predomínio de um tipo de fazer agricultura mais próximo ao modelo camponês (MENDRAS, 1978), com menor integração aos mercados ampliados e cadeias globais de produção agropecuária (ABRAMOVAY, 1998).

Quanto ao acesso dos jovens às rendas agrícolas geradas nas unidades familiares, podemos constatar que “a renda é dividida entre todos que trabalham”, em 32,4% dos casos. A categoria “o pai e a mãe, juntos, centralizam os rendimentos”, indicada por 29,0% dos entrevistados. Enquanto “o pai centraliza os rendimentos”, correspondeu a 12,4% dos entrevistados. Residualmente, 10,3% afirmaram que “cada um fica com o que ganha”. Essas informações confirmam o controle das rendas agrícolas pelos genitores (41,4%), e a condição de dependência dos filhos em relação a eles, no que diz respeito ao acesso à renda gerada na agricultura familiar.

Ao analisarmos as condições materiais que estruturam a situação juvenil na agricultura familiar, devemos ter presente que os meios de produção e a força de trabalho são familiares. É nesse contexto específico que a condição juvenil, marcada pela dependência da manutenção dos jovens pelos adultos, assume formas peculiares, ou seja, se constitui em uma situação específica. Nessa perspectiva, a superação da subordinação e a conquista de autonomia constituem o eixo central da trajetória que os jovens deverão percorrer, como um imperativo de toda a sociedade, intrínseco às dinâmicas das sucessões geracionais. Por isso, assegurar aos jovens “oportunidades de autodesenvolvimento constitui meta social básica, processando da melhor maneira possível esse trânsito entre a infância e a condição adulta que todo jovem deve fazer” (UNESCO, 2004, p. 26).

O sentido de autonomia adotado corresponde “à condição de uma pessoa ou de uma coletividade cultural de determinar ela mesma a lei à qual se submete” (LALANDE, 1999, p. 115). O conceito é utilizado para descrever situações em que o

sujeito consegue especificar as suas próprias regras, ou orientar-se pelo que é adequado para ele. Destacamos que a autonomia é uma “condição”, visto que esta é uma propriedade que se inscreve nas relações sociais, assim “[...] se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar” (ZATTI, 2007). Para haver autonomia, os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo. Esse fazer encontra-se determinado socialmente de tal maneira que a autonomia é limitada por condicionamentos estruturais.

Pappámikail (2010) alerta que autonomia jamais pode ser confundida com liberdade ou independência, uma vez que os processos de construção da autonomia, conquista de liberdade e aquisição de independência, “agregados numa tríade de processos inter-relacionados” (p. 406), podem ser pensados como processos de individuação e emancipação. Ela acrescenta que a construção da autonomia não se efetua em um processo linear, podendo vir a ser marcada por descontinuidades e fragmentação. Para essa autora:

Em suma, a autonomia deve ser sempre entendida no contexto intersubjetivo do diálogo com a(s) alteridade(s), com as quais se estabelece, também, dinâmicas de poder simbólico que podem pôr em causa a simetria implícita à dignidade de cada indivíduo na interação. (PAPPÁMIKAIL, 2010, p. 406)

Por entender a autonomia como processos intersubjetivos condicionados por estruturas sociais objetivas, acrescentamos o termo material – autonomia material – buscando especificar o processo pelo qual a propriedade de recursos de ordem material permite aos jovens sustentarem a operação de ações auto-orientadas. Isto porque, entre os jovens agricultores familiares a superação da dependência e a construção da autonomia referem-se à obtenção de condições materiais que possibilitam a eles construir espaços próprios no processo de trabalho familiar agrícola e obter recursos que possam gerir de forma independente. Assim, recorreremos a um conjunto de indicadores que permitiram identificar o nível de autonomia material dos jovens e comparar como esse se distribui entre homens e mulheres.

Desse modo, ficou evidente que 22,8% dos jovens recebiam alguma remuneração pelo trabalho agrícola que realizava com a família. Esse índice foi de 24% entre os jovens homens e de 21,4% entre as jovens mulheres. Isso confirma que o predomínio do caráter indivisível das rendas familiares (CHAYANOV, 1974)

vai cedendo espaço a outros arranjos de redistribuição dos resultados do trabalho familiar. Por outro lado, a não remuneração predominante entre os jovens agricultores familiares reforçava a condição de dependência deles em relação à família. A Declaração de Aptidão ao Pronaf é o registro profissional dos agricultores familiares, que assegura a eles o reconhecimento como agricultor familiar e permite acesso a financiamentos específicos. Verificamos que 35,9% dos jovens estavam registrados na DAP, sendo que os homens inscritos totalizavam 33,3%, superados pelas jovens mulheres inscritas, que alcançaram 38,6%. O número de inscrições de jovens mulheres na DAP é outro indicador que revela como elas estavam mais presentes nas formas de reconhecimento institucional dos agricultores familiares. O acesso à propriedade da terra era realidade para 17,2% dos entrevistados, sendo esse o meio de produção mais almejado e o menos obtido pelos jovens. Para esse indicador, os jovens homens, com 14,7%, também apresentaram índices menores do que as mulheres, com 20%. O fato de as jovens mulheres apresentarem maior registro de propriedade não deixa de ser uma surpresa e requer mais investigação. Não descartamos que essa seja uma particularidade do grupo observado, na qual a condição de sindicalizadas pode ampliar o horizonte de atuação das mulheres e de seu reconhecimento social como agricultoras em percentuais mais elevados daqueles verificados em outros estudos com jovens agricultores familiares no estado da Bahia (ALMEIDA, 2017; SOUSA, 2018; WEISHEIMER, 2019b). Com relação a possuir conta-corrente em banco, 40,7% dos jovens responderam positivamente. Entre os homens, o índice foi de 49,3% e, entre as mulheres, 31,4%. Esse indicador registrou a maior diferenciação entre homens e mulheres. Ter uma conta poupança era realidade para 58,6% dos jovens entrevistados, destes 64,3% sendo mulheres e 53,3% sendo homens. Por fim, quanto aos jovens que tenham algum financiamento, 17,9% afirmaram que sim, sendo 22,7% entre os homens e 12,9% entre as mulheres. Esse indicador revelou que mesmo com uma menor inscrição na DAP, os homens acessaram mais o mercado de crédito do que as mulheres.

Esses dados confirmam que apesar de haver uma diferenciação social entre os jovens agricultores no acesso aos meios de produção como a terra e a renda agrícola, predomina na situação juvenil na agricultura familiar uma baixa autonomia material. Podemos deduzir que essa baixa autonomia material reforça a dependência dos jovens num “tipo de relação social no qual os laços de reciprocidade se transformam em compromissos de retribuição” (FORACCHI, 1965, p. 86), tecendo laços de vinculação dos jovens com o trabalho familiar sem

que seja oferecido a eles um horizonte de superação da condição de dependência que caracteriza a condição juvenil.

Como já alegamos, a socialização no processo de trabalho familiar agrícola constrói a categoria social dos jovens agricultores familiares. Eles começam a trabalhar na agricultura ainda na infância, em média com 11 anos. A intensidade da participação deles no trabalho familiar pode ser identificada pelo tempo dedicado ao trabalho, na forma de tempo integral ou parcial, segundo dias trabalhados e as jornadas diárias conforme as horas trabalhadas. Entre os homens jovens, 26,7% se dedicavam em tempo integral (6 a 7 dias); 25,3% em tempo parcial (4 a 5 dias); enquanto 30,7% (2 a 3 dias). Entre as mulheres jovens, 17,1% trabalhavam em tempo integral, (6 a 7 dias); 12,9% em tempo parcial (4 a 5 dias); enquanto 38,6% (2 a 3 dias). Ainda 15,7% delas afirmaram trabalhar ao menos um dia por semana na agricultura. Ao todo, 10% dos entrevistados disseram não trabalhar na agricultura. Com relação à jornada diária de trabalho na agricultura, 37,2% dos jovens trabalham “até 4h na agricultura”. Nessa jornada estão 41,4% das mulheres e 33,3% dos homens. Entre os que trabalham “de 4h a 6h”, temos um equilíbrio, com 22,9% das mulheres e 22,7% dos homens. Nas jornadas de trabalho “de 6h a 8h”, nas quais se achavam 19,3% do total, os homens aparecem com 22,7% e as mulheres com 15,7%. Já entre os que afirmaram ter jornadas diárias “de 8h a 10h”, os homens aparecem com 6,7% e, as mulheres, com 4,3%. Ainda 4% dos homens jovens afirmaram trabalhar mais de 10 horas diárias na agricultura.

Percebemos que os jovens entrevistados ocupavam parte substancial de seu tempo com a execução dos trabalhos agrícolas na unidade de produção familiar. Foram registradas diferenças de gênero no volume e intensidade na participação no trabalho agrícola, em que os homens dedicavam mais horas do dia ao trabalho familiar em relação às mulheres. Essas correspondem às dinâmicas da divisão sexual e etária do trabalho no interior da unidade de produção familiar e à respectiva atribuição de papéis sociais, que ocupam as mulheres em trabalhos domésticos invisíveis e não reconhecidos como tempo de trabalho agrícola.¹³ Registramos ainda uma parcela de jovens com jornada parcial na agricultura, porque participavam de outras agências de socialização, entre as quais, os sindicatos de trabalhadores rurais.

¹³ Desde o trabalho pioneiro de Beatriz Heredia (1979), em que demonstrou como o trabalho familiar se estrutura a partir da oposição entre casa e roçado, como expressão da divisão sexual do trabalho, o tema vem recebendo atenção. Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1984), Paulilo (1987, 2004) e Woortmann (1995) romperam com a invisibilidade do trabalho feminino ao abordarem as relações sociais no interior de unidades de produção familiares destacando o papel das mulheres nas dinâmicas produtivas e reprodutivas da agricultura familiar.

Para 42,1% dos entrevistados, o tempo era dividido entre o trabalho agrícola e a educação formal. Nessa situação predominavam os adolescentes e as mulheres jovens. Isso ocorria na medida em que conseguiam conciliar os horários da escola com o trabalho agrícola. Nessas condições, as oportunidades de escolarização abririam novas possibilidades profissionais.

Questionados sobre o projeto profissional que os jovens agricultores da base da Fetag-BA formulavam, 71% dos entrevistados afirmaram que seu projeto era ser agricultor familiar. O índice foi de 78,7% entre os homens e 62,9% entre as mulheres. Esses percentuais são maiores que os registrados em outros estudos sobre o tema na Bahia. Numa pesquisa representativa dos jovens agricultores familiares do Recôncavo da Bahia, 64% dos entrevistados responderam que não pretendiam seguir na agricultura (WEISHEIMER, 2019b). Em outra, com o mesmo objetivo realizado no Território de Valença-BA, 52,2% também responderam negativamente (SOUSA, 2018). Resguardadas as diferenças entre os universos de estudo, notamos mais disposição para sucessão geracional entre os jovens que participam do movimento sindical de agricultores familiares do que a registrada entre jovens não sindicalizados.

Percebemos aqui a dimensão relacional da socialização, que produz a incorporação das disposições através de um *habitus* e de princípios de orientação de um *ethos* de classe, fazendo com que os jovens elaborem projetos ajustados a sua realidade. Ou seja, esse mecanismo assegura a adesão dos agentes à reprodução de sua posição social e a sua participação ativa nesse processo de reprodução. A partir disso, podemos sustentar que a disposição de um jovem agricultor familiar será de se orientar por suas propriedades intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes a sua posição no sistema das condições, e reagirá a elas como aprendeu a fazer, contribuindo, assim, para a reprodução de seu grupo social. Isto porque o *habitus* nada mais é do que a cultura do seu grupo de origem, incorporada à sua personalidade através dos processos de socialização, reformada por *ethos* que dá coerência a uma visão de mundo e valores que reforçam o pertencimento a essa classe social (BOURDIEU, 2009).

Os jovens agricultores familiares presentes no I Festival da Juventude Rural da Bahia formavam uma unidade de geração, na medida que compartilhavam as mesmas experiências resultantes da socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Os limites da condição fundiária, as formas de integração mercantil, as possibilidades de acesso à renda agrícola e aos recursos necessários à atividade produtiva impõem aos jovens o desafio de realizar uma transição para a vida

adulta com poucos recursos que possibilitem sua autonomia material. Ao mesmo tempo, essa situação juvenil se caracteriza por uma intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola, o que favorece a geração de disposições necessárias à reprodução do processo de trabalho e à identificação social como agricultores. Essas se revelam mais frequentes entre os jovens que participam do sindicalismo, o que indica o potencial dessas disposições para promover a organização política dessa categoria social.

Participação sindical de jovens agricultores familiares

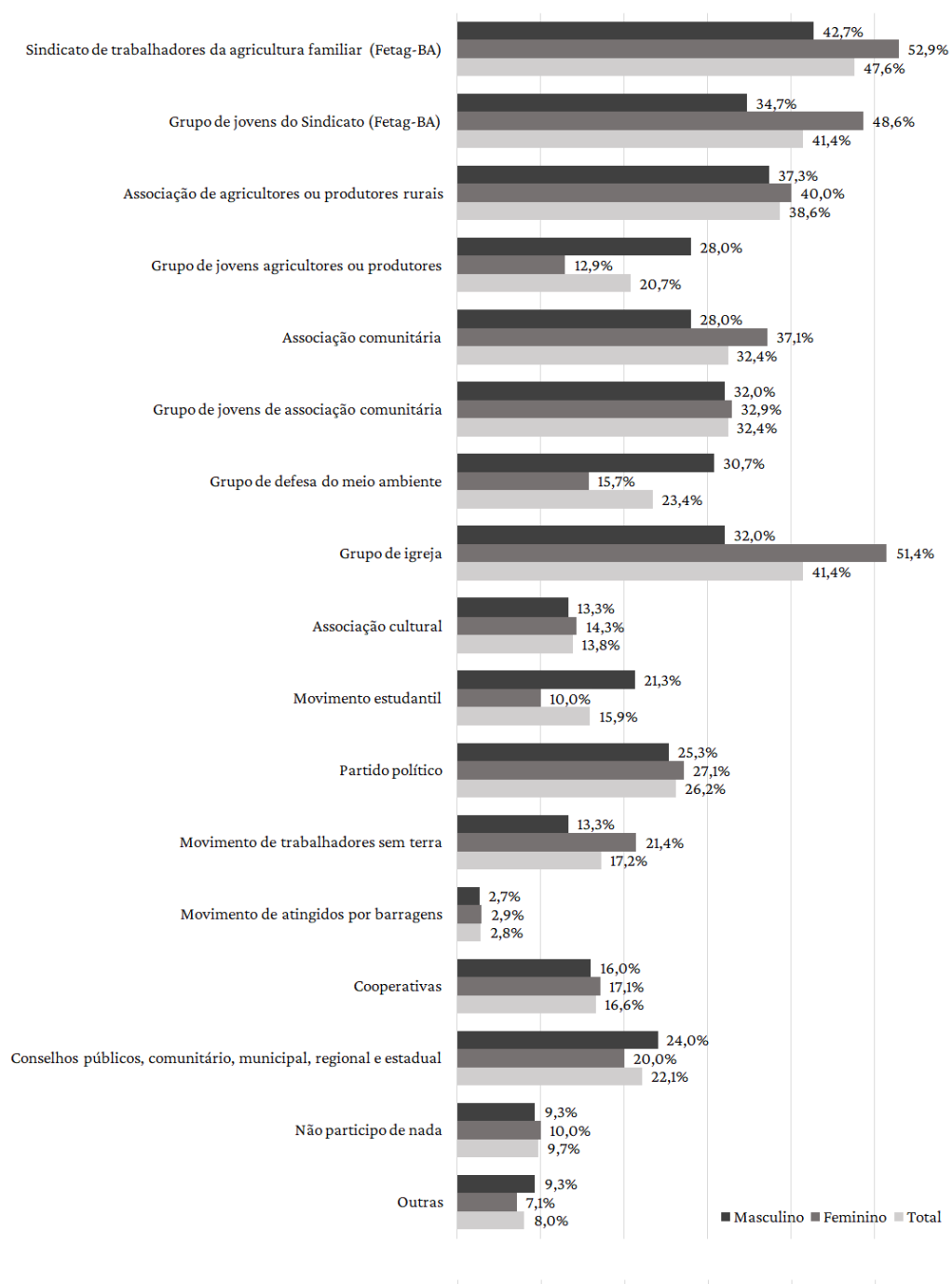
A grande profusão de usos da noção de participação (GOHN, 2019) eleva a necessidade de qualificá-la estritamente nos objetivos deste trabalho. Como compreendemos, remete às práticas sociais de vinculação significativas, como de fazer parte de algo, que confere sentidos de identificação e pertencimento (BORDONAVE, 1983), de modo a influenciar as tomadas de decisão em sociedades democráticas (PATEMAN, 1992; PUTNAM, 1996). A prática da “participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias” (DEMO, 1996, p. 19). Pontualmente, trata-se aqui da participação sindical de jovens agricultores familiares, como o envolvimento voluntário desses em estruturas organizativas de representação de classe. Sendo que as práticas desenvolvidas neste âmbito adquirem relevância para a socialização política desses jovens.

Os jovens agricultores familiares aparecem como parte dos recursos latentes (MANNHEIM, 1968) dos quais os movimentos sindicais precisam dispor para se constituírem em força dinâmica criadora de novas realidades sociais (LENIN, 1982). São indispensáveis ainda para assegurar a reprodução geracional do próprio movimento sindical (BOURDIEU, 2008). O que leva à necessidade de promover inovações organizativas que favoreçam a inserção de novas gerações de trabalhadores. Por sua vez, os jovens, por meio de sua participação, procuram “se projetar como sujeitos que portam valores, interesses, aspirações e direitos: constrói assim uma identidade, formula uma ‘teoria’ para si e traça um plano de ação” (NOGUEIRA, 2015, p. 645). Ou seja, ao se constituírem em grupos concretos nos sindicatos, eles simultaneamente produzem lutas por seus interesses imediatos, assim como sujeito coletivo relativamente autônomo no campo de ação histórica, constituído em sujeito *para si*, produzindo novas plataformas políticas.

O sindicalismo no Brasil tem sido marcado pela redução das taxas de sindicalização (CARDOSO, 2015). O setor da indústria contava com uma taxa de

sindicalização de 30% em 1992, passou a 19%, em 2013, e foi reduzida a 13,5%, em 2019 (IBGE, 2020). Contudo, foi identificada uma tendência distinta entre os trabalhadores da agricultura, com ampliação das taxas de sindicalização (RODRIGUES, 2015). Os trabalhadores agrícolas apresentavam uma taxa de sindicalização de 16%, em 1993, e chegaram a 27%, em 2013, retraindo para 19,5%, em 2019 (IBGE, 2020). A sindicalização de jovens nesse período alcançou, em média, 20% do total dos sindicalizados (GARCIA, 2018).

Os jovens agricultores entrevistados apresentaram uma elevada cultura participativa. O Gráfico 1 mostra as distribuições de frequências de participação em diferentes tipos de organizações sociais presentes no contexto rural. Podemos observar que 47,5% dos jovens eram filiados aos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, da base da Fetag-BA. As jovens mulheres, com 52,9%, apresentavam uma taxa de sindicalização superior a dos homens, cujo índice era de 42,7%. Ou seja, mais da metade dos jovens presentes no evento da Fetag não eram formalmente sindicalizados. Entre os participantes, 41,4% faziam parte do grupo de jovens do sindicato, sendo 34,7% de homens e 48,6% de mulheres. Quando se trata de associações de agricultores, obtivemos 40% de respostas positivas entre as mulheres e 37,3% entre os homens, sendo 38,6% do total geral. Em associações produtivas de jovens agricultores o resultado se inverte, com mais homens, 28%, do que mulheres, com 12%. O vínculo com associações comunitárias era frequente para 32,4% dos jovens, o mesmo percentual dos que afirmaram participar dos grupos de jovens de associações comunitárias. A atuação em grupos em defesa do meio ambiente entre os homens era de 30,7%, o dobro do registrado entre as mulheres, 15%. Em grupos de jovens de igrejas o percentual também foi marcante, com 41,4% dos entrevistados, porém aqui se registra a maior diferença entre os gêneros (18,6%), uma vez que 51,4% das mulheres participavam contra 32% dos homens. Cerca de 13% dos jovens eram membros de grupos culturais e 15% de grêmios estudantis, com uma frequência maior entre os homens. Ainda, 26,2% dos jovens indicaram ser filiados a um partido político, com predomínio das mulheres. Entre estas, 21% integravam o MST e, entre os homens, 13%; e 2,8% são de movimentos de atingidos por barragens. Os que faziam parte de cooperativas totalizaram 16%; e 22% de conselhos comunitários. Enquanto 10% dos entrevistados responderam que não participavam de nenhuma organização social.

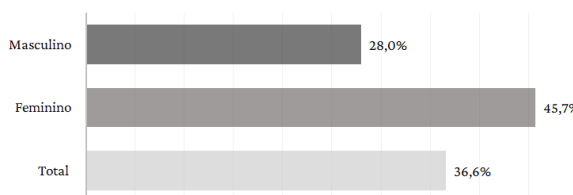
Gráfico 1 – Distribuição da participação em organizações por sexo e total (%)

Fonte: I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

É possível perceber maior participação das jovens mulheres no conjunto das organizações sociais. Os jovens homens apresentaram taxas de participação maior do que elas em três situações: em associações de jovens agricultores, em grupos ambientalistas e em conselhos comunitários. O maior índice de participação dos homens foi no sindicato, seguido da participação em associação de agricultores ou produtores e o grupo de jovens do sindicato. Entre as mulheres, o maior percentual de participação também foi no sindicato, seguido do envolvimento em grupos de jovens das igrejas, nos grupos de jovens dos sindicatos.

A participação sindical dos jovens os levou a ocupar posições nas direções das organizações sindicais. Em resposta à pergunta: *Você exerce algum cargo na direção do sindicato?*, obtivemos 36,6% de respostas positivas. Essa presença em instâncias de direção foi significativamente maior entre as jovens mulheres (45,7%), do que entre os homens (28%).

Gráfico 2 – Distribuição do exercício de Cargo em Sindicato (%)



Fonte: I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

A atuação nos espaços de direção dos sindicatos foi uma conquista das próprias mulheres e dos jovens que institucionalizaram políticas de cotas de representações: 50% para mulheres e 20% para jovens, nas instâncias sindicais. A participação feminina também se deve ao reconhecimento de suas competências derivadas de uma maior escolarização formal, ao contrário dos homens da mesma idade. Contudo, apesar da maior participação nas organizações por parte das mulheres e do empoderamento obtido com esse envolvimento, é importante ressaltar que ainda prevalece um processo hierárquico nas relações de poder no interior dos sindicatos, que requer mais investigação, visto que esse se transformou no principal espaço de atuação política das mulheres, embora não esteja isento da reprodução do

machismo, como atestam os estudos de Cordeiro (2006), Sales (2007) e Nascimento (2020). Mesmo com uma taxa de sindicalização menor, os jovens homens exerciam com mais frequência a presidência de sindicatos municipais do que as mulheres da mesma idade. Elas ocupavam principalmente a função de secretária-geral. Porém, a maior participação feminina potencializa a conquista de espaços públicos por jovens mulheres, que assim superam a rígida divisão de papéis geracionais e de gênero.

Para aprofundar o entendimento dessa participação juvenil nos sindicatos, buscamos identificar como se processa o “recrutamento” deles para o movimento sindical. Eles foram questionados sobre como começaram a participar do sindicato. A Tabela 1 traz a distribuição de frequências e percentuais das categorias de resposta por sexo dos entrevistados e totais.

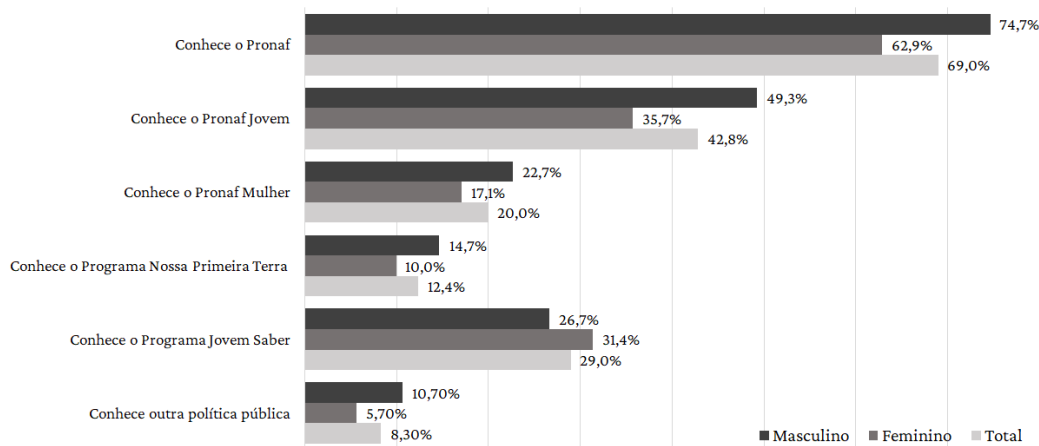
Podemos perceber que eles participavam dos sindicatos principalmente por influência dos pais, 32,5%, de vizinhos, 20,6%, e de amigos da mesma idade, 18%. Isso revela a importância dos laços familiares e comunitários na gênese das práticas políticas dos jovens agricultores familiares. Essas relações interpessoais de caráter privado, principalmente familiares, figuram como fundamentais na explicação das trajetórias de engajamento dos jovens agricultores. Elas se revelam mais frequentes que as vias institucionais como o próprio sindicato (12,4%), as igrejas (11,1%) e cooperativas (2,7%). Existem diferenciações de gênero envolvidas no processo de recrutamento sindical. Os jovens homens se aproximaram do sindicato por causa dos familiares e vizinhos, ambos com 26%, ou pela influência de amigos da mesma idade (21,2%). As mulheres foram recrutadas principalmente pela família (37,8%), seguida da Igreja (20,3%). É importante ressaltar que os vínculos familiares são ainda mais importantes para explicar a participação das mulheres. A contribuição das igrejas se destaca no engajamento das jovens mulheres, enquanto mostra pouca influência entre os homens. O sindicato parece ser mais eficaz na atração de jovens homens, 15,5%, do que de jovens mulheres, 9,5%. É possível notar que a participação maior de jovens mulheres se estabelece por meio de instituições que exercem mais controle social, como a família e a Igreja, se comparadas aquelas que se baseiam nos pares por idades.

Tabela 1 – Forma de recrutamento sindical por sexo do entrevistado (f e %)

Como você começou a participar do sindicato?	Masculino		Feminino		Total	
	f	%	f	%	f	%
Pais, tios e familiares	19	26,7	28	37,8	47	32,5
Amigos da mesma idade	15	21,2	12	16,2	27	18,6
Vizinhos	19	26,7	12	16,2	31	20,6
Igreja	1	1,4	15	20,3	16	11,1
Sindicato	11	15,5	7	9,5	18	12,4
Cooperativa ou Associação	4	5,6	0	0	4	2,7
Outra	2	2,8	0	0	2	2
Totais	71	99,9	74	100	145	99,9

Fonte: I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

A prática sindical envolve o conhecimento de políticas públicas direcionadas à categoria. Entre os entrevistados, o Pronaf era a mais conhecido por 69%. Sendo reconhecido por 74,7% dos homens e por 62,9% das mulheres. Quando nos referimos ao Pronaf Jovem, linha de crédito específica para jovens agricultores familiares, esse era da ciência de 42,8% dos entrevistados, sendo 49,3% entre homens e 35,7% entre as mulheres. Já o Pronaf Mulher era conhecido por 20% do total – 22,7% dos homens e 17,1% das mulheres, o público-alvo do Programa. Com relação ao Programa Nossa Primeira Terra, política de crédito fundiário destinado aos jovens, apenas 12% deles tinham conhecimento, e novamente os homens estão melhor informados (14,7%) do que as mulheres (10%). Quanto ao Programa Jovem Saber, projeto de qualificação de jovens realizado pela Contag, era conhecido por 29% dos entrevistados, sendo mais frequente entre as mulheres (31,4%) do que entre os homens (26,7%).

Gráfico 3 – Conhecimento das políticas públicas (%)

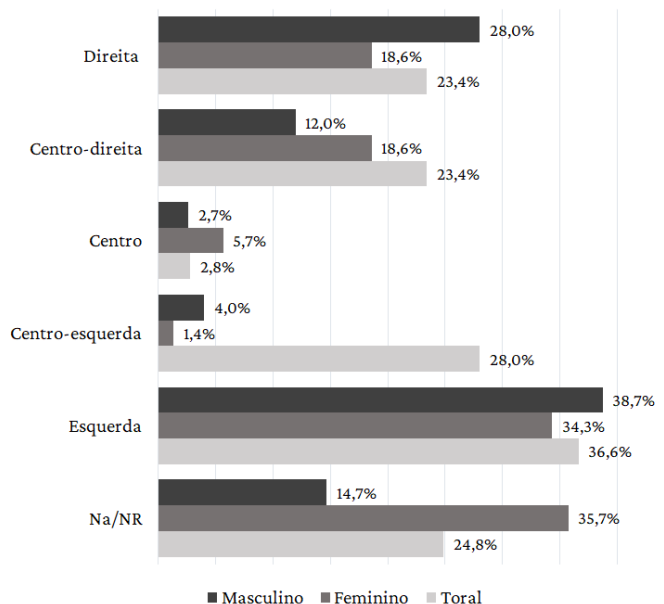
Fonte: I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

No Gráfico 3 é possível constatar uma baixa taxa de conhecimento sobre as principais políticas destinadas aos jovens agricultores. Mais da metade dos entrevistados desconheciam o Pronaf Jovem, e mais de 80% da sua base social feminina desconheciam o Pronaf Mulher. Depreendemos que a maior participação das jovens mulheres nos sindicatos não resultou, necessariamente, em mais conhecimento sobre as políticas públicas destinadas aos jovens agricultores familiares. Ainda, 70% de seus participantes desconheciam a principal ação de capacitação para os jovens agricultores familiares desenvolvidos da própria Contag. Isso revela um limite na formação política desses jovens, que dificulta o acesso às políticas públicas.

Por fim, para compreender a prática política dos jovens agricultores familiares da base da juventude da Fetag-BA, buscamos saber como eles se posicionavam no gradiente político-ideológico. Os entrevistados foram instados a responder tendo como referência a ideia de que quanto mais à esquerda, maior a identificação com o socialismo, e quanto mais à direita, maior a identificação com o capitalismo. Segundo esse critério, 36,6% dos jovens se autodeclararam de esquerda, 23,4% de direita, 23,4% de centro-direita, enquanto 14,7% não souberam responder. Comparando as respostas de homens e mulheres, verificamos que os homens se distribuíram em 38,7% de esquerda, 28% de direita, 12% se definiram como sendo de centro-direita, 4% de centro-esquerda e 14,7% não souberam responder. Entre as jovens mulheres, 35,7% não souberam responder à pergunta, 34,3% se

declaram de esquerda, 18,6% de direita e 18,6% de centro-direita, enquanto 5,7% se posicionam como de centro.

Gráfico 4 – Posicionamento político-ideológico (%)



Fonte: I Encontro Estadual da Juventude Rural NEAF/UFRB/FETAG-BA, 2013.

Os índices apresentados no Gráfico 4 indicam que o movimento sindical é um espaço institucional onde atuam jovens com diferentes posicionamentos políticos-ideológicos. Isso, também, confirma que “a juventude não é progressista nem conservadora por índole” (MANNHEIM, 1968, p. 74). Os jovens e a sociedade estão em reciprocidade total, e a sociedade brasileira tem se posicionado predominantemente de direita.¹⁴ No caso em foco, as posições políticas podem estar relacionadas à situação ambígua da classe dos agricultores familiares, simultaneamente proprietários dos meios de produção e trabalhadores no domicílio. Nesse contexto, a socialização familiar tende a reproduzir uma visão de mundo e valores conservadores, com raízes sociais no coronelismo (LEAL, 2012) que marcou as práticas políticas no meio rural brasileiro (JANOTTI, 1981). Ou seja, a tomada de posição política pelos jovens

¹⁴ Pesquisas sobre a posição política dos brasileiros, como as realizadas pelo instituto Datafolha entre anos de 2010 a 2020, apresentam um constante predomínio de eleitores identificados com a direita política. Em 2014, ano mais próximo da realização desse estudo, 45% dos eleitores se posicionavam como de direita, 20% de centro e 35% de esquerda (DATAFOLHA, 2014).

reflete os valores familiares e suas vinculações a uma determinada situação de classe. Com efeito, esses fatores estruturam a construção de uma tomada de consciência¹⁵ política pelos jovens agricultores familiares. Eles se encontravam em meio a processos formativos dinâmicos nos espaços de socialização política dos movimentos sociais. Ao conhecerem o histórico de lutas da Fetag-BA por reforma agrária, direitos dos trabalhadores rurais, emancipação feminina e a formulação programática da Contag, os jovens passam a ter contato com novos saberes e visões de mundo que podem vinculá-los às posições políticas críticas ao capitalismo. Assim, parte significativa dos jovens agricultores se identifica com a esquerda e com o socialismo.

A participação sindical dos jovens se revelou marcada por valores e práticas construídas nas dinâmicas familiares, contribuindo para atribuição de sentidos às práticas políticas, que expressam um projeto de reprodução social na agricultura familiar. Isso se manifestou na participação em organizações, na forma de recrutamento e engajamento no movimento sindical, no conhecimento de políticas públicas e nas posições políticas-ideologias. Em seu conjunto, elas revelam a incorporação das normas e a conformidade com a socialização no trabalho familiar. Com isso, percebemos que a presença de uma nova geração nos fóruns do movimento sindical demanda novas formas de mobilização e organização, assim como de novos dispositivos de socialização política e de vinculação deles aos objetivos gerais do movimento.

Considerações finais

O artigo analisou a participação de jovens no sindicalismo da agricultura familiar na Bahia, no contexto de ascensão das políticas públicas para a agricultura familiar. Situou a trajetória das organizações até a institucionalização da participação juvenil na estrutura da Contag, o que resultou na implementação de políticas públicas destinadas aos jovens agricultores familiares. Mobilizou indicadores capazes de caracterizar os jovens agricultores familiares e suas práticas políticas. Descrevendo o processo de construção dos jovens agricultores familiares como sujeitos históricos com um

¹⁵ Usamos essa noção em seu duplo significado derivado da filosofia marxista e da epistemologia genética de Piaget. Num primeiro momento refere-se à passagem dialética da consciência do sujeito *em si*, que adquire consciência *de si*, elevando-a em sujeito *para si*. Num segundo, complementar, a noção se estrutura como um processo dinâmico em permanente atividade, que resulta das interações sociais de cooperação que promovem a tomada de consciência das normas de reciprocidade, proveniente da relação entre sujeito e objeto (PIAGET, 1977).

projeto político *para si*, que traduz as particularidades de uma situação de classe marcada por precárias condições materiais e intensa socialização no processo de trabalho familiar agrícola.

Os jovens agricultores familiares se vinculam à ordem social vigente através das dinâmicas produtivas e reprodutivas das unidades de produções familiares. No caso estudado, predominou a condição de proprietários de pequenas propriedades, voltadas principalmente para o autoconsumo e a comercialização direta ao consumidor. As rendas agrícolas eram centralizadas pelos adultos, dificultando a autonomia material dos jovens. Ao mesmo tempo, eles se encontravam plenamente inseridos no trabalho familiar agrícola, considerando-se tanto o tipo de participação quanto a jornada de trabalho. As diferenças na intensidade do trabalho familiar agrícola, entre jovens homens e jovens mulheres, corresponderam às dinâmicas da divisão sexual e etária do trabalho no interior da unidade de produção familiar e à atribuição de papéis sociais distintos com base nestes critérios. Apesar das dificuldades materiais, no caso dos jovens sindicalizados, o *habitus* (estrutura social incorporada) e o *ethos* (valores e crenças fundamentais) instituídos na socialização familiar e posteriormente sindical reforçam as disposições necessárias à reprodução social desse processo de trabalho, como indicaram os projetos profissionais de permanência na agricultura. O que nos possibilitou compreender as práticas políticas como meio de mobilização de recursos que permitissem a reprodução social como agricultores familiares.

Ao investigar a participação sindical dos jovens mobilizados pela Fetag-BA, evidenciamos uma vasta cultura participativa, com engajamento em diferentes tipos de organizações presentes no meio rural. Esse envolvimento foi maior entre as jovens mulheres. A experiência organizativa mais frequente desse público foi no próprio movimento sindical. O recrutamento sindical se realizou principalmente na esfera das relações interpessoais de natureza privada como os vínculos familiares, de amizade e comunitários. Entre as instituições públicas responsáveis pela aproximação de jovens mulheres ao movimento sindical, se destacou a presença Igreja Católica. A prática política dos jovens apareceu condicionada às capacitações construídas na ação coletiva, o que revelou, como um desafio ao movimento sindical, a necessidade de aperfeiçoar seus instrumentos de formação política, uma vez que grande parte dos entrevistados desconhecia as principais políticas e programas

destinados aos jovens agricultores familiares. Nesse contexto, a identificação ideológica dos jovens refletiu as posições de seu grupo de referência e os valores reproduzidos na socialização no trabalho familiar, que são ampliados com a socialização política no sindicato. É possível percebermos a importância central da família para construção da visão do mundo, dos valores, dos projetos, das tomadas de posições e práticas políticas dos jovens agricultores familiares.

De modo geral, pode ser cotejado que a participação desses jovens no sindicalismo ocorreu em meio às incertezas da transição para a vida adulta relacionada aos impasses da reprodução social na agricultura familiar. Ao participarem do movimento sindical, eles demonstraram estar em busca de respostas coletivas capazes de superar os limites materiais e outros obstáculos sociais à reprodução social da agricultura familiar. Por meio da participação sindical, os jovens agricultores experimentaram novas formas de socialização política, reforçando suas identidades sociais, e desenvolveram novas formas de ação social, ampliando seus campos de possibilidades. A participação no movimento sindical possibilitou que os jovens superassem a dispersão e o isolamento do mundo rural, o que permitiu a identificação e o reconhecimento mútuo com seus pares de idade, e a projetarem para si destinos comuns. Isso corresponde ao processo de formação de uma unidade geracional, que assume forma de grupo concreto, através da participação em coletivos de jovens dos sindicatos de trabalhadores da agricultura familiar. Com efeito, os jovens agricultores familiares se inscrevem como sujeitos históricos e agentes políticos das transformações sociais dos territórios rurais quando constroem um movimento de jovens agricultores familiares. Assim, a participação sindical dos jovens agricultores familiares adquiriu o sentido de construção de um movimento juvenil destinado à luta política por reconhecimento social e conquistas de autonomia material na agricultura familiar.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec; Unicamp, 1998.
- ALMEIDA, Juliane de Oliveira. *Socialização de gênero e geração na agricultura familiar no território de Irecê – Bahia*. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –

- Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elemento para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O Senso Prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 493-510, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300493&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 maio 2021.
- CASTRO, Elisa Guaraná de; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emilia Barrios *et al.* *Os jovens estão indo embora?* Juventude Rural e construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidade económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Maria. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação de mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco*. In: WOORTMANN, Ellen; MENAVHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: Nead; MDA, 2006.
- DATAFOLHA. *Perfil Ideológico dos Brasileiros – setembro de 2014*. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/09/08/matriz-direita-x-esquerda.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2021.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1996.
- DIETERICH, Ronaldo. *Clube 4'S: descrição e análise da participação de jovens e sua permanência nas atividades agrícolas*. 1983. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Sociologia Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.
- EMATER/RS – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul. *Manual de Diretoria de Clube 4S*. Folheto. Porto Alegre: Emater/RS, 1981.
- FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.
- FORACCHI, Marialice M. *A Juventude e a Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- GALINDO, Eryka. *Sou Jovem do Campo: caminhos de construção da identidade juvenil no sindicalismo rural*. In: LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Orgs.). *Juventudes do Campo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- GARCIA, Mariana Hansen. *Jovens trabalhadores e o movimento sindical: percepções e participação sindical*. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202492>. Acesso em: 15 jun. 2021.

- GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.27655>. Acesso em: 7 jun. 2021.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação, perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; GARCIA, Maria F.; GARCIA JR. Afrânio. O lugar das mulheres em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, Neuma (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxa de sindicalização cai a 11,2% em 2019, influenciada pelo setor público. Brasília, 26 ago. 2020. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/28667-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-11-2-em-2019-influenciada-pelo-setor-publico.html>. Acesso em: 5 maio 2021.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Unicamp, 1993.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LENIN, Vladimir Ilyich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de. *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Mannheim – Grandes Cientistas Sociais*, n. 25. São Paulo: Ática, 1982.
- MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Juventudes Rurais: processos sociais e temáticas de pesquisa. In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; FROEHLICH, José Marcos. *Juventudes Rurais e Desenvolvimento Territorial*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2019.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1985.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MENDRAS, Henry. *As sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NASCIMENTO, Telma Regina. Trabalhadoras rurais e empoderamento: relações conjugais e convívio familiar: mulheres líderes de sindicato. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). *Mulheres Rurais: Cadernos Flacso 17*. Brasília: Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, 2020.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Participação Política. In: GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Dicionário de políticas públicas*. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.
- PAPPÁMIKAIL, Lia. Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia*, Porto, v. 20, p. 395-410, 2010. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2296>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PAULILO, Maria Ignez. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p 229-252, 2004.
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, 1987.
- PIAGET, Jean. *A Tomada de Consciência*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RODRIGUES, Iram Jácome. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? *Cadernos CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 479-491, 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000300479&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 maio 2021.
- SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>. Acesso em: 3 nov. 2021.
- SCHNEIDER, Sergio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SOUSA, João Paulo Aguiar de. *Projetos profissionais de jovens agricultores familiares no município de Valença-BA*. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.
- SOUZA, Sirlei de Fátima. *Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4'S em Passo Fundo (1950-1980)*. 2003. 240 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
- SOUZA, Solange Batista de. *Extensão Rural e Juventude: a experiência dos Clubes 4'S em Minas Gerais (1950- 1980)*. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.
- VELHO, Octavio. Movimentos Sociais Rurais. In: FGV – Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: TEDESCO, João Carlos (Org.). Agricultura família, realidade e perspectivas*. Passo Fundo: Editora da UPF, 1999.
- WEISHEIMER, Nilson. *A situação juvenil na agricultura familiar*. Curitiba: CRV, 2019a.
- WEISHEIMER, Nilson. *Juventude e agricultura familiar no Recôncavo da Bahia*. Cruz das Almas: EDUFRB, 2019b.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ZATTI, Vicente. *Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

Como citar

WEISHEIMER, Nilson. Um movimento de jovens agricultores familiares. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230101, 21 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-1>.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

A Dialética do Concreto: um aporte epistemológico frutífero nas pesquisas agroecológicas?

Dialectics of the concrete: a fruitful category in agroecological research?

 Renata Gadelha¹ •  Rosalvo Schütz²

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-2>

Resumo: Este artigo tem o objetivo de apontar como o materialismo histórico dialético, na forma como é apresentado pelo filósofo Karel Kosik, representa um aporte conceitual que permite um aprofundamento na visão epistemológica e metodológica adequado às pesquisas em agroecologia. Conceitos como totalidade concreta, trabalho, práxis, historicidade, dialética, quando utilizados conjuntamente, propiciam um avanço no potencial de análise e tematização nas pesquisas sobre o campo brasileiro, os agroecossistemas, relações de gênero, relação campo e cidade, assim como podem subsidiar a nossa compreensão quando permitem o reconhecimento da importância dos movimentos sociais para o avanço e fortalecimento da agroecologia. Diante do caráter multidimensional que a agroecologia necessariamente representa na teoria e na prática, a apropriação produtiva do pensamento de Kosik certamente poderá constituir um valioso referencial.

Palavras-chave: materialismo histórico dialético; agroecologia; metabolismo social.

Abstract: This article addresses how dialectical historical materialism, as presented by the philosopher Karel Kosik, represents a conceptual contribution that offers an expanded the epistemological and methodological vision suited to research in agroecology. When used together, concepts such as concrete totality, work, praxis, historicity, and dialectics advance the potential for analysis and thematization in research on the Brazilian countryside, agroecosystems, gender relations, and rural and city relations, and also expand our understanding by recognizing the importance of social movements to advance and strengthen agroecology. Given the multidimensional nature of agroecology in theory as well as practice, the productive appropriation of Kosik's thinking certainly represents a valuable reference.

Keywords: dialectical historical materialism; agroecology; social metabolism.

¹ Professora de Filosofia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: regadelha@hotmail.com.

² Professor Adjunto D nos Programas de Pós-graduação em Filosofia e em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Doutor em Filosofia pela Universität Kassel, Alemanha. E-mail: rosavoschutz@hotmail.com.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar a visão do materialismo histórico dialético do filósofo tcheco Karel Kosik e indicar como essa visão epistemológica e metodológica pode ser tomada como um aporte teórico frutífero para pesquisas agroecológicas. Evidentemente, isso somente será possível na medida em que nos apropriarmos produtivamente dele, tornando-o uma referência inserida no diálogo de saberes, na perspectiva de incluí-lo no contexto da compreensão mais profunda da realidade do campo brasileiro em suas intersecções entre classe, raça, gênero e natureza.

A agroecologia pode ser definida como um enfoque científico (CAPORAL; COSTABEBER, 2000; ALTIERI, 2004; GLIESSMAN, 2005), que critica o paradigma reducionista da ciência moderna, assim como um modo de vida e movimento social (GUZMÁN, 2001). Entre seus princípios podemos identificar, na dimensão ecológica, a busca da recuperação e manutenção do equilíbrio ecológico dinâmico dos agroecossistemas, bem como de sua resiliência, por meio da promoção e conservação da biodiversidade (ALTIERI, 2004; GLIESSMAN, 2005; MACHADO, 2013). Na dimensão social e cultural, há a valorização dos saberes locais, da participação dos(as) agricultores(as) no processo da construção e dos conhecimentos que, colocados em práticas, procuram a autonomia e a autossuficiência das famílias, permitindo que elas permaneçam no campo; com isso, gerando emprego, renda, qualidade de vida e superando a pobreza e as desigualdades sociais (GUZMÁN, 2001). Na dimensão política, há a valorização da organização social, de movimentos sociais, com o objetivo de pressionar os governos para aplicarem políticas públicas mais justas que favoreçam o modelo agroecológico (CAPORAL, 2013). Na dimensão acadêmica, há a valorização da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, procurando superar o reducionismo do paradigma científico da ciência moderna que fragmenta os conhecimentos e é incapaz de compreender a realidade em sua complexidade e propor soluções efetivas para os problemas que surgem, assim como nessa nova forma de construção de conhecimento se dá especial atenção aos conhecimentos tradicionais de diferentes povos que, através da experiência prática, desenvolveram diversas técnicas e modos de vida que trabalham em diálogo com a natureza (BORSATTO; CARMO, 2012).

Referências nos estudos em agroecologia que buscaram avançar nas discussões sociológicas e epistemológicas, em geral, se apoiaram nas teorias do pensamento complexo de Edgar Morin (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2005;

TOLEDO; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2007; GUZMÁN, 2011; BORSATTO; CARMO, 2012; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015), nas discussões sobre metabolismo social (TOLEDO, 1993; TOLEDO; GONZÁLEZ DE MOLINA, 2007) e em conceitos como coevolução (NORGAARD, 1989; GUZMÁN, 2001, 2011; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2005; GOMES, 2005). Todas essas ideias possuem influências em comum, às vezes diretamente referenciada, logo, consciente para esses autores, às vezes não: o método desenvolvido por Marx e Engels, o materialismo histórico dialético. Loureiro e Viégas (2012), a partir dos estudos de diferentes obras de Edgar Morin, indicam a forte influência que o pensamento de Marx, sobretudo em relação ao método, teve na construção da teoria da complexidade. Já os conceitos de metabolismo social e coevolução são conceitos que, embora evidenciem aspectos específicos ou mesmo inéditos, partem, em grande medida, do conceito de trabalho³ de Marx, que está no coração do materialismo histórico dialético. Vejamos:

Em relação, por exemplo, ao uso do conceito de “metabolismo social”, embora reconheça-se que um dos primeiros teóricos a empregar esta expressão tenha sido Karl Marx, o seu potencial de análise foi muito reduzido. Este conceito foi incorporado às discussões da economia ecológica como uma forma de quantificar o impacto da economia no meio ambiente, levando em conta uma perspectiva e os dados que a economia clássica desconsiderava. Ou seja, o conceito de metabolismo social permitiu evidenciar o consumo dos bens naturais e as externalidades geradas nos processos produtivos e que não eram levadas em conta nos cálculos de viabilidade econômica dos empreendimentos capitalistas, assim como comparar diferentes sistemas produtivos (por ex.: um sítio camponês e um empreendimento do agronegócio) (INFANTE-AMATE; MOLINA; TOLEDO, 2017).

Embora seja importante a visibilização desses números, a teoria do metabolismo social na economia ecológica ficou restrita à criação de ferramentas para quantificar o impacto do ser humano no meio ambiente. É interessante saber, por exemplo, que em 1900 o consumo total de bens naturais, pelos seres humanos no planeta, era de 7,12 gigatoneladas (Gt) e que, em 2009,

³ “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 2017, p. 255).

havia aumentado para 68,14 Gt (INFANTE-AMATE; MOLINA; TOLEDO, 2017). Contudo, isso tem importância similar à apresentação dos números de feminicídios no mundo, no país etc. Ou seja, temos clareza de que existe um problema, mas não sabemos quais são as suas causas nem como enfrentá-lo. Nos parece que o que foi feito com o conceito de metabolismo social seria o mesmo que utilizar o conceito de relações de gênero para apenas quantificar o número de violências sofridas pelas mulheres: perderíamos boa parte de seu potencial de análise. A questão é: por que sujeitos reais começam a degradar o meio ambiente em determinado espaço e tempo histórico, sendo que em outros isso não ocorria/ocorre? É disso que se trata a expressão metabolismo social na teoria de Marx: compreender processos, transformações históricas nas sociedades, e não apenas apresentar dados de algo que se conhece, uma descrição da atualidade.

É a partir do conceito de trabalho que o metabolismo social torna-se possível, pois sem ele seria apenas metabolismo natural. É com base no trabalho que os seres humanos criam realidades distintas das “naturais”, mas que se automatizam e se reproduzem de tal forma que aparecem como se fossem naturais, por isso, o termo metabolismo: são padrões de reprodução humana e de interação humana com a natureza que se fixam em um determinado espaço e tempo, criando a economia, a sociedade, entre outras construções.

Nos parece que a noção de metabolismo social pode adquirir um significado mais apropriado, quando, por exemplo, é confrontado com a noção de totalidade concreta. Ela é uma das categorias teóricas centrais de Kosik (1969), que contribui para o fortalecimento da perspectiva de como as diferentes dimensões da vida estão conectadas: ecológica, social, econômica, cultural, entre outras. Da mesma forma, a perspectiva histórica é fundamental em sua teoria, uma vez que, como sabemos, os seres humanos fazem sua própria história, mas não sob as condições que escolhem (MARX, 2011). Além disso, na sua concepção de construção de conhecimento e realidade, através da interação dialética constante entre objetividade e subjetividade, deixa em aberto as elaborações de sentidos conforme os espaços e tempos históricos, permitindo a compreensão da formação de diferentes culturas e formas de pensar. Essas questões, no nosso modo de ver, podem contribuir para fortalecer e evidenciar elementos teóricos necessários para uma compreensão epistemológica mais adequada às necessidades agroecológicas, como é o caso da própria noção de

metabolismo social. A seguir, abordamos e aprofundamos esses temas com base em algumas categorias da obra de Kosik (1969), a fim de ampliar e refinar o horizonte conceitual que se aproxime da realidade agroecológica.

Da pseudoconcreticidade à totalidade concreta

Kosik (1969) inicia a discussão em *Dialética do concreto* nos lembrando da função da ciência e da filosofia e, com isso, expõe sua concepção de realidade. Se a realidade fosse diretamente apreendida pelos sentidos humanos, não haveria necessidade da existência da ciência nem da filosofia. Ou seja, se ao entrar em contato direto com algo, imediatamente, já compreendêssemos o que é esse algo, então, investigação alguma seria necessária. Sendo assim, muito embora os dados imediatos, que nossos sentidos nos fornecem da realidade, possam parecer ser “a verdade”, num primeiro momento, eles são abstrações, pois o fato de nós vermos, tocarmos, sentirmos algo não significa que conhecemos esse algo, embora essa seja uma condição incontornável para iniciar seu conhecimento. Significa que entramos em contato com algumas características desse algo que, para ser compreendido, precisa ser pesquisado, analisado e situado, ou seja, tornar-se concreto.⁴ O que não acontece espontaneamente:

Todavia, a “existência real” e as formas fenomênicas da realidade (...) são diferentes e muitas vezes absolutamente contraditórias com a lei do fenômeno, com a estrutura da coisa e, portanto, com o seu núcleo interno essencial e o seu conceito correspondente. (...) a *praxis* utilitária imediata e o Fsenso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade. (KOSIK, 1969, p. 10)

O autor diferencia dois aspectos da realidade: o mundo da pseudoconcreticidade e o da totalidade concreta. O mundo da pseudoconcreticidade diz respeito ao mundo dos fenômenos cotidianos, da rotina, da familiaridade, que é reproduzido sem se indagar como e porque é naturalizado. Nesse sentido, com essa naturalização, o sujeito pode estar

⁴ Kosik se mantém na tradição marxiana, já herdada de Hegel (1995), segundo a qual o concreto é mais abrangente que o abstrato: “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 2008, p. 258).

violentando a si mesmo, pois a violência lhe aparece como algo natural, como fazendo parte da ordem das coisas: necessária e inquestionável.

Por exemplo, a divisão sexual do trabalho é vista, por muitos, como algo natural. Podemos descrever as diferentes atividades exercidas por homens e mulheres e suas respectivas valorizações na sociedade, e isso pode ser considerado como algo que sempre foi e pode/deve continuar sendo dessa forma, assim como hoje, em muitas situações, existe a percepção de que o uso de determinados venenos no cultivo de alimentos é algo que não traz malefícios para a saúde, pois, em alguns casos, o efeito dos agrotóxicos não é sentido imediatamente. Contudo, partindo dos fenômenos e buscando analisá-los, podemos chegar a diferentes compreensões sobre eles. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, é algo histórica e socialmente construído, logo, pode ser desconstruída e/ou modificada. E uma análise bioquímica dos efeitos dos agrotóxicos no ambiente e no corpo humano, ou mesmo um acompanhamento sistemático da relação entre certas doenças e o uso de agrotóxicos, pode comprovar aquilo que o corpo pode não sentir de imediato: seus malefícios para a saúde e sobre o conjunto do meio ambiente.

Nesse sentido, Kosik (1969) avança afirmando que, embora o fenômeno (a aparência) não nos revele a realidade, ele é a porta de entrada para ela e, por isso, não podemos prescindir dele.

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. (...) O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos (...) A essência não se dá imediatamente. (KOSIK, 1969, p. 11)

Para atingir a essência, no entanto, é preciso partir do fenômeno. Esse fenômeno que nos aparece pelos nossos sentidos como sendo concreto/real, na verdade é abstrato/vazio, uma vez que suas “múltiplas determinações” ainda não se evidenciaram para nossa consciência. E somente poderemos compreendê-lo por meio do processo de abstração, da decomposição teórica do todo, a fim de perceber suas interconexões reais. “O ‘conceito’ e a ‘abstração’,

em uma concepção dialética, tem o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa” (KOSIK, 1969, p. 14). Porém, por mais importante que seja esse momento da decomposição, ele precisaria ser dialeticamente reinserido no todo mais abrangente, concreto. Não acontecendo esse segundo momento, o pensamento se torna parcial e unilateral.

Fazendo um paralelo com as pesquisas agroecológicas, aqui evidencia-se a importância das investigações inter e transdisciplinares que superam a perspectiva unidimensional da realidade (ou só ecológica, ou só social, ou só cultural, ou só local, ou só global, entre outras) que é insuficiente para compreender a complexidade dos problemas reais. Por exemplo, restringir o olhar apenas para uma realidade local (uma comunidade, um agroecossistema específico), sem analisar como o global afeta e interfere na dinâmica dessas localidades, como o local e o global interagem entre si, seria uma posição teórica que ainda permaneceria na esfera da pseudoconcreticidade e, portanto, marcadamente parcial. Pelo fato de a *praxis* do dia a dia, geralmente, se orientar por esse recorte específico da realidade, ela está na base do nosso pensamento comum que, por isso, é muito abstrato e unilateral, mesmo sendo justamente ela que fornece, incontrolavelmente, o ponto de partida de qualquer horizonte mais abrangente. Para Kosik, é preciso fazer um duplo movimento:

Da vital, caótica, imediata representação do todo, o pensamento chega aos conceitos, às abstratas determinações conceituais, mediante cuja formação se opera o retorno ao ponto de partida; desta vez, porém, não mais como ao vivo mas incompreendido todo da percepção imediata, mas ao conceito do todo ricamente articulado e compreendido. (1969, p. 29)

A compreensão da realidade desde um ponto de vista agroecológico, certamente, será tanto mais adequada quanto mais se aproximar de uma compreensão epistemológica aqui denominada por Kosik de totalidade concreta.

Como superar a pseudoconcreticidade?

Para poder avançar no conhecimento da realidade, superando a pseudoconcreticidade e a tendência de substituir a compreensão do todo por um recorte específico da realidade realizada pela nossa abstração, Kosik (1969) aponta a dialética, no modo como a compreende, como postura teórica mais adequada.

Segundo ele, a dialética submete o mundo das representações e do pensamento comum “a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da *praxis* social da humanidade” (KOSIK, 1969, p. 16-17). Além disso, de acordo com sua concepção, dialética compreende a realidade como a unidade da produção e produto, sujeito e objeto, gênese e estrutura. Assim, é uma concepção de mundo que não o toma como sendo “pronto e acabado”, com estruturas fixas e imutáveis, seja na estrutura do universo, seja na estrutura do ser humano ou mesmo na historicidade. Daí o autor conclui que, uma vez que a realidade está em constante movimento e transformação, também a forma de tentar conhecer essa realidade deve sempre levar isso em consideração e adequar-se o máximo possível a ela. “A destruição da *pseudoconcreticidade* significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza” (KOSIK, 1969, p. 19). Estamos, portanto, diante de um desafio propriamente epistemológico que certamente dialoga diretamente com o desafio de compreender de modo adequado os complexos e dinâmicos sistemas agroecológicos.

A questão se complexifica ainda mais, como já se sabe, desde o ponto de vista de qualquer compreensão agroecológica, quando consideramos que a própria realidade é uma construção constante de si mesma e os sentidos atribuídos a ela também são, simultaneamente, a criação e a participação humana ativa desse próprio “sentido”.

Da minha audição e da minha vista participam, portanto, de algum modo, todo o meu saber e a minha cultura, todas as minhas experiências (...). Na apropriação prático espiritual do mundo, da qual e sobre o fundamento da qual derivam originariamente todos os outros modos de apropriação – teórica, artística, etc. – a realidade é, portanto, concebida como um todo indivisível de entidades e significados, e é implicitamente compreendida em unidade de juízo de constatação e de valor. (KOSIK, 1969, p. 24)

Ora, se o materialismo histórico dialético parte dessa concepção, fica evidente seu potencial para analisar a diversidade, multiplicidade, de mundos existentes, tanto nas culturas quanto no meio ambiente. Nos parece que o aporte teórico de Kosik, na forma como aqui o apresentamos, permite que compreendamos diferenças culturais e ecológicas, bem como suas implicações e

interpelações. Assim, se torna possível, por exemplo, compreender porque para algumas pessoas as folhas das árvores são sujeira, enquanto para outras elas são alimento para a terra. Porque para algumas culturas ter acesso a terra para cultivar e ter criações é sinônimo de riqueza, enquanto para outras riqueza é possuir dinheiro (MIES; BENNHOLDT-THOMSEN, 2000). Os exemplos seriam diversos, mas o que está por detrás disso é uma forma de compreender e se relacionar com a realidade que, justamente, permite (não anula, nega, inferioriza) observar/analisar a diversidade a partir de suas próprias condições e interconexões materiais, culturais, histórica, entre outras, de modo que precisam ser levadas em conta na perspectiva de uma compreensão pautada pelo horizonte da totalidade concreta:

O homem capta a realidade, e dela se apropria “com todos os seus sentidos”, como afirmou Marx; mas estes sentidos, que reproduzem a realidade para o homem, são eles próprios um produto histórico social. O homem deve ter desenvolvido o sentido correspondente a fim de que os objetos, os acontecimentos e os valores tenham um sentido para ele. (...) O homem descobre o sentido das coisas porque ele se cria um sentido humano para as coisas. (KOSIK, 1969, p. 120)

A teoria materialista do conhecimento, segundo Kosik (1969), compreende a consciência como tendo um duplo caráter: ao mesmo tempo que ela reflete uma realidade, ela cria esta mesma realidade: ela é reflexo e projeção, registra e constrói, é receptiva e ativa. Sujeito e objeto, no conjunto de suas interações, portanto, constituem a realidade concreta. Ou seja, nós humanos, por meio de nossos conhecimentos, consciência e ação, somos copartícipes da construção da realidade: reproduzindo a estrutura vigente, mas também com a potencialidade de construir o novo. Sendo assim, a *consciência* assume um papel muito importante quando pensamos em transformações sociais: a realidade a ser continuamente construída, seja pela reprodução do existente, ou pela criação do novo, é mediada pela consciência do ser humano. Dessa forma, o sujeito humano passa a ser considerado parte constituinte e constituidora tanto do conhecimento quanto da realidade material, sem, no entanto, se afirmar como sujeito absoluto, uma vez que também está inserido numa realidade natural-ecológica da qual depende. A concepção abstrata que nos isola da natureza passa, assim, a ser superada, em vista de uma visão mais ampla e concreta da realidade, na qual sociedade e natureza podem ser percebidas como partes constituintes de uma totalidade mais ampla.

A partir da dialética do concreto é possível compreender que os sentidos estão em disputa constante, que podem ser desconstruídos e reconstruídos. Por exemplo, se até por volta de 1970, na Região Sul do Brasil, os(as) colonos(as) tinham orgulho de se identificar como tal, e esse orgulho era fruto da valorização do trabalho que eles(as) realizavam, sendo o trabalho assalariado percebido como uma piora na qualidade de vida. Após a década de 1980, com o avanço da modernização conservadora no campo, a importância, o sentido, inverte-se: não há mais orgulho em identificar-se como colono(a) e o trabalho assalariado é valorizado como uma melhora na vida da pessoa (DORIGON; RENK, 2011). Contudo, os movimentos sociais do campo têm trabalhado para resgatar o valor da identidade camponesa, do modo de vida e de trabalho das pessoas que vivem no campo. Com isso, novamente, transformando os sentidos do que é ser camponesa/camponês, assim como identificando qual o sentido da agricultura, da alimentação, dos conhecimentos, entre outras necessidades. Quanto mais concreta a compreensão de todos esses fatores, mais adequados poderão ser os sentidos a orientar as práticas agroecológicas daí decorrentes.

A totalidade concreta como parâmetro epistemológico para a agroecologia

A partir dos argumentos apresentados até aqui, podemos concluir que quando Kosik (1969) afirma que a realidade é a totalidade concreta, ele não está sugerindo que esta seja apenas um conjunto de fatos, um acúmulo de fatos ou todos os fatos. Para ele: “Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético (...) se são entendidos como partes estruturais do todo” (KOSIK, 1969, p. 35-36). A compreensão da realidade como totalidade concreta, por isso, é um avanço diante da perspectiva de mundo mecânica, criada pela ciência moderna. O autor está convicto de que a

(...) constatação de que o estudo das partes e dos processos isolados não é suficiente; ao contrário, o problema essencial consiste em “relações organizadas que resultam da interação dinâmica, fazem com que o comportamento da parte seja diverso, se examinado isoladamente ou no interior de um todo”. (KOSIK, 1969, p. 38)

Ora, se queremos compreender o fenômeno em sua totalidade e não apenas suas partes isoladas, não faz sentido olhar exclusivamente para elas como se não dialogassem entre si e não sofressem influências mútuas. O próprio todo é

dinâmico. “A dialética não pode entender o todo como um todo já feito e formalizado, que determina as partes, porquanto à própria determinação da totalidade pertencem a gênese e o desenvolvimento da totalidade” (KOSIK, 1969, p. 49). Para elucidar este ponto, apresentamos dois exemplos vinculados a concepções de natureza (humana ou não humana) que subjazem, como pressupostos ocultos, em muitas pesquisas, influenciando seus procedimentos e resultados.

O primeiro exemplo é sobre a ausência da discussão de relações de gênero nas pesquisas. Em investigações acerca dos conhecimentos tradicionais, agrobiodiversidade, o homem continua sendo apresentado como sujeito universal, padrão, desses conhecimentos (CARNEY, 1998; HOWARD, 2003, 2006; HOWARD-BORJA; CUIJPERS, 2013; PFEIFFER; BUTZ, 2005). Assim, em geral, as pesquisas têm sido “cegas” ao gênero, aquilo que se apresenta como todo concreto, na verdade, não passa de um recorte abstrato específico: pseudoconcreticidade. Essa “cegueira” pode comprometer todo o resultado delas, ao não reconhecer que os conhecimentos são construções sociais, que as construções sociais são perpassadas pelas relações de gênero e que homens e mulheres são socializados (construídos como sujeitos(as) sociais) uns em relação aos outros (masculino e feminino). Invisibilizar as relações de gênero não é apenas apagar as mulheres,⁵ é não compreender fatores que determinam o próprio ser social do homem, ou seja, o homem também é apagado. Se olhamos para a comunidade tradicional, para a família agricultora, de modo homogêneo, a partir da voz e atuação apenas do “chefe de família”, permaneceremos na esfera abstrata superficial, não estaremos vendo o todo em suas múltiplas determinações, mas apenas uma parte. Resulta daí uma objetividade fraca sobre a qual nos falamos as epistemologias feministas (SMITH, 2006) e que podemos chamar de pseudoconcreticidade, pois como afirma Kosik (1969): o comportamento da parte é diferente se examinado isolado ou no todo.

Nas ciências agronômicas temos outro exemplo: os estudos de alelopatia (GLIESSMAN, 2005). Algumas plantas no seu processo de desenvolvimento liberam substâncias que apresentam diferentes finalidades para si mesma (proteção contra ataques de predadores, enraizamento, entre outros

⁵ Algumas pesquisas têm apontado os problemas gerados pela invisibilização dos conhecimentos e práticas das mulheres agricultoras em todo o mundo, assim como da incompreensão das relações de gênero nas diferentes culturas, no momento de se pensar políticas públicas e formas, por exemplo, de promover/conservar a agrobiodiversidade (CARNEY, 1998; HOWARD, 2003, 2006; PFEIFFER; BUTZ, 2005; HOWARD-BORJA; CUIJPERS, 2013).

propósitos). Pesquisadores(as), ao descobrirem a existência dessas substâncias e suas diferentes potencialidades, passam a isolá-las em laboratório para comprovar a sua eficácia. Contudo, as plantas, como todos os seres vivos, são dinâmicas e se comportam conforme o ambiente no qual estão inseridas, interagindo com diversos fatores e se constituindo a partir dessas interações. Desse modo, a liberação da substância e o seu efeito no ambiente dependerá do próprio ambiente, ou seja, da relação da planta com a multiplicidade de fatores aos quais ela está ligada: outras plantas, as qualidades físico-químicas do solo, umidade, irradiação solar, entre outros. Ou seja, examinar a planta e suas substâncias fora do seu contexto representa uma visão muito restrita do seu efetivo resultado (GADELHA, 2018): seria preciso avançar para uma prática orientada por uma compreensão mais concreta.

Trazer a reflexão sobre o comportamento dos ecossistemas e sobre as possíveis implicações epistemológicas decorrentes de uma compreensão deficitária do papel constitutivo das relações sociais no horizonte agroecológico, além de indicar para uma concepção viva e dinâmica de natureza, é recordar que o ser humano não é só cultura mas, também, natureza. Portanto, não nos percebermos como seres inseridos organicamente na natureza é decorrência de um recorte abstrato, não condizente com a realidade e que, talvez, esteja na origem de grande parte dos problemas ambientais da atualidade. Do ponto de vista sugerido pela dialética do concreto, o ser humano tem essa característica da dinamicidade em comum com a própria natureza. Essa dimensão se encontra formulada em Kosik como princípio metodológico:

O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo (...): de um lado, definir a si mesmo, de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. (1969, p. 40)

Essa postura teórica nos parece muito apropriada no contexto tanto na prática quanto na teoria agroecológica, uma vez que nos leva a buscar

compreender e agir de modo a levar em conta as interações ambientais e produtivas como também as culturais e históricas.

A historicidade e a importância dos sujeitos

Além de todas essas dimensões, que podemos dizer que são dimensões do presente, estruturas atuantes no aqui e agora, segundo Kosik (1969), é preciso considerar o processo histórico de cada uma dessas dimensões. Cada uma das dimensões descritas anteriormente teve um processo histórico de formação que levou à sua constituição no presente. Elas não foram sempre da forma como são hoje e não permanecerão sendo, pois estão em constante transformação. E nesse processo, o papel do ser humano em tal dinâmica é fundamental:

a realidade social não é conhecida como totalidade concreta se o homem no âmbito da totalidade é considerado apenas e sobretudo como objeto e na *praxis* histórico-objetiva da humanidade não se reconhece a importância primordial do homem como sujeito. (KOSIK, 1969, p. 44).

No contexto das reflexões agroecológicas, isso implica afirmar que são os sujeitos que criam os agroecossistemas, os sistemas agrícolas tradicionais, dos quais a agroecologia extrai seus princípios ecológicos. Se perdermos de vista a interação sujeito-ambiente, a análise se torna muito reduzida/abstrata e, por vezes, equivocada. Da mesma forma, se partimos da perspectiva da totalidade concreta, é importante que compreendamos a extrema importância da dimensão política dos processos, pois nas relações sociais é por meio dessa dimensão que a totalidade se amarra de forma global. Não adianta a família agricultora criar um modelo perfeito de sustentabilidade apenas em seu estabelecimento, agroecossistema, ficando à mercê de agrotóxicos dos vizinhos, da diminuição de disponibilidade de água em virtude dos desmatamentos, de monoculturas, do aquecimento global, da diminuição da biodiversidade, de polinizadores, entre outros fatores, que continuarão ocorrendo, pois são ações do todo da sociedade que escapam do controle da família.

Partir da perspectiva da totalidade concreta é compreender que a luta pela agroecologia não pode ser feita apenas pelo lado de dentro da “porteira”. É imprescindível a luta política, que extrapola os limites do sítio e atinge as estruturas políticas municipais, estaduais, nacionais e globais. Da mesma forma, é preciso romper com a visão de que o campesinato necessita de uma “tutela política” (MARTINS, 1983), de uma elite intelectual que defenderá seus

direitos nessas instâncias “superiores”. A aliança entre campo e cidade para a construção de um mundo mais justo, social e ecologicamente, só ocorrerá quando os sujeitos tiverem a consciência da importância da luta política e não transferirem a responsabilidade desta para terceiros. Diante do exposto, vemos aqui, na medida em que a análise passa a ser mais concreta, a importância da atuação dos movimentos sociais no campo, das ações conjuntas, da organização popular, da articulação política, entre outras atitudes.

Seres humanos e natureza

Nesse momento, é interessante observar a reflexão que Kosik (1969) faz acerca da relação entre seres humanos e natureza, e que nos parece ser mais um importante aporte teórico para qualificar a reflexão agroecológica. Segundo ele, quando estamos reproduzindo nossas ações e valores, cotidianamente, sem refletir sobre a origem delas, há uma relação com a natureza na qual esta é “humanizada”, no sentido de se tornar apenas objeto instrumental e base material da indústria: “[...] a natureza é laboratório e reserva de matérias primas, e a relação do homem com ela é relação do dominador e do criador com o material” (KOSIK, 1969, p. 67). Para o autor, a natureza não poderia ser reduzida a esta função, sob o risco de “empobrecer infinitamente a vida do homem”.

Significa arrancar pela raiz o lado estético da vida humana, da relação humana com o mundo; e, o que mais importa, (...) significa a perda do sentimento de que o homem é parte de um grande todo, comparando-se ao qual ele se pode dar conta da sua pequenez e da sua grandeza (RUBINSTEIN, 1959 *apud* KOSIK, 1969, p. 67).

Essa “perda do sentimento de que o homem é parte de um grande todo” seria uma das consequências desse processo de alienação no qual os seres humanos se tornam objetos, manipuláveis e controláveis, uma vez que limitados a um recorte abstrato, pseudoconcreto. Como reforça o estudioso de Marx e Kosik, o filósofo austríaco Schmied-Kowarzik:

Marx não deixa dúvida de que, por mais que as ciências naturais aumentem enormemente nosso saber da natureza, elas, em sua forma atual abstrata, munidas de leis naturais apartadas de nós, não apenas “completam de modo imediato a desumanização”, mas desnaturam também a própria natureza em suas forças vivas. (2019, p. 70)

Ora, se a relação que o ser humano desenvolve com a natureza gera uma percepção desta apenas como objeto, recurso natural, manipulável, essa percepção é transposta para os próprios seres humanos, que passam a ser vistos como objetos que podem ser manipulados (incapazes/impedidos de gerar conhecimento). Decorre daí que qualquer proposta de transformação social certamente deva conter em si, também, outra concepção de natureza e vice-versa, na qual ela e a sociedade possam ser concretamente concebidas como constitutivos de um “grande todo”: a agroecologia certamente poder contribuir e, simultaneamente, ser fortalecida com esta perspectiva.

A razão racionalista e a razão dialética

Por trás da ciência econômica que interpreta o ser humano como *homo oeconomicus*, está a própria concepção de ciência no mundo moderno capitalista. Por trás da ciência moderna está o que Kosik chama de razão racionalista que leva à racionalização de todos os processos analisados mas, também, à irracionalidade.

A razão racionalista cria uma realidade que ela não pode nem compreender nem explicar racionalmente e nem sequer sistematizar racionalmente. Esta inversão não é uma transformação mística, ela ocorre porque o ponto de partida de todo o processo é a razão racionalista do indivíduo, e, por conseguinte, tanto uma forma de indivíduo historicamente determinada, como uma forma de razão historicamente determinada (1969, p. 92).

Nessa forma de razão, historicamente determinada, os juízos valorativos são supostamente excluídos da ciência, pois a sua presença significaria a perda da cientificidade da pesquisa. Assim, Kosik (1969) constata que na esfera das ações humanas supostamente a ciência pode abordar apenas os “meios” (esfera técnica do comportamento), mas nunca os fins mesmos dessas ações, já que não lhe é permitido trabalhar com valores, motivações subjetivas, entre outras práticas. Com isso, ocorre uma separação entre meios e fins, na qual os meios (as técnicas) permanecem dentro da esfera da “razão”, contudo, os fins, as avaliações, são abandonados. “Nesta concepção de razão e na realidade desta razão, a própria razão equivale à técnica: a técnica é a mais perfeita expressão da razão e a razão é a técnica do comportamento e da ação” (KOSIK, 1969, p. 94). Esse tipo de concepção certamente é um dos elementos que legitimam ações de

intervenção e mesmo destruição de complexos sistemas ecológicos simplesmente para instrumentalizá-los tecnicamente para a produção de *commodities*, desconsiderando todas as possíveis consequências sociais e ambientais negativas dessa intervenção.

Em contraposição à razão racionalista, Kosik (1969) apresenta a razão dialética. Segundo o autor, podemos identificar algumas características fundamentais dessa dialética. Uma delas é o historicismo da razão, ou seja, a razão está em constante transformação, não existe uma “razão” supra-histórica, pronta e acabada para todos os tempos; a razão dialética parte dos fenômenos para a essência, da parte para o todo, e o progresso no conhecimento permite a revisão constante dos princípios mesmos que fundamentam a construção desse conhecimento; ela não está apenas no âmbito do pensar, mas também no do fazer, ela faz parte do processo de formação da própria realidade; e, por fim, “a razão dialética é negatividade que situa historicamente os graus de conhecimento já atingidos e a realização da liberdade humana, e ultrapassa teórica e praticamente cada grau já atingido, inserindo-o na totalidade evolutiva” (KOSIK, 1969, p. 97). Desse modo, podemos compreender a amplitude dos impactos para a vida humana com o processo de alienação do trabalho. Ao ter bloqueada sua capacidade criativa, criadora (perder o nexos com a sua força produtiva), o ser humano começa a perder sua humanidade com o avanço da hegemonia da construção dos conhecimentos pela Ciência Moderna que está a serviço da reprodução e acumulação do capital, como nos alerta Schmieid-Kowarzik:

Ora segundo Marx, a alienação do homem em relação à natureza mostra-se no fato de que o trabalho cotidiano não é experimentado como desdobramento criativo das próprias capacidades e forças essenciais, mas como esgotamento e exploração crescentes das próprias forças, até o desfazimento de si; de que os bens produzidos não representam uma formação da natureza conscientemente levada a efeito pelo homem, senão antes um estilhaçamento das relações naturais de vida (...). (2019, p. 64)

Nesse sentido, o conceito de trabalho e como este está vinculado à construção não só dos conhecimentos, mas da realidade humana (e, com isso, as transformações que essa realidade efetua no mundo/natureza), é fundamental no materialismo histórico dialético. Dentro do campo de pesquisas agroecológicas e do campo brasileiro, podemos compreender com

essa “constelação conceitual” (SCHÜTZ, 2012) mais abrangente, por exemplo, como a perda da autonomia pelas(os) agricultoras(es) na construção dos seus conhecimentos leva à dependência, não só de insumos/técnicos agrícolas, mas também de um modo de vida, cosmologia, impostos de fora. Permite compreender, ainda, como foi exposto, que embora o ser humano viva sempre dentro de um sistema, ele não se reduz a esse sistema, e como sujeito pode, coletivamente, transformá-lo. Encontrar os meios para essa transformação requer a compreensão das múltiplas dimensões que condicionam, na atualidade, a vida humana. Diante do exposto, evidencia-se a importância do conceito de totalidade concreta e de uma correspondente concepção de razão (dialética), não só para que compreendamos as conexões entre essas múltiplas dimensões no campo da agroecologia, mas também para que tenhamos referências epistemológicas adequadas que nos auxiliem na sua compreensão e práxis, de modo que possamos pensar estratégias de resistência e transformação coerentes com sua dinâmica.

Considerações finais

A perspectiva ontológica, epistemológica e metodológica do materialismo histórico dialético, na forma como foi tematizada por Kosik (1969), deixa clara a concepção de relação constante entre seres humanos e natureza. É a partir dessa concepção de que os seres humanos são, antes de tudo, natureza em devir, que nasce e se desenvolve toda a teoria. A partir dessa relação primeira da necessidade, do precisar mover-se, viver, sobreviver e reproduzir-se como ser da natureza, por meio do trabalho, que o ser humano cria a economia, cria as relações sociais de produção e reprodução e, com isso, também, todos os significados, sentidos e valores correspondentes a essa forma de se relacionar, trabalhar com a natureza e, historicamente, em cooperação com os demais seres humanos. Objetividade e subjetividade, nesse processo, não estão desvinculadas, uma condiciona a outra, constantemente, no desenvolvimento da práxis humana.

Por mais que, em um determinado momento histórico, nós tenhamos sistemas que nos condicionem e orientem a “cotidianidade” dos sujeitos, isso não significa que esses sistemas são eternos, únicos, nem necessários. São recortes abstratos da realidade que podem ser postos em questão desde perspectivas concretas mais amplas. Eles apenas são um momento histórico que tiveram um passado e terão um futuro, o qual é possível tentar prever, mas

nunca determinar. O que o materialismo histórico dialético apresenta, na forma como é compreendido por Kosik (1969), é o sujeito como imprescindível na construção de sua realidade, na construção da história, logo, como sujeito que pode desconstruir o sistema vigente e criar outros, com outros sentidos, outros valores e práticas. Embora esse sujeito não seja absoluto, isto é, esteja condicionado pela realidade social e ambiental em que está desde sempre inserido e desde onde constrói sua existência individual e coletiva.

Kosik fornece valiosos elementos, tanto no que se refere a aportes e parâmetros adequados para o desenvolvimento de pesquisas em torno da agroecologia quanto da construção de uma relação não alienada entre seres humanos e natureza. Retomando alguns pontos abordados no texto, a Dialética do Concreto nos fornece uma visão mais profunda de metabolismo social com um alcance analítico mais abrangente. Evidencia-se a importância do olhar multidimensional das(os) pesquisadoras(es) no momento da construção de suas pesquisas, tendo em vista que a realidade é uma totalidade concreta e que: o comportamento da parte é diferente se examinado isoladamente ou no todo (o que tentamos evidenciar com alguns exemplos no decorrer do texto).

Abordamos também, como na totalidade concreta, é fundamental a compreensão da dialética entre sujeito e objeto, produção e produto, gênese e estrutura, para o entendimento da realidade em sua complexidade e, assim como Kosik (1969) aponta, a historicidade e o papel dos sujeitos são essenciais. Se não há agroecologia sem natureza, certamente ela também não existe sem a participação ativa de sujeitos sociais e coletivos. Nesse sentido, podemos perceber como a técnica de coleta de dados, de história de vida, pode ser frutífera nas pesquisas agroecológicas, desde que reinserida em uma totalidade concreta, cuja elaboração necessita da participação teórica ativa dos sujeitos. A importância dos movimentos sociais no avanço e fortalecimento da agroecologia também é uma percepção que se evidencia no contexto teórico proposto, uma vez que essas organizações buscam problematizar a realidade, superar a visão da pseudoconcreticidade e construir outros sentidos de diferentes aspectos da existência (o que é ser agricultor(a)? O que é agricultura? O que é natureza? O que é natureza humana?; entre outras questões), tendo em vista a transformação social em direção a uma sociedade compatível com um horizonte agroecológico.

Referências

- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BORSATTO, Ricardo; CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia e sua epistemologia. *Interciência*, Caracas, v. 37, n. 9, p. 711-716, 2012. Disponível em: <https://www.interciencia.net/wp-content/uploads/2018/01/711-1%C2%BA-e-BORSATTO-6.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés V. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-33, 2000.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 3., Florianópolis, 2005. *Anais...* Rio de Janeiro: ABA, 2005.
- CARNEY, Judith A. Women's land rights in Gambian irrigated rice schemes: constraints and opportunities. *Agriculture and Human Values*, v. 15, p. 325-336, 1998.
- DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, 2011. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerRea.php?codTexto=12282>. Acesso em: 9 jun. 2021.
- GADDELHA, Renata Rocha. Da sanidade vegetal à sanidade dos agroecossistemas: aprendendo com os povos tradicionais e com a natureza. *Orbis Latina*, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 1, p. 41-59, 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1013>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia – processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Bases Sociológicas de la Agroecología. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2001, Botucatu. *Anais...* Botucatu: UNESP, 2001.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário*. La Paz: AGRUCO, 2011.
- GOMES, João Carlos Costa. Bases epistemológicas da agroecologia. In: AQUINO, Adriana Maria; ASSIS, Renato Linhares (Eds.). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável*. Brasília: Embrapa, 2005. p. 71-99.
- HEGEL, Friedrich. Quem pensa abstratamente? *Síntese*, v. 22, n. 69, p. 235-240, 1995.
- HOWARD, Patricia Louise (Ed.). *Women and plants: gender relations in biodiversity management and conservation*. Londres; New York: Zed Books, 2003.

- HOWARD, Patricia Louise. Gender and social dynamics in swidden and homegarden in Latin America. In: KUMAR, B. M; NAIR, P. K. R. (Eds.). *Tropical homegardens: a time-tested example of sustainable agroforestry*. Berlim: Springer, 2006. p. 159-182.
- HOWARD-BORJAS, Patricia Louise; CUIJPERS, Willemijn. Gender relations in local plant genetic resource management and conservation. *Biotechnology*, v. 14, 2013.
Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/40792278_Gender_and_the_management_and_conservation_of_plant_biodiversity/stats#fullTextFileContent. Acesso em: 13 maio 2021.
- INFANTE-AMATE, Juan; MOLINA, Manuel González de; TOLEDO, Víctor. El metabolismo social. Historia, métodos y principales aportaciones. *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 130-152, 2017. Disponível em:
<https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/99>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- LOUREIRO, Carlos Frederico; VIÉGAS, Aline. Algumas considerações sobre as influências do Marxismo na Teoria da Complexidade de Edgar Morin: aportes para a pesquisa em educação ambiental. *Ambiente & Educação*, Rio Grande, v. 17, n. 2, 2012.
Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/3146>. Acesso em: 14 maio 2021.
- KOSIK, Karel. *A Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a agroecologia, os cerrados e sua proteção. In: SAUER, Sergio; BALESTRO, Moisés V. (Orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção de capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. *The subsistence perspective: beyond the globalised economy*. Londres; New York: Zed Books, 2000.
- NORGAARD, Richard B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p. 42-48.
- PFEIFFER, Jeanine; BUTZ, Ramona. Assessing cultural and ecological variation in ethnobiological research: the importance of gender. *Journal of Ethnobiology*, v. 25, n. 2, p. 240-278, 2005.
- SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. *A relação dialética do homem com a natureza: estudos histórico-filosóficos sobre o problema da natureza em Karl Marx*. Tradução de Rosalvo Schütz. Cascavel: Edunioeste, 2019.
- SCHÜTZ, Rosalvo. Refúgio da liberdade: sobre o conceito de filosofia em Theodor Adorno. *Veritas*, Porto Alegre, v. 57, n. 3, p. 32-52, 2012. Disponível em:
<https://doi.org/10.15448/1984-6746.2012.3.12028>. Acesso em: 10 maio 2021.

SMITH, Dorothy E. Women's perspective as a radical critique of sociology. *In*: KELLER, Evelyn Fox; LONGINO, Helen. *Feminism and Science*. New York: Oxford University Press, 2006. p. 17-27.

TOLEDO, Víctor M. La racionalidade ecologica de la produccion campesina. *In*: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; GONZALEZ DE MOLINA, Manuel (Eds.). *Ecologia, campesinato y historia*. Madri: La Piqueta, 1993. p. 197-217.

TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. *A memória biocultural. A importância ecológica das sabedorias tradicionais*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TOLEDO, Víctor; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza. *In*: GARRIDO PEÑA, Francisco; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; SERRANO, José Luis; SOLANA, José Luis (Orgs.). *El paradigma ecológico en las Ciencias Sociales*. Barcelona: Icaria, 2007. p. 85-112.

Como citar

GADELHA, Renata; SCHÜTZ, Rosalvo. A Dialética do Concreto: um aporte epistemológico frutífero nas pesquisas agroecológicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230102, 21 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-2>.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Territorializações agroecológicas: saberes, práticas e políticas de natureza em comunidades rurais tradicionais do Paraná

Agroecological territorializations: knowledge, practices, and policies related to nature in traditional rural communities in Paraná

 **Nicolas Floriani**¹ •  **Dimas Floriani**²
 **Adnilson de Almeida Silva**³ •  **Antonio Marcio Haliski**⁴

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-3>

Resumo: Este texto tem como objetivo discutir alguns resultados de pesquisa acerca da formação de redes e sujeitos agroecológicos em comunidades rurais tradicionais da Região do Centro-Sul e dos Campos Gerais paranaenses. Parte-se da discussão da Agroecologia (AE) como campo de produção social de saberes e de práticas, pelo qual se evidenciam estratégias de cooperação, de disputas e tensões entre diversos atores em escalas local, regional e nacional. Abordam-se, para tanto, três dimensões mobilizadoras de recursos e de capacidades potencializadoras de uma relativa autonomia socioambiental, as quais teoricamente poderiam ser impulsionadas por projetos agroecológicos: dimensão organizacional, dimensão epistemológica e dimensão tecnológica. Evidencia-se, portanto, a diversidade de estratégias sociais de apropriação, produção e legitimação de discursos e práticas agroecológicas que desvelam estratégias de territorialização de múltiplas racionalidades, sejam elas de organizações sociais locais, de universidades, de sindicatos e cooperativas, de poder público municipal, estadual e nacional. Destaca-se, do conjunto de imaginações agroecológicas em disputa, aquela que se aproxima de uma ética da campesinidade e dos saberes tradicionais, muitas vezes divergentes em alguns aspectos das concepções hegemônicas científicas e institucionais oficiais, no que tange à autonomia das três dimensões anteriormente

¹ Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) com estágio de Pós-doutorado nas Universidades de Los Lagos (Chile), Alberto Hurtado (Chile) e Ladys, Paris X (França). E-mail: nicolas@uepg.br.

² Professor Titular e aposentado Sênior nos programas de Ciências Sociais e no Doutorado Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Sociologia pela Université Catholique de Louvain (Bélgica). Pós-doutor pelo El Colégio de México e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). E-mail: floriani@ufpr.br.

³ Professor Associado no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: adnilson@unir.br.

⁴ Professor da Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS-Pgua) no Instituto Federal do Paraná (IFPR). Doutor e Pós-doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: antonio.haliski@ifpr.edu.br.

mencionadas. Nesses termos, questiona-se em que medida uma ou mais práticas e imaginários de agroecologia – quando apropriados (adaptados e hibridizados) por coletividades rurais locais – podem figurar como dispositivos mobilizadores de capitais sociais e ecológicos para a produção de subjetividades e autonomias assentes em uma ética da campesinidade.

Palavras-chave: agroecologia; autonomia socioambiental; políticas de natureza; territorialização.

Abstract: This text discusses some results from research on the formation of agroecological networks and subjects in traditional rural communities in the Center-South and Campos Gerais regions of Paraná state. We begin from the discussion of agroecology as a field for social production of knowledge and practices, through which cooperation strategies, disputes, and tensions between different actors at local, regional, and national scales become evident. To do so, three dimensions that mobilize resources and expand capacities for a relative socio-environmental autonomy that theoretically could be driven by agroecological projects are discussed: organizational, epistemological, and technological. A wide variety of social strategies for appropriating, producing, and legitimizing agroecological discourses and practices that reveal territorialization strategies for multiple motives (local social organizations, universities, unions and cooperatives, municipal, state, and federal government) can be seen. Notable among the competing agroecological imagery is that which resembles an ethics of peasantry and traditional knowledge, often diverging from the official scientific and institutional hegemonic beliefs in some aspects with regard to the autonomy of the three dimensions mentioned above. On these terms, we question to what extent various agroecological practices and imagery can mobilize social and ecological capital when appropriated (adapted and hybridized) by local rural communities in order to produce subjectivities and autonomies based on an ethics of peasantry.

Keywords: agroecology; socio-environmental autonomy; nature policies; territorialization.

Problematizando a territorialização de projetos institucionais de ecologização da agricultura: poder e subalternização de atores rurais

A territorialização de projetos⁵ de produção de base ecológica (acadêmicos, governamentais e de movimentos sociais) desvela um complexo jogo de racionalidades de atores sociais que buscam apropriar-se e legitimar modelos

⁵ Uma das definições que podem nos ajudar a entender o conceito de territorialidade é aquela elaborada por Saquet (2015): “significa mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social (SAQUET, 2015, p.122). Ademais, derivamos dessa noção a constituição da problemática das territorializações de imaginários (projetos) e de práticas sociais que ligam questões relacionadas à produção social do conhecimento e como diferentes grupos societários produzem e dão sentidos (legitimam) às suas realidades, agenciando e transformando outras coletividades (humanas e não humanas), na configuração daquilo que poderíamos chamar de sua identidade social em um território e espaço socialmente apropriado, sua cultura-natureza.

sociotécnicos associados a estilos de desenvolvimento do espaço rural que conectam redes de coletivos (humanos e não humanos) em escalas espaciais diversas.

Nessas redes, em meio à disputa de diversos atores pela apropriação desses modelos, encontram-se as famílias de agricultores que buscam adaptar-se ao processo de institucionalização da Agricultura Orgânica (AO) e da apropriação da Agroecologia (AE) nesse processo de tradução entre atores sociais.

Estes agricultores(as) familiares por sua vez podem ou não adotar estritos modelos produtivos em função de suas racionalidades econômicas e substantivas, mas também em função de suas subjetividades e do patrimônio biocultural gestado socialmente no âmbito de seu território-comunidade, o que nos leva a considerar sua campesinidade.

Por campesinidade entendemos as qualidades identitárias de grupos sociais que compartilham práticas culturais-territoriais (modo de habitar, cuidar, produzir e se organizar) comuns a uma região, fundadas em laços de reciprocidade socioecológica. Esses laços presumem o desenvolvimento de uma ética da convivencialidade que deriva da forte relação de codependência entre os coletivos humanos e não humanos (parentesco, terras, plantas e animais). Tais aspectos da campesinidade podem ser traduzidos na forte presença das seguintes relações sociais desenvolvidas no território: i) relações de parentesco e compadrio, reafirmadas por uma ética religiosa; ii) relação de codependência social e ecológica (territorial), traduzida na questão da reprodução do patrimônio biocultural, de seu uso e partilha comunitários; iii) práticas produtivas de subsistência em conjunção com práticas econômicas destinadas ao mercado externo; iv) a busca constante por uma autonomia econômica, tecnológica e, portanto, política.⁶

Nesse sentido, importante reflexão é realizada por Wanderley (2009) quando afirma que o agricultor familiar moderno é uma categoria genérica e que o campesinato corresponde a uma forma particular dessa agricultura familiar,

⁶ Longe de apresentar o estado da arte sobre os paradigmas científicos acerca da questão camponesa, sejam eles mais de cunho materialista ou cultural, evidenciamos alguns autores que têm contribuído para as reflexões do que são os camponeses na modernidade e o processo de recampanização diante do processo de globalização do modo de produção capitalista, principalmente no espaço rural latino-americano. Cada autor, embora enfocando mais sobre as dimensões econômicas, ou organizacionais ou simbólicas buscam tratar do tema estabelecendo conexões entre as categorias identidade, território, trabalho e modo de vida, e suas formas de resistência e busca constante pela autonomia (CANDIDO, 1964; SAHLINS, 1978; CHAYANOV, 1981; IANNI, 1986; WOORTMANN, 1995; DIEGUES, 1996; CARMO, 1998; WANDERLEY, 1999; ESCOBAR, 1999; BRANDENBURG, 1999; BRANDÃO; LEAL, 2002; RAFFEL, 2002; SABOURIN, 2009; FLORIANI, 2011; PLOEG, 2016; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2020, entre outros).

constituindo-se como um modo específico de produzir e viver em sociedade. Assim, entendemos como campesinidade essa tradição camponesa que permeia e é resultado de nossa história social e se materializa nos distintos modos de vidas das populações tradicionais, ou seja, são patrimônios socioculturais resultantes dessa complexa relação entre sociedade e natureza. Autores como Haliski e Brandenburg (2016) fazem esta constatação ao analisarem as formas de usos dos recursos naturais adotadas por agricultores localizados entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, observando continuidades ou permanências do que chamam de uma certa condição camponesa.

Tais aspectos ético-identitários dão robustez ao problema da adoção ou não de um ou outro modelo socioprodutivo, ultrapassando o plano teórico discursivo e abrindo-se, portanto, para o jogo complexo entre variáveis de diversas ordens, seja: ecossistêmica (as vocações produtivas e as capacidades de regeneração dos ecossistemas); sociocultural (valores substantivos e imaginários a partir dos quais reafirmam-se as práticas de solidariedade comunitária e regimes de propriedade da terra); econômica (formas de exploração dos recursos, organização do trabalho e repartição do seus produtos); e política (a territorialização de políticas institucionalizadas de ciência, assistência e extensão rural, bem como das dinâmicas globais do capital).

Assim, incidem no território diversas racionalidades sociais e subjetividades, tornando complexa a interpretação das escolhas coletivas e individuais por um ou outro modelo socioprodutivo no cotidiano de uma comunidade, o que implica a escolha por uma ou mais redes sociotécnicas às quais a família de agricultores deve aderir, levando-a de algum modo à internalizar as regras organizacionais externas ao seu território e modo de vida. Desse cenário multivariado emergirão, em última análise, (re)arranjos socioterritoriais com repercussões nas esferas, das representações, dos conhecimentos e das práticas relacionadas à agrobiodiversidade.

Tal fenômeno pela escolha de um ou outro modelo sociotécnico pode levar à ressignificação do cotidiano de famílias de agricultores que são cotidianamente tensionadas por processos de territorialização do mercado, da ciência e de práticas institucionais formais que buscam controlar e subordinar a lógica familiar por meio da racionalização instrumental e econômica. Assim, são evidenciados territorializações de projetos em tensão condensados em programas de pesquisa e extensão rural, políticas públicas e legislações que se inserem em dada região rural.

Em termos específicos, os projetos de agroecologias (no plural) que se territorializam na Região Centro-Sul paranaense, dentre os quais figura aquele por nós coordenado, estão carregados de concepções (ideótipos) de saberes e práticas agrícolas assentes em imaginários de natureza, e que muitas vezes diferem daqueles produzidos historicamente por cada coletividade rural territorialmente arraigada.

Cada projeto agroecológico comporta em si, portanto, uma racionalidade (econômica, instrumental, substantiva) acionada no campo social da produção de discursos e práticas de natureza pelos diversos atores que ora se opõem, ora criam cooperações ou tomam posições neutras. Caracteriza-se, nesses termos, a existência de uma ecologia de práticas e saberes⁷ de natureza entre coletivos humanos que agenciam coisas, seres e discursos (LATOURET, 2004; DELEUZE; GUATTARI, 1992). Ou seja, a agroecologia pertence ao domínio da Biopolítica (FOUCAULT, 2008).

Nesse sentido, evidenciam-se os problemas decorrentes da institucionalização da AO e da ressignificação da AE, entendendo esse fenômeno como um campo social de disputas pelas práticas e saberes, intermediado pela lógica instrumental e econômica. Nesse jogo de embates e tensões pela apropriação de sentidos do que deva ser AE e AO, demonstra-se a dinâmica dos mecanismos de tradução das práticas jurídicas e tecnocientíficas por parte dos macroatores sociais que inscrevem suas representações sociais e produzem enunciados acerca dos modelos sociotécnicos elencados como prioritários para a sociedade. Assim, presencia-se, em termos conceituais, uma disputa por qual modelo deverá ser subordinado ao outro. No caso, o processo de tradução da agricultura orgânica pelos macroatores institucionais (estado, mercado e ciência) formaliza juridicamente esse ideótipo sociotécnico como conceitos que se sobrepõem às outras expressões de agricultura ecológica, incluindo a AO como um modelo produtivo.⁸

⁷ De um ponto de vista conceitual mas também aplicado, a ecologia das práticas resulta da produção e reprodução de várias práticas (materiais e imateriais) por parte da ação dos sujeitos ecológicos e está associada a outras quatro dimensões, em interação tensa e conflituosa: usos e apropriação da natureza; cultura e valores; imaginários; tecnologias e inovação. Por sua vez, a ecologia das práticas não está dissociada da ecologia dos saberes, da capacidade enunciativa dos sujeitos ecológicos e da produção de subjetividades que possibilita a emergência de identidades coletivas e culturais (FLORIANI; FLORIANI, 2021).

⁸ Especificamente, o inciso 2 do artigo IX da Lei nº 10.831 de 2003 define que: “O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial **abrang**e [grifo nosso] os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.”

No bojo das críticas à institucionalização das agriculturas de base ecológica, destacam-se os cálculos e as estratégias pela apropriação dos saberes e sua tradução em normas técnicas e jurídicas configurando um processo radical de convencionalização (normatização e regulação) de suas práticas para adequação à lógica de um mercado convencional (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013). Por outro lado, a institucionalização da AO (interpretação, síntese e tradução de suas dimensões técnicas e organizacionais às práticas jurídicas, acadêmicas e mercadológicas) não ocorre de forma passiva. Uma miríade de atores (movimentos sociais, agentes públicos municipais, estado, grupos acadêmicos, associações e cooperativas de produtores e de consumidores) disputa esse campo; territorializando racionalidades e subjetividades, tais atores buscam ampliar suas formas de atuação de maneira a garantir um relativo controle e representação política em diferentes escalas – do estabelecimento familiar às arenas políticas municipal, regional e nacional.

Nesse sentido, cabe aqui a seguinte questão: para os agricultores familiares da região Centro-Sul paranaense, herdeiros de uma campesinidade e de um patrimônio biocultural associado, em que medida a(s) proposta(s) institucionalizada(s) de agriculturas de base ecológica pode(m) mobilizar ações e recursos para a produção de autonomias socioambientais?

Essa questão pode ser elaborada inversamente: seriam esses modelos tecnológicos incapazes de internalizar as especificidades socioterritoriais desses grupos de agricultores familiares, a ponto de imporem suas racionalidades instrumentais e econômicas sobre as práticas patrimoniais e cotidianas dessas coletividades rurais?

Que dimensões da subjetivação da ética do cuidar, do habitar e do conviver (ou de uma ética da campesinidade) são acionadas durante o processo de territorialização de discursos e práticas agroecológicos em estabelecimentos familiares de comunidades tradicionais, levando-se em consideração o processo de coexistência de múltiplas modernidades na constituição do espaço rural?

Por fim, avançando na reflexão provocada pelas questões ora elucidadas, serão discutidos alguns resultados alcançados pelos projetos de pesquisa-extensão por nós agenciados. Tais projetos buscam promover a mobilização de recursos e capacidades socioterritoriais de famílias agricultoras para a produção de autonomias socioambientais como chave para se pensar o desenvolvimento local.

Uma cartografia da territorialização de projetos agroecológicos na Região Centro-Sul paranaense: visibilizando práticas em sistemas sociotécnicos

Para buscar dar conta de uma cartografia⁹ minimamente representativa da territorialização de atores, discursos e racionalidades envolvidas no processo de disputa pela legitimação de projetos (discursos, saberes e práticas) agroecológicas, tomou-se por base as experiências do Programa UNITinerante (<https://parlamentounitinerante.blogspot.com>) e dos projetos NEA Territórios Faxinalenses (<https://gpinterconexoes2.blogspot.com>), financiados pelo CNPq e em desenvolvimento na Região dos Campos Gerais e Centro-Sul paranaense desde o ano de 2010.

A Região Centro-Sul paranaense é produto do processo de formação socioespacial de territórios agrossilvipastoris camponeses relegados à periferia do espaço pecuário e extrativista das oligarquias agrárias dos Campos Gerais; é um espaço de atuação de vários atores sociais que buscam territorializar suas ações e racionalidades a partir de projetos de desenvolvimento rural em estabelecimentos familiares.

A atuação em quatro municípios da região (Imbaú, Imbituva, Ponta Grossa e Rebouças) ocorreu em função do desenvolvimento de quatro projetos de pesquisa-extensão financiados por agências de fomento acadêmico: dois deles pelo Programa Universidade Sem Fronteiras da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, e outros dois pelo CNPq. Estes projetos convergem para as ações do Programa UNITinerante: Universidade dos Direitos Humanos, da Natureza, pela Paz e o Bem Viver.

Sob a coordenação da organização não governamental Casa Latino-americana (Casla), o Programa UNITinerante busca promover alternativas ao desenvolvimento local em comunidades rurais, a partir da configuração de uma rede regional constituída por associações locais, instituições de Ensino Superior do estado do Paraná, organizações sociais e poderes públicos municipal e estadual.

⁹ O processo cartográfico poderia ser resumido a partir dos ensinamentos de Castro, Gomes e Corrêa (2005). Eles nos ensinam que a cartografia resume a percepção e a representação iconográfica de fenômenos psicossociais que possuem uma expressão espacial. Não se restringe a uma modelização técnica guiada por princípios da matematização (as geotecnologias). Ela pode ser a expressão simbólica de atores sociais em suas diversas formas espaciais que escapam à lógica cartesiana. A cartografia social nesses termos pode ser feita a diversas mãos, em diversos contextos não acadêmicos e com diversos instrumentos (artesanamente), pressupondo o diálogo e a horizontalidade entre saberes em jogo na confecção de símbolos e legendas. Sobretudo o objetivo principal de uma cartografia é buscar representar especialmente as formas, fluxos dos sistemas de objetos e ações que se organizam em um dado espaço vivido. A escala matemática do mapa resultante não é o elemento limitador para a elaboração desse produto.

Desde 2019, o Programa UNItinerante contactou e engajou diversos atores locais dos municípios supracitados para criar e desenvolver mecanismos de consulta e deliberação de base comunitária, chamados Parlamentos Unitinerantes. Tais parlamentos estariam incumbidos de elencar as principais demandas populares de municípios de pequeno porte pouco assistidos pelo governo do estado, a partir de parceiras (novos arranjos locais) entre as três categorias de atores regionais supramencionadas. Das reuniões organizadas no âmbito dos Parlamentos Unitinerantes locais nos quatro municípios, entre 2019 e 2020, evidenciaram-se demandas populares concretas na área da saúde, educação, produção agrícola e comercialização, sendo possível destacar o conjunto de organizações sociais parceiras e colaboradoras, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Territorialização de projetos agroecológicos de organizações sociais na região

Município	Agentes Públicos	Iees	Organizações Sociais	Ater
Imbaú	Prefeitura e Câmara de Vereadores	UEPG e IFPR – Telêmaco Borba	APP, Associação de Moradores Casla	Secretaria de Agricultura Municipal Emater
Imbituva	Prefeitura e Câmara de Vereadores	UEPG	Coodesafi, Associação de Moradores AS-PTA e Rede Ecovida ReSA Casla	Secretaria de Agricultura Municipal, Câmara de Vereadores e Emater
Ponta Grossa	Prefeitura	UEPG	Asaeco, Associação de Moradores Casla	Secretaria de Agricultura Municipal e Emater
Rebouças	Prefeitura e Câmara de Vereadores	UEPG, Unicentro, IFPR – Irati	APP, Ieep, Masa, Associação de Moradores AS-PTA Rede Ecovida ReSA Casla	Secretaria de Agricultura Municipal, Câmara de Vereadores e Emater

Fonte: Floriani e Floriani (2020).

Nesse sentido, presencia-se uma diversidade de redes de organizações sociais e instituições acadêmicas que se imbricam quando estabelecidas parcerias, mas que também se sobrepõem em função dos interesses próprios de

cada instituição, por vezes estrategicamente tensionadores, por meio de projetos de desenvolvimento rural, entre eles o da promoção da AO.

Identificou-se a territorialização de uma profusão de políticas públicas, legislações e discursos de um conjunto de agentes estatais que buscam impor a lógica de cada instituição por meio de projetos de incentivo à produção, à certificação e à comercialização de alimentos de base ecológica, conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Políticas públicas do estado do Paraná de fomento à produção, à certificação e à comercialização de produtos orgânicos, a partir de 2009

Programas em Vigência	Iniciativa	Instituições Governamentais Envolvidas	Objetivo
Paraná Mais Orgânico (2009)	Estadual	Seab, IDR, Seti, Tecpar, Iees	Assistência à produção e à certificação orgânica de estabelecimentos agrícolas
Programa Estadual de Alimentação Escolar (Orgânico, 2010)	Federal e Estadual	Seed (Fundepar), IDR	Incluir alimentos orgânicos gradualmente na alimentação dos alunos das mais de 2 mil escolas estaduais até 2030
Cestas Solidárias Agroecológicas (2019)	Estadual	IDR, Seab	Promover circuitos alternativos de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos
PAA Estadual (2019)	Federal e Estadual	Seab, MC, Conab	Promover a compra de alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, dispensando de procedimento licitatório
USF (AF e AE, 2010)	Estadual	Seti	Estimular projetos de extensão universitária nas temáticas de agricultura familiar e agroecologia
Compra Direta Paraná (2019)	Estadual	Seab, Ceasa	-
NEA (2016)	Federal	MCTIC/Mapa/ME C/Sead – Casa Civil/CNPq	-

Fonte: Floriani e Floriani (2020).

O conjunto de políticas públicas do governo do estado do Paraná, elencado no Quadro 2, busca especificamente promover a assistência técnica e a

comercialização de produtos da agricultura familiar de base ecológica. Desse conjunto, destaca-se o Programa Paraná Agroecológico, revogado em março de 2020, que tinha o objetivo de promover ações integradas entre os municípios, organizações da sociedade civil e outras instituições públicas ou privadas, para implantação, consolidação e ampliação de sistemas de produção e consumo com base em princípios da agroecologia no Paraná. Tais ações eram dirigidas preferencialmente a agricultores familiares e suas organizações, técnicos, pesquisadores, professores, estudantes e organizações do setor público e da sociedade civil organizada, e consumidores e suas organizações (SEAB-PR, 2016).

Outros agentes públicos de relativa importância para a promoção da Agroecologia (AE) são os conselhos estaduais, destacando o CPOrg-PR e o Consea-PR, sendo ao primeiro atribuídas funções diretamente ligadas à AE e à Agricultura Orgânica (AO) e, ao segundo, o incentivo da agroecologia pelo viés da promoção da segurança alimentar e nutricional. As ações dos conselhos territorializam-se nos municípios do estado ou regionalmente a partir de propostas de articulações entre os setores público – em especial a Seab e a Seed – e privado, para a garantia da política nacional e estadual de Agroecologia/Orgânicos e SAN.

Configura-se, assim, um cenário de territorializações de políticas públicas voltadas à promoção da AE e da agricultura familiar, cuja relevância para o poder público ficou evidente em discurso do governador do estado do Paraná em 2019. Neste discurso, falou-se em congregar esforços para a adoção de merenda escolar orgânica integralmente nas duas mil escolas estaduais de Ensino Básico e Médio, cabendo ao poder público estadual criar mecanismos de incentivo à produção, à certificação e à comercialização de produtos agroecológicos oriundos da agricultura familiar.

Não obstante, o cenário mostra-se apenas aparentemente favorável àquelas categorias, por dois motivos associados: i. por uma crescente apropriação e tradução instrumental tecnoburocrática das práticas e saberes patrimoniais socioterritoriais (ou bioculturais) que incluem as práticas agroecológicas; e ii. pelo desmonte e/ou subordinação das instâncias deliberativas de caráter participativo, dentro do aparelho burocrático estatal.¹⁰

¹⁰ Esse processo de desmonte de políticas públicas e instrumentos jurídicos para o desenvolvimento da agricultura familiar e agroecologia tem início no Brasil antes de 2017, quando da orquestração do golpe político ao Governo Dilma Rousseff. Especificamente no Paraná, ainda em 2013, instaura-se a Operação Agrofantasma, que prendeu sem provas agricultores familiares acusados de receberem indevidamente recursos do PAA. Testemunha-se, a partir de então, o desmantelamento de instituições governamentais e instâncias deliberativas paritárias ligadas à agroecologia e ao desenvolvimento rural, criadas em governos

Instâncias ou estruturas racionalizadoras coordenadas pelo “núcleo de tradução do macroator estatal” (CALLON; LATOUR, 2006) condicionam as formas de territorialização das propostas agroecológicas em uma dada região. A estrutura jurídica, que atua em rede hierárquica desde a esfera federal, traduz o que a estrutura ou instância tecnocientífica, praticada nos laboratórios e campos experimentais, concebe como AO, normatizando as formas de regulamentação da produção, certificação e comercialização dos seus produtos. Emoldura-se, assim, rigidamente, as emergências criativas locais que porventura possam emergir durante o processo de apropriação e organização social desses sistemas produtivos.

Configuram-se, a partir desses sistemas legais, uma rede de normas e leis estaduais e municipais que enrijecem as formas de atuação de atores socioterritoriais agroecológicos. A inscrição (tradução) científica e a racionalização jurídica buscam estender suas ramificações às políticas públicas federais, estaduais e municipais e até mesmo às formas locais de organização entre coletivos, e de relação entre seres humanos e não humanos, configurando assim uma política de natureza cujo resultado é sintetizado, em sua face mais racionalizada, na instrumentação coercitiva e esterilizante da certificação das formas de relação produtiva dos indivíduos com a natureza.

Não obstante, essas estruturas não são totalmente rígidas, e podem sofrer infiltrações a partir de movimentos que se manifestam e constroem dialeticamente outras instâncias de diálogo, cooperação e deliberação com as instituições estatais. Contudo, esses novos espaços também devem adaptar suas demandas e representações à estrutura formal e normativa existente.

Em que pese os avanços em termos de representatividade de organizações sociais nos conselhos, comissões e câmaras formais de políticas agroecológicas e orgânicas, o processo racionalizador científico-jurídico de tradução e síntese do ‘que deve ser’, ‘o que se deve fazer’ e ‘como fazer’ AE tem se transformado na medida em que as demandas sociais e ambientais concretas têm emergido.

Não obstante esse processo de apropriação da AE por parte das organizações sociais tem mostrado um claro retrocesso a partir de 2018, com o já citado desmonte das instâncias formais de AE no estado do Paraná (rever nota 7 deste texto), por um lado, e, por outro, por meio da instituição racionalização burocrática traduzida na infinidade de Instruções Normativas elaboradas para

mais afeitos às demandas populares no âmbito federal e estadual, como os casos do Conselho de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar do Paraná (Cedraf), extinto e depois reinstalado às pressas no ano de 2020, e da extinção do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA).

tal finalidade. Isso pode ser exemplificado nos relatos de especialistas na área de certificação de produtos orgânicos.

Desde a promulgação da Lei nº 10.831 de 2003, que trata da regulamentação da AO, decretos e diversas ações burocráticas sobrecarregaram o contexto jurídico específico – a exemplo do Decreto nº 6.323/2007 e da grande quantidade de instruções normativas que estabelecem as normas técnicas do sistema orgânico de produção e beneficiamento e armazenagem, concebidas entre 2009 e 2014 (KAWAKAMI, 2016).

Questionou-se, contudo, se esse leque normativo de abas infinitas responde às demandas sociais ou ao próprio funcionamento das agências e órgãos estatais que buscam legitimar suas ações, territorializando-se ao máximo em todas as dimensões e escalas. Em meio à profusão de agentes e instituições técnicas e jurídicas estaduais e federais, que elaboram leis e políticas públicas regulatórias da produção, certificação e comercialização da AE e da produção orgânica, pergunta-se: como a institucionalização da questão agroecológica pode gerar sujeitos agroecológicos viabilizadores de autonomias socioambientais em comunidades rurais, entendendo-se que essa institucionalização tende a determinar as formas de relação social entre pessoas, coisas e seres?

Em outros termos, como evitar que o processo de construção criativa de subjetividades agroecológicas ancoradas em práticas materiais locais patrimoniais – em confrontos, tensões e também hibridações com outros discursos e práticas de natureza – seja cooptado, traduzido, apropriado e sintetizado por práticas corporativas do mercado, da ciência e das leis anteriormente evidenciadas?

Essa tradução e apropriação dos saberes-fazeres e bens agroecológicos patrimoniais locais e regionais são sintetizadas na rotulagem certificada – seja por um processo imperativo de auditagem ou um processo participativo de garantia da qualidade do produto –, posto que a marca – o selo de certificação agroecológico e orgânico – instaura o processo de tradução¹¹ das práticas institucionais, entendido por Michel Callon e Bruno Latour (2006) como a amplificação do poder rizomático de um ator macrossocial (tal como o Estado) sobre os atores sociais situados na escala micro que compõe a rede de atores.

Nesse processo sociotécnico de transformação de saberes e práticas de natureza, a inscrição (formatação) tecnocientífica de objetos, fatos e

¹¹ Nas palavras de Bruno Latour (2004, p. 35): “Por tradução entende-se o conjunto de negociações, de intrigas, de atos de persuasão, de cálculos, de violências, graças a qual um ator ou uma força é autorizada a falar ou agir em nome de outra.”

enunciados percorre uma rede de agenciamento de atores (humanos e não humanos) que lançam mão de dispositivos (jurídicos, econômicos e técnicos) para colocar em prática os sistemas ou objetos sociotécnicos planejados *a priori* em espaços e contextos sociais diversos.

A rede sociotécnica comandada pelos centros de tradução (os macroatores, tais como o Estado) pratica uma “geografia das responsabilidades e causalidades” (LATOURET, 2004), partilhando assimetricamente papéis e responsabilidades entre atores. A circulação dos dispositivos regulatórios do sistema sociotécnico em lugares-atores privilegiados da rede subordina assimetricamente outros lugares-atores, caracterizando o processo de hierarquização e conferindo a distribuição do poder a determinados nós da rede em detrimento de outros.

O processo de produção de assimetrias na rede sociotécnica – que garante a distribuição e agenciamento de atores, dispositivos, enunciados – torna-se ainda mais acentuado quanto mais incógnitas o objeto técnico a ser utilizado possuir. Nesse sentido, quanto mais “caixas-pretas” (de seus mecanismos, componentes e entidades) o centro de tradução da rede utilizar, maior será seu poder de subordinação entre os atores envolvidos, conferindo limitações e dependências aos seus utilizadores hierarquicamente subordinados em seus lugares periféricos.

Ora, esse é o atributo principal de um macroator: o de expandir seu poder distribuindo funções entre seus órgãos, garantindo a eficiência dos sistemas sociotécnicos a partir dos quais são distribuídos assimétrica e hierarquicamente (temporal espacialmente) problemas, saberes e responsabilidades entre a rede de atores. Confere-se, com isso, o poder de controlar, incluir e excluir atores no processo de configuração de redes sociotécnicas. Conforme Michel Callon (2006) e Madeleine Akrich (2006):

Esses dispositivos técnicos asseguram a delegação à distância da ação decidida no centro de tradução: assegurando a circulação de inscrições e a mobilização de cadeias de dispositivos. (CALLON, 2006, p. 24)

Certos dispositivos vão mais longe no “controle social”: eles estabelecem normas e comportamentos e punem seus transgressores, posto que os seus construtores possuem uma confiança muito limitada na capacidade dos utilizadores em dominar seus desejos e subordina-los às exigências técnicas do

sistema. Nesses termos, evidencia-se que certas normas são inextrincavelmente técnicas e sociais. (AKRICH, 2006, p. 43)

Tal processo implica a delegação de instâncias decisórias locais a outros coletivos situados em escala macro, mesmo que a certificação seja participativa, como ocorre em coletivos agroecológicos já consolidados. Nesse processo de tradução, há um sem-fim de “caixas-pretas” que dificultam a compreensão do funcionamento do sistema sociotécnico (objetos, discursos, normas etc.) que é codificado em subsistemas técnicos representados por agências de pesquisa, extensão e instâncias jurídicas municipais, estaduais, federais e internacionais (a exemplo do que ocorre com a lei de patentes, sistemas sanitários entre estados etc.).

O fenômeno da normatização, iniciado em 2003 com a Lei dos Orgânicos e seus desdobramentos em decretos e posterior elaboração da política nacional abarcando a Agroecologia, criou – conforme Niederle e Almeida (2013) – condições para o desenvolvimento de um mercado, sem contudo questionar os compromissos outrora estabelecidos entre Estado, organizações sociais e outras categorias: “pelo contrário, elas reforçaram esses compromissos e garantiram a estabilidade do mercado” (NIEDERLE; ALMEIDA, 2013, p. 55).

Todos esses mecanismos de acesso ao mercado são, assim, intermediados por agências públicas que, com base em dispositivos jurídicos que regulamentam as diversas instâncias hierárquicas subordinadas, controlam as esferas de organização social, das tecnologias permitidas à produção e ao acesso chancelado (certificação) de reconhecimento dos produtos a serem comercializados. O mesmo ocorre quando é analisado esse processo em termos de institucionalização da representação de organizações sociais agroecológicas no aparato burocrático estatal, isto é, em conselhos, comissões e outras instâncias consultivo-deliberativas de elaboração de políticas públicas de promoção da agroecologia, a exemplo da CPOrg-PR e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), que teve sua última reunião oficial registrada em agosto de 2018.

Em outros termos, a diversidade de práticas materiais e imateriais agroecológicas, que está no princípio da autonomia criativa local, tem sofrido constantemente transformações¹² quando da atuação de agentes econômicos e

¹² Pode-se falar da proibição da roça-de-toco pela legislação ambiental e por alguns ecólogos ‘duros’. Ora essa tecnologia social patrimonial extensivamente praticada em regiões rurais do sul do país eram a base do Sistema Agroflorestal Tradicional com Bracatica (*Mimosa scabrella*). Como outro exemplo temos a aplicação irrestrita de compostos orgânicos (cama de galinheiros e de estábulos) e produção de morangos com mudas

especialistas que buscam se apropriar de parte ou da totalidade do sistema sociotécnico de base ecológica de origem local (patrimoniais). Nesse quadro de transformação dos saberes e práticas locais emerge o contramovimento de resistência local, do seu patrimônio cultural, a partir do fenômeno de hibridização de saberes e práticas por parte dos atores locais, que buscam redefinir sua identidade como sujeitos históricos. Nesse quadro de disputa pela legitimação de questões elencadas como prioritárias para a sociedade, evidencia-se pelo menos uma tensão entre diversas outras: a disputa marcada pela questão ecológica, o mercado e a burocratização.

A construção social de novas subjetividades: saberes, práticas, enunciados e identidades em jogo

Nesse processo de interpretação, tradução e síntese (ressignificação) de projetos identitários territoriais, presencia-se, por um lado, o fenômeno de invisibilização e subalternização de ontoterritorialidades (modos de sentir-praticar com o outro e com o território) quando, por exemplo, da imposição de modelos sociotécnicos às regiões – como é o caso da institucionalização de processos de certificação (racionalização jurídica e econômica) de agriculturas de base ecológica. Por outro lado, presencia-se, como resposta a esse fenômeno, a produção de novos sujeitos de direito e de alternativas.

Em artigo anterior (FLORIANI; FLORIANI, 2020), foram apontados graus relativos de autonomia/dependência socioambientais de comunidades rurais tradicionais envolvidas em projetos de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia, a partir da constituição de Parlamentos Unitinerantes. Uma das constatações da metodologia aplicada foi o peso da organização social como catalizador de autonomias. Constatamos que em municípios menores e com projetos sociais alinhados às demandas populares, os atores locais, juntamente com o poder público municipal e coletivos extensionistas da universidade, constituem parcerias positivas no que tange à disponibilização da infraestrutura (pessoal e logística) para acessar políticas públicas e recursos dos governos estadual e federal.

convencionais providas de outras regiões e mesmos países. Ou ainda a utilização de microorganismos controladores de doenças e de insetos, produzidos por grandes empresas. Tais exemplos nos fazem questionar sobre a dependência tecnológica sobretudo em sistemas e transição agroecológica.

Por outro lado, em municípios maiores, como é o caso, por exemplo, de Ponta Grossa, Guarapuava e Curitiba,¹³ historicamente atreladas às oligarquias agrárias campeiras e ervateiras que imprimiram ritmo ao processo de formação socioespacial do “Paraná tradicional”, não ocorre esse arranjo de forças espontâneo como acontece atualmente em pequenos municípios rurais, submetendo as demandas sociais da agricultura camponesa ao rolo compressor do projeto modernizador do espaço rural.

Portanto, mostra-se urgente pensar uma nova cultura de governança que possibilite ampliar e tornar mais permeáveis e participativos os processos decisórios e de governança, em diferentes escalas e dimensões, isto é, incentivando formas de representação e decisão equitativa entre academia, comunidades, poder público e ONGs atuantes em uma região, em que seja possível propor projetos alternativos ao desenvolvimento econômico imposto aos territórios rurais pelas agências estatais submetidas aos anseios do mercado.

Para tanto, não basta ampliar a participação na mesma estrutura deliberativa hierarquizada, mas ampliar as formas e gêneros de participação aos novos sujeitos de direito, incluindo nesse novo coletivo as coisas e seres de direito, próprias a cada território. Propositamente deixado de lado pelos acordos econômicos entre países nas pautas de exportações de *commodities*, o patrimônio biocultural é transformado em propriedade privada e mercadoria por meio de leis de patente nacionais e internacionais, como ocorreu emblematicamente em relação à querela judicial entre a empresa Natura e as quebradeiras de coco no estado do Maranhão.¹⁴

No estado do Paraná, o “Programa Paraná Mais Orgânicos”, iniciado em 2009, visou à certificação de estabelecimentos familiares em conversão ao sistema produtivo orgânico, produzindo efeitos interessantes no que tange aos

¹³ Em Curitiba, após a segunda metade do século XIX, há um novo processo de ocupação do território nas franjas da cidade, o que imprimirá um novo rearranjo socioespacial quando da formação de um “cinturão verde” configurado por migrantes europeus que coadunará na organização de um sistema agrário dedicado ao fornecimento de alimentos para o abastecimento interno (em especial a olericultura) da população da capital paranaense. Tal espaço rural periurbano chegou a ser considerado em início dos anos 2000 como a região metropolitana mais rural e familiar das metrópoles brasileiras. Por outro lado, configurou-se a partir de 1980 um movimento de contestação da modernização agrícola, que coadunará na constelação de grupos de agricultura alternativa e, mais tarde, na constituição de associações de agroecologia em rede.

¹⁴ As discussões sobre o acesso ao conhecimento tradicional envolveram, no caso das quebradeiras de coco, todo o Movimento de Quebradeiras de Coco Babaçu, que acabou assumindo a responsabilidade de gerir um Fundo criado, resultado das negociações em juízo entre a Natura e as associações de quebradeiras de coco. Apesar da Natura ter acessado um grupo específico, esse grupo estendeu a discussão ao Movimento, pois tinha consciência que o mesocarpo, como tantos outros conhecimentos tradicionais da Região Amazônica, não era de sua exclusiva propriedade. Se não fizesse esse processo de envolver os demais grupos nas negociações, haveria o risco de eclodir conflitos internos entre aqueles que pudessem se considerar detentores do conhecimento (FLORIANI *et al.*, 2019).

processos decisórios relativos à normatização e à rotulagem (MICHELON *et al.*, 2018a; MICHELON *et al.*, 2018b). Nos dez primeiros anos, o grupo de instituições de Ensino Superior, em parceria com o laboratório oficial do estado (Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar), deu autoridade ao corpo técnico de extensionistas para outorgar a marca ao grupo de agricultores familiares assistidos, prevalecendo o processo de certificação por auditoria. Na segunda fase do projeto, duas das sete universidades estaduais certificadoras buscaram abrir suas “caixas-pretas” (os conhecimentos e práticas científicas e legais da certificação por auditoria de sistemas orgânicos familiares) às organizações sociais agroecológicas,¹⁵ convidando-as a participarem do processo a partir de suas experiências consolidadas em certificação participativa. Com isso, as metas de certificação foram pelo menos triplicadas nas regiões abrangidas.

Acreditamos que esse processo não ocorreu de forma espontânea, mas sim a partir de tensão nesse campo de produção social de conhecimento. Um canal de comunicação foi estabelecido entre essas duas unidades acadêmicas certificadoras e as organizações agroecológicas, que, ao nosso ver, reivindicaram mais autonomia nos processos de produção e certificação com base em mecanismos de controle mais participativos e incluídos. Dentre as críticas evidenciadas nas publicações sobre os resultados do Programa (MICHELON *et al.*, 2018a; MICHELON *et al.*, 2018b), figura a crítica feita à morosidade do processo burocrático, no qual é exigido o preenchimento de requisitos legais (fundiário, renda, ambiental) necessários para ingressar no procedimento de certificação. Isto é, as caixas-pretas da certificação por auditoria fazem menção aos dispositivos e mecanismos burocráticos do estado aos quais Bruno Latour (2004) confere a amplificação e perpetuação do poder representativo e coercitivo de suas instituições oficiais sobre os outros atores.

Não obstante o terreno pouco fértil e pouco criativo da institucionalização jurídico-científica e mercadológica da agroecologia, Niederle e Almeida (2013) destacam que a heterogeneidade de trajetórias sociopolíticas das organizações

¹⁵ Como exemplo desse processo de diálogo e abertura às organizações sociais agroecológicas, o Lama, (Laboratório de Mecanização Agrícola) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) estabeleceu parcerias com o Núcleo Maria Rosa da Anunciação da Rede Ecovida de Agroecologia, por sua vez formado por 29 grupos de agricultores familiares orgânicos, e que conta com a participação de: cooperativas e associações, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lapa e São João do Triunfo, da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar-Sul), da Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (Adeop), da Secretaria Municipal de Agricultura, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) da Lapa e da Escola Latina Americana de Agroecologia (Elaa).

sociais envolvidas impede traçar um caminho único para o desenvolvimento de mercados de produtos orgânicos.

Voltando ao processo de territorializações de projetos de natureza na região evidenciada nesse trabalho, destaca-se a iniciativa contra-hegemônica da Rede de Sementes para a Agroecologia (ReSA). Criada em 2015, a rede congrega pelo menos 19 organizações sociais,¹⁶ atuando em diversas regiões paranaenses, com o objetivo de “fortalecer a agroecologia como modelo para a produção de alimentos, garantindo uma maior autonomia às famílias produtoras e consumidoras, promovendo o conhecimento e a multiplicação das variedades e das experiências” (RESA, 2020).

A ReSA simboliza o esforço de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas de abrir brechas na Lei de Regulamentação da Multiplicação e Comercialização de Sementes e Mudanças (Lei nº 10.711/2003), permitindo-lhes a desobrigação de registrar as sementes crioulas no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (Renasem) e tampouco no Registro Nacional de Cultivares (RNC) para fins de comercialização, troca e distribuição entre si, isto é, não ferindo a Lei de Propriedade Intelectual (Lei nº 9.456/1997). A mesma Lei que institui o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e que garante a apropriação privada do patrimônio biocultural coletivo permite, até certo ponto, a multiplicação, doação e distribuição desses cultivares privados, e já não conta, desde 2019, com subsídios financeiros por parte de políticas públicas como o Programa de Aquisição estatal de Alimentos na modalidade sementes (PAA Sementes).

Ora, esse é outro ponto importante acerca da questão da autonomia socioambiental e que toca os princípios de uma AE que se quer emancipatória: a questão do acesso pleno de agricultores(as) e comunidades tradicionais às tecnologias (FLORIANI; FLORIANI, 2020). Essa questão nos remete a um processo de subordinação e tutela de saberes e práticas locais às redes tecnocientíficas empresariais e estatais, o que vem ocorrendo já algum tempo no âmbito de sistemas de produção orgânicos no Brasil (FLORIANI, 2011).

Especificamente no caso das famílias de agricultores em transição agroecológica apoiadas pelos projetos na região dos campos gerais, grande esforço tem sido dado à configuração de bancos de sementes, mudas e propágulos crioulos. Uma atenção à ideia de região biocultural é dada como

¹⁶ De acordo com a Resa, continuam o coletivo as seguintes entidades: Abai, Assesoar, Aopa, AS-PTA, Rede Ecovida, CPT, CAPA, MST, Terra de Direitos, Instituto Contestado de Agroecologia, Coletivo Triunfo, Centro Ecológico Terra Viva, Coletivo de Jovens de São João do Triunfo, Fecoqui-PR, Grupo Terra Jovem, Terra Indígena Pinhalzinho, Terra Indígena Laranjinha, Terra Indígena Ywy Porã e UEPG-Lama.

prioritária dentre as ações de resgate dos bens naturais: a diversidade de usos da floresta remontam à história de ocupação de populações autóctones e que foram apropriadas e reproduzidas no contato interétnico colonial até o presente (FLORIANI *et al.*, 2019). Assim, o incentivo à produção da erva-mate sombreada no sub-bosque da floresta secundária e igualmente à criação de abelhas nativas (meliponicultura) são elementos próprios da região do faxinais.

Esse desafio de gerar autonomia socioambiental (em suas dimensões cognitivas, tecnológicas e associativas) a partir da construção de sujeitos agroecológicos vem sendo a finalidade de nossas ações territorializadas, e representa, de forma similar, o anseio de inúmeras iniciativas familiares, conforme aponta o relatório da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) de 2020, realizado por conta das eleições municipais no Brasil.

De acordo com o documento da ANA (2020), a Região Sul conta com 39,31% das iniciativas identificadas no mapeamento, sendo que o estado do Paraná é o que figura com mais iniciativas de promoção da agroecologia, pontuando com 147 projetos das 725 iniciativas (das quais 647 vigentes) apresentadas pela rede de pesquisadores da ANA, apoiados por “ações que possuem o poder público municipal como executor e/ou financiador (...), mas também com outros entes e atores: governo federal, governo estadual, organizações da sociedade civil, iniciativa privada e/ou organizações internacionais” (ANA, 2020, p. 10).

No diagnóstico, constam como ações de promoção ao desenvolvimento de iniciativas agroecológicas, da agricultura familiar e da segurança alimentar por parte das municipalidades no Paraná os seguintes projetos desenvolvidos: fomento à produção agroecológica e distribuição de insumos e equipamentos (24 e 11); educação alimentar e nutricional e promoção da alimentação adequada e saudável (16); alimentação escolar (26); apoio a feiras e circuitos curtos de comercialização (13); compras institucionais (7); e agricultura urbana e periurbana (14). Esses dados vão ao encontro dos temas mais acessados e demandados pelas coletividades locais no Brasil: no total, o tema mais incidente nas iniciativas foi Apoio a Feiras e Circuitos Curtos de Comercialização, num total de 113, seguido do tema Compras Institucionais da Agricultura Familiar e outros instrumentos de geração de demanda pela produção da agricultura familiar (73), mostrando, portanto, uma grande dependência dos estabelecimentos agroecológicos às compras institucionais, mas concomitantemente uma preocupação em criar circuitos alternativos de comercialização.

Em que pese o estado do Paraná ser quantitativamente diagnosticado como aquele que apresenta mais projetos em rede com parcerias na esfera local, em termos de propostas potencialmente viabilizadoras de autonomias socioambientais, em suas dimensões organizacional (arranjos institucionais locais), tecnológica (agrobiodiversidade) e educadora (formação), o diagnóstico da ANA mostrou outras regiões brasileiras com potencial inovador, destacadamente no que tange a dois temas geradores de tensões e controvérsias em discursos e práticas de agentes estatais e movimentos sociais: a Certificação e Denominação de Origem (9 iniciativas no Brasil); e Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária, isto é, adequação à legislação sanitária (20 iniciativas no Brasil).

Cabe destacar, ainda, que propostas de elaboração de políticas públicas no âmbito do poder público municipal e financiamentos municipais para a promoção de Bancos Comunitários de Sementes Crioulas aparecem apenas em uma (1) ocasião no Paraná, conforme o mapeamento organizado pela ANA: trata-se de um projeto de autoria da Aopa (Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia)¹⁷ financiado pela Prefeitura Municipal de Mandirituba.

Levando-se em consideração que o método central de antropologia simétrica (LATOUR, 2021) deva conduzir à superação das dicotômicas Natureza/Sociedade para a leitura das realidades, e que por princípio a natureza é reflexo de meta-adaptação à cultura e vice-versa, pode-se pensar, portanto, a produção de seres e ideias pela relação simétrica e interdependente entre humanos e não humanos que ocorre por meio da tecnologia. Esses axiomas permitem à Madeleine Akrich responder à uma das questões centrais de sua antropologia das técnicas:

Sob quais condições e segundo quais mecanismos, a introdução de uma nova tecnologia pode resultar na recomposição parcial das relações que definem nossa sociedade, e ao mesmo tempo, na modificação da representação e dos conhecimentos que dela temos...Nos interessa especificamente a maneira na qual os objetos técnicos participam na construção de nossa cultura. (2006)

Ora, posto que os objetos técnicos produzem modelos de organização social e, portanto, de circulação e distribuição têmporo-espacial de saberes e práticas,

¹⁷ Importante destacar que esta histórica organização social, que mais tarde associou-se à Rede de Agroecologia Ecovida, e constituiu um de seus principais membros, tinha no início de sua constituição o nome Associação de Agricultura Orgânica do Paraná. Essa alteração reflete o jogo político entre atores sociais pela disputa de sentidos e apropriação do que venham a ser as agriculturas de base ecológica.

portanto de relações de poder entre atores e produção, então é precisamente pelo jogo incessante entre macro e micro, interior e exterior, que se põe à prova os enunciados, as inscrições e os dispositivos de um sistema técnico e, com isso, o papel e a natureza de cada ator, as suas intencionalidades e racionalidades, envolvidas na configuração das redes sociotécnicas.

Em outros termos, a eficiência e a finalidade de um sistema sociotécnico estão calcadas na representação que cada ator da rede tem de si e do outro: os agricultores familiares de base ecológica podem ser vistos pelo centro de tradução (estado e mercado) apenas como os “apertadores” de parafuso da fábrica dos *Tempos modernos*, de Chaplin, ao passo que o sistema de certificação de garantia (controle) do processo produtivo pode ser visto como um objeto técnico de produção de mercadorias para novos nichos de mercado.

Esse exemplo nos ajuda a pensar sobre a importância de (f)atores (i)materiais (ético-identitário-ecológico) como dispositivos (re)formuladores de sistemas sociotécnicos produtores de sujeitos e racionalidades agroecológicos, catalisadores de autonomias socioambientais. Conforme Floriani e Floriani:

Assim, é possível tratar dessa questão a partir de três dimensões sobre a constituição dos sujeitos ecológicos: 1) sua localização em espaços que designamos como “territórios da diferença” e que remetem a contextos de confronto com os demais atores sociais, principalmente aos hegemônicos (Estado, agentes econômicos de mercado, sistema das tecnociências, sistema cultural associado à racionalidade dos estilos de vida de consumo); 2) seus sistemas de práticas associados à gestão dos territórios, aos tipos de relação com a natureza e aos seus usos, com cuidados ecológicos de preservação e de reprodução das condições materiais de vida, de acordo com os princípios do socioambientalismo crítico; 3) suas experiências de vida e de associativismo voltadas a projetos de construção de autonomias socioambientais. (2020)

O movimento de (des)naturalização e ressignificação do sistema sociotécnico por parte de atores subalternos em processo de subjetivação parte do questionamento do jogo de papéis e de atribuição de responsabilidades e do reconhecimento dos atores e dispositivos (econômico-jurídico-técnico) em jogo, permitindo a apropriação da tecnologia (ou de parte dela), modificando com isso as intencionalidades projetadas (as racionalidades, as representações e os mitos) em algum momento no processo de construção do objeto técnico e,

assim, permitindo alterar sua condição subalterna (de quase excluídos do processo) na rede. Em outros termos, a apropriação sociotécnica permite “aos atores subalternos se auto reconhecerem coletivamente pelas suas identidades culturais (...), segundo suas capacidades enunciativas e as práticas políticas autônomas de seus recursos mobilizados” no processo de (re)produção biotecnocultural (FLORIANI; FLORIANI, 2020).

Da mesma forma, Michel Callon (2006) evidencia, por meio da Sociologia de Ator-Rede (isto é, teoria social que busca compreender as disputas e conflitos pela construção social de problemas, saberes e tecnologias por agentes e atores envolvidos em redes de socialização e controle dessas variáveis), conexões interdependentes entre ação, cognição e matéria, ultrapassando a oposição entre estrutura e agência na interpretação das formas de resignificação e apropriação dos sistemas sociotécnicos por um dado ator ou atores da rede:

Após ter incluído os não humanos no coletivo, a SAR se esforça em analisar esses não humanos, membros de pleno direito de nossos coletivos, participando da criação de subjetividades. (p. 27)

Voltando ao projetos impulsionados a partir da territorialização do Programa Unitinerante, destacam-se alguns elementos importantes envolvendo a constituição de uma consciência ecológica por meio da qual esses sujeitos associam seus sistemas de práticas ao desenvolvimento de uma consciência ética sobre a natureza, o saber cuidar e o bem viver:

- as redes de discussão e trocas de saberes propiciadas pelos dias de campo e atualizadas e reforçadas pelas mídias sociais apropriadas pelo coletivo, a partir das quais criam-se narrativas do cotidiano da família agricultora e recria-se a memória regional para além dos seus desafios de produção e comercialização (p. ex.: socialização de receitas alimentares e de fitoterápicos);
- o incentivo da troca de mudas nativas, propágulos e sementes crioulas, assim como o incentivo à instalação de bancos de sementes nos estabelecimentos, isto é, o agenciamento dos coletivos não humanos;
- a reprodução de espécies patrimoniais regionais como a erva-mate e a meliponicultura, revitalizando espaços relegados ao desuso (esquecimento) social ou à deterioração ecológica;

- a construção social da identidade agroecológica local, a partir do agenciamento dos elementos anteriores, das narrativas coletivas, da socialização da natureza (coletivos bioculturais) e dos saberes associados que formam uma territorialidade complexa que irá se tensionar com os outros projetos agroecológicos, produzindo ou não híbridos em suas respectivas dimensões cognitiva, associativa e tecnológica.

Essa territorialidade múltipla e híbrida tem elementos mitopráticos ligados a uma ética do habitar-cuidar-cultivar camponesa ressignificada conforme as contingências históricas e materiais, simbolizada em uma marca coletiva (selo) dos produtos bioculturais das famílias agroecológicas que constituem rede sociotécnica formada também por agentes públicos e organizações sociais locais e regionais e setores da academia socialmente comprometidos.

Considerações

Diante do exposto, buscou-se evidenciar, por meio de uma ecologia de práticas e saberes desenvolvida a partir da teoria de ator-rede – isto é, teoria social que procura compreender as disputas e conflitos pela construção social de problemas, saberes e tecnologias por agentes e atores envolvidos em redes de socialização e controle dessas variáveis) –, uma cartografia de atores e sujeitos socioambientais envolvidos no processo de territorialização de suas práticas sociotécnicas envolvidos no processo de apropriação da temática agroecológica em comunidades rurais.

Além disso, foram destacadas algumas práticas de atores sociais hegemônicos (os macroatores ou centros de tradução da rede sociotécnica, tais como o estado e o mercado), sintetizadas no conjunto das políticas de institucionalização da AE que buscam de alguma forma atrelar princípios da alternatividade e criatividade da AE a uma lógica instrumental que responde a pelo menos duas finalidades: 1) da própria reprodução da lógica do aparato estatal (incluindo instâncias mais participativas como conselhos municipais) de subalternização política das coletividades e da perpetuação da dependência desses grupos às instâncias formais (legislações ambientais, sanitárias, de produção e de organização); 2) da subordinação daqueles dispositivos formais e legais ao mercado, privilegiando um ou outro segmento social.

Nesse sentido, acredita-se que essas propostas institucionalizadas tendem ao insucesso por tratarem-se de mais um modelo tecnológico exógeno (não autóctone) submetido às regras formais e legais de padronização produtiva e do

controle da transformação dos produtos, inclinando-se à promoção da segregação social, espacial e ecológica, deixando-se, assim, em segundo plano, princípios fundamentais da agroecologia e conceitos associados a ela, tais como segurança alimentar, sociobiodiversidade, economia social e organização local, deslocando e dissipando sua potencialidade de gerar autonomias e alternativas criativas.

Por outro lado, testemunhou-se uma (re)apropriação de sistemas sociotécnicos por parte de um conjunto de atores historicamente subalternizados, a partir da (re)sistência cultural, territorial e ambiental. Tal resistência conflui para a construção de sujeitos agroecológicos por mobilizar aos menos três dimensões: territorial (a transferência ou deslocamento dos centros de decisão e de responsabilidades para a periferia), ecológica (a conservação e manejo do patrimônio biocultural) e social (o associativismo na escala local). Tais dimensões mobilizadas poderiam catalizar sujeitos e racionalidades agroecológicos catalisadores de autonomias socioambientais.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do projeto de pesquisa “Das Territorialidades Tradicionais às Territorializações da Agroecologia: Saberes, Práticas e Políticas de Natureza em Comunidades Rurais Tradicionais do Paraná” (CNPq, Universal 431468/2016-8), assim como pelo financiamento do projeto de extensão “Núcleo de estudos e Capacitação Sociotécnica de Populações Tradicionais em Agroecologia nos Territórios Faxinalenses” (CNPq 403031/2017-6).

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.
- AKRICH, Madeleine. La construction d'un système socio-technique. Esquisse pour une anthropologie de techniques. In: AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. *Sociologie de la traduction*. Collection Sciences Sociales. Paris: Presses de Mines, 2006.
- ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. *Municípios agroecológicos e políticas de futuro [recurso eletrônico]: iniciativas municipais de apoio à agricultura familiar e à agroecologia e de promoção da segurança alimentar e nutricional*. 1. ed. Rio de Janeiro: ANA, 2020. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp->

- content/uploads/2020/12/Municipios-Agroecologicos-Políticas-Futuro-web.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*, v. 8, n. 9, p. 73-91, 2012. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6518/3510>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- BRANDENBURG, Alfio. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: UFPR, 1999.
- CALLON, Michel. *Pour une sociologie des controverses technologiques*. In: AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. *Sociologie de la traduction*. Collection Sciences Sociales. Paris: Presses de Mines, 2006.
- CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. *Le gran Léviathan s'apprivoise-t-il?: essai de Tératologie – Le Léviathan Sociologue*. In: AKRICH, Madeleine; CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. *Sociologie de la traduction*. Collection Sciences Sociales. Paris: Presses de Mines, 2006.
- CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o capira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CARDOSO, Thiago Mota; PARRA, Lilian Bulbarelli; MORDECIN, Isabel Fróes. Mapas em movimento: os (des)caminhos de uma prática cartográfica junto aos Potiguara. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 71-111, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/74228>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 1-15, 1998.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Brasil. *Questões atuais de reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre Teoria dos sistemas não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Orgs.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DESCOLA, Philippe. *L'écologie des autres. L'anthropologie et la question de la nature*. Sciences en questions. Paris: Quae, 2011.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ESCOBAR, Arturo. *El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*. Bogotá: ICAN-CEREC, 1999.
- FLORIANI, Dimas. Natureza da Ética e Ética da Natureza: pensar, fazer, subjetivar, julgar e decidir no socioambientalismo, v. 1. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FLORIT, Luciano (Orgs.). *Ética Socioambiental*. 1. ed. Barueri: Manole, 2019. p. 75-106.
- FLORIANI, Dimas; FLORIANI, Nicolas. Ecología de las prácticas y de los saberes para el desarrollo local: territorios de autonomía socioambiental en algunas comunidades tradicionales del centro-sur del Estado de Paraná, Brasil. *Polis*, Santiago, v. 56, p. 24-39, 2020.

- FLORIANI, Dimas; FLORIANI, Nicolas. Produção e constituição de sujeitos ecológicos plurais: experiências com algumas populações rurais tradicionais e indicadores de avaliação de autonomia socioambiental. *In: FOLLMANN, José Ivo (Org.). Ecologia integral: abordagens (im) pertinentes – volume 3. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021.*
- FLORIANI, Nicolas. *Saberes e práticas de territórios agroecológicos*. 1. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.
- FLORIANI, Nicolas; CARVALHO, Sílvia Méri. Apresentação: sustentabilidade latente e resiliência socioecológica da floresta faxinalense. *In: CARVALHO, Sílvia Méri; FLORIANI, Nicolas (Orgs.). Faxinal Taquari dos Ribeiros: diálogos interdisciplinares, sustentabilidade e etnoecologia, v. 1. 1. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017.*
- FLORIANI, Nicolas; RIOS, Francisco Ther; FLORIANI, Dimas. Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural. *Polis*, online, v. 34, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/8759>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- FLORIANI, Nicolas; SKEWES, Juan Carlos; RIOS, Francisco Ther; SILVA, Adnilson de Almeida; HALISKI, Antônio Márcio; SHIRAIISHI-NETO, Joaquim. Territorialidades da convivencialidade e do sentir pensar com as florestas comunitárias tradicionais na América Latina. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 50, p. 21-48, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/65389>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HALISKI, Antonio Marcio; BRANDENBURG, Alfio. Da constituição à reprodução de uma “certa” condição camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 36, n. 1, p. 34-49, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2016.v36.445>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- IANNI, Octavio. A utopia camponesa. *Revista da USP*, São Paulo, n. 2, 1986. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rusp/article/view/132121/128230>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- KAWAKAMI, Jackson. *Certificação de produtos orgânicos*. Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar. Curitiba: CREA-PR, 2016. Disponível em: <https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/certificacao-de-produtos-organicos.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.
- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOURE, Bruno. *Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia*. Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru: Edusc, 2004.
- MICHELLON, Ednaldo; ROCHA, Carlos Hugo; MARTINS, Fábio Ricardo Corrales; KAWAKAMI, Jackson *et al.* (Orgs.). *Paraná mais orgânico: relatos de experiências de certificação pública de produtos orgânicos*. Curitiba: CRV, 2018a.
- MICHELLON, Ednaldo; ROSA, Geovani Marx; KAWAKAMI, Jackson; BRANCO, Kemely Bruna *et al.* (Orgs.). *Certificação pública de produtos orgânicos: a experiência paranaense*. Curitiba: CRV, 2018b.
- NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. *In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Orgs.). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.
- PLOEG, Jan Dowe van der. *Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano*. Porto Alegre: UFRGS; São Paulo: Unesp, 2016.

- RAFFLES, Hugh. El conocimiento íntimo. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, El conocimiento Indígena, v. 54, n. 3, p. 325-335, 2002. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128427_spa. Acesso em: 13 ago. 2021.
- RESA – Rede Semente de Agroecologia. *Sementes da Agroecologia. Sementes da Vida*. [S.l.]: ReSA, 2020. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/cartilhas/37/cartilha-sementes-da-agroecologia-sementes-da-vida/23460>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SAHLINS, Marshall. *Stone Age Economics*. Londres: Tavistock, 1978.
- SAQUET, Marcos Aurelio. *Abordagens e concepções de território*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SEAB-PR – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado do Paraná. *Secretaria da Agricultura institui programa Paraná Agroecológico*. SEAB-PR, 2016. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Secretaria-da-Agricultura-institui-programa-Parana-Agroecologico>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- TOLEDO, Victor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. La milpa y la memoria biocultural de Mesoamérica. In: CAMEJO, Viviane Camejo; DAL SOGLIO, Fabio Kessler. *A conservação das sementes crioulas: uma visão interdisciplinar da agrobiodiversidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p. 61-78. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341565901_LA_MILPA_Y_LA_MEMORIA_BIOCULTURAL_DE_MESOAMERICA. Acesso em: 29 jul. 2021.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambu, 1996. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 1999.
- WOORTMANN, Ellen. Teorias do Campesinato e Teorias do Parentesco. In: WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Edunb, 1995.

Como citar

FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Dimas; SILVA, Adnilson de Almeida; HALISKI, Antonio Marcio. Territorializações agroecológicas: saberes, práticas e políticas de natureza em comunidades rurais tradicionais do Paraná. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230103, 23 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-3>.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

A Agricultura Natural de Mokiti Okada: uma experimentação moral e política como fonte de inovação de ordem ecológica

Mokichi Okada's Nature Farming: moral and political experimentation as a source of ecological innovation

 Julien Blanc¹ •  Paulo Eduardo Moruzzi Marques²

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-4>

Resumo: Este artigo³ veicula uma análise das trajetórias de desenvolvimento da Agricultura Natural no Brasil. Esta última é apoiada por diferentes organizações ligadas à Igreja Messiânica Mundial do Brasil, que consideram seu desenvolvimento como necessário para o advento do “Paraíso na Terra”, ou seja, um mundo “sem doença, sem pobreza e sem conflito”, tal como projetado por Mokiti Okada, fundador deste movimento filosófico religioso nos anos 1930, no Japão. Seguindo os passos da filósofa Emilie Hache, este caso é abordado como uma potencial resposta prática à crise ecológica contemporânea, concebida como sendo simultaneamente de origem moral, política e epistemológica. O artigo destaca as trajetórias evolutivas muito diferentes dos dois principais sistemas de atividade agrícola desenvolvidos pelo movimento (horticultura e avicultura). Com efeito, ambos conhecem o mesmo conjunto de tensões, entre identidade do movimento e exigências religiosas, por um lado, e imperativos de desempenho técnico e financeiro, por outro. Essas tensões são resolvidas de formas muito diferentes em virtude das especificidades da horticultura e da avicultura no seio da Agricultura Natural. A análise permite assim sublinhar as contribuições e os limites desta dinâmica, mas também seu alcance muito além de suas próprias fronteiras, revelando o interesse que uma experimentação moral e política de natureza ecológica deste tipo representa para abordar as questões de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: transição ecológica; agriculturas emergentes; inovação agropecuária; filosofia religiosa contemporânea; cosmopolíticas.

¹ Professor Associado no Département Homme et Environnement do Muséum national d'Histoire naturelle, França. Doutor em Eco-anthropologie (EA) pelo Muséum national d'Histoire naturelle, França. E-mail: julien.blanc@mnhn.fr.

² Professor Associado de Sociologia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esa/USP), com ênfase em Sociologia Rural. Doutor em Sociologia (étude des sociétés latino-américaines) pelo Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Paris, França. Pós-doutor em Sociologia pelo Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (LADYSS), França. E-mail: pmarques@usp.br.

³ Texto escrito em francês e traduzido para o português por Amanda de Souza Araujo Dias, com revisão e ajustes pelos autores.

Abstract: This text analyses the development of Nature Farming in Brazil; this farming system is espoused by a group of organizations linked to the Brazilian Church of World Messianity which consider it necessary to achieve “Paradise on Earth,” a world “free of disease, poverty, and conflict” envisioned by Mokichi Okada, the Japanese founder of this movement. Following in the footsteps of the philosopher Emilie Hache, this case is considered as a potentially practical response to the contemporary ecological crisis, and understood to be simultaneously moral, political, and epistemological in origin. The text highlights how the two main agricultural activity systems supported by the movement (market gardening and poultry farming) have followed very different evolutionary paths. Both systems are subject to the same group of tensions: the movement's identity and religious requirements on the one hand, and technical and financial performance requirements on the other. These tensions are resolved very differently due to the distinct constraints on gardening and poultry raising within the Nature Farming philosophy. This analysis highlights the contributions and limitations of this dynamic as well as its reach, which extends well beyond its own borders, revealing how a moral and political experiment of this type can be relevant in addressing the challenges of sustainable development.

Keywords: ecological transition; contemporary religious philosophy; agricultural innovation; cosmopolitics.

Résumé: Ce texte propose une analyse des trajectoires de développement de l'Agriculture Naturelle au Brésil. Cette agriculture est portée par différentes organisations liées à l'Igreja Messianica Mundial do Brasil et son développement est considéré comme nécessaire à l'avènement du Paradis sur Terre, un monde “sem doença”, sem pobreza e sem conflito » tel que projeté par Mokiti Okada, fondateur du mouvement dans les années 1930 au Japon. En suivant les traces de la philosophe Emilie Hache, ce cas est abordé comme une potentielle réponse pratique d'ordre à la fois morale, politique et épistémologique à la crise écologique contemporaine. Le texte souligne comment les deux principaux systèmes d'activité agricole supportés par le mouvement (maraichage et aviculture) ont suivi des trajectoires d'évolution très différentes. Il montre que si les deux systèmes d'activité sont pris dans les mêmes jeux de tension, entre exigence identitaire et religieuse du mouvement d'un côté, et exigence de performance de l'autre, ces tensions se résolvent de manières très différentes en raison de contraintes spécifiques très distinctes. L'analyse permet ainsi de souligner les apports et les limites de cette dynamique mais aussi sa portée qui va bien au-delà même de ses frontières propres, révélant l'intérêt qu'une expérimentation morale et politique d'ordre écologique de ce type peut avoir pour les enjeux de développement durable.

Mots-clés: transition écologique; agricultures émergentes; philosophie religieuse contemporaine; innovation agronomique; cosmopolitiques.

Introdução

Fundada em 1955 por dois missionários japoneses, a Igreja Messiânica Mundial do Brasil (IMMB) tem por objetivo desenvolver o projeto iniciado por Mokiti Okada no Japão trinta anos antes: realizar o “Paraíso na Terra”, um mundo “sem doença, sem pobreza e sem conflito, um mundo de paz eterna e de verdade absoluta onde reinam o bom e o belo” (IMMB, 2002). Por um lado, este projeto é movido por uma relação com o mundo profundamente religiosa e fortemente marcada pelo vitalismo.⁴ Por outro lado, sua concepção recorre amplamente à experiência negativa que Mokiti Okada vivenciou no Japão de sua época, “um país assolado pela corrupção, pela desonestidade, pela ganância, pelo individualismo, mas também pela desconstrução da natureza, pela poluição e pela feiura” (IMMB, 2002). Assim, Okada construiu seu movimento como uma tentativa de resposta a estes males e à incapacidade das instituições religiosas tradicionais japonesas de enfrentar os desafios individuais e coletivos em torno destas degradações.

Em 2019, a Igreja Messiânica Mundial do Brasil reivindicou mais de 370.000 membros e 2.000.000 simpatizantes e se estruturou em torno de um vasto sistema de atividades. Dispunha, em particular, de 509 centros de culto,⁵ de uma propriedade de 260 ha em Ipeúna/SP, qualificada como “protótipo de Paraíso Terrestre”, de uma Faculdade Messiânica,⁶ de diversos Centros Culturais de Promoção Artística, assim como de uma série de organizações dedicadas à Agricultura Natural,⁷ concebida como um dos pilares da produção do “Paraíso na Terra”. É sobre esta última e, em particular, sobre seu desenvolvimento em solo brasileiro que este artigo se dedica.

Visto do prisma de nossa época e dos desafios de uma crise ambiental hoje considerada como de amplitude global, o projeto de Mokiti Okada pode ser assimilado ao que Émilie Hache (2019) identifica como “experimentação moral e política”. É dessa forma que esta autora qualifica os diferentes movimentos que postulam a moralização da política e da economia como forma de responder a esta crise ecológica. Em razão de ser marcado pelo vitalismo, de conter influências do budismo, do xintoísmo e de religiões populares,

⁴ Na medida em que confere uma força vital e uma intencionalidade aos seres vivos e aos elementos “naturais” (o solo, as pedras, o vento etc.), através dos quais se unificam o espírito e a matéria.

⁵ Dispersos pelo Brasil, apesar da maioria estar implantada no estado de São Paulo.

⁶ Situada na Vila Mariana, na capital do estado de São Paulo, oferece formações, notadamente, em teologia, pedagogia e, mais recentemente, Agricultura Natural: <https://www.faculdademessianica.edu.br/>.

⁷ Principalmente, a Fundação Mokiti Okada – FMO, o Centro de Pesquisa Mokiti Okada – CPMO e a empresa Korin agropecuária.

particularmente de ascendência animista, o projeto de Mokiti Okada se distingue fortemente daqueles que procedem diretamente do referencial modernista. Com este sentido, a Agricultura Natural, tal como concebida por Mokiti Okada, propõe uma transformação cosmopolítica (STENGERS, 2013) bastante radical. Mas como esta agricultura encontra um lugar no mundo moderno e onde se situa exatamente? Estas questões são pertinentes na medida em que se associam a um projeto mais global que leva a interrogações sobre o potencial de inovação das agriculturas emergentes e sobre sua capacidade de traçar caminhos de uma modernidade alternativa. No entanto, não se trata de produzir aqui uma avaliação normativa, ou ainda menos de julgar a pertinência da Agricultura Natural diante dos desafios econômicos, ambientais ou sociais. A ideia consiste em oferecer elementos suplementares para a compreensão das formas pelas quais se negociam as mudanças de modelos de desenvolvimento, a partir de situações concretas, nas quais as utopias, quaisquer que sejam, são confrontadas com o mundo real.

Assim, nossa abordagem se orienta por uma perspectiva pragmática, apoiando-se em quadros de análise provenientes dos Science and Technologies Studies (STS), em particular dos conceitos desenvolvidos pelos teóricos do ator-rede (Actor-Network Theory – ANT), tais como Callon (1986) e Latour (1999). Convém lembrar que estas abordagens pragmáticas da inovação focalizam antes de tudo a ação em curso, atribuindo a esta última uma função analítica decisiva. Nesta ótica, o conceito de “prova” é central. Com seu emprego, torna-se muito forte o interesse pelos modos emergentes de sua resolução e pelas associações entre *actantes* (quer dizer, combinando humanos e não humanos) que se constituem neste quadro. Igualmente conceito central no âmbito dos STS, a “tradução” pode ser concebida como toda atividade que visa tornar comensurável universos de sentidos e práticas distintas, principalmente com o objetivo de envolver parceiros suplementares no seio das redes de inovação. Trata-se com efeito de um trabalho de fronteiras (STAR; GRIESEMER, 1989; GALISON; STUMP, 1996), essencial para assegurar o desenvolvimento de redes e sua estabilização ao longo do tempo. Neste sentido, as interpretações apresentadas aqui são produzidas em grande medida a partir de uma descrição dos desdobramentos progressivos da rede de *actantes* em torno do projeto de Agricultura Natural, encabeçado pela IMMB, da análise conjunta das provas-chave que governam estes desdobramentos, permitindo sua estabilização, e da maneira pela qual a organização e seus atores atuam para manter unidos

mundos distintos. Nesta linha, nosso interesse pelas ideias e representações dos promotores da Agricultura Natural (em primeiro lugar, de Mokiti Okada) se justifica sobretudo na medida em que permitem identificar o que produzem no encontro com o mundo tal como é.

A análise proposta se apoia em pesquisa realizada entre julho e novembro de 2015, fundada em estudo de documentos, entrevistas semiestruturadas, visitas a áreas produtivas e acompanhamento em suas atividades cotidianas de técnicos e agrônomos ligados às organizações da IMMB. Os documentos consultados são essencialmente produzidos por uma destas últimas, encarregadas de questões agrícolas, seja sob forma impressa, inclusive os textos escritos por Mokiti Okada traduzidos para o português e editados na coleção Alicerce do Paraíso, seja por via de sites da internet.⁸ As entrevistas semiestruturadas, acompanhadas das visitas às áreas de produção, foram efetuadas a 15 agricultores implicados nas redes da IMMB (6 horticultores, 5 produtores de ovos e 4 de frango de corte) e a 10 profissionais de organizações ligadas à IMMB (FMO, CPMO e Korin), em particular os responsáveis pelos departamentos de pesquisa e de extensão. O acompanhamento das atividades de dois técnicos ocorreu, cada um, durante vários dias sucessivos. É a partir deste conjunto de dados obtidos que foi possível reconstruir as trajetórias de desenvolvimento da Agricultura Natural no Brasil. Convém também realçar que as análises desenvolvidas aqui revelam um quadro de dinâmicas com recorte final no início de 2016. Se existem referências a datas posteriores podendo aparecer no artigo, trata-se de atualizações que nos pareceram necessárias quando da redação do texto, o que é, contudo, muito pontual.

O texto está organizado em duas volumosas partes. A primeira apresenta o projeto de Mokiti Okada, em termos de ideias, concepções de mundo e de representações associadas essencialmente às questões em torno da Agricultura Natural. A segunda se inspira em grande medida nos métodos descritivos dos STS para identificar as provas-chave as quais a Agricultura Natural confronta, desde sua implantação no Brasil, as resoluções associadas, além de, mais amplamente, toda a atividade tendo contribuído ao desenvolvimento e estabilização de suas redes. Neste propósito, trata-se de focalizar as trajetórias dos dois grandes setores de produção promovidos a

⁸ Por exemplo, aqueles da empresa Korin: <https://www.korin.com.br>; da Fundação Mokiti Okada: <https://www.fmo.org.br>; da IMMB: <https://www.messianica.org.br> ou do CPMO: <http://www.cpmo.org.br>.

partir da origem, ou seja, a horticultura e a avicultura. A análise se completa com a identificação de determinantes e dinâmicas das trajetórias de desenvolvimento da Agricultura Natural no Brasil desde sua implantação no início dos anos 1970.

A Agricultura Natural como projeto

As considerações de Mokiti Okada sobre a agricultura, assim como a importância que lhe atribui para a salvação (na Terra) da Humanidade, estão em consonância com as posições de toda uma sequência de pensadores do começo do século XX, hoje identificados como pioneiros da agroecologia⁹ no mundo moderno. Entre eles, o inglês Sir Albert Howard, o austríaco Rudolf Steiner, o suíço Hans Müller, o alemão Hans Peter Rusch, ou ainda o japonês Masanobu Fukuoka. Contemporâneos de Mokiti Okada, todos são críticos fervorosos tanto da modernização agrícola quanto da própria Modernidade na medida em que provocam uma ruptura com o sentimento de pertencimento a um mundo comum (humano e não humano) e uma fragilização dos princípios de interdependência e de responsabilidade generalizada que lhe deveriam estar associados. Todos estes pensadores têm igualmente em comum a concepção das primeiras respostas críticas diante da agroquímica. Esta última, vale lembrar, nasceu no final do século XVIII (JAS, 2011). Ao focalizar o funcionamento das plantas, eruditos da época deslocaram a maneira usual de abordar os problemas agrícolas, cuja centralidade era, até então, a fertilidade dos solos e o húmus. Desta maneira, a problemática principal se tornou a nutrição vegetal com nitrogênio, fósforo e potássio (NPK), identificados como elementos essenciais ao desenvolvimento das plantas. Assim, os adubos minerais sintéticos conheceram grande triunfo e o solo foi relegado a simples suporte da agricultura. Os pioneiros da agroecologia compartilham assim a preocupação em restituir ao solo um lugar situado no cerne das problemáticas agrícolas, insistindo sobre seu papel fundamental no equilíbrio ambiental, na conservação dos agroecossistemas e na saúde das plantas cultivadas, assim como daquela dos humanos que as consomem.

⁹ Convém aqui destacar que as experiências em Agricultura Natural contribuem para o efervescente debate em torno da agroecologia, em particular no que se refere ao seu papel como disciplina científica, movimento social ou prática agrícola (DORÉ; BELLON, 2019). No entanto, este artigo não integra esta questão em seu escopo.

Pureza do solo, vitalismo e autorrealização

Para Mokiti Okada, o elemento central da Agricultura Natural é o respeito à “pureza do solo”, tratando-se de uma condição necessária à plena expressão da “força vital”. A referência vitalista aqui é clara e ilustra um componente fundamental da relação com o mundo de Mokiti Okada: todo ser vivo e todo elemento “natural” (o solo, as pedras, o vento etc.) dispõem de intencionalidades e cada um deles é sede de uma força vital (unificadora do espírito e da matéria). Mokiti Okada confere assim claramente um *status* de sujeito aos seres não humanos e a outros *actantes* que povoam os campos,¹⁰ a autorrealização destes seres constituindo uma das condições à salvação, na Terra, da Humanidade. Esta dimensão é fundamental e é importante levá-la a sério, pois marca fortemente a identidade da Agricultura Natural e suas trajetórias de desenvolvimento. A propósito, a própria expressão “agricultura natural” é uma tradução latina da expressão *shizen nôhô*, na qual o termo *shizen* (natural) tem um valor sobretudo adjetivo e se relaciona a noções como “em sua própria espontaneidade”, “ser de si mesmo” ou “sem agir”. Neste sentido, o vocábulo “natural” da agricultura de Mokiti Okada remete a um processo de autorrealização (BERQUE, 1986; BOUTRY-STADELMANN, 2006; ROBERT, 2018) e não a um estado particular (aquele da natureza). Deste modo, praticar uma agricultura “natural” significa, antes de tudo, possibilitar às diferentes entidades que participam da produção dos alimentos de se autorrealizarem em suas próprias trajetórias. A intervenção do homem no solo acrescentando moléculas “poluentes”, por exemplo, contraria estas autorrealizações e altera suas possibilidades.

Desta proposição resulta a ideia segundo a qual se deve tratar de outra maneira as entidades da “Grande Natureza”, com vistas ao estabelecimento de relações cuidadosas. Decorre então uma forma de respeito por estas entidades, sem que se tornem instrumentos dos fins humanos, mas participantes, sob orquestração humana, da produção do grande destino comum, de um mundo sem doença, sem miséria etc. Embora tênue, a nuance é importante, pois implica não apenas humildade, mas também reconhecimento de uma certa

¹⁰ Em diversas passagens de seus textos, Okada se refere às qualidades e às competências dos seres outros que humanos que contribuem para a produção dos alimentos: “Certamente, as árvores também possuem espírito. [...] Não há erro em lidarmos com qualquer elemento da Grande Natureza acreditando que ele possui espírito” (IMMB, 2008, p. 82). Ou ainda, “o homem, até agora, pensava que a vontade-pensamento, assim como a razão e o sentimento limitavam-se aos animais. Entretanto, eles existem também nos corpos inorgânicos. [...] A única diferença é que a vontade-pensamento nos seres animados é mais livre e móvel, ao passo que o solo e as plantas não têm liberdade nem movimento” (IMMB, 2008, p. 83).

fragilidade da humanidade imposta por uma necessária e permanente negociação com os outros seres.

Um tratado elementar de agronomia e a responsabilidade da ciência

Para Mokiti Okada, o solo deve, antes de tudo, ser “vivificado”. Esta “vivificação” passa por “seu aquecimento”, pela “manutenção da sua humidade” e pela prevenção contra “seu endurecimento”. Na prática, a regra consiste em “não acrescentar nada ao solo”, a não ser “compostos naturais”, capazes de contribuir com a vivificação do solo, sem bloquear sua força vital. Uma de suas referências é o funcionamento dos solos florestais, o que reenvia ao papel fundamental do húmus: “dirijam seu olhar para a superfície do solo das matas e atentem para a abundância de vegetais secos e folhas caídas (...). Eles representam o trabalho da Natureza para enriquecer o solo, que nos ensina que devemos utilizá-los” (IMMB, 2008, p. 32). Desta forma, Okada qualifica como “compostos naturais” apenas estritamente a esfera do vegetal. Os adubos de origem animal (como esterco de cavalo, cama de galinha ou resíduos de peixe), assim como aqueles de síntese química, são considerados antinaturais: “não caem do céu, nem brotam da terra: são transportados pelo homem” (IMMB, 2008, p. 18). Transposta para um registro agronômico, a Agricultura Natural pode, assim, ser considerada como uma abordagem fundada em regras relativamente simples, mas bastante restritivas: interdição de todo recurso à química, ao uso de esterco ou de qualquer contribuição de origem animal e mesmo de tudo que seria “transportado” pelo homem. O conjunto desta orientação visa manter a pureza do solo, de forma a não entrar os mecanismos que ocorrem em seu seio. A aposta é que, ao potencializar a atividade do solo desta maneira, o sistema estará suficientemente “vivificado” para prescindir de qualquer produto químico visando controlar agentes patogênicos: conviver com as pragas constitui, de fato, outro dos lemas de Mokiti Okada, o que é cada vez mais compartilhado nos mundos da agroecologia.

Por outro lado, a combinação de interdições, conselhos e prescrições não produz, de forma alguma, um manual de Agricultura Natural. Este conjunto apenas limita as possibilidades, ao mesmo tempo que aponta para perspectivas a serem exploradas. O próprio Mokiti Okada assume que seu legado é oriundo, sobretudo, da intuição, não propondo nenhuma solução técnica real para enfrentar as limitações decorrentes do seu quadro normativo. Seus conselhos

práticos são baseados em observações e experimentações realizadas por ele mesmo em sua horta ou por seus vizinhos agricultores. Seus textos apresentam, assim, generalizações um tanto apressadas,¹¹ mas mostram de modo simultâneo que Mokiti Okada tem consciência destes limites. Assim, afirma que apenas experimentações metódicas permitirão descobrir soluções reais aos problemas encontrados, confiando esta missão aos agricultores e à ciência. Esta última é concebida por Okada como o conjunto de atividades que têm por objetivo inspecionar e produzir conhecimentos sobre as dimensões “materiais” do universo. Este líder espiritual confere então um papel essencial para a atividade científica na realização de suas esperanças. Contudo, a ciência tal qual observa em sua época se engana, pois não levanta as boas questões: “(...) no que concerne à agricultura, ela não tem nenhuma força, ou melhor, está muito equivocada, negligenciando o Poder da Natureza” (IMMB, 2008, p. 25). Nesta linha de raciocínio, a ciência formula falsos problemas e indica soluções ilusórias. Aliás, o cientificismo dos Modernos é central para tal falsidade uma vez que, para Okada, a formulação de questões corretas passa pela articulação, quando não subordinação, da atividade científica aos processos “espirituais” que, com a matéria, (co)regem o universo.

Para além da agronomia, uma agricultura do espírito e da prosperidade

A Agricultura Natural não é, portanto, apenas uma história de materialidade, mas também de espiritualidade. Como visto, não há separação, para Mokiti Okada, entre a matéria e o espírito, que se codeterminam, de modo que as diretrizes agrônômicas deveriam responder a um enquadramento de ordem “espiritual”. Podendo também ser qualificada como intencional ou moral, esta impregnação espiritual não é específica à vertente “agrícola” do projeto de Mokiti Okada, mas constitui uma abordagem geral, incitando os humanos a se fundirem em ethos particular que combina honestidade, responsabilidade, devoção ao coletivo e ao trabalho, além da cultura do belo. Este ethos constitui a garantia de uma prosperidade econômica compartilhada, única capaz de combater a pobreza e a feiura, além de ser condição para que posturas empreendedoras éticas assegurem o bem-estar de todos (inclusive dos

¹¹ Por exemplo, a propósito dos compostos vegetais, apresenta a ideia de que “tudo isso refere-se ao arroz, mas aplica-se a qualquer tipo de produção agrícola” (IMMB, 2008, p. 29), sem nenhuma demonstração; ou “no caso da batata-doce, por exemplo, obter-se-ão batatas enormes, de causar espanto; nas leguminosas, os grãos serão grandes e a quantidade maior (...)” (IMMB, 2008, p. 29), sem nenhuma referência aos protocolos experimentais.

agricultores), sem reproduzir os efeitos prejudiciais do capitalismo, tais quais identificados por Mokiti Okada.¹²

Se é esperado que as ações dos agricultores sejam guiadas por este ethos, de forma mais ampla, é o conjunto da produção e da circulação de alimentos que deve ser orientado por este enquadramento. Tal norte permitiria que a circulação generalizada de “intencionalidades positivas” se estabelecesse na cadeia de relações, não somente entre as entidades que contribuem para a produção de alimentos (agricultores/agricultoras, solos, plantas, animais etc.), mas também entre os indivíduos que consomem estes alimentos. Deste modo, seria possível que estas intencionalidades positivas se propagassem no mundo todo. Oportuno esclarecer ainda que este princípio de “circulação generalizada” se estende para além da ordem moral, respondendo à necessidade de difusão da “força vital”: de origem divina, o fluxo desta última está, para Mokiti Okada, no fundamento de tudo e, como visto, a questão fundamental da Agricultura Natural consiste em não entravá-lo. Desta forma, é como se toda atividade – inclusive a Agricultura Natural – fosse concebida a partir da conexão de três níveis de existência (matéria, intenção e força vital), tratando-se de mantê-los unidos.

Trajetórias de desenvolvimento da Agricultura Natural

No Brasil, o desenvolvimento da Agricultura Natural se baseava, no momento de nossas pesquisas de campo em 2015, em diversas organizações, as três mais primordiais sendo o Centro de Pesquisa Mokiti Okada (CPMO),¹³ a empresa Korin agropecuária e a “consultoria agrícola” da Fundação Mokiti Okada (FMO).¹⁴ Esta última foi criada no começo dos anos 1970 como emanção operacional da Igreja Messiânica. Graças a seus fundos, foram financiados, entre outros estabelecimentos, a Faculdade Messiânica, centros de promoção de arte e o centro de pesquisa. A Fundação também desenvolve há anos diversos projetos de cunho educacional e ambiental, voltados à alimentação ou ao fomento de hortas domésticas.

¹² Nos seus textos, Mokiti Okada escreve muitas páginas fundindo questões econômicas, dispositivos empresariais e ética do trabalho. Assim, entrelaça estes três pontos de tal maneira que é impossível não perceber os traços da cultura japonesa e, como afirma Yoneyama (2008), os valores veiculados pelas duas religiões predominantes no país, o budismo e o xintoísmo: no lugar de valorizar a afirmação de si, estas orientações religiosas teriam favorecido o desenvolvimento do espírito de grupo e da harmonia, assim como o sentido do pragmatismo.

¹³ Disponível em: <http://www.cpmo.org.br/>.

¹⁴ Disponível em: <http://www.cpmo.org.br/>.

O Centro de Pesquisa Mokiti Okada (CPMO) foi fundado no começo dos anos 2000. Ocupando mais de 140 hectares em Ipeúna, no estado de São Paulo, é herdeiro – reorganizado e com infraestruturas ampliadas – do Centro de Desenvolvimento da Agricultura Natural (Cdan), uma estrutura de pesquisa erigida em 1992 que substituíra a Estação Experimental de Atibaia, instituição pioneira criada em 1974. Como seu predecessor, o CPMO emprega cerca de cinquenta funcionários. Estes centros desenvolveram progressivamente infraestruturas consequentes: laboratórios foram construídos e equipados para conduzir pesquisas sobre solo, vegetais, alimentação e saúde animal, áreas de investigação diretamente ligadas às atividades agrícolas fomentadas pelo movimento. Hoje, o CPMO engloba quatro departamentos (setores de pesquisa em manejo de solo e planta, em desenvolvimento de sementes, em animais de produção e em microbiologia aplicada à agropecuária) e possui numerosas parcerias com os meios acadêmicos brasileiro e internacional.

A empresa Korin Agropecuária é um dos ramos da empresa Korin Empreendimentos e Participações. Criada em 1994 para responder ao desenvolvimento de atividades lucrativas no setor agrícola, em 2015 empregava mais de 100 pessoas; gerava um volume de negócios de 108 milhões de reais, apresentando um crescimento anual de cerca de 15%. Até 2015, a Korin se desenvolveu essencialmente a partir do crescimento da avicultura, uma atividade iniciada pela Fundação em 1992 que, ainda hoje, constitui sua ponta de lança. A partir de 2013, uma estratégia de diversificação foi iniciada. Durante nossa pesquisa de campo, a empresa comercializava com sua própria marca uma variedade cada vez maior de alimentos, tais como frango, ovos, carne bovina, peixe, arroz, café, feijões, milho em grãos, farinha de mandioca e mel. O conjunto da sua linha de produtos mais ou menos transformados totaliza 200 itens registrados, que são vendidos de forma crescente em lojas franqueadas, mas também através de grandes supermercados e mercearias de produtos alimentares diferenciados (orgânicos, naturais, saudáveis). A Korin ambiciona “tornar-se uma empresa líder no Brasil” para o benefício do “desenvolvimento socioeconômico do país, através da oferta de produtos originários da tecnologia da Agricultura Natural”.¹⁵

Desde o começo dos anos 1990, estas estruturas apoiaram¹⁶ o

¹⁵ Ver “Relatório 2015 Ações socioambientais da Korin agropecuária” em: <http://www.korin.com.br/wp-content/uploads/2017/05/relatorio-2015.pdf> e <http://www.korin.com.br/empresa/nossa-visao>.

¹⁶ Na Fundação e na Empresa Korin operam equipes dedicadas ao acompanhamento agrícola (o que será tratado posteriormente), com suas organizações se inserindo em sistema de atividades extremamente

desenvolvimento das duas principais atividades agrícolas implementadas pelo movimento, a avicultura e a horticultura, ainda que, em 2018, a Korin comercializasse, com sua própria marca, muitos produtos alimentares diferentes, como mencionado anteriormente. No entanto, esta diversificação é bastante recente, tendo sido essencialmente a produção avícola que permitiu que a empresa crescesse e se tornasse conhecida em todo o Brasil.

Com cerca de 380.000 frangos abatidos mensalmente em 2013 (DEMATTE FILHO, 2014), 450.000 em 2015, segundo nossos interlocutores, e mais de cem empregados divididos entre polos logísticos, comerciais, de acompanhamento técnico e de pesquisa, a avicultura constituía, em 2015, o carro-chefe da empresa. Trinta e oito produtores independentes, um abatedouro, meios de transporte significativos e uma marca comercial com três linhas distintas de produtos (frango sem antibiótico, frango orgânico e frango caipira) estavam envolvidos nesta atividade que gerava lucros importantes, reinvestidos em grande parte nos trabalhos de Pesquisa-Desenvolvimento conduzidos no CPMO. A imprensa escrita, especializada e destinada ao público geral,¹⁷ exaltava regularmente o sucesso da Korin, apresentada como uma referência nacional em matéria de avicultura sustentável.

Em comparação, a horticultura não aparece numa situação muito favorável. No momento da nossa pesquisa, três funcionários (dois engenheiros agrônomos e um técnico) acompanhavam uma dúzia de agricultores cujos volumes de produção eram desconhecidos. Este acompanhamento, ainda que pago, apresentava um saldo negativo, obrigando um apoio financeiro permanente por parte da organização. Não havia marca nem estrutura comercial, nem mesmo uma rede formalizada em torno desta atividade. Entretanto, tal não fora sempre o caso. No final dos anos 1990, a Associação dos Produtores em Agricultura Natural (Apan) reunia quase 350 horticultores, oriundos de seis estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil.¹⁸ Grandes

complexo no plano jurídico e de governança. A Igreja e a Fundação, em particular, desempenham aqui um papel-chave. Contudo, para os propósitos deste artigo, suas diferentes estruturas são apenas apresentadas como interligadas.

¹⁷ Por exemplo, o artigo intitulado “Por dentro da produção da Korin: a saga do frango continua”, publicado em 2015 na revista *Gastrolândia*, faz referência, justamente, ao fato de que Alex Atala, prestigioso chef de cozinha brasileiro, adquire frangos exclusivamente na Korin (<http://gastrolandia.com.br/reportagem/por-dentro-da-producao-da-korin-a-saga-do-frango-continua/>). Outro exemplo, a revista econômica *Exame*, no dia 7 de junho de 2019, acolhe positivamente o investimento de vários milhões de reais realizado pela Korin para construir uma usina de produção de rações alimentares sem transgênico. Ver: <https://exame.com/blog/primeiro-lugar/korin-investe-r-16-milhoes-em-fabrica-para-ter-frango-sem-transgenico/>.

¹⁸ São Paulo estava amplamente representado, seguido pela ordem de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

encontros eram organizados regularmente e grupos de trabalho funcionavam por estado. Efetivamente, vários horticultores de São Paulo conheciam a Fundação Mokiti Okada.

Assim, a dinâmica em torno da horticultura havia conhecido na década de 1990 seus dias de glória, o que contrasta com o estado anômico em que a atividade se encontrava em 2015. A situação pode ainda parecer mais surpreendente dado que a horticultura constituía, como foi realçado, a referência central de Mokiti Okada. Para compreender tal fenômeno, convém retomar o fio da meada seguindo os caminhos sinuosos tomados pela Agricultura Natural desde sua emergência no Brasil.

As conturbações da horticultura

As primeiras tentativas de estabelecimento da Agricultura Natural no Brasil datam de meados dos anos 1970, quando o movimento ganha um terreno de 17 ha destinado, sobretudo, à experimentação hortícola. O desafio, tal como relatado pelos entrevistados, consistia em conseguir produzir alimentos com preços acessíveis e, ao mesmo tempo, fornecer uma renda decente aos agricultores. Segundo suas palavras, buscava-se então respeitar “ao pé da letra” os preceitos de Mokiti Okada, quer dizer, conseguir produzir “sem acrescentar ao solo nada”, exceto adubos de origem vegetal.

Seriam necessários 15 anos de esforços para que um primeiro documento de referência sobre a prática da horticultura em Agricultura Natural fosse publicado, em 1984. Com 20 páginas de considerações técnicas, este documento detalha diferentes modalidades do uso de compostos de origem vegetal, técnicas de controle “natural” de doenças e ervas daninhas, práticas de rotação e associação de culturas, assim como empregos diversos de adubos verdes. No entanto, apesar destes resultados serem julgados encorajadores, não eram suficientes no que diz respeito à produtividade do trabalho: a venda da produção (nas comunidades messiânicas de São Paulo) estava longe de permitir remunerar os trabalhadores agrícolas. Portanto, a atividade permanecia deficitária, o modelo ainda não tendo se tornado viável.

Para os entrevistados em 2015, a introdução de micro-organismos eficientes (EM) permitiu um avanço importante. Vindo do Japão pelas mãos de Teruo Higa, conhecido por ser seu “inventor”, os EM consistem em combinação

equilibrada de micro-organismos¹⁹ cuja atividade aumenta a fertilidade do solo, melhora a retenção de água e reforça as capacidades de defesa natural das plantas (HIGA; WIDIDANA, 1991).²⁰ No Japão, testes conduzidos com os EM mostraram que seu uso permitiria um aumento de quase 30% dos rendimentos, em comparação com uma agricultura orgânica mais clássica (LIN, 1991; ARAKAWA, 2007).²¹ Introduzidos na estação de Atibaia no final dos anos 1980, com o *bokashi*²² que lhes é estreitamente ligado, os EM mostram-se igualmente eficazes e, do ponto de vista de nossos interlocutores, exerceram um papel fundamental para a expansão da horticultura natural, além de sua estação experimental.

De fato, a partir do começo dos anos 1990, a Agricultura Natural ganha espaço no universo da horticultura brasileira (irradiando-se a partir do estado de São Paulo). Para tal expansão, ela se apoiou na criação de uma célula de acompanhamento agrícola e na Apan, mencionada anteriormente. Sessões de formação e encontros entre produtores foram organizadas. Seu sucesso permitiu a construção de uma importante rede colaborativa apoiada num poderoso dispositivo de pesquisa-extensão implementado pela Fundação, com a criação do Cdan e das colaborações que teceu com o meio universitário brasileiro. Um “conselho científico” que acolheu universitários renomados²³ foi, notadamente, criado em torno da problemática da horticultura e, até meados dos anos 2000, seus membros participaram regularmente das formações e do acompanhamento das práticas de certos produtores, mobilizando os laboratórios do centro de pesquisa e das diferentes instituições de pesquisa-desenvolvimento com os quais laços foram estabelecidos (Esalq/USP, Universidade Federal de Lavras, Ufla).

Entretanto, para além de sua estação experimental, a Agricultura Natural se confrontou com um universo hortícola bastante difuso do ponto de vista de sua

¹⁹ Micro-organismos fotossintéticos, ácido láctico, fixadores de nitrogênio, actinomicetos e decompositores (filamentosos e fermentadores).

²⁰ São igualmente conhecidos pelo seu poder oxidante que facilita a decomposição da matéria orgânica e limita o desenvolvimento de doenças no solo.

²¹ É desta forma que os autores a qualificam em seus escritos de 1987 e 1991, que veiculavam, todavia, a observação de que tais resultados eram inferiores àqueles da agricultura convencional.

²² *Bokashi* em japonês significa “matéria orgânica fermentada” ou “fertilizante orgânico fermentado”. É obtido pela degradação da matéria vegetal segundo um processo aeróbico ou anaeróbico. No âmbito da Agricultura Natural, a fermentação anaeróbica é preconizada. Os EM aceleram a preparação do *bokashi*, enriquecendo-os com equilíbrio.

²³ Tais como Ana Primavesi, especialista do solo e considerada como uma das pioneiras da agroecologia no Brasil, ou Hasime Tokeshi, especialista em fitopatologia, associado à USP via sua unidade agrônômica, a Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz (Esalq). Os dois autores publicaram diversas obras referenciais em suas áreas, notadamente em termos de manejo do solo (PRIMAVESI, 2002).

organização e de suas práticas. Assim, acomodou seus estreitos princípios originais neste universo. Como nossos interlocutores da Fundação revelam, nunca se tratou, naquela época, de impor de forma intransigente as premissas da Agricultura Natural, mas, antes, de concebê-la como horizonte a ser atingido, numa perspectiva mais ampla da transição agroecológica, em expansão. Em outras palavras, as práticas que se desenvolveram, sob orientação dos técnicos agrícolas e dos grupos de pares, permaneceram, finalmente, bastante afastadas da Agricultura Natural almejada por Mokiti Okada. Seu enquadramento original é muito exigente e, de toda evidência, difícil de ser implantado.

Esta construção em torno da horticultura natural desmoronou subitamente em meados dos anos 2000. Uma reformulação imposta pela Fundação em 2007 separa as atividades de assistência técnica agrícola e de pesquisa até então administradas conjuntamente pelos membros do Centro de Pesquisa. A assistência técnica torna-se paga e estritamente individualizada, bem como as atividades coletivas (formações, encontros) deixam de ocorrer. Mais tarde, o “conselho científico” foi dissolvido, marcando uma interrupção definitiva do diálogo entre os técnicos agrícolas da Fundação e os pesquisadores do CPMO. Estes últimos, aliás, reorientaram em grande parte suas atividades para pesquisas mais fundamentais e para outros setores de aplicação, principalmente a fruticultura. Até mesmo os profissionais que se dedicavam, no CPMO, às experimentações hortícolas foram progressivamente deslocados para outras atividades, principalmente a produção, ainda embrionária no país, de sementes orgânicas, cujo mercado é potencialmente imenso.

Em 2015, as visitas efetuadas nas produções hortícolas nos mostraram que, de fato, apesar de serem o objeto de um acompanhamento intenso, uma importante flexibilidade constituía a regra. Diversos agricultores utilizavam, por exemplo, a fertilização de origem animal para seus cultivos. Outros recorriam a detergentes neutros ou à calda bordalesa para controlar – em certos períodos do ano e em certas culturas – um ataque de pragas ou doenças, julgado excessivo. Da mesma forma, vários horticultores recuperavam resíduos vegetais, cuja natureza por vezes deixava dúvidas, para adubar seus solos: por uma questão de oportunidade, um produtor aproveitava, por exemplo, a palha da cultura de cana-de-açúcar proveniente de uma fazenda vizinha, sob agricultura industrial. Difícil agir de maneira diferente, comentavam os agrônomos da Fundação. No nível das escolhas produtivas, de fato, as regras

não são ditadas, mas negociadas com as exigências práticas e vitais daqueles que povoam os campos, humanos ou não humanos, mas também das trocas comerciais e, mais amplamente, dos elos que compõem a cadeia agroalimentar. É, portanto, toda uma rede, com suas modalidades particulares de relacionamento, que deve ser transformada, a partir do campo até o consumidor, para uma adequação ao enquadramento normativo proposto por Mokiti Okada.

O desenvolvimento fluido da avicultura

A história da avicultura natural, em comparação, é ao mesmo tempo mais curta e mais fluida. Suas primeiras experimentações foram conduzidas em 1993, visando produzir frangos em massa, mas sem recorrer aos antibióticos. O desafio era considerável, pois, até então, a avicultura industrial brasileira não contava com tal procedimento. O sucesso não tardou e, desde 1994, a Fundação consegue produzir contingentes de 10.000 frangos sem antibióticos por ciclo de dois meses no seu próprio galpão. Consequência direta de uma oferta antes inexistente, os frangos colocados no mercado foram objeto de uma forte demanda, para muito além do círculo formado pelos membros da Igreja Messiânica, *a priori* os primeiros interessados em consumir produtos identificados como oriundos da Agricultura Natural. Neste contexto, a Fundação decidiu investir massivamente na avicultura, com a construção de seu próprio abatedouro e, a partir de 1996, com o desenvolvimento de uma estratégia de integração de avicultores em atividade na região, propondo parceria segundo seus padrões de produção.

Deste modo, trata-se de potencializar vantagens de um setor fortemente integrado, com a introdução de modelo produtivo específico em cadeia de produção bastante estruturada: os pintinhos são fornecidos com a alimentação aos avicultores integrados, que os engordam até o abate, beneficiando-se de um acompanhamento técnico rigoroso. Quando atingem o ponto de abate, quer dizer, depois de cerca de 42 dias (DEMATTE FILHO, 2014), os frangos são recolhidos pela empresa e encaminhados ao abatedouro. Após o abate, são condicionados para a distribuição, no início, especialmente supermercados. Convém esclarecer que a Korin está implantada em território de produção avícola, o que lhe permite beneficiar-se de um elevado número de produtores potenciais. A questão consiste em convencê-los a integrar um sistema com

métodos particulares de produção, que já demonstraram na prática sua viabilidade.

No início, as dificuldades foram particularmente numerosas, a atividade apresentando uma insuficiente rentabilidade econômica. Com efeito, durante quase dez anos foi deficitária, obrigando as estruturas em seu entorno (FMO, Igreja Messiânica, Korin) a manter uma sustentação financeira considerável (DEMATTÊ FILHO, 2014). Para tentar remediar esta situação, a empresa aposta, notadamente, no crescimento (impulsionado pela demanda) e nos ganhos de escala. Mas aqui, também, cada mudança impacta toda a cadeia, representando desafios importantes a enfrentar. Após anos de investimento em pesquisa-desenvolvimento, no começo dos anos 2000, a avicultura “natural” se torna lucrativa. Foram então desenvolvidas novas bases técnicas para a produção de frangos “orgânicos” e “caipiras”, além do conjunto da atividade se configurar para responder às exigências da certificação de bem-estar animal (Humane Farm Animal Care – HFAC). Estas inovações, assim como o conjunto da progressão técnico-econômica, estão associadas a um poderoso dispositivo de pesquisa-desenvolvimento e com uma forte conexão entre este último e o acompanhamento técnico avícola. Ademais, diferente da horticultura, a reformulação do dispositivo de extensão iniciado em 2007 não provocou impacto na atividade avícola. Desde então sob responsabilidade da empresa Korin, o acompanhamento técnico dos criadores manteve-se em nível elevado e em vínculo estreito com as pesquisas conduzidas no CPMO. Em 2015, o conjunto destes dispositivos continuava apoiando um forte crescimento da atividade. Como os próprios produtores atestam, se o trabalho é mais exigente do que quando integrados com empresas concorrentes, os benefícios obtidos graças à parceria com a Korin são mais consequentes, tanto no plano financeiro (melhor remuneração) quanto na qualidade da relação que tecem com a empresa (acompanhamento contínuo, respeito dos contratos, diálogo e confiança).

Um pragmatismo tanto econômico quanto religioso?

A maior parte de nossos interlocutores afirma que as causas do desengajamento da Fundação na atividade hortícola e sua forte implicação na avicultura são de ordem econômica. No primeiro caso, tratar-se-ia de uma resposta ao custo do dispositivo de extensão implementado nos anos 1990 e 2000, extremamente elevado em relação ao seu frágil retorno do investimento.

Na ausência de um selo específico, de uma marca própria e de um sistema estruturado de comercialização, a Fundação contava apenas com a venda de soluções à base de EM aos agricultores para equilibrar suas contas.

É verdade que as especificidades da produção hortícola levantam uma equação de difícil resolução para a organização. Em razão da dispersão territorial da produção, das propriedades perecíveis dos produtos, assim como do pouco valor agregado que poderia ser obtido, toda tentativa de integração se torna dificilmente viável no plano econômico.²⁴ De fato, organizar e assegurar o transporte, como a coordenação e planejamento da produção de múltiplos pequenos produtores, constituem tarefas que implicam custos físicos e transacionais elevados, difíceis de suportar para uma organização não cooperativa, exceto se apropriar da maior parte do valor agregado obtido com os produtos em detrimento da remuneração dos produtores (ver, por exemplo, BLANC; KLEDAL, 2012). Quando a empresa abandonou a opção de produzir por ela mesma em grande escala, em razão de questões ligadas à rentabilidade muito frágil (custos elevados do trabalho, ganhos de escala limitados, dificuldades de obter financiamento, sistema de tributação das grandes empresas desfavorável), o modelo integrativo similar àquele da produção de frangos pareceu ainda muito complexo e inviável. Desta forma, o possível imaginável seria conseguir inventar um modelo que fosse simultaneamente muito descentralizado e remunerador para a organização, o que efetivamente não ocorreu. Ao contrário, como visto, a avicultura dispunha de diversas vantagens (inovação de mercado, pré-organização centralizada do setor, entre outras), o que lhe permitiu, não sem dificuldades e graças a uma grande habilidade, além de investimentos financeiros consideráveis, gerar benefícios significativos e constituir, assim, a ponta de lança agroeconômica da Fundação. Assim, as lógicas econômicas e seu pragmatismo desempenharam, muito provavelmente, um papel central na trajetória do desenvolvimento da Agricultura Natural no Brasil.

No entanto, outra interpretação pode ser sugerida para explicar o desengajamento na horticultura, desta vez de ordem religiosa. Como mencionado, o quadro normativo agrícola legado por Mokiti Okada, enquanto integrado aos textos canônicos, participa das “referências estáveis da conformidade crente e praticante” (HERVIEU-LÉGER, 1999). Como em toda comunidade de crédulos, estas referências constituem uma questão de controle

²⁴ Sem contar os impactos ambientais que tal modo de operação pode representar.

identitário para a instituição. Por consequência, as trajetórias de desenvolvimento da horticultura, objeto explícito de proscricções e prescrições, articulam-se diretamente com esta questão. Deste modo, a orientação para seguir ao “pé da letra” tal enquadramento normativo marcou as ações em torno do dispositivo experimental inicial (em Atibaia, entre 1975 e 1990) e o conteúdo do referencial técnico derivado (1987). Convém igualmente enfatizar a maneira pela qual ocorreu a integração dos EM e do *bokashi* na caixa de ferramentas da Agricultura Natural, necessitando de uma tradução *ad hoc* de seu(s) princípio(s) de ação para assegurar sua concordância com o registro vitalista. Nesta linha de raciocínio, a dinâmica de extensão implantada em torno da horticultura nos anos 1990 pôde se tornar, em dado momento, problemática: os trabalhos com os agricultores, sob uma perspectiva mais global de conversão da horticultura à agroecologia, levaram ao afastamento da Agricultura Natural de seus fundamentos. É verdade que os 15 anos de atividades intensas (1990-2005), apoiadas por poderoso dispositivo de pesquisa-ação, não permitiram a emergência de um contingente de agricultores capazes de reivindicar claramente uma prática sob as regras da Agricultura Natural. Como observado, ainda era o caso em 2015, apesar de um acompanhamento que se tornara novamente importante.

Então, parece pertinente considerar a hipótese segundo a qual, para evitar o problema do afastamento perturbador das regras (inerente ao processo de construção da horticultura natural, mas podendo incidir diretamente na identidade do movimento), a instituição preferiu se desengajar das atividades hortícolas *in situ*, para reorientar seus esforços na produção de sementes, questão certamente capital, mas que permite ao mesmo tempo um retorno ao universo “protegido” da estação experimental. A trajetória da avicultura, como contraponto, tende a reforçar esta hipótese. Aqui, ao contrário, Mokiti Okada não concebeu explicitamente nenhum referencial. Não há, portanto, normas iniciais ou regras a serem respeitadas. Aliás, ninguém na Fundação propõe explicitar o que poderia ser, concretamente, uma produção de frango em adequação com os princípios da Agricultura Natural. É justamente esta ausência de enquadramento que confere à avicultura natural a liberdade de se implantar sem incidentes, a única exigência sendo aquela da progressão: retirar os antibióticos, responder às exigências de bem-estar animal, fornecer uma alimentação orgânica, passar para uma criação com acesso a áreas de pastejo e daí em diante.

‘Permanecer juntos’: uma moral ecológica na prática

Retomando a terminologia da sociologia da inovação, uma das forças da Instituição é sua capacidade de manter unidos mundos sociais particularmente heterogêneos a partir de um importante trânsito entre fronteiras (GALISON; STUMP, 1996). Diversos casos podem servir de ilustração e os produtos identificados como provenientes da Agricultura Natural constituem um exemplo: se são em parte consumidos pelos membros da Igreja Messiânica, os consumidores sem laços particulares com esta última, por vezes sem sequer conhecer sua existência, também são numerosos. Neste caso, a “tradução” (CALLON, 1986) passa em grande parte pelos padrões produtivos (garantia e especificação das condições de produção) que retiram toda referência à cosmogonia e à teologia concebida por Mokiti Okada ao mesmo tempo que mobilizam alusões à saúde, ao meio ambiente e ao bem-estar animal. Outro exemplo seria o dispositivo que rege as relações entre a organização e os avicultores. Dentre o grupo considerado na pesquisa, nenhum pertencia à Igreja Messiânica e todos possuíam um escasso – por vezes nenhum – conhecimento do pensamento de Okada. Se nesse caso, também, o traslado entre estes dois universos é assegurado pelo padrão produtivo (especificações das condições de produção), tal transposição se apoia igualmente no respeito a normas comportamentais: implicação no trabalho, honestidade, transparência e rigor, principalmente, são esperados tanto dos criadores como da empresa. Estas expectativas comportamentais se remetem diretamente às “intencionalidades positivas” (ou enquadramento moral), mencionadas na primeira parte do artigo, aqui aplicadas à esfera das relações entre humanos. Como último exemplo, o sucesso do CPMO, tão importante que, no momento de nossa pesquisa de campo, seus responsáveis procuravam frear o desenvolvimento das colaborações, pode ser explicado pela capacidade de fomento de trabalhos inovadores. Mas, antes de alcançar este êxito, foi necessário obter reconhecimento como uma instância “normal” de pesquisa científica. É neste nível que se efetuam cruzamentos de fronteiras, a partir da conformação dos pesquisadores do Centro às normas do mundo acadêmico. Exemplos deste tipo são múltiplos, o que permite destacar a aptidão notável que a organização possui de operar em grande diversidade de fronteiras, constituindo a chave da construção de um edifício hoje imponente, que pode se orgulhar de ter conseguido criar redes entre atores pertencendo a universos bastante heterogêneos: desde fiéis que constituem o coração do corpo da Igreja e a

financiam; passando por bactérias e fermentos que permitem acelerar a degradação da matéria orgânica, além de vegetais, insetos e outros animais a serviço do projeto; e agricultores, pesquisadores, consumidores e políticos, na maior parte situados fora da Igreja. Com efeito, como lembra Bruno Latour (2015) e foi salientado ao longo do artigo, o esforço para manter estes mundos unidos, bem como aquele que permite o crescimento da rede, é ininterrupto.

Transitando agora do registro da sociologia da inovação para voltar ao mundo próprio de Mokiti Okada e à missão específica que o movimento se atribui, a questão fundamental de Okada é manter unidas as dimensões materiais e espirituais do universo segundo uma perspectiva orientada para a produção do “Paraíso na Terra”. Neste campo e em matéria de Agricultura Natural, tal união significa conseguir tecer, no âmbito das atividades em questão (horticultura e avicultura), uma diversidade de fios (entre agronomia, ética, economia, religião, vitalismo) no quadro de uma tensão permanente entre duas exigências: aquela da preservação identitária da Instituição e aquela de conciliação com o mundo tal como é para quem pratica a agricultura no cotidiano. Foi costurando os fios deste tecido que o projeto de Mokiti Okada, elaborado no Japão nos anos 1930, pôde ser implantado no Brasil contemporâneo e é graças a este trabalho que pode continuar se ajustando ao cotidiano, ao mesmo tempo que o transforma. Os seres humanos são os “maestros”, afirma Mokiti Okada, mas regentes humildes que buscam orientar os fluxos para produzir formas. Desse modo, é frequentemente necessário deslocar o movimento, reorientar a tecelagem, cuidando sempre para manter o que aparece, finalmente, como essencial: a circulação de intencionalidades positivas e do fluxo vital.

As denominadas “intencionalidades positivas” parecem, assim, constituir um elemento-chave do quebra-cabeça. Contribuem de maneira consequente a manter os fios e os mundos unidos. Transversais às esferas humanas e não humanas, trata-se de exigências racionais, fundadas na aliança, no respeito e na confiança, inscritas na prática e convocadas a circular no conjunto da rede de protagonistas: solo, plantas, insetos, agricultores, pesquisadores e consumidores (sem citar outros tantos). Foi mencionada sua presença marcante nos textos de Mokiti Okada. Acontece o mesmo no campo, onde a exigência relacional é frequentemente explícita, notadamente no âmbito das interações humanas. Foi também observado como a Fundação e seus técnicos atribuem grande importância às condições de vida dos avicultores com quem

trabalham, à qualidade das relações tecidas com estes últimos, assim como à sua própria implicação no trabalho e nas interações profissionais. O mesmo acontece no âmbito da horticultura, em que as exigências de melhorias, de engajamento e de esforço no trabalho orientam as atividades tanto de técnicos quanto de agricultores. Atenção, respeito e zelo parecem assim integrar as relações estabelecidas entre estes atores. Estas qualidades são esperadas no fundamento da atitude dos agricultores vis-à-vis daqueles que consomem seus produtos,²⁵ bem como integram as relações entre os membros do CPMO e seus colaboradores da academia, o que foi possível constatar na pesquisa de campo. Finalmente, esta intencionalidade positiva deve revestir as relações entre os agricultores e os seres vivos²⁶ que povoam espaços destinados à produção. Até onde foi possível observar, todos os agricultores possuem em comum a experimentação de novas maneiras de agir, mais cuidadosas, com os seres vivos. Com o empréstimo dos registros da agronomia e da ecologia, seria possível considerar que estão engajados na complexificação de seus agroecossistemas, favorecendo sinergias, desenvolvendo controle biológico, potencializando relações tritróficas entre plantas, insetos predadores e seus inimigos naturais, além de, sobretudo, otimizar relações “simbióticas” entre plantas e micro-organismos da rizosfera. Estas atividades podem ser descritas, então, como uma exploração cotidiana das formas e dos limites que a parceria com a “natureza” poderia tomar (MARIANI; BLANC, no prelo), tendo como base as prescrições de Mokiti Okada, que funciona antes de tudo como horizonte intencional.

Conclusão

No início deste artigo, a Agricultura Natural é apresentada como uma “experimentação moral e política” (HACHE, 2019) visando desenvolver uma cosmopolítica (STENGERS, 2013) mais acolhedora em relação ao conjunto dos seres vivos, sejam humanos, sejam outros que humanos (HARAWAY, 2009). Neste plano, nossa análise realça que sua dinâmica permite com efeito uma certa reconfiguração das relações humanas, afastando-se de lógicas puramente utilitaristas para revalorizar o envolvimento (de si), a atenção (ao outro) e a responsabilidade (vis-à-vis de todos). Igualmente, a análise revela que através

²⁵ Em todo caso, tal expectativa em relação à postura dos agricultores foi mencionada por nossos interlocutores. De fato, nossas pesquisas não tiveram o objetivo de focalizar interfaces das trocas mercantis.

²⁶ Como *actantes* dotados de uma vitalidade.

deste processo no âmbito das redes estabelecidas, todos os seres, humanos ou não, ganham em consideração. Evidentemente, o resultado está longe de ser perfeito, considerando como referencial tanto as esperanças de Mokiti Okada quanto as expectativas mais comuns associadas à produção simultânea de um mundo socialmente mais justo e ecologicamente mais sustentável. Alguns poderiam lançar um olhar crítico sobre o caráter religioso do movimento e sobre suas implicações em matéria de adesão a normas comportamentais. Outros poderiam criticar uma demasiada correspondência das trajetórias trilhadas pela Agricultura Natural com princípios frequentemente descritos como de modernização ecológica (MARDSEN, 2004; BLANC, 2021). Entretanto, o que está em obra aqui não somente materializa soluções interessantes, mas apresenta pistas promissoras, aptas a alimentar a construção de alternativas bem além das fronteiras do movimento, em matéria de produção agroalimentar inovadora com bases agroecológicas, de ética empresarial, de “responsabilidade social da empresa” (QUAIREL-LANOIZELÉE; CAPRON, 2010) e de melhor distribuição do valor agregado nas cadeias agroalimentares. Aliás, esta é provavelmente uma das razões do sucesso da Agricultura Natural, resultado essencial do desenvolvimento e estabilização de suas redes, garantido por sua capacidade de manter juntos mundos muito heterogêneos, envolvendo uma grande diversidade de atores e *actantes*, para retomar os termos próprios dos STS.

Neste plano, o pragmatismo dos atores vinculados à IMMB nos parece desempenhar papel fundamental. Em tal caso, não se trata de um contraponto da dimensão ideológica do movimento impulsionado por Mokiti Okada, mas uma de suas partes integrantes: este último encarna assim uma filosofia pragmática tanto quanto uma doutrina religiosa. Seria possível então afirmar que a tensão entre duas forças contraditórias – de um lado, aquela aberta aos seres do mundo, com sua diversidade, suas necessidades e reivindicações, e, de outro, aquela normativa, visando produzir homogeneidade e sintonia – resulta num tipo de motor propulsor da inovação do movimento. As dinâmicas inovadoras em termos agropecuários no seio do movimento constituem um bom exemplo: impossível efetivamente não reconhecer que a fecundidade das atividades da organização seja o resultado de sua obrigação de se movimentar no interior de um quadro normativo particularmente restritivo. Mas exatamente o fazer com este quadro exige por vezes o dilatar, na medida do aceitável, para criar um espaço fecundo de ação. Não é, pelo menos em parte,

esta normatividade, por meio dos movimentos, que provoca por suas restrições, que estimula, desde meados dos anos 1970, dezenas de pesquisadores, agrônomos, técnicos agrícolas e agricultores (mobilizando entidades naturais absolutamente singulares, tais como os EM) a produzir novas práticas, novas tecnologias, novos conhecimentos dos mais pertinentes na interseção da agronomia e da ecologia?

Agradecimentos

Os autores expressam seus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, que apoiou financeiramente esta pesquisa, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico – CNPq, por sua subvenção, bem como à Fundação Mokiti Okada – FMO e aos agricultores participantes, que tornaram a pesquisa possível.

Referências

- ARAKAWA, Yoshikasu. Développement de l'agriculture naturelle au Japon. Reedição e tradução de uma conferência dada na First International conference on Kyusei Nature Farming, U.S. Department of Agriculture, Washington, 1987. In: KURODA Tatsuo. *Les Microorganismes efficaces pour le jardin*. Paris: le Courrier du Livre, 2007.
- BERQUE, Augustin. *Le sauvage et l'artifice, les Japonais devant la nature*. Paris: Gallimard, 1986.
- BESSON, Yvan. *Les fondateurs de l'agriculture biologique*: Albert Howard, Rudolf Steiner, Maria & Hans Müller, Hans Peter Rusch, Masanobu Fukuoka. Paris: Sang de la terre, 2011.
- BLANC, Julien; KLEDAL, Paul Rye. The Brazilian organic food sector: prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders. *Journal of Rural Studies*, Amsterdã, v. 28, n. 1, p. 142-154, 2012.
- BLANC, Julien. Mudança social e modernização ecológica no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 28, n. 2, p. 271-288, 2021. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/16844>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- BOUTRY-STADELMANN, Britta. La nature en tant que notre monde, et la consommation, comme attitude humaine envers ce monde. *Japon pluriel*, n. 7, p. 235-244, 2006.
- CALLON, Michel. Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année sociologique (1940/1948)*, v. 36, p. 169-208, 1986.
- DEMATTÊ FILHO, Luiz Carlos. *Sistema agroalimentar da avicultura fundada em princípios*

- da Agricultura Natural*: multifuncionalidade, desenvolvimento territorial e sustentabilidade. 2014. 248 f. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-07112014-150141/pt-br.php>. Acesso em: 7 jun. 2021.
- DORÉ, Thierry; BELLON, Stéphane. *Les mondes de l'agroécologie*. Versailles: Quae, 2019.
- GALISON, Peter Louis; STUMP, David J. (Eds.). *The disunity of science: boundaries, contexts, and power*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- HACHE, Émilie. *Ce à quoi nous tenons: propositions pour une écologie pragmatique*. Paris: La découverte, 2019.
- HARAWAY, Donna. *Des singes, des cyborgs et des femmes*. Paris: Éditions Jacqueline Chambon, 2009 [1989].
- HERVIEU-LÉGER, Danielle. *Le Pèlerin et le converti: la religion en mouvement*. Paris: Flammarion, 1999.
- HIGA, Teruo; WIDIDANA, Gede Ngurah. Changes in the soil microflora induced by effective microorganisms. In: PARR, James F.; HORNICK, S. B.; WHITMAN C. E. (Eds.). *Proceedings of the First International Conference on Kyusei Nature Farming*. Washington D.C.: U.S. Department of Agriculture, 1991. p. 153-162.
- IMMB – Igreja Messiânica Mundial do Brasil. *Ensinaamentos de Meishu-Sama: alicerce do Paraíso, religião, milagre e o mundo espiritual (Volume 2)*. São Paulo: FMO, 2002 [1987].
- IMMB – Igreja Messiânica Mundial do Brasil. *Ensinaamentos de Meishu-Sama: alicerce do Paraíso, Agricultura Natural, arte e sociedade (Volume 5)*. São Paulo: FMO, 2008 [1987].
- JAS, Nathalie. *Au carrefour de la chimie et de l'agriculture: les sciences agronomiques en France et en Allemagne, 1840-1914*. Paris: Éd. des Archives contemporaines, 2011.
- LATOURE, Bruno. *Politiques de la Nature, comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999.
- LATOURE, Bruno. *Face à Gaïa – Huit conférences sur le nouveau régime climatique*. Paris: La Découverte, 2015.
- LIN, D. L. Nature farming in Taiwan: Effect of EM on growth and yield of paddy rice. In: PARR, James F.; HORNICK, S. B.; WHITMAN C. E. (Eds.). *Proceedings of the First International Conference on Kyusei Nature Farming*. Washington D.C.: U.S. Department of Agriculture, 1991. p. 125-132.
- MARIANI, Léo; BLANC, Julien. Dans la texture des relations. Onto-politiques du vivant et anthropologie dans les nouveaux mondes agricoles. *Terrains et Théories*, Nanterre, [s.d.]. No prelo.
- MARSDEN, Terry. The quest for ecological modernisation: Re-spacing rural development and agri-food studies. *Sociologia ruralis*, v. 44, n. 2, p. 129-146, 2004.
- PRIMAVESI, Ana. *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*. São Paulo: Nobel, 2002.
- QUAIREL-LANOIZELÉE, Françoise; CAPRON, Michel. *La responsabilité sociale d'entreprise*. Paris: La Découverte, 2010.

- ROBERT, Jean-Noël. L'éveil de la nature dans le bouddhisme sino-japonais: comment plantes et pierres deviennent Bouddha. In: DESCOLA, Philippe (Dir.). *Les Natures en question*. Paris: Éd. Collège de France, 2018. p. 33-49.
- STAR, Susan Leigh; GRIESEMER, James R. Institutional ecology, 'translations' and boundary objects: amateurs and professionals in Berkeley's museum of vertebrate zoology, 1907–39. *Social Studies of Science*, v. 19, n. 3, p. 387-420, 1989.
- STENGERS, Isabelle. *Au temps des catastrophes: résister à la barbarie qui vient*. Paris: La Découverte, 2013.
- YONEYAMA, Etsuo. Culture et gestion au Japon: harmonie, sérénité et rigueur. In: DAVEL, Eduardo; DUPUIS, Jean-Pierre; CHANLAT, Jean-François (Eds.). *Gestion en contexte interculturel: approches, problématiques, pratiques et plongées*. Québec: Presses de l'université Laval et Télé-université (Uqam), 2008.

Como citar

BLANC, Julien; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. A Agricultura Natural de Mokiti Okada: uma experimentação moral e política como fonte de inovação de ordem ecológica. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230104, 23 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-4>.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Jornada de Agroecologia: estratégias e disputas na construção de um projeto ecológico para a agricultura no estado do Paraná

Jornada de Agroecologia: strategies and disputes in constructing an ecological plan for agriculture in the state of Paraná

 Kauê Pessoa¹ •  Alfio Brandenburg²

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-5>

Resumo: Recorrendo ao pensamento decolonial e à ecologia política, apresentamos e analisamos, no presente trabalho, as principais estratégias promovidas desde a Jornada de Agroecologia, as quais têm estimulado e orientado a construção de um projeto ecológico para a agricultura (ou um projeto agroecológico) no estado do Paraná. Ademais, buscamos destacar as principais disputas que ocorreram nesse período entre os(as) protagonistas de projetos opostos para a agricultura. O que denominamos como projeto agroecológico surgiu em 2001, em oposição e como alternativa ao projeto do agronegócio, e foi elaborado e promovido por um coletivo de atores plurais, sob o protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, comprometidos com a agroecologia e com o campesinato no estado do Paraná. Consolidou-se rapidamente no país como um projeto político-social e ambiental orientado pela proposta agroecológica, cuja maior expressão é a chamada Jornada de Agroecologia. Podemos destacá-la como um espaço de formação político-pedagógico que procura recuperar, elaborar e promover conhecimentos e práticas político-sociais, econômicas, culturais e ambientais entre os atores sociais presentes, buscando valorizar e promover a agroecologia e o campesinato, assim como colocar em questionamento e denunciar o projeto do agronegócio. O texto revela as principais estratégias e disputas com setores do agronegócio que ocorreram em diferentes regiões do estado do Paraná.

Palavras-chave: Jornada de Agroecologia; agroecologia no Paraná; campesinato no Paraná; agricultura no Paraná; agriculturas em disputa.

Abstract: Using decolonial thought and political ecology, in this text we present and analyze the main strategies promoted since the creation of the Jornada de Agroecologia and how they stimulated and helped guide the construction of an ecological plan for

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: kaue.zero@gmail.com.

² Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: alfio@hotmial.com.br.

agriculture in the state of Paraná. We also highlight the main disputes between the proponents of opposing agricultural models that occurred during this period. The agroecological project emerged in 2001, opposing and offering an alternative to agribusiness, and was promoted collectively by multiple actors under the leadership of the Landless Workers' Movement (MST), which is committed to agroecology and peasant agriculture in the state of Paraná. It quickly became established in the country as an environmental, social, and political movement guided by agroecology, and its most significant manifestation is the Jornada de Agroecologia. This event acts as a space for political and educational training in order to recover, develop, and promote knowledge as well as political, social, economic, cultural, and environmental practices among participants that value and promote agroecology and the peasantry while also questioning and refuting the agribusiness model. This text reveals the strategies and disputes with agribusiness sectors that took place in different regions of the state of Paraná.

Keywords: Jornada de Agroecologia; agroecology in Paraná; peasantry in Paraná; agriculture in Paraná; types of agriculture in dispute.

Introdução

As recorrentes mudanças, em termos político-sociais, culturais, econômicos e ambientais, que têm ocorrido nos espaços rurais de distintos países, incluindo o caso brasileiro, encontram-se diretamente relacionadas ao crescimento do capital na agricultura. Somam-se a isso as mudanças tecnológicas – orientadas pela Revolução Verde e pela Revolução Genética – ao longo da segunda metade do século passado e no início deste século, que ajudaram a consolidar e territorializar uma agricultura tecnológica e produtivista de base capitalista (PARAYIL, 2003; GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 2008).

Os estímulos e a territorialização desse modelo de agricultura, que atualmente se apresentam sob a dinâmica do chamado agronegócio, encontram-se associados ao discurso de que é preciso promover uma agricultura dita moderna. Retomando Escobar, podemos entender que esse processo está orientado por uma retórica da necessidade de estimular o chamado desenvolvimento, o que pode ser compreendido como um discurso e uma estratégia capitalista (ESCOBAR, 2007). Nesse caso, é possível ressaltar que por meio desse modelo de agricultura tem sido promovido um paradigma hegemônico da agricultura, associado a vários âmbitos da colonialidade, como a colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), a

colonialidade do saber (LANDER, 2000) e a colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), que imperam sobre os camponeses e camponesas, indígenas e povos tradicionais, além da colonialidade da natureza, o que evidencia os controles sobre a natureza e, conseqüentemente, os inúmeros impactos ambientais (ALIMONDA, 2011).

Devemos relembrar o recorrente deslocamento de seus territórios de um conjunto de atores sociais, o que se deu pela territorialização da agricultura capitalista – processo que obviamente tem aumentado as disputas territoriais (FERNANDES, 2008, 2012) – e que buscou estabelecer áreas de monocultivos de *commodities* onde predomina uma agricultura sem agricultores e agricultoras (GIARRACCA; TEUBAL, 2008). Ou seja, esses espaços rurais passam a representar somente espaços de produção econômica (BRANDENBURG, 2010), que se encontram dissociados de um saber-fazer camponês e ecológico. Além disso, também é preciso ressaltar as recorrentes mudanças provocadas por esse tipo de agricultura nas relações tradicionais de trabalho, com uma crescente precarização e proletarização de trabalhadores e trabalhadoras rurais, processos estes que acabam expandindo a pobreza nos espaços rurais e nas cidades em virtude das poucas possibilidades que esses atores sociais encontram para poder permanecer e reproduzir suas vidas nesses espaços (CANUTO, 2004). Em termos ambientais, devemos destacar o crescente processo de desnaturalização e mercantilização da natureza, que contribui diretamente para acentuar a crise ambiental (LEFF, 2004), o que, por sua vez, revela que os impactos ambientais têm sido socialmente construídos. Também é necessário ter em conta e colocar em destaque o constante agravamento da insegurança alimentar (PAULA, 2017), assim como o recorrente envenenamento dos humanos e dos animais pela aplicação de agrotóxicos e de contaminações de solos, águas e alimentos pelo uso de agrotóxicos (LONDRES, 2011; CARNEIRO *et al.*, 2015).³

³ No caso brasileiro, é possível reconhecer que, durante a década de 1960, houve grandes impulsos, desde o governo nacional, para estimular esse modelo de agricultura, que seguiram na década de 1970. Este processo esteve diretamente associado aos interesses das elites locais e do Estado e cumpriu um papel essencial ao disponibilizar estímulos econômicos e tecnológicos, ao incentivar o acesso de agricultores e agricultoras ao pacote tecnológico da Revolução Verde e ao promover a chamada “modernização” da agricultura brasileira (SILVA, 1996; DELGADO, 2012), que ocorreu de maneira desigual e excludente (CARNEIRO, 1998). Dessa maneira, tendo como base uma narrativa desenvolvimentista, estabeleceu-se um pacto político-social e econômico do Estado com as elites locais com o intuito de “modernizar” a agricultura nacional (DELGADO, 2012). Quanto a isso, é possível destacar que esse modelo de agricultura, de base capitalista, acabou acentuando os processos de apropriação e exploração socioeconômicos e ambientais nos espaços rurais em distintos estados brasileiros – inclusive no estado do Paraná –, de modo que os impactou e os reordenou em termos econômicos, ambientais e político-sociais.

Como resposta à agricultura capitalista e aos impactos provocados, emerge, porém, uma série de processos de lutas e resistências que, à luz da ecologia política, entendemos que estão direcionados a proteger e reconstruir territórios e se posicionam em prol da justiça social, econômica e ambiental (LEFF, 2004), ou seja, lutas e resistências que, devemos compreender, não ocorrem por uma simples tentativa de negar o “progresso”, mas sim valorizar conhecimentos e práticas camponesas e ecológicas, além da própria natureza (ALIMONDA, 2011), buscando, com isso, garantir melhores condições para a reprodução da vida social em termos materiais, simbólicos e ecológicos. Dessa maneira, podemos destacar que esses processos de lutas e resistências se reapropriam da natureza (LEFF, 2004) e questionam e denunciam a agricultura capitalista, colocando os territórios e os projetos de agricultura em disputa (FERNANDES, 2012; DOMÍNGUEZ, 2017).

Esses processos de lutas e resistências têm sido realizados no Brasil e nos demais países latino-americanos por vários atores sociais comprometidos com outro saber-fazer agricultura, que resgata um saber-fazer camponês e ecológico. Tais processos vêm sendo decisivos para o estabelecimento de um contramovimento na agricultura, que pode ser denominado de movimento ecológico na agricultura brasileira (BRANDENBURG, 2002), materializado em um conjunto de iniciativas em todo o território brasileiro. Essas ações propositivas, ao ganharem substância territorial, questionam a racionalidade dominante. Nesse aspecto, é do nosso interesse destacar uma iniciativa paradigmática no estado do Paraná: a proposta de construção de um projeto agroecológico que se dá mediante os eventos da Jornada de Agroecologia.

As primeiras iniciativas que impulsionaram o surgimento desse projeto ocorreram em 2001. Estiveram relacionadas diretamente pela conjuntura político-social e econômica internacional e nacional que predominava na década de 1990 e pelos impactos provocados pela agricultura capitalista (PESSOA, 2020). Diante desse cenário, adquiria impulso naquele momento um entendimento, entre um coletivo de atores paranaenses comprometidos com a agroecologia e com o campesinato, de que era necessário e inadiável elaborar e estimular alternativas populares e plurais em resposta à agricultura dominante e aos seus impactos. Esse entendimento em comum acabou por reunir um conjunto de atores – camponeses e camponesas, pesquisadores e pesquisadoras, técnicos e técnicas, entre outros – que elaboraram e passaram a promover a Jornada de Agroecologia.

Podemos compreendê-la como um espaço de formação político-pedagógico que procura recuperar, elaborar e promover conhecimentos e práticas político-sociais, econômicas, culturais e ambientais entre os atores sociais presentes, que buscam valorizar e promover a agroecologia e o campesinato, assim como colocar em questionamento e denunciar o projeto do agronegócio. Cria-se então uma dinâmica entre diversos atores sociais comprometidos com outro saber-fazer agricultura, baseado na justiça social, econômica e ambiental (PESSOA, 2020). A Jornada de Agroecologia, que tem o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra como um dos principais protagonistas, é também um espaço público de encontros e diálogos entre atores sociais que se afirmam e se reconhecem nas suas pluralidades e são reconhecidos no âmbito das relações societárias.

Dessa maneira, no presente trabalho, apresentamos e analisamos, segundo a perspectiva do pensamento decolonial e da ecologia política, as principais estratégias promovidas desde a Jornada de Agroecologia que têm estimulado e orientado a construção de um projeto ecológico para a agricultura no estado do Paraná. Buscamos destacar as principais disputas que ocorreram no decorrer desse período entre os(as) protagonistas de projetos opostos à agricultura, entendendo a agricultura como um campo de disputas, retomando o conceito de Bourdieu (2002).

Cabe ressaltar que este trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada entre 2016 e 2020, correspondente à tese de doutorado. Para realizar esta pesquisa, de caráter quali-quantitativo, adotamos um conjunto de procedimentos tomados como complementares: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação e entrevistas semiestruturadas. É necessário mencionar que realizamos as entrevistas com as pessoas que denominamos de atores-chave do projeto agroecológico. Para preservar seu anonimato, utilizamos o termo Liderança Paraná (LPR), seguido de uma letra, para evitar a ideia de hierarquia. Além disso, baseando-nos em Amadeu *et al.* (2017), que indicam como citar entrevistas não publicadas de acordo com as normas da ABNT, mencionamos essas entrevistas como *Informação verbal*, indicadas em notas de rodapé, com as respectivas informações.

O trabalho está composto, pois, por dois itens, além desta introdução e da posterior conclusão. No primeiro item, apresentamos o surgimento do projeto agroecológico, revelando as principais etapas que marcaram esse momento e que foram essenciais para dar origem à Jornada de Agroecologia. No segundo

item, tratamos da trajetória da Jornada de Agroecologia e analisamos as principais estratégias e intenções promovidas que marcaram os deslocamentos para outros municípios, assim como as disputas fundamentais que ocorreram em cada localidade, processos esses que têm estimulado e orientado a construção do projeto agroecológico.

O surgimento do projeto agroecológico

É possível indicar três principais etapas como catalisadoras para lançar as bases do projeto agroecológico (LPR B, informação verbal).⁴ Embora colocar em destaque essas etapas possa denotar uma perspectiva de simplicidade e linearidade, esse processo esteve evidentemente marcado por complexidades e disputas (PESSOA, 2020).

A primeira etapa está associada ao interesse em estimular a agroecologia na comunidade rural de Itaiacoca, localizada em Ponta Grossa, que apresentava problemas sociais, econômicos e ambientais. Esse interesse teve início com um coletivo de técnicos e técnicas da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do município, que procurou a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) para que assessorasse a implementação de uma política municipal de agroecologia. Desse trabalho em conjunto, surgiram diálogos sobre a realidade da agroecologia no estado do Paraná e sobre a necessidade de colocar as iniciativas agroecológicas paranaenses em debate e ampliá-las. Revelados os interesses e o apoio dado pelo governo municipal (2001-2004), foi possível dar mais um passo e inaugurar uma segunda etapa: ampliar os atores. Nessa etapa, o Partido dos Trabalhadores (PT) do Paraná teve um papel essencial. Foi responsável por reunir representantes de distintas organizações e movimentos sociais ao redor de uma bandeira em comum: a agroecologia e o campesinato. Com o envolvimento de novos atores, a proposta deu início à terceira etapa: determinar as bases e estabelecer um método para atuar. Foram apresentadas duas propostas: a criação de um evento acadêmico de agroecologia e a criação de um projeto popular e plural que tivesse a capacidade de reunir diversos atores comprometidos com a agroecologia (LPR B, informação verbal).⁵

Havia o entendimento de que criar mais um evento acadêmico seria um modo de continuar limitando a agroecologia para determinados atores, ao

⁴ Liderança Paraná B. Curitiba, out. 2016, entrevista.

⁵ Liderança Paraná B. Curitiba, out. 2016, entrevista.

passo que criar um projeto popular e plural que pudesse reunir e ter como protagonistas camponeses e camponesas estimularia e consolidaria a agroecologia. Compreendia-se que a agroecologia ia se enraizar somente com um movimento político-social e cultural (LPR C, informação verbal).⁶ Com isso, a proposta de criação de um projeto nesses termos, composto por atores plurais, acabou vencendo para ser a responsável por dar início ao projeto agroecológico, o que se desdobrou posteriormente no que atualmente conhecemos como Jornada de Agroecologia (PESSOA, 2020).

Podemos indicar que o projeto agroecológico nasceu como uma proposta pioneira, dos desejos e dos esforços de atores plurais comprometidos com outro saber-fazer agrícola, agroecológico, que resgata e valoriza conhecimentos, práticas e técnicas camponesas e ecológicas. Devemos reconhecer que a agroecologia tem cumprido um papel-chave no estado do Paraná e no país como um todo. Cumpre esse papel ao procurar romper com a racionalidade dominante que orienta a agricultura capitalista, a qual, historicamente, tem silenciado os camponeses e camponesas por meio da colonialidade do saber. Também procura recuperar e valorizar conhecimentos, práticas e técnicas camponesas e ecológicas ocultadas por essa racionalidade. Desse modo, o projeto agroecológico construído pela Jornada de Agroecologia pode ser entendido como resposta – político-social, cultural, econômica e ambiental, situada no campo da ecologia política latino-americana – ao modelo de agricultura capitalista promovido atualmente (PESSOA, 2020).

Nessa perspectiva, podemos interpretar que o projeto agroecológico é uma proposta relacionada à ecologia política, assim como resgata e promove conhecimentos e práticas mediante a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, respectivamente.

Podemos indicar que a chamada sociologia das ausências procura colocar em destaque aquelas experiências sociais tomadas como “não existentes”, mas que na realidade são produzidas dessa maneira por meio da racionalidade dominante, condicionando a um desperdício. Com isso, o intuito dessa sociologia, que nos inspirou, é recuperar essas vivências sociais, ou seja, torná-las visíveis. Por sua vez, enquanto a primeira procura visibilizar aquelas existentes, a sociologia das emergências busca ampliar as possibilidades concretas e estimular novas práticas, isto é, ampliar as experiências possíveis

⁶ Liderança Paraná C. Curitiba, maio 2016, entrevista.

(SANTOS, 2002). Nota-se que esse é um exercício que tem sido realizado pelo projeto agroecológico ao dar visibilidade aos conhecimentos e às práticas ocultadas pelo projeto hegemônico de agricultura, como ao criar possibilidade para o surgimento de novas experiências sociais baseadas em outro saber-fazer agricultura, nesse caso a agroecologia.

No próximo item, indicamos os locais por onde o projeto agroecológico passou promovendo a Jornada de Agroecologia no estado do Paraná. O intuito é de pontuar e descrever as principais estratégias e características que marcaram cada um desses locais e entender a sua formação.

As Jornadas de Agroecologia

Em síntese, a Jornada de Agroecologia pode ser entendida como um espaço de formação político-pedagógico que estimula a recuperação, a elaboração e a promoção de conhecimentos e práticas político-sociais, econômicas, culturais e ambientais entre os atores sociais presentes, que buscam tanto valorizar e promover a agroecologia e o campesinato como colocar em questionamento e denunciar o projeto do agronegócio. Desse modo, é estabelecida uma dinâmica entre diversos atores sociais comprometidos com um saber-fazer agricultura que está baseado na justiça social, econômica e ambiental. Devemos reconhecer que tem sido uma dinâmica valiosa e que tem ajudado a disseminar a agroecologia no estado do Paraná, levando em conta que os conhecimentos e as práticas vêm sendo estimulados e aplicados em comunidades rurais após a Jornada de Agroecologia e que têm rompido com os controles promovidos a partir da racionalidade dominante, criando assim uma autonomia político-social, econômica e ambiental para os camponeses e as camponesas (PESSOA, 2020).

Desde o surgimento do projeto agroecológico, já foram realizados 18 eventos da Jornada de Agroecologia. Eles possuem uma periodicidade anual – interrompida em 2020 por conta da pandemia de Sars-Covid-2 (Covid-19) – e passaram, no decorrer desse período, por oito municípios, localizados em seis mesorregiões geográficas do estado do Paraná.⁷ É necessário reconhecer que possuem singularidades em termos históricos, político-sociais, culturais, econômicos e ambientais (PESSOA, 2020). No Quadro 1, destacamos os municípios onde se realizaram os eventos da Jornada de Agroecologia, sua

⁷ Adotamos a divisão regional do Brasil, com mesorregiões e microrregiões geográficas, estabelecida em 1989-1990 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

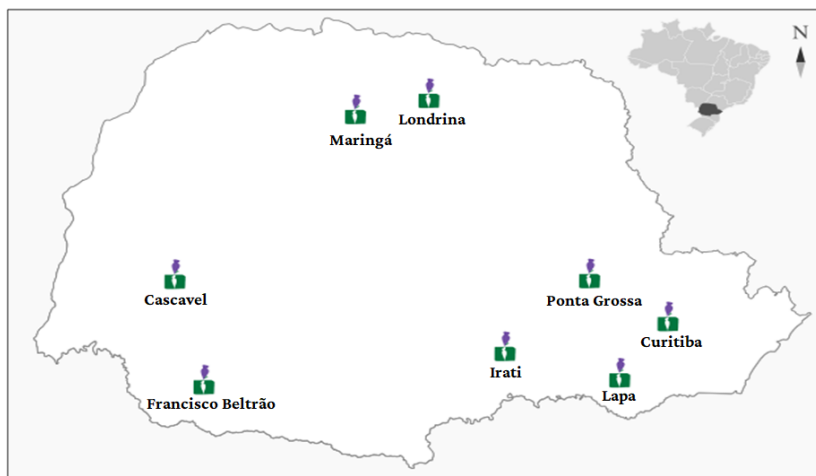
respectiva mesorregião geográfica e o ano de cada evento. De modo complementar, apresentamos, após o quadro, o mapa do estado do Paraná (Figura 1), onde localizamos os tais municípios.

Quadro 1 – Municípios onde se realizaram eventos da jornada de agroecologia

Edição	Município	Mesorregião Geográfica	Ano
1ª	Ponta Grossa	Centro Oriental Paranaense	2002
2ª	Ponta Grossa	Centro Oriental Paranaense	2003
3ª	Ponta Grossa	Centro Oriental Paranaense	2004
4ª	Cascavel	Oeste Paranaense	2005
5ª	Cascavel	Oeste Paranaense	2006
6ª	Cascavel	Oeste Paranaense	2007
7ª	Cascavel	Oeste Paranaense	2008
8ª	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	2009
9ª	Francisco Beltrão	Sudoeste Paranaense	2010
10ª	Londrina	Norte Central Paranaense	2011
11ª	Londrina	Norte Central Paranaense	2012
12ª	Maringá	Norte Central Paranaense	2013
13ª	Maringá	Norte Central Paranaense	2014
14ª	Irati	Sudeste Paranaense	2015
15ª	Lapa	Metropolitana de Curitiba	2016
16ª	Lapa	Metropolitana de Curitiba	2017
17ª	Curitiba	Metropolitana de Curitiba	2018
18ª	Curitiba	Metropolitana de Curitiba	2019

Fonte: Adaptado de Pessoa (2020).

Figura 1 – Mapa do estado do Paraná com os municípios onde foram realizadas as jornadas de agroecologia



Fonte: Adaptada de Pessoa (2020).

Podemos destacar que o trajeto percorrido pela Jornada de Agroecologia durante esse período está relacionado com as estratégias dos(das) protagonistas do projeto agroecológico e com a conjuntura político-social, possibilidades, interesses e estruturas locais (PESSOA, 2020). No Quadro 2, ressaltamos as sete principais estratégias.

Quadro 2 – Principais estratégias que incentivaram o direcionamento do projeto agroecológico

Principais Estratégias
Surgimento do projeto agroecológico
Embates com protagonistas do projeto do agronegócio
Valorização e promoção da agroecologia
Reconhecimento do campesinato
Acentuação da dimensão educacional
Denúncia da criminalização dos camponeses e das camponesas
Aproximação do campo à cidade

Fonte: Adaptado de Pessoa (2020).

A seguir, apresentamos a trajetória da Jornada de Agroecologia e analisamos as principais estratégias promovidas que marcaram os deslocamentos dos seus eventos, e as principais disputas que ocorreram em cada período, processos estes que têm estimulado e orientado a construção desse projeto agroecológico.

Ponta Grossa

Como revelamos, o projeto agroecológico teve início em 2001, em Ponta Grossa, e manteve-se no município durante seus primeiros anos (2002, 2003 e 2004). A cidade está localizada no denominado Centro-Oriental paranaense, que é caracterizado por ser um território do projeto do agronegócio. A passagem do projeto agroecológico por Ponta Grossa esteve marcada por disputas territoriais, político-sociais e ambientais entre protagonistas do campesinato e do agronegócio. As disputas, que marcaram as lutas socioambientais no estado, tiveram seu ápice em um embate direto que ocorreu, em 2003, entre a empresa multinacional Monsanto (uma conhecida empresa de biotecnologia agrícola) e camponeses e camponesas, que contaram com o apoio dos(das) protagonistas do projeto agroecológico (PESSOA, 2020) para a ocupação de uma área de 48 hectares que a empresa arrendava para realizar pesquisas e testes com soja e milho transgênicos (TARDIN; JANTARA, 2004). Nota-se que a empresa procurava mercantilizar as sementes e desse modo controlava o acesso e o uso destas, o que representa um evidente sinal de poder sobre a natureza (ALIMONDA, 2011), legitimado pela colonialidade-modernidade.

Nesse caso, é preciso ter em conta que o ato de ocupar, além de representar uma maneira de acessar a terra (FERNANDES, 2001), é ainda um modo de protesto que procurou colocar em questionamento o projeto do agronegócio e denunciar as pesquisas e os testes com sementes transgênicas realizadas pela empresa multinacional. Há, dessa forma, um questionamento e uma disputa com a empresa multinacional, como também com o modelo adotado, que representa o modelo colonizador, a saber, o projeto do agronegócio (PESSOA, 2020).

Incentivados pelo compromisso de valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato, os camponeses e as camponesas transformaram a área ocupada em um pioneiro Centro de Agroecologia e o batizaram de Centro Chico Mendes de Agroecologia. A criação do Centro materializou o compromisso dos camponeses e das camponesas e dos(das) protagonistas do projeto agroecológico com outro modelo de saber-fazer

agricultura e com os processos de lutas e de resistências. Isso representa um avanço nos processos de produção de conhecimento e nos âmbitos de decisão política, evidenciando um reposicionamento do poder nas esferas institucionais.

Dessa maneira, podemos reconhecer que o estabelecimento do Centro Chico Mendes ajudou a recuperar e a promover um conjunto de conhecimentos e práticas camponesas e ecológicas, e muitos desses conhecimentos e das práticas têm sido historicamente ocultados pela racionalidade dominante. O que representa a manifestação de uma experiência social em conformidade com a sociologia das ausências e da sociologia das emergências (SANTOS, 2002). Assim, o local deixou de ser uma área privada direcionada às práticas ilegais de mercantilização da vida e passou a ser uma área coletiva e plural orientada à promoção da vida (PESSOA, 2020). À luz do pensamento decolonial e da ecologia política, podemos interpretar que esse ato está associado aos processos de lutas e resistências, de atores sociais silenciados, contra os processos de apropriação, desterritorialização e de exploração ambiental, social e econômica, assim como por autonomia político-social, reconhecimento de identidades, reterritorialização, sustentabilidade ambiental e justiça social e econômica.

No entanto, é preciso destacar que, depois de aproximadamente dois anos, foi emitida uma ordem judicial de reintegração de posse da área. Os camponeses e as camponesas cumpriram a decisão, culminando no encerramento das atividades realizadas (PESSOA, 2020).

Cascavel

Após esses anos iniciais em Ponta Grossa, o projeto agroecológico foi direcionado para o município de Cascavel, localizada no Oeste paranaense, que também é caracterizado por ser um território do projeto do agronegócio. Com a proposta já consolidada, o projeto agroecológico recebeu, em sua passagem por Cascavel, o apoio de diversos atores sociais e institucionais comprometidos com a agroecologia e com o campesinato, que reconheciam o projeto agroecológico como uma alternativa ao projeto do agronegócio. Dessa forma, foram realizados mais quatro eventos da Jornada de Agroecologia: 2005, 2006, 2007 e 2008 (PESSOA, 2020).

Esse primeiro deslocamento combinou uma série de estratégias, entre as quais a de valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato em um território dominado pelo agronegócio. Essa estratégia,

juntamente com o questionamento e a denúncia da dinâmica da agricultura capitalista e dos impactos de suas tecnologias, levou ao acirramento das disputas com os atores locais protagonistas de um modo hegemônico de fazer agricultura, que está baseado na racionalidade da colonialidade-modernidade. Somam-se a isso o interesse e o apoio dos atores locais e também a capacidade local para realizar a Jornada de Agroecologia como pontos essenciais para o deslocamento. Nessa passagem por Cascavel, acentuaram-se as disputas, e os embates diretos acabaram adquirindo mais intensidade (PESSOA, 2020), o que ocasionou atos de violência contra os camponeses e as camponesas e a criminalização dos movimentos sociais (TERRA DE DIREITOS, 2010).

Em Cascavel, a Jornada de Agroecologia corroborou sua postura política e aumentou os embates com os(as) protagonistas locais e internacionais do projeto do agronegócio, o que levou ao abandono de determinados atores da base do projeto. Ao mesmo tempo, aumentou o protagonismo dos movimentos sociais associados à Via Campesina (PESSOA, 2020). O ápice dessas disputas teve início, em 2006, com a empresa multinacional Syngenta, quando camponeses e camponesas ocuparam uma área da empresa (durante a realização da COP8-MOP3), localizada em Santa Tereza do Oeste, perto de Cascavel, onde eram realizados testes e pesquisas com transgênicos desde 1998. Eram feitos de maneira ilegal, pois estavam em uma área próxima ao Parque Nacional do Iguaçu, um território de conservação ambiental⁸ (TERRA DE DIREITOS, 2010). Ou seja, uma área destinada ao mesmo objetivo que tinha a Monsanto: mercantilizar sementes e controlar o acesso e o uso destas, um sinal de poder sobre a natureza (ALIMONDA, 2011). Dessa forma, ocupar tal área era considerado um método de luta e de resistência camponesa e ecológica, uma maneira de denunciar o projeto do agronegócio e suas atividades (TERRA DE DIREITOS, 2010). De modo semelhante a Ponta Grossa, também podemos interpretar esse ato sob a ótica do pensamento decolonial e da ecologia política, quando consideramos que se coloca em questionamento esse modelo hegemônico de apropriação, desterritorialização e de exploração ambiental, social e econômica, de maneira que também é levado adiante processos de lutas e resistências por autonomia político-social, reconhecimento de identidades, reterritorialização, sustentabilidade ambiental e justiça social e econômica.

⁸ A Lei nº 10.814, de 2003, vetava o plantio de sementes transgênicas em unidades de conservação e nas suas respectivas zonas de amortecimento (BRASIL, 2003).

O governo estadual, seis meses depois, decretou a desapropriação da área e o estabelecimento de um Centro de Agroecologia, uma medida contestada judicialmente pela empresa multinacional, que acabou por suspender o decreto. Contudo, os camponeses e as camponesas resolveram continuar ocupando a área, até que, após 16 meses sob constantes ameaças, decidiram desocupá-la. Poucos meses depois, após rumores de que a empresa tinha voltado a realizar pesquisas e testes, os camponeses e as camponesas resolveram ocupá-la novamente, processo este que terminou marcado pelo assassinato de Valmir Mota de Oliveira (conhecido como Keno) por integrantes de uma empresa de segurança privada contratada pela Syngenta (RIBEIRO, 2007; TERRA DE DIREITOS, 2010). O embate foi então amplamente noticiado e os camponeses e as camponesas passaram a receber o apoio de atores nacionais e internacionais, ressaltando o posicionamento de repúdio e cobrança para com a Syngenta. Um processo de luta e resistência que levou a empresa a doar, em 2008, a área em questão para o Estado. Atualmente, está instalado na região um Centro de Agroecologia (TERRA DE DIREITOS, 2010).

É essencial destacar que o assassinato de um camponês é resultado da histórica violência adotada no campo brasileiro, como é revelada anualmente nos relatórios elaborados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra (CPT).⁹ Nesse caso, o que marca esse triste episódio é que nele esteve envolvida uma empresa multinacional que atuava de maneira ilegal (PESSOA, 2020), colocando em debate a atuação de empresas multinacionais no continente latino-americano (TERRA DE DIREITOS, 2010).

Francisco Beltrão

Após esses anos marcados por disputas político-sociais e ambientais com protagonistas do projeto do agronegócio, a Jornada de Agroecologia foi levada para Francisco Beltrão, município localizado no Sudoeste paranaense, onde permaneceu durante os anos de 2009 e 2010. Esse direcionamento esteve associado à recuperação de memórias, conhecimentos e práticas camponesas, assim como ao estímulo e à expansão da agroecologia em um território onde o campesinato está amplamente presente com distintas iniciativas ecológicas e com uma base política estruturada em virtude dos históricos processos de lutas e de resistências contra a espoliação das terras (LPR C, informação verbal).¹⁰ No

⁹ Os relatórios se encontram disponíveis em: <https://cptnacional.org.br/cedoc>. Acesso em: 30 jun. 2021.

¹⁰ Liderança Paraná C. Curitiba, maio 2018, entrevista.

decorrer desse período, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), que possui sua sede no município e que promove um trabalho de destaque ao lado dos camponeses e das camponesas no Sudoeste ao ajudar a ampliar a base camponesa e ecológica do projeto agroecológico e ao desempenhar um papel estratégico no sentido de resgatar a solidariedade e as trocas de conhecimentos, práticas, patrimônios naturais, passou a ter protagonismo na organização da Jornada de Agroecologia (LPR G, informação verbal).¹¹

Também é possível salientar que houve o intuito de diminuir a intensidade das disputas que causaram desgaste durante os anos anteriores e de retomar elementos associados ao plano ecológico, simbólico e ontológico do campesinato, processo que acabou por reaproximar os atores sociais e institucionais que haviam se distanciado da Jornada de Agroecologia anteriormente em razão dos embates diretos (LPR G, informação verbal).¹² Assim, iniciou-se outra etapa de construção do projeto agroecológico, destacada por essa busca concreta em valorizar e promover a agroecologia como o reconhecimento do campesinato, cuja passagem pelo Sudoeste paranaense pôde ser notada de uma maneira ainda mais direta, levando em conta que essa procura sempre representou um dos seus pilares. Podemos indicar que essa etapa colaborou de modo decisivo para recuperar e revelar os conhecimentos e práticas ecológicas e camponesas locais, já que foram promovidas, ao longo da Jornada de Agroecologia, oficinas agroecológicas: um espaço de troca de conhecimentos e práticas ecológicas (PESSOA, 2020). A explicitação dessas experiências na Jornada de Agroecologia, historicamente ocultadas pela racionalidade dominante, é um processo que podemos compreender como uma tradução relacionada às ecologias evidenciadas por Santos (2002) que procura transformar aquilo que está ausente em presente.

Londrina

Em Londrina, o projeto agroecológico esteve presente por dois anos: 2011 e 2012. Nesse período, sua proposta era continuar valorizando e promovendo a agroecologia como o reconhecimento do campesinato, mas, nesse caso, em um local onde o projeto do agronegócio também atuasse de maneira marcante. O local ainda contava com uma menor quantidade de iniciativas agroecologias, se

¹¹ Liderança Paraná G. Curitiba, ago. 2019, entrevista.

¹² Liderança Paraná G. Curitiba, ago. 2019, entrevista.

comparado com os demais territórios por onde o projeto agroecológico teve passagem. Entendia-se, dessa maneira, que era preciso estimular os camponeses e camponesas nesse território (LPR H, informação verbal),¹³ lembrando que, em Londrina, está localizado o Assentamento Eli Vive, com mais de 500 famílias (LPR I, informação verbal).¹⁴

Soma-se a isso o interesse em promover e consolidar um pilar educacional da agroecologia, interesse este que procurou o apoio da universidade pública (LPR H, informação verbal).¹⁵ A estratégia se justificou porque a agroecologia estava e ainda está inserida na agenda de distintos grupos dentro das universidades do estado do Paraná (LPR I, informação verbal),¹⁶ onde se encontram atores sociais comprometidos com outro saber-fazer agricultura e com os camponeses e camponesas, que passaram a desempenhar um papel essencial de apoio para com o projeto agroecológico (LPR C, informação verbal).¹⁷ Esses grupos, inclusive, seriam fundamentais para realizar a Jornada de Agroecologia, cujos eventos ocuparam o *campus* da Universidade Estadual de Londrina (PESSOA, 2020).

Vale ressaltar que o projeto agroecológico, ao buscar o respaldo da universidade, procurou estabelecer um diálogo com a ciência, mas sem torná-la protagonista, promovendo, com isso, uma ecologia de saberes nos termos de Santos (2002) e estimulando uma complementariedade entre conhecimentos e práticas. Ademais, podemos compreender que esse diálogo colabora com o trabalho de tensionar e descolonizar o saber da modernidade-colonialidade, saber hegemônico que é produzido e reproduzido nas universidades, onde quer que estejam, já que se encontram adaptadas ao sistema ocidentalizado, que existe em todo o mundo (GROSFOGUEL, 2012). Ou seja, a universidade se mostra como a estrutura privilegiada da colonialidade do saber (CASTRO-GÓMEZ, 2007; RESTREPO, 2018).

Por também ter sido essencial para tal deslocamento, é preciso destacar uma terceira estratégia: o intuito de aproximar o campo da cidade, aproximar o projeto agroecológico e os camponeses e camponesas dos consumidores e das consumidoras. Cabe destacar que Londrina é um município populoso, menor somente que a capital do estado do Paraná. Com isso, podemos entender que

¹³ Liderança Paraná H. Curitiba, out. 2019, entrevista.

¹⁴ Liderança Paraná I. Curitiba, out. 2019, entrevista.

¹⁵ Liderança Paraná H. Curitiba, out. 2019, entrevista.

¹⁶ Liderança Paraná I. Curitiba, out. 2019, entrevista.

¹⁷ Liderança Paraná C. Curitiba, maio 2018, entrevista.

houve um maior esforço para dar destaque à segurança alimentar e nutricional e à soberania alimentar (LPR C, informação verbal),¹⁸ tema que ganhou relevância durante a passagem do projeto agroecológico por Londrina e que passou a ter protagonismo em Curitiba.

Maringá

Assim como ocorreu em Londrina, em Maringá o projeto esteve durante dois anos: 2013 e 2014. De maneira semelhante, também esteve associado ao pilar educacional, mas, nesse caso, buscou estimular uma perspectiva pedagógica popular da agroecologia a partir dos movimentos sociais. Seu intuito era recuperar e revelar os conhecimentos e práticas ecológicas e camponesa, bem como as conquistas durante o período. É necessário ressaltar que a Jornada de Agroecologia, ao longo desses dois anos em Maringá, foi realizada na Escola Milton Santos de Agroecologia, um território do campesinato e orientado ao campesinato. Devemos reconhecer o caráter simbólico desse processo, sem esquecer seu lado epistemológico e prático, acima de tudo por este ser um espaço político-pedagógico já consolidado pelos camponeses e camponesas, onde há um estímulo para descolonizar o saber e produzir conhecimentos e práticas outras (PESSOA, 2020) e buscar uma “revolução educacional plural” (LPR C, informação verbal).¹⁹

Nesse aspecto, podemos recorrer a Ramón Grosfoguel, que destaca que para descolonizar o cânone de conhecimento da modernidade-colonialidade e repensar a estrutura disciplinar de conhecimentos, é necessário produzir conhecimentos situados e incluir epistemologias e pensadores e pensadoras críticas à modernidade-colonialidade – quando se estabelece uma estrutura transdisciplinar de conhecimento²⁰ (GROSFOGUEL, 2012). Diante disso, podemos entender que tanto o projeto agroecológico como a Escola Milton Santos de Agroecologia caminham nesse sentido, ou seja, no sentido de descolonizar o saber, processo este que foi revelado desde os conhecimentos produzidos pelos camponeses e camponesas.

Finalmente, é possível entender que, embora tenham propostas e trajetórias distintas, o projeto agroecológico e a Escola Milton Santos se complementam e,

¹⁸ Liderança Paraná C. Curitiba, maio 2018, entrevista.

¹⁹ Liderança Paraná C. Curitiba, maio 2018, entrevista.

²⁰ Castro-Gómez (2007) ressalta que a transdisciplinaridade, ao contrário da interdisciplinaridade, possibilita transformar as bases das disciplinas, ou seja, não está limitada a somente promover uma troca de dados entre disciplinas.

com esse encontro, puderam promover um rico intercâmbio e estabelecer, no decorrer da Jornada de Agroecologia, um palco plural onde pôde ser revelado um conjunto de conhecimentos e práticas ecológicas e camponesas acumuladas (LPR I, informação verbal).²¹

Irati

Em Irati, município situado no Sudeste paranaense, o projeto agroecológico permaneceu somente por um ano: 2015. Podemos pontuar que dois elementos ajudaram a direcioná-lo para o município: uma representativa quantidade de iniciativas agroecológicas e a presença de um campesinato heterogêneo – com destaque para os faxinalenses (PESSOA, 2020). Dessa maneira, podemos assinalar que, no evento da Jornada de Agroecologia realizado, houve uma busca em evidenciar e promover saberes e práticas camponesas e ecológicas. As trocas de sementes crioulas cumpriram um papel-chave nesse aspecto de valorização, processo que contou com o apoio direto da Rede Puxirão e Rede de Sementes Agroecológicas do Paraná (ReSA) (LPR E, informação verbal).²² Ademais, houve interesse em recuperar a memória do processo de criminalização dos movimentos sociais, colocando em relevo a chamada Operação Agrofantasma, da Polícia Federal. Uma operação que criminalizou camponeses e camponesas, de maneira que também acabou comprometendo associações e cooperativas, além de ajudar a desestruturar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado do Paraná (LPR C, informação verbal).²³ Desse modo, isso teve grande impacto no processo de territorialização da agroecologia, uma vez que os camponeses e as camponesas passaram a ser constrangidos a produzir ecologicamente para os programas institucionais.

O PAA é uma política pública criada em 2003 e cumpre um papel-chave na garantia da segurança alimentar e nutricional e no reconhecimento e fortalecimento do campesinato. De maneira breve, podemos indicar que o programa une uma demanda de acesso aos alimentos das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional com a demanda de acesso aos mercados dos camponeses e das camponesas. Além disso, é possível destacar que o PAA colabora diretamente para alterar as bases da produção e do consumo a fim de recuperar os saberes, práticas e alimentos locais e de elevar os preços pagos

²¹ Liderança Paraná I. Curitiba, out. 2019, entrevista.

²² Liderança Paraná E. Curitiba, jun. 2018, entrevista.

²³ Liderança Paraná C. Curitiba, maio 2018, entrevista.

pelos alimentos para os produtores e as produtoras. Ou seja, desempenha um papel essencial (GRISA *et al.*, 2010).

Em 2011, teve início um processo criminal sob domínio da Polícia Federal, com o objetivo de investigar supostos desvios de recursos públicos do PAA. Alegava-se má operacionalização do programa de parte de camponeses e camponesas e se considerava que estavam adulterando notas ao declararem uma quantidade de alimentos maior que a enviada para o programa, ou seja, uma simulação de compra e venda. Em 2013, após dois anos de investigação, a Polícia Federal não conseguiu esclarecer os supostos desvios e recorreu à Justiça para obter uma medida cautelar, que possibilitou iniciar uma operação policial que acabou por prender camponeses e camponesas, provocando danos morais e econômicos. Contudo, as denúncias foram posteriormente declaradas improcedentes, pois não havia provas para condenar os acusados. O que houve foi um mal-entendido ocasionado pela burocracia do programa e pela impossibilidade de os camponeses e as camponesas substituírem alimentos perecíveis em virtude das intempéries que enfrentavam. O processo judicial em questão revelou um evidente ato de violência estatal ao tentar criminalizar os camponeses e as camponesas (PIMENTEL *et al.*, 2017).

Lapa

O projeto agroecológico permaneceu na Lapa durante dois anos: 2016 e 2017. Período em que também houve uma busca por valorizar e promover a agroecologia e o reconhecimento do campesinato de parte do próprio projeto agroecológico. É preciso lembrar que, no município da Lapa, há a presença de um campesinato heterogêneo, com uma expressiva quantidade de iniciativas agroecológicas paradigmáticas, como as do Assentamento Contestado e Escola Latino-americana de Agroecologia (ELAA). Duas iniciativas que cumpriram um papel-chave para o processo de descolamento do projeto agroecológico e para a realização da Jornada de Agroecologia, acima de tudo com as trocas de conhecimentos e práticas agroecológicas (PESSOA, 2020).

No Assentamento, criado em 1999, os camponeses e as camponesas assentados adotavam ainda práticas agrícolas convencionais. Com o estímulo dado pelo MST Nacional para que os assentamentos adotassem a perspectiva agroecológica, um pequeno coletivo de camponeses e camponesas resolveu ingressar por esse caminho no Assentamento Contestado. Com o tempo, o número de camponeses e camponesas que adotavam práticas agroecológicas no

Assentamento começou a aumentar, impulsionados pelo estabelecimento da ELAA, localizada em seu interior (VALADÃO, 2012). Criada em 2005, a ELAA cumpre um papel essencial em termos político-pedagógicos para os camponeses e as camponesas do estado do Paraná, mas também para o continente latino-americano, orientando e estimulando esses atores sociais em direção a outro saber-fazer agricultura, camponês e ecológico (GUHUR *et al.*, 2016). O local também foi estratégico para que camponeses e camponesas, no âmbito das oficinas agroecológicas, discutissem práticas ecológicas em um assentamento onde a ecologização fosse bem-sucedida. Vale lembrar que a maioria das oficinas foi realizada no Assentamento Contestado, valorizando assim as experiências de um novo modelo de reforma agrária em curso e também possibilitando aos presentes a vivência de uma realidade concreta.

Curitiba

Em Curitiba, o projeto agroecológico buscou aproximar o campo da cidade, ampliando essa estratégia, que já havia sido adotada anteriormente em Londrina. Teve o objetivo de estimular o diálogo entre camponeses e camponesas e consumidores e consumidoras, processo que se deu por meio de alimentos (LPR E, informação verbal).²⁴ Os camponeses e as camponesas encontraram nos alimentos um meio de “comunicação” essencial para entrar em contato com consumidores e consumidoras (LPR A, informação verbal).²⁵ Com isso, em Curitiba a Jornada de Agroecologia entrou em um novo campo político-social e ambiental e estabeleceu novas alianças com os consumidores e as consumidoras (PESSOA, 2020), que passaram a demandar os produtos e os alimentos agroecológicos ou orgânicos. Neste caso, podemos entender que esta demanda está associada a uma perspectiva de um consumo político (PORTILHO, 2009).

Porém, era necessário reorganizar a estrutura da Jornada de Agroecologia para esse novo cenário, visando à comunicação com o novo público e levando em conta que as narrativas e práticas adotadas até aquele momento estavam pensadas para outra realidade e direcionadas para camponeses e camponesas. A nova estrutura obviamente buscou manter o acúmulo de conhecimentos e práticas adquiridos durante a sua trajetória e as principais propostas que

²⁴ Liderança Paraná E. Curitiba, jun. 2018, entrevista.

²⁵ Liderança Paraná A. Curitiba, ago. 2016, entrevista.

orientam a construção do projeto agroecológico (LPR G, informação verbal;²⁶ LPR E, informação verbal).²⁷

Nesse processo, considerou-se que a melhor maneira de promover essa aproximação era estimulando uma feira de alimentos e por meio dela criar uma narrativa sobre a necessidade de produzir e consumir alimentos livres de transgênicos e sem agrotóxicos. Podemos ressaltar que, embora a feira de alimentos sempre estivesse presente na trajetória do projeto agroecológico, foi durante os eventos da Jornada de Agroecologia realizados em Curitiba que ela ganhou maior protagonismo, ocupando inclusive uma praça de grande movimento no centro da cidade: a praça Santos Andrade. A feira disponibilizava uma série de alimentos *in natura*, minimamente processados e produtos da econômica solidária – promovendo a venda direta –, bem como um espaço de alimentação (chamado culinária da terra), estimulando um espaço coletivo e plural de diálogo entre camponeses e camponesas com consumidores e consumidoras (PESSOA, 2020).

Retomando Santos (2002), podemos reconhecer que na feira, além da ecologia dos saberes, está presente a ecologia da produtividade, que, segundo o autor, procura recuperar e valorizar os sistemas produtivos ocultados e descredibilizados pela racionalidade dominante. E é por meio da feira que também se colocam em diálogo saberes e práticas ecológicas e camponesas, assim como se apresentam produtos e alimentos que carregam em si valores sociais, culturais, políticos e ambientais.

Conclusão

Procuramos, neste trabalho, apresentar e analisar as principais estratégias e disputas na formação de um projeto agroecológico no estado do Paraná a partir da Jornada de Agroecologia. O projeto agroecológico se consolidou como um projeto político-social e ambiental pioneiro orientado a partir da proposta da Jornada de Agroecologia, destacado por ser popular e plural e protagonizado principalmente por camponeses e camponesas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. O projeto tem sido construído de maneira coletiva e diariamente por atores comprometidos com a agroecologia e com o campesinato, e é uma resposta contra-hegemônica desde a perspectiva decolonial, isto é, que se desprende das amarras da colonialidade-modernidade,

²⁶ Liderança Paraná G. Curitiba, ago. 2019, entrevista.

²⁷ Liderança Paraná E. Curitiba, jun. 2018, entrevista.

revelando que é possível incentivar outro saber-fazer agricultura e valorizar a ontologia do campesinato.

Podemos notar que, no decorrer de sua trajetória, a Jornada de Agroecologia tem promovido uma proposta agroecológica que busca ir além da adoção de técnicas e métodos ecológicos e do estímulo de uma agricultura ecológica. Neste caso, é uma proposta que reconhece a agroecologia como uma ciência, que promove a harmonia dos agroecossistemas, conforme o que sustentam autores como Altieri (2008) e Gliessman (2015). No entanto, o projeto agroecológico tem sido pretendido desde os conhecimentos e práticas camponesas e ecológicas, além das demandas, de atores plurais, embora seja necessário reconhecer que se mantém em diálogo com a ciência, inclusive agregando-a quando preciso.

Assim, devemos entender que a Jornada de Agroecologia nasceu das necessidades e anseios de atores comprometidos e assumiu a agroecologia a partir de uma proposta política, procurando revelar e promover narrativas, conhecimentos e práticas político-sociais, culturais, econômicas e ambientais que colocam o projeto do agronegócio em questionamento, a agroecologia e o campesinato em destaque e a agricultura em disputa. Podemos ressaltar então que o trajeto percorrido pela Jornada de Agroecologia ao longo desses anos, quando foram realizados 18 eventos, está associado a distintas estratégias de seus e suas protagonistas relativas à construção do projeto agroecológico, bem como à conjuntura político-social, às possibilidades, aos interesses e às estruturas locais que se apresentavam para receber o evento. Quanto às estratégias, é possível reconhecer ao menos sete, que apareceram com maior ou menor intensidade durante esse período: o surgimento do projeto agroecológico em Ponta Grossa; embates com protagonistas do projeto do agronegócio em Ponta Grossa e Cascavel; a valorização e promoção da agroecologia em Francisco Beltrão, Londrina, Maringá, Irati e na Lapa; o reconhecimento do campesinato e sua diversidade em Francisco Beltrão, Londrina, Maringá, Irati e na Lapa; a acentuação da dimensão educacional e conhecimento crítico em Londrina e Maringá; a denúncia da criminalização dos camponeses e camponesas em Irati; e a aproximação entre campo e cidade em Londrina e Curitiba (PESSOA, 2020).

Essas estratégias de construção de um projeto ecológico para agricultura a partir de experiências do campesinato e de territórios tradicionais enfrentaram resistências em distintas situações, dando origem a embates em locais

dominados pelo agronegócio, representados nesse caso pela Monsanto, em Ponta Grossa, e pela Syngenta, em Cascavel. Nesse sentido, se explicita a disputa entre atores que promovem projetos de natureza oposta à agricultura, a saber: uma agricultura de *commodities* cuja lógica é dominada pelo capital e uma agricultura ecológica, por meio da agroecologia, cuja racionalidade ambiental é orientada pela política que atende aos interesses de camponeses e camponesas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001.

Referências

- ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). *La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2011. p.21-58.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos; MENGATTO, Angela Pereira de Farias; STROPARO, Eliane Maria; ASSIS, Telma Terezinha Stresser de. *Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT*. Curitiba: Editora da UFPR, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002.
- BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 6, p. 11-28, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22125>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- BRANDENBURG, Alfio. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. *Ruris*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 167-194, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003*. Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2004, e dá outras providências. Brasília: DOU, 2003.
- CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Nera*, Presidente Prudente, v. 7, n. 5, p. 1-12, 2004.
- CARNEIRO, Fernando Ferreira; RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; FRIEDRICH, Karen *et al.* (Orgs.). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos*

- agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro; São Paulo: Fiocruz; Expressão Popular, 2015. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 53-75, 1998. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007. p.79-91.
- DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DOMÍNGUEZ, Diego. La agroecología como dimensión de la disputa por modelos agrarios en Argentina. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA e SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8. e 9., 2017, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2017.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs.). *Campesinato e território em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Disputas territoriales entre el campesinado y la agroindustria en Brasil. *Cuadernos del Cendes*, Caracas, v. 29, n. 81, p. 1-22, 2012. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082012000300002. Acesso em: 8 maio 2021.
- GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel. Del desarrollo agroindustrial a la expansión del “agronegocio”: el caso argentino. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). *Campesinato e agronegocio na América Latina: a questão agrária atua*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GLIESSMAN, Stephen. *Agroecology: the ecology of sustainable food systems*. 3. ed. Boca Raton: Taylor & Francis, 2015.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- GRISA, Catia; SCHMITT, Cláudia Job; MATTEI, Lauro Francisco; MALUF, Renato S.; LEITE, Sergio Pereira. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69>. Acesso em: 14 abr. 2021.

- GROSFOGUEL, Ramón. Hacia la descolonización de las ciencias sociales. Entrevista con Ramón Grosfoguel realizada por Alberto Arribas Lozano y Nayra García-González. In: LOZANO, Alberto Arribas *et al.* (Orgs.). *Tentativas, contagios, desbordes. Territorios del pensamiento*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012.
- GUHUR, Dominique Michèle Periotto; LIMA, Aparecida do Carmo; TONÁ, Nilciney; TARDIN, José Maria *et al.* As práticas educativas de formação em agroecologia da Via Campesina no Paraná. *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-21, 2016. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/20817>. Acesso em: 3 maio 2021.
- LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- LEFF, Enrique. *Racionalidad ambiental. La reapropiación social de lanaturaleza*. Ciudad de México: Siglo XXI, 2004.
- LONDRES, Flávia. *Agrotóxicos no Brasil. Um guia para ação em defesa da vida*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del Ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.
- PARAYIL, Govindan. Mapping technological trajectories of the Green Revolution and the Gene Revolution – from modernization to globalization. *ResearchPolicy*, Brighton, v. 32, p. 971-990, 2003.
- PAULA, Nilson Maciel. A insegurança alimentar e a ordem neoliberal: desafios para uma agenda contra-hegemônica. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 38, n. 133, p. 23-37, 2017.
- PESSOA, Kauê. *Agriculturas em disputa: a Jornada de Agroecologia como expressão de um projeto agroecológico no Paraná*. 2020. 304 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70252>. Acesso em: 3 abr. 2021.
- PIMENTEL, Anne Gerald; SALES, Juliana de Oliveira; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina; SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. A repressão político-judicial do Estado: a violência legítima da operação agrofantasma e suas consequências para os agricultores campestinos da Região Sudeste do Paraná. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 246-264, 2017.
- PORTILHO, Fátima. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 199-224, 2009.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, Riverside, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000.
- RESTREPO, Eduardo. Decolonizar la universidad. In: BARBOZA, Jorge Luís; PEREIRA, Lewis (Orgs.). *Investigación cualitativa emergente: reflexiones y casos*. Sincelejo: Editorial Cekar, 2018.

- RIBEIRO, Silvia. *Syngenta: milícias privadas y asesinatos*. 27 out. 2007. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.
- SILVA, José Graziano. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.
- TARDIN, José Maria; JANTARA, André Emílio. Centro Chico Mendes de agroecologia: terra livre de transgênicos e sem agrotóxico. In: JORNADA DE AGROECOLOGIA (Org.). *Cartilha da Jornada de Agroecologia – 3º Encontro Estadual: Terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos*. Curitiba: Gráfica Popular, 2004.
- TERRA DE DIREITOS. *Syngenta: transgênicos, agrotóxicos e violência*. 29 mar. 2010. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br>. Acesso em: 3 abr. 2021.
- VALADÃO, Adriano. *Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades*. 2012. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Como citar

PESSOA, Kauê; BRANDENBURG, Alfio. Jornada de Agroecologia: estratégias e disputas na construção de um projeto ecológico para a agricultura no estado do Paraná. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230105, 4 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-5>.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Quando as regras da *morada* geraram revolta: uma reinterpretação da emergência das Ligas Camponesas (1955-1964)

When the rules of the *morada* led to revolt:
reinterpreting the Ligas Camponesas emergency (1955–1964)

 Eduardo Guandalini Genaro¹ •  Ramonildes Alves Gomes²

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-6>

Resumo: Este artigo problematiza a mudança na relação entre moradores e grandes proprietários, observando que os valores da *morada* são ressignificados pelos moradores no processo de mobilização das Ligas Camponesas na Paraíba nas décadas de 1950 e 1960, de maneira a constituir traços de continuidade e descontinuidade entre os símbolos, o repertório do movimento e a moralidade desses agentes. O artigo analisa este processo a partir da relação entre moralidade e revolta, com destaque para a questão de como os *foreiros*, que eram os agentes que mais partilhavam as regras morais da *morada*, foram os que mais se mobilizaram nas Ligas. A pesquisa se utilizou da análise hermenêutica sobre as narrativas dos participantes do movimento, obtidas a partir de relatos orais registrados por outros pesquisadores.

Palavras-chave: Ligas Camponesas; *morada*; movimentos sociais; moralidade.

Abstract: This article discusses how the relationship between large landowners and those who lived on these properties changed, observing how the values of the *morada* were resignified by residents during the mobilization of the Ligas Camponesas in Paraíba to determine traces of continuity and discontinuity between symbols, the repertoire of the movement, and the morality of these actors. We analyze this process from the relationship between morality and revolt, focusing on the question of how the *foreiros*, who were most responsible for disseminating the moral rules of the *morada*, were mobilized the most in the Ligas. This is accomplished by hermeneutic analysis of second-hand oral reports of narratives by participants in the movement.

Keywords: Ligas Camponesas; *morada*; social movements; morality.

¹ Doutorando em Ciências Sociais no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista CNPq. E-mail: edugenaro@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-doutora pela École des hautes études en sciences sociales (EHESS) e pela Université Paris Ouest Nanterre La Défense, França. E-mail: rnildes@hotmail.com.

Introdução

O período pós Segunda Guerra Mundial marca o início da crise das relações de *morada* na região canavieira dos estados da Paraíba e de Pernambuco. Este contexto é caracterizado por um intenso processo de expulsão dos trabalhadores do campo. O morador era um trabalhador que chegava ao engenho e pedia moradia e trabalho ao grande proprietário. Este concedia a casa juntamente com um pedaço de terra – o roçado – onde o futuro morador podia plantar. Os moradores idealizavam um passado em que todos recebiam um sítio, que consistia em um pedaço de terra para além do roçado. Isso dava ao morador a condição de foreiro, um tipo de arrendatário, assim chamado pela obrigação de pagar o foro (quantia em dinheiro, que lhes permitia usar o sítio). Apenas alguns moradores se tornavam foreiros, sendo que essa possibilidade passa a ser fechada com o aumento da monocultura da cana, na década de 1950, e contribui para intensificar o processo de expulsão dos moradores (PALMEIRA, 2009). O acesso a um sítio possibilitava uma condição de vida mais autônoma na relação com o grande proprietário, tendo em vista que podiam plantar alimentos (macaxeira, feijão, milho, batata doce) em seus sítios, os quais eram usados para consumo próprio ou para vender nas feiras locais. Os foreiros dependiam menos dos pagamentos feitos pelos grandes proprietários em função do trabalho na lavoura de cana-de-açúcar do que os moradores de condição, assim como dedicavam menos tempo de trabalho às lavouras de cana em relação aos últimos. A melhor situação de que gozavam os foreiros não significava que não mantivessem fortes relações de dependência para com o grande proprietário, considerando as obrigações econômicas e morais que assumiam. Entretanto, mesmo podendo desfrutar de uma independência apenas relativa, o acesso a um sítio era bastante valorizado pelos moradores, conformando uma moralidade de autonomia do trabalho.

A *morada* era a forma de organização social que abrangia essa relação entre moradores, grandes proprietários e trabalhadores rurais que não residiam na grande propriedade.³ As relações da *morada* eram permeadas por regras, isto é, costumes constituídos a partir de obrigações mútuas entre o

³ Os trabalhadores rurais que não residiam na grande propriedade podiam ser contratados temporariamente. A respeito das diferentes formas de trabalho na grande propriedade, ver Palmeira (2009). Diversos moradores se tornaram trabalhadores de “ponta de rua” – como eram chamados os que não moravam na grande propriedade –, sendo relevante observar que, em diversas situações, as formas de conceber as relações da *morada* permaneceram como parte do horizonte de expectativas destes agentes que tinham sido expulsos. As narrativas apresentadas no presente artigo incluem casos de ex-moradores que se revoltaram e participaram das Ligas.

grande proprietário e seus dependentes. O grande proprietário portava a simbologia de um provedor de segurança (dispondo de seus capangas para proteger seus interesses econômicos e políticos, assim como para demonstrar, por meio da presença destes capangas, capacidade de proteção e dependência dos moradores), moradia, trabalho, apoio financeiro, auxílio médico e de outras naturezas. Por sua vez, os moradores eram simbolizados como aqueles que deviam obediência e dedicação ao trabalho na lavoura do grande proprietário. Estas regras – que se afirmavam como um contrato não formalizado e escrito – eram permeadas por valores ligados à religião, principalmente a católica. Afrânio Garcia Jr. (1989) afirma que o grande proprietário concentrava sob sua figura todos os benefícios econômicos, políticos, escolares e religiosos. Desta maneira, a relação entre grande proprietário e morador sempre fazia este último ficar em dívida – econômica e simbólica – para com o primeiro.

Os valores que permeavam a *morada* tendiam a fortalecer a dominação do grande proprietário sobre seus dependentes, mas, como veremos no decorrer do artigo, os moradores também elaboravam significações acerca destes valores que se contrapunham aos latifundiários e que, no contexto das Ligas, ajudaram a fomentar um enfrentamento da autoridade dos senhores de terra e usineiros.

A expulsão do campo que ocorre neste contexto é explicada por Francisco de Oliveira (2008) a partir da imposição do padrão de acumulação industrial do Centro-Sul aos grandes proprietários da economia canavieira que, conjuntamente à alta dos preços do açúcar e ao apoio estatal, favorecia a dissolução da *morada* e o emprego de trabalho mais próximo à mão de obra assalariada. Este período foi marcado por tensionamentos entre trabalhadores rurais e camponeses⁴ contra grandes proprietários, em uma

⁴ Os termos trabalhador rural e camponês remetem a tipos distintos de agentes que trabalhavam e, na maioria das vezes, residiam no campo. Lideranças das Ligas Camponesas, como Julião (1962), diferenciam os termos associando camponeses à posição dos moradores e trabalhadores rurais às posições assalariadas. Esta concepção mantém relação com algumas discussões acadêmicas – no sentido de haver influência mútua entre como lideranças de movimentos e partidos, de um lado, e pesquisadores de outro, concebiam as posições sociais existentes no campo –, o que explica que pesquisas sobre o sistema de morada (SIGAUD, 1979a; GARCIA JR., 1989; PALMEIRA, 2009) e sobre as Ligas (BASTOS, 1984) também diferenciavam estas categorias a partir da relação de trabalho. Entretanto estes diversos autores usam essas categorias de maneira diversa – e não são todos que as definem especificamente pela relação de trabalho –, embora alguns as usem como sinônimos. Para o presente estudo, atenta-se ao fato de que as diversas posições sociais – como os moradores de condição e os foreiros – estavam envolvidas nas relações da *morada*, de modo que a moralidade que as permeia permite a construção de uma campesinidade – termo trabalhado por Klass Woortmann (1988) – de “morador”. Mas esta não necessariamente ocorre. O termo camponês também pode remeter a uma identidade política. Neste texto será usado o termo

amplitude e intensidade antes jamais vistas, de modo que estes conflitos se somaram às tensões nacionais entre setores mais progressistas em contraposição a grupos mais conservadores, que se desdobraram em ampla repressão contra sindicatos e associações, tanto urbanos quanto rurais, e no golpe militar de 1964.

As Ligas Camponesas constituíram associações e sindicatos⁵ que se mobilizaram contrariamente ao processo de expulsão do campo, entre 1955 e 1964, predominantemente no Nordeste, com destaque para os estados de Pernambuco e da Paraíba. As Ligas eram atravessadas por diversas demandas vindas do campesinato e por tensionamentos entre lideranças políticas que disputavam o controle do movimento, destacando-se nesta disputa o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Francisco Julião, advogado e político ligado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), que acabou se tornando a liderança mais influente na mobilização das Ligas.

Essa organização utilizou o que Charles Tilly (1993, 2005, 2010) caracteriza como um repertório de ação coletiva,⁶ sendo este composto pelas seguintes ações: reuniões; comícios; passeatas; apoio a trabalhadores ameaçados de expulsão; negociações entre proprietários e membros das Ligas, assim como negociações entre estes com participação do governo estadual, no caso da luta contra o cambão na Paraíba;⁷ assistência jurídica aos camponeses; disponibilização de serviços de saúde; combate ao analfabetismo; reivindicações pela reforma agrária; criação de associações e sindicatos; procura de apoios externos de grupos e movimentos sociais da cidade; mutirões no campo e nas cidades: os camponeses se dirigiam à população urbana para realizar trabalhos, como construções de casas, buscando apoio para o movimento; greves; marchas; uso de jornais para divulgar textos de lideranças e

camponês como identidade política para se referir ao último caso, o termo morador para os agentes que vivem na grande propriedade, e os termos trabalhadores rurais e camponeses para remeter a todas as posições sociais que estavam presentes na grande propriedade.

⁵ As Ligas inicialmente se organizavam como associações devido à dificuldade oferecida pelo Estado em criar sindicatos rurais. Neste contexto, e especialmente a partir de 1962, ocorre um forte incentivo do Estado à criação de sindicatos rurais, sendo que diversas associações das Ligas se tornaram sindicatos, mas outras não, permanecendo como associação civil, que realizavam reuniões, muitas vezes disputando a organização dos trabalhadores rurais com um sindicato fundado na cidade pelo PCB ou pela Igreja. A respeito da sindicalização rural, ver Alves (2015).

⁶ O repertório de ação coletiva remete ao conjunto limitado de formas de ação desempenhadas por pares de atores. É o caso da greve, uma ação que ocorre na confrontação entre capitalistas e proletários (TILLY, 2005, 2010). Uma análise sobre o desenvolvimento do conceito de Tilly é feita por Alonso (2012).

⁷ O cambão constituía a obrigação dos moradores de realizar dias de trabalho não remunerado na grande propriedade, muitas vezes nas lavouras de cana.

acontecimentos relativos ao movimento; ocupações e tomadas de terra⁸ (BASTOS, 1984; SOUZA, 1996; VAN HAM *et al.*, 2006; MENEZES; MOREIRA; TARGINO, 2011).

Analisar as ações coletivas e demandas articuladas ajuda a entender as motivações dos moradores em participar das Ligas mas, para isso, é válido observar tanto as experiências que estes agentes vivenciaram antes quanto durante a mobilização. Desta maneira, observar as resistências cotidianas, como pensadas por James Scott (2000),⁹ acionadas pelos moradores, assim como observar as narrativas destes a respeito das regras morais que mobilizavam nas relações com os grandes proprietários na *morada*, foi um caminho que possibilitou compreender que a emergência das Ligas Camponesas não se explica apenas pela precarização das condições de vida dos moradores, mas também pela ruptura nas relações de obrigação mútua que constituíam a *morada*.

O presente artigo objetiva refletir sobre a relação entre a mobilização das regras da *morada* pelos moradores e a ressignificação de valores a respeito do trabalho na terra e da relação com o grande proprietário no contexto de articulação das Ligas Camponesas. A análise dos relatos que embasaram a escrita deste artigo aponta que os foreiros constituíam camadas intermediárias¹⁰ e eram os que mais compartilhavam os valores da *morada*,

⁸ O termo ocupação costuma ser usado para descrever ações que Sigaud, Rosa e Macedo (2008) entendem a partir da “forma acampamento”, ações que costumam se realizar em grandes propriedades improdutivas e que incluem uma série de símbolos e demandas dirigidas ao Estado. O contexto em que as Ligas se mobilizam é bastante distinto, principalmente pelo fato de as mobilizações das décadas de 1950 e 1960 terem sido realizadas por trabalhadores rurais e camponeses que ainda residiam nas grandes propriedades e não por trabalhadores rurais sem terra. Ações semelhantes às ocupações de terras improdutivas foram chamadas por Bastos (1984) de “tomadas de terra”, as quais eram realizadas pelas Ligas em engenhos abandonados ou terras devolutas. A autora usa o termo ocupação para remeter à ação em que os trabalhadores rurais e camponeses entram nas grandes propriedades de engenhos e usinas que ainda funcionavam e que tinham moradores em suas terras. Esta ação é descrita por Assis Lemos de Souza (1996), o qual destaca que os moradores vinculados às Ligas cercavam as casas grandes e pressionavam por uma negociação entre as lideranças do movimento e o grande proprietário. Esta ação é melhor analisada em Genaro (2019c, 2021).

⁹ As formas de resistência cotidiana consistem em práticas e discursos difusos e fragmentários que sempre envolvem alguma forma de interesse pessoal do agente em sua realização. Elas podem ser coletivas e organizadas, como no caso de saques por parte de grupos dos dominados, entretanto, quando são desta forma, as práticas não são públicas, ou seja, não são colocadas na relação direta com os dominadores, de maneira a evitar a identificação daqueles que promoveram tais ações. Ou seja, um saque é organizado e coletivo, mas ocorre sem que seus participantes assumam publicamente que realizaram tal ação, de modo a evitar que sejam identificados e reprimidos. No caso de serem públicas, como em situações de boatos, as práticas sempre usam do anonimato e da dissimulação para não iniciarem um conflito direto. Um confronto direto e aberto (que costuma ser pouco comum), tende a ser individual (SCOTT, 2000). A relação entre as formas de resistência cotidiana usadas pelos moradores e as ações coletivas das Ligas são trabalhadas com detalhes em Genaro (2019a).

¹⁰ Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), analisando as camadas que compõem o meio rural brasileiro, afirma que as camadas intermediárias correspondem a grupos de sítiantes autônomos que ocupam uma

tendo sido os agentes que mais se mobilizaram nas Ligas, fato que manteve relação direta com a ressignificação das regras morais da *morada* no contexto da mobilização. A relação entre moralidade e revolta é o pano de fundo da discussão.

A pesquisa que possibilitou a escrita deste artigo acessou as narrativas dos participantes do movimento por meio de fontes orais de segunda mão, ou seja, através de recortes de entrevistas apresentadas nos trabalhos das pesquisadoras Maria do Socorro Rangel (2000), Regina Novaes (1997), e de entrevistas completas que integram a obra organizada pela religiosa Irmã Tonny Van Ham (VAN HAM *et al.*, 2006). A pesquisa adotou uma abordagem hermenêutica, pautada em John B. Thompson (2011), para analisar as narrativas destes agentes, tendo o fito de reinterpretar estas a partir do recorte analítico e dos problemas sociológicos colocados por esta investigação, tendo destaque questões como reciprocidade entre grandes proprietários e moradores, ruptura de autoridade, resistência cotidiana, moralidade e mobilização em forma de movimento social.

A análise perpassa os debates sobre a história oral, cabendo observar a indicação de Paul Thompson (1992) sobre a possibilidade de fazer uso das narrativas dos agentes para produzir uma reconstituição de uma forma de organização social ou para percorrer uma série de eventos com o objetivo de reconstituí-los mediante a comparação com outras fontes. Esta pesquisa não visou estes objetivos, tendo em vista que as narrativas em questão não seriam suficientes para gerar uma análise da *morada* como um todo e que as falas dos participantes do movimento a respeito dos eventos que vivenciaram foram, no máximo, cruzadas com escritos de lideranças do movimento e com outras pesquisas sobre as Ligas e a *morada*, ou sobre o contexto político do período analisado.¹¹ O que realizamos foi a separação das narrativas por temáticas, tendo como centralidade a moralidade mobilizada pelos moradores e a relação

posição intermediária, entre os grandes proprietários e os trabalhadores rurais sem acesso à terra. O conceito será melhor descrito e evidenciado no final do artigo.

¹¹ Cabe destacar que, como as entrevistas foram acessadas de segunda mão, não se teve controle sobre como era feita a abordagem aos entrevistados e, no caso dos recortes de entrevistas – como apresentados nas pesquisas de Novaes (1997) e Rangel (2000) –, o próprio contexto em que estas entrevistas foram realizadas não fica completamente explicitado por não se ter acesso às entrevistas inteiras. Outro fator relevante é que estas entrevistas foram feitas com objetivos diferentes dos da pesquisa que produziu este artigo, de modo que aspectos centrais para a análise aqui colocada podem, em diversos momentos, ter sido menos abordados nas entrevistas, o que de forma alguma diminui o trabalho elaborado pelas pesquisadoras mencionadas, apenas explicita outros objetivos de pesquisa.

de autoridade estabelecida com o grande proprietário de terras.¹² Neste artigo, a temática mais importante foi a moralidade acionada pelos moradores a respeito de sua decisão em participar do movimento. A pesquisa se beneficiou do fato de a *morada* já ter sido amplamente pesquisada por Palmeira (2009), Sigaud (1979a, 1979b),¹³ Garcia Jr. (1989), Heredia (1979), Dabat (2007), entre outros, e pela riqueza de elementos elencados pelos participantes do movimento nas entrevistas mencionadas e pelas lideranças das Ligas, entre as quais destacamos Francisco Julião (1962, 2009), Assis Lemos de Souza (1996) e Clodomir Santos de Moraes (1965).

A análise das narrativas permitiu que fossem observadas as ambiguidades dos moradores a respeito de sua contraposição aos grandes proprietários, sendo que os participantes das Ligas por vezes indicavam uma valorização da relação que já haviam tido com os latifundiários, ao mesmo tempo em que questionavam a autoridade destes e valorizavam a mobilização das Ligas. O entendimento destas narrativas em meio a um processo histórico mais amplo, que gerava uma crise na *morada* na região canavieira, traz o desafio de pesquisa que Paul Thompson (1992) indica como sendo a tensão entre a biografia e a generalização, entre o decorrer da história em geral e a vida real dos moradores. Alberti (1998) também assinala o desafio da história oral em utilizar-se dos fragmentos da vivência concreta para gerar uma análise hermenêutica e totalizante. Desta maneira, a pesquisa sobre as concepções morais dos moradores acionadas em relação a sua participação nas Ligas permite entender características tanto do movimento quanto da *morada*.

O artigo se divide em três seções. A primeira revisa as pesquisas sobre as Ligas Camponesas, enfatizando as que recorreram a entrevistas com participantes do movimento. Também destacamos entrevistas que foram realizadas por iniciativa da Irmã Tonny Van Ham (VAN HAM *et al.*, 2006). Ao final da primeira seção apontamos como as narrativas revelam com mais

¹² A pesquisa não trabalhou com a narrativa dos grandes proprietários. Acessou as falas destes ao se dirigirem aos moradores, por meio dos seus relatos (fossem de foreiros ou moradores de condição) e os das lideranças, de modo a perceber diferenciações entre a perspectiva entre esses dois grupos e entre os próprios moradores, sendo esta última distinção a que iremos destacar.

¹³ Sigaud (2004) também debate sobre como a relação grande proprietário-morador era permeada por uma moralidade, de modo que um morador que se contrapunha ao proprietário da terra poderia gerar mágoa neste e acabar tendo um ressentimento a respeito de sua oposição ao latifundiário. Ao mesmo tempo este grande proprietário poderia ter um sentimento de dever para com os moradores que o impedisse de expulsá-los da terra, mesmo que isto fizesse sentido economicamente, algo pouco comum no período estudado, mas trabalhado pela autora em *Armadilhas da honra e do perdão*. Neste texto nos baseamos mais na discussão sobre a idealização do passado estudado pela autora em *A Nação dos homens* (1979a) e *Os clandestinos e os direitos* (1979b).

profundidade a relação entre moralidade e revolta, tendo destaque o papel da ruptura das regras de obrigação mútua como um dos principais motivadores da revolta dos moradores. A segunda seção discute a ressignificação de valores no contexto de crise da *morada* e a valorização de uma autonomia do trabalho na terra pelos moradores, a qual fundamentou formas de contraposição aos grandes proprietários. A terceira seção realiza uma comparação entre as narrativas dos moradores de condição e os foreiros, com o fito de esclarecer como agentes de posições sociais que eram portadores de diferentes significações das regras da *morada* expressaram suas motivações para se revoltarem contra os grandes proprietários e participarem das Ligas. Aqui cabe ressaltar que esta comparação possibilita observar a perspectiva de mais de uma posição social, o que Paul Thompson (1992) indica como algo fundamental à pesquisa para que não tome o viés de apenas uma das visões a respeito dos eventos analisados. Nas considerações finais, buscamos dialogar com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) sobre como as camadas intermediárias constituiriam um bloqueio à revolta contra os grandes proprietários, tendo em vista a relevância da mobilização dos foreiros nas Ligas Camponesas.

As narrativas dos participantes das Ligas e a questão da moralidade

As pesquisas realizadas sobre as Ligas Camponesas inicialmente direcionaram o foco para as disputas políticas das organizações que buscavam organizar os trabalhadores rurais, tendo destaque o PCB e Francisco Julião. As primeiras pesquisas sobre o movimento foram a de Aspásia Camargo (1973), que defendeu sua tese em 1973, trabalhando a organização das Ligas e dos sindicatos no contexto do Estado populista e da crise das oligarquias açucareiras; a de Fernando Antônio Azevedo (1982), que defendeu a sua dissertação em 1980 e a publicou em livro em 1982; a de Bernadete Aued (1986), que defendeu sua dissertação em 1981, a qual foi publicada em livro em 1986; e a de Elide Rugai Bastos (1984), que defende a sua dissertação em 1981 e a publicou em 1984. A pesquisa de Bastos se destaca por ter realizado entrevistas com participantes do movimento e tê-las utilizado para contrastar com a perspectiva das lideranças das Ligas. O foco da maior parte destas pesquisas – Bastos sendo a exceção – sobre a organização do movimento, deixa em segundo plano as narrativas dos moradores que dele participaram, o que acaba por não

aprofundar o entendimento da relação entre a revolta dos moradores contra os latifundiários e a reciprocidade envolvida nas regras morais da *morada*.¹⁴

A ausência, nas pesquisas da década de 1970 e início da de 1980, de um maior aprofundamento sobre as entrevistas com participantes das Ligas decorre tanto do foco analítico destas pesquisas quanto do silenciamento destes agentes em decorrência do medo da repressão praticada em todo o período da ditadura militar no Brasil. Pesquisadoras que realizaram entrevistas posteriormente, como Novaes (1997) e Rangel (2000), relatam as dificuldades em conseguir encontrar pessoas dispostas a falar sobre suas memórias, assim como a desconfiança delas em conceder relatos. O fato de conseguirem realizar entrevistas em um momento de menor repressão durante a ditadura – caso de Novaes (1997) e também de Bastos (1984) –, ou posteriormente à redemocratização – caso de Rangel – esclarece como a conjuntura política influenciou a disposição destes agentes em falarem ou não sobre suas experiências de vida.

No início da década de 1980, Regina Novaes recolheu relatos e defendeu sua tese de doutorado em 1988, a qual foi publicada em livro em 1997 (NOVAES, 1997). Mas a autora não apresentou as entrevistas completas, apenas trechos, o que impossibilitou identificar quais eram as perguntas respondidas nos trechos recortados, assim como não permite que o leitor precise o restante das falas e a própria trajetória de vida do entrevistado. As datas e locais das entrevistas também estão, muitas vezes, ausentes. Novaes teve como foco as experiências religiosas dos moradores na formação de uma identidade política camponesa. O presente artigo não cita nenhum dos trechos de entrevistas contidos na obra da autora, mas as narrativas apresentadas por ela foram relevantes para as análises aqui desenvolvidas.

Em 1983, Antônia M. Van Ham (VAN HAM *et al.*, 2006), também conhecida como Irmã Tonny, religiosa que participou de movimentos sociais rurais desde a década de 1970, entrevistou participantes das Ligas. Irmã Tonny juntamente com outras pessoas que também participavam de movimentos sociais rurais, efetuou novas conversas com participantes do movimento de 2001 a 2006 com a finalidade de organizar um livro em homenagem a João Pedro Teixeira, principal liderança camponesa da Paraíba, assassinado em 1962, como forma de

¹⁴ Todas estas pesquisas fazem referência à relação entre a mobilização e as relações tradicionais. O que estamos afirmando é que este não foi o foco destes estudos e não que eles desconsideraram esta relação.

resgatar a repressão às mobilizações lideradas por ele.¹⁵ A obra apresenta entrevistas temáticas completas que, em geral, são identificadas por datas, nomes dos entrevistados, local da entrevista e nome do entrevistador, na maior parte das vezes a própria Irmã Tonny. As entrevistas apresentam relatos bastante completos sobre formas de ação das Ligas, momentos de conflito com latifundiários e de como eram as falas de João Pedro Teixeira e outras lideranças. Também estão presentes narrativas sobre as motivações dos moradores para participarem das Ligas, formas de repressão e o temor de certos moradores em relação às mobilizações promovidas. As entrevistas, por terem tido foco na figura de João Pedro Teixeira, acabam por não revelar com tanta profundidade a trajetória de vida dos entrevistados e suas percepções quanto à mudança nas relações de obrigações mútuas entre grandes proprietários e moradores.

No final da década de 1980, Roberval Vêras de Oliveira (1989) fez entrevistas com participantes das Ligas. Estas foram usadas por Maria do Socorro Rangel (2000), que realizou outras histórias de vida no ano de 1991. Trechos são citados em sua dissertação, defendida em 2000. A autora utilizou-se de nomes fictícios e não revelou os locais dos relatos, assim como não identificou onde os entrevistados viveram ao longo de sua trajetória, para protegê-los contra possíveis repressões. As datas também não são identificadas. Os trechos de entrevistas, assim como a descrição indireta feita pela autora, relatam a trajetória dos moradores que eram prejudicados ou expulsos pelos grandes proprietários, perpassando formas de resistência às opressões praticadas por estes últimos, assim como as descrições das motivações dos moradores para participarem das Ligas. A pesquisa da autora mobilizou as entrevistas para entender como as experiências dos moradores que antecedem a mobilização das Ligas influíram sobre as motivações destes em participar do movimento. Ela também distinguiu as experiências de agentes em diferentes posições sociais neste processo.

As pesquisas de Novaes (1997) e Rangel (2000) possibilitam inferir como a quebra da reciprocidade entre grandes proprietários e moradores foi um elemento central para a mobilização das Ligas, algo que não era possível de aprofundar nas pesquisas que tiveram maior foco na organização política do

¹⁵ Após a morte de João Pedro Teixeira, sua esposa Elizabeth Teixeira assume a liderança da Liga de Sapé, tornando-se a principal liderança camponesa na Paraíba e, até hoje, uma porta-voz da memória do movimento. A trajetória de Elizabeth Teixeira pode ser observada em entrevista publicada por Bandeira, Miele e Godoy (1997), assim como na feita por Rocha (2009).

movimento. A perda de condição econômica e a organização de grupos políticos no campo foram fundamentais para que a mobilização fosse possível. Entretanto, cabe observar que o sentimento de injustiça diante do rompimento de regras morais envolveu, conjuntamente à percepção de perdas de condição material, as motivações dos moradores em aderirem ao movimento. Desta maneira, a noção de ira moral, como entendida por Barrington Moore Jr. (1987), explicita características da revolta dos moradores contra os grandes proprietários.

Barrington Moore Jr. afirma sobre a ira moral: “Em essência, é a ira diante da ofensa que uma pessoa sente quando outra viola uma norma social” (1987, p. 21). O conceito remete a um sentido de injustiça percebido por uma das partes em uma relação de obrigações mútuas quando ocorre a violação de um código moral. As obrigações mútuas se referem aos governantes proverem segurança contra ataques externos (outro Estado, por exemplo), conflitos internos e segurança material aos súditos. Por parte dos súditos, as obrigações remetem à obediência e à contribuição material para com os governantes. O autor indica que existe um limite para o que governantes e súditos podem fazer em uma sociedade, sendo que há um conjunto de obrigações mútuas que os mantém unidos por meio de um contrato social implícito. Mas estas obrigações não são estáticas, pois sempre existe a tentativa por parte de grupos dominantes e dominados de testar os limites da obediência e da desobediência. Tanto dominantes quanto dominados percebem um valor em sua contribuição nas obrigações mútuas, existindo uma tendência de que estes agentes percebam as suas contribuições como tendo uma equivalência aproximada, o que jamais significa uma equivalência real (um camponês pode justificar sua relação com um senhor de terras como sendo justa por mais que exista imensa desigualdade entre ambos). Por isso os dominados carregam uma ambivalência perante os códigos morais, tendo em vista que estes atendem a interesses contraditórios. Assim, em certos momentos, estes grupos tendem a justificar uma relação desigual e, em outros, dão a essa mesma relação um sentido de injustiça.

Os momentos de crise e de abertura à mudança social são marcados por maior possibilidade de tensão sobre os imperativos morais vigentes e as obrigações mútuas entre dominantes e dominados. Barrington Moore Jr. (1987) indica que a percepção de injustiça remete diretamente à violação da reciprocidade, principalmente nos casos em que a autoridade – entendida como

uma relação em que existe um sentimento de dever moral de obediência – do dominante (ou governante nas palavras do autor) gera danos a grupos sem nenhuma justificativa em termos de retorno à sociedade. Uma abertura para a ira moral também ocorre quando os grupos dominantes colocam uma série de privações materiais que não são aceitas pela população. O autor assinala que a coordenação social envolve três partes: a autoridade, a divisão do trabalho e a alocação de recursos disponíveis. Estas se configuram em imperativos sociais que, para o autor, se apresentam como necessidades às quais cada grupo (dominados e dominantes) tentará atribuir um significado próprio, gerando imperativos morais – ou seja, como a autoridade, a alocação de recursos e a divisão do trabalho, devem ou não ser realizadas. A percepção da injustiça, por diversas vezes, remete tanto a danos na reciprocidade de costumes tradicionais quanto a prejuízos materiais, de maneira que existe profunda relação entre as condições materiais e a percepção moral. Mas, para Barrington Moore Jr., não há uma predeterminação de nenhuma das esferas de coordenação social sobre as demais.

Das experiências da *morada* à revolta: sonhos, terra e liberdade

As experiências vivenciadas nas relações da *morada* foram fundamentais para determinar a vinculação dos trabalhadores rurais e camponeses às Ligas Camponesas. As experiências de “libertos” e “sujeitos”¹⁶ diferenciavam esta participação, assim como diferenciavam as percepções destes acerca dos grandes proprietários e sobre a busca por autonomia do trabalho. O trecho da entrevista, concedida a Rangel (2000), por Antônio Joaquim, morador foreiro expulso e que participou das Ligas, expressa a relação entre esta vivência anterior e a vinculação com as Ligas:

Por essa experiência eu posso lhe dizer que aquele tempo do sítio foi o tempo melhor que eu vivi na vida, porque o grande benefício pra humanidade é a pobreza ter assim um sitiozinho pra morar, trabaia e ter sossego. Uma rocinha que seja, é benefício, grande, num sabe? Num tem coisa mais melhor não.

Por isso, eu entrei na Liga né, que era pra ter terra assim pra trabaia e viver nela. Ser liberto é lutar pelo que é da gente e não viver assim jogado num canto pro outro, na incerteza. Sei disso, porque já tinha sido livre né, meio livre e perdi tudo, acabou-se

¹⁶ Afrânio Garcia Jr. (1989) indica que os termos “sujeito” e “encabrestados” eram usados para se referir aos agentes em posição de maior dependência para com o grande proprietário, em contraste com os agentes “libertos”, que eram os com condição mais autônoma.

tudo, e a Liga deu esperança em nós. Mas também acabou-se tudo. (ANTÔNIO JOAQUIM, entrevista, 1991 apud RANGEL, 2000, p. 270)

A fala de Antônio Joaquim expressa uma ambiguidade sobre ser liberto ou “quase liberto”, de modo que, ao associar a posição de foreiro com a liberdade e ao indicar sua condição como a de “quase liberto”, coloca-se como tendo enfrentado limitações nesta vivência de liberdade tão valorizada por ele. A motivação para se filiar às Ligas está associada, como em muitas outras falas, à expectativa de alcançar a liberdade do trabalho autônomo na terra, sendo marcante o entrevistado indicar que o motivo para lutar por esta liberdade é o fato de já tê-la vivenciado, ou “quase vivenciado”. Essa fala ajuda a explicar os motivos dos foreiros serem os agentes que mais participaram das Ligas, visto que as experiências destes eram, dentro da relação de moradia na grande propriedade, as que mais se aproximavam desta liberdade idealizada por estes agentes.

A existência dentro do campesinato brasileiro de grupos mais autônomos em relação aos grandes proprietários é estudada por Queiroz (1973), que foca sua empiria mais sobre os sitiantes independentes, que eram pequenos proprietários marginais à grande propriedade, mas não ignora que, dentro do campesinato, havia grupos que viviam no interior das fazendas e que parte destes tinha pedaços de terra nos quais exerciam trabalho familiar autônomo, sendo, portanto, sitiantes. O caso das Ligas remete justamente ao último tipo de situação, ou seja, o sitiante vinculado à grande unidade produtiva, o que implica uma autonomia sempre limitada pelo vínculo direto ao proprietário. Assim, cabe pensar que a vivência de uma situação de “liberdade” por estes moradores sempre dependia da relação destes com o grande proprietário de terra, o que explica o fato de que os períodos de crise desta relação tenham sido vivenciados como a ruptura de um instante em que se podia alcançar a situação de “liberto”.

As narrativas dos moradores contrastam uma época em que a vivência desta “liberdade” era possível comum momento em que esta é fechada pelos grandes proprietários.¹⁷ A ruptura é marcada por mudanças nas relações entre

¹⁷ Sigaud (1979a) demonstra como mesmo o acesso a um sítio sendo concedido a um número pequeno de moradores, ocorre uma valorização de um passado em que era possível se tornar foreiro, contrastando com uma situação em que esta possibilidade é fechada. O primeiro momento histórico é valorizado mesmo que não apresentasse – ou não apresentasse da mesma maneira – elementos valorizados no segundo, como são os direitos trabalhistas. A idealização do passado valoriza ambigualmente tanto a experiência de um momento em que as relações entre grandes proprietários e moradores eram entendidas como “boas” –

moradores e senhores de engenho, visto que os últimos passam a retirar terras dos sítios dos foreiros e a intensificar o trabalho dos moradores nas plantações de cana. Este processo é colocado pelos moradores gerador de frustração e revolta contra os fazendeiros, como podemos constatar nas falas de Isabel, que era moradora em uma fazenda no município de Sapé-PB:

Isabel: Os morador. Eles eram rendeiros, tinham seus sítios, pagavam os direitos deles, né? Eles plantavam cana, plantava verdura, toda semana saía dois, três carros de verdura, só dessa família Fernando, que botava lá os carros e pegavam para ir vender, lá em João Pessoa; verdura. Aí começou João Gomes o administrador, aí, foi tomando o terreno do pessoal. Tomando o terreno do pessoal, porque o pessoal estava ficando rico, mais rico do que o proprietário. E isso causou a história das Ligas Camponesas, eles tomando o terreno do povo. O povo pagava os direitos e ele deixando o povo apenas com o terreninho da casa e uma pouca coisinha para trabalhar. (...) Aí, como ele fez isso com o povo, o povo disse: - Agora vamos fazer um direito. O povo agora vai ter direito nos terrenos deles. (ISABEL, entrevista apud VAN HAM *et al.*, 2006, p. 223)

Tonny: Quem dizia?

Isabel: O pessoal de João Pedro¹⁸, né. Vamos recuperar os terrenos de vocês e vocês pagam os direitos de vocês. Tem direito à moradia. Vocês pagam o direito de vocês. (...) (ISABEL, entrevista, 12/9/2005 apud VAN HAM *et al.*, 2006, p. 224)

A narrativa associa um direito¹⁹ pago pelo foreiro ao grande proprietário – o foro, pelo qual o foreiro tinha direito de usar o sítio – a um direito pago às Ligas – o pagamento da associação ou sindicato das Ligas, pelo qual o morador se

sendo entendidas também como menos conflituosas, no sentido de conflitos políticos mais explícitos como os de sindicatos e associações – quanto a vivência de direitos trabalhistas, que emergem enquanto demanda justamente em um período de maiores conflitos e expulsão do campo.

¹⁸ João Pedro Teixeira, liderança que fundou a Liga de Sapé e foi assassinado em 1962. Sua esposa, Elizabeth Teixeira, assume a liderança desta posteriormente.

¹⁹ O termo “direito” é usado, pelos moradores, tanto para se referenciar a direitos trabalhistas quanto para remeter às relações regidas por costumes dentro da grande propriedade. A concessão de um sítio era vista como uma regra costumeira das relações da *morada*, de forma a ser denominada de “direito” na fala de moradores, por mais que não remetesse a nenhum direito trabalhista no que se refere à legislação. O uso do termo “direitos” é analisado por Sigaud (1979a), que observa que ele remete ao período em que os direitos trabalhistas entram em pauta nas mobilizações de ações coletivas no campo. Existe uma ambiguidade na narrativa dos moradores a respeito dos direitos, de modo que estes são entendidos como algo que sempre existiu, mas que não era aplicado pela falta de conhecimento dos moradores. Assim, há uma narrativa de que os “direitos” existiam mesmo antes da legislação específica aos trabalhadores rurais, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) de 1963. Cabe ressaltar que a exclusão dos trabalhadores rurais da legislação trabalhista não ocorreu pela formalidade jurídica, mas pelas contradições do modelo de desenvolvimento brasileiro. O termo não se limitava aos direitos assegurados pela legislação, de maneira que relações costumeiras foram associadas à noção de “direito”.

tornava membro das Ligas e acessava os serviços prestados por esta –, de modo a demonstrar uma relação entre o direito de usara terra pelas regras da *morada* e a forma de acesso a ela pela mobilização nas Ligas, em contraposição ao grande proprietário.²⁰ Estes dois momentos são marcados pela ruptura da prática de concessão de terras pelo senhor de engenho. Assim, é comum nas narrativas apresentadas por Van Ham *et al.* (2006) que este passe a ser representado como alguém ambicioso, que queria plantar cana nas terras dos moradores. Desta maneira, a mudança da dinâmica da relação entre dono da terra e morador é marcada pelo rompimento das obrigações mútuas, sendo que quem inicia a processo são os grandes proprietários, no momento em que impedem o acesso a terra e aumentam o tempo de trabalho na lavoura de cana. Assim, as obrigações do fazendeiro para com seus moradores, que iam da concessão de terras à prestação de serviços – médico, dentista, entre outros – e segurança, são interrompidas, o que coloca em questão a imagem do latifundiário perante seus moradores como “bom patrão”, como uma autoridade e um provedor para os que dele dependiam.

Novaes (1997) ressalta que uma condição social que determinava a entrada de trabalhadores e camponeses nas Ligas era terem vivenciado situações de crises nas quais as relações tradicionais se rompiam. Esta leitura corrobora os apontamentos já feitos sobre como a quebra das obrigações mútuas das relações de *morada*, por parte dos grandes proprietários, significava o não atendimento de diversas demandas dos moradores, como serviços e proteção. A concessão de sítios é uma destas atividades que deixa de ser efetivada no período da expansão da cana, de modo que significava uma mudança em relação às formas costumeiras que viabilizavam o acesso à terra e que eram partilhadas pelos moradores. A concessão de sítios passava a ser fechada, o que rompeu com as expectativas destes agentes, que visavam um dia se tornarem foreiros, ou esperavam manter uma condição de trabalhadores mais autônomos. Rangel (2000), ao falar sobre a relevância de analisar as experiências dos participantes das Ligas para o entendimento da relação entre experiências vivenciadas na *morada* e a reelaboração da demanda por terra na mobilização política, afirma que as expectativas dos moradores foram reelaboradas no contexto da expulsão do campo, de modo a permitir diversos

²⁰ Existe uma relação entre o que se concebia como os direitos da *morada* e os direitos associados às Ligas, de maneira que, nas narrativas apresentadas por Van Ham *et al.* (2006), há menção a uma Lei das Ligas, que pode ser sintetizada como “terra livre e trabalho”. Isso é analisado em mais profundidade em Genaro (2019b).

enfrentamentos com os grandes proprietários, tensionando as relações vigentes na *morada*, mas produzindo narrativas que oscilam na ambiguidade de enfrentar estas relações do passado e, ao mesmo tempo, desejando, de certa maneira, recriá-las. A pesquisadora ressalta que o fato de certa idealização do passado – tema trabalhado por Sigaud (1979a, 1979b) – marcar o discurso destes agentes não significa que suas experiências na demanda por terra não tenham sido reelaboradas no contexto de mobilização das Ligas.

Nas relações que compunham a *morada*, o acesso à terra era constituído pela internalização das regras da *morada* (PALMEIRA, 2009). Os foreiros eram os agentes que mais partilhavam os valores dessas regras, o que denotava uma aproximação com os valores dos grandes proprietários, no sentido do reconhecimento da prestação de serviços, demonstração de obediência – o que não significa que não havia resistências por parte dos foreiros – e respeito à autoridade dos latifundiários. No contexto de mobilização das Ligas, o acesso à terra começa a ser marcado pelo enfrentamento com o fazendeiro e não pela proximidade para com este, de modo que romper com a autoridade do latifundiário se tornou um elemento que se destaca na trajetória do morador que se vinculava às Ligas. Entretanto, as narrativas sobre as reivindicações por terra não são marcadas apenas por discontinuidades em relação aos valores da *morada*, visto que as motivações dos moradores para participarem das Ligas remetem à ideia de reconstituir o “direito” de acesso à terra, como podemos observar na fala de Isabel (VAN HAM *et al.*, 2006), mencionada em outro momento deste artigo. Assim, é possível perceber que se o repertório, as narrativas e os símbolos mobilizados pelos moradores participantes das Ligas contrastam com as experiências da *morada*, estes mantêm traços de continuidade com a vivência dessa relação, sendo que significam a reconfiguração²¹ da expectativa de trabalho autônomo na terra pelos moradores a partir de outra percepção.

A apreensão desta reconfiguração da expectativa por terra permite discordar de apontamentos como o de Novaes (1997), a qual indica que a identidade política camponesa foi construída no processo contrastivo com os latifundiários, sem ter relação direta com valores partilhados anteriormente. Os moradores que participavam das Ligas acionavam uma identidade política camponesa²² para se diferenciar dos moradores que permaneciam

²¹ Sobre a noção de figuração e interdependência, este artigo está baseado em Elias (1999).

²² Novaes (1997) cita falas de participantes das Ligas nas quais estes diferenciam quem era e quem não era camponês. Assim, o termo camponês tomava um contorno de identidade política associada a quem

“encabrestados”, assim como de sua própria vivência passada, e para se opor aos latifundiários. Este contraste foi fundamental para a emergência de uma identidade política que rompia com características determinantes da *morada*, mas este não foi o único elemento constitutivo desta identidade. Tendo em vista que as experiências vivenciadas na *morada* pelos moradores, principalmente a expectativa de alcançar uma posição social na qual fosse possível realizar um trabalho autônomo – sendo que esta expectativa envolvia diversos valores –, motivaram, no contexto de expulsão do campo, inúmeras ressignificações que permitiram o enfrentamento aos grandes proprietários. A própria Regina Novaes (1997) corrobora estes indicativos ao apontar como diversos valores do catolicismo popular foram ressignificados nesta mobilização. Portanto, a conclusão de que a identidade política camponesa era principalmente uma ruptura com a vivência anterior à mobilização é equivocada,²³ na medida em que os valores desta experiência como morador – a expectativa de ter um sítio e menor dependência para com o grande proprietário, assim como a valorização moral e religiosa de conseguir esta autonomia relativa – foram fundamentais para a forma como ocorreu a mobilização e as ressignificações dos valores e símbolos apresentados pelos moradores.

Rangel (2000) afirma que pesquisas como as de Celso Furtado (1964) e Manoel Correia de Andrade (1986) tendem a analisar a *morada* como um espaço de dominação no qual o camponês é isolado politicamente e não tem espaço para resistência. Ela afirma que estes autores tinham a pretensão de realizar uma denúncia política sobre as condições destes camponeses e trabalhadores rurais, mas que a análise acaba por não atentar para as diversas formas de

participava e apoiava as Ligas e os sindicatos, em contraste com os outros moradores que não participavam, pois tinham medo. Desse modo, “medo” e “coragem” eram termos diferenciadores no uso desta identidade.

²³ É preciso esclarecer que a crítica a Novaes (1997) é pontual. A autora afirma: “Também não podemos dizer que a matéria-prima para a construção desta identidade pode ser encontrada nos valores comunitários preexistentes. Não havia uma ‘comunidade de valores’ partilhada e prévia, pronta para manifestar o *ethos* camponês” (NOVAES, 1997, p. 54-55). O objetivo desta afirmação é demonstrar que a identidade política camponesa não era preestabelecida entre os diferentes agentes que trabalhavam no campo, tendo em vista que se desenvolve na alteridade entre os moradores e os grandes proprietários em um momento de crise de relações tradicionais. O que criticamos é que não se observou com mais detalhe como formas de resistência e de vivência dos conflitos entre moradores e grandes proprietários, nas relações da *morada*, influenciaram a ordenação das experiências do momento de crise dessa forma de organização social. E isto não decorre de um erro analítico de Novaes, tendo em vista seu rico material de pesquisa e os pertinentes apontamentos que servem de base para diversas análises aqui apresentadas, mas de um recorte de pesquisa que aplicamos de modo diferente do da autora. Novaes não ignora que existem relações entre a mobilização política e as experiências vivenciadas na *morada*, apenas dá outro peso para estas influências do que especificamos aqui.

resistência e enfrentamentos que ocorriam dentro das grandes propriedades. A não observação destes processos permite, segundo a autora, entender o porquê de as Ligas terem sido abordadas em diferentes obras como experiências inusitadas e incontroláveis.

Na *morada*, a expectativa pelo trabalho autônomo estava ligada a uma maneira de interpretar a realidade, na qual distintos valores constituíam uma moralidade a respeito de um tipo de relação que permitia ter acesso à posse de um sítio. Esses valores eram ideológicos na medida em que justificavam a perspectiva dos grandes proprietários a respeito das relações de poder, como se percebe no fato de que os moradores tinham que internalizar as regras da *morada* e demonstrar obediência para serem valorizados a ponto de conseguirem a permissão para ter um sítio. Mannheim (1982), em sua sociologia do conhecimento, ressalta como as ideologias dos diversos grupos dominantes se apoiam em elementos utópicos e ideológicos, sendo que o mesmo ocorre com as utopias²⁴ dos grupos dominados. Neste sentido, a ideologia não se resume à constituição de valores que visam conservar o equilíbrio de poder existente, mas contém também elementos utópicos (no sentido de serem elementos que representam possibilidades de mudança no equilíbrio de poder que tornem a configuração menos desigual). O que o autor destaca é que estas visões de mundo, que podem se constituir em ideologias ou em utopias, não são tão fixas em suas tendências, mas compõem formas de valorização e significação que compartilham elementos entre as visões de mundo dos grupos dominados e dominantes, de modo que uma ideologia pode ser ressignificada pelos dominados em contraposição ao grupo dominante.

A busca por um sítio, na narrativa de um morador, compartilhava diversos valores ideológicos da perspectiva dos grandes proprietários, mas também apresentava significações diferentes das representadas pelos latifundiários, como podemos perceber nas narrativas de moradores concedidas a Van Ham *et al.* (2006)²⁵ e também nos recortes de entrevista apresentados por Rangel

²⁴ A utopia é entendida aqui como uma cosmovisão que visa a mudança social no sentido da democratização, sendo contraposta às cosmovisões ideológicas, que visam à manutenção do equilíbrio de poder existente. Em ambos os casos, trata-se de formas simbólicas e, neste sentido, são valorativas, sendo que a perspectiva da pesquisa não considera possível a existência de formas simbólicas não valorativas. A questão é que utopias e ideologias não podem ser vistas apenas como distorção da realidade, como se houvesse alguma forma de pensamento não distorcida e exata da realidade social. Neste sentido, quando se indica a existência de uma utopia, isto não significa que esta seja uma visão irrealizável do mundo social, mas uma maneira de interpretar o mundo que valoriza esta realidade no sentido da mudança social.

²⁵ A fala de Severino Guilhermino de Souza, apresentada em Van Ham *et al.* (2006, p. 375), indica que o objetivo das Ligas era que não houvesse mais donos de terras, porque terra era para “trabalhar”, com isso

(2000), em que estes se apoiam na religião para indicar que a terra deveria ser de todos,²⁶ assim como em falas nas quais os roçados e sítios aparecem associados ao trabalho dos moradores e não como um prêmio concedido pelos fazendeiros.²⁷ Estas narrativas relacionadas à busca de um trabalho autônomo produziam uma contraideologia que poderia ou não se desdobrar em uma utopia. Neste sentido, ela se apoia na cosmovisão ideológica dos dominantes – compartilhando com esta diversos valores, entre os quais se destacam ideias como a de que o grande proprietário é um provedor de bens e serviços, ou a de que o morador deve pagar um direito, no caso o pagamento do foro, para acessar um sítio – mas que são ressignificados pelos dominados, de modo a se diferenciar da cosmovisão e do *ethos* dos grandes proprietários. As diversas formas de resistência cotidiana apresentadas pelos moradores se baseavam em valores que se contrapunham aos dos grandes proprietários, o que possibilita entender como estas contraideologias permitiam um enfrentamento – que, justamente por se sustentar nas regras morais da *morada*, sempre apresentavam diversas ambiguidades – com os grandes proprietários.

Como James Scott (2000) ressalta, as formas de resistência cotidiana constituem enfrentamentos às concepções hegemônicas²⁸ a partir das

indicando que deveria haver “terras de trabalho”, como eram concebidos os sítios, roçados e pequenas propriedades.

²⁶ Em uma destas falas, um morador que participou das Ligas afirma para Rangel (2000, p. 325-326) que Deus fez a terra para todos, indicando que ele a fez liberta e que, por isso, o pobre deveria ter terra.

²⁷ Bastos (1984) também apresenta esta diferenciação realizada pelos moradores.

²⁸ Como estamos nos baseando em Mannheim (1982) – mesmo que mantendo distanciamento de seu método e de certas concepções teóricas, como sua concepção de estilos de pensamento como tipos ideais e de sua concepção de arquétipos – para falar sobre ideologia, cabe ressaltar que este autor não trabalha o termo hegemonia em sua sociologia do conhecimento, sendo que a utilização do autor remete a como sua concepção de ideologia-utopia consegue abranger as ambivalências entre ambas, algo interessante para entender grupos que partilham valores ideológicos mas, simultaneamente, expressam contraposições a estes valores. A distinção entre hegemonia e ideologia se realiza uma vez que a segunda é sempre uma perspectiva política ligada a um grupo (como os grandes proprietários ou os capitalistas industriais), enquanto a hegemonia remete a valores aceitos por diversos grupos sociais, mesmo que de modo ressignificado por cada um destes, sendo que há forte relação entre ideologia e hegemonia, mas estas não são a mesma coisa. Scott (2000) se baseia no conceito gramsciano de hegemonia, mas critica a ideia de que ocorre uma incorporação hegemônica na qual os dominados assimilam de maneira absoluta – seja de maneira consentida ou por resignação – os valores e ideias das classes dominantes. O autor critica Gramsci ao refutar que as classes dominadas seriam mais limitadas ideologicamente do que na ação, tendo em vista que, para Scott, as ações destas classes são mais limitadas que seu aspecto ideológico uma vez que sempre produziram idealizações nas quais se inverte, ou se nega, a ordem social vigente. O autor indica que as formas de revolta que se baseiam em valores das ideologias dos dominantes não significam uma redução dos conflitos, considerando que em muitos contextos estas são as formas mais possíveis de realizar reivindicações. Os valores hegemônicos legitimam as classes dominantes ao gerarem uma imagem de que elas exercem uma função para a sociedade. Esta construção da legitimidade cria bases sobre as quais os dominados podem exercer críticas. Scott indica que o discurso público e, portanto, as ideias hegemônicas, está aberto a reinterpretaciones por parte dos dominados de maneira a ser possível que estes

transcrições dos dominados, de maneira a realizarem um confronto político, se tomarmos este termo de maneira a abranger as relações cotidianas que envolvem posições de decisão – isto é, alguma autoridade –, e não apenas os conflitos abertos que envolvem o Estado. A mobilização das Ligas, ao ressignificar os valores das regras da *morada* em demandas políticas – agora no sentido de demandas abertas –, permite a interpretação de que as contraideologias dos moradores, que fomentavam suas formas de resistência cotidiana, fundamentaram concepções utópicas a respeito da possibilidade da posse da terra a partir da bandeira – colocada por agentes como o PCB e Julião – da reforma agrária.

As categorias que mais internalizaram as regras da *morada* foram as que mais se revoltaram

O entendimento de como ocorreu a passagem de uma concepção ideológica sobre o acesso aos sítios pelos moradores para uma perspectiva de que este acesso envolvia a contraposição aos grandes proprietários exige a análise de quais eram os fatores determinantes da participação destes agentes na mobilização das Ligas. Os moradores que não se mobilizavam eram aqueles para quem a expansão da cana não atingia diretamente sua posição, ou atingia com menor intensidade, e que receberam mais influência das falas dos grandes proprietários sobre o movimento, antes que as disputas chegassem às propriedades em que moravam.²⁹ As categorias que mais se mobilizaram foram as que tinham posições mais autônomas, os foreiros, que já tinham vivenciado uma experiência de “liberdade”, ou “quase liberdade”. As narrativas concedidas a Van Ham *et al.* (2006) indicam que as áreas de usina – que têm menos foreiros que os engenhos – apresentaram menor participação de moradores nas Ligas, o que permite entender que as áreas mobilizadas não eram as que apresentavam maior concentração de grupos com piores condições de vida, ou que decaíam para uma condição de vida pior em relação às outras, mas sim as áreas com

usem as brechas destes valores e ideias para realizar formas de resistência. O autor assinala que existe uma infrapolítica, relativa às resistências que recorrem a formas indiretas de expressão, e que esta, como discursos ocultos, fomenta contraposições à tentativa dos grupos dominantes imporem uma visão hegemônica no discurso público. Scott afirma que os grupos que mais acreditavam nas ideologias dominantes podem ser potencialmente mais perigosos para a ordem social vigente do que os que nunca acreditaram nestes valores. Por mais que esta afirmação não possa ser generalizada, cabe observar que se aplica ao caso das Ligas Camponesas.

²⁹ Os apontamentos são feitos com base nas regiões em que as Ligas foram mais ativas e nas falas de participantes do movimento concedidas a Van Ham *et al.* (2006), como se observa em Genaro (2019a).

mais foreiros, que tinham uma perda de posição social que muitas vezes os igualavam a outras posições sociais mais dependentes – como os moradores de condição, no caso da perda do sítio –, ou até os deixavam em posições próximas a estes, mas ainda em condições de vida superiores, em virtude do pagamento de benfeitorias e da condição favorável anterior, que poderia permitir melhores condições de vida após a perda do sítio, do que as vivenciadas pelos grupos mais dependentes dos grandes proprietários. Assim, o que explica a mobilização dos foreiros não era simplesmente a degradação das suas condições de vida, mas a quebra do horizonte de expectativas³⁰, marcado principalmente pela busca de uma condição mais autônoma por meio do acesso a um sítio. Os foreiros eram os agentes que mais vivenciaram a realização de um trabalho autônomo, o que explica o porquê de, neste contexto de expulsão do campo, eles serem os que mais tiveram suas expectativas frustradas.

O relato de Vicente, que era morador da fazenda São Salvador, em Sapé, indica uma relação entre a quebra de expectativas com relação à posse da terra e a participação na mobilização das Ligas:

Vicente: Em São Salvador, nós tínhamos um companheiro, que tinha uma vargem, que era plantada de cana.³¹ Antes de haver agitação mesmo, aí, o proprietário, o administrador, o tal de João Gomes, administrador de Antonio Meireles, foi, tomou esta vargem do morador. Plantou de cana pra Usina. E lá vai, e depois começou a agitação das Ligas, dos trabalhadores mesmo, né, querendo tomar aquilo que era dele, porque ia pagando o direito daquilo. E então, ele [o camponês]³² tinha o movimento dele e plantava a caninha caiana dele, um pé de verdura, umas coisas assim, que foi tomado pela fazenda. E queria que voltasse para a mão dele. Então, através da Liga de João Pedro Teixeira, aí foi construído um grupo de homens para na 2ª feira ir arrancar cana da Fazenda. Todo mundo de enxadeco para arrancar a cepa da cana.³³ (...) (VICENTE, entrevista, 1983 apud VAN HAM *et al.*, 2006, p. 386)

A fala de Vicente mostra que os trabalhadores queriam o que era deles e, logo após, aponta que o morador que teve o plantio arrancado queria que a terra

³⁰ Rangel (2000) também interpreta que a quebra do “sonho” de um dia ter um sítio, ou de permanecer neste, marca profundamente as experiências dos agentes que participaram das Ligas.

³¹ Andrade (1986) também mostra que havia pequenos proprietários que plantavam cana-de-açúcar para rapadura e mel. Entretanto, no século XX, como assinalado por Palmeira (2009), o plantio de cana por arrendatários e parceiros é reduzido, predominando o plantio pelo grande proprietário.

³² Nota do documento original.

³³ Ele prossegue falando sobre como conseguiram realizar o mutirão e plantar no sítio deste outro morador (VAN HAM *et al.*, 2006).

“voltasse para a mão dele”. Essa expressão ganha muito significado para o entendimento da relação entre a mobilização das Ligas e a participação dos foreiros, visto que ela remete à possibilidade de ter acesso à terra, assim como expressa uma experiência passada em que a terra estava “nas mãos” deste morador. Essa vivência passada, de um trabalho autônomo, era permeada por diversos valores a respeito da relação com a terra e com os grandes proprietários, os quais foram mobilizados em distintos momentos para permitir o acesso ao sítio e à permanência neste. Os foreiros eram os que mais tinham acesso aos acordos cotidianos³⁴ com os grandes proprietários por terem mais proximidade com estes, pelo fato de serem reconhecidos por expressarem os valores ideológicos da *morada*.

Novaes (1997) ressalta como os foreiros, que eram os que mais internalizavam as regras da *morada*, foram os primeiros a se mobilizar nas Ligas, no momento em que sua posição anterior começa a ser ameaçada, utilizando de sua posição mais privilegiada – em relação aos outros moradores – para demandar a terra em novos moldes, sem o cambão e a partir de outra perspectiva no que concerne aos grandes proprietários. A explicação desta tomada de posição dos foreiros pode ser entendida a partir da comparação de suas narrativas com a dos moradores de condição.

As entrevistas concedidas a Van Ham *et al.* (2006), Novaes (1997) e Rangel (2000) indicam que os moradores de condição também nutriam expectativas em ascender para posições mais autônomas – como a de foreiro –, sendo que a distinção desta expectativa em relação a que era alimentada pelos foreiros remete às significações que estas diferentes categorias mantinham no que se refere ao acesso à terra e aos grandes proprietários. Rangel (2000) apresenta os relatos de Antônio Joaquim e de Severino, ambos foreiros. O primeiro expressa o modo pelo qual respeitava as regras da *morada*, tendo um sítio na terra do patrão que sentia como se fosse seu. Entretanto, em determinado momento, o proprietário afirma que precisava daquela terra e desloca o morador (Antônio Joaquim) para um sítio em que as condições de plantio não eram favoráveis. Ele segue relatando como eram sempre crescentes as suas

³⁴ Trata-se de momentos em que os moradores expressam suas demandas de maneira dissimulada aos grandes proprietários, de modo a caracterizar uma forma de resistência cotidiana como entendida por Scott (2000). Os moradores que conseguiam melhores acordos tinham melhores ganhos ou evitavam mais perdas que os outros. Evidente que não era toda conversa entre morador e grande proprietário que manifestava alguma forma de resistência, se tratando de um tipo de ação específica. Essa forma de resistência cotidiana, assim como sua relação com uma das ações coletivas que compunham o repertório das Ligas – as negociações coletivas ou cercamentos às casas grandes – foi mais trabalhada em Genaro (2019c, 2021).

obrigações para com o proprietário e, ao mesmo tempo, como essa nova relação era considerada por ele como uma injustiça. Ao final, nesta situação exemplar, como morador foreiro, ele acaba perdendo as condições de pagar o foro e decide desistir deste outro sítio. Em seu relato, Antônio Joaquim expressa suas contraposições, associando a injustiça às ações do grande proprietário, e explica que sua participação nas Ligas Camponesas estava relacionada à expectativa de viver “liberto” novamente (visto que ele já tinha sido “quase liberto”³⁵ antes).

No caso de Severino, este expõe como considerava o proprietário um “bom homem” e afirma que tinha proximidade com ele, mas indica que a entrada de um administrador e a saída do patrão para a cidade coincidem com o período em que a cana começa a tomar conta dos sítios, e ele perde parte de seu sítio por não conseguir trabalhar em todo o terreno, visto que era “bem grande” (o que evidencia a proximidade entre o morador e o grande proprietário), além de não poder contar com a ajuda de seus filhos, que estavam sendo obrigados a trabalhar na cana. Assim, Severino tenta negociar para que seus filhos pudessem trabalhar no sítio, o que é negado pelo administrador, sendo este fato por ele interpretado como uma grande injustiça. O aumento do cambão e a dificuldade de trabalhar no sítio sozinho pioram ainda mais as condições de vida da família e, em seguida, vem a ordem do administrador para que ele cedesse o resto do seu sítio, o que é recusado por Severino, como podemos observar:

Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana. A terra era muito boa, como eu lhe disse no começo pra senhora, e a ambição dele cresceu para cima do meu canto. Aí não teve outro jeito se não enfrentar aquela desgraça todinha. E começou a peleja, que dali eu não podia sair, não senhora, que eu tinha nascido e me criado naquelas terra, criado meus filho tudo e não podia sair, não senhora. Foi aí que um clarão alumiu o meu juízo e eu pensei, era tudo ou nada, era guerra mesmo. Fiquei ali até o fim. É isso que eu posso lhe dizer. (SEVERINO, entrevista, 1991 apud RANGEL, 2000, p. 277)

Ao se recusar a sair, Severino é reprimido pelo administrador, que sequer o deixa colher o que plantou e, sem piedade, destrói a plantação na presença dele. Este foreiro também associa essa expansão da cana à falta de liberdade e à ambição do administrador e do patrão. Rangel (2000), ao comparar estas duas

³⁵ Trata-se do caso trazido no começo deste artigo.

narrativas, explícita como Antônio Joaquim demonstra maior distanciamento para com o grande proprietário e toma decisões de negociar pequenos acordos para ir mantendo certa condição, enquanto Severino, que era mais próximo do grande proprietário, após ter tentado sem sucesso fazer um acordo, decide se opor e enfrentar o administrador, o que resultou em uma repressão direta. Por mais que as trajetórias destes dois foreiros apresentem diferenças, cabe observar que ambas relacionam um “tempo bom”, em que valorizavam positivamente as regras da *morada*, compartilhando assim diversos valores com os grandes proprietários, os quais cumpriam suas obrigações quanto a estes valores partilhados, e um “tempo ruim”, em que ressignificam a figura do grande proprietário como uma figura ambiciosa à qual se contrapõem. Por fim, ambos interpretam a proibição de ter o sítio como uma injustiça e associam essa imposição à falta de liberdade, sendo que Antônio Joaquim chega a reconhecer explicitamente que sua participação nas Ligas era motivada por essa procura pela liberdade do trabalho autônomo.

Outras três narrativas apresentadas por Rangel (2000),³⁶ referentes a moradores de condição, permitem um contraste relevante para a pesquisa. Ao narrar sua trajetória, Nilo indica contraposição a seu patrão no momento que revela sentir uma sensação de injustiça por não poder plantar e expressa que almejava uma posição mais “liberta”. A trajetória de Raimundo é marcada pela constante troca de fazendas onde morou, de modo que ele expressa um desencanto quanto à possibilidade de ter um roçado e interpreta essa impossibilidade como uma injustiça, mas não a associando diretamente a um grande proprietário em particular. Mas, em certo momento, demonstra intensa revolta contra um administrador. Damião, segundo Rangel, não diferencia, em seu discurso, um “tempo bom” e um “tempo ruim”. Afirma que via o acordo da condição como “justo”, mas expressa que não era uma relação que o agradava. Ele demonstra uma sensação de injustiça no momento que os sítios vão sendo tomados pela cana e que a condição (trabalho não pago na plantação do grande proprietário) vai aumentando, e afirma que a terra se “fechou como aço”. Ele também exprime revolta contra o patrão e associa a sua entrada nas Ligas à busca por liberdade.

³⁶ As entrevistas de Rangel (2000) procuraram estabelecer uma trajetória desde antes da expansão da cana até o momento em que estes agentes se filiam às Ligas. As entrevistas realizadas por Van Ham *et al.* (2006) se concentraram mais na participação no movimento, o que acabou não permitindo fazer a mesma relação aqui trabalhada com todas as entrevistas.

As semelhanças com as narrativas dos foreiros são evidentes, visto que revelam um sentimento de injustiça, de falta de consideração e de quebra de obrigações por não poderem mais plantar e pela perda da possibilidade de ter um sítio. Algumas delas compartilham a busca por “liberdade”, remetendo à possibilidade de ter um trabalho autônomo sobre a terra. Outra semelhança está no fato de que alguns demonstram certa revolta contra o grande proprietário. A diferença aparece nesse ponto: quando os moradores de condição manifestam seu descontentamento, eles não mencionam a existência de um “tempo bom” que fosse por eles valorizado como tendo regras e relações justas para com o latifundiário, enquanto as narrativas dos foreiros são marcadas por este contraste entre um momento em que o patrão é visto como “bom” e um momento de revolta, no qual este retira os sítios e afeta a liberdade desses agentes.

As narrativas de ambas as posições sociais apresentavam traços em comum quanto à perda da expectativa de ter um sítio, mas o faziam com intensidades distintas, visto que, se os moradores de condição citam este período, como faz Damião, como um momento em que a terra se “fecha como aço”, em que o mundo parece “de cabeça para baixo”, outros agentes expressam um sentimento de revolta e de muito sofrimento por terem perdido seus sítios. Assim, os moradores de condição viviam esta quebra no horizonte de expectativa como a perda de um “sonho” de um dia ter sua terra, enquanto os foreiros a viviam como a experiência de perder a terra por eles valorizadas. Esta perda evidencia como estes agentes tinham mais disposição para, no momento em que os proprietários quebram as regras da *morada*, demonstrarem uma ira moral³⁷ mais intensa. Entretanto, se esta diferença entre as posições sociais é relevante, cabe ressaltar que narrativas como a de Damião também expressam uma forte associação entre perda de expectativa por terra e busca de liberdade, o que é uma característica marcante das motivações dos agentes que participaram das Ligas e indica que diversos moradores de condição também manifestavam grande revolta contra os grandes proprietários e valorizavam a busca por uma posição mais autônoma.

³⁷ O fechamento da possibilidade de ter um sítio, assim como a expulsão do campo, eram processos que, na percepção dos moradores, significavam tanto uma perda de condições materiais quanto uma ruptura de regras morais da *morada*. Barrington Moore Jr. (1987), ao exemplificar a associação entre moralidade e interesses materiais, afirma sobre a ira moral dos pequenos negociantes e cultivadores afetados pela expansão capitalista: “É importante compreender que essa ira tem implicações maiores do que o interesse diretamente material. Essas pessoas estão moralmente indignadas porque sentem que todo o seu modo de vida enfrenta um ataque desleal” (MOORE JR., 1987, p. 62).

Entre as narrativas apresentadas por Rangel (2000), está a de José Luiz, que já havia sido foreiro, mas acabou virando morador de condição e depois foi expulso, tendo entrado nas Ligas quando já morava na cidade. José Luiz assinala que sua filiação às Ligas foi motivada pela busca por liberdade e por um mundo em que os moradores não fossem “agredidos” – tanto no sentido de uma violência simbólica quanto física – pelos latifundiários. Esta relação nítida entre contraposição ao grande proprietário e busca por uma posição mais autônoma também é apresentada por outro morador de condição, Inácio, sendo que este afirma já ter morado alguns anos em São Paulo e retornado a uma fazenda por intermédio de um primo seu, que era foreiro. A revolta de Inácio ocorre após a morte de um filho, associada por ele à falta de auxílio do grande proprietário. A filiação às Ligas foi justificada, por este morador, pela procura por terra e por uma máxima religiosa de que “Deus havia feito a terra liberta”. Estes dois casos que, como a narrativa de Damião, expressam grande intensidade quanto à expectativa por autonomia do trabalho e quanto à revolta contra o grande proprietário, trazem a especificidade de apresentarem vivências distintas em relação às dos demais moradores de condição, tendo José Luiz já experienciado a situação de ser foreiro anteriormente ao período das Ligas, enquanto Inácio teve a experiência de trabalhar em São Paulo. Essas experiências faziam com que estes agentes pudessem ter mais expectativas de conseguir um sítio, seja por já terem vivenciado esta condição, seja por terem observado situações de vida distintas das dos moradores de condição. Assim, podemos levantar a hipótese de que a intensidade da ira moral contrária aos grandes proprietários e a valorização positiva com relação à expectativa por trabalho autônomo variam conforme estes agentes se viam mais próximos desta posição social mais autônoma, o que explica porque, entre os moradores de condição, existia significativa variação quanto à revolta contra os grandes proprietários e a narrativa da busca por ser “liberto”, sendo esta diferenciação significativa para as motivações destes agentes em participarem, ou não, das Ligas. A variável comum entre as motivações de participação nas Ligas, a partir de uma forte ira moral,³⁸ estava na contraposição da expectativa por uma

³⁸ A busca por ser “liberto” – vivenciar uma situação de trabalho mais autônomo – se contrapõe a vivenciar a situação de “sujeito” ou “encabrestado” – que envolve maior dependência para com o grande proprietário, assim como piores condições de trabalho e de vida –, como demonstra Afrânio Garcia Jr. (1989). A oposição entre uma percepção de trabalho mais degradante e a de um trabalho com melhores condições – por mais que os foreiros também vivenciassem enorme dependência e condições de vida semelhantes às de diversos outros grupos dominados – pode ser entendida pelo que Barrington Moore Jr. (1987) indica sobre a ira moral relativa à divisão social do trabalho. O autor aponta que ocorre uma desvalorização de formas manuais de trabalho consideradas degradantes, e que a vivência dessa forma de

vivência “liberta” e a percepção de que esta possibilidade social se fechava historicamente em razão da ação dos grandes proprietários:

O certo é que o home precisa da terra como a terra precisa da chuva, do sol, do ar, que é pra mode frutificar. O certo é que a terra tem o poder de distribuir, e, prender a terra é inflamável para a humanidade. (SEVERINO, entrevista, 1991 apud RANGEL, 2000, p. 280)

A narrativa de Severino expressa como a “prisão” da terra é percebida como uma afronta ao que seria uma tendência “natural” desta, como se a terra carregasse em sua “essência” a característica de ser distribuída aos moradores, a qual foi negada pelos grandes proprietários. A naturalização da concessão de sítios aos moradores, como uma tendência que pertencia à “essência” da terra, revela uma forte interiorização da moralidade que envolvia a *morada*, uma vez que a concessão de terras era vista como um dever a ser realizado pelos latifundiários. O momento em que estes resolvem romper com esta obrigação é tomado como a ruptura de uma “lei natural”, de modo a gerar uma grande revolta, uma experiência que tem o poder de “inflamar a humanidade”. Esta narrativa deixa nítido como as posições que nutriam mais expectativas com relação à possibilidade de terem ou manterem seus sítios, e que eram as mesmas que mais tendiam a internalizar as regras da *morada*, foram as que mais se revoltaram contra os grandes proprietários neste contexto histórico.

Considerações finais

Este artigo buscou relacionar as vivências dos agentes da *morada* à mobilização destes nas Ligas Camponesas a partir das narrativas de seus participantes. As relações da *morada* eram permeadas de valores que compunham uma moralidade que tensionava as interdependências em um sentido que tendia a favorecer a dominação do grande proprietário. Entretanto, a *morada* não era composta apenas por dominação, sendo as relações de poder permeadas por ambiguidades que permitiam a existência de formas de resistência cotidiana. O momento de crise da *morada* na área canavieira paraibana marca a expulsão de diversos moradores e a mobilização destes em

trabalho carrega a possibilidade de uma ira moral. A situação dos foreiros não corresponde exatamente à vivência das condições mais degradantes de trabalho – no caso o trabalho como “sujeito”, “encabrestado” –, mas ao medo, ou a experiência da queda de uma condição melhor de trabalho – a condição de “liberto” – para outra mais degradante, como no caso em que estes se tornam moradores de condição ou são expulsos e vivem situações piores no trabalho rural ou urbano.

sindicatos e associações. Esta mobilização não pode ser explicada apenas pela precarização das condições de vida dos moradores – por mais que esta variável seja muito relevante –, e as Ligas Camponesas compõem um caso histórico que possibilita um melhor entendimento desta questão.

O fato de os agentes que tinham as regras da *morada* mais internalizadas em seu entendimento moral do mundo serem os que mais se mobilizaram nas Ligas demonstra que a emergência destas, de seu repertório e de seus símbolos, não condiz apenas com diretrizes das lideranças das Ligas, mas remete também aos valores expressados e ressignificados pelos agentes que delas participaram, com destaque aos foreiros. Isso permite uma via de entendimento mais claro para a emergência das Ligas: a revolta não pode ser explicada apenas por meio da precarização, sendo a ira moral – gerada pela ruptura de obrigações morais dos grandes proprietários – fundamental para o entendimento das formas e símbolos mobilizados pelos moradores em contraposição aos grandes proprietários.

Os foreiros constituíam o que Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) define como camadas intermediárias, isto é, um grupo de sítiantes autônomos que ocupava uma posição intermediária entre os grandes proprietários e os trabalhadores que não tinham terra nem dispunham de qualquer autonomia:³⁹

Nossa hipótese é de que esta camada intermediária de sítiantes autônomos teria agido sempre como um tampão amortecendo as arestas demasiado vivas de dois níveis sociais opostos, caracterizados por um equilíbrio socioeconômico brutal; a esperança de ascender a ela agiria como uma motivação contrária à formulação de reclamações e de contestações. Assim, esta camada concorreria de maneira fundamental para a manutenção da estrutura e organização sociais existentes – porta que se julgava aberta para os indivíduos se evadirem do trabalho subordinado. Sua existência explicaria porque uma organização social de grandes desníveis se perpetuou e continuou existindo durante séculos, sem dar lugar a rebeliões, e sim sustentada por um consenso social quase unânime. (p. 40)

As camadas intermediárias seriam responsáveis pela manutenção da estabilidade social, visto que as expectativas por ascensão individual das camadas inferiores agiriam como desmotivadoras para a contestação social.

³⁹ Queiroz (1973) deixa claro que as camadas intermediárias não formavam uma classe média rural, ou seja, por mais que tivessem uma condição de vida melhor e mais autonomia, elas continuavam a fazer parte dos grupos “de baixo” da estrutura social.

Entretanto, a mobilização das Ligas Camponesas demonstra justamente o caso contrário, quando as camadas intermediárias, principalmente a posição social dos foreiros, se mobilizaram primeiro e com mais intensidade que as outras posições, tendo inclusive gerado canais para que outros grupos sociais também se mobilizassem.⁴⁰

O caso das Ligas Camponesas não permite concluir que a teoria de Queiroz (1973) esteja equivocada, visto que ela mostra tendências históricas a respeito destas posições intermediárias. Os foreiros eram os agentes que mais internalizavam as regras da *morada*, e isto – indo ao encontro do que Afrânio Garcia Jr. (1989) e Moacir Palmeira (2009) afirmam – tendia a gerar uma desmotivação a qualquer contraposição aos grandes proprietários. Entretanto, como estes imperativos morais abrangiam relações de obrigação mútua, eles necessariamente envolviam uma reciprocidade de expectativas entre estes agentes no que tange às ações da outra parte. De modo que, mesmo sendo os agentes que mais tenderiam a compartilhar os valores dos grandes proprietários, os foreiros eram os que mais tinham condições de negociar sua condição com estes – inclusive por partilharem destes valores. A possibilidade de realizarem demandas quanto à sua posição social – possibilidades que eram sempre muito limitadas – estava relacionada a este maior envolvimento com as regras da *morada* e com as expectativas que estas envolviam. Esta relação tendia a favorecer os grandes proprietários de modo a evitar confrontos com estes agentes – que, em relação às outras posições da *morada*, eram os que mais tinham expectativas quanto aos grandes proprietários cumprirem suas obrigações – pela concessão de sítios e auxílios. No entanto, esta situação se modifica a partir do contexto da competição com o padrão de acumulação da região Centro-Sul, no qual a posição social dos grandes proprietários estava ameaçada, de modo a necessitar aumentar seus ganhos, o que motivou a expulsão do campo e o fechamento da possibilidade de os moradores terem sítios.

No contexto da expulsão do campo, os foreiros, que eram os que mais tinham expectativas com relação às obrigações mútuas para com os grandes

⁴⁰ Eric Wolf (1984) observou diversos casos de revoluções camponesas e, em várias destas, a mobilização de camadas do campesinato menos dependentes dos senhores de terra era um elemento fundamental para o desenrolar dos conflitos políticos. Em certas oportunidades, estes grupos antecediam a mobilização de outros, como no caso da Revolução Mexicana, sendo que esta mobilização podia ter intensidade muito relevante em relação a de outros segmentos do campesinato, como se pode observar na situação mencionada e no dos camponeses médios na Revolução Russa. Uma comparação entre estas revoluções e a mobilização das Ligas pode trazer elementos para entender em que situações as camadas intermediárias do campesinato tomam destaque na confrontação política.

proprietários, foram os que mais sentiram esta mudança social, sendo, portanto, os que despertaram maior ira moral contra os latifundiários e os que mais se utilizavam das relações de interdependência que sua posição assegurava – no caso, relações para além das mantidas dentro da grande propriedade – para enfrentar os grandes proprietários a partir da forma de movimento social. Isto permite afirmar que, se há uma tendência de estes grupos compartilharem valores e regras morais com grandes proprietários, isto não implica que não houvesse a possibilidade da efetivação de contestações por parte destes grupos. Esta conclusão permite elaborar como um eixo de pesquisa a questão de quando estas camadas intermediárias se contrapõem à elaboração de contestações aos grandes proprietários e de quando elas fomentam tal preparação.⁴¹

Referências

- ALBERTI, Verena. A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC. *In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE*, 10., Rio de Janeiro, 1998. *Anais...* Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Fiocruz, 1998.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/vfhGhRrJCdbfGvvV3GG9wDJ/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2021.
- ALVES, Bernard José Pereira. *Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964*. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.
- AUED, Bernadete Wrubleski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-64)*. Florianópolis: Editora UFSC, 1986.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide; GODOY, Rosa Maria Silveira. *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Universitária, 1997.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁴¹ No caso das Ligas Camponesas, toma-se a hipótese de que os foreiros se mobilizaram em virtude das reciprocidades das regras da *morada* e a mudança de dinâmica das interdependências do período anterior à mobilização das Ligas, o que possibilitou que estes agentes se apoiassem em diversas relações que mantinham, e que não se restringiam à grande propriedade, para se opor aos latifundiários. O tema é melhor trabalhado em Genaro (2019a).

- CAMARGO, Aspásia. *Brésil Nord'Est: mouvements paysans et crise populiste*. Tese (pour le doctorat du 3e. cycle) – Universidade de Paris, 1973.
- DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: 70, 1999.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- GARCIA JR., Afrânio. *O sul caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Marco Zero: São Paulo, 1989.
- GENARO, Eduardo Guandalini. *Do fogo de monturo à chama das Ligas Camponesas: Sociogênese de uma luta por liberdade da terra na Paraíba (1954-1964)*. 2019. 258 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019a. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/4627?locale-attribute=en>. Acesso em: 5 jun. 2021.
- GENARO, Eduardo Guandalini. Dos direitos do sistema de moradia à lei das Ligas: terra livre e trabalho. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 13., 2019, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2019b.
- GENARO, Eduardo Guandalini. Dos acordos cotidianos à negociação coletiva: ressignificações do acesso à terra pelos participantes das Ligas Camponesas na Paraíba (1954-1964). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2019c.
- GENARO, Eduardo Guandalini. As Ligas Camponesas (1955-1964) e os cercamentos às casas grandes: o caso de uma ação híbrida entre o “velho” e o “novo” repertório de ação coletiva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20., 2021, Belém. *Anais...* Porto Alegre: SBS, 2021.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- MENEZES, Marilda Aparecida; MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. *Ruris*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 83-120, 2011.
- MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil*. Brasília: Iattermund, 1997 [1965]. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm. Acesso em: 10 jul. 2018.

- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da revolução: elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Roberval Vêras de. *As portas de saída da cadeia de sofrimento: os projetos de esquerda e as Ligas Camponesas na Paraíba – 1958 a 1964*. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1989.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Camponeses brasileiros vol. 1: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo; Brasília: Unesp; NEAD/MDA, 2009. p. 203-215.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas*. 2000. 387 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- ROCHA, Ayala. *Elizabeth Teixeira: mulher da terra*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.
- SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos*. México: Era, 2000.
- SIGAUD, Lygia. *A nação dos homens: uma análise regional de ideologia*. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 13-116, 1979a. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6053>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979b.
- SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 131-163, 2004.
- SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 107-142, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/dyrgHKfFZRZyG7RypmVgWTD/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. *Nordeste, o Vietnã que não houve: Ligas Camponesas e o Golpe de 64*. Londrina: Editora UEL; Editora da UFPB, 1996.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, Cambridge, v. 17, n. 2, p. 253-280, 1993.
- TILLY, Charles. *Popular contention in Great Britain, 1758-1834*. Boulder; Londres: Paradigm Publishers, 2005.

- TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- VAN HAM, Antonia M.; CALADO, Alder Júlio; SEZYSHTA, Arivaldo J.; GIACOMELLI, Gabriele; IENO, Gláucia M. de Luna (Orgs.). *Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar... João Pessoa: Ideia, 2006.*
- WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.
- WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1988.

Como citar

GENARO, Eduardo Guandalini; GOMES, Ramonildes Alves. Quando as regras da *morada* geraram revolta: uma reinterpretação da emergência das Ligas Camponesas (1955-1964). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230106, 30 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-6>.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, pandemia e necropolíticas

Quilombola communities in Rio Grande do Sul, the pandemic, and necropolitics

 Mégui Fernanda Del Ré¹ •  Vanessa Flores dos Santos²
 Eleandra Raquel da Silva Koch³

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-7>

Resumo: Este artigo tem por objetivo mapear os principais conflitos envolvidos no acesso aos direitos de proteção social da população quilombola durante a crise sanitária causada pela propagação do contágio pela Covid-19, no estado do Rio Grande do Sul – RS, a partir do acompanhamento de três comunidades. Para tanto, recorreremos à pesquisa bibliográfica e a diretrizes governamentais, relativas a leis e programas sociais voltados a esta população e desenvolvidos no período. Apresentamos trechos de entrevistas, realizadas em sistema de videoconferência ou de troca de mensagens por aplicativo, com lideranças de territórios localizados em duas regiões do estado. Além destas declarações, congregamos informações, coletadas nas plataformas de pesquisa, sobre dados epidemiológicos para a população quilombola no Brasil e no RS e sobre a mobilização coletiva dos movimentos negros e quilombolas pela vacinação. Concluímos, a partir do observado, que as dimensões sociais mais afetadas pela crise sanitária são as da segurança alimentar, de atendimentos em saúde, postos de trabalho e demandas jurídicas e administrativas das comunidades. Estas dimensões foram consideradas a partir de sua conexão com o histórico de desmonte de políticas públicas e de sistemáticas violações de direitos quilombolas, refletidos com base em estudos sobre saúde da população negra e dos conceitos de necropolítica e estado de exceção.

Palavras-chave: quilombolas; territórios negros; pandemia; Covid-19; necropolíticas.

Abstract: This article maps the main conflicts involved in access to social protection rights by the quilombola population during the health crisis caused by Covid-19 in the Brazilian

¹ Doutora em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Pesquisadora membro do GT Economias Alternativas e Bem Viver do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). E-mail: megui_delre@yahoo.com.br.

² Mestre e Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). E-mail: vanefflorsantos@gmail.com.

³ Mestre em Sociologia pela UFRGS. Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: eleandraaquel@gmail.com.

state of Rio Grande do Sul, based on the monitoring of three communities. We investigated the literature and government guidelines related to laws and social programs targeting this population which were created during the pandemic period. Excerpts from interviews conducted via videoconference or messaging application with leaders from territories in two regions of the state are presented; we also gathered information from research platforms on epidemiological data for the quilombola population in Brazil and RS and on the collective mobilization of Black and quilombola movements for vaccination. We conclude that food security, health care, jobs, and the legal and administrative needs of the communities were the social aspects most affected by the health crisis. These dimensions were considered due to their links to the historical dismantling of public policies and systematic violations of the rights of quilombola communities, reflected in studies on the health of the Black population and the concepts of necropolitics and the state of exception.

Keywords: quilombolas; Black territories; pandemic; Covid-19; necropolitics.

Introdução

Os diversos processos de mudança social, econômica e ambiental, advindos da pandemia do Sars-Cov-2 (coronavírus), ou revelados por ela, desde o ano de 2020, e que prosseguiram no ano de 2021, exacerbam um cenário nacional de dessemelhança socioeconômica estrutural, tendo em vista os altos índices de desigualdade relacional que afetam o Brasil – a diferença entre ricos e pobres (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Estudo recente, desenvolvido por pesquisadoras da Fundação Oswaldo Cruz e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) (OLIVEIRA *et al.*, 2020), demonstrou que a desigualdade racial, e a forma como o racismo institucional opera na gestão das vidas, se intensificou durante o período de pandemia. O país apresenta uma configuração em que “os marcadores sociais das diferenças têm profunda ancoragem na demarcação racial, sobre a qual agem as dinâmicas e os processos político-sociais fundados no racismo estrutural” (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 2). Tais dados desconstituem a falácia de uma “pandemia democrática”.⁴ A crise sanitária revelou inúmeras desigualdades no acesso a direitos básicos como saúde, saneamento e emprego, e tornou a população negra e periférica mais vulnerável. Esta situação torna insustentável a ideia de

⁴ Beghin (2021) destaca que o auxílio emergencial representou um meio significativo de diminuição da fome entre a população pobre, durante a pandemia; entretanto, a sua interrupção penalizou mais incisivamente as mulheres, em especial as mulheres negras.

que as consequências do vírus seriam igualmente distribuídas na sociedade brasileira (LISBOA, 2021).

Neste contexto, as comunidades quilombolas foram duramente atingidas pelo aumento dos índices relacionados à fome e de pessoas em situação de dificuldade de acesso ao trabalho, ao emprego e à rede de proteção social, ora fragilizada pelas medidas de isolamento social. De acordo com dados divulgados nos sites da Confederação Nacional de Comunidades Quilombolas (Conaq), da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), estima-se que existam, respectivamente, 2.847 comunidades quilombolas distribuídas por todo o território nacional e 1.533 processos administrativos de regularização fundiária de territórios quilombolas instaurados e, desses, apenas 154 territórios titulados.

A política pública de regularização fundiária dos territórios quilombolas é um direito estabelecido constitucionalmente, conforme prevê o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). Essa garantia é uma conquista que advém das lutas dos movimentos negros, que promoveram um amplo processo de mobilização no período pré-constituente. Em 2003, o Decreto nº 4.887 regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos (BRASIL, 2003).

No entanto, em análise recente da organização Terra de Direitos, os dados demonstram que, a julgar pelo ritmo e dinâmica das atividades de regularização territorial, o Estado brasileiro levará cerca de mil anos para concluir a titulação de todos os processos administrativos instaurados (SCHRAMM, 2019). Destacamos a importância da garantia de território para as populações quilombolas, não só no sentido deste direito se configurar como base para acesso a outras políticas públicas e atividades produtivas das mais diversas, mas para a reprodução identitária e cultural destes grupos, que possuem relações distintas com os ambientes onde vivem, em seus processos de reprodução social.

É nesta conjuntura de resistência coletiva, diante da não conclusão da titulação dos territórios e de inúmeras omissões da sociedade e do Estado, que as comunidades enfrentam o recrudescimento de vulnerabilidades de distintas

ordens causadas pela pandemia da Covid-19. Conforme demonstramos neste artigo, mesmo que a situação de vulnerabilidade das populações quilombolas tenha sido reconhecida no Plano de Enfrentamento à Covid-19 e de proteção às populações tradicionais, as ações previstas foram tangenciadas, vetadas e não desenvolvidas devidamente. Considerações acerca das dimensões sociais mais afetadas pela crise sanitária, como as de segurança alimentar, de atendimentos em saúde, postos de trabalho e demandas jurídicas e administrativas das comunidades foram salientadas, em conexão com reflexões a respeito do histórico de desmonte de políticas públicas, das sistemáticas violações de direitos e dos conceitos de necropolítica e estado de exceção.

Caminhos da pesquisa social em tempos de pandemia

Considerando a dificuldade de inserção em campo no contexto de isolamento social, as fontes para a construção deste artigo foram informações disponibilizadas na internet, a partir das seguintes palavras-chave: quilombolas, pandemia, Covid-19 e quilombolas e vacinação quilombola. Além disso, realizamos entrevistas semiestruturadas, em modalidade a distância, por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp e por videoconferência, com três lideranças quilombolas com as quais possuíamos contato prévio, originado de fóruns de debate, mobilizações pela titulação dos territórios tradicionais e trabalhos de pesquisa acadêmica.

Perante a excepcionalidade do momento, seguimos Miller (2020), que ressalta a especificidade dos envolvimento pessoais nas pesquisas da área das ciências humanas. O autor sugere que tanto métodos on-line (entrevistas a distância, busca de informações e diálogos em espaços virtuais, por exemplo), como off-line, apresentam uma diversidade de situações e a experiência em cada um é intrinsecamente diferente. A razão é que, nas ciências sociais, o método também é algo que se aprende no curso das investigações, já que a sensibilidade necessária para a compreensão do modo como uma população em particular funciona exige a adaptação ao contexto temporal e local. Dessa maneira, ao nos adaptarmos às formas pelas quais se criam condições para a sociabilidade, recorreremos às entrevistas por aplicativo de mensagens, por tratar-se de uma situação em que muitas pessoas estão “realmente ficando on-line em um nível sem precedentes” (MILLER, 2020, p. 4), e nós, como pesquisadoras, compartilhamos desse problema.

A interação on-line, ou nas redes sociais, é a maneira pela qual as próprias lideranças quilombolas entrevistadas estão se comunicando. Assim, participamos de um engajamento que não acontece apenas conosco, mas que os interlocutores vivenciam entre si para diversos fins, desde a troca de informações até a organização de atividades de mobilização por direitos. Por fim, Miller (2020) nos alerta do óbvio: “Há uma razão para você fazer sua investigação on-line: é justamente por causa dessa crise que estamos passando atualmente”. “Então, você pode esperar que haja ansiedade. [...] O ético é realmente buscar ter certeza de que você se porta de modo sensível a isso no seu envolvimento com as pessoas” (MILLER, 2020, p. 6).

A questão das ferramentas para pesquisa que surgem em resposta a eventos críticos, como o da atual crise sanitária, também é trabalhada por Segata (2020). O autor analisa a pandemia de coronavírus: “Em termos mais próximos daqueles de Annemarie Mol (2002), são as materialidades, os discursos e as práticas particulares que *atuam* múltiplas vulnerabilidades e riscos, mas também as formas de cuidado e a própria experiência de saúde [...]” (SEGATA, 2020, p. 9). Neste sentido, o conceito de pandemia é um tipo ideal, quase abstrato, que precisa ser materializado, situado, a partir da percepção dos próprios sujeitos que vivem nos contextos de risco; no nosso caso, este é o objetivo das entrevistas com as lideranças.

Estas percepções e outras informações apresentadas buscam tensionar as narrativas generalizantes, como as que compõem a ideia de democratização dos efeitos do contágio por Covid-19. “Uma pandemia é, então, um evento múltiplo. Os surtos que o constituem nunca são iguais. Cada um deles pode ter intensidades, qualidades, formas de agravo, prevalência e de contenção que são muito particulares” (SEGATA, 2020, p. 9).

As distinções socioeconômicas, culturais, políticas e ambientais tensionam a homogeneidade do risco, da doença e do cuidado (SEGATA, 2020). Atentar para os diversos elementos que compõem a vulnerabilidade que a pandemia revelou, entre a população quilombola do RS, é um desafio contínuo, do qual este artigo busca fazer parte. No caso das comunidades quilombolas que pesquisamos, duas delas estão situadas em área rural e uma em contexto urbano. Nenhuma das três foram tituladas até então. Aliás, das mais de cem comunidades com processos instaurados no Incra/RS, apenas cinco possuem títulos parciais. No que diz respeito à nossa interlocutora e aos interlocutores, nos remetemos aqui a lideranças políticas que participam ativamente dos esforços de manutenção

da organização das comunidades, na luta por seus direitos, e que vivenciam o cotidiano dos espaços onde residem. Pelo papel de sujeitos políticos atuantes, efetuam diálogos permanentes com a população quilombola e atuam nas redes sociotécnicas onde os direitos quilombolas são disputados. Neste sentido, suas falas são reconhecidas por nós, autoras, como legítimas por si sós – extraindo sua autoridade de análise de um campo (que é, justamente, o que habitam) de anos de experiências, negociações e acompanhamento do contexto quilombola do Rio Grande do Sul. Com isso, afirmamos que antes de pretender que as entrevistas sejam representativas da percepção da população quilombola do estado – que, por sua diversidade, não se presta a reduções homogeneizantes –, apresentamos os excertos no texto a partir de um convite (às lideranças) para uma espécie de coautoria. Suas visões a respeito da situação das comunidades nos interessam por advirem de sujeitos que efetuam análises críticas do contexto em estudo cotidianamente, não como representação de objetos de pesquisa.

A constante ‘batalha de papéis’⁵

Somente em julho de 2020, quatro meses após o início da pandemia do coronavírus no Brasil, foi aprovada a Lei nº 14.021, que dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19, cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas e estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. No entanto, foram interpostos 22 vetos presidenciais a incisos e artigos do texto legal; justamente os que preconizavam garantia de direitos básicos. Dentre estes, destacamos: o “acesso universal à água potável” e a “distribuição de cestas básicas, sementes e ferramentas agrícolas diretamente ao público ora referido”. A justificativa governamental para tais impedimentos foi a de que as medidas onerariam o orçamento federal e que já existiam outras políticas semelhantes. Contudo, mobilizações indígenas e quilombolas garantiram que o Congresso Nacional derrubasse 16 dos 22 vetos do presidente Jair Bolsonaro ao Projeto de Lei (PL) (14.021/2020).

⁵ Esta expressão foi empregada por Salaini e Jardim (2015) num artigo no qual os autores refletem sobre os processos de regularização fundiária quilombola e seus desdobramentos em rotinas administrativas e judiciais. De acordo com a autora e o autor, o termo “batalha de papéis” é evocado para referir-se às negociações travadas durante a realização dos procedimentos estatais cartoriais (SALAINI; JARDIM, 2015, p. 190), o que possui diversas implicações no cotidiano das comunidades.

A seguir, apresentamos a relação dos vetos que foram derrubados em defesa dos direitos de proteção às populações indígenas e quilombolas, enquanto perdurar a pandemia e a calamidade pública (SPEZIA, 2020):

- Disponibilização de água potável, materiais de higiene, limpeza e desinfecção, leitos hospitalares, UTIs, ventiladores e máquinas de oxigenação, materiais informativos e internet; planos de contingência para indígenas isolados e de recente contato.
- Criação de planos emergenciais para quilombolas, pescadores e outras comunidades tradicionais.
- Inclusão dos povos indígenas nos planos emergenciais para atendimento dos pacientes graves das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde.
- Registro e notificação da declaração de raça ou cor pelo Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo a identificação de todos os indígenas atendidos nos sistemas públicos de saúde.
- Adoção, em áreas remotas, de mecanismos que facilitem o acesso ao auxílio emergencial, benefícios sociais e previdenciários, de modo a possibilitar a permanência de povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e de demais povos tradicionais em suas próprias comunidades.
- Inclusão das comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assegurando o cadastramento das famílias na Relação de Beneficiários (RB) para acesso às políticas públicas.

Todavia, foram mantidos os vetos à distribuição de cestas básicas, sementes e ferramentas agrícolas para indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e demais comunidades tradicionais, sob a alegação da existência de programas em andamento que atendem estas necessidades. Da mesma forma, foram mantidos os vetos à criação de um programa específico de crédito para povos indígenas e quilombolas e à dotação orçamentária para ações previstas no Projeto de Lei. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) destacou que “os vetos são alarmantes, pois negam direitos e garantias fundamentais” (SPEZIA, 2020). Outro aspecto sublinhado pela entidade indigenista é o fato de que o PL nº 14.021/2020 foi o projeto de lei com o maior número de vetos, por parte do presidente da República, da história do país.

Diante do aumento do número de mortes entre a população quilombola pela Covid-19, em setembro de 2020, a Coordenação Nacional de Articulação de

Quilombos (Conaq) e cinco partidos políticos (Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Rede Sustentabilidade e o Partido dos Trabalhadores (PT)) ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 742.⁶ O documento solicitava que fosse determinado à União a elaboração e implementação de um plano nacional de combate aos efeitos da pandemia nas comunidades quilombolas, no prazo de, no máximo, 30 dias. A Ação apontava “atos comissivos e omissivos do Poder Executivo Federal no enfrentamento do coronavírus nessas comunidades”. Segundo os proponentes da arguição, as omissões das autoridades públicas contribuem de forma substancial para ampliar o número de casos de contágio e de óbitos pela Covid-19 nos territórios quilombolas, o que enseja riscos iminentes de desagregação e desestruturação comunitária, em razão da morte de seus integrantes e da perda de suas referências culturais (STF, 2020).

De acordo, ainda, com as informações publicadas no site do STF, reproduzidas a seguir, as principais providências solicitadas na ocasião de ingresso da ADPF eram as seguintes: distribuição imediata de equipamentos de proteção individual, água potável e materiais de higiene e desinfecção, medidas de segurança alimentar e nutricional, como a distribuição de cestas básicas, e acesso regular a leitos hospitalares, com ambulâncias disponíveis para transferência de doentes. Também houve a demanda pelo fortalecimento dos programas de saúde da família nas áreas remanescentes de quilombos, pela testagem regular e periódica e pelo apoio às comunidades que adotassem ações ou protocolos de isolamento social comunitário. Como podemos constatar na seção anterior deste artigo, o Congresso Nacional derrubou os vetos do presidente da República a várias das medidas solicitadas na ADPF. No entanto, isto não garantiu que as medidas “entrassem na agenda”⁷ do governo federal, convertendo-as em políticas públicas efetivas.

Vulnerabilidades sociais e resistências quilombolas

Buscando retratar a situação de vulnerabilidade das populações indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, e de seus direitos no contexto da

⁶ Esta iniciativa é inédita, pois, pela primeira vez na história, a Conaq propôs uma Ação no STF.

⁷ De acordo com a *policy analysis*, a agenda refere-se àquelas políticas que ganham a atenção dos governantes (*polycymakers*) como um problema que necessita de solução (KINGDON, 1984).

pandemia, a 6ª Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, do Ministério Público Federal (MPF), produziu o dossiê “Perícia em Antropologia no MPF: Primeiras contribuições no combate à Pandemia da Covid-19”. O documento busca demonstrar e sustentar as razões “epidemiológicas, sociais e econômicas” (MPF, 2021, p. 602) que caracterizam tais populações como vulneráveis, destacando as deficiências no acesso à saúde, diante da gravidade da situação sanitária que o Brasil enfrenta, desde março de 2020. Para tanto, a pesquisa detalha a composição do indicador de vulnerabilidade social, a partir do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil.⁸

A conclusão da análise, no que concerne aos quesitos periciais, é a de que as condições de vulnerabilidade instaladas antes da pandemia foram enormemente agravadas, com destaque para a situação dos territórios ainda não titulados. Aliás, uma pesquisa amostral realizada por estudantes da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), em parceria com a Frente Quilombola, divulgada no Informe da Saúde de setembro de 2020, apontou os impactos da pandemia nas comunidades quilombolas da capital do Rio Grande do Sul. De acordo com o estudo, 77% dos moradores dos quilombos de Porto Alegre tiveram que sair de casa para trabalhar em meio à pandemia; 50% não têm condições de praticar o isolamento social em caso de contaminação; 70% não têm mais de um banheiro em casa para dedicar exclusivamente à pessoa infectada; e 40% perderam o emprego durante a pandemia do coronavírus (PORTO..., 2021).

Um de nossos interlocutores, da comunidade quilombola da Armada, que também é dirigente da Conaq, deixou nítido que a pandemia potencializou e agravou várias situações que já não estavam bem, pois

o aumento da fome, desemprego, despejos, mais de 253 quilombolas mortos pelo Covid e mais de 5 mil pessoas contaminadas. Um caos na saúde pública foi revelado. (Entrevista concedida por José Alex, por modalidade remota, em 15 de abril de 2021)

Diante da ausência de políticas públicas efetivas para a proteção da população quilombola e da invisibilização das consequências da pandemia nos territórios das comunidades, uma parceria entre a Conaq e o Instituto Socioambiental (ISA) criou a plataforma “Quilombos Sem Covid-19”, com o

⁸ Plataforma on-line que possibilita gerar gráficos e relatórios com os principais indicadores das dimensões do desenvolvimento humano a partir da perspectiva territorial (PNUD; IPEA, 2021).

objetivo de monitorar os casos de contaminação. Segundo os proponentes da iniciativa, os dados de contaminação da doença nessas populações são subnotificados, pois “muitas secretarias municipais deixam de informar quando a transmissão da doença e a morte ocorrem entre pessoas quilombolas” (CONAQ; ISA, 2021). Além da precariedade de dados epidemiológicos, as entidades apontam as dificuldades de acesso aos testes e exames clínicos pertinentes.

Conforme a última atualização do site Quilombos Sem Covid-19, do dia 9 de novembro de 2021, os dados nacionais da Covid-19 relativos à população quilombola compreendem: 5.658 casos confirmados, 1.492 casos monitorados e 301 óbitos. Na plataforma não há discriminação de casos confirmados ou monitorados por Unidade da Federação, somente de óbitos. Em relação ao estado do RS não foi identificado óbito de quilombolas até o momento.

No que concerne aos dados de vacinação da população quilombola, a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul estipula em sua plataforma on-line Monitoramento da Imunização Covid-19 (SES/RS, 2021), com última atualização na data de 13 de novembro de 2021, para o grupo vacinável “Povos e Comunidades Tradicionais”: um total de 11.232 pessoas vacinadas com a 1ª dose da vacina; 10.909 pessoas vacinadas com a 2ª dose da vacina; 19 pessoas vacinadas com dose única da vacina; e 197 pessoas vacinadas com dose de reforço.

Considerando as pesquisas prévias, realizadas em plataformas de busca, sites de notícias e publicações da área de humanidades acerca do tema, identificamos algumas esferas em que são apontadas descontinuidades e ineficiências nas políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas, neste grave contexto de crise sanitária que atravessamos. Ao final de nossa reflexão, destacaremos alguns pontos de convergência entre os dados apresentados e as avaliações deste cenário por parte das lideranças comunitárias com as quais estivemos em diálogo.

Em relação ao tema da segurança alimentar e produtiva, ressaltamos a preocupação com a alimentação nas comunidades, neste período, em face das limitações de autonomia a partir de cultivos próprios – levando-se em conta as precariedades no acesso a terra e às políticas de desenvolvimento agrário para o público quilombola. Assim, o problema se estende para além da preocupação com a segurança alimentar e nutricional, desvelando, igualmente, a falta de efetividade de políticas de fomento à produção e comercialização de gêneros alimentícios (CAMPOS, 2020). A limitação do benefício concedido pela Fundação

Cultural Palmares,⁹ no que tange à distribuição de cestas básicas entre famílias quilombolas, é evidente diante do aumento significativo no preço de itens básicos de alimentação e higiene. Observa-se que, no período de abril de 2020 a abril de 2021, conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o preço do conjunto de alimentos básicos aumentou na maioria das capitais do país, com alta em torno de 18% em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (BOEHM, 2021).

Quanto aos serviços de saúde, destaca-se a questão da distância dos territórios rurais da maior parte dos postos de atendimento, que se concentram majoritariamente em áreas urbanas dos municípios. Foi possível observar em sites de notícias declarações de especialistas em saúde alertando para a má condução da pandemia pelo governo federal (VEIGA, 2021), inclusive em relação ao fluxo de informações e orientações repassadas aos estados e municípios, o que contribuiu para o aumento de informações conflitantes sobre as medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 que chegaram “na ponta”, ou seja, até os usuários do sistema público de saúde, como é o caso das comunidades quilombolas.

No relato de uma das lideranças com quem estivemos em diálogo, exposto adiante, fica evidente que a falta de informações ou orientações claras, a impossibilidade das visitas e conversas presenciais com parentes e vizinhos e as dificuldades no acesso a serviços de saúde configuraram fatores estressores para as coletividades quilombolas. Essas novas preocupações somaram-se, assim, a uma série de agruras já existentes para as coletividades, o que delinea o destaque dado por nossa interlocutora, mais à frente no texto, para o tema da saúde mental nos quilombos.

No que tange à realidade de trabalhadores e trabalhadoras rurais quilombolas, análises recentes (MPF, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2020) apontam que houve prejuízo em relação aos trabalhadores e às trabalhadoras que ocupam postos de trabalho formais, por conta das medidas de isolamento social. De igual maneira, observou-se crescimento da ocupação de subempregos e trabalhos informais no campo neste período, fato que pode acarretar mais exposição a acidentes no ambiente de trabalho, falta de acesso a equipamentos de proteção e higiene adequados e fragilidade no acesso à Previdência Social. Salientamos que, tratando-se especificamente das populações quilombolas do Rio Grande do Sul, a informalidade nos postos de trabalho é uma situação que

⁹ Ação de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, conforme Portaria n° 527/2017 (BRASIL, 2017).

afeta os grupos desde sua formação. Principalmente nas comunidades rurais, as relações dos quilombolas com o entorno sempre foram estabelecidas a partir de mecanismos de exploração da mão de obra negra. Apesar da possibilidade da pandemia ter agravado a situação, a precariedade e troca frequente de postos laborais é uma constante, assim como o fluxo de moradores das comunidades – indivíduos e famílias migram em busca de melhores condições de vida ou de oportunidades específicas, retornando à comunidade quando necessário. A relação dos quilombolas com seu território pressupõe, em vários casos, a noção de que por mais que as pessoas saiam do local continuam com seus espaços garantidos – isso faz com que a configuração dos moradores se modifique com relativa rapidez. As relações comunitárias e familiares servem de base mesmo para os que vivem longe dos quilombos, e situações de crise podem servir como aglutinadoras das pessoas em torno do grupo, não somente pelo suporte familiar mas por serviços e acessos que as associações locais proporcionam – como indicado no relato de Antônio Gomes, apresentado mais adiante neste texto.

Quanto às demandas jurídicas e administrativas das comunidades remanescentes de quilombos diante do Estado brasileiro, citamos as ameaças de despejo em alguns estados, apesar de decisão do STF que suspendeu ordens ou medidas de despejo de áreas habitadas antes de 20 de março de 2020,¹⁰ quando foi decretado o estado de calamidade pública, em razão da pandemia. A lentidão no andamento de processos administrativos de regularização fundiária é ainda maior, no momento, por conta das medidas de isolamento social. Além disso, as mesmas medidas dificultam ainda mais a comunicação entre lideranças comunitárias e representantes de órgãos públicos que prestam assistência jurídica às coletividades.

A luta pela vacinação da população quilombola

A situação de desproteção social às comunidades quilombolas repercutiu no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19, lançado em dezembro de 2020, pelo Ministério da Saúde. Logo após o lançamento, porém, o Plano passou por modificações, dentre as quais a retirada da vacinação da população quilombola na primeira fase – a despeito do previsto na Lei Federal nº 14.021 (de 7 de julho de 2020). No mesmo mês, a Associação

¹⁰ Trata-se de Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 828/2021, Distrito Federal.

Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) solicitou ao STF a inclusão da população quilombola no Plano Nacional de Imunização (PNI) (CRUZ, 2020). No entanto, quando foi anunciado o início da vacinação, após a aprovação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), dos usos emergenciais dos imunizantes CoronaVac e da empresa Astrazeneca, em 17 de janeiro, os quilombolas não constavam como grupo prioritário.

Embora a pesquisa realizada e a análise versem sobre a situação do Rio Grande do Sul, a seguir, apresentamos um quadro elaborado com manchetes de notícias sobre o atraso das vacinas para comunidades de outros estados. O propósito é ilustrar o quanto essa é uma problemática generalizada para as populações quilombolas no Brasil. A primeira matéria selecionada é de 19 de janeiro e, a última, de junho de 2021, o que demonstra que a vacinação da população quilombola, que havia sido definida como prioritária, segue inconclusa:

Quadro 1 – Atraso na vacinação quilombola

Título	Data	Fonte
Após o Ministério da Saúde excluir da vacinação, governo de São Paulo mantém no grupo prioritário	19/1/2021	Nexo
Como o caso dos quilombolas expõe brechas de vacinação. Grupo é excluído da primeira leva em São Paulo e depois é reincluído. Plano Nacional não tem cronograma definido para as populações vulneráveis mesmo depois do início das imunizações.	20/1/2021	Portal R7 Notícias
Isolados, quilombolas da ilha da Maré, em Salvador, têm vacinação em massa	26/3/2021	Terra de Direitos
Atrasa a vacinação contra a Covid-19 de quilombolas do grupo prioritário em São Paulo. Comunidades do Vale do Ribeira só receberão a primeira dose esta semana.	30/3/2021	Folha de S.Paulo
Governo de Alagoas exclui povos quilombolas do grupo prioritário da vacinação.	14/4/2021	Yahoo Notícias
Fachin estabelece o prazo de 15 dias para a União estender a vacinação a quilombolas fora das comunidades.	29/6/2021	Supremo Tribunal Federal

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em notícias de ampla divulgação na internet e acesso aos sites de notícias (PELLEGRINI, 2021; ENTENDA..., 2021; ZANON, 2021; AMÂNCIO, 2021; LACERDA, 2021; FACHIN..., 2021).

No caso do Rio Grande do Sul, a situação seguiu o contexto federal – como demonstrou matéria jornalística apresentada no site do *Gaúcha ZH*: “Governos do RS e de Porto Alegre deixam quilombolas de fora da primeira leva de vacinação, acompanhando Ministério da Saúde.” De acordo com a reportagem, os governos do estado e de Porto Alegre acataram a “recomendação do Ministério da Saúde que, em nota técnica, retirou os quilombolas da primeira destinação das doses” (JACOBSEN, 2021). Diante da situação, algumas comunidades quilombolas recorreram ao Ministério Público Federal (MPF) para reivindicar a prioridade de vacinação, por meio do ingresso de Ações Civis Públicas. Exemplo deste movimento foi o caso da mobilização das comunidades de Porto Alegre, mediante a representação protagonizada pelos quilombos em contexto urbano da capital gaúcha. A representação solicitou providências urgentes para “reservar, manter e proceder imediatamente à vacinação nos territórios” (FQ/RS, 2021).

O resultado da mobilização e da representação no Núcleo de Comunidades Tradicionais e Direitos Humanos, do MPF de Porto Alegre, foi o início da imunização nos territórios em 25 de janeiro de 2021 (PORTO..., 2021). Tal ação foi viabilizada a partir da auto-organização das sete comunidades que assinaram a petição: Quilombo dos Machado, Quilombo dos Flores, Quilombo Lemos, Quilombo dos Silva, Quilombo Fidélis, Quilombo dos Alpes e Quilombo Família Ouro; juntamente com a Frente Quilombola. Estas organizações, com o apoio da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA), realizaram o cadastramento dos quilombolas nos territórios.

O STF julgou a ADPF 742/2020 somente em fevereiro de 2021 – proposta pela Conaq, como apontamos, em setembro de 2020. Na decisão, o colegiado superior determinou a ação do Estado para combater os efeitos da pandemia nos quilombos (CONAQ; ISA, 2021). Determinou, igualmente, a suspensão de despejos e remoções nos territórios quilombolas. Em seu voto, o ministro Marco Aurélio de Mello estabeleceu o prazo de 72 horas para que o governo criasse um grupo de trabalho interdisciplinar, responsável por desenvolver, em até 30 dias, um Plano Nacional de Enfrentamento da Pandemia de Covid-19 entre a população quilombola, com a participação da Conaq. O ministro concedeu também 72 horas para que o governo federal incluísse dados relativos à raça e à etnia entre os registros de casos de Covid-19 e para a retomada de plataformas públicas de acesso à informação, como os sites que antes contemplavam o Programa Brasil Quilombola e o monitoramento feito pela Secretaria de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Estas plataformas publicavam periodicamente informações importantes sobre a população quilombola e seu acesso a políticas públicas.

Embora tardia, a decisão representou importante avanço. Contudo, mais uma vez, não abordou expressamente a obrigação do governo de prover itens básicos de proteção, como equipamentos individuais (como máscaras), a distribuição de água potável, cestas básicas e materiais de higiene. Estes instrumentos, imprescindíveis para a prevenção da Covid-19, ficaram de fora das determinações ao Estado feitas pelo ministro (ZANON, 2021). No período de realização das entrevistas, no primeiro semestre de 2021, a falta de vacinas ainda se constituía a maior preocupação das comunidades, além da indefinição quanto à caracterização dos quilombolas como grupo prioritário. As doses disponibilizadas pelo Ministério da Saúde, após o julgamento da ADPF 742/2020, foram garantidas, mas não chegaram a todos os quilombos do Brasil. No Rio Grande do Sul,¹¹ por exemplo, alguns meses após o início da imunização, nem todas as comunidades (ou seus membros que atualmente residem fora dos territórios) receberam a primeira dose da vacina.¹² Na maioria das comunidades, a vacinação começou a ser efetivada a partir de março de 2021. Embora tenha ocorrido, a partir de abril de 2021, uma ampliação da cobertura vacinal no estado, nem todas as comunidades foram atendidas no primeiro semestre de 2021.

Em âmbito nacional, a Conaq aponta defasagem na previsão do contingente de vacinação quilombola, feita pelo governo federal. De acordo com as dirigentes da organização, estima-se a existência de uma população quilombola de 16 milhões de pessoas. Levando em conta este dado, o previsto pelo governo federal contempla pouco mais de 7% do total. Em documento publicado no ano de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerado investigação de tipo experimental como subsídio para o Ministério da Saúde visando à construção do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19, estimou-se dimensionamento da população residente em áreas quilombolas total para o país de 1.133.106 pessoas, e de 54.631 pessoas para a Unidade da Federação de Código 43, do Rio Grande do Sul. O próprio

¹¹ Na Superintendência Regional do Incria/RS existem 106 processos de titulação de territórios abertos. No entanto, há mais de 150 comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares no estado.

¹² Como vimos no Quadro 1, em 29 de junho o ministro Edson Fachin estabeleceu o prazo de 5 dias para que o Ministério da Saúde completasse a vacinação quilombola.

Instituto destaca que: “O uso do dimensionamento da população residente em áreas quilombolas deve levar em conta a limitação fundamental que consiste no fato de não se ter realizado, até o momento, o levantamento censitário desta população” (IBGE, 2021, p. 20).

Tal situação, de ausência de dados atualizados, de acordo com uma das coordenadoras da Conaq, revela a invisibilização das comunidades quilombolas:

Mesmo com a atualização solicitada pelo Ministério da Saúde, o número de quilombolas a serem vacinados ficará subdimensionado, uma vez que nem todos residem nos territórios, pois precisam trabalhar e estudar fora. Como sabemos, os agentes de saúde só cadastram, em suas fichas, quilombolas residentes no território. Inclusive, filhos que estão estudando ou trabalhando fora do território não são cadastrados. (Reprodução de trecho de entrevista concedida pela liderança quilombola Givânia Silva, disponível em Zanon (2021))¹³

Depoimentos de lideranças quilombolas

Os depoimentos concedidos por nossos interlocutores são compostos pelas percepções de quem vivencia o contexto de falta de políticas de saúde eficazes, de impossibilidade de reuniões presenciais e de organização política, advindas das situações de isolamento, da escassez de informações sobre a efetivação de direitos e de preocupação com a saúde e bem-estar de seus mais velhos – que são fontes de memória fundamentais para a sustentação dos que agora tomam a frente na luta pelos direitos quilombolas.

Observa-se que, mesmo após inúmeras tratativas, negociações e processos judiciais, sustentados pela mobilização quilombola, as comunidades ainda enfrentam um conjunto de imprecisões sobre a efetivação das políticas de proteção social e de garantia de direitos. Tais situações são refletidas nos testemunhos das três lideranças que entrevistamos, que possuem inserção estadual e nacional nas organizações quilombolas e vivenciam a pandemia, juntamente com seus familiares, em territórios do Rio Grande do Sul. Suas percepções demonstram similaridades em relação às preocupações de outros representantes quilombolas do Brasil, a exemplo do trecho da declaração de

¹³ Este trecho foi reproduzido da matéria publicada no site da organização Terra de Direitos, conforme Zanon (2021).

uma quilombola do Pará, transcrito a seguir: “Para nós, quilombolas, a pandemia foi sinônimo de abandono, racismo e necropolítica” (NETO, 2021).

Entre os critérios elencados para a seleção de quais lideranças quilombolas do RS abordáramos a respeito de nosso intento de refletir sobre o agravamento do contexto de vulnerabilidade social na pandemia, podemos destacar: contato prévio das(dos) quilombolas com as pesquisadoras, visando ampliar a possibilidade de estabelecimento de diálogos por meio digital; participação frequente das lideranças em fóruns e debates na esfera regional e/ou nacional; representatividade em termos de gênero e geração. Como apontamos anteriormente, a experiência destas lideranças em analisar o contexto quilombola – e, principalmente, em vivenciá-lo – nos leva a considerar suas falas como dados de relevância crucial, sem a intenção de transformá-las em reflexos da percepção de uma população tão diversificada quanto à quilombola no Rio Grande do Sul.

Iniciamos com o depoimento de Antônio Gomes, presidente da Associação Comunitária da comunidade quilombola Peixoto dos Botinhas. Ele, como muitos quilombolas do estado, saiu cedo da comunidade e passou anos de sua vida trabalhando em fábricas em Porto Alegre. Depois de aposentado, conseguiu realizar o desejo de construir uma casa no território quilombola e voltar a viver perto de seus familiares. Desde o seu retorno participa ativamente da Diretoria da Associação local, exercendo diferentes funções, até chegar, atualmente, à presidência. Seu Antônio, assim como outros membros da Diretoria, se faz presente em reuniões e fóruns de negociação, relacionados a discussões sobre os direitos da comunidade, além de manter diálogos constantes com organizações e instituições que apoiam o grupo (universidades, empresas de assistência técnica e extensão rural, ONGs), executando projetos no quilombo. Esta atividade caracteriza a Associação como uma das mais ativas e organizadas do estado. A comunidade quilombola Peixoto dos Botinhas localiza-se no distrito do Capão da Porteira, no município de Viamão/RS, numa área que pode ser considerada perímetro urbano, onde atividades agrícolas e criação de animais coexistem com comércios e fábricas, pela proximidade do território com grandes centros urbanos (Viamão e Porto Alegre). Alguns moradores exercem atividades tanto no âmbito urbano como no rural, dedicando-se a um emprego fora da comunidade e a pequenas criações e cultivos no território. O Peixoto dos Botinhas recebeu certidão de autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombo, emitida

pela Fundação Cultural Palmares, em 2007, e efetuou, no Incra, a abertura de processo de regularização fundiária do território em 2011.

Na fala de seu Antônio Gomes, a preocupação com familiares que se encontram longe dos territórios tradicionais é expressa:

Felizmente, todos já foram vacinados na comunidade e ninguém precisou ir para o hospital. Como a associação é bem organizada, cestas básicas foram distribuídas e isso ajudou bastante. Os mais velhos não se sentiram muito isolados porque a comunidade é unida, mas é grande a preocupação com os filhos e netos que estão trabalhando na cidade, nas fábricas, e não tiveram como parar. (Entrevista concedida por Antônio Gomes, por modalidade remota, em 3 de julho de 2021)

A caracterização do território tradicional como refúgio em momentos de crise, em trajetórias coletivas e individuais, ganha contornos aqui quando a associação comunitária se torna meio de acesso a elementos que garantem a sobrevivência, como a distribuição de cestas básicas. Como veremos adiante, a pandemia tem criado desafios para as organizações e movimentos quilombolas, exigindo o desenvolvimento de novas formas de resistência, em que a união dos moradores do território, mais uma vez, se coloca como chave de proteção social e garantia de saúde física e mental, principalmente para os idosos.

Conforme a liderança quilombola José Alex Borges, morador do quilombo da Armada, município de Canguçu, e coordenador da Conaq:

[...] 243 mortes, mais de 5 mil contaminados, mais de mil pessoas sem acesso a testes nos quilombos. Também enfrentamos a subnotificação pelas secretarias de saúde dos estados e municípios. [...] Porque ainda não temos um número acertado. Diz que falta mais da metade da população quilombola ser vacinada e agora a espera é pela segunda dose. [...] Algumas já receberam sua primeira dose de imunização depois que esperamos cinco meses com uma ADPF protocolada no STF. O STF julgou o nosso direito de estar no grupo prioritário, com isso, nós, quilombolas, mobilizamos nossos municípios e estados para exigir que a decisão se cumpra atendendo a ADPF 742/2020. (Entrevista concedida por José Alex, por modalidade remota, em 15 de abril de 2021)

Maica Tainara Soares Ferreira é reconhecida como uma jovem liderança do quilombo Potreiro Grande, território situado na zona rural do município de Canguçu/RS, onde vive desde que nasceu. A comunidade quilombola de

Potreiro Grande possui processo de regularização fundiária instaurado no Incra/RS desde novembro de 2008, no entanto, ainda aguarda por condições operacionais da Autarquia para início dos trabalhos técnicos de identificação e delimitação do território tradicionalmente ocupado.

Além de representar a associação quilombola de Potreiro Grande, Maica Tainara é a atual coordenadora do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Canguçu/RS. O município de Canguçu é reconhecido por abranger 16 comunidades quilombolas, configurando-se como o município com maior número de comunidades no estado do Rio Grande do Sul. Todas as comunidades foram vacinadas no mês de março de 2021. Para Maica Tainara:

O nosso ritmo de vida mudou completamente. De uma vida em comunidade, estamos vivendo uma vida de isolamento, onde não conseguimos mais nos reunir, o diálogo tem que ser todo por telefone, e como temos ainda muita dificuldade de acesso à internet, então se torna bem difícil pra tudo. (Entrevista concedida por modalidade remota, em 15 de abril de 2021, transcrita pelas autoras)

A entrevistada descreve os problemas enfrentados por sua comunidade durante a pandemia, afirmando que a dificuldade no acesso à internet, um meio de comunicação bastante utilizado para contato via chamadas por áudio, trocas de mensagens por aplicativo, troca de e-mails, videochamadas, prejudicou a comunicação entre parentes, assim como dos quilombolas com agentes do poder público local. Ademais, o que retrata como uma “vida de isolamento”, contrasta com as dinâmicas sociais e o ritmo de vida em coletividade. No entanto, a entrevistada afirma:

O que mais preocupa, nesse momento, é a saúde e principalmente a dos nossos mais velhos, que nos acalentam na hora da dificuldade e em relação à nossa identidade ancestral. [...] Além de se contaminar com o vírus, é a saúde mental, o psicológico dos nossos mais velhos, dos jovens, enfim, de todas as pessoas, porque ainda se tem muita dificuldade no acesso aos serviços de saúde. (Entrevista concedida por Maica Tainara Soares Ferreira, por modalidade remota, em 15 de abril de 2021, transcrita pelas autoras)

Nesse sentido, podemos vislumbrar que as dificuldades de comunicação durante o período de pandemia e a falta de acesso aos serviços públicos de

saúde, somam-se à preocupação da interlocutora com a saúde mental das famílias quilombolas. Em seu ponto de vista, de uma mulher quilombola que demonstra o cuidado e a preocupação com as gerações de seus “mais velhos”, todos foram de alguma forma afetados, quando não pelo vírus da Covid-19, pelo dano ocasionado por esse acúmulo de contrariedades a uma vida em coletividade e com garantia de direitos sociais.

Recentemente, a gestão municipal de Canguçu foi obrigada judicialmente a promover medidas emergenciais para o acesso à água potável, em seis comunidades quilombolas que não contam com esse serviço em suas localidades. A decisão diz respeito à Ação Civil Pública nº 5000371-53.2021.8.21.0042/RS, movida pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em favor das cerca de 500 famílias afetadas pelo descaso público com as condições de saneamento (JUSTIÇA..., 2021).

Sublinhe-se que há mais de uma década existe uma rede local de mobilização quilombola em Canguçu, da qual nossa interlocutora participa ativamente, que culminou na criação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra – fórum de debates e organização com reuniões mensais. Por meio do Fórum, Maica Tainara e representantes das demais comunidades quilombolas do município vêm buscando fomentar a mobilização coletiva em prol de pautas tão urgentes e necessárias como aquelas relativas ao acesso à água potável, acesso à rede de saúde pública, expedição de talão de produtor rural para as famílias agricultoras e regularização fundiária de seus territórios.

Em publicação recente da Conaq e Terra de Direitos, foram analisados dados referentes ao período de 2008 a 2017, relativos à violação de direitos de comunidades quilombolas, em situações de conflito coletivo – que envolvem a luta e permanência nos territórios. As autoras do estudo desenvolveram uma tipologia para caracterizar o espectro de violações que acomete as comunidades (CONAQ; TERRA DE DIREITOS, 2018). A categorização proposta considera diversas escalas de violência, desde a contaminação das fontes hídricas dos quilombos por agrotóxicos, casos de assédio moral, falta de políticas básicas, até perda do território coletivo e assassinatos de lideranças comunitárias. Desta maneira, as formas em que o racismo estrutural e institucional acomete as vidas de comunidades inteiras são analisadas, do ponto de vista dos tipos de violações, mas, também, sob a perspectiva dos agentes que as operam. Se há recorrência de casos de ameaças advindas de proprietários de terras ou

grileiros, por exemplo, a omissão do Estado em promover políticas públicas específicas para a população quilombola contribui para a perpetuação desse cenário.

A violência, a insurgência e a resistência são elementos permanentes e historicamente constitutivos do cotidiano das populações negras brasileiras. Este estado de tensão ininterrupta, composto por “ameaças, torturas, prisões ilegais, despejos e negação sistemática de acesso a bens e serviços” (CONAQ; TERRA DE DIREITOS, 2018, p. 19), além do número de assassinatos, é revelado na publicação *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Assim como o racismo institucional, o racismo religioso também é apontado pelas autoras como fonte de violência, além de conflitos originários de interesses políticos e econômicos transnacionais, que invadem os territórios tradicionais.

Como referido anteriormente, o contexto de crise sanitária exacerbou a precariedade do acesso das comunidades quilombolas a direitos básicos, previstos pela Constituição Federal – o que acarreta uma verdadeira “batalha de papéis” na esfera jurídica –, assim como acentuou a fragilidade do Estado brasileiro em fazer valer a condição de signatário de tratados internacionais importantes, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta Convenção garante o direito coletivo de consulta livre, prévia e informada para povos indígenas e comunidades tradicionais, diante de obras, projetos ou decisões governamentais que venham a impactar suas vidas, territórios e dinâmicas socioculturais. Perante o enfraquecimento destas garantias, o latifúndio e os megaempreendimentos com impactos socioambientais foram associados às ocorrências de violações de direitos em territórios quilombolas no ano de 2017 (CONAQ; TERRA DE DIREITOS, 2018, p. 84).

Os dados apresentados sublinham uma relação entre modelo de desenvolvimento socioeconômico e racismo estrutural, presente em instituições públicas e privadas. Aqui, nos remetemos ao conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018), ao atentarmos para o corte que o racismo efetua, sistematicamente, ao longo da história brasileira, permitindo que a população negra se constitua como alvo de extermínio, por ação ou negligência estatal. Apesar de ser considerado um país multiétnico, a história brasileira é formada por uma estrutura que circunscreve o corpo negro às margens das políticas públicas, inclusive as de saúde. Esta dinâmica ganha contornos na pandemia, na qual a sobreposição das desigualdades sociais e raciais se desvelam.

Mbembe (2018) cunhou o termo necropolítica, a partir dos estudos de Foucault sobre biopoder (2010, 2012, 2015), destacando a questão da raça como elemento na construção de mecanismos de exclusão baseados na ideia de inimigo social – o Estado elege os grupos considerados úteis e descartáveis, os atendidos por políticas de cuidado e cidadania e os que não acessam esses serviços (a população negra, dentre outras, no caso do Brasil).

Nesse sentido, o racismo, como destaca Mbembe (2018), é o motor do princípio necropolítico:

[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer”. (p. 18)

Aqui, a necropolítica é entendida como paradigma da divisão entre segmentos sociais, que regulamenta e regulariza o poder de gestão sobre as vidas, selecionando quem pode viver e quem deve morrer na sociedade capitalista contemporânea. Na gestão da pandemia no Brasil, este paradigma encontrou impressionante representação na frase proferida pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, em 27 de março de 2020: “Alguns vão morrer.” Nesta declaração, em que relativiza a gravidade dos contágios por Covid-19, a maior autoridade do país evidencia a naturalização com que o funcionamento da necropolítica é encarado na gestão das políticas de saúde no período.

Se somos uma sociedade estruturalmente fundada no racismo, evidentemente as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte se definem a partir da ideia de que: 1) existem diferentes raças humanas; e 2) existem raças humanas que são inferiores às outras. Estas últimas são as que se deixa morrer. Disto deriva que os brasileiros não estão expostos aos mesmos riscos diante da Covid-19, já que, como em outras situações, o pertencimento étnico-racial dos sujeitos condiciona as consequências do contágio pelo vírus. Assim como em outros países, o racismo estrutural à brasileira produz ativamente uma condição de negligência estatal.

Destacamos que uma das manifestações de negligência na pandemia, apontada por organizações e atores do movimento negro, é o não preenchimento da variável raça/cor nos formulários de atendimento em saúde, apesar de sua obrigatoriedade. A falta de dados prejudica os diagnósticos no

que se refere às consequências diferenciais da doença segundo pertencimento racial. Invisibilizar raça/cor (assim como outras variáveis de análise), nos formulários dos sistemas de vigilância epidemiológica, endossa a estrutura necropolítica, ocultando as mortes de parte da população, justamente porque suas vidas podem ser ceifadas a qualquer momento sem que haja nenhuma responsabilização do Estado.

As consequências desta política de morte também caracterizam o cenário de estado de exceção (SELIGMANN-SILVA, 2009), em que o povo negro não usufrui de plenos direitos, podendo conformar-se como inimigo do Estado, que o assassina, o deixa morrer ou o encarcera.

O conceito de estado de exceção é utilizado para caracterizar brechas na Constituição, que permitem que o Executivo suspenda prerrogativas para enfrentar situações anômalas. Como observamos por meio dos dados expostos na publicação da Conaq e Terra de Direitos, e pelas informações trabalhadas ao longo deste texto, o conceito se transfigura em experiência. As populações negras o experienciam cotidianamente, sentindo em seus corpos e territórios o poder de morte do racismo.

Em relação às comunidades quilombolas, o estado de exceção pode ser considerado como experiência histórica: quando porções expressivas da população são privadas dos efeitos da norma constitucional, quando seus direitos são suspensos sistematicamente. Nesse sentido, estamos próximos àquilo que, “[...] segundo Walter Benjamin, é a maior lição da ‘tradição dos oprimidos’: a de que o estado de exceção é na verdade a regra geral” (FARHAT, 2018).

Considerações finais

Constata-se que, reiteradamente, as comunidades quilombolas precisam lutar para reafirmar as suas existências e direitos coletivos, mesmo que existam leis, relatórios técnicos e pareceres oficiais a respeito (BRUSTOLIN, 2009). Tal situação é elucidativa do passivo de direitos das populações negras e quilombolas no Brasil, e, igualmente, demonstra o quanto a sociedade brasileira necessita avançar para superar o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) no qual se assentou a formação de nossas instituições sociais. Como destaca Grada Kilomba, no prefácio da edição recente do livro *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon, há um “princípio de ausência” (KILOMBA, 2021, p. 12) que torna as vidas e historicidades negras ausentes, como se não existissem. O racismo é

elemento estruturante dessas violências: seja o racismo institucional – presente na história de negação do acesso à terra ao povo negro escravizado e seus descendentes –, seja o racismo epistêmico e econômico, que considera a vida negra descartável e, portanto, não humana.

A importância da regularização fundiária para os territórios quilombolas, ressaltada ao longo deste texto, se expressa nos seguintes dados, expostos pela Conaq e Terra de Direitos (2018), referentes ao ano de 2017: “Os quilombos que se encontram em fase inicial de regularização fundiária (33,8%) foram os territórios que indicaram maior ocorrência de violações de direitos. Em seguida, destacam-se as comunidades que possuem o RTID [Relatório Técnico de Identificação e Delimitação] (23,8%)” (CONAQ; TERRA DE DIREITOS, 2018, p. 89).

Estas informações evidenciam que territórios que estão no início do processo de titulação concentram a maioria (60%) dos casos mapeados de violência, o que aponta para a função político-institucional da regularização do território para a proteção das comunidades quilombolas. Considerando que a insegurança jurídico-fundiária agrava a vulnerabilidade dos quilombos, podemos afirmar que a demora nos processos administrativos, agravada pela pandemia, é um fator de risco para as comunidades.

Aqui nos remetemos novamente à necropolítica, que deixa morrer as comunidades e territórios quilombolas, através de vários mecanismos, dentre eles os que “desmobilizam e desestruturam a regulação, os órgãos e os processos de titulação das terras” (CONAQ; TERRA DE DIREITOS, 2018, p. 90). Dificultar o acesso à terra a esta população, para além de impossibilitar acesso a políticas atreladas aos territórios, ameaça seu direito de existir e manter sua identidade étnica, que deveria, segundo a Constituição Federal, ser reconhecido e protegido como patrimônio.

Destacamos, também, outros retrocessos recentes, como nas iniciativas de igualdade racial, de ações afirmativas e de reforma agrária, que se acumulam e expandem o racismo institucional. Ao desmantelamento do aparato de proteção às comunidades somamos o avanço de iniciativas econômicas que aniquilam corpos, territórios e elementos naturais, amparados por um cenário de insegurança jurídico-institucional que incide na credibilidade do regime democrático brasileiro. É este o trágico panorama a partir do qual as comunidades quilombolas enfrentam a pior crise sanitária da história do país.

Por fim, observamos que a pandemia acrescenta, terrivelmente, o vírus da Covid-19 como mais um elemento num cenário de extermínio que já vinha se

intensificando nos últimos anos. Desde sua origem, cada comunidade quilombola é vítima da desigualdade social, do não reconhecimento, da não efetivação de direitos garantidos por lei. Durante a crise sanitária, o agravamento da condição de precariedade econômica de muitas famílias quilombolas teve por efeito a impossibilidade do isolamento, com deslocamentos e exposição ao vírus, de grande parte da população brasileira em situação de trabalho informal.

Quanto à especificidade de territórios quilombolas que se situam em zonas rurais dos respectivos municípios, como é o caso dos territórios onde vivem os interlocutores com quem estivemos em diálogo, cabe considerar as longas distâncias percorridas diariamente por trabalhadores rurais, a baixa oferta de transporte público nas localidades, a baixa qualidade de serviços de internet disponível para a comunicação por meio de aplicativos de mensagens eletrônicas ou realização de videochamadas, além de dificuldades no acesso a serviços de saúde, que passam a compor um conjunto de situações que acelerou, nos últimos meses, o estado de exceção a que esta população é submetida, diariamente, desde a fundação do país.

A despeito disso, é salutar destacar o aprendizado e as experiências de organização política que são construídas nos processos de resistência negra quilombola, a exemplo – como vimos neste artigo – do ineditismo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 742, proposta pela Conaq ao STF. Pela primeira vez a Conaq valeu-se da proposição de tal instrumento jurídico com a alegação de violação aos direitos da população quilombola, assim como violação aos preceitos fundamentais da Constituição Federal de 1988. Igualmente, considerando as experiências locais abordadas por meio dos relatos de lideranças quilombolas, ganha destaque o exemplo de mobilização das comunidades em contexto urbano de Porto Alegre que, mesmo perante as dificuldades impostas pela condição de isolamento social, reivindicaram o cumprimento do enquadramento delas como grupo prioritário para ações de vacinação por parte da gestão municipal em saúde.

Pesquisas futuras, em melhores condições para a imersão em campo, poderão aprofundar a análise de iniciativas locais e regionais de organização política e processos mobilizatórios quilombolas, a exemplo da existência do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Canguçu, do Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral Médio do Rio Grande do Sul e da organização das comunidades quilombolas em contexto

urbano de Porto Alegre. Aprendizados e experiências locais, que têm em comum a luta por reconhecimento étnico e direitos quilombolas, os quais denotam a pluralidade de formas de mobilização nos territórios, seja por regularização fundiária, acesso à água potável, obras de saneamento e políticas de saúde, ou no acompanhamento de demandas judiciais, tais como as Ações Cíveis Públicas, merecem atenção dos pesquisadores nos próximos meses – além do constante enfrentamento à poluição dos territórios e suas fontes de recursos hídricos por agrotóxicos ou projetos de mineração.

Trata-se, assim, de lutas cotidianas permanentes contra inúmeras ameaças à posse das terras tradicionalmente ocupadas e à própria existência das vidas quilombolas. Como abordamos ao longo do texto, os riscos a esta população se agravam em períodos de crise, como o da atual pandemia. No entanto, restam e afloram novas formas de solidariedade, organização e aprendizados coletivos. Como observamos, mesmo que as inúmeras vulnerabilidades enfrentadas pelos grupos quilombolas tenham se agravado, as comunidades – em diferentes contextos regionais e por meio de suas organizações políticas – seguem em luta e movimento.

Referências

- ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMÂNCIO, Thiago. 2021. Atrasa a vacinação contra Covid-19 de quilombolas, grupo prioritário em SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de março de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/atrasa-vacinacao-contracovid-19-de-quilombolas-grupo-prioritario-em-sp.shtml>. Acesso em: 18 de abril de 2021.
- BEGHIN, Nathalie. O Auxílio Emergencial faz diferença na vida das mulheres. *INESC*, Brasília, 8 mar. 2021. Disponível em: https://www.inesc.org.br/o-auxilio-emergencial-faz-diferenca-na-vida-das-mulheres/?gclid=Cj0KCQjw1PSDBhDbARIsAPeTqrcYcRoTyKJtmivoMN_jXmyUkPyZkN5AXaFvavk7JwwbZMX8PXyBxtAaArTceALw_wcB. Acesso em: 14 abr. 2021.
- BOEHM, Camila. Custo da cesta básica aumenta em 15 capitais em abril. *Agência Brasil*, São Paulo, 7 maio 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-05/custo-da-cesta-basica-aumenta-em-15-capitais-em-abril>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidente da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.

- BRASIL. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos [...]. Brasília: Presidente da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 16 jun. 2021.
- BRASIL. *Portaria nº 527, de 26 de dezembro de 2017*. Brasília: MDS, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/portarias/POR_TARIA_527_GM_MDS__2_.pdf. Acesso em: 3 jul. 2021.
- BRUSTROLIN, Cíndia. *Reconhecimento e desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita*. 2009. 277 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26194>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- CAMPOS, Sara. Falta de acesso aos alimentos impacta comunidades quilombolas em diferentes estados brasileiros. *Terra de Direitos*, Curitiba, 21 out. 2020. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/covid19/noticias/falta-de-acesso-aos-alimentos-impacta-comunidades-quilombolas-em-diferentes-estados-brasileiros/23490>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; ISA – Instituto Socioambiental. *Plataforma Observatório da Covid-19 nos Quilombos*, 2021. Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; TERRA DE DIREITOS. *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. Disponível em: [https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/\(final\)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf). Acesso em: 8 mai. 2021.
- CRUZ, Márcia Maria. Abrasco pede ao STF a inclusão de quilombolas no grupo prioritário para a vacina da Covid-19. *Combate Racismo Ambiental* [on-line], 16 dez. 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2020/12/16/abrasco-pede-ao-stf-a-inclusao-de-quilombolas-no-grupo-prioritario-para-a-vacina-da-covid-19/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- ENTENDA as principais mudanças no plano nacional de vacinação. *R7 Notícias* [on-line], 20 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/entenda-as-principais-mudancas-no-plano-nacional-de-vacinacao-20012021>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- FQ/RS – Frente Quilombola RS. Perfil *Frente Quilombola do RS*. Porto Alegre, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/FrenteQuilombolaRs>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- FACHIN dá 15 dias para União estender vacinação a quilombolas fora das comunidades. *Conjur* [on-line], 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-29/stf-15-dias-uniao-ampliar-protacao-covid-19-quilombolas>. Acesso em: 4 jun. 2021.
- FARHAT, Rodrigo. O estado de exceção é a regra geral. Entrevista – Felipe Paiva. *Le Monde Diplomatique Brasil* [on-line], 16 mar. 2018. Disponível em:

- <https://diplomatie.org.br/o-estado-de-excecao-e-regra-geral/>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- JUSTIÇA determina medidas para acesso à água potável em quilombos de Canguçu. *Portal G1*, Porto Alegre, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/06/21/justica-determina-medidas-para-acesso-a-agua-potavel-em-quilombos-de-cangucu.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Dimensionamento emergencial de população residente em áreas indígenas e quilombolas para ações de enfrentamento à pandemia provocada pelo Coronavírus*. 2020. Subsídios para o Ministério da Saúde visando ao Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101859.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- JACOBSEN, Gabriel. Governos do RS e de Porto Alegre deixam quilombolas de fora da primeira leva de vacinação, acompanhando Ministério da Saúde. *GZH Coronavírus Serviço*, Porto Alegre, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2021/01/governos-do-rs-e-de-porto-alegre-deixam-quilombolas-de-fora-da-primeira-leva-de-vacinacao-acompanhando-ministerio-da-saude-ckk5qdnbm001l017wvhekrn9y.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- KILOMBA, Grada. Existência, ausência: prefácio. In: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2021.
- KINGDON, John W. *Agendas, alternatives and public policies*. Boston: Little, Brown, 1984.
- LACERDA, Victor. Governo de Alagoas exclui povos quilombolas do grupo prioritário de vacinação. *Portal Yahoo Notícias*, Seção Alma Preta, 14 abr. 2021. Disponível em: 18 abr. abril de 2021.
- LISBOA, Vinícius. 2021. Pandemia revela desigualdades raciais, diz estudo. *Agência Brasil*, São Paulo, 13 out. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-10/pandemia-revela-desigualdades-raciais-dizem-pesquisadoras>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: N-1, 2018.
- MILLER, Daniel. Notas sobre a pandemia: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social. *Labemus*, 23 mai. 2020. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2020/05/23/notas-sobre-a-pandemia-como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-por-daniel-miller>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- MPF – Ministério Público Federal. *Perícia em Antropologia no MPF: primeiras contribuições no combate à pandemia da Covid-19*. Brasília: MPF, 2021. Disponível em: www.mpf.mp.br/pgr/documentos/6CCRPerciaemAntropologia.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

- NETO, Pedrosa. Para quilombolas, pandemia foi sinônimo de abandono, racismo e necropolítica. #*Colabora*, 3 mar. 2021. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods3/pandemia-foi-sinonimo-de-abandono-e-racismo-para-quilombolas/>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- OLIVEIRA, Roberta Gondim de *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 9, e00150120, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000903003. Acesso em: 18 abr. 2021.
- PELLEGRINI, Aline. Como o caso dos quilombolas expõe brechas da vacinação. *Nexo* [on-line], 19 jan. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/01/19/Como-o-caso-dos-quilombolas-exp%C3%B5e-brechas-da-vacina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 21 jun. 2021.
- PORTO Alegre dá início à vacinação de quilombolas na cidade. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 26 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2021/01/26/porto-alegre-da-inicio-a-vacinacao-de-quilombolas-na-cidade>. Acesso em: 5 jul. 2021.
- SALAINI, Cristian J.; JARDIM, Denise Fagundes. *Batalha dos papéis*: notas sobre as tensões entre procedimentos escritos e memória na regularização fundiária de terras de quilombos no Brasil. *Universitas Humanística*, Bogotá. n. 80, p. 189-212, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-48072015000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 jun. 2021.
- SCHRAMM, Franciele Petry. No atual ritmo, Brasil levará mil anos para titular todas as comunidades quilombolas. *Terra de Direitos* [on-line], 12 fev. 2019. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-mil-anos-para-titular-todas-as-comunidades-quilombolas/23023>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- SEGATA, Jean. A pandemia e o digital. *Revista Todavia*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, 8. ed., p. 7-15, 2020.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Walter Benjamin: o Estado de Exceção entre o político e o estético. *Cadernos Benjaminianos*, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/view/5299>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- SES/RS – Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. *Monitoramento da imunização Covid-19*. Página inicial. Disponível em: <https://vacina.saude.rs.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2021.
- SPEZIA, Adi. Covid-19: Congresso derruba vetos de Bolsonaro e garante acesso a água potável e materiais de higiene a indígenas e quilombolas. *Conselho Indigenista Missionário* [on-line], 20 ago. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/08/covid-19-congresso-derruba-vetos-bolsonaro-garante-acesso-agua-potavel-materiais-higiene-indigenas-quilombolas/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

STF – Supremo Tribunal Federal. Quilombolas e partidos pedem providências para o combate à Covid-19 nas comunidades. *Notícias STF*, Brasília, 11 set. 2020. Disponível em:

<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451577&ori=1>. Acesso em: 16 abr. 2021.

VEIGA, Edison. “Má condução da pandemia está passando de todos os limites”.

Deutsche Welle, seção Brasil [on-line], 27 jan. 2021. Disponível em:

<https://p.dw.com/p/3oTde>. Acesso em: 5 jul. 2021.

ZANON, Matheus. Plano Nacional para vacinação da população quilombola contém graves problemas, apontam organizações. *Terra de Direitos* [on-line], 26 mar. 2021.

Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/plano-nacional-para-vacinacao-da-populacao-quilombola-contem-graves-problemas-apontam-organizacoes/23573>. Acesso em: 18 abr. 2021.

Como citar

DEL RÉ, Mégui Fernanda; SANTOS, Vanessa Flores dos; KOCH, Eleandra Raquel da Silva. Comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, pandemia e necropolíticas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230107, 7 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-7>.




Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Resenhas

As interfaces entre migração e desenvolvimento: um estudo do caso de Lucas do Rio Verde/MT

The interfaces between migration and development:
a case study of Lucas do Rio Verde/MT

 Cristiano Desconsi¹

 <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-r1>

Resumo: Resenha do livro *A trama do drama: migração e processos de desenvolvimento na fronteira amazônica*, de Betty Nogueira Rocha.

Palavras-chave: fronteira; desenvolvimento; migração.

Abstract: Review of the book *A trama do drama: migração e processos de desenvolvimento na fronteira amazônica*, by Betty Nogueira Rocha.

Keywords: border; development; migration.

ROCHA, Betty Nogueira. *A trama do drama: migração e processos de desenvolvimento na fronteira amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2021. 292 p.

A expansão das fronteiras agrícolas nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil tem se configurado como uma das faces da modernização da agricultura e do desenvolvimento do país desde a década de 1960. Nas décadas recentes, o modelo de desenvolvimento que se consolidou nestes territórios é colocado em evidência associado à pujança do agronegócio que, para além de indicar a associação entre grandes fazendas produtoras de “grãos” (soja e milho, basicamente) e o crescimento urbano, estabelece os atributos identitários dos atores migrantes reconhecidos como protagonistas deste processo.

¹ Professor adjunto do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). E-mail: cristiano.desconsi@ufsc.br.

Observando esta problemática, o livro *A trama do drama: migração e processos de desenvolvimento na fronteira amazônica*, de Betty Nogueira Rocha, procura “estudar o nexos causal entre migração e desenvolvimento a partir dos discursos dos atores sociais num estudo do caso do município de Lucas do Rio Verde”. Trata-se do resultado da pesquisa de doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, realizada pela autora entre 2006 e 2010. Destaca-se que a obra agrega conhecimentos e materiais coletados em período anterior (2004 e 2005), quando realizou o mestrado no mesmo programa, que resultou na dissertação intitulada: *Em qualquer chão: sempre gaúcho: a multiterritorialidade do migrante gaúcho*.

O livro está dividido em três capítulos, além da Introdução e das Considerações finais. No Capítulo 1 “A marcha continua”, a autora faz um brilhante resgate da ação do Estado, considerando desde a década de 1930 até o momento atual. Para isso, vai além do que a bibliografia já abordou, especialmente sobre os projetos de colonização efetivados nas décadas de 1970 e 1980, ao expor e analisar fontes documentais – leis, decretos, reportagens da imprensa local e nacional, entre outros. Consegue extrair desta análise elementos que dão um sentido ao *drama*, de alguma forma, planejado pelo Estado e evidenciando certa coerência e continuidade do projeto Marcha para Oeste, elaborado na Era Vargas. Obviamente, esta forma de exposição do drama dá forma para apresentar e refletir sobre as tramas pelas quais serão retratados os dramas dos atores, aspecto que oferece base para as discussões dos capítulos seguintes.

No Capítulo 2 “De verso e prosa: a ocupação planejada no cerrado mato-grossense”, os(as) leitores(as) encontram a reconstrução da história de Lucas do Rio Verde, feita pela autora com base em múltiplas fontes e enriquecido com as trajetórias de famílias que integraram cada uma das correntes migratórias. Foi o Estado que assumiu a orientação dos movimentos migratórios em interface com o setor privado, a quem coube a tarefa da organização do espaço (urbano e rural) para alocar ou deslocar os grupos de migrantes. Neste aspecto, o capítulo apresenta o processo migratório a partir da classificação em quatro movimentos, a saber: 1) o ocorrido a partir de 1976 de forma espontânea por agricultores providos de recursos, oriundos da Região Sul, reconhecidos como “posseiros”; 2) o que se deu entre 1981-1984, pelo deslocamento do grupo de pequenos agricultores desprovidos de recursos e recrutados de acampamento

dos sem-terra do norte do Rio Grande do Sul para compor o projeto de assentamento dirigido que deu origem a Lucas do Rio Verde. São reconhecidos como “parceiros”; 3) o verificado entre 1985-1990, pelos “assentados da cooperativa”. Neste houve a efetivação do assentamento de agricultores capitalizados das regiões Sul e Sudeste com recursos de programas públicos, por intermédio da Cooperlucas; 4) aquele em curso a partir de 2007 e vinculado à necessidade de mão de obra dos empreendimentos agroindustriais e à urbanização, no qual aparece o movimento migratório dirigido e espontâneo dos “maranhenses” e “nordestinos”. A classificação elaborada pela autora serve para descrever suas particularidades no processo de desenvolvimento evidenciando a orientação estatal, o qual é compreendido e observado por meio da reconstrução das trajetórias pessoais e familiares dos “posseiros”, “parceiros”, “assentados da cooperativa” e “maranhenses”, para explicar *as tramas* que compõem os dramas em cada um dos movimentos migratórios.

O Capítulo 3 “As representações do desenvolvimento na fronteira”, evidencia a fronteira fluída entre o campo e a cidade (de Lucas do Rio Verde) e suas configurações socioespaciais descrevendo os (des)encontros entre as categorias sociais apresentadas no capítulo anterior. Merece destaque especial neste capítulo a análise do processo de “territorialização da fábrica da Sadia”, principal evento em curso naquele município entre 2007 e 2010, como recurso metodológico utilizado pela autora para revelar os conflitos entre aqueles reconhecidos como *gaúchos* (mais associados às categorias “posseiros”, “parceiros”, “assentados da cooperativa”) e os “maranhenses” e “nordestinos”. Não por acaso, faz sentido mobilizar, neste capítulo, as categorias de análise “estabelecidos” e “outsiders” do sociólogo Norbert Elias. Dar voz e vez para os migrantes encontrados no bairro conhecido como “vila da Sadia” e, neste caso, ao agir de forma etnográfica, permite indicar o peso dos estigmas associados aos “maranhenses” e “nordestinos” por parte dos “gaúchos”. Neste capítulo a autora também examina a agenda ambiental que passa a ser incorporada nas narrativas sobre o desenvolvimento da região de Lucas do Rio Verde, diante de certa imposição internacional desta agenda por segmentos da cadeia produtiva de *commodities* agrícolas. Chama a atenção como o poder público e privado gestam o Programa Lucas do Rio Verde Legal, como forma de (re)construir uma vantagem competitiva e, por que não dizer positiva, que associa produção moderna e preservação ambiental. É curioso constatar que, além de promover ações de recomposição de matas ciliares, o

programa contribui para resignificar as narrativas dos próprios produtores e empresários em sua ação civilizadora que, historicamente, compreenderam o desenvolvimento vinculado ao “desbravamento” e “pioneirismo” que passaram a assumir a posição de agentes “empreendedores” que contribuem, não só para a recuperação de parte do que foi devastado, mas que por serem altamente produtivos sugerem que esta é sua contribuição para que outras áreas dos biomas do Cerrado e da Amazônia sejam preservadas.

Após esta apresentação geral, faço alguns comentários sobre certas passagens do livro. Na primeira parte, a autora mobiliza o conceito multifacetado de fronteira para dar conta dos processos sociais e econômicos que conformaram o município de Lucas do Rio Verde. A fronteira é “um espaço de construção e experimentação”. Nesta apropriação do conceito como ferramenta de análise dos dados empíricos, acaba por circunscrever o local de estudo como uma espécie de fronteira permanente ao tratá-lo assim tanto nas seções em que concentra seu olhar no processo histórico como naquelas em que concentra sua atenção sobre os processos mais recentes. Uma das dificuldades de uso do conceito de fronteira para fins analíticos decorre do fato de um dos seus atributos constitutivos ser o movimento. Dito de outra forma, a fronteira move e se move. E é exatamente este movimento ou o ritmo imposto pelos *dramas* que evoca a importância de pensar estratégias de pesquisa capazes de mapear e acompanhar o movimento, ou selecionar quais movimentos serão objeto de análise. A opção da autora foi compreendê-los a partir de um lugar e dos personagens encontrados atualmente naquele município. Esta escolha metodológica permite um olhar distinto da pesquisadora, ou “um entre outros possíveis”, como ela própria apresenta no texto. Na dinâmica da região, os personagens reconhecem que as novas fronteiras, ou seja, que as áreas de expansão agrícolas, atualmente, estão situadas no noroeste do Mato Grosso ou no sul do Pará, por exemplo. O livro não se propôs a examinar a relação de Lucas do Rio Verde com tais áreas, mas há evidências que o ritmo acelerado percebido na ocupação de terras, desmatamento, constituição de vilas, movimentos migratórios em busca de terras, que ocorre nestas áreas geográficas é fundamental para entender o desenvolvimento das “cidades do agronegócio”, localizadas ao longo da BR-163. Até porque não é difícil identificar interdependências entre estas duas áreas e que este suposto crescimento de cidades como Lucas do Rio Verde e o próprio movimento migratório se beneficiam desta expansão. Aqui estou sugerindo a existência de

redes de relações dos atores mencionados no estudo, particularmente de empresários ou agricultores empresariais encontrados em Lucas do Rio Verde, enaltecendo seus feitos naquele território e silenciando suas possíveis formas de presença direta ou indireta nas áreas de expansão mais à frente.

O segundo elemento a ser comentado se refere às impressões que tive ao final da leitura da obra quanto aos sentidos do que é desenvolvimento. Parece não haver concepções sobre desenvolvimento em disputa, ao menos tomando como base os dados empíricos apurados neste universo de pesquisa. Tudo indica que não há uma concepção alternativa, mas apenas divergências em termos da escala e ritmos de um mesmo processo de transformação social e econômica, que não são capazes de questionar a legitimidade das relações de poder, a seletividade social e os estigmas presentes na estrutura social. Entender este aspecto vai além do que se propôs a autora, mas a obra deixa pistas interessantes a serem exploradas em outros estudos como: i) a impossibilidade de desvincular a noção de desenvolvimento de uma série de atributos a ela associados, como o crescimento econômico e a modernização da agricultura, independentemente das críticas e reelaborações feitas por inúmeros autores nas décadas recentes; ii) a ideia que a provisoriedade e o movimento inerentes às dinâmicas destas áreas parecem indicar que o caminho para os que discordam no âmbito local da visão predominante ou que não acompanham o ritmo imposto destes “territórios de desenvolvimento” é de sua retirada espontânea (física e/ou simbólica) deste território, vinculando-se seja ao seu território de origem, seja para buscar construir uma melhor posição social nas novas fronteiras, mas de alguma maneira reforçando a marcha construída por gerações de migrantes.

Nestes termos, recomendo a leitura deste livro, tanto para aqueles interessados nas questões específicas da Região Centro-Oeste e Norte do Brasil, como também para estudiosos de várias áreas do conhecimento que discutem os temas do desenvolvimento e da migração. Uma pequena observação a ser feita é o crescimento dos estudos realizados nestas regiões, particularmente na última década, buscando compreender, sobre diversas abordagens teórico-metodológicas, os processos sociais, econômicos e políticos em curso. Dentre outras questões, a reconfiguração ocorrida em torno do termo agronegócio e a necessidade de ampliar a compreensão dos fenômenos sociais pós-período da política de colonização (fim da década de 1980) mobilizam pesquisadores para empreender novos estudos. Para finalizar, chamo a atenção dos leitores que,

dada a velocidade das transformações sociais e econômicas na região estudada, a leitura sempre deve ser datada, ao menos no que se refere à análise de dados empíricos apurados neste contexto sócio-histórico.

Referências

ROCHA, Betty Nogueira. *A trama do drama: migração e processos de desenvolvimento na fronteira amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2021. 292 p.

Como citar

DESCONSI, Cristiano. As interfaces entre migração e desenvolvimento: um estudo do caso de Lucas do Rio Verde/MT. Resenha do livro *A trama do drama: migração e processos de desenvolvimento na fronteira amazônica*, de Betty Nogueira Rocha. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230108, 16 maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v30n1-r1>.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais

Editores da seção temática:

Jorge Luan Teixeira (Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA)

John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Daniela Carolina Perutti (Universidade de São Paulo – USP)

Seção Temática


Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais

Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais: uma introdução

Knowledge, politics, and ethics of the land and environment among peasants, quilombolas and traditional peoples: an introduction

Organizadores

 **Jorge Luan Teixeira**¹ •  **John Comerford**² •  **Daniela Carolina Perutti**³

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st01

Resumo: Neste artigo introdutório à seção temática, apontamos a diversidade de formas pelas quais distintos povos camponeses, quilombolas e tradicionais regulam e negociam o uso e o acesso à terra e aos chamados “recursos naturais”. Exploramos como os saberes, as lógicas, as políticas e as éticas da partilha de terras, matas, águas e seres, que podem ou não ser concebidos como de “uso comum”, estão entrelaçados, com maior ou menor felicidade e continuidade, com o próprio fazer-se de tais comunidades. Dentre os “bens comuns”, as “artes” e os “saberes” de tais povos estão aqueles, sutis, inventivos e cotidianos, de produção da relacionalidade. Considerando-se as situações de disputa e expropriação, bem como as políticas governamentais de desenvolvimento econômico ou de conservação ambiental, refletimos também sobre as respostas e estratégias de tais povos para combater o avanço de práticas predatórias sobre os seus lugares e modos de vida.

Palavras-chave: política; ética; comuns.

¹ Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Pesquisador de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). E-mail: jorge.luant@gmail.com.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Membro da Coordenação do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP). E-mail: j.comerford@mn.ufrj.br.

³ Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutoranda em Políticas Públicas pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP). E-mail: danielaperutti@gmail.com.

Abstract: This introduction to the thematic section indicates the diversity of ways different peasant, quilombola, and traditional peoples regulate and negotiate use and access to land and “natural resources.” We explore how the knowledge, logics, politics, and ethics related to sharing land, forests, water, and beings (which all may or may not be considered to be for “common use”) are intertwined with the actual construction of these communities, to varying degrees of satisfaction and continuity. The “common assets” of these peoples include “arts” and “knowledge,” subtle, inventive, and everyday ways of producing relationality. We focus on situations of conflict and expropriation, as well as government policies on economic development or environmental conservation, to reflect on the responses and strategies used by these peoples to stop predatory practices that target their spaces and ways of life.

Keywords: politics; ethics; commons.

Introdução⁴

As discussões políticas e acadêmicas sobre os povos do campo, das águas e das florestas no Brasil têm, nas últimas décadas, salientado a diversidade de formas pelas quais se regula o acesso, a utilização e o conhecimento de terras, matas, águas, animais e plantas sem perder de vista as políticas de Estado e as lógicas jurídico-estatais. Uma questão fundamental nesse debate em andamento – que acompanha as próprias transformações políticas, econômicas e sociais do país – diz respeito à noção de propriedade, tensionada a partir da diversidade de formas de regulação de uso e conhecimento. Uma importante indicação inicial para essa discussão são as questões levantadas por Paul Bohannan (1967) sobre a configuração jurídica dos sistemas de ordenamento fundiário dos países africanos recém independentes das metrópoles coloniais. Bohannan ali sugeriu que o ponto de partida deveria ser as percepções e concepções a respeito da relação com a terra, os espaços e os lugares; em suma, os modos pelos quais os diferentes povos africanos concebiam essa dimensão espacial e a associavam à estrutura social e à cosmologia.

Com relação ao Brasil, como observa Almeida (2009), os complexos sistemas e lógicas de uso que vêm se revelando em etnografias, laudos, estudos historiográficos, entre outros documentos, também colocam em questão

⁴ Deixamos registrada a colaboração de Dibe Salua Ayoub (a quem agradecemos) na coorganização do evento “Povos do Campo, das Águas e das Florestas: Recursos Naturais, Direitos de Uso, Política e Conflito no Brasil!” e no diálogo que, decisivamente, subsidiou a escrita deste artigo.

noções que partam de concepções estáticas de propriedade, seja individual ou corporada, pressupondo correspondência plena com as legislações do país. Ao contrário, verifica-se uma multiplicidade de arranjos e combinações entre o privado e o comum na apropriação dos chamados *recursos naturais*, tendo em vista dinâmicas políticas, de parentesco e sucessão territorial (ALMEIDA, 2002). Tais arranjos e combinações devem ser pensados a partir de uma diversidade de concepções e práticas de apropriação e como respostas e estratégias formuladas por distintos segmentos da população brasileira para assegurar o acesso à terra, às águas e às florestas e, dessa forma, tornar possíveis modos particulares de vida. Sempre lembrando que sua feitura e manutenção se constituem em situações de negociação, oposição, enfrentamento, fuga ou resistência cotidiana diante de intensos domínios territoriais, de *plantations* e latifúndios a grandes fazendas de criação, empresas agrícolas de larga escala, ou ainda, projetos estatais ou privados de colonização, de irrigação, de mineração, de infraestrutura e de conservação ambiental. Quando terras são concebidas a partir de ideias/práticas diversificadas de uso comum, somos interpelados a refletir sobre os múltiplos regimes de direito, posse, troca e conhecimento do ambiente que esses povos constituem, assim como os modos pelos quais se configuram saberes e relações diversas que sustentam, com maior ou menor felicidade e continuidade, o próprio arranjo correspondente à noção de “comum”, ou à noção conexa de “comunidade”, em cada circunstância e contexto e diante de cada situação de enfrentamento ou oposição tácita ou explícita. Nesse sentido, estamos também afirmando a capacidade inventiva de tais povos de desenvolver respostas para novas ameaças aos seus modos de vida e regimes de partilha e acesso a “recursos” variados.

A nosso ver, se tais modos de percepção, concepção e sistematização de espaços, lugares, conhecimentos e formas de acesso derivam da própria maneira pela qual comunidades camponesas vêm se constituindo em situações de conflito diante dos poderes estatais e da *plantation* em seus momentos de expansão ou de regressão, configuram também uma ética que perpassa tanto o “fazer comunidade” como a produção da alteridade (com humanos e não humanos); ou ainda, uma regulação do cuidado e das relações em diferentes níveis. Com isso, chamamos a atenção para o fato de que as formulações de grupos camponeses, quilombolas e povos tradicionais que visam dar conta de conflitos e torná-los compreensíveis comumente articulam um vocabulário moral na sua enunciação (SCOTT, 1976, 1990; THOMPSON, 1997, 1998; FASSIN;

EIDELIMAN, 2012). Outra frente de debate diz respeito aos modos com que esses sujeitos desafiam lógicas hegemônicas e traçam suas próprias formas de atuar politicamente perante os avanços de práticas predatórias e projetos de desenvolvimento econômico que os ameaçam ou mesmo políticas de conservação que, orientadas por uma ideia “purificada” (LATOURE, 1994) de natureza, os excluem (DIEGUES, 1998; ALMEIDA; REZENDE, 2015).

A seção temática aqui apresentada tem sua origem em questões como essas, levantadas no ciclo de debates “Povos do campo, das águas e das florestas: recursos naturais, direitos de uso, política e conflito no Brasil”, organizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento e Território (NEDET/Universidade Estadual do Vale do Acaraú) e pelo Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) em junho de 2020.⁵ Os três organizadores desta seção temática e a autora de um dos trabalhos aqui apresentados participaram do evento, sendo um deles (Jorge Luan Teixeira) também organizador do referido evento.

A seguir, buscamos fornecer alguns elementos para estimular o debate acerca disso que chamamos de *Saberes, Políticas e Éticas da Terra e do Ambiente*, estabelecendo diálogos entre os artigos que compõem esta seção temática e sugerindo pistas para compreender os fenômenos e processos que nos estimularam a propor e organizar esta seção em *Estudos Sociedade e Agricultura*.

Alguns pontos de partida etnográficos

Nosso ponto de partida são pesquisas realizadas por cientistas sociais em diferentes regiões do Brasil com caiçaras, faxinalenses, quilombolas, ribeirinhos, sertanejos e assim por diante, com o objetivo de refletir sobre: os modos de conhecimento e de modulação das relações com ambientes e seres praticados pelos povos em questão; sua relação com as políticas públicas, o direito e as concepções de terra de agentes de dentro e de fora do Estado, além dos conflitos que enfrentam e que tensionam seus modos de ser e de viver. Além disso, a proposta é a de refletir sobre a própria maneira pela qual conflitos, experiências, agenciamentos e conhecimentos fazem surgir coletividades, mas também um certo “saber fazer-se” como coletividade que envolve a relação com os ditos “recursos naturais” (efetivamente concebidos de maneiras diversas) e a expressão reflexiva dessa relação.

⁵ O Ciclo de Debates está disponível na página do NEDET, no Youtube, em: <https://www.youtube.com/channel/UCfbKGZF880F8UsbEGpGZP-Q/videos>.

Como demonstra Almeida (2006), comunidades tradicionais constituem “terras de uso comum”. Contudo, como o autor também assinala, se elas podem, de um lado, conceber certas porções de seus territórios como coletivas, de outro, o “comum” não é sinônimo de comunal. Os faxinais do Paraná, por exemplo, são apropriados coletivamente para a criação de animais, que vivem “na solta”, mas possuem donos particulares. Além disso, cada família tem sua posse ou propriedade dentro do faxinal, área onde mora e de onde pode extrair erva-mate. Arranjos semelhantes podem ser encontrados em áreas de “gerais” no norte mineiro e no Vale do Jequitinhonha. “Terra de uso comum”, nesse sentido, não implica necessariamente um território coletivo, mas sim combinações entre apropriações mais “privadas” e mais “coletivas” do território (ALMEIDA, 2006; PORTO, 2013), sendo aquilo que se entende como coletivo também variável. Como observam Galizoni e Ribeiro (2011), por sua vez, ao pensar sobre a ética do uso e da gestão das águas em comunidades rurais mineiras, diferentes princípios e gramáticas de uso podem orientar a relação das comunidades ou de membros específicos com ambientes distintos, de modo que: “Pode haver [...] uma gama de combinações entre apropriações diferentes, que são peculiares, localizadas e articulam de formas diversas ambiente, técnicas de produção, relações sociais e poder” (GALIZONI; RIBEIRO, 2011, p. 82).

Há, ainda, estudos que descrevem variações nos usos da terra que passam por ciclos do clima, como é o caso das vazantes e enchentes vividas pelos camponeses das ilhas e margens do rio São Francisco que foram afetados pela construção da barragem de Sobradinho (COSTA, 2013). Em casos como esse, a possibilidade de plantio em áreas de fertilidade acrescida pelas vazantes do rio, ou de acesso à pesca em lagoas temporárias, é dada tanto por arranjos costumeiros, tendo por base o parentesco, como por permissões que passam por relações políticas e pelos códigos jurídicos que estabelecem a propriedade de ilhas fluviais. A antiga sazonalidade regular que a barragem destruiu delimitava saberes e manejos próprios a cada estação e a cada tipo de terreno, correlacionando ecologia e relações sociais e inscrevendo uma história dos limites possíveis desses arranjos (mantida pela memória das grandes enchentes), que foram destruídos pelo grande projeto estatal nos anos 1970/1980 (ao trazer uma enchente que não recuou).

Para além das qualidades da própria terra, bens como a água podem ser diferenciados no que diz respeito a suas qualidades e usos, algumas mais propícias a serem bebidas e partilhadas do que outras, como descrevem

Galizoni e Ribeiro (2013) em seu trabalho com camponeses da serra da Mantiqueira mineira. Marcela Centelhas (2019) observa tais qualidades e utilizações em sua tese e no artigo presente nesta seção temática ao destacar a diversidade das “águas” para uma comunidade quilombola pernambucana. Nesse sentido, para além das variações entre diferentes noções de posse e de compartilhamento, que ensejam complexas discussões sobre a ética e a política do uso, por vezes tensionando ordenamentos jurídicos, esses povos estão em contínua e intensa relação com os ambientes que habitam, constituindo ecologias e saberes específicos.

As relações entre seres humanos, ambientes, plantas, águas e bichos têm adquirido um renovado interesse nas discussões antropológicas de um modo mais amplo, como atestam diferentes trabalhos publicados nas últimas décadas, alguns deles aqui citados. Nessas reflexões, natureza e cultura perdem o estatuto clássico de oposição e de domínios autônomos, sendo mantidas nesses estudos mais como categoria analítica do que um dado etnográfico. Assim, Latour (1994 [1991]) argumenta que, tanto quanto a sociedade, a natureza também é construída, o que está em consonância com as observações etnográficas de autores como Philippe Descola (1996 [1994]) e sua hipótese sobre diferentes modos de identificação das (des)continuidades entre os sujeitos cognoscentes e o mundo (2013 [2005]). A seu turno, Tim Ingold (2000) cunha a noção de “ecologia da vida”, compreendendo os ambientes como algo em relação contínua com nossas vidas, à medida que humanos, seres e ambientes se constituem mutuamente. Anna Tsing (2005), por sua vez, debate o modo como florestas são formadas por processos culturais que envolvem, simultaneamente, negócios predatórios e a intensificação das lutas de diferentes povos pelas áreas onde vivem. Trabalhos sobre as populações da Floresta Amazônica vão na mesma direção ao demonstrar o papel decisivo da ação humana para a vida e a diversidade do ecossistema (BALÉE, 2008), como através da abertura de pequenos roçados (CUNHA; ALMEIDA, 2002, 2009). Em que pese suas diferenças, todos esses autores também refletem sobre modos de conhecer tais ambientes e “naturezas-culturas”, os quais não pressupõem observação distanciada e impessoal, mas sim um engajamento contínuo e afetivo entre humanos e não humanos, corpos e elementos, técnicas,

conhecimentos e paisagens. Inspirados na perspectiva de Ingold (2011), conhecer o mundo e habitá-lo são coincidentes.⁶

Lançando mão do conceito político-jurídico de “terras tradicionalmente ocupadas”, camponeses, quilombolas e povos tradicionais se mobilizam e produzem demandas ao Estado para o reconhecimento de seus modos de ser e de viver e para a criação de políticas públicas que garantam sua autonomia e condições de vida digna. Todavia, é também por intermédio do Estado e de seus projetos de desenvolvimento econômico e territorial – que pressupõem visões persistentes sobre espaços vazios, obstáculos ao desenvolvimento e à integração nacional, e formas legítimas de ocupação territorial – que muitos desafios e ameaças chegam a esses grupos. Mauro Almeida (2016), em diálogo com as formulações de Georgescu-Roegen e Rosa Luxemburgo, defende a tese de que os projetos de desenvolvimento econômico dependem necessariamente do aporte contínuo e progressivo de recursos naturais diversos, assim como da incorporação permanente ao mercado de trabalho e ao consumo de diferentes povos e grupos que vivem conforme lógicas não capitalistas. O crescimento econômico, seja ele capitalista ou não, é concebido pelo autor como “de natureza predatória porque inevitavelmente transforma energia rica em diversidade [baixa entropia] em energia com baixa diversidade [alta entropia]” (ALMEIDA, 2016, p. 29). Refletindo sobre a história da *plantation* canavieira, Anna Tsing, por sua vez, parece ir na mesma direção ao defender que os “projetos de escalabilidade banem diversidade significativa, o que significa acabar com a diversidade que pode mudar as coisas” (2019, p. 178).

A expansão da fronteira agrícola, a construção de estradas, a liberação e o emprego intensivo de agrotóxicos (sem precedentes nos últimos anos), os desastres ambientais, os avanços da especulação imobiliária e a grilagem de terras, os grandes projetos minerários por vezes precedidos pelo incentivo ao garimpo ilegal, e o turismo predatório são alguns dos conflitos enfrentados por esses povos do campo, das águas e das florestas em nosso país. Por outro lado, na tentativa de conter o avanço destruidor de projetos fomentados pelo próprio Estado, criam-se as Unidades de Conservação (UC) ambiental, recintos protegidos da intervenção humana que em vários casos expulsam povos de seus lugares de vida ou controlam suas formas de habitar.

⁶ O sentido de “habitar” proposto por Tim Ingold a partir de Heidegger se afasta do de “morar”, que supõe o confinamento em um determinado espaço previamente construído. O autor sugere que a vida é vivida através de lugares, e não dentro deles, e habitar diz respeito ao modo como humanos e não humanos caminham no mundo. Assim, os lugares não são anteriores aos movimentos que os produzem (INGOLD, 2011, p. 37 e 220).

Ademais, os termos das políticas de uso e as diferentes modalidades de relação com a terra e seus entes estão em permanente tensão dentro das próprias comunidades pesquisadas. Assim, é fundamental pensar tais conflitos e políticas em suas múltiplas dimensões e nos entrelaçamentos entre os agentes que deles participam.

Saber fazer comuns e comunidades

Parece-nos especialmente importante entender as maneiras pelas quais diferentes grupos se articulam internamente e com o ambiente em termos políticos e éticos, com maior ou menor abertura para produzir relações com agências estatais, movimentos sociais, facções políticas, organizações não governamentais. Aqui é notável a presença e a transmissão de artes de fazer relações que possibilitam, em algum grau, o “dispor em comum” cotidiano de certos bens, muitas vezes contornando delimitações jurídicas e propensões divisivas resultantes das próprias dinâmicas entre pessoas e famílias que participam da “comunidade”. Esse saber dispor em comum, que é também um saber fazer comunidade, encarnado a cada momento em determinadas figuras exemplares e hábeis nas artes da relacionalidade, é algo cultivado como uma prática de dimensões éticas e políticas, um modo (ou diversos modos) de atuar sobre a própria conduta e a de outros. Pode chegar a ser considerado um “jeito de ser”, ao menos potencial, que distingue determinados coletivos (famílias, comunidades, povos). Em certos casos, poderíamos dizer que esse “jeito de ser” e a existência de certas figuras exemplares pela sua capacidade de compor relações se configura como o “bem comum” por excelência, um suporte compartilhado e eficaz para articulações de lugares, terras, pessoas, animais, plantas, objetos, máquinas e entidades, podendo servir de base a processos de mobilização política.

Não são poucas as notícias etnográficas que chegam, por meio de pesquisas com diferentes povos, de pessoas que se dedicam às artes de visitar seus vizinhos e vizinhas, de bem entretê-los e entretê-las nas visitas às suas casas, a estar atentas às suas inquietações e a seus dramas, às tensões e a problemas que podem resultar ou já resultaram em conflitos abertos. Encontramos, por exemplo, na pesquisa de Perutti (2015, 2018), os quilombolas de Família Magalhães (GO) recebendo o pistoleiro que os ameaçava dentro de suas casas com todos os cuidados dedicados a uma visita, como forma de controlar suas atitudes disruptivas e contrabalançar poderes. Ou ainda, na pesquisa de

Centelhas (2019), as visitas atentas e cuidadosas sistematicamente empreendidas por dona Esmeraldina aos vizinhos, em meio a disputas associativas potencialmente de rompimento, sem esquecer de visitar os vizinhos da outra associação que não a dela própria, e eventualmente convidando as dirigentes rivais para um almoço em sua casa após uma tensa reunião. Ou a cautela (em ambos os sentidos) constatada por Ayoub entre as esposas de posseiros e suas vizinhas, esposas de jagunços da empresa que pressionava para tomar-lhes as terras (AYOUB, 2016).

Outros e outras, ou as mesmas e os mesmos, podem se dedicar às artes de bem receber os estranhos, os técnicos do Estado ou de ONGs, os políticos em busca de votos, pesquisadores, estudantes, lideranças de movimentos e assim por diante. Sabem acolher, envolver e conduzir esses estranhos pela comunidade, e narrar com impacto as histórias da família, do povo, da comunidade, e de si mesmos. Fazem de saberes especiais e reconhecidos – do artesanato, da agricultura, da música, da dança, da culinária, do contar causos, da memória – foco de aproximação, troca, reconhecimento e orgulho. Existem inúmeros exemplos encontrados em etnografias, estas mesmas muitas vezes só viabilizadas por pessoas com essa atenção– veja-se o caso da marcante dona Das Neves em Fialho (2018), líder política, religiosa e uma das detentoras de artes da cerâmica transmitidas às gerações mais novas e por meio das quais tornou conhecida a comunidade. Há os(as) que reconhecidamente sabem ser firmes, decisivos(as), atuando como mediadores(as) informais em situações de conflito e tensão, como o senhor Olímpio, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de um município do Vale do Jequitinhonha e interlocutor de um dos autores deste texto (Comerford), que sabe contar inúmeros casos em que tratou de compor acordos sobre divisas de terrenos de agricultores vizinhos, mesmo bem depois de deixar a presidência do Sindicato. Há aquelas e aqueles que sabem das rezas, das aproximações com as mais diversas entidades, e em torno disso reúnem as pessoas, tornam-se referências ou reforçam um leque de motivos pelos quais se tornam pessoas exemplares, destacadas e lembradas.

Em maior ou menor grau, que haja essas figuras de destaque – percebidas e reconhecidas “de fora” ou não, mas sempre detentoras de algum tipo de autoridade, inerente à sua exemplaridade e à sua posição na sociedade local – é fundamental para que sejam eticamente ajustados o acesso e o usufruto de águas, terras, matas, mudas, sementes, barreiros de argila (para cerâmica) e

assim por diante. Esse tipo de ajuste “tradicional”, “costumeiro”, “comum” não surge e se mantém do nada, mas dos saberes, das artes, atenções e dos trabalhos incessantes de criação e manutenção de relações de pessoas e coletividades capazes disso. Parece-nos, portanto, que a caracterização de tais povos e comunidades como “tradicional” também deve dar conta dessas artes da relacionalidade, que, ao fim e ao cabo, são indispensáveis para a constituição e negociação cotidiana de tais coletividades com a terra, o ambiente, as pessoas e grupos.

Essas capacidades, aparentemente ordinárias mas frequentemente tão sutis, podem se concentrar em pessoas e famílias ou “povos” (no sentido apontado por CARNEIRO, 2015), diferentemente caracterizados como “amigueiros” (PERUTTI, 2018), “animados” (DAINESE, 2016), “pacientes”, que “sabem conversar” (COMERFORD, 2003, 2014, 2015), “justos”, até mesmo “bravos”, “valentes” (COMERFORD, 2003), “pirracentos” (VIEIRA, 2015) ou as mais diferentes combinações de referências morais de alguma forma admiráveis ou notáveis, do ponto de vista das noções de dignidade de cada comunidade em permanente formação e reformação. Tanto quanto a herança política de famílias dominantes (CÂNEDO, 2002), reputações e (contra) poderes dependem de cultivo e transmissão de modos de ser e saber, da socialização familiar no cotidiano e em ocasiões festivas, até as estratégias de casamento, guardadas as diferenças e desigualdades da situação e objetivos de elites políticas tradicionais e de famílias e comunidades camponesas econômica e politicamente dominadas – mas sempre em busca de afirmar sua dignidade própria.

Se, até aqui, constatamos a importância de pessoas e famílias de destaque para que algo como “bens comuns” possa existir, propomos que esses saberes e artes de relação e composição de forças possam ser considerados, eles próprios, um delicado “bem comum”, passado de geração em geração. Além disso, queremos sinalizar que sem essas pessoas, coletividades, artes e saberes, possivelmente não haveria por onde irradiar políticas “comunitárias” (tal como denominado por Araújo em artigo desta seção temática) que alcançassem algum peso, reconhecimento e eficácia no plano das relações com agências do Estado, ou mesmo com agências de militância política como sindicatos e associações ou com ONGs e entidades paraeclesiais. Esse modo de irradiação do “comunitário” ao “institucional” (que por sua vez não é sem consequências para a dinâmica das comunidades nem para o futuro dos “bens comuns”)

aparece em artigos aqui publicados. No texto de Roberta Cunha e Lia Barbosa, vemos a disposição de luta de um núcleo de parentes próximos da família Moura e sua habilidade de acolher e construir relação com militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens. O artigo de Marcela Centelhas nos apresenta o acolhimento e a candura firme e sutil de dona Esmeraldina nas visitas, prática que permite consolidar uma associação alternativa à dos brancos. João Maciel de Araújo, por sua vez, aponta a presença em agências do Estado e na política partidária dos militantes e filhos de militantes oriundos da política “comunitária” dos seringueiros. Se no cotidiano não houvesse o cuidado, o cultivo e a incorporação desse “bem comum” composto de pessoas, artes e saberes de relação, as oportunidades de se afirmar politicamente com alguma eficácia diante das pressões sobre territórios e modos de vida simplesmente passariam, como ocorre em diversas situações.

Da conformação ética dos lugares e ambientes – algumas observações

Outro ponto de partida destas reflexões são nossas próprias etnografias, que nos conduziram à dimensão ético-moral da circunscrição dos lugares, “recursos” e do acesso a eles, incluindo as terras, plantas, animais, águas, pastos, frutas que marcam cada um, tensionando com frequência a ideia consagrada de propriedade e seus pressupostos.

No Sertão dos Inhamuns, Ceará, onde Teixeira (2014, 2019) vem desenvolvendo pesquisas, as famílias de moradores (trabalhadores rurais agregados) contam para a sua subsistência⁷ não apenas com a agricultura, com a criação de pequenos animais, com a remuneração (em bichos ou dinheiro) advinda do trabalho na pecuária ou de serviços prestados aos donos de terra, mas também com o extrativismo, com a pesca e com a caça. Relembrando a infância, a adolescência e o começo da vida adulta, muitos sertanejos observam que eles, os seus pais e avós, raramente comiam a carne dos bichos que criavam. A carne consumida provinha, salvo momentos excepcionais como visitas e festividades, das matas ou dos rios e açudes. Muitos relataram, portanto, que foram “criados” por seus pais com “caça do mato”.

⁷ Ao falar em “subsistência”, o fazemos utilizando o sentido adotado por Garcia Jr. (1983, p. 16), isto é, “não [como] um dado, um mínimo abaixo do qual a existência física não seria possível, mas [como] uma categoria social que permite estabelecer que normas de reprodução são socialmente aceitáveis; por conseguinte, um conceito que também se move de sistema para sistema e que está tão submetido às leis de um sistema determinado como qualquer outro”.

Sendo trabalhadores rurais sem propriedade formal da terra em que residem e trabalham, os moradores apenas poderiam caçar da mesma forma em que vivem, isto é, “em cima do que é dos outros”, cruzando as “terras alheias”. Como não há nas regiões estudadas terras e florestas públicas, unidades de conservação ambiental, entre outros espaços, isso significa que a prática ocorre sobre as terras dos seus patrões ou de outros proprietários rurais. Portanto, a caça era (e é, presentemente) possível com o consentimento dos proprietários de terras, ou com o seu desconhecimento, silêncio complacente ou vista grossa sobre o assunto. Ao contrário do que foi observado em outro trabalho desta seção temática, o artigo de Keyty Silva, Eduardo Magalhães Ribeiro e Gildarly Cruz sobre os gerais, os sertanejos dos Inhamuns não fazem referência a um passado sem cercas ou em que houvesse poucas cercas. Dada essa configuração territorial, caçar é para eles, literalmente, cruzar cercas, forçar caminho através delas ou saltá-las. Cabe destacar que há um decisivo “pressuposto ontológico” (ALMEIDA, 2013) que informa e percorre a relação dos sertanejos com o seu mundo: “tudo que existe no mundo tem dono”. Todos os lugares que existem nessa região são concebidos como lugares *de* alguém, e essa preposição não descreve apenas ou mesmo necessariamente uma forma de apropriação privada (ou comunal), uma relação de propriedade, mas uma lógica de englobamento moral. Consequentemente, as relações que um caçador específico (ou ‘os caçadores’ como uma espécie de coletivo moral difuso) estabelece com o e no terreno de outra pessoa impactam o relacionamento com o seu dono.

Quando caçadores e seus cães cruzam repetidamente diferentes cercas, eles estão ignorando essas formas de codificação do espaço rural e questionando com o próprio corpo uma forma jurídica consagrada de apropriação desse território rural. Do mesmo modo, conhecendo em detalhes “terrenos” que não lhes pertencem – sabendo, por exemplo, onde encontrar determinados espécimes vegetais ou colmeias de abelhas –, não é apenas com os pés que os sertanejos estão “reivindicando” esses lugares, mas também com a mente. Não há nenhuma forma de demanda coletiva de tais áreas de caça como áreas de uso comum e tampouco uma luta política ou movimento social que busque desapropriar tais áreas ou legalizar o seu acesso; mas é possível divisar uma espécie de ética do uso e do acesso a esses lugares, assim como um conjunto de tensões e conflitos latentes, seja entre os próprios caçadores (pois nem todos sabem se portar apropriadamente ‘em cima do que é dos outros’) ou entre eles e certos proprietários de terra que veem com maus olhos a prática venatória e/ou

o fato de repetidamente diferentes pessoas cruzarem suas terras na surdina.

Em conformidade com as observações de outros autores sobre distintos povos camponeses e tradicionais (GALVÃO, 1976; WAGLEY, 1988; ALMEIDA, 2013), a atividade cinegética implica uma relação de respeito e de negociação com entidades que guardam e cuidam da caça e dos seus lugares de vida: o Dono da Caça, o Pai da Mata, a Mãe D'Água, o Mestre das Abelhas, entre outras. É apenas com sua permissão e consentimento que se tem sucesso, sob pena de repreensão física, mal-assombros ou um permanente estado de insucesso nas caçadas. Indo na mesma direção, aliás, Cíndia Brustolin e Dayanne da Silva Santos destacam em artigo nesta seção temática a força que a “Matinha” tem e empresta ao povo do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru-Mirim, Maranhão. Sendo essa porção de mata preservada um lugar sagrado, não se pode nela transitar de qualquer forma e sem autorização. As “obrigações” ali realizadas para os encantados do Tambor de Mina renovam a força corporal e de luta dos quilombolas. Os casos do Sertão dos Inhamuns e do Quilombo Santa Rosa dos Pretos problematizam o comodismo da expressão “recursos naturais” ao chamarem a atenção para dimensões outras que não econômicas – morais, religiosas e (cosmo)políticas –, inerentes às distintas relações de tais povos com os lugares e entes comumente descritos ou como “naturais” ou “sobrenaturais”. Parece-nos assim que o que está em jogo na relação entre os sertanejos e as brocas, roças, matas, entre outras áreas, são diferentes sistemas de uso daquilo que economistas e ecólogos chamariam de “recursos naturais”: um sistema de uso privado da terra coexiste e se sobrepõe (não sem tensões e ambiguidades) com uma espécie de sistema de uso coletivo das matas e dos seus viventes.

Se moradores e outros trabalhadores rurais que não têm propriedade efetiva da terra podem acessá-la ao plantarem “em cima do que é dos outros”, isso ocorre em razão de arranjos variados estabelecidos entre eles e o proprietário. Essa é uma relação de troca entre proprietários e agricultores fundamentada pela lógica econômica e moral do trabalho e da “luta”. A caça e a pesca, diversamente, não são concebidas pelos interlocutores como “trabalho”, tampouco os veados, os tatus, os caititus, o mel das abelhas, entre outros, são compreendidos como propriedade dos donos de terra, pois nem são por eles criados a partir do seu trabalho nem foram por eles “comprados” de outro proprietário que os houvesse criado. No fundo, se a caça se desenrola sobre “terras alheias”, a relação de troca efetivamente estabelecida pelos caçadores apenas mediata e incidentalmente é com os proprietários da terra. A troca em

questão é concebida como operada com os próprios bichos, com os seus donos extra-humanos e com Deus – que concede essas facilidades aos “pobres”. Deus, disse um sertanejo, “já deixou [os bichos] pra is[t]o, o cabra mata já é pra is[t]o: comer, sobreviver” .

Em contraste com os sertanejos pesquisados por Teixeira, que não supõem um tempo sem cercas cortando seus territórios, sendo possível adentrá-las para caçar, na pesquisa de Perutti (2015) nas margens do rio Paranã em Nova Roma, Goiás, a matriarca do quilombo de Família Magalhães conta com nostalgia que antes a região por onde circulavam não tinha cercas, mas gente. Em contrapartida, hoje o que se observa é muita cerca para pouca gente – um “deserto”. A cerca apresenta-se, portanto, como interdição recente e sem validade moral: Sebastiana não considera legítimo que se seja dono de uma terra apenas “no papel”. É preciso habitá-la, ter roças, criações, vizinhança (humana e não humana).

Naquele passado lembrado como sem cercas, os quilombolas faziam suas andanças pelos arredores do rio, “caçando melhora”, se estabeleciam em determinado lugar e ali recomeçavam a vida, em uma permanente impermanência. Em meio a esses movimentos, João e Sebastiana chegaram à Fazenda Lavado nos anos 1950 por meio de um acordo com um compadre para criarem porcos. Consideram que sua permanência em definitivo no local, um desejo de Sebastiana, ocorreu graças ao temperamento e saberes do falecido patriarca João – parteiro, curandeiro e, acima de tudo, “amigueiro”. Além de uma herança de João, o jeito “amigueiro” de ser é também atribuído à Sebastiana, que criou seus descendentes como pessoas calmas, sem vícios, cuidadosas na tessitura de suas relações. Há uma valoração moral em torno desse saber ser “amigueiro” como uma forma de controlar a braveza, o “sangue agitado”, a propensão à briga, sempre iminentes. O “sangue agitado” é, inclusive, usado como categoria acusatória nas tensões intrafamiliares.

No período da pesquisa de Perutti, entre 2011 e 2015, os habitantes do município de Nova Roma percebiam o lugar como em vias de acabar, de virar um deserto – de um ponto de vista ambiental, pelas secas mais rigorosas, mas também pela falta de “movimento” de pessoas. O jeito próprio de ser e se relacionar da Família Magalhães, além de garantir e legitimar sua permanência na Fazenda Lavado, foi a maneira particular encontrada para lidarem com essa percepção de “deserto”. Aprenderam, alguns mais do que outros, as artes de gerir relações, seja com amigos, seja com outros ameaçadores – como seres

mágicos potencialmente perigosos, opositores políticos ou pistoleiros – procurando apaziguá-las. Aprenderam a cultivar – como se cultiva um roçado – relações com vizinhos, políticos locais, correligionários, opositores políticos, amigos de Brasília que vão passar as férias na região.

Nos estudos do Incra para a futura titulação da Fazenda Lavado como terra de quilombo, foi-lhes colocada a possibilidade de reassentar e desapropriar vizinhos de terras ocupadas anteriormente pelo grupo, mas perdidas ao longo do tempo. A possibilidade os levou a uma delicada discussão, não sem tensões internas, sobre suas relações de vicinalidade. Preferiram não recuperar a maior parte dessas terras, sob o risco de perderem os vizinhos e, assim, transformarem de vez a região em deserto. Um território maior em termos de extensão, mas menor do ponto de vista existencial.

Esse jeito de ser também envolve um forte engajamento perceptivo a respeito do controle da passagem de pessoas e seres sobre o território. Observam com acurácia os rastros de humanos e não humanos pela estrada de terra que corta a Fazenda Lavado, calculando há quanto tempo teria ocorrido aquela passagem. Também mantém os ouvidos em permanente vigilância a qualquer barulho de gente e de bicho, identificam as “zoadas” de motor de carro ou de moto a uma grande distância, especulam o tamanho e a direção do veículo pelo barulho. Os indícios de passagem de gentes e seres povoam o território, fazendo dele menos deserto. Território esse que não é concebido, portanto, como anterior aos movimentos e relações que o produzem, como Sebastiana evidencia no lamento sobre as cercas sem gente.

Da mesma forma, em etnografias realizadas na Zona da Mata de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha mineiro, Comerford (2003, 2014, 2015) destaca o cultivo de uma fina atenção às movimentações de pessoas e animais nos territórios das comunidades, inclusive nos territórios urbanos por onde circulam as pessoas dessas comunidades. Essa precaução é indissociável de narrativas e comentários ou julgamentos morais que circulam com grande eficácia e rapidez, assim como de tensões concomitantes – que são, nesse sentido, constitutivas da comunidade. Do ponto de vista da discussão aqui apresentada, o conhecimento acerca dos deslocamentos, permanências, ausências, caminhos costumeiramente trilhados, interdições de trilhar certos caminhos ou tensões geradas pelo caminhar, compõe um quadro dinâmico e detalhado tanto territorial como moral. Esse quadro é acompanhado com interesse pela comunidade (na sua concentração ou dispersão geográfica

própria), e relativiza as delimitações jurídicas (as cercas, as propriedades) por meio do mapeamento permanente das relações e das possibilidades, ou não, de acesso, usufruto e apropriação dos lugares e daquilo que eles potencializam. Nesse sentido, até mesmo casas ou lugares de trabalho (oficinas, lojas, biroskas) na pequena ou na grande cidade poderiam ser pensadas como parte de um “comum” na medida em que se configurem como um elemento compartilhado dos circuitos de vida, eticamente regulados, de um dado povo (definido de forma mais abrangente ou mais restrita, como uma “família” mais delimitada ou mais inclusiva em relação à comunidade).

Alguns comentários sobre os artigos

Assim, o interesse em organizar este dossiê surgiu da constatação de que há um amplo leque de trabalhos trazendo notícias de uma diversidade de comunidades camponesas (para usar um termo abrangente e sem maiores pretensões conceituais no presente contexto) que vêm na prática criando e mantendo modalidades de relação com terras, águas, plantas e animais que não coincidem plenamente com o que está estatuído pelas formas dominantes de organização jurídica e econômica, ainda que estejam sempre postas em relação com essas formas. E que diante das pressões e agressões aos seus territórios e modos de viver, se articulam politicamente a partir, em larga medida, da mobilização de suas maneiras próprias de autoridade e do protagonismo de pessoas e famílias portadoras de saberes relacionais fundamentais para a constituição e transformação dessas comunidades e de sua dignidade própria, inclusive em momentos decisivos de mobilização política. Vistas em seus próprios termos, e não nos termos gerados a partir de posições social, política e economicamente acima e ao centro do Estado nacional brasileiro (segundo a inspiração da “visada anarquista” proposta por James Scott, 2009, 2012), tais comunidades não são focos de atraso, obstáculos ao desenvolvimento, inviáveis economicamente, reservatórios de mão de obra ou mesmo necessariamente guardiãs de “recursos naturais” contabilizáveis. Tampouco são, ao contrário, riscos a esses mesmos “recursos”, tal como muitas vezes aparece em discursos e projetos políticos ou em falas informais no cotidiano de numerosos agentes estatais ou empresariais. Os trabalhos apresentados no ciclo de debates promovido em 2020 pelo NEDET em parceria com o NuAP, bem como os artigos aqui apresentados, oferecem um leque variado sobre os termos próprios dessas comunidades, no que diz respeito ao modo como entendem o assim chamado

“ambiente” e lidam com ele. Do mesmo modo, tratam de processos conflitivos e seus desdobramentos em termos de políticas e da política, sobretudo quanto às experiências de busca de reconhecimento político como protagonistas e portadores de uma perspectiva própria a ser levada a sério.

Os diferentes trabalhos que compõem a seção temática expressam, direta ou indiretamente, a dimensão ética do fazer-se (e refazer-se) de tais povos, o que em alguns casos se expressa em situações de conflito social em que os “lados” da disputa são compreendidos desde um ponto de vista moral. Não por acaso, uma das interlocutoras de Roberta Cunha e Lia Barbosa sugere identificar no artigo as lideranças da comunidade Lapa que resistem à expropriação de suas terras pela construção de uma barragem, com termos que “ilustram as suas lutas”: “Força”, “Luta”, “Bem-Viver”, “Território”, “Direito”. No mesmo artigo, ao rememorar a ocupação ocorrida em 2010, protagonizada por três comunidades atingidas pela construção da barragem Figueiredo, o interlocutor Bem-Viver-66 opõe “a força das famílias”, concebida como moralmente positiva e representada pelas comunidades, à “força do dinheiro” daqueles a quem interessava a construção da barragem. As imagens acionadas pelos lapistas e o seu forte conteúdo moral remetem às observações de Comerford (1999) sobre um dos sentidos da palavra “luta” entre trabalhadores rurais do oeste baiano. Essa “luta” dos “pobres” contra os “poderosos” tem, em seu conteúdo agônico, uma dimensão ética (e épica) crucial, na medida em que os primeiros afirmam que tiveram direitos lesados ou um modo de vida tradicional ameaçado e, coletivamente, agem contra aqueles que os ameaçam. “Luta”, portanto, também expressa um sentido de comunidade e de união – e de *comum*, nos casos sobre os quais refletimos aqui – na ação política coletiva e, manifestando-o, “(...) é a própria mobilização e o reconhecimento dessa mobilização como *luta* comum por parte de outros camponeses da localidade que engendra ou dá sentido a uma *comunidade*” (COMERFORD, 1999, p. 34).

O artigo de Marcela Centelhas, por sua vez, chama a atenção para o fato de que a partilha e a oferta de determinados “recursos” pode ser um delicado foco de problematização ética no fazer-se de tais povos e comunidades, sendo atravessado por questões como o racismo. A própria ideia da água como um “recurso natural”, aliás, é questionada pela autora, a partir do momento que tal caracterização ignora os diferentes sentidos, relações, qualidades e simbolizações que as águas, no plural,⁸ possuem e constituem. Para as mulheres

⁸ No artigo de Keyty Silva, Eduardo Magalhães Ribeiro e Gildarly Cruz, também notamos a pluralidade e as

da comunidade quilombola Liberdade, a água é um bem que não pode ser negado e as suas cisternas comumente abastecem mais de uma família. A enunciação de uma máxima – “não negar água para ninguém” – não implica, contudo, que esse seja necessariamente o caso para todas as pessoas da localidade, pois critérios como a vicinalidade, o parentesco e a política (dada a disputa entre as duas associações de moradores) podem funcionar como uma linha de corte senão para o ato de dar a água, para aquele de pedi-la.

Outro ponto do trabalho de Centelhas que vale a pena ser mencionado refere-se ao que um de nós, informado por trabalhos anteriores (PALMEIRA; HEREDIA, 1995; PALMEIRA, 2001), pensou como uma espécie de ambiguidade moral na organização da experiência de tais povos em *tempos* (TEIXEIRA, 2019). Chamando a atenção para o fato de que a noção de “tempo” utilizada por seus interlocutores diz respeito menos a alguma forma de datação histórica e mais a qualificativos morais, Centelhas observa a centralidade das águas na oposição entre o “tempo antigo” e o “tempo da riqueza”. O “tempo antigo” remete à fome, ao trabalho parcamente remunerado e ao acesso a fontes de água de baixa qualidade para o consumo, mas também à vergonha e à humilhação de “agoniar” água àqueles que a tinham. Com o avanço das políticas públicas e dos direitos sociais nas primeiras décadas do século XXI (representado por programas como o Fome Zero, o Bolsa Família, o Garantia-Safra, a construção de cisternas de placa ou a instalação de reservatórios de polietileno, entre outros benefícios), o “tempo da riqueza” marca um aumento na qualidade de vida e mais facilidade de dispor de águas de boa qualidade, relegando aquela que provém dos barreiros, dos quais antigamente se bebia, para outras finalidades. As menções ao “tempo antigo” e às agruras vividas, ademais, qualificam positivamente aqueles que os viveram, em uma espécie de gramática moral do sofrimento já percebida por outros autores no Nordeste brasileiro (COMERFORD, 1999; MAYBLIN, 2010; TEIXEIRA, 2014, 2019; VIRGÍLIO, 2018).

Essa ambiguidade moral dos “tempos” na descrição das interações entre povos, ambiente e Estado também é perceptível no artigo de Keyty Silva, Eduardo Magalhães Ribeiro e Gildarly Cruz. Apontando para significativas mudanças ambientais, técnicas, econômicas e sociais de longo prazo, os moradores de Cabeceirinha, no “gerais”, descrevem uma diferença entre o “tempo de primeiro” e o “tempo de hoje” à qual se associam, respectivamente,

diferenças qualitativas das águas (e dos diferentes lugares onde esse bem pode ser encontrado), tal como compreendidas e utilizadas pelos agricultores do gerais.

oposições binárias que explicitam a transformação qualitativa na sua relação com a terra, as águas e o território:

terra solta : terra presa :: soltas : cercas :: água farta : água regulada :: movimento : paradeira

Todavia, assim como observado por Centelhas e por Teixeira (2019) em outros contextos, os geraizeiros também observam que o “tempo de hoje” trouxe progressos que, embora sem contrabalançar plenamente o “aperto” do seu modo de vida se comparado àquele do “tempo de primeiro”, mitigam a situação atual: a aposentadoria rural, os programas sociais, os benefícios da eletricidade e do abastecimento de água, entre outros direitos.

O artigo de Silva, Ribeiro e Cruz trata das mudanças da relação entre o povo de Cabeceirinha, município de Januária, Minas Gerais, com o ambiente. Em uma perspectiva de longo prazo, que não se confunde com a variação sazonal característica dos gerais, os moradores da região testemunharam “[a] privatização do gerais” e o avanço das cercas, protagonizados pelas “firmas”, mas também a criação de Unidades de Conservação com a consequente chegada das de “normas de preservação no rio Pandeiros.”⁹ Diante das regulamentações conservacionistas vindas desde acima, que afastavam a agricultura das margens do rio, os geraizeiros foram obrigados a criar novas estratégias de produção agrícola e de criação de gado. Nos termos de um dos geraizeiros, “(...) o governo fechou por baixo, a firma fechou p’rarriba”. Os autores salientam que, do ponto de vista dos camponeses e dos povos tradicionais, tanto o latifúndio quanto as políticas de conservação, embora bastante diferentes em sua fundamentação, podem ser por eles vividas como ameaças a um modo de vida tradicional, comprometendo não apenas o uso e o controle comuns das terras e das águas, como ainda o usufruto familiar. Em suma, lógicas do usufruto e da apropriação da terra e do ambiente estranhas àquelas dos geraizeiros se impuseram sobre esse povo.

O texto de Brustolin e Santos analisa uma situação de conflito que se estende por décadas de agressão a um território quilombola, enfocando especialmente a situação recente da duplicação de uma estrada considerada “prioritária” pelo

⁹ Para dar uma ideia do potencial impacto de UCs como essas sobre as populações locais, observamos que, conforme os autores: “Em 2019, as unidades de conservação ocupavam 1,2 milhão de hectares no Alto-Médio São Francisco e Cabeceirinha ficou localizada dentro da APA do rio Pandeiros, considerado como ‘rio de preservação permanente’ em Minas Gerais, pela Lei Estadual nº 15.082, de 27 de abril de 2004, graças às características ambientais e históricas e à beleza natural [...]”.

governo estadual, dada a sua importância como “corredor de desenvolvimento” vinculado ao escoamento de grãos produzidos na região denominada Matopiba. Contrastando o “bem público” do discurso desenvolvimentista e do Judiciário com as concepções quilombolas que enfatizam as relações densas dos que ali habitam com matas, rios, peixes, roças e encantados, as autoras mostram que a estrada, supostamente portadora de um “bem maior”, se apresenta como destruidora de relacionamentos que constituem a vida da comunidade enquanto tal e da sua filosofia política do “comum”, que não corresponde à noção de “público” que orienta o discurso político-jurídico dominante. Desse modo, a estrada, aos olhos quilombolas, é portadora de uma crise ecológica, no mais amplo sentido de destruição das composições de força ali estabelecidas. Mas as autoras mostram também as lutas empreendidas, que buscam tanto se opor ao suposto consenso em torno do caráter publicamente benéfico da estrada como construir novas possibilidades de vida “nas ruínas”, como sugere Tsing (2019). A dificuldade dramática, do ponto de vista quilombola, de serem reconhecidos e efetivamente escutados nos espaços de negociação é trazida com força pelo texto, retomando um tema apontado nos anos 1980 por Sigaud (1986, 1987, 1992) em torno do difícil reconhecimento político dos camponeses como agentes diante de grandes projetos como os de barragens.

Se essa situação no Maranhão dá uma dimensão das dificuldades que se contrapõem a uma escuta eficaz e uma presença reconhecida na mesa de negociações, no caso do texto de Araújo, o ponto de partida muito concreto é a presença efetiva, no Acre, em arenas em que se decidem políticas públicas e em que se configuram as forças políticas em disputa no âmbito estadual, de pessoas formadas e ligadas às formas comunitárias de política surgidas nos enfrentamentos dos seringueiros contra as forças que disputam, desde os anos 1980, os seus territórios de vida. Essa política comunitária, tendo como premissa as colocações de seringueiros e gestada no meio institucional de CEBs, sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs e progressivamente nas emergentes organizações de seringueiros, conseguiu efetivamente fazer presentes os seringueiros como uma força política e marcar o discurso dos governos estaduais, apesar da ambiguidade destes e das disputas incessantes no seu interior. E incidiram efetivamente, de maneira crítica, sobre a implementação de políticas públicas gestadas muitas vezes à distância das comunidades locais e de seus interesses e percepções. O texto apresenta de maneira clara o relativo

sucesso, numa dada conjuntura, dessa presença política, assim como os seus limites e possibilidades.

* * *

Deste breve panorama fica a impressão de que, se as forças políticas e econômicas ajustadas de modo mais sistemático ou mais contingente em torno do ataque aos povos dos campos, das águas e das florestas têm lá suas dinâmicas bem estabelecidas de arruinar formas de vida e destroçar as teias que sustentam as artes de fazer comuns e comunidades, elas não encerram a luta. Ora, como observou Anna Tsing, “se o mundo ainda é diverso e dinâmico, é porque a escalabilidade nunca cumpre suas próprias promessas” (2019, p. 182). Se as lógicas, de um lado, do desenvolvimento econômico desenfreado e, de outro, da conservação do “meio ambiente” em recintos sem humanos, vão de encontro a uma diversidade de modos de viver, isso não implica que os povos sobre os quais falamos nesta seção temática, mesmo em meio a ruínas, tenham cessado de produzir vida, diferença e figuras marcantes e exemplares nos termos próprios das éticas em jogo nessas comunidades. E essas figuras também têm lá seus modos de repor e recompor teias, por meio de uma luta que se torna própria de um povo na medida em que, ao acontecer, refaz esse povo; uma luta, ademais, pelo “desfrute da vida”, “pela pluralidade de modos de existir” e de compor o mundo (ALMEIDA, 2016, p. 31). Tais lutas, por fim, podem chamar a atenção de um público mais amplo e obter algum sucesso – sucesso suficiente para fazer esses povos serem notados e se fazerem escutar, como apontam os trabalhos mencionados e aqueles a seguir reunidos.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas Etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 56-88.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; GODOI, Emilia

- Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. v.2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 39-66.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Caipora e outros conflitos ontológicos. *Revista de Antropologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2013. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/85>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Desenvolvimento entrópico e a alternativa da diversidade. *Ruris*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 19-39, 2016.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de; REZENDE, Roberto. Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação. *Ruris*, Campinas, v. 7, p. 185-195, 2015.
- AYOUB, Dibe. *Entre jagunços e valentes: família, terra e violência no interior do Paraná*. 2016. 289 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000842240>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. *Revista de Arqueologia*, Pelotas, v. 21, n. 2, p. 9-23, 2008. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/248>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- BOHANNAN, Paul. Africa's land. In: DALTON, George (Org.). *Tribal and peasant economies: readings in economic anthropology*. Garden City: Natural History Press, 1967. p. 51-60.
- CÂNEDO, Letícia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Proposições*, Campinas, v. 13, n. 2, 2002. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643945>. Acesso em: 8 mar. 2022.
- CARNEIRO, Ana. *O povo parente dos Buracos: sistema de prosa e mexida de cozinha*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.
- CENTELHAS, Marcela Rabello de Castro. *Nas Águas das Políticas: as mulheres, as cisternas e o curso da vida no agreste pernambucano*. 2019. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- COMERFORD, John. Lutando: os diferentes sentidos da palavra luta entre trabalhadores rurais. In: COMERFORD, John. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 19-45.
- COMERFORD, John. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- COMERFORD, John. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 107-141, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/89110>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- COMERFORD, John. Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. *Ruris*, Campinas, v. 8, n.

- 2, p. 7-29, 2015. Disponível em:
<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ruris/article/view/1986>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- COSTA, Ana Luiza Martins. *Uma retirada insólita*: rio São Francisco, Barragem de Sobradinho. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro William Barbosa de (Orgs.). *A Enciclopédia da Floresta – o Alto Juruá*: práticas e conhecimentos das populações. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 277-300.
- DAINESE, Grazielle. Movimento e animação das festas, visitas, andanças e chegadas. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 641-669, 2016.
- DESCOLA, Philippe. *In the society of nature: a native ecology in Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DESCOLA, Philippe. *Beyond nature and culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- FASSIN, Didier; EIDELIMAN, Jean-Sébastien. Introduction. Défense et illustration des économies morales. In: FASSIN, Didier; EIDELIMAN, Jean-Sébastien (Orgs.). *Économies morales contemporaines*. Paris: La Decouverte, 2012.
- FIALHO, Gustavo. *O povo da cultura e as forças do barro no Quilombo Buriti do Meio - MG*. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 77-94, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/asoc/a/8dF9vRn3xSCDnMqthbFMv/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2022.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens*: um estudo da vida religiosa em Itá, Baixo Amazonas. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres; New York: Routledge, 2000.
- INGOLD, Tim. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. Londres; New York: Routledge, 2011.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: 34, 1994.
- MAYBLIN, Maya. *Gender, catholicism and morality in Brazil: virtuous husbands, powerful wives*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza. (Org.). *O dito e o feito*: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p. 171-177.

- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 31-94, 1995. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6587>. Acesso em: 13 jan. 2022.
- PERUTTI, Daniela. *Tecer amizade, habitar o deserto*: uma etnografia do quilombo Família Magalhães. 2015. 255 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11052016-132211/pt-br.php>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- PERUTTI, Daniela. Políticas do Território e Territórios da Política em uma família quilombola de Goiás. In: MARQUES, Ana Claudia; LEAL, Natacha Simei (Orgs.). *Alquimias do parentesco*: casas, gentes, papeis, territórios. São Paulo: Terceiro Nome, 2018. p. 65-99.
- PORTO, Líliliana. Uma reflexão sobre os Faxinais: meio-ambiente, sistema produtivo, identidades políticas, formas tradicionais de ser e de viver. In: PORTO, Líliliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia M. dos Santos (Orgs.). *Memórias dos povos do campo no Paraná – Centro-Sul*. Curitiba: ITCG, 2013. p. 59-77.
- SCOTT, James C. *The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven; Londres: Yale University Press, 1976.
- SCOTT, James C. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- SCOTT, James C. *The art of not being governed: an anarchist history of upland Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 2009.
- SCOTT, James C. *Two cheers for anarchism: six easy pieces on autonomy, dignity, and meaningful work and play*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho. *Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional*, v. 9, p. 1-116, 1986.
- SIGAUD, Lygia. O Caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, p. 18-40, 1992.
- SIGAUD, Lygia; MARTINS-COSTA, Ana Luiza; DAOU, Ana Maria. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 214-290, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TEIXEIRA, Jorge Luan. *Na Terra dos Outros: mobilidade, trabalho e parentesco entre os moradores do Sertão dos Inhamuns (CE)*. 2014. 222 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- TEIXEIRA, Jorge Luan. *Caçando na Mata Branca: conhecimento, movimento e ética no sertão cearense*. 2019. 445 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal

do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:
<http://objdig.ufrj.br/72/teses/902370.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022.

TSING, Anna. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005.

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VIEIRA, Suzane de Alencar. *Resistência e pirraça na Malhada: cosmopolíticas quilombolas no Alto Sertão de Caetité*. 2015. 425 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VIRGÍLIO, Nathan. *Pensa que é só dar o de-comer? Criando e pelejando com parente e bicho bruto na comunidade do Góis – CE*. 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

Como citar

TEIXEIRA, Jorge Luan; COMERFORD, John; PERUTTI, Daniela Carolina. Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais: uma introdução. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230109, 24 maio 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st01.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.


Seção Temática

Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais

A multiplicidade das águas no fazer das pessoas: corpo, gênero e materialidades em um quilombo pernambucano

The multiplicity of water in people's actions:
body, gender, and materialities in a quilombo in Pernambuco

 **Marcela Rabello de Castro Centelhas**¹

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st02

Resumo: Este artigo parte da etnografia realizada no convívio com famílias quilombolas no agreste de Pernambuco. À medida que minha inserção no cotidiano da comunidade foi se adensando, minha posição em termos de gênero e geração tornou possível direcionarmos o olhar para as formas locais de uso, classificação e simbolização das águas. Perceber a multiplicidade das águas em termos de características sensoriais, qualidades, efeitos e relações com corpos e coletividades permitiu refletir criticamente a respeito dos discursos acadêmicos e estatais sobre a região semiárida, que tomam a água como um recurso natural escasso. Ao dar centralidade à dinâmica cotidiana das águas, privilegio as casas como eixos centrais a partir dos quais o manejo dessa substância evidenciava conexões entre corpos e materialidades. Essas conexões revelaram-se valiosas para pensar os usos das águas na relação com trabalhos e atribuições generificadas, conflitos, expectativas e julgamentos morais, situações de prestígio e humilhação, formas de cuidado e apresentação pública dos corpos.

Palavras-chave: águas; gênero; corporalidades; materialidades; trabalho de campo.

Abstract: This article is based on an ethnography of quilombola families in the countryside of Pernambuco. As I became more solidly established in the daily life of this community, my position in terms of gender and generation allowed me to shift my focus to local forms of using, classifying, and symbolizing water. Perceiving the multiplicity of water (in terms of sensory characteristics, qualities, effects, and relationships with bodies and

¹ Professora efetiva do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), atuando na Licenciatura em Ciências Sociais e na Educação Básica. Doutora e mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ). E-mail: marcelarabello91@gmail.com.

collectivities) permits critical reflection on academic and government discourses on the semiarid region, which consider water a scarce natural resource. By focusing on the daily dynamics of water, the home emerged as a center from which the handling of water revealed connections between bodies and materialities. These connections proved valuable for thinking about the uses of water in relation to gendered work and attributions, conflicts, expectations and moral judgments, situations of prestige and humiliation, forms of care, and public presentation of bodies.

Keywords: water; gender; corporalities; materialities; fieldwork.

O curso de uma pesquisa com águas e mulheres

As reflexões que constroem este texto foram possíveis a partir da pesquisa com famílias que se autodenominam quilombolas e habitam a comunidade de Liberdade, situada entre o Agreste Meridional e o Sertão do Moxotó, na microrregião do vale do Ipanema, estado de Pernambuco. Digo isto não somente para situar geograficamente este trabalho, mas principalmente para colocar que as análises aqui desdobradas serão desenvolvidas a partir dos posicionamentos e engajamentos assumidos durante o trabalho de campo, realizado ao longo de oito meses, distribuídos entre os anos de 2016 e 2018.

Liberdade é o nome fictício² de uma comunidade rural onde habitam cerca de trezentas famílias (segundo a contagem de uma das associações de moradores locais), que vivem da renda da pequena agricultura, do gado leiteiro, da criação de caprinos e ovinos, da aposentadoria rural e do dinheiro via programas sociais. A comunidade é diversa em termos de renda e escolarização, e nela também moram médios fazendeiros, professores(as), pedreiros, motoristas de transportes alternativos, funcionários da prefeitura, além dos(as) pequenos(as) agricultores (a maioria tendo só a posse da terra). É importante mencionar que parte dos moradores e moradoras se declaram *quilombolas*,³ e isto tem implicações significativas na organização política e social da comunidade, na conformação de disputas entre as duas associações existentes e na relação com mediadores e agentes do Estado.

² De modo a preservar a privacidade dos(as) interlocutores(as), bem como de organizações e associações locais, os nomes de localidades e pessoas são fictícios.

³ Utilizei o *itálico* para termos, expressões e frases das interlocutoras com até três linhas. As aspas serão para aproximações de sentido e também para citações bibliográficas. Caso estas últimas ou frases das interlocutoras tenham mais de três linhas, usaremos recuo de margem.

Ao longo da permanência na Liberdade, fui recebida por estas famílias que estão liderando o processo de reconhecimento formal como comunidade quilombola e são, no município, reconhecidas como tal (*os quilombolas*). Habitar e frequentar esse conjunto de casas, portanto, me alinhava a eles diante das rivalidades existentes entre este grupo e aquele relativo à Associação de Moradores mais antiga, grupo designado pelos *quilombolas* como *brancos*, cuja associação era também referida como *associação dos brancos*. Menciono este aspecto de início, pois ele constitui um marco importante de como o trabalho de campo se articulou à dinâmica conflituosa e desigual de relação entre esses dois grupamentos, especialmente no que tange a processos de racialização e sua relação com os usos⁴ das águas.

Antes de realizar uma pesquisa de campo mais sistemática com famílias dessa comunidade, nossa atenção se dirigia para compreender a execução e os desdobramentos sociais de políticas públicas muito importantes para a região rural semiárida: os Programas Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e Uma Terra Duas Águas (P1+2) (cf. CENTELHAS, 2019). Criados ao longo da década de 2000, em um momento de avanço nas políticas de superação da pobreza, estes programas são fruto da luta de diversos movimentos e organizações sociais estruturados sob a Articulação Semiárido Brasileiro (a ASA-Brasil). Eles têm como produto e objetivo a construção de reservatórios – cisternas variáveis em termos de tamanho – que captam a água da chuva e a armazenam durante os períodos de estiagem, muito comuns a esta região. Assim, as duas políticas agem ao descentralizar o acesso à água para a população rural, proporcionando água de qualidade próxima às casas e ao longo de todo o ano. Portanto, embora não sejam o centro de nossa análise, ambas as políticas constituíram o ponto de partida de meus interesses em torno das águas e seus usos.

Visando saber mais acerca dos efeitos e elaborações locais no que se refere a estes Programas, comecei a acompanhar Fernanda, técnica de uma organização local responsável por gerir e executar as referidas cisternas, em suas visitas às casas das agricultoras e agricultores contemplados. Ao longo do primeiro mês em que estive diariamente com ela, começamos a frequentar a comunidade Liberdade, que à época tinha sido contemplada com 27 cisternas e, por isso, demandava a presença da técnica para que fossem organizados os cursos de

⁴ Opto por utilizar a palavra uso quando se tratar de uma dimensão cotidiana da utilização da água, pois a palavra “gestão” é carregada de sentidos normativos e refere-se a uma elaboração das políticas de Estado e das agências governamentais que pensam a água a partir da ideia de “recurso hídrico”, ideia essa que objetivo refletir sobre e não tomar como dada.

capacitação, a entrega dos materiais e a efetiva construção dos reservatórios. Nessas visitas, fui conhecendo Esmeraldina e sua família, que me convidaram para uma festa que aconteceria na comunidade. Esmeraldina é, até hoje, presidente de uma das associações de moradores da Liberdade, chamada Associação dos Quilombolas e Descendentes de Cajau. Aceitei o primeiro convite para passar um final de semana com elas e, a partir daí, iniciei um contato sistemático com essa e outras famílias da região, que se estendeu por quatro meses em 2017 e dois meses em 2018.

Recompor como se deu o engajamento com as interlocutoras não é ao acaso nem muito menos fruto de um “lugar comum” antropológico. Retomo aqui alguns aspectos da historicidade da pesquisa de campo porque eles são relevantes para a análise que procuro realizar em torno das águas, seus usos e sentidos, em especial no que tange a como o posicionamento em campo se desdobra em possibilidades e impossibilidades de perceber e etnografar este bem. Antes de permanecer mais tempo na Liberdade, minha relação com as interlocutoras se dava ao longo das visitas que Fernanda, a técnica, realizava em suas casas, visitas estas motivadas ou pela minha pesquisa, me apresentando alguma beneficiária do Programa de Cisternas *mais acostumada a dar entrevista*, como ela mesma se referia, ou pelo próprio trabalho dela em gerenciar o Programa. Nestas situações, minha tentativa era ter algum momento de conversa com as agricultoras – eram especialmente as mulheres que me recebiam – para perguntar sobre os efeitos do Programa em suas vidas e tentar entender como a gestão da água se dava em suas casas.

Contudo, entrevistas rápidas e sem um contato prévio com aquelas pessoas se revelaram inférteis em certo sentido, pois muitas vezes as pessoas mostravam-se desconfortáveis com aquele momento, se limitando a positivar o Programa e mudando de assunto quando eram questionadas sobre o uso da água. Rita (59), uma senhora fascinante que conheci em uma dessas incursões desajeitadas, desconfiou que houvesse algum interesse oculto por trás das minhas perguntas. Disse ela: *afinal, menina, o que você quer saber?*. De fato, é muito esquisito – e digno de suspeita – alguém estranho entrar em sua casa lhe perguntando como se utiliza a água. Para além da possibilidade de ser lida como uma espécie de fiscal do governo ou representante da entidade que tinha gerenciado a construção da cisterna na casa de Rita, pois eu ia acompanhada de uma técnica dessa organização, este incidente me fez refletir sobre as relações

entre águas e discursividades e, mais que isso, sobre os jogos de visibilização e invisibilização das práticas e falas sobre esse bem.

Inspirados em Das (1999) e na sua percepção das nuances entre o “dito” e o “mostrado”, bem como em etnografias que abordam a relação entre trauma e fala (CHO, 2008; ROSS, 2003), perguntei-me por que o uso da água era um tema que gerava cautela por parte das interlocutoras. Algumas possibilidades interpretativas para essa questão poderiam residir no fato de a água ser um tema moralmente muito sensível naquele lugar, dada as narrativas acusatórias sobre ela ser *moeda política* na compra de votos,⁵ ou de a ausência dela ser um elemento de estigmatização nos discursos e imagens que constroem o semiárido como local de pobreza e miséria (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, 2017; COSTA, 2020). Contudo, parecia haver muito mais a ser compreendido nessa relação entre águas e falas, em especial tratando-se de diálogos travados com mulheres. Elas, além de serem socialmente responsáveis pelo uso cotidiano desse bem no universo doméstico, são o público-alvo de certas normativas médico-sanitárias no fazer do Estado e no desenho de políticas públicas, sobretudo quando a gestão da água se conecta a dimensões do cuidado e da maternidade (CENTELHAS, 2020).

Deslocando essa questão de uma relativa invisibilização do tema “água” nas falas públicas de minhas interlocutoras para outro campo de enunciação, é possível indagar se não há também certa “transparência” (para usar uma metáfora “aquosa”) das questões relativas às águas e seus usos cotidianos nas teorizações antropológicas e mesmo das ciências sociais. Parece haver uma tendência em tornar a água digna de atenção, ou “analisável”, principalmente quando produz grandes “eventos” (seja ele um “conflito”, uma “crise” ou uma “catástrofe”), ou quando as populações impactadas por estes eventos resistem a essas situações enquadrando este bem em noções como “direito” – que de fato é. Ao longo do trabalho de campo, talvez justamente por não presenciarmos as águas em tais situações, elas não eram percebidas a partir desse léxico mais comum da luta social, o que trouxe algumas reflexões que exploro a seguir.

⁵ Indicativo disso foi a campanha “Não troque seu voto por água”, da ASA-Brasil, realizada em 2012 e retomada em 2018. Para mais informações sobre ela, ver: <https://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10656-campanha-nao-troque-seu-voto-por-agua-orienta-populacao-do-semiarido-sobre-a-importancia-do-voto-consciente>. Acesso em: 12 ago. 2021.

Isso de forma alguma quer dizer que as águas não são um objeto relevante e constante nos trabalhos das ciências sociais.⁶ Contudo, salta aos olhos o fato de se dar menor atenção à dimensão mais corriqueira do uso da água nos trabalhos acadêmicos, especialmente quando se trata da forma como ela é manejada dentro das casas, no cotidiano dos e entre os núcleos domésticos.

Esse segundo plano que uma abordagem da água em sua dimensão mais cotidiana assume nos leva a perguntar quem são os corpos que geram essas águas e se sua relativa “transparência” nos trabalhos não estaria conectada a outros regimes de visibilização/invisibilização, relativos às assimetrias de gênero. Se pensarmos que as águas podem ser – desde elaborações estruturantes como faz Bourdieu (1971), com base na etnografia das sociedades Cabílias, até teorizações mais contemporâneas como Feldhaus (1995) sobre as simbologias dos rios na Índia – convencionalmente associadas ao feminino, às mulheres e aos valores da domesticidade, é possível perguntar se essa invisibilização também não é reforçada por e reforça um apagamento do lugar e papel das mulheres, que se espelha nas hierarquizações temáticas comuns às ciências sociais. O ocultamento ou atenuação da importância do trabalho feminino, ponto de partida e objeto de denúncia de diversos feminismos (CARNEIRO, 1994; HERNANDEZ, 2010; BUTO; HORA, 2010), desdobram-se na própria dimensão secundária que o manejo cotidiano da água assume nas pesquisas acadêmicas, apontando para possíveis conexões entre as linhas de pesquisa e a preponderância de temas e interesses relativos a universos masculinos.

Com certeza, essa invisibilização não deve ser substantivada, pois se constrói sempre em relação ao estatuto do que é visível ou não. De outra perspectiva,

⁶ Dentre os trabalhos relativos ao grupo “pescadores”, destacam-se Woortmann (1992), Ramalho (2006), Cardel e Oliveira (2013), entre outros. Ainda assim, neles a água surge num espaço bastante masculinizado, o mar, a partir do qual o grupo social se reproduz economicamente. Outro conjunto de pesquisas está ligado à área da etnoconservação. Diegues (2000, 2005), por exemplo, dá pistas interessantes sobre a visão comunitária e local das águas, seus múltiplos sentidos, usos e simbologias. Também Galizoni (2005, 2013) e Galizoni *et al.* (2008) fazem uma reflexão sobre formas de manejo local e as relações produzidas na interação com muitas águas, propiciando uma crítica à mercantilização dos recursos naturais e sua gestão pelo Estado e pelo capital. Ressaltamos ainda os artigos contidos no dossiê organizado por Teixeira e Quintela (2011), entre eles: “A crítica à água como mercadoria e os conflitos entre população local em grandes projetos” (ZHOURI; OLIVEIRA; LASCHEFSKI, 2011); “As experiências e sentidos sobre diferentes águas envolvendo conflitos sobre sua potabilidade” (TEIXEIRA; MOURA; DAVISON, 2011); “Sobre ritmos, tempos e movimentos que se mesclam na relação entre água, pesca e técnica” (SAUTCHUCK, 2011); “Sobre as relações entre água, saúde e lazer e a imbricação entre discursos médicos e das populações locais” (QUINTELA, 2011). Destacamos também o trabalho de Pierobon (2021), que une-se a outros, como Anand (2017), no esforço de pensar a importância da relação entre águas e o que chamam de “infraestruturas”, e como o investimento cotidiano de populações pobres em ambas pode lançar luz sobre processos coletivos e do que a primeira autora chama de “batalhas urbanas”.

daquela que atribui à água a função biológica de nos manter vivos, este bem é absolutamente central. Ou então, do ponto de vista das minhas próprias interlocutoras, apesar de falar sobre a água em contextos de entrevista gerar uma sensação de estranheza, isso não significava que não houvessem diálogos nos quais a água era um tema e, no horizonte das suas preocupações cotidianas, ocupar-se do manejo desse bem era algo fundamental.

As águas agrestes para além da escassez

Em uma região que é imaginada pela ausência de água, o que encontrei nas casas e no cotidiano foi a existência de muitas águas. Isto se fazia obviamente não pela abundância desse “recurso natural” com propriedade físico-químicas invariáveis, mas pela existência de um saber altamente complexo, tal como aborda Galizoni (2005) em comunidade rurais de Minas Gerais, que diferencia-o em muitos tipos, seja por suas múltiplas fontes e origens, seja por seus distintos efeitos no corpo ou, ainda, pelas percepções e aprendizados sensoriais que distinguir as águas implica. Etnografar essas águas sendo usadas, algo que aciona observar práticas naturalizadas, implicou, por isso, alguns deslocamentos.

Primeiramente, foi necessário escapar da perspectiva da escassez, muito comum no modo de narrar a disponibilidade desse recurso no semiárido brasileiro e que constitui uma abordagem quase compulsória ao se relatar o seu acesso pelas famílias sertanejas. A realidade hídrica semiárida é muito mais complexa do que o senso comum acadêmico ou jornalístico costuma pintar, pois enquanto em alguns lugares mais áridos como o Cariri paraibano chove por volta de 300 mm/ano,⁷ em outros, como a Chapada do Araripe, no Ceará, essa média fica em 700 a 800 mm/ano⁸ – um índice que até fugiria dos 500 mm máximos que definem formalmente a pluviometria semiárida. Na região na qual esta pesquisa se desenvolveu, compreendida entre o Agreste Meridional e o Sertão do Moxotó, é visível a variabilidade não apenas de pluviosidade⁹ entre municípios vizinhos, como também de

⁷ Fonte: Agência Executiva de Gestão das Águas – AESA/PB. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/meteorologia-chuvas/?formdate=2019-07-08&produto=microrregiao&periodo=anual>. Acesso em: 8 jul. 2019.

⁸ Fonte: Climate-Data.org. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/ceara/araripe-42458/>. Acesso em: 8 jul. 2019.

⁹ Tomando como base a região na qual nossa pesquisa se realizou, no ano de 2016, por exemplo, choveu 437,2 mm em Cajauá. Já no município vizinho, Jacú, apenas 253,4 mm (Fonte: Site da Agência Pernambucana de Água e Clima).

permeabilidade do solo à chuva, o que implica a formação ou não de reservas subterrâneas.

Contudo, a disponibilidade de água para as famílias sertanejas não depende apenas de aspectos ecológicos e climáticos, sendo a forma como ela é distribuída a questão mais central no seu acesso (CUNHA, 2020). Não iremos abordar com a devida complexidade essa temática, mas vale dizer, em coro com os movimentos sociais que se organizam na região, que assim como a terra, a água é um bem deveras privatizado e seu acesso desigual combina-se, segundo Cunha (2020), com outras desigualdades estruturais. Apesar de ser competência legal dos estados administrarem por meio de suas empresas públicas e dos comitês de bacias hidrográficas a distribuição da água fluvial, no contexto em questão, a problemática se coloca também em relação à fonte desse recurso, pois como o semiárido tem a característica de rios intermitentes (que oscilam da época das chuvas ao período de estiagem), grande parte do seu abastecimento depende de médios açudes ou poços, cujo acesso muitas vezes é privado.

É bem conhecido que o semiárido nordestino se caracteriza por um período de estiagem (compreendido entre agosto e fevereiro), designado como *verão* e outro de chuvas (compreendido entre março e julho), também chamado de *inverno*. A maior quantidade de chuvas no *inverno* modifica radicalmente a paisagem sertaneja e, com isso, altera a quantidade de águas nos reservatórios e nos lençóis freáticos. Na região onde realizei o trabalho de campo de forma mais sistemática, não havia rios próximos, contudo, em alguns municípios do agreste e sertão, as chuvas literalmente fazem renascer esses cursos d'água ressacados pela estiagem. Se antes estava acostumada a pensar e dizer que o “tempo tá feio, deve chover”, no agreste e sertão deparei-me logo com a máxima *Tá bonito pra chover*, que dá um pouco o tom dos significados e das expectativas que esse fenômeno mobiliza.

De fato, ao longo dos períodos em que estive na Liberdade, em especial no *inverno* de 2017, presenciei precipitações constantes e volumosas que, segundo noticiários e pessoas com quem conversei, deram fim a uma das maiores “secas” dos últimos cem anos¹⁰ e, por isso, foram muito celebradas.

¹⁰ Ver: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/05/nordeste-brasileiro-vive-pior-seca-dos-ultimos-cem-anos.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

Figura 1 – O maior açude de Liberdade



Fonte: Centelhas (abr. 2018).

Figura 2 – Barreiro no Sítio Maniva, comunidade vizinha à Liberdade



Fonte: Centelhas (abr. 2018).

As chuvas não só enchem as cisternas como também reabastecem os açudes, barreiros e barragens, garantindo o acúmulo de água para os futuros meses de estiagem. Além disso, elas possibilitavam *botar roçado*, iniciando os plantios de

milho, feijões, palma, abóbora, e ainda de hortaliças e temperos como coentro, alface e couve. Quando as cisternas já estão cheias ou a família não possui uma, a água que verte dos telhados é coletada por tambores de 200 litros, baldes e demais materiais que estejam à disposição para reunir o máximo de água possível.

Desse modo, podemos dizer que havia uma grande variabilidade em termos da disponibilidade de águas e suas respectivas fontes ao longo do ano, o que rearranjava o trabalho em torno de *caçar água* (buscar água), resultando se deslocar para fontes mais ou menos distantes, e alterava a qualidade da água que se usa para as atividades domésticas e para o consumo humano e animal.

Essas reconfigurações no tempo e no trabalho sobre as águas se tornam ainda mais acentuadas quando os *verões* são *fortes* e os *invernos* *fracos*, isto é, quando chove pouco e seguem-se anos com escassas precipitações, algo também denominado na linguagem corrente de “secas”.¹¹ Além de intensificar os deslocamentos e distâncias para se conseguir água, *verões fortes* poderiam exacerbar situações indignas e humilhantes de ter que *arengar/agoniar água dos outros* (pedir água aos outros), ao implicar não apenas trocar alguma coisa (um animal, gêneros agrícolas, esterco ou dinheiro) por água, como muitas vezes *pedi-la sem ter nada para oferecer*. Em muitas entrevistas e conversas, moradores e moradoras da comunidade relataram a indignidade que era pedir água a alguém mais abastado que possuía um poço ou um açude e como se sentiam humilhados ao receberem uma negativa. Além da situação vexatória, algo muito reiterado foi a intensidade do trabalho físico de buscar água em longas distâncias, o que significa acordar às duas ou três da madrugada, caminhar sob o sol quente do verão e, ainda mais para as mulheres, ter que conciliar este esforço com as demais demandas, como a responsabilidade pelos cuidados da casa e das pessoas.

Além de obliterar essas complexidades em termos de fatores ecológicos, é importante dizer que a perspectiva da escassez presente no discurso que enfatiza a água em sua “ausência” também instaura uma ligação necessária entre a água e seu uso, visto a partir da noção de “recurso natural”, que deixa de fora muitos dos sentidos e relações mobilizados por este bem. Durante a

¹¹ Colocamos “secas” entre aspas para nos distanciar da dimensão mais corriqueira e midiática deste termo, que o entende como fruto de causas “naturais”. As elaborações de Taddei (2014) são valiosas para compreender a seca a partir de seus modos de enredamento, isto é, composta de variadas dimensões ecológicas, político-administrativas, corpóreas e técnicas.

visita à casa de Rita, agricultora que mencionei anteriormente, o valor da água de *minação*¹² que possuía em seu terreno estava não só no fato desta existir durante toda a estiagem, mas também na possibilidade de um banho prazeroso ao ar livre – a água minava do lado de fora, mas próxima à sua casa e, mesmo tendo banheiro, ela preferia banhar-se *no fresco*, como me disse.

As águas, portanto, não parecem ser para minhas interlocutoras apenas um bem com características físico-químicas e utilidades universalmente válidas, mas um recurso com características variáveis e que, pela sua diferenciação, instaura também conexões e simbolizações diversas. Strang (2014) traz aportes interessantes para pensarmos a relação entre humanos e águas a partir de uma visão relacional, isto é, do modo como o engajamento dos seres com as águas se dá levando em conta suas múltiplas propriedades materiais e sensoriais. Segundo a autora, isto nos possibilita ir além da água como “objeto” da ação humana, percebendo as complexidades e composições de agência mútuas na interação entre humanos e substâncias.

Para compreender essa diversidade de sentidos e relações que se produziam sobre e por meio das águas era preciso outro deslocamento. Como a água não aparecia tanto na fala pública das pessoas com quem conversava e os momentos de entrevista produziam a necessidade de serem entendidos em eco com outras situações comunicativas (BRIGGS, 1986), isso sinalizava para a necessidade de voltar o olhar para as práticas, em um movimento que Das (2007, p. 5-6) caracteriza como “descida ao cotidiano”. Estas práticas, como descreveremos melhor a seguir, estavam conectadas com as próprias condições de realização do trabalho de campo, condições estas marcadas por dispositivos da generificação e pelos vínculos que permanecer um período prolongado morando com minhas interlocutoras produzia.

Em meio a águas estranhas

Estar presente no dia a dia das casas da Liberdade significava engajar-me nos afazeres de limpeza, arrumação, preparo dos alimentos e cuidado das crianças. O fato de ser mulher tornava esperado que me oferecesse para tais atividades, não só como agradecimento pela acolhida que recebia, mas também pela forma como eu era posicionada geracionalmente na família: um

¹² *Minação* é o nome dado a água que mina ou brota das rochas ou do chão.

intermediário entre as filhas jovens casadas e as filhas adolescentes, uma vez que eu ia a campo desacompanhada, não era formalmente casada e ao mesmo tempo era “jovem”. Como em diversos outros contextos nas famílias de classes populares, as jovens e adolescentes solteiras que ainda coabitam com os responsáveis, à medida que crescem, vão paulatinamente assumindo certas tarefas domésticas, ao passo que as jovens casadas, quando não têm filhas em uma idade que possam assumir certos trabalhos da casa, são as principais responsáveis pela casa e seus cuidados.

Essa minha participação nas atividades domésticas, contudo, mobilizava sempre um cálculo de adequação, pois apesar de ser bem recebida, deveria permanecer como algo complementar, afinal, eu era a hóspede e o protagonismo das atividades deveria continuar sob domínio das minhas anfitriãs. Sendo assim, era permitido a mim, a princípio, apenas atividades consideradas menos demoradas e cansativas, como lavar a louça, catar feijão, olhar os *meninos* e, somente após uma convivência de quase dois meses ininterruptos, fui autorizada a cozinhar, lavar o banheiro e dar banhos nas crianças.

Tal inserção posicionada pelo gênero e pela geração¹³ permitia e me impelia a participar de dinâmicas que dependem da intimidade, da intensidade dos vínculos e do tempo para serem compartilhadas e aprendidas. Quer dizer, não se tratava unicamente de observar o modo como minhas interlocutoras utilizavam, classificavam, pensavam e trocavam as águas, mas de fato incorporar esse conjunto de conhecimentos extremamente complexo, que permitia saber qual água usar para cada finalidade, onde buscá-las e depositá-las, além de quanto e quando utilizá-las. O trabalho de campo, assim, não era somente um exercício de observação e descrição de uma dada realidade, mas impunha a necessidade de uma série de aprendizados práticos e corpóreos para que pudesse ocorrer.

A inexistência de água correndo pelos canos, torneiras e chuveiros, uma realidade de muitas casas rurais do semiárido, bem como de algumas periferias urbanas, implicava uma relação com esse bem completamente

¹³ A aposta de relacionar posicionalidade, gênero e geração inspira-se nos aportes abertos pela crítica feminista, especialmente nos desdobramentos que esta teve na reflexão antropológica e etnográfica. Haraway (1995), em sua noção de saberes localizados, questiona a perspectiva universal e coloca como a ideia de universalidade oblitera construções generificadas inerentes à produção do conhecimento. Já Abu-Lughod (1991) traz reflexões importantes para pensarmos a generificação em campo como um modo de posicionar-se entre os diversos sistemas da diferença, algo inerente às reflexões sobre etnografia e alteridade. Agradeço, também, a amiga e antropóloga Grazielle Dainese pelos comentários na defesa da tese, que reforçaram tomar a generificação como potência analítica.

diferente da que eu, uma pesquisadora de classe média da cidade grande, estava acostumada. Atos corriqueiros como lavar a louça ou as mãos tiveram que ser reaprendidos em um contexto no qual era premente desnaturalizar a água encanada. Isto é, ao contrário do que salienta Davis (2018) em sua tese sobre a crise hídrica da cidade de Itu e a relação entre o acesso à água e os processos de formação do Estado, a “naturalização” da água encanada fazia parte de uma perspectiva da antropóloga e não das interlocutoras. Minha inadequação aos ritos e modos de lidar com as águas gerava muitas provocações e era fonte constante de humor entre as mulheres com quem convivia, ao dizerem *Aqui não se lava louça que nem na cidade não* ou *Em casa de pobre é assim mesmo* e que eu *deveria acostumar*, que somava-se à desconfiança em relação a minha habilidade de carregar baldes e recipientes pesados por longas distâncias.

Apesar de estranhas para mim o modo como as águas circulavam e eram utilizadas no dia a dia das e por entre as casas não era algo que minhas anfitriãs achessem que valesse uma conversa específica. Todas as vezes que tentei perguntar diretamente sobre esse tema era ignorada ou, como relatei, anteriormente, nos casos em que havia pouquíssima proximidade entre as interlocutoras e eu, essas questões eram encaradas com muita desconfiança. Ficou evidente, após uma sequência de insucessos, que só poderia de fato etnografar essas águas cotidianas se eu parasse de perguntar sobre elas e percebesse o que eu e minhas interlocutoras já fazíamos ao longo dos dias. Assim, a negativa das mulheres em objetivar o uso cotidiano das águas dentro das casas nas entrevistas e conversas mais formais sinalizava a impossibilidade de compreendê-lo somente a partir desse modo de relação em campo, chamando minha atenção para os momentos em que a água não era “dita”, mas “mostrada”, isto é, não era sinalizada a partir de um discurso ou da fala, mas de práticas das quais não “faz sentido” tematizar ou falar.

Essa formulação do dito e o mostrado me veio a partir da leitura de Das (1999), que aborda quais violências são passíveis de serem ditas ou não, na medida em que podem ser trabalhadas e inscritas no cotidiano das vidas. Apesar de distante em termos do universo temático, a proposta da autora é fértil ao alertar para a relação entre linguagem e contexto e para o fato de que um dos “aspectos da vida cotidiana é que ela está embasada numa linguagem corrente a cujo contexto se tem acesso” (DAS, 1999, p. 41). Assim, falar sobre o uso das águas não fazia sentido para minhas interlocutoras, e uma razão para

isso é justamente este contexto do qual supunha-se que nós comungávamos e cuja eficácia se dá pela sua não explicitação.

Essas arrumações e fazeres relativos às águas mudavam de uma casa para outra, e somente naquelas onde eu permanecia mais tempo eram possíveis de serem percebidos. Isto pode ter diversas razões, mas a água e como se usa, a comida e como se faz, a casa e como se arruma, são fazeres que requerem proximidade para serem trocados, conversados e observados. Nas visitas mais curtas, as mulheres não continuavam suas atividades cotidianas enquanto eu estava lá, mas sentavam-se na sala e me recebiam com formalidade e, como já foi dito, perguntar sobre como elas usavam a água era ineficaz, esquisito e gerava desconfianças. Paralelo a isso, observar o uso diário das águas demandava uma atenção constante e, algumas vezes, cansativa e frustrante. Cansativa, pois a preocupação de produzir “dados” de campo me tensionava a observar e anotar tudo que diz respeito ao uso da água. Acontece que, por azar, a água está sendo usada o tempo todo.

As águas mostradas

Um dos elementos mais interessantes ao observar esse uso cotidiano da água é que na Liberdade ela não pode ser enunciada no singular, mas sim no plural. O que existem são águas, muito distintas em termos de sua qualidade e efeitos no corpo e, para me incluir nas atividades cotidianas das casas que frequentei, eu precisava apreender a distingui-las.

Por isso, além de como usá-las, outra questão significativa nesse aprendizado era qual água usar. Para cada uso, a água vinha de um lugar diferente e implicava técnicas e valores diferenciados, bem como princípios morais distintos no seu compartilhamento. A principal oposição que conformava os diferentes usos estava na distinção entre a *água doce* e a *água salobra*. A primeira vinha basicamente do armazenamento da água da chuva ou então de fontes distantes de *água mineral*, existentes próximas ao centro urbano, fontes estas que abasteciam diversos municípios. A segunda provinha principalmente do subsolo e dos lençóis freáticos, por meio do bombeamento (poços) ou da *minação*. Havia, claro, gradações e julgava-se determinada fonte muito a partir da aproximação a um desses dois polos. As águas dos açudes e barreiros estão mais próximas da *água salobra*, não porque venham do subsolo, mas porque sua forma de armazenamento e a exposição ao ambiente as deixam *barrentas*.

Essa classificação principal desdobrava-se e relacionava-se com as águas e seus usos, ou seja, com as distintas formas que as diferentes águas interagem e fazem as materialidades e corporalidades. A *água pro gasto* ou *água pra gastar*, nome que se referia à água usada nas tarefas de limpar a casa, lavar louça, lavar o banheiro e passar pano, poderia ser mais *salobra*, uma vez que não seria colocada em contato direto com o corpo nem ingerida. Sendo assim, ela provinha de fontes como as *cacimbas*,¹⁴ as *barragens*, os *açudes*¹⁵ ou as *minações*. Contudo, entre essa própria *água pra gastar* havia modulações e a água para higienizar a louça era geralmente mais limpa, sendo buscada nas cisternas ou na *água do Exército*, água vinda do Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro.¹⁶ Para molhar as plantas e hortaliças do quintal e para *dar de beber aos bichos* era utilizada a água mais *salobra*, que não seria consumida nem mesmo colocada em contato com o corpo.

A *água de beber* era a que se destinava mais cuidados. Ela era pega, quando disponível, na *cisterna de primeira água* (reservatório de 16 mil litros construído pelo PIMC, programa mencionada no início deste texto), localizada na casa da agente de saúde que, com outras duas casas da região da Liberdade, conseguira *fazer cadastro* nesta *água do Exército*. Trazida de charrete de burro até as casas geralmente pelos homens mais novos, ela era armazenada em *tambores* na cozinha, próximos à pia e, quando para ser bebida, era passada por um pano limpo ou peneira e, às vezes, clorada, além de armazenada em uma *jarra de barro*, tampada com uma panela e com uma caneca de alumínio em cima. Além de bebida, ela era utilizada para o preparo e higienização dos alimentos. A *água de beber* nunca era fervida, como eu inicialmente pensara, tanto pelo custo que isso implicaria em gás de cozinha, lenha ou carvão como porque a fervura fazia-a perder totalmente o seu sabor naturalmente *doce e nem parecer água*, como me disseram.

¹⁴ As *cacimbas* eram charcos cuja água geralmente minava do chão.

¹⁵ *Açudes* eram locais para onde a água vertia e se acumulava. Geralmente eram de maiores proporções do que as *barragens*, nome dado também aos *barreiros*. Os *açudes*, *barreiros* e *barragens* eram construídos na maioria das vezes pelo trabalho humano, onde a água se acumulava nos períodos de chuva.

¹⁶ A *água do Exército* se refere à Operação Carro-Pipa e “integra o Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro, sendo o Exército Brasileiro responsável pela execução, organização e fiscalização da ação”. O Ministério da Defesa e o Ministério do Desenvolvimento Regional (antigo Ministério da Integração Nacional, que fundiu-se com o das Cidades a partir de 2019) são as pastas responsáveis pelo Programa, que destina caminhões pipa para abastecer municípios enquadrados na categoria de “insegurança hídrica”. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/57291-operacao-carro-pipa-beneficia-quase-2-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 21 ago. 2019.

Figura 3 – Jarra de barro da casa de Dona Quitéria



Fonte: Centelhas (maio 2018).

Figura 4 – Tambores de 200 litros na porta da cozinha de Dona Zélia



Fonte: Centelhas (maio 2018).

Essas arrumações em termos de fontes e suas destinações, contudo, não eram rígidas e não só mudavam de uma casa para outra, como também variavam a depender da época do ano e de qual pessoa iria utilizá-la ou consumi-la. Enfermos, bebês, crianças pequenas ou idosos eram considerados

mais susceptíveis a alergias ou a adoecer com *água salobra*, e a eles era dedicada ainda mais atenção na pureza da água de beber e se banhar. Algumas famílias que dispunham de um recurso financeiro constante, como uma aposentadoria ou um auxílio-doença, às vezes optavam por comprar água na cidade, chamada de *mineral*, considerada mais potável por ser *tratada*.

Como forma de atestar a potabilidade¹⁷ ou a pureza das águas, analisar o seu sabor, odor e aspecto era uma atividade constante. Joana, filha de Esmeraldina e minha anfitriã em boa parte do tempo que permanecemos na Liberdade, antes de utilizar as águas no banho de seus filhos pequenos, sempre analisava a sua qualidade. A turbidez causada pela pesca ou a presença de algum animal morto próximo à fonte a tornava inutilizável para este fim. Isso, por sua vez, pressupunha um conhecimento sensorial extremamente apurado e complexo, tal como aborda Galizoni *et al.* (2008), que diferenciava as águas em muitos tipos, seja por suas múltiplas fontes e origens, seja por seus distintos efeitos no corpo. Não é preciso dizer que eram as mulheres, pela incumbência de gerir as casas e as águas, as maiores conhecedoras dessa arte sensorial. Por isso, podemos dizer que não se tratava de variedades de “tipos”, numa acepção taxonômica de um recurso natural unitário e com características físico-químicas invariáveis, mas de uma substância que pela sua multiplicidade se inscrevia em regimes distintos e desiguais na produção de corporalidades, materialidades e temporalidades.

As águas: matéria dos corpos, casas e coletividades

A cozinha e o banheiro são os dois cômodos nos quais a relação com o uso da água se faz mais presente e se estruturam materialmente para compor-se com este bem. Talvez por isso, mas não só, eles são sempre germinados nas casas e ficam voltados para o que seria os fundos. Apenas quem circula com mais frequência em uma casa entra pelos fundos, as visitas com quem se tem menos intimidade ou se recebe mais formalmente sempre entram pela porta da frente. Na Liberdade, algumas casas têm toda a tubulação construída para uma possível (ainda que remota em termos de possibilidade real) encaenação da água. Como em quase todos os lares de famílias com menos recursos materiais do semiárido rural, não há como encanar a água até as casas por diversos motivos, entre eles o fato de não haver uma fonte constante e corrente ao longo

¹⁷ Para uma discussão sobre critérios locais de potabilidade envolvendo julgamentos sensoriais e morais e sua relação com o discurso sanitário especialista, ver Teixeira, Moura e Daivison (2011).

de todo o ano e, mesmo que houvesse, o custo do bombeamento seria inviável. Ainda assim, algumas casas têm espaços para torneiras, canos e saídas para chuveiro. Mesmo que não sejam utilizadas no presente, essas instalações expressam tanto uma forma de distinguir-se dos demais, isto é, daqueles que não as possuem, como também uma crença real de que pode ser possível, um dia, encanar a água.

Outro elemento que diferenciava as casas e seus habitantes era a existência ou não de banheiro, bem como a sua aparência. A existência dos banheiros era uma realidade até certo ponto recente na casa das famílias com menos recursos, e minhas interlocutoras gostavam de contar como era antes, da necessidade de ir para a parte externa das casas ou, eventualmente, utilizar algumas *casinhas* que serviam para mais de um núcleo familiar. Existiam, na verdade, vários tipos de “banheiros”. Havia alguns que eram apenas um quarto demarcado por um pano com um ralo no meio, nos quais fazia-se xixi em uma bacia que, posteriormente, era vertida nesse ralo (nesse caso, as demais necessidades fisiológicas eram feitas no mato ou em áreas externas à casa). Outros possuíam vasos sanitários de louça e um espaço com ralo onde se tomava banho. Alguns, com mais condições, possuíam além do vaso uma pia, também de louça, usada para lavar as mãos e escovar os dentes, mesmo que não houvesse torneira. Além desses artefatos de louça, muito valorizados pela beleza que conferiam a esses cômodos, outro elemento de destaque e gerador de distinção era a existência de ladrilhos e azulejos, que além de serem objetos de adorno, facilitavam a limpeza do banheiro, como me disse Joana, minha anfitriã. O asseio e o bom estado do banheiro, ainda que não fosse algo que se apresentasse publicamente, uma vez que poucas pessoas além do núcleo doméstico o veriam, era parte de um movimento de *melhorar a casa*, central para muitas e muitos liberdadenses.

As águas e seus usos, portanto, não só perpassavam as relações entre pessoas e materialidades, como estas mesmas relações se conectavam a regimes de prestígio e humilhação. Se dissemos que as águas eram múltiplas, essa multiplicidade também se estendia aos modos como elas eram trocadas entre os grupos familiares, vizinhos e pessoas de uma mesma localidade. Uma situação em especial pode lançar luz sobre este ponto.

Logo no início do texto, apresentamos Liberdade afirmando que ela contava com duas associações de moradoras, cujos coletivos se opunham em termos da adesão a diferentes grupos político-partidários, bem como em função das

desigualdades socioeconômicas e raciais existentes entre suas lideranças. Esmeraldina, presidente da Associação dos *quilombolas*, ao falar sobre as diferenças entre ela e Lauriane, presidente da outra associação, reforçou o fato da casa de Lauriane ter *água jorrando do poço* e ser *cheia de mamoeiro, mangueira*. Era significativo que estas diferenças em termos de condição de vida, moradia e acesso à água eram muitas vezes enunciadas acompanhadas da percepção racial sobre ela – Lauriane é branca. A Associação que preside possui, além dela, outras pessoas brancas nos cargos de chefia. Ainda que a grande maioria de suas e seus associados sejam negros e negras, o fato de apenas brancos estarem nos postos de mando, comandando as reuniões e frequentando os órgãos estaduais e municipais, faz com que essa Associação seja conectada, para Esmeraldina, sua família e seus associados, aos *brancos*.

Como dissemos anteriormente, boa parte da *água de beber* utilizada por Esmeraldina e sua família vinha da cisterna da agende de saúde, que conseguira *fazer cadastro*, isto é, recebia regularmente água do Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro. Além dela, Berenice, irmã de Esmeraldina, também era *cadastrada* e recebia em sua casa quinzenalmente um carro-pipa agenciado pelo referido Programa. Vale dizer que o local da comunidade onde morava Berenice era aquele geograficamente mais referido como *o quilombo*, pois eram as antigas terras de seu avô, Sebastião Preto, figura icônica nas construções narrativas em torno da origem do *quilombo*, e é lá que hoje mora a maior parte de seus descendentes que permaneceram na Liberdade.

A água colocada na cisterna por este Programa, chamada também de *água do Exército*, era reconhecida como proveniente do *governo* e, por isso, não poderia ser utilizada de forma privada por somente uma família. Contudo, ter um relativo controle sobre essa água – relativo porque, em princípio, ela era *do governo* e não poderia ser negada a ninguém – conferia certo prestígio à Berenice, além da possibilidade de todos do lugar geograficamente compreendido como *o quilombo* terem acesso a essa água considerada de boa qualidade, por ser *tratada*. Em uma dessas ocasiões na qual o caminhão-pipa vinha chegando à casa de Berenice, presenciei um diálogo, em companhia de Esmeraldina, no qual algumas pessoas pertencentes à associação *dos brancos* ironizaram o recebimento da água pelos *quilombolas*, perguntando *se os nêgo lá de cima tava bebendo barro*.

A provocação e o deboche racistas contidos nesta frase nos informam muitos sentidos a partir dos quais podemos compreender as dinâmicas que envolviam as possíveis humilhações que servir-se de uma água indigna, uma água barrenta, símbolo de *necessidade*, tinha no contexto em questão, além do modo como as diferentes águas hierarquizam os corpos e coletividades. Beber água de barreiro, ou *beber barro*, como insinuam nessa pergunta, é uma imagem recorrente de narrar a *vida sofrida* ou um momento no qual a ausência de água desdobrava-se em *sufocos* e possibilidades de humilhação contidas no movimento de ter que pedir água.

Nas entrevistas e conversas com liberdadenses, essa imagem é retratada a partir do uso do passado, parte de um tempo no qual não havia as cisternas, a *água do Exército*, nem o dinheiro via programas sociais que hoje é emergencialmente utilizado para comprar água na cidade. Helena (42), *cumadre* de Esmeraldina e sua vizinha, ao conversarmos sobre como ela fazia na época que não havia as cisternas, me disse, mudando o tom de voz e parecendo um tanto envergonhada, que se utilizava da água de um poço que não era dela, mas que a água *não é boa não*. Diferentemente de Helena, outras mulheres me falavam sobre beber essas águas não tão boas como símbolo de dignidade, pela capacidade de enfrentar as adversidades que se colocavam. Risaltina (40), moradora da Liberdade, quando a questioneei sobre como fazia para conseguir *água de beber* antes das cisternas, me contou que *bebiam do barreiro, eu não vou mentir né?*. Era assim que *beber água de barreiro* ou fazer uso de uma água de pouca qualidade, como conta Helena, compunha um jogo que alternava-se entre humilhações e virtudes.

Marcela: É, isso aí. E você vê que a comunidade mudou nos últimos anos, desde que você é criança?

Eulália (Lila): Mudou, porque de primeiro, a água que nós tinha era do barreiro, né? O barreiro pra tomar banho, pra beber... o cachorro tomava banho, cagava dentro, nós bebia e não tinha nada. E agora, se nós for beber a água do barreiro, a gente adoecer, dá uma desinteria...vai baixar no hospital. Daí, agora mudou mesmo, porque hoje nós tem as cisternas, através da Pastoral. A minha é da Pastoral, agora eu não sei essa daí de Dina, né? Daí depois das cisternas, os meninos parou mais de adoecer, que era uma desinteria danada. Dava quentura... “eita, é a águas dos barreiros”, nós não podia fazer nada que nós não tinha barreiro, né? Ou, nós não tinha cisterna, mas agora tem.

Eulália (Lila), 43 anos e irmã mais nova de Esmeraldina, ao perguntá-la sobre as mudanças na comunidade, me fala sobre as transformações da água que se usa, que anteriormente era a do *barreiro* para tudo, o que os fazia de certo modo acostumados, constituindo um corpo mais resistente às impurezas e às doenças possivelmente transmitidas por aquela água. *Nós nem adoecia* transmite um pouco dos sentidos ambíguos que nos referimos anteriormente, mostrando como que, apesar da *água do barreiro* produzir uma situação vergonhosa para quem a utiliza, ela também se associa à resistência de um corpo que se modificou e hoje não suportaria mais beber aquela água.

A cisterna e a *água do exército* compunham, portanto, um tempo no qual aparentemente se modifica a relação e a disponibilidade das águas, não pela sua maior abundância em termos climáticos ou quantitativos, mas pela alteração nas dinâmicas que medeiam seu acesso, tornando possível que as *águas de barreiro* não sejam mais utilizadas para o consumo direto, como beber. Isso de certo modo transfigura uma situação degradante e essa transfiguração é justamente alvo da provocação daqueles que atribuem a esse conjunto de pessoas, *os nego*, o destino de *beber barro*. Cruzam-se, dessa forma, qualificativos racistas com a limpeza da água e dos corpos, que podem nos indicar a intersecção entre dinâmicas racializadas e os usos e sentidos das águas. Assim como em trabalhos recentes que têm focado as dinâmicas societárias produtoras do que vem sendo chamado de “racismo ambiental”, a exemplo de Paes e Silva (2012), na Liberdade é possível observar como a desigualdade no acesso à água tem correlações com outras desigualdades estruturais, traduzidas academicamente em marcadores sociais da diferença como gênero, raça e classe.

Ainda que a maior parte das políticas públicas de acesso à água, como o Programa de Cisternas e o Programa Emergencial, não tome a desigualdade racial como um fator decisivo na sua elaboração e execução, podemos dizer que elas produzem efeitos, ainda que muito tímidos, nos modos como as diferenças raciais são vividas na comunidade em questão. Mesmo que extremamente díspares em termos da sua concepção e execução,¹⁸ essas

¹⁸ O Programa de Cisternas teve sua origem em 1999, a partir da articulação de movimentos e organizações sociais da região semiárida, pautando-se na ideia de *participação* dos(das) beneficiários(as) e na consequente alteração das relações sociais, econômicas e políticas no local. Há critérios formais para a escolha dos(das) beneficiários(as), e a gestão dessa escolha é feita pelas referidas organizações sociais. Já o Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro originou-se de um convênio estabelecido entre a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (Sudene) e o

políticas são transformadoras não só por assegurarem o direito básico de ter água próxima à casa, mas por possibilitarem inversões em situações cotidianas de submissão, que na elaboração de várias das minhas interlocutoras se davam pela alteração no seu *status* de *pedir* para outro de *poder dar*.

Dar água, além de um marco de transformação na vida, é também um imperativo moral muito forte acerca dos modos de compartilhamento desse bem. Em diversas conversas, as mulheres faziam questão de enfatizar que *não negavam água para ninguém* e que suas cisternas serviam a mais de uma família, além de amigos e vizinhos que porventura precisassem. Essa obrigação moral em torno do compartilhamento das águas, contudo, não se fazia pelos mesmos princípios e alternava-se de acordo com o seu tipo, qualidade e origem. Mencionamos como a *água do Exército*, apesar de ser depositada em uma cisterna específica, não poderia ser apropriada pela sua dona, pois era *o governo que botava* e isso criava um princípio de coletivização necessário. Todavia, não eram todas as famílias da localidade que gozavam dessa água, mas somente aquelas que moravam mais próximas ou eram mais íntimas de Berenice ou da agente de saúde e, por isso, conseguiam pegá-la antes que ela acabasse.

Águas e roupas: modalidades de cuidado e apresentação pública dos corpos

Essas materialidades políticas das águas, tais como canos, dutos, pias, carros-pipa, cisternas, barreiros, cacimbas, minações, inscritas tanto na domesticidade como nas infraestruturas públicas e estatais, podem nos indicar, além de signos locais de prestígio, elementos que se conectam a processos de formação da pessoa e que envolvem a representação e apresentação de si perante os outros. Assim como no incidente em torno do *beber barro* e as consequentes implicações deste para se pensar a conexão entre águas e corporalidades, damos, por fim, especial atenção a outro “tipo” de materialidade para a qual minhas interlocutoras dedicavam muito cuidado e que teve centralidade em seus relatos: as roupas.

Exército, em 1998. Desde então, fica a cargo dos municípios que se enquadram nos critérios de “insegurança hídrica” a decisão de onde os carros-pipa serão abastecidos e quais localidades serão contempladas. Segundo críticos deste Programa, deixar isto a cargo dos municípios, sem que haja uma formalização dos critérios para fazer o tal *cadastro* dos contemplados, pode gerar situações de barganha dessa água, fazendo com que ela seja utilizada como *moeda política*. Para uma comparação entre os dois Programas, ver Arsky (2020).

As roupas, tema até certo ponto pouco recorrente nas etnografias sobre povos e comunidades tradicionais ou sobre comunidades rurais, apareceram como um elemento central nas falas e diálogos das mulheres com quem convivi e conversei, não só na sua relação com a água, mas principalmente como um qualificativo de reflexão sobre a mudança social e a passagem do tempo.

Eulália: Porque de primeiro, nós era muito, muito fraco de roupa dentro de casa. Eu mesma quando eu adoeci, eu fui com uma calcinha velha pra me consultar, com um nózão infeliz assim na calça, um nozão medonho. Se o nó se desatasse a minha calça caía, bem assim, relaxada. E a calça veia que eu tinha, nós lavava, tirava minha calça, eu lavava, botava lá pra enxugar, enquanto tava enxugando nós tava tomando banho, que nós tomava banho no mato, que nós não tinha banheiro, né? Nós tomava banho no mato. Daí quando eu terminava de tomar banho, espiava a calça veia tava ainda fria, não tava pingando, mas tava fria. Vestia assim mesmo dava uma coceira na bunda, mas fazer o quê? Só tinha essa, né? (...) Aí agora, não, agora tá vindo roupa, né? Agora é uma riqueza, que nós não tem...é uma riqueza, que quando os pais de nós era vivo nós não tinha, nós não tinha não.

No universo pesquisado, havia um modo de articular e tematizar a transformação social, que se expressava na oposição entre *tempo antigo* e *tempo da riqueza*. Não se tratava, contudo, de tempos no sentido linear, tal qual datas ou períodos históricos. A noção de tempo aqui diz respeito muito mais a qualificativos morais, modos de enunciar e refletir sobre comportamentos, valores, sentimentos, que constroem apreciações sobre as relações assimétricas entre *brancos* e *nêgos*, ricos e pobres, ou entre o *governo* e os pobres e, por isso, se aproxima muito mais da ideia de tempo trabalhada por Palmeira (2001) e Heredia e Palmeira (2010).

O *tempo antigo* invoca a ideia de um tempo passado, marcado por muitas *dificuldades* no comer e no vestir, pela necessidade de alimentar-se com *comida do mato*, pelas experiências da fome, do trabalho mal pago e pela violência sofrida nas fazendas da região. Falar sobre o *tempo antigo* significava modular entre qualificativos morais da indignidade e da vergonha, em função das condições de vida geradas, em parte, pela exploração perpetrada pelos *brancos* ou pelos *grandes*. Paralelamente falar desse tempo reforçava o valor moral que enfrentar essas *dificuldades* produz.

Diferentemente do *tempo antigo*, o *tempo da riqueza* é narrado pela melhoria nas condições de saúde e vida, especialmente por mudanças na alimentação, na disponibilidade das águas e na vestimenta. Este tempo também inclui uma apreciação sobre o aumento do número de programas e políticas sociais de combate à pobreza, como o próprio Programa de Cisternas e o Bolsa Família, hoje praticamente extintos, bem como o maior acesso a direitos sociais, como a aposentadoria rural, o salário-maternidade, entre outros. Assim como o *tempo antigo*, o *da riqueza* expressa o que Teixeira (2020) chamou de “ambiguidade moral dos tempos”, pois ao passo que há uma valorização dessas políticas e direitos sociais, reconhecendo-os como uma *ajuda* do governo que recoloca os pobres no universo de interlocução com o Estado, há também uma sensação que estas políticas *acomodam o povo*, pois permitem o acesso a recursos materiais sem a mediação do trabalho sofrido e sacrificioso. Tal percepção não é exclusiva do universo pesquisado, mas foi esquematizada também no referido trabalho de Teixeira (2019, 2020) com trabalhadores rurais do sertão do Inhaúns, no Ceará, e, como reflexão sobre sacrifício e sofrimento como valores morais é bem presente nas pesquisas de Mayblin (2013) em comunidades rurais do Nordeste.

Nessa construção moral dos tempos, e na sua ambiguidade inerente, as roupas adquirem relevância, pois o estado, limpeza, qualidade e quantidade de vestimentas constituem formas de apresentar-se publicamente e nos mostram aspectos interessantes na sua relação com os usos das águas. Como é possível observar no relato de Eulália anteriormente mencionado, *ser fraco de roupa* era algo que não apenas gerava constrangimentos em relação aos outros, como também implicava desconfortos corporais, tal qual a *coceira medonha*, fruto de vestir uma peça molhada.

A variedade, estado, conservação e higiene das roupas, além de serem referências a partir das quais se falava sobre a transição entre os *tempos*, eram um conteúdo pelo qual as mulheres narravam suas vidas e temporalizavam certos acontecimentos marcantes. Os relatos sobre as roupas e os modos de higienizá-las surgiam sobretudo quando as perguntas não se dirigiam diretamente à questão da água e seus usos, mas quando eu pedia para que elas “me contassem suas vidas”. Principalmente entre as mulheres que visitava com mais frequência, essas entrevistas pouco estruturadas rendiam muito boas *palestras*, como as liberdadenses também chamam o ato de conversar. O trecho a seguir, retirado de uma conversa que tive com Berenice, de 68 anos, irmã de

Esmeraldina, dona da cisterna na qual se depositava a *água do Exército*, traz alguns elementos interessante sobre este ponto.

Berenice: E eu fazia milagre pra poder trazer o sabão, sabãozinho em pó – nunca lavei minha roupa só com sabão. Eu tinha que ter o sabão em pó e a água sanitária. Ficava uma roupa mais bonita, mais mole. Porque no tempo do meu pai e da minha mãe, eu lavava as roupas, eu caprichava tanto no mundo e as roupas ficavam meia dura. Eu não via aquelas roupas que balançavam no varal, num via de jeito nenhum. E eu caprichava tanto que eu suava. Eu fazia... 'meu Deus, o que é que tem nessa roupa, oh meu Deus, minha mãe vai brigar comigo, essa roupa não ficou do meu agrado, essa roupa não ficou boa'. E só ficava boa mesmo quando eu ia lavar roupa, de ganho, aí eu dizia, “oh, meu filho, eu quero que você me dê um pouco de sabão em pó e um pouco de água sanitária”. A roupa de meu pai e de minha mãe tinha cheiro e eu não queria fazer isso na roupa dos meus filhos. Eu não queria fazer. Eu, eu toda vida fui danada, danada mesmo em roupa. Fui, nega veia, danada eu fui toda vida eu fui em roupa e em lençol. Lençol pra eu me cobrir e num sentir o cheiro do sabão... porque eu vou usar amaciante. Vou forrar uma cama, com um forro duro, pesa, ou por outra pegar um lençol daqueles e acabar de me cobrir com aquele cheiro ruim, como quem lavou só com água. Não, na-não! Hm hm! As roupas dos meus meninos eu capricho, na minha roupa eu capricho, a Cláudia que suja mais é a muleca veia que eu criei, num tem zelo na roupa, não tem zelo em farda de escola e nem em calça comprida de escola... num tem! Eu achei pouco criar, sofrer com um rebanho...

Sentada ao seu lado, Berenice (68) me contava um pouco antes desse trecho sobre o momento que finalmente se *assossejou*, isto é, parou de *fazer ganho de roupa* (lavar roupa para fora), *fazer carvão*, *limpar mato*, entre outras diversas atividades que ela exerceu na vida, e, com os filhos mais crescidos e trabalhando, pôde se ocupar mais dos afazeres da casa. Com o dinheiro que ganhavam, ela conta *fazer milagre* para poder reparti-lo entre o feijão, a carne, o sabão em pó e a água sanitária. Esses dois artigos de limpeza eram fundamentais para ela pelo aspecto e odor que produziam nas suas roupas, que ficavam cheirosas e macias, balançando no varal, diferentemente das roupas no *tempo de mãe e de pai*, no qual eram lavadas somente com água e *casca de juá rapado*, que as deixavam *meia duras* e com *cheiro*.

As roupas e os lençóis, pelos quais ela diz ser *danada*, e o modo como são higienizados revelam percepções sensoriais interessantíssimas que se relacionam com a construção do seu lugar como mãe e como filha, do cuidado com os pais, filhos e consigo mesma, que se expressa muito a partir do zelo que ela atribui às roupas suas e as dos seus. Pelo uso do sabão e da água sanitária, pela maneira como lava a roupa, aspecto aparentemente desimportante e banal, Berenice nos fala sobre a passagem do tempo, sobre os filhos crescendo e trabalhando, sobre ela *assossegando* e sobre sua relação com a filha de criação mais nova, Cláudia. O capricho e o cuidado que dedica às suas roupas, portanto, não podem ser entendidos a partir de um julgamento técnico ou sanitário, da limpeza em termos de uma higiene prescrita por normas sanitárias, mas sim como uma forma de apresentar sua trajetória de vida e que é formativo de sua personalidade. As roupas e os modos ritualizados de higienizá-las, assim, conectavam-se a processos de cultivo de si e dos outros elaborados a partir de uma ética corporificada, tomando de empréstimo as reflexões de Pandian (2008) e Mahmood (2005) a respeito de corporalidade e ética cotidiana. Higiene, águas e materialidades compõem, portanto, um quadro complexo de experiências sensoriais e morais, um saber-fazer relacionado à apresentação de si e à produção de corpos e cuidados generificados.

Eulália, ao me ver lavando roupa um dia no *terreiro* de Esmeraldina, bem como Berenice, me disse para eu usar um pouco de água sanitária, pois assim mesmo que minha roupa pegasse chuva, ela não ficaria com *cheiro de lama*. O aspecto e limpeza de minhas roupas eram também objeto de apreciação das minhas interlocutoras, em especial de Joana que, por convivermos proximamente e mesmo tendo a minha idade, exercia uma espécie de cuidado e controle maternos sobre mim. Usar as mesmas roupas diversas vezes gerava comentários jocosos dela ou até mesmo fazia-a lavar escondida uma ou outra peça em um dia que eu ia à cidade, mesmo que eu protestasse e não quisesse que ela o fizesse.

Certo dia, ela me provocou dizendo: “Sua mãe te educou bem para estudar, mas não te ensinou bem para ser dona de casa não.” Cuidar bem da higiene das roupas, um conhecimento muito complexo e de algum modo pouco considerado nas atenções etnográficas, relacionava-se fortemente com dispositivos generificados a partir dos quais se constituía como mulher, mãe e *dona de casa*. Além disso, as roupas são um signo central na apresentação

pública dos corpos e, portanto, compõem modos de construção de imagens sobre si e perante os outros, bem como podem ser objeto de desqualificações e humilhações.

Figura 5 – Preparativos para *lavar os panos* no *terreiro* de Esmeraldina



Fonte: Centelhas (maio 2018).

Esse conhecimento fundamental de *lavar os panos* relacionava-se com a capacidade de apreciação das águas, das suas propriedades e aspectos, e a fala de Joana justamente joga com a minha ignorância nesse sentido. A depender da água utilizada, produzia-se efeitos sobre os tecidos e, como já dissemos, sobre os corpos. Em uma conversa ao estilo da que tive com Berenice, sem preocupar-me tanto em perguntar sobre a água, Ângela me descreveu conexões importantes sobre a influência das águas nas materialidades, em especial nesses objetos de grande valor para elas: as roupas.

Esmeraldina: E a água era de onde?¹⁹

Ângela: E a água era de barreiro, a gente botava nos potes e aquela água servia pra tudo, cozinhar pra beber, pra tomar banho, o barreiro é aquele primeiro barreiro que quando você vem subindo pra cá você vê. Mas daí depois que a minha prima morreu ali dentro ficou sem prestar a água, só serve mesmo pra

¹⁹ Foi interessante como que à medida que íamos repetidamente fazendo entrevistas juntas, Esmeraldina já sabia as perguntas que eu normalmente fazia e ela mesma, às vezes, introduzia alguma delas ao longo da conversa.

lavar pano e a pulso. Porque quando vai lavar roupa branca, por exemplo, a roupa fica tudo amarela.

Esmeraldina: E tu ficava agoniando a água dos outros, né mesmo?

Ângela: É ficava carregando a água do barreiro dos outros, aí o dono dos barreiros ficava achando ruim, “não carrega água não, se não vir limpar não pode carregar água não”. Lá no Maniva, lá nas cacimbas era água de fartura. Lá nós lavava pano, nos enchia os bujão, nós descia nos animais, descia nos jegues, descia a serra, carregado com água e os paninhos tudo molhado na cabeça. Aí chegava aqui com eles todos alvinhos e estendia. Lavado com água do Maniva, pra beber, cozinhar.

Questionada sobre as fontes de água no passado recente, Ângela igualmente menciona a atividade de *lavar pano*. Sua fala também opera essa construção de temporalidades a partir do uso da água, que está constantemente em jogo em um local no qual a relação com as diferentes águas transforma-se não só nos grandes *tempos (dos antigos e da riqueza)*, mas também nos tempos mais cíclicos, como do *inverno* (época das chuvas) para o *verão* (período de estiagem). A morte de sua prima é um evento que marca a impossibilidade de utilizar a *água do barreiro*, pois ela opera uma espécie de contaminação²⁰ naquela água, impedindo-a de colocá-la em contato mais direto com o corpo, isto é, beber, cozinhar e banhar-se. Além desse impedimento, a *água do barreiro* contaminada pela morte (me contaram que três pessoas já faleceram por afogamento dentro dele) passa a produzir um efeito nos tecidos brancos, deixando-os amarelos. Essa água contaminada é objeto de contraste com outra, a *água das cacimba do Maniva*, que por sua vez é capaz de deixar *os panos alvinhos* e isso é motivo de prazer narrado por Ângela.

O cuidado com as roupas, portanto, estende-se para além do objeto em si e transborda-se em um trabalho sobre as pessoas. Lavar as roupas, vestir as pessoas e asseá-las é uma atividade que prepara os corpos para sua aparição pública e, por isso, constitui um fazer doméstico iminentemente público. Apresentar o corpo e as vestimentas asseadas, ainda mais em um contexto de profundas assimetrias raciais e de humilhações que relacionavam raça à sujeira, era um modo de viver esse conflito a partir de uma ética do cuidado de si e dos seus. Apesar disso, não podemos dizer que o racismo e as demais desigualdades

²⁰ Essa possibilidade de contaminação acarretada pela morte ou por elementos da morbidade está presente em vários relatos e interdições que me foram explicadas. Por exemplo, quando se utilizava de uma erva para fazer chá ou algum lambedor, era recomendado pegá-la nos matos e nunca na estrada, pois não se usa erva de onde *passou defunto*.

vividas pelas mulheres quilombolas da Liberdade dão conta de traduzir e significar seu saber e fazer em torno das roupas e seus cuidados. O narrar de Berenice sobre o deleite que lhe transmitem certos cheiros e o prazer de Ângela ao ver seus panos *alvinhos* mostram que há também, e talvez principalmente, uma sensibilidade estética que não pode ser negligenciada ao abordar esse assunto, pois estava em jogo ainda a construção do belo, o gosto pela beleza e o desejo de sentir-se bem e bonita.

Considerações finais

A fotografia apresentada neste texto sobre as distinções entre as águas, seus usos, origens e relações com os corpos e materialidades, contudo, não pode ser tomada a partir da aparente homogeneidade e fixidez difíceis de escapar ao traduzir a experiência dinâmica em texto etnográfico, tal qual alerta Peirano (2014). Como dissemos, as arrumações relativas às águas e seus usos variavam de uma casa para outra e, mais significativamente, em função e ao longo dos tempos. Perceber essas nuances e a multiplicidade inerente às águas agrestes só se tornou possível pela própria posição, em termos de gênero e geração, que nos era destinada no convívio com as mulheres da Liberdade. Nesse movimento, foi necessário deslocar-me da perspectiva que pensa a água unicamente como um “recurso natural” escasso na região semiárida, uma vez que esse enquadramento destoava das próprias práticas a partir das quais as águas circulavam e eram manejadas por entre as casas e coletividades.

Inspirada nas elaborações de Haraway (1995) e tomando o corpo como *locus* fundamental na produção do conhecimento, nossa análise focalizou os distintos modos pelos quais as águas se relacionam com a produção de pessoas e materialidades. Sendo assim, a partir daquilo que era mais mostrado do que dito, mais praticado do que verbalizado, tomei as águas não como um objeto passivo da ação humana, tal como coloca Strang (2014), mas como um bem difuso que, pela sua multiplicidade de características táteis, visuais e gustativas, interfere diferencialmente, e desigualmente, nas relações humanas.

Na relação com as águas, as pessoas e coletivos elaboram as diferenças sociais e as desigualdades estruturais que perpassam seu cotidiano na Liberdade. Se pelo manejo das águas domésticas podemos vislumbrar atribuições generificadas, pois cabe socialmente às mulheres os trabalhos de cuidado da casa e das pessoas, quando essas águas são trocadas entre as famílias e coletivos podemos ver que elas tematizam também diferenças raciais

e econômicas. Especialmente quando evoca a limpeza/sujeira, as águas e suas composições materiais podem ser um mecanismo de distinção e/ou hierarquização das pessoas, seja pelo modo como ela é usada, seja pelas características das águas que se usa.

Nesse jogo ambíguo entre humilhação e prestígio conectado às águas, ressaltamos um aspecto central para minhas interlocutoras nas suas reflexões sobre a mudança social e as relações de poder: as roupas. Por meio da descrição dos modos de higienizar estes bens socialmente tão relevantes, percebemos os possíveis cruzamentos entre as águas e as formas de cultivo de si, perpassados por uma ética do cuidado que conecta pessoas, coisas e modos de *seguir em frente*.

Referências

- ABU-LUGHOD, Lila. Writing Against Culture. In: FOX, Richard (Org.) *Recapturing Anthropology: working in the Present*. Santa Fe: School of American Research Press, 1991. p. 137–62.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 33, n. 61, p. 225-251, 2017.
- ANAND, Nikhil. The Banality of Infrastructure. *Items*, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://items.ssrc.org/just-environments/the-banality-of-infrastructure/#:~:text=Nikhil%20Anand's%20contribution%20to%20the,neglects%20or%20harms%20poor%20citizens>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- ARSKY, Igor da Costa. Os efeitos do Programa de Cisternas no acesso à água no semiárido. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, Vol. 55, p. 408-432, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73378>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- CENTELHAS, Marcela Rabello de Castro. *Nas águas das políticas: as mulheres, as cisternas e o curso da vida no agreste pernambucano*. 2019. 281 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- CENTELHAS, Marcela Rabello de Castro. Maternidade, crianças e cuidado: um olhar a partir de uma política de acesso à água no semiárido brasileiro. *Desidades*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 68-83, 2020. Disponível em: http://desidades.ufrj.br/featured_topic/maternidade-criancas-e-cuidado-um-olhar-a-partir-de-uma-politica-de-acesso-a-agua-no-semiarido-brasileiro/. Acesso em: 5 ago. 2021.

- BOURDIEU, Pierre. O sentimento de honra na sociedade Cabília. In: PERISTIANY, John G. *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1971.
- BRIGGS, Charles. *Learning how to ask: a sociolinguistic appraisal of the role of interview in Social Science research*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BUTO, Andrea; HORA, Karla. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 121-156.
- CARDEL, Lidia Maria Pires Soares; OLIVEIRA, Rejane Alves de. Práticas e contradições: um estudo de caso sobre os camponeses assentados no Médio São Francisco. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 625-644, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/resr/a/TTbyxtQCF7SxW9WFm4FPsJj/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- CARNEIRO, Maria. José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 11-22, 1994. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- CHO, Grace. *Haunting the Korean Diaspora: shame, secrecy and the forgotten war*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- COSTA, Liduina Farias Almeida da. Entre a denúncia e o fatalismo: natureza, sociedade e sertanejos-retirantes na literatura que evoca o Nordeste das secas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 571-593, 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-3_04_entre. Acesso em: 3 ago. 2021.
- CUNHA, Luis Henrique. Desigualdades nos padrões de acesso à água e limites da cidadania hídrica em comunidades rurais do semiárido. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 55, p. 99-116, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/73371>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- DAS, Veena. Fronteiras, Violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14 n. 40, p. 31-42, 1999.
- DAS, Veena. *Life and words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2007.
- DAVIS, Pedro Gondim. *Para além da "crise da água": reflexões acerca da relação entre água, processos de formação de Estado e sociedade a partir de Itu (SP)*. 2018. 221 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *A imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Aspectos sócio-culturais e políticos do uso da água. In: *Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Recursos Hídricos*. Brasília: MMA, 2005.
- FELDHAUS, Anne. *Water and womanhood. Religious meanings of rivers in Maharashtra*. New York: Oxford University Press, 1995.

- GALIZONI, Flavia Maria. *Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais*. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GALIZONI, Flavia Maria. Práticas sociais, sociedade camponesa e políticas públicas: a questão da água no Alto Jequitinhonha *In: GALIZONI, Flavia Maria (Org.). Lavradores, água e lavouras. Estudos sobre a gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 29-38.
- GALIZONI, Flavia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; LIMA, Vico Mendes Pereira; SANTOS, Isaias Fernandes dos *et al.* Hierarquias de uso de águas nas estratégias de convívio com o Semi-Árido em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 132-152, 2008.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 2010.
- HERNANDEZ, Carmen Osório. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-mulher para as mulheres agricultoras. *In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). Gênero e geração em contextos rurais*. Florianópolis: Mulheres, 2010. p. 63-94.
- MAHMOOD, Saba. *Politics of piety. The Islamic revival and the feminist subject*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- MAYBLIN, Maya. The untold sacrifice: the monotony and incompleteness of self-sacrifice in Northeast Brazil. *Ethnos*, Lima, v. 79, n. 3, p. 342-364, 2013.
- PAES E SILVA, Lays Helena. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro, *e-cadernos CES, on-line*, v. 17, p. 85-111, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo. Nota exploratória. *In: PEIRANO, Mariza. (Org.). O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume e Dumará, 2001. p. 171-178.
- PANDIAN, Anand. Tradition in fragments: inherited forms and fractures in the ethics of South India. *American Ethnologist*, [s.l.], v. 35, n. 3, p. 466-480, 2008.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.
- PIEROBON, Camila. Fazer a água circular: tempo e rotina na batalha pela habitação. *Mana*, on-line, v. 27, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/XsVFsWRCXKZTnccF5s64V8p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- QUINTELA, Maria Manuel. Curar e recrear em águas termais: um diálogo etnográfico entre Portugal (Termas de São Pedro do Sul e Termas da Sulfúrea) e Brasil (Caldas da Imperatriz). *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 169-194, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6967>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. “Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.

- ROSS, Fiona C. *Bearing witness: women and the truth and reconciliation commission in South Africa*. Londres: Pluto Press, 2003.
- SAUTCHUCK, Carlos Emanuel. Gestos, água e palavras na pesca amazônica. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 169-194, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6961>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- STRANG, Veronica. Fluid consistencies. Material relationality in human engagements with water. *Archaeological Dialogues*, [s.l.], v. 21, p. 133-150, 2014.
- TADDEI, Renzo. As secas como modos de enredamento. *ClimaCom Cultura Científica*, on-line, 2014. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/sementeia-multi-midia-educacao-e-resistencia-em-uma-plataforma-virtual-2/>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- TEIXEIRA, Jorge Luan. *Caçando na mata branca: conhecimento, movimento e ética no sertão cearense*. 2019. 459 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- TEIXEIRA, Jorge Luan. *O refrigerio e as facilidades: ambiguidade moral dos tempos na relação de trabalhadores rurais cearenses com o ambiente*. In: Encontro Virtual do Núcleo de Antropologia da Política, nov. 2020. (Comunicação Oral).
- TEIXEIRA, Carla; QUINTELA, Maria Manuel. Água e antropologia: perspectivas plurais. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 9-22, 2011.
- TEIXEIRA, Carla; MOURA, Luis Claudio; DAIVISON, Anna. Relevâncias da experiência e critérios de potabilidade: conflito de interpretações sobre a água “boa” em uma localidade do Cariri. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 36 n. 1, p. 55-81, 2011.
- WOORTMANN, Ellen. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em 'comunidades pesqueiras' do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 18, p. 41-60, 1992.
- ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel; LASCHEFSKI, Clemence. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha – MG. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 36, n. 1, p. 23-53, 2011.

Como citar

CENTELHAS, Marcela Rabello de Castro. A multiplicidade das águas no fazer das pessoas: corpo, gênero e materialidades em um quilombo pernambucano. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230110, 24 maio 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st02.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais


Água, terra e memória no “gerais” do rio São Francisco: Cabeceirinha, município de Januária, Minas Gerais

Water, land and memory in the “gerais” of the São Francisco River: Cabeceirinha, in Januária, Minas Gerais

 **Keyty de Andrade Silva**¹

 **Eduardo Magalhães Ribeiro**²

 **Gildarly Costa da Cruz**³

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st03

Resumo: Ao longo de décadas, famílias de agricultores se deslocaram pelos “gerais” do Alto-Médio São Francisco, no Norte do estado de Minas Gerais. Com acesso livre às terras e às águas, “geralistas” adaptaram técnicas de manejo que asseguraram produção abundante até finais do século XX, quando a tomada de terras comuns promovida pela “modernização agrícola” foi seguida pela implantação de unidades de conservação. Essas mudanças tiveram papel fundamental na história vivenciada pela população rural e suas narrativas mesclam a avaliação das transformações do acesso aos recursos e ao território com a criação de formas de resistência e adaptação a novos modos de viver, fazer e produzir. A memória sustenta a avaliação e o enfrentamento. Este artigo analisa as relações entre população, terra e água, investigando a comunidade de Cabeceirinha, banhada pelo Pandeiros, um dos últimos rios vivos do território. Usando técnicas da etnografia e de pesquisa social, debate a partir das histórias e memórias de que maneiras as restrições fundiárias, legais e ambientais modificaram costumes e, contraditoriamente, fundamentam a recriação cotidiana das condições de vida.

¹ Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: andrade.keyty@gmail.com.

² Professor titular do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: eduardoribeiromacuni@gmail.com.

³ Mestre em Planejamento Urbano e Regional/Demografia pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: gc.cruz@hotmail.com.

Palavras-chave: tomada de terras; Semiárido; agricultura familiar.

Abstract: Over several decades, farming families moved to the "gerais" region of the Upper-Middle São Francisco River in northern Minas Gerais. With free access to land and water, the “geralistas” adapted management techniques that ensured abundant production until the end of the twentieth century, when the seizure of common lands in the name of “agricultural modernization” was followed by the implementation of conservation units. These changes were fundamental to the experiences of the rural population, and their narratives illustrate a combination of assessing changes in access to resources and territory with creating forms of resistance and adaptation to new ways of living, doing, and producing. Memory supports this assessment and confrontation. This article analyzes the relationships between population, land, and water in the Cabeceirinha community, on the banks of the Pandeiros River, one of the last living rivers in this region. Ethnographic and social research techniques are used to discuss from stories and memories how land, legal, and environmental restrictions have changed customs while simultaneously forming the foundation of the daily recreation of living conditions.

Keywords: land seizure; Semiarid region; family farming.

Introdução

Cabeceirinha denomina um conjunto de comunidades rurais na nascente do rio Pandeiros, a 120 quilômetros da sede do município de Januária, no Alto-Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais. Reúne 78 famílias dos – como dizem os moradores – “povoados” de Tatu, Resfriado, Goiabeira, Raposa, Ribeirão Curralinho e a Cabeceirinha, propriamente dita. Nos anos 2010, a denominação de Cabeceirinha foi estendida ao conjunto dos “povoados”, aceita e usada como referência para serviços de educação, saúde e assistência social. Lá, ao contrário de outras comunidades rurais da região, tem abundância de corpos d’água, ainda vivos nessa porção sul do Semiárido brasileiro, designada pelos moradores como “gerais” – chapadões de cerrado ralo cortados por veredas. Cabeceirinha se destaca, também, pelas relações específicas que existem entre sua população e o território, costumes e memórias que associam os agricultores às águas e ao gerais.

O abastecimento de água no Semiárido sempre foi difícil. O gerais do Alto-Médio rio São Francisco era exceção: atravessava longos períodos secos por conta da precipitação reduzida e inconstante, mas a população rarefeita e o manejo das fontes naturais garantiam a produção e confortava a vida cotidiana. No entanto, as

tomadas de terras, desmates, drenagens e plantio de monoculturas nos anos finais do século XX liquidaram com os corpos de água. Veredas, lagoas e brejos secaram; rios, como Periperi, Tamboril e dos Cochos praticamente desapareceram. O rio Pandeiros permaneceu vivo, apesar da perenidade ameaçada. Abastece “geralistas” – moradores que vivem no gerais – e sustenta na foz o pantanal que é considerado o principal berçário de peixes do rio São Francisco. Pela rara beleza e importância ecológica e histórica, a bacia do Pandeiros foi transformada em Unidade de Conservação (UC) e ficou sujeita a controles estritos.

Monopólio da terra, escasseamento de água e restrições legais de acesso aos corpos d’água redefiniram o estilo de vida e produção dos moradores das beiras do Pandeiros, forçando a reconversão da produção, da ocupação e das relações que os unem ao território.

Este artigo analisa a dialética de destruição/recriação das condições de existência, memória e pertencimento dos moradores de Cabeceirinha, e do rio cujas águas são ao mesmo tempo usufruídas pelas comunidades rurais, tomadas por “firmas”⁴ e vigiadas por agências ambientais. Descrever essas transformações com base nas narrativas e visões dos agricultores de Cabeceirinha revela como essa comunidade transformou a história em instrumento da luta contra o esquecimento e ferramenta de recriação dos costumes.

Nessa perspectiva, o Pandeiros é um território emblemático para compreender os efeitos da expropriação de terras comuns, da imposição da norma legal e da mudança forçada das relações entre população e ambiente. É, também, exemplar para compreender a persistência de vínculos da população de Cabeceirinha com o território e, sobretudo, demonstra uma relação visceral daqueles agricultores com a água.

Os agricultores de Cabeceirinha perpetuaram referências aos costumes e às lembranças. A opressão, violência e repressão cotidianas encontraram respostas fugidias, mas resilientes, que se manifestam de forma igualmente sólida no lembrar e no resistir. Resistem porque renovam lembranças.

Procedimentos da pesquisa

⁴ Na década de 1970, a Revolução Verde estimulou a expansão agrícola, que se orientou fortemente para o Planalto Central, quando empresas, fazendeiros e grileiros se apropriaram de milhares de hectares de terras, consideradas *vazias*, no Cerrado. Empresas ou “firmas” do Sudeste se instalaram no gerais, ocupando áreas usadas pelas comunidades e introduziram monoculturas e, principalmente, criação de gado. Ver RIBEIRO, 2010.

Os moradores de Cabeceirinha conservam entre si laços estreitos de parentesco, cimentados por vizinhança, casamentos e compadrio. Conhecem no detalhe os recursos do gerais, que usam na produção e na vida cotidiana, e se ocupam principalmente com lavouras, hortas, criação de animais, prestação de serviços e produção de farinha de mandioca. Aposentados e pensionistas correspondem a 20% da população. Contam com escola que atende até a 8ª série e uma ativa associação de moradores que instalou energia elétrica e água encanada em todas as residências.

Este artigo resulta de estudo etnográfico feito entre os anos de 2018 e 2020, que explorou as relações entre população, território e as condições ambientais encontradas pelas famílias no gerais investigando os modos de organização da vida, da sociedade e da produção, buscando informações no trânsito cotidiano, na “labuta” – o trabalho diário –, com o gado, nas lavouras e no trabalho da casa. As técnicas da etnografia permitiram compreender a cultura local com base nas referências êmicas e nos seus signos interpretáveis (GEERTZ, 1989; CUNHA; ALMEIDA, 2002). A entrevista aberta liberou o entrevistado para abordar os temas propostos da maneira que considerasse mais adequada, principalmente tratando de narradores qualificados, *especialistas* que conhecem a fundo a história e a comunidade (BRANDÃO, 1986, 2007). Essas técnicas permitiram compreender as relações materiais entre população e gerais, que estão em recriação perene, e aspectos subjetivos, como percepções específicas do ambiente e memórias recorrentes. As memórias dos moradores de Cabeceirinha são acionadas como delimitadoras de identidade, são meios de defini-los como agricultores, pessoas que ocupam uma posição no mundo, cidadãos. Usar da memória, assim, é acionar uma ferramenta de interpretação do mundo, de releitura da história e de fundamentar lutas por terra, água e direitos. Não é, assim, uma posição de saudosismo. Para além disso, é a base da organização comunitária que se apoia na história coletiva do território e individual de cada família que, relatando mudanças, reafirma novas formas de se relacionar com o território (GODOI, 1999; HOBBSAWM; RANGER, 1984). A convivência cotidiana com os moradores possibilitou aos pesquisadores entender as condições específicas da vida em Cabeceirinha, sobretudo a interação da população com o território no espaço e no tempo, identificando as referências críticas das mudanças e suas principais consequências (GIL, 1999; MAY, 2001; MARQUES; VILLELA, 2005).

As atividades das famílias de Cabeceirinha variam, conforme relatam, no correr das estações do ano: no “tempo das águas” – período de chuvas –, que ocorre normalmente de outubro a março; e no “tempo da seca” – período sem chuvas –, geralmente de abril a setembro. As campanhas de campo, períodos em que a equipe de pesquisa esteve em atividade, foram, então, distribuídas ao longo de janeiro e outubro de 2018, nos meses de julho, agosto, setembro e novembro de 2019 e janeiro de 2020.

As campanhas de campo alternadas foram dando corpo aos temas da pesquisa, à medida que os moradores destacavam assuntos relevantes que surgiam de conversas cotidianas. Entre estes, as lembranças mereceram atenção especial: essa matéria móvel, resiliente e fugidia, conforme definiram Bosi (1979), Thompson (1992) e Queiróz (1991), ganhou importância à medida que se afirmava a dualidade das memórias dos moradores de Cabeceirinha.

As lembranças foram contrapostas aos documentos e histórias do gerais, mas esses suportes foram insuficientes para compreendê-las, pois as referências ao ambiente natural, ao cotidiano e à produção do passado eram muito específicas, firmadas em marcos sempre maiores que a memória individual. Lembranças, na verdade, funcionavam como balizas cravadas no gerais, dando rumo ao esforço diário dos geralistas para lutar e resistir no território. Essas memórias, segundo Boelens (2014), descrevem o passado, mas também o presente e o futuro.

Assim, as memórias dos moradores de Cabeceirinha se converteram também nas referências de temporalidade adotadas neste artigo. Tomando como base lembranças e relatos colhidos na pesquisa e buscando retratar as histórias vivenciadas, os resultados aqui apresentados dividem o tempo – o antes e o agora –, de acordo com a perspectiva narrada pelos entrevistados. A cronologia é baseada na ideia de mudança, a leitura própria da história feita na comunidade que indica a transformação econômica, social e ambiental que apartou população e ambiente para organizar a vida em novas bases.

Semiárido, gerais e água

O município de Januária é importante na história do rio São Francisco. Até os anos 1980, seu porto era central na navegação fluvial, rota de escoamento da produção de Goiás e do gerais (COELHO, 2005; RIBEIRO, 2010). No Brasil Central, “gerais” designa áreas de terra livre, “solta” ou comunal, espaços dilatados de coleta e criação de gado sem cercas divisórias, bebendo nas aguadas das veredas

(BERNARDES, 1995; DAYRELL, 2019). O gerais da margem esquerda do Alto-Médio São Francisco fica no domínio do Semiárido, na transição entre o Cerrado e a Caatinga, com paisagem formada por chapadas de vegetação arbustiva, solos arenosos profundos e veredas, geralmente muito povoado (RIBEIRO, 2010; CRUZ *et al.*, 2020).

No Semiárido as precipitações ficam abaixo de 1.000 milímetros, são irregulares, concentradas em curtos períodos. Essa condição amplia o efeito da escassez e intensifica a seca. No entanto, as características desse clima são heterogêneas e, às vezes, em entremeio à Caatinga, existem áreas úmidas e bem servidas de água, os “brejos” – ambientes úmidos, de terra escura e fértil, usados para cultivo de mantimentos –, que amenizam os efeitos do clima, asseguram produção e orientaram o povoamento formando oásis em meio ao clima seco (ANDRADE, 1998; SILVA, 2007).

Era assim o gerais do Alto-Médio rio São Francisco. O complexo de brejos, veredas e rios sustentou a população afluyente de agricultores familiares em meio aos chapadões arenosos desde o século XVIII, fazendo lavouras irrigadas na estação seca – o sistema de “*água de rega*”⁵ –, coleta de frutos nativos no tempo das chuvas e criação extensiva de bovinos durante todo o ano. O acesso livre às terras atraiu a população rarefeita que usava técnicas adaptadas de produção (COELHO, 2005; GALIZONI, 2005). As terras comuns, no entanto, eram sujeitas às normas costumeiras que regulavam coleta, solta de animais, uso e manejo das águas. O controle coletivo sobre os recursos e as relações de domínio não podia ser compreendido no sentido estrito do conceito de propriedade (GALIZONI, 2005).⁶

As interações entre agricultores e gerais mudaram a partir dos anos 1970, quando agências públicas passaram a financiar empresas com juros baixos e prazos longos, para tomar terras tradicionalmente ocupadas, como aquelas de Cabeceirinha. Esse processo de *modernização agrária*,⁷ generalizado no Cerrado, se associava ao uso de técnicas intensivas de produção e à expansão da área agrícola, mas também se relacionava aos interesses bancários, industriais e

⁵ O sistema de água de rega, “água tirada” ou “rega”, consistia no desvio de água em nível para cultivo das hortas e lavouras nas áreas de vazantes dos rios e veredas.

⁶ Ver também Ostrom (1990) e Almeida (2004).

⁷ O Estado conduziu as iniciativas de transformação do mundo rural na década de 1970 fortalecendo a centralização do capital, incentivando grandes empreendimentos do agronegócio e criando nova base tecnológica para a agropecuária brasileira (DELGADO, 1985). Essas mudanças foram estimuladas pelo crescimento populacional conjugado ao crescimento e modificação da estrutura econômica, pelo esgotamento de fronteiras agrícolas, pela expansão urbana e pelo rápido crescimento de empregos não agrícolas, sustentando a modernização agrária (DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO, 1997; RIBEIRO, 2010).

fundiários. Foi, no entanto, singular em cada lugar. As chapadas de gerais, consideradas áreas *vazias* de moradores, terras de baixa produtividade agrícola, de preço reduzido e, sobretudo, baseadas em formalização muito frágil, em poucos anos foram ocupadas por “firmas”. Estas são, de modo geral, empresas subsidiárias de empreendimentos consolidados em outras regiões, que cercaram terras comuns, drenaram corpos d’água e transformaram em carvão a vegetação nativa para implantar monoculturas (CORREIA, 2010; ELOY *et al.*, 2016; DAYRELL, 2019).

Para compensar o gigantesco passivo ambiental criado por essa ofensiva empresarial, nos anos 1990 foram criadas as unidades de conservação no gerais, com a motivação preservacionista que frequentemente orienta a criação dessas unidades, que, nesse caso, exigiram a retirada da população (LOCKE; DEARDEN, 2005; PETERSON; PETERSON; PETERSON, 2005; FRANÇOSO *et al.*, 2015).

No Brasil, a Constituição Federal de 1937 (BRASIL, 1937) já ditava o papel do Estado na proteção de espaços com belezas naturais e monumentos de valor histórico, com base em uma visão conservacionista. Em 1965, foi instituído o “Código Florestal” (BRASIL, 1965) que criou Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal, que, mais tarde, foram vinculadas ao artigo 225 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988).

Mais adiante, no ano 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), que estabeleceu critérios para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. No Snuc, as UCs são divididas nos grupos de: Proteção Integral, que visam à “[...] manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”; e Uso Sustentável, que permitem a “[...] exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000).

As áreas protegidas do Snuc, contudo, são geridas, em sua maioria, por instâncias governamentais. No caso das UCs de Uso Sustentável, como Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) e Reserva Extrativista (Resex), o manejo permitido deve ser controlado pelas instâncias fiscalizadoras do Estado, que distanciam o olhar e a voz comunitária das normas legais. Diegues (1999) aponta que este modelo preservacionista representa um “[...] alto custo social e político, pois adota um enfoque

autoritário uma vez que, na maioria das vezes, as comunidades locais não são consultadas a respeito da criação de uma área protegida restritiva sobre seu território” (DIEGUES, 1999, p. 7). Embora existam exemplos factuais de que é possível conservar com presença humana (DIEGUES, 1999; OSTROM; NAGENDRA, 2006; CARRANZA *et al.*, 2013; GUADILLA-SÁEZ; PARDO-DE-SANTAYANA; REYES-GARCÍA, 2020) e que essa conexão pode contribuir para aumentar a diversidade e a qualidade dos recursos (DIEGUES, 1999; BRANCO *et al.*, 2019), a maioria das Unidades de Conservação restringiu o uso de solo, vegetação e água pelas populações já assentadas.

Em 2019, as Unidades de Conservação ocupavam 1,2 milhão de hectares no Alto-Médio São Francisco (DAYRELL, 2019), e Cabeceirinha ficou localizada dentro da APA do Rio Pandeiros, considerado “rio de preservação permanente” em Minas Gerais, pela Lei Estadual nº 15.082, de 27 de abril de 2004, graças às características ambientais e históricas e à beleza natural. Pressionada entre “firmas” e UCs, a agricultura de Cabeceirinha ficou confinada às beiras de veredas. As fontes de água, as áreas de chapadas e as terras de plantio foram reduzidas em consequência da privatização do gerais e das normas de preservação no rio Pandeiros. Então, geralistas tiveram que criar estratégias para conviver com a nova regulamentação do território (GALIZONI, 2005; MEDEIROS, 2015).

Água e terra são dotações essenciais nas sociedades tradicionais; concebidas como dádivas, fazem parte do sagrado e dos mitos fundadores de vida e cultura (DIEGUES, 2007). Comunidades tradicionais vinculam o domínio da terra ao trabalho e consideram o acesso à água um direito natural. O manejo da terra nessas sociedades rurais obedece a uma lógica que adéqua a lida humana às características da terra, orientada por referências dadas pelo solo e pelas plantas. A terra, assim, recebe as raízes das culturas, mas também enraíza as sociedades; alimenta, mas estimula a curiosidade, a experimentação e o conhecimento que levam à criação de técnicas materiais específicas e à adequação da dieta às plantas, ao solo e ao meio (GALIZONI, 2005; DIEGUES, 2007; SHIVA, 2007).

A água faz parte do cotidiano dessas sociedades. Ela dá vida à terra e ao território, orienta os sistemas de produção e confere base às identidades específicas e às formas de se relacionar com o meio. A água influi, enfim, na organização social, na divisão do trabalho e nas relações de gênero, porque no rural, sobretudo no Semiárido, a mulher é protagonista da relação com a água, é

quem responde pelo abastecimento e depende esforços para prover a família. Mudanças na oferta e escassez, portanto, afetam muito as jornadas de trabalho da mulher, que será, além de prejudicada, responsável por viabilizar a provisão da família. Desse modo, o estudo da água na sociedade tradicional deve passar pelo corte de gênero (GALIZONI, 2005; DIEGUES, 2007; SHIVA, 2007; CASTRO-DIAZ; LOPEZ; MORAN, 2018), contemplando restrições e ritualidades (SOARES, 2007; OCAMPO-FLETES; PARRA-INZUNZA; RUIZ-BARBOSA, 2018). Nessas sociedades, afinal, a água deve ser entendida como fato social (DIEGUES, 2007), referência de espaço (GALIZONI, 2005), produção (SHIVA, 2007), consumo (SOARES, 2007) e ideia própria de tempo (GALIZONI, 2005).

Tempos de Cabeceirinha

Quando perderam terras e águas, os moradores de Cabeceirinha perderam também a antiga autonomia que os ligava ao território e à condição de agricultores. Assim, precisaram reinventar seus vínculos com a terra, e para isso recorrem então à memória como resistência, e por isso o tempo dual tem tanta importância para eles. Reinventam e experimentam o agroextrativismo para fundamentar ao mesmo tempo a condição de agricultores e justificar a necessidade de retomar as terras comuns de coleta. Reconstroem uma ascendência quilombola para sedimentar a organização do grupo. Buscam novos padrões de educação para os jovens para valorizar o mundo rural. Ocupam o território da lembrança quando burlam a “firma” para levar o gado à antiga “solta”. Desafiam agências de conservação, se sujeitam à multa e à prisão para, ainda, “botar um brejo” – plantar nas áreas úmidas dos brejos – ou formar lavoura numa vazante. A memória coletiva orienta este conjunto de ações.

A noção de tempo deriva em grande parte das mudanças do ambiente.

No prazo curto, depende da estação: no “tempo da seca”, sem chuvas, outono/inverno no Cerrado; no “tempo das águas”, novembro a abril, primavera/verão. A dualidade de águas e seca definiu os ritmos da vida. Na seca, havia abundância de mantimentos, complemento nas hortas e água limpa nas veredas, a “lida” ficava restrita à casa e ao quintal. Só o gado, solto na chapada, afastava agricultores do sítio. O “tempo das águas” era, segundo as lembranças, de escassez de alimentos que eram buscados em muitos lugares, ou como diziam, na “largueza”: os mantimentos na tulha se acabavam na época do Natal, a família se afastava de casa para “botar” – preparar – as lavouras e coletar

parte do alimento de todo dia no gerais: pequi, o principal, mas também mangaba, cagaita, cajuí.

No largo prazo, na conversa diária, aparece a noção estruturante de tempo que reparte a vida em dois períodos bem definidos e opostos: o “tempo de primeiro” e o “tempo de hoje”. O “tempo de primeiro” não é apenas um tempo já vivido; é, sobretudo, um tempo diferente por conta de rupturas ocorridas nas relações entre pessoas e meio, que ocupam lugar central nas narrativas.

A ruptura do tempo se baseia em noções que formam pares de oposição: terra solta/terra presa, água farta/água regulada, gado solto/gado na “manga” – pasto cercado e plantado –, movimento/“paradeza”. Mas de forma alguma consideram que todas as mudanças foram para pior. Lembram compensações: Estado presente, pagamento mensal, aposentadoria, os confortos da eletricidade e do transporte. Mas, lembram-se também que as trocas não foram parelhas, que os ganhos foram muito diferentes das perdas e, por isto, a lembrança não é base para formar juízo de valor associado a piora ou melhora, e sim para compreender a mudança.

O território vivo do gerais, os costumes e as terras soltas vivem na memória – o recurso para acionar a história, para, por meio dela, manter vivos os direitos. Assim, o “tempo de hoje” é também o tempo da espera: penalizar as perdas é meio para pensar na retomada, na reconstrução da terra livre, para manter viva a utopia da terra solta, sem cercas e sem donos: a comunidade utópica. É também o tempo da luta: por isso fortalecem a associação e o sindicato, buscam parcerias com organizações de mediação e, principalmente, vão inserindo suas causas no conjunto das lutas das populações do gerais, que acionam identidades para reivindicar em várias frentes.

Terra e água são fundamentos da construção da noção de tempo e história, pois explicam a mobilidade das famílias no espaço, a fundação da comunidade e a trajetória dos antepassados fundadores. Além disso, contextualizam técnicas materiais e sistemas de produção.

O termo “de primeiro” remete à infância, à adolescência ou ao início da vida adulta das pessoas que eram idosas no período de 2018 a 2020. “De primeiro”, o acesso aos “recursos” era livre e os “véi” – como se referem aos velhos, pais e avós desses idosos – foram os primeiros moradores de Cabeceirinha num tempo em que não existiam cercas e terras divididas. O senhor Valentim Barbosa dos Santos, agricultor de Cabeceirinha, dizia:

Naquele tempo essas terras eram vagas. O companheiro estava morando ali, e de repente ele saía e ia pro Ribeirão. Chegava lá e decidia mudar praqui, porque achava que aqui podia desenvolver mais. Não tinha restrição de terra. Sempre, toda vida, tinha as terras legalizadas, mas tinha aquelas terras que não eram legalizadas. Aí, pousava daqui, pousava acolá. Mudava do Ribeirão prum lugar mais vago, mais vereda; dava pra produzir. Tem dono? Não! Então vou morar e trabalhar lá. E aí mudava.

Povoar em Cabeceirinha era parte da movimentação de lavradores que saíam da beira do rio São Francisco na direção das cabeceiras do rio Urucuia. Saíam de áreas em que os recursos “minguavam” – começavam a se esgotar –, as lavouras produziam pouco e a terra se tornava pouca para sustentar a família; quando a terra se “apertava”,⁸ empurrava casais jovens para áreas novas e “desapertadas”. O senhor José Lopes, que foi um dos pioneiros, dizia que Cabeceirinha era terra “solta” dentro da “Fazenda geral”⁹ Campo Grande: “(...) era tudo gerais.” Quer dizer, eram terras sem donos, que podiam ser posseadas.

No tempo antigo, eram três os personagens que se moviam buscando terra. Primeiro, herdeiros de pouca terra que iam ficando “apertados” pela ausência de área para sustentar a família que ia crescendo; segundo, lavradores sem-terra que viviam como agregados em terras alheias; terceiro, sitiante cujas terras estavam “cansadas” – ou pouco produtivas. Mobilidade espacial era, também, mobilidade social, porque transformava lavradores “fracos”, deserdados e sem terras em agricultores estáveis.¹⁰

Água guia

Havia água em abundância em Cabeceirinha. O senhor Valentim, refletindo sobre a vida e a “labuta”, dizia que “*água, de todos os recursos, é o mais importante*”. Explicava que a água tinha uso na bebida, comida e limpeza, para plantar mantimentos e regar lavouras; orientava a jornada de trabalho da

⁸ Em Cabeceirinha, o domínio sobre o território era definido pelo princípio do parentesco. Nas normas que governavam a herança, a partilha da terra deveria ocorrer de maneira igualitária entre os herdeiros, sejam homens ou mulheres. As divisões aconteciam por meio das cercas no terreiro e das casas que surgiam, conforme os filhos se casavam. Como as terras das famílias de Cabeceirinha eram relativamente pequenas, recorria-se à migração como uma forma de manutenção da existência das famílias e das práticas de reprodução social e da cultura.

⁹ Fazenda geral é uma instituição agrária do gerais de Januária, referência de domínio fundiário e localização espacial do sítio familiar; sobre o assunto, consultar RIBEIRO (2010). Sobre ocupação de terras no gerais consultar, também, MEDEIROS (2015); ANDRIOLLI (2011).

¹⁰ Sobre herança, migração e agregação no rural, consultar MARTINS (1981).

família e o giro da Folia de Reis; baseava a locação da casa e a criação de animais.

As fontes de água e a terra fértil atraíram o povoamento da localidade, como contou dona Antônia Farias: “(...) o povo veio pra cá porque é mais fresco. Veio procurando água pra plantar, terra boa e água.” O povoamento ficou nas partes baixas, nos lugares frescos, de terra boa para cultivar mantimentos, sempre perto das águas, principalmente do rio Pandeiros.

O sistema de produção era baseado na derrubada, secagem e queima da vegetação nativa, seguida pelo plantio, irrigação, tratos e colheita. As águas definiram e, pelos tipos de fontes, hierarquizaram a capacidade de produção das famílias. A classificação da qualidade da terra, por exemplo, dependia da água: a terra “forte” tem umidade e vegetação de porte alto. A terra é classificada, também, por pares opositivos relacionados à água (presença ou ausência de umidade, vegetação e grã) e, em seguida, por similaridade (terra forte/mantimento forte, terra fraca/mantimento fraco) ou por oposição (terra boa/água ruim; terra ruim/água boa).¹¹

Agricultores separavam, ainda, águas correntes e “pequenas” para uso humano, de águas paradas, boas para “botar” lavoura. De acordo com o senhor Santo da Cruz, denominam “vereda” ao curso d’água perene que tem brejo, buriti e pindaíba; sem buriti, mas com água perene, é “grotá”; lugar pequeno de água parada com buriti é “brejinho”; vazante ou “traçadal” é a terra fresca, sem buriti, sempre com água; é “brejo” quando tem água o ano todo e é pantanoso.

Há uma íntima relação entre o uso dos solos, águas e plantas. Arroz era plantado nos brejos porque, segundo os moradores, carecia de muita água para produzir “feijão de arranca” – o feijão de consumo corrente no Sudeste brasileiro –, mandioca e abóbora eram plantadas nas partes altas das áreas úmidas ou nas roças de sequeiro. Em Cabeceirinha, podiam cultivar muito mantimento, pois a terra era “forte”, tinha “galhos” ou pequenos afluentes nas veredas, vazantes e brejos, essenciais na produção. Para “botar brejo” – fazer lavoura de arroz no brejo –, as famílias se moviam pelo gerais.

O senhor José Lopes dizia que, “de primeiro”,

[...] botava brejo no lugar que quisesse. Se quisesse botar um brejo lá na Ema, punha a tralha em cima dos animais, chegava lá, mês de maio, pousava debaixo do pé dum pau, e botava um brejo. Roçava o brejo e queimava logo cedo, plantava antes da

¹¹ A classificação local de água, frequente em sociedades rurais, embute a hierarquia de qualidade que orienta o consumo e a gestão comunitária (consultar GALIZONI, 2005; RIBEIRO, 2010; MEDEIROS, 2015).

chuva chover, em setembro plantava arroz. Quando chovia o arroz já ‘tava aqui ó, assim! E aí a água tomava conta. Na hora que trovejava e caía a chuvinha do fim das águas, que já tinha milho assando e gente cozinhando feijão novo, aí já era hora de tirar o arroz do brejo. Era assim.

Plantar em brejo exigia trabalho de toda a família: derrubar, esgotar a água, plantar solo caprichoso. O “esgoto” – canalização da água em regos – reduzia a área alagada mantendo a umidade. Depois, tratos culturais e o cuidado diário na maturação do arroz, um mês espantando pássaros que comiam os cachos, principalmente sanhaço e maria-preta. Em Cabeceirinha, havia apenas três brejos e, por isso, era costume “botar brejos” na comunidade da Larga ou no Ribeirão do Lavrado.¹²

No “tempo de primeiro” faziam lavoura de tocos ou de coivara,¹³ adaptada às singularidades do gerais. Preparavam terra de junho a setembro; derrubavam mato em junho e julho; queimavam a derrubada em agosto/setembro; plantavam as culturas de outubro a novembro, que recebiam tratos culturais até o Natal. Colhiam de janeiro a abril, às vezes embaixo de chuva, perdendo feijão. Em maio, plantavam novamente feijão de sequeiro nas terras de vazante e brejo, e, nas bordas, semeavam a diversidade de cultivos que enriquecia a dieta. Depois de três anos a roça era mudada para outro lugar, porque a terra ficava, como dizem, “fraca”, ou pouco produtiva. A vegetação crescia no lugar da antiga lavoura e repunha a fertilidade depois do período de “descanso”, ou pousio.¹⁴

As águas situavam na paisagem as casas, que eram construídas na divisa entre terras “fortes” e “fracas” – férteis e pouco produtivas, respectivamente –, ou seja: terras de “cultura” e “mistas”, sempre afastadas do campo, terra de pior qualidade para lavoura: seca, arenosa, vegetação rasteira, pouco fértil. Conforme explica o senhor José Lopes:

[...] a terra melhor começa aqui, nesse trecho que fica a casa. Aqui a gente planta e dá. Quanto mais chega perto do rio mais a terra é melhor. Pra cá, pros altos da chapada, a terra vai enfraqueando. A terra, afasta do rio, dá é mandioca, catador, esses trenhosinhos assim, mantimento mais fraco. Agora: feijão e arroz é mais aqui pra dentro, beira d’água, terra mais solta,

¹² A respeito de manejo de brejos, consultar GALIZONI (2005); MEDEIROS (2015).

¹³ Sobre a lavoura de coivara, ver GALIZONI (2005).

¹⁴ Borges *et al.* (2016) observaram que os sistemas tradicionais de cultivo nas veredas enriqueciam e diversificavam a vegetação, permitindo conciliar produção e conservação. Ver, também: AUBERTIN; RODARY (2011).

mais forte. Terra aí pra fora é fraca, é de pedra, de serra, já vai saindo aí o agreste, capim de gerais.

A água também orientava a divisão dos “terrenos” familiares, os sítios, delimitados na “frente” pelo curso principal, nas laterais pelas grotas, e os “fundos” – parte traseira da residência –, se estendiam na perpendicular até os campos. Da casa às águas, o sítio era exclusivo da família; no rumo dos campos, quanto mais se afastavam das casas mais as terras eram usufruídas em comum por parentes, vizinhos e moradores da comunidade. Vinham dessas áreas comuns frutos, caça, lenha e plantas medicinais; era também onde criavam gado que, “de primeiro”, ficava solto, com acesso livre às veredas e ao “logradouro” – o ponto em que repousava –, se alimentando de capim agreste, frutos e brotos.

Água e mulher

Mulheres mantinham relações muito próximas com a água em Cabeceirinha. O manejo dos corpos d’água estabelecia o domínio feminino sobre o “terreiro”, o “quintal”, a horta e a “fonte” – o local exclusivo, escolhido por cada mulher para coletar a água que abastecia a casa.

Em volta da casa ficava o “terreiro”, área limpa, sempre varrida, sem plantações exceto plantas ornamentais. Lá criavam pequenos animais – galinhas, cachorros e gatos. Depois do “terreiro”, no rumo das águas, ficava o quintal, lugar de cultivar frutos, algum alimento para emergências – mandioca, abóbora – e de experimentar novas mudas e sementes recebidas de presente que precisavam adaptar à sua terra. Em seguida ficavam as hortas, cultivadas nas beiras de águas na estação seca para usar “água de rega”. Para fazê-las, roçavam o mato em abril, plantavam hortaliças em maio e colhiam de agosto a novembro. A horta ficava sem uso durante a estação das “águas”. Esse complexo era associado ao domínio das mulheres, usado no cotidiano pela família, relacionado com necessidades imediatas e irregulares de suprimento de frutos, alimentos, carne de “bichos de terreiro” e, sobretudo, água.

As “fontes” – áreas do rio Pandeiros ou da vereda em que cada família buscava a água para beber e cozinhar, lavar as vasilhas, “banhar” – tomar banho – e lavar roupa, localizada sempre no mesmo lugar, marcava a paisagem, a memória, e ajudava a contar as histórias dos moradores e de sua relação simbólica e material com o território.

A “fonte” era o lugar do rio mais acentuadamente feminino. Servia a toda a família, mas era atribuída aos cuidados da mulher, tarefa associada à lida

doméstica. O caminho da “fonte” era roçado e ligado à cozinha, que consumia muita água. Cada família dispunha de fonte própria e distinta, que recebia o nome da mulher que a abria e usava: “fonte de Do-Carmo”, “fonte de Isolina”, “fonte de Santa”.

A rotina da mulher começava no cedo da manhã buscando na fonte a água carregada em pote levado na cabeça. Depois de quebrar o jejum, trabalhava na roça da família; em seguida tornava à casa para preparar almoço e “arrumar” as crianças para a escola; e posteriormente retornava à fonte para lavar vasilhas. No fim da tarde voltava para “banhar” e buscar mais água. A dinâmica casa-rio-casa supunha o uso comum da água e era parte da socialização das mulheres. A fonte da mãe se estendia à filha casada que permanecia vivendo nas proximidades. Se a recém-casada acompanhasse o marido para morar na terra de herança masculina, costume prevalecente em Cabeceirinha, abria nova fonte para a nova família, com seu nome.

Além das atividades cotidianas da família, as “fontes” eram referências na toponímia da comunidade, parte importante na cartografia cotidiana. Por exemplo: quando se chega no encontro da grota da Raposa com o rio Pandeiros – a “barra da Raposa” –, o retorno para a estrada principal é feito pela picada da “fonte de Verina”, referência para todos os moradores. O lugar da ponte que liga Tatu e Cabeceirinha era conhecido como “fonte de Carmelita”, e a própria ponte ficava na “passagem de Ita”, a “dona” daquela “fonte”.

A associação entre mulheres e água recebia forma material no pote que a filha recebia do pai no casamento, como “dote” e “rito de passagem” da mulher entre a sua fase de filha ou adolescente para a condição de vida adulta e independente, na nova família que formava. A mulher recém-casada passaria a ser a provedora da água da família, se tornando a principal responsável por essa função, que antes do casamento era de sua mãe. O pote, reservatório doméstico de água para bebida renovado pela mulher, ficava num canto fresco da casa.

A relação da mulher com a água era marcada por um estilo próprio de consumo. Somente água de beber era armazenada; os outros usos – banho, limpeza, lavagem de roupa, trato das vasilhas, “regação” de horta e quintal – eram feitos com água em fluxo, coletando água ao sabor da correnteza do rio ou da vereda. Assim, a água não era confinada ou retirada do ambiente para a realização das tarefas; permanecia em seu leito natural e estava em constante movimento quando era coletada para servir às atividades, e as famílias utilizavam apenas o necessário para cada tarefa.

A água em fluxo abastecia em constante renovação, e era considerada a forma mais pura de conexão das diversas fontes de água. As águas eram conectadas e concebidas como um sistema que interligava diversas formas de vida e parte fundamental da história e da cultura da comunidade. O uso de uma “fonte” localizada na “cabeceira”, ou nascente, não interferia noutra fonte localizada abaixo, no sentido da “barra” ou foz, já que a água era corrente.

A água viva era parte do cotidiano, mantida em relação próxima, e como cada mulher se provia de água, também se acostumava a classificar, escolher e zelar pela fonte, para transportá-la até a casa, às vezes com grande sacrifício. Saúde, acreditam, entra pela boca; selecionar a água consumida era preceito essencial para ter o corpo sadio. Partilhavam, respeitavam e regulavam as fontes, como faziam com as outras dádivas que o gerais oferecia – lenha, frutos do cerrado e “soltas” de gado. Mas, dada a importância vital, definiam critérios específicos para a água, porque era usada em fluxo, provia a família, mas também levava embora parte da sujeira saída de corpos, roupas e vasilhas. Era necessário, portanto, normas coletivas de acesso para que o uso por uma família não afetasse o consumo de outra, a jusante.

O consumo das fontes em fluxo era mais que uso material da água: era uma forma de socialização. O dia e a hora de lavar a roupa, por exemplo, era momento exclusivo, e as mulheres se encontravam para fazer apenas essa atividade, mas era também momento da restrição a outras formas de consumo porque sujava a água. Na hora de “banhar” havia restrições e acordos. Mulheres “banhavam” à tarde, antes dos homens, em fontes mais reservadas. Muitas vezes mulheres iam “banhar” juntas, em fonte de outras. Dizia dona Keila Ferreira: “O rio, antigamente, enchia de mulher!”. O fluxo e a vazão do rio são elementos importantes do ciclo hidrológico porque conectam as diversas fontes de água e renovam a água. Gerindo parte do fluxo do rio, mulheres influíam também na da água, participando de um ciclo que é natural, mas também fundamentalmente social.¹⁵ Contudo, isso foi no “tempo de primeiro”.

Mudanças

Nos anos 1970, quando as “firmas” ocuparam as áreas comuns de Cabeceirinha, tomando terra e desmatando o chapadão, o senhor José Lopes

¹⁵ O conceito de “ciclo hidrossocial” é uma perspectiva crítica ao ciclo hidrológico, porque confere às ações humanas e à organização social papel relevante na circulação das águas; consultar sobre o assunto BOELEN, 2014; LINTON; BUDDS, 2016.

lembrava que, chegando, “eles deitaram trator naquele mundo. A gente saía pra campear, via: as correntonas derrubando os paus, no trator. E aí foi entrando essa desconstância, essa pisança, e derrubaram tudo”. O senhor André Ferreira dizia que iam “[...] gradeando terra, plantando eucalipto, arroz, esses trem. E foi tomando conta do lugar por aí afora, do gerais”.

A crise econômica dos anos 1980 e 1990, que restringiu o crédito subsidiado, terminou com a euforia das firmas. Além disso, solo e clima de gerais se revelaram impróprios para o plantio intensivo: raras várzeas sistematizadas produziram além de dois anos, o eucaliptal morria antes do quinto ano e os custos de irrigação, trator e adubo químico suplantavam a modéstia das colheitas (CORREIA, 2010; DEUS, 2010; RIBEIRO, 2010). O senhor Valentim descreveu com precisão essa situação. A “firma” vizinha dele

(...) tentou de tudo! Tentou criar galinha, tentou criar gado, tentou plantar feijão, milho, eucalipto, mandioca, banana. Meteram um motorzão pra jogar água, tirou água do galhinho que tinha, ribeirão, chamado de Garrote. Tirou e molhava lá. Mas a terra era daquela de areia. Até produz, mas exige muita técnica, e não tira o lucro. Desmatou, colocaram adubo, e foi o seguinte: acabava de molhar a terra, naquela temperatura de agosto e setembro, e ‘tava tudo murcho.

As firmas reduziram o movimento à medida que minguavam créditos subsidiados e aconteciam os fracassos das colheitas. Por fim, praticamente cessou a exploração. Mas continuaram dominando as terras, transformadas em reservas de valor.

O prejuízo para os geralistas e o ambiente foi grande. Chapadas eram áreas de solta, coleta e recarga dos mananciais. A mata nativa de cerrado, por meio de intrincado sistema de conexões com o lençol freático, conduz águas das chuvas para veredas e grotas (DAYRELL, 2019). A substituição da vegetação original por monocultivos teve efeitos desastrosos sobre a vazão das águas, a fauna e, principalmente sobre o solo de gerais que escorreu em voçorocas que se incorporaram à paisagem de Cabeceirinha, às passagens de veredas e, a cada ano, assoreia uma porção do pantanal de Pandeiros.

Essas mudanças representaram um duplo ataque: às terras, restringindo o acesso da comunidade rural às áreas tradicionalmente ocupadas; às águas, reduzindo drasticamente a riqueza dos mananciais. Antônio Inácio Correia, dirigente sindical de Januária, descreveu os abusos, violências e crimes que acompanharam a tomada de terras (CORREIA, 2010). O estrangulamento

crescente dos corpos d’água afetou sistemas de produção, vida e manejo, mas, principalmente, prejudicou a gestão comunitária. Assim, formou-se o quadro de conflitos, opressão e desqualificação moral que marca, desde então, a história desses agricultores.

Foi nessa quadra que surgiram as Unidades de Conservação do gerais. Primeiro, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, criado em 1989. Em seguida, sucessivamente, se expandiram até o estabelecimento da Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Pandeiros em 1995. É a maior Unidade de Conservação de Uso Sustentável de Minas Gerais, considerada área prioritária de conservação por sua importância biológica (DRUMMOND *et al.*, 2005).

A norma legal traz restrições: proíbe plantio de mantimentos nas vazantes e uso de fogo. A proibição dos sistemas tradicionais de produção abriu nova frente de conflito para os moradores, desta vez com o “pessoal do meio ambiente”, que os geralistas conhecem apenas pela imposição de penalidades. Mas a interdição de cultivos e manejo de água, multas e prisões não asseguraram a conservação. As técnicas materiais de produção continuam ativas, os arranjos e manejos de recursos fazem parte de costumes sólidos. Há, entre pesquisadores, importante corrente de opinião que considera praticamente impossível conservar recursos sem incorporar a população do lugar (DIEGUES, 1999; BRUGER *et al.*, 2016; GUADILLA-SÁEZ; PARDO-DE-SANTAYANA; REYES-GARCÍA, 2020). Os agricultores, naturalmente, se revoltam com os efeitos sobre seu estilo de vida. Conforme relata o senhor Valentim:

Um exemplo: você chega lá na minha casa – o costume que eu tenho é de colocar um pedacinho de brejo lá pra eu plantar um arroz, um feijão. Aí chega você lá e diz que foi criada uma lei que não pode mais mexer com nada, se mexer vai preso. Aí você quer que eu faça o que pra viver?

Num estudo sobre as relações entre sociedade e ciclo hidrológico, Linton e Budds (2013) observaram que, mais que determinantes naturais, era a própria sociedade que distribuía abundância e escassez de água, pois o monopólio das áreas de recarga e das águas subterrâneas regulava a distribuição da água num território. Assim, as interdições e condições materiais de apropriação determinam a distribuição considerada natural das águas. A população de Cabeceirinha, nicho de corpos d’água em meio ao Semiárido, é interdita de um lado pelo latifúndio e, de outro, pela Unidade de Conservação. São formas de domínio fundiário radicalmente diferentes, mas com os mesmos efeitos para

os generalistas, pois, conforme o senhor Santo dos Santos resumiu: “(...) o governo fechou por baixo, a firma fechou prarriba”.

A partir da década de 1990 receberam compensações por meio de programas públicos. Veio escola, aposentadoria e sistema de saúde atuando na comunidade. Já nos anos 2000, Programa Bolsa Família, energia elétrica, transporte regular até Januária e, por fim, programas de abastecimento de água, uma vez que desde 2003 as casas têm rede canalizada, resultado de parceria da associação comunitária com a Cáritas Diocesana de Januária.¹⁶ A água passou a ser bombeada do rio Pandeiros para a caixa d’água comunitária e, daí, até as torneiras das casas. Depois, com o “Programa Um Milhão de Cisternas”, da Articulação do Semiárido (ASA), cada família recebeu uma cisterna de placa para armazenar água de chuva para beber e cozinhar, que em Cabeceirinha era mais usada como reserva de emergência, ou para regar horta e dar de beber aos animais.¹⁷

Água nas torneiras e cisterna de placa facilitaram as tarefas domésticas, cultivo da horta e cuidado com os animais. Rio e grotas passaram a ser usados apenas nas emergências de quebra de bomba, no lazer e na bebida de animais. A chegada da água nas torneiras afastou principalmente mulheres e crianças do rio, pois essa fonte não é mais necessária na lida diária.

Mudou, então, o estilo de consumo, pois acabaram o consumo em fluxo, a renovação e o controle do uso do rio e das grotas. A água se tornou um assunto privado. A rede de abastecimento inaugurou a noção de falta d’água: ficam sem água quando não jorra na torneira. Aí, voltam ao abastecimento em fluxo, às fontes. E a qualidade da água, que era aferida pela leveza, limpeza e origem, perdeu sentido, porque na tubulação se misturam todas as águas, principalmente na estação das chuvas. Então, recorrem à cisterna de placa, que “serve para uso”, mas é “parada”, não tem a qualidade da água em fluxo, corrente e viva das veredas e grotas; é tão suspeita quanto útil, do mesmo modo que a água das torneiras.

Cercas

Por tudo isso, dizem, em Cabeceirinha o “tempo de hoje” é diferente. Tem suas vantagens. Mas, quando delimitam os tempos, não estão hierarquizando;

¹⁶ A Cáritas é uma entidade de assistência social da Igreja Católica, ligada às dioceses (CÁRITAS BRASILEIRA. História. Disponível em: <http://caritas.org.br/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

¹⁷ Cisternas de placa são construídas com placas de cimento ao lado de cada casa com função de captar água de chuva e armazenar 16.000 litros para beber e cozinhar (GUALDANI; SALES, 2016). Sobre o uso de cisternas e águas por mulheres no Semiárido consultar, também, CENTELHAS, 2019.

estão sobretudo esclarecendo que suas relações com o gerais foram, gradativamente, transformadas. A cultura material geralista, transmitida por gerações, associada à identidade, à reprodução cultural e à história do grupo que vive no território precisou ser reorganizada.

A ocupação do gerais pelas firmas acabou com a solta para o gado. Cercadas as terras comuns, os moradores passaram a usar terra de cultura, que era destinada aos mantimentos, para formar pasto cercado, denominado em Cabeceirinha como “manga”. O senhor Santilino resumiu: “(...) um cercou dali outro cercou dacolá, foi tomando os espaços pra criar gado. Aí não tinha como o povo criar, e o jeito foi inventar plantar capim, pra criar preso”. Perderam, assim, os espaços de lavoura e, com a contenção do gado nas “mangas”, tiveram que reduzir o número de cabeças que podiam criar.

Com o desmate das áreas de recarga, as voçorocas e a morte de veredas, diminuíram as águas nas fontes. Cabeceirinha continuava abastecida pelo rio Pandeiros e pelas grotas que se mantinham vivas e, até 2020, nunca secaram. Mas a partir de 2013, choveu pouco na estação das “águas” e, além disso, a chuva se concentrou em dezembro e fevereiro, provocando “veranicos” de janeiro/fevereiro, estiagens que duravam 40 dias em pleno ciclo de crescimento de lavouras e pastos. O tempo de seca aumentou, as agências de conservação reprimiam o plantio em beiras d’água e por isso diminuiu a diversidade dos alimentos cultivados. O arroz, que precisava de muita água, deixou de ser plantado. As culturas de sequeiro foram afetadas, mesmo a mandioca, resistente à seca.

Consequência dessas restrições, o sustento alimentar da família se transformou. O senhor José Lopes dizia que, “de primeiro”, o agricultor tirava todo o alimento da sua lavoura: “[...] tinha hora que chegava lá na cidade pra vender arroz, feijão, toucinho, farinha, vendia tudo na cidade. Hoje, não! A pessoa tá comprando lá, pra trazer pra cá. Hoje a firma tomou conta do ao-redor. Ficou o trechinho – igual nós ‘tamos aqui –, também arrochado”.

“Arrochados” por motivos diferentes, pelas firmas e agências de conservação, com a produção restrita quase que só aos limites da casa, a cerca é a expressão material das condições em que vivem nos “tempos de hoje”. Cerca divide os terrenos de cada família com a firma, divide a manga que confina gado, divide as beiras d’água proibindo acesso e, enfim, divide a história: separa regimes agrários, aparta fartura e escassez, impõe novo sistema de produção e alimentação. As cercas físicas materializam a periodização da história de

Cabeceirinha, reforçam a memória dual que, no dia a dia, a comunidade usa para avaliar a dimensão das perdas e o apurado dos ganhos.

Agradecimentos

A pesquisa que originou este artigo contou com o apoio da Capes, do CNPq e da Fapemig, e como parceira a Cáritas Diocesana de Januária, instituições as quais os autores agradecem.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 6. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANDRIOLLI, Carmen Silvia. *Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais: “Mexer com criação” no Sertão do Ibama*. 2011. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- AUBERTIN, Catherine; RODARY, Estienne. *Protected areas, sustainable land?* Burlington: Ashgate Publishing Limited, 2011.
- BERNARDES, Carmo. O gado e as larguezas dos gerais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8846>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- BOELEN, Rutgerd. Cultural politics and the hydrosocial cycle: water, power and identity in the Andean highlands. *Geoforum*, [s.l.], v. 57, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718513000432>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- BORGES, Sílvia Lanes; ELOY, Ludivine; SCHMIDT, Isabel Belloni; BARRADAS, Ana Carolina Sena *et al.* Manejo do fogo em veredas: novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais no Jalapão. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 3, 2016.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Quatro, 1979.
- BRANCO, Paola S.; MERKLE, Jerod A.; PRINGLE, Robert M.; KING, Lucy *et al.* An experimental test of community-based strategies for mitigating human–wildlife conflict around protected areas. *Conservation Letters*, [s.l.], v. 13, n. 1, 2019.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/1719>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Saber de classe e educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O arдил da ordem*. Campinas: Papirus, 1986.

- BRASIL. *Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937.
- BRASIL. *Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965*. Decreta o Código Florestal. Brasília: Presidência da República, 1965.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000.
- BRUGGER, Sandra O.; GOBET, Erika; VAN LEUWEEN, Jacqueline; LEDRU, Marie-Pierre *et al.* Long-term man–environment interactions in the Bolivian Amazon: 8000 years of vegetation dynamics. *Quaternary Science Reviews*, [s.l.], v. 132, 2016.
- CARRANZA, Tharsila; BALMFORD, Andrew; KAPOS, Valerie; MANICA. Protected area effectiveness in reducing conversion in a rapidly vanishing ecosystem: the Brazilian Cerrado. *Conservation Letters*, [s.l.], v. 7, n. 2, 2013.
- CASTRO-DIAZ, Laura; LOPEZ, Maria Claudia; MORAN, Emilio. Gender-differentiated impacts of the Belo Monte Hydroelectric Dam on downstream fishers in the Brazilian Amazon. *Human Ecology*, [s.l.], v. 46, 2018.
- CENTELHAS, Marcela Rabello de Castro. *Nas águas das políticas: as mulheres, as cisternas e o curso da vida no agreste pernambucano*. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- COELHO, Marco Antonio T. *Os descaminhos do São Francisco*. São Paulo: Paz & Terra, 2005.
- CORREIA, Antônio Inácio. Januária. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- CRUZ, Gildarly Costa da; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; ARAÚJO, Vanessa Marzano; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. *A seca no cotidiano: agricultura familiar e estiagem em comunidades rurais do gerais de Januária, MG*. *Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro*, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-3_09_seca/esa28-3_09_pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.
- CUNHA, Manuela Carneiro; ALMEIDA, Mauro Barbosa de. *Enciclopédia da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DAYRELL, Carlos Alberto. *De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar*. 2019. 459 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2020/05/TESE-CARLOS-ALBERTO-DAYRELL-SET-2019.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DEUS, Genelísio Marques. Gené. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

- DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*. São Paulo: Nupaub/USP; Probio-MMA; CNPq, 1999.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In: ENCONTRO INTERNACIONAL: GOVERNANÇA DA ÁGUA, 1., São Paulo, 2007. *Anais...* São Paulo: AgemCamp, 2007.
- DRUMMOND, Gláucia Moreira *et al.* *Biodiversidade em Minas Gerais: um Atlas para sua conservação*. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.
- ELOY, Ludivine; AUBERTIN, Catherine; TONI, Fabiano; LÚCIO, Silvia Laine Borges *et al.* On the margins of soy farms: traditional populations and selective environmental policies in the Brazilian Cerrado. *The Journal of Peasant Studies*, [s.l.], v. 43, n. 2, 2016.
- FRANÇOSO, Renata D.; BRANDÃO, Reuber; NOGUEIRA, Cristiano; SALMONA, Yuri *et al.* Habitat loss and the effectiveness of protected areas in the Cerrado Biodiversity Hotspot. *Natureza & Conservação*, [s.l.], v. 13, n. 2, 2015.
- GALIZONI, Flavia Maria. *Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GUADILLA-SÁEZ, Sara; PARDO-DE-SANTAYANA, Manuel; REYES-GARCÍA, Victoria. Forest commons, traditional community ownership and ecological consequences: Insights from Spain. *Forest Policy Economy*, [s.l.], v. 11, n. 2, 2020.
- GUALDANI, Carla; SALES, Marli. Tecnologias sociais de convivência com o Semiárido e a racionalidade camponesa. *Sustentabilidade em Debate*, Brasília, v. 7, n. 3, 2016.
- HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LINTON, Jamie, BUDDS, Jessica. The hydrosocial cycle: defining and mobilizing a relational-dialectical approach to water. *Geoforum*, [s.l.], v. 57, n. 3, 2016.
- LOCKE, Harvey; DEARDEN, Philip. Rethinking protected area categories and the new paradigm. *Environmental Conservation*, [s.l.], v. 32, n. 3, 2005.
- MARQUES, Ana Claudia; VILLELA, Jorge Mattar. O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 48, n. 1, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- MEDEIROS, Camila Pinheiro. As andanças no vasto, o fogo no vazio: paisagens sociais e ambientais na perspectiva de realocados do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). *Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. Rio de Janeiro: Faperj; 7 Letras, 2015.

- MINAS GERAIS. *Lei Estadual nº 15.082, de 27 de abril de 2004*. Dispõe sobre rios de preservação permanente e dá outras providências. Belo Horizonte: Diário do Executivo, 2004.
- OCAMPO-FLETES, Ignacio; PARRA-INZUNZA. Filemón; RUIZ-BARBOSA, Á. Ernesto. Derechos al uso de agua y estrategias de apropiación en la región semiárida de Puebla, México. *Agricultura, sociedad y desarrollo*, Texcoco, v. 15, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.revista-asyd.mx/index.php/asyd/article/view/749>. Acesso em: 8 ago. 2021.
- OSTROM, Elinor. *Governing the commons*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, Elinor; NAGENDRA, Harini. Insights on linking forests, trees, and people from the air, on the ground, and in the laboratory. *PNAS*, [s.l.], v. 103, n. 51, 2006.
- PETERSON, M. Nils; PETERSON, Markus J.; PETERSON, Tarla Rai. Conservation and the myth of consensus. *Conservation Biology*, [s.l.], v. 19, n. 3, 2005.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: TAQ, 1991.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SHIVA, Vandana. *Las guerras del agua: contaminación, privatización y negocio*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 3, 2007. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/539>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- SOARES, Denise. Acceso, abasto y control del agua en una comunidad indígena chamula en Chiapas. Un análisis através de la perspectiva de género, ambiente y desarrollo. *Región y sociedad*, [s.l.], v. 19, n. 38, 2007.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

Como citar

SILVA, Keyty de Andrade; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; CRUZ, Gildarly Costa da. Água, terra e memória no “gerais” do rio São Francisco: Cabeceirinha, município de Januária, Minas Gerais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230111, 24 maio 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st03.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.


Seção Temática

Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais

Resistências cotidianas em defesa do “bem viver”: o caso da comunidade Lapa, no sertão cearense

Everyday resistance in defense of “living well”:
the case of the Lapa community, in Ceará’s badlands

 **Roberta de Castro Cunha**¹ •  **Lia Pinheiro Barbosa**²

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st04

Resumo: Tendo como contexto histórico o modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo na América Latina e o caráter regulador do Estado, sobretudo das estratégias para a desterritorialização dos grupos camponeses na contemporaneidade, o artigo objetiva discutir as contradições que envolvem os conflitos socioterritoriais gerados pela construção de uma grande obra hídrica e as comunidades atingidas com esse empreendimento, e como tais comunidades resistiram a esse processo, tendo como subsídio de análise o caso empírico dos agricultores da comunidade Lapa, na luta pelo reconhecimento do território e enfrentamento das violações de direitos, decorrentes da instalação da barragem Figueiredo, no município de Potiretama, no estado do Ceará. Neste estudo, a teoria social latino-americana e a sociologia dos conflitos dialogam com os dados empíricos produzidos por meio de entrevistas e pesquisas bibliográfica e documental, realizadas no período compreendido entre os anos de 2018 e 2020. A pesquisa evidenciou as formas de resistências dos agricultores da Lapa, como a organização coletiva, o acionamento de identidades coletivas, as ocupações, as mobilizações sociais e a manutenção do modo de vida tradicional, concluindo que existe na condição camponesa grupos que resistem e lutam no campo contra a falácia do “viver melhor” em defesa do “bem viver”.

Palavras-chave: barragens; desterritorialização; resistências camponesas.

¹ Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Assistente Social da Defensoria Pública da União no Ceará (DPU/CE). E-mail: roberta.castroas@gmail.com.

² Professora Adjunta I no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (Unam). Bolsista de Produtividade PQ2-CNPq. Pesquisadora do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) no GT Anticapitalismos & Sociabilidades Emergentes e no GT Economía Feminista Emancipatoria. E-mail: lia.barbosa@uece.br.

Abstract: This article discusses contradictions involving social and territorial conflicts generated by a large-scale public water project, the communities affected by this project, and how they resisted this process, considering the historical context involving the development model imposed by capitalism in Latin America and government regulation, especially contemporary strategies to deterritorialize peasant groups. We examine the struggle by farmers in the Lapa community for the recognition of their territory and against violations of their rights after the construction of the Figueiredo dam in Potiretama, Ceará, Brazil. In our analysis, Latin American social theory and the sociology of conflicts dialog with empirical data obtained from interviews and bibliographic/documentary research conducted in 2018-2020. The farmers in Lapa were seen to utilize various forms of resistance: collective organization, activation of collective identities, occupations, social mobilizations, and maintenance of the traditional way of life. We conclude that the peasantry includes groups that resist and fight in the countryside against the fallacy of “a better life” in defense of “living well”.

Keywords: dams; deterritorialization; peasant resistances.

Introdução

No Ceará, os governos desenvolvimentistas assumiram a retórica de que a construção de barragens era a solução para a crise hídrica do estado. Entretanto, a maioria das grandes obras não atingiu os objetivos propostos, ao contrário, os cursos dos rios foram alterados e as comunidades deslocadas compulsoriamente não tiveram efetivados direitos humanos fundamentais, coadunando com a afirmação de Buriti e Barbosa (2018) de que as políticas públicas desenvolvidas ao longo de um século de secas não foram eficientes para a resolução do problema da seca, sequer no seu aspecto hidráulico, pois não se construíram [as políticas] de forma compartilhada e participativa, não observaram a diversidade de atores envolvidos e a complexidade dos problemas socioambientais.

O estudo de Buriti e Barbosa (2018) faz uma crítica às políticas públicas desenvolvidas para o combate à seca. Para os autores, tais políticas, ao longo de um século, consideraram a seca apenas em seu aspecto hidráulico, ou seja, na intenção de “promover o aproveitamento econômico das águas dos açudes, [...], visando valorizar o Nordeste para integrá-lo na dinâmica do ‘progresso’ nacional” (BURITI; BARBOSA, 2018, p. 25).

Os autores chamam a atenção para o fato de que na região semiárida “o caráter ainda oligárquico do Brasil, forjado por alianças entre proprietários

rurais e industriais urbanos, bem como o comportamento dos poderosos no interior da região podem dificultar a participação ativa da sociedade civil” (BURITI; BARBOSA, 2018, p. 71). Tal realidade é prática no Ceará, pois há predomínio da influência de atores sociais que representam as forças hegemônicas na definição dos projetos, ao passo que as decisões são tomadas sem a participação popular, assim como os projetos são desenvolvidos sem consulta prévia à população impactada.

Isto demonstra que na construção de barragens há disputa do estado e do capital pelo território, pois “enquanto as empresas visam ao território com interesses econômicos, as comunidades residentes veem nele um espaço de sustentabilidade e sobrevivência” (BENINCÁ, 2011, p. 26). Dessa disputa decorrem os conflitos socioterritoriais, acirrados com as alterações das configurações territoriais, quando da implementação de grandes barragens e outros projetos de irrigação.

No Ceará, podemos citar as disputas territoriais nos casos das barragens do Castanhão e do Figueiredo, bem como dos perímetros irrigados de Apodi e Tabuleiro de Russas. No Castanhão, famílias foram excluídas dos espaços de participação para a definição dos novos reassentamentos. No Figueiredo, os reassentamentos não foram planejados, as famílias ficaram sem água e sem terra para cultivo. Em Apodi, a luta dos agricultores no acampamento Zé Maria do Tomé, pelo direito à terra e realização da Reforma Agrária, é constantemente ameaçada por ações de reintegração de posse promovidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS) e, em Tabuleiro de Russas, as comunidades reassentadas ainda aguardam o desfecho de um processo judicial para que possam ter a concessão de uso da terra, a efetivação de um plano de exploração agrícola e a definição da área de reserva legal para apicultura.

Temos nos quatro exemplos, comunidades excluídas do desenvolvimento proposto nos respectivos projetos hídricos, ou seja, famílias atingidas que lutam³ e resistem contra reassentamentos indignos e em defesa da reforma agrária, da agroecologia, da terra de trabalho e do bem viver dos camponeses.

Os conflitos no e pelo território podem ser considerados um fator propulsor da mobilização coletiva. Na prática, as comunidades lutam para não serem expulsas dos seus territórios e “o conflito é justamente o estranhamento, a

³ A síntese das lutas dessas comunidades foi formulada pelas pesquisadoras, considerando as reivindicações de suas lideranças, descritas em processos judiciais acompanhados pela Defensoria Pública da União no Ceará (DPU/CE).

compreensão e a denúncia das estruturas de segregação e de morte e a afirmação da vida” (CARDOSO, 2020, p. 167).

Nesse sentido, o artigo objetiva discutir as contradições que envolvem os conflitos socioterritoriais gerados pela construção de uma grande obra hídrica e as comunidades atingidas com esse empreendimento. Nessa direção, analisamos como tais comunidades resistiram a esse processo, tendo como subsídio de análise o caso empírico dos agricultores da comunidade Lapa, na luta pelo reconhecimento do território e enfrentamento das violações de direitos, decorrentes da instalação da barragem Figueiredo, no município de Potiretama, no estado do Ceará.

Para compreensão do fenômeno estudado, realizamos, num primeiro momento, pesquisa documental, que nos rendeu um levantamento de informações sobre a barragem Figueiredo e uma pesquisa bibliográfica, que nos possibilitou uma revisão de literatura sobre temas como atingidos por barragens, grandes projetos de investimentos, conflitos socioterritoriais, deslocamentos compulsórios, entre outros. As leituras e análises do material produzido nas pesquisas documental e bibliográfica foram aprofundadas ao longo dos anos 2018, 2019 e 2020.

Os documentos que compuseram as análises formuladas foram acessados através do sistema de informação da Defensoria Pública da União no Ceará (DPU/CE). Também foram utilizados como fontes de pesquisa matérias veiculadas em jornais de grande circulação no estado do Ceará, notícias e documentos produzidos por instituições da sociedade civil organizada, movimentos sociais e universidades, além de informações contidas no site institucional e biblioteca do DNOCS e outros órgãos governamentais.

O segundo momento compreendeu o trabalho de campo, iniciado em 2018 e aprofundado durante o ano de 2019, com algumas incidências no ano de 2020. No entanto, o contato com as lideranças da Lapa remonta a 2016, em virtude da atuação profissional de uma das pesquisadoras na DPU/CE, que oportunizou as primeiras observações diretas nas reuniões de negociações das lideranças comunitárias com os servidores do DNOCS e do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), e nas visitas às localidades atingidas pelas obras da barragem.

Para compreendermos os fatos que ocorreram antes e durante a construção da barragem Figueiredo, realizamos conversas informais e entrevistas aprofundadas com as lideranças da comunidade Lapa e com representantes dos

órgãos públicos que foram citados nos processos judiciais, que versam sobre as violações de direitos advindas da construção do empreendimento. Para compreendermos os fatos atuais, como a luta por acesso à área da vazante e efetivação de direitos, utilizamos recursos da Etnografia, como observação direta, observação participante e diário de campo, acompanhando as lideranças nas rodadas de negociações com os órgãos públicos, com registros para fins de pesquisa até o ano de 2020.

Na Lapa, priorizamos conversas e entrevistas aprofundadas com os sujeitos elencados pelas próprias lideranças como importantes na mobilização antes, durante e após a construção da barragem. Sendo assim, foram entrevistados: Bem-Viver-66,⁴ primeiro presidente da associação comunitária, antes da construção da barragem; Resistência-97, filha de Bem-Viver-66, que ainda criança foi colocada debaixo da caçamba e obrigou a paralisação da obra; Território-68, irmão de Bem-Viver-66, que é conhecido pela comunidade como “conversador”, contador de causos e histórias sobre a comunidade e que fez parte da luta para ampliar o conceito de atingido por barragem; a jovem Luta-92, liderança formada pelo MAB durante o período de construção da barragem; Direito-80, atual tesoureiro e ex-presidente da associação comunitária, que esteve à frente das negociações no período de liberação das medidas compensatórias; e Força-69, atual presidente da associação comunitária e líder nas negociações para efetivação de direitos, na atualidade. No intuito de resguardarmos a identidade das lideranças, seguimos a sugestão de Luta-92, de identificá-las com palavras que ilustram as suas lutas.

Quanto à definição das instituições a serem ouvidas, optamos por aquelas que foram citadas nos documentos acostados nos processos judiciais e/ou foram apontadas pelas pessoas entrevistadas. Já a escolha dos interlocutores ocorreu por meio da indicação de cada instituição, mas observando as suas atuações e relações mediante as comunidades impactadas. Assim, entrevistamos: do DNOCS, a servidora que integrou a comissão de fiscalização do convênio firmado para execução do reassentamento das famílias e o diretor-geral, cuja gestão iniciou-se em 2016, findando em maio de 2019, por ter efetivado o primeiro ato precário de acesso à terra na área da vazante do açude; do MAB, o militante que compõe a coordenação nacional, por ter acompanhado o início das negociações para a construção da barragem Figueiredo; da Renap, o

⁴ No intuito de resguardarmos a identidade das lideranças, seguimos a sugestão de Luta-92, de identificá-las com palavras que ilustram as suas lutas. Os dois números que sucedem cada nome são uma referência ao ano de nascimento de cada entrevistado.

advogado que enviou à DPU/CE a denúncia de violação dos direitos dos atingidos; e da Cáritas Diocesana, entrevistamos o padre diretor-presidente e um membro da equipe técnica, ambos acompanharam as comunidades nas negociações com o DNOCS para acesso a terra, desde 2013, e deram apoio à ocupação da área pública, em 2016. Os relatos dos representantes contidos neste artigo serão identificados por seus cargos e instituições.

As entrevistas foram fundamentais para demonstrarmos os impactos dos conflitos socioterritoriais vivenciados pelos agricultores no território e suas formas de resistências contra o grande projeto dito de “desenvolvimento” – a barragem Figueiredo – que, na promessa do “viver melhor”, quase inviabilizou o “bem viver” da comunidade.

O termo “viver melhor” refere-se ao conceito tradicional e produtivista de progresso, disseminado pelo DNOCS nas comunidades que seriam atingidas pela construção da barragem Figueiredo. No caso da comunidade Lapa, o desenvolvimento pregado pela Autarquia Federal, como a oportunidade de trabalho para os agricultores, a construção de casas com banheiro, a instalação de equipamentos sociais, só seria possível se não houvesse resistência à construção da barragem, se a comunidade aceitasse a separação de seus integrantes, ou seja, um “viver melhor” à custa da própria existência da comunidade. Já o “bem viver”, como ressalta Acosta (2021, p. 24): “exige a dissolução do conceito tradicional de progresso em sua deriva produtivista e uma forma de sair da armadilha do ‘desenvolvimento’. Este será, em essência, um empreendimento político, que questiona permanentemente o poder”.

Assim, tendo como contexto histórico o modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo na América Latina e o caráter regulador do Estado, sobretudo das estratégias para a desterritorialização dos grupos camponeses na contemporaneidade, o artigo inicia com uma breve explanação sobre a comunidade Lapa e a barragem Figueiredo, para que o leitor e a leitora possam conhecer o território disputado entre os agricultores e o DNOCS.

A narrativa textual segue em busca de demonstrar as reivindicações e lutas dos agricultores da Lapa e o modo de interlocução com os seus antagonistas, a saber: os “fazendeiros” e o poder do Estado, a partir das percepções dos sujeitos impactados pela obra pública, bem como das percepções de representantes de movimentos sociais e da sociedade civil organizada e da análise de documentos institucionais.

De que modo a barragem Figueiredo ameaçou a forma de organização da comunidade Lapa e como as lideranças resistiram para a defesa do território e efetivação de direitos, antes e após a barragem?

Em busca de respostas à indagação, o artigo aborda a realidade de escassez vivenciada pela comunidade Lapa, evidenciando a falácia do progresso contido no discurso do DNOCS, assim como aponta as formas de resistências dos agricultores da Lapa, antes e após a barragem, demonstrando que “existem nessa condição [camponesa] grupos que resistem no campo e que lutam para ter uma margem para a livre deliberação em suas práticas cotidianas – embora esta também possa ser uma liberdade subordinada pelo capital” (DUVAL; FERRANTE; BERGAMASCO, 2015, p. 10).

Comunidade Lapa: enlaces de tradição e contemporaneidade

A comunidade Lapa é descrita nos documentos oficiais como um sítio situado na localidade Canindezinho, na divisa entre os municípios de Potiretama e Iracema, no estado do Ceará. Atualmente, é composta por 50 (cinquenta) unidades habitacionais, com cerca de 150 (cento e cinquenta) integrantes e seu território abrange terras de Potiretama (local de moradia) e terras de Iracema, às margens do açude Figueiredo (local de trabalho/cultivo).

Por que o nome Lapa e qual o significado? Para Força-69, o nome da comunidade faz referência à lapinha⁵ de Jesus, também conhecida popularmente como pastoril, sobretudo no Nordeste brasileiro. Para ela, a lapinha significa o lugar onde Jesus nasceu, representado por uma lapa ou gruta, e a comunidade, assim como a lapinha, é rodeada de pedras. Portanto, a característica do solo, seco e pedregoso, acrescido à crença religiosa no menino Jesus e no pastoril, são símbolos que marcam o nome da comunidade.

Ao serem questionados sobre o nome Lapa, os interlocutores que não integram a comunidade não souberam informar a motivação e o significado. O assessor técnico da Cáritas Diocesana arriscou uma resposta, trazendo à tona o significado contido no dicionário, qual seja: “grande pedra ou laje que forma um abrigo” (FERREIRA, 2008, p. 507). Ele associa o significado à característica do solo e às grandes pedras que existem no entorno: “lá na Lapa é cheio de pedras,

⁵ Para aprofundamento sobre o significado da lapinha de Jesus, consultar: CASCUDO, 1998.

a estrada que nos leva até lá é rodeada de pedras enormes e o solo do mesmo jeito” (Assessor Técnico, Cáritas).

A paisagem no caminho é repleta de grandes pedras e vegetação típica do semiárido nordestino, como o xique-xique.⁶ Chamou-nos a atenção as fitas vermelhas amarradas à vegetação ao longo do caminho e fomos informadas que são utilizadas como orientação espacial e para demarcar o território.

Quanto aos lapistas, para as lideranças da comunidade entrevistadas, são as pessoas que nascem na comunidade ou pessoas que se tornam integrantes ao constituírem família com algum Moura, conforme o esclarecimento: “é assim: vai um filho meu lá pra São Paulo, casa lá com uma pessoa que não é Moura. Aí chega aqui, ela não é Moura, mas se torna e os filhos deles já vão gerando outro grupo de família Moura” (Força-69). O relato de Força-69 retrata a situação concreta do seu filho mais velho, que foi para São Paulo em busca de inserção no mercado formal de trabalho, mas ele ainda não retornou à comunidade com a nova família constituída.

Portanto, a partir da família “Moura”⁷ a comunidade Lapa foi fundando os sistemas de casamento e herança, o inventário das terras, bens e animais (REGIS, 2010). Ainda hoje, a Lapa é composta por agricultores, integrantes da família “Moura” que, à época da construção da barragem Figueiredo, não aceitaram a dispersão de seus membros e recusaram-se a integrar a nova vila, a agrovila e os assentamentos rurais, devido ao sentimento de pertencimento ao lugar, à forma de organização comunitária e ao modo de vida tradicional.

A comunidade Lapa foi a única comunidade que resistiu ao deslocamento compulsório da forma determinada pelo DNOCS e pelo Idace. Eles, apesar de deslocados, permaneceram em espaço recuado entre a barragem e o que sobrou das terras herdadas de seus avós e bisavós, ocupadas sob um regime de uso comum e regras próprias.

O modo de vida tradicional dos agricultores pode ser ilustrado pela forma de controle dos recursos naturais e suas normas específicas, como os critérios de acesso ao território, o uso comum dos recursos e a unidade do grupo. A primeira norma estabelece que apenas lapistas e seus respectivos filhos podem fixar residência nas terras da Lapa, explica Força-69: “a minha filha casa e o esposo

⁶ Os agricultores informaram que o xique-xique é utilizado como alimento para os animais nos períodos de grande estiagem, pois é uma vegetação resistente à seca.

⁷ Os integrantes da comunidade Lapa pertencem à família Moura. Lá, todas as pessoas possuem o sobrenome Moura ou são casadas com algum membro que possui o sobrenome.

dela já vai fazer a casinha deles aqui, pra eles morarem. Tem que ser filho dos herdeiros” (Força-69). Para os filhos que formam família, a fixação de moradia passa pela aprovação das famílias que residem na comunidade, após assembleia na Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Lapa e, em seguida, o espaço é definido e o terreno é doado pelos pais. Cada nova casa que se pretende construir na área da comunidade gera uma assembleia na associação comunitária. O exemplo do casamento foi citado por ser a forma mais comum de exigir a instalação de novo imóvel.

A endogamia, apesar de não ser reconhecida como norma, ainda é pregada pelos mais velhos e praticada por parte dos jovens, que se casam entre primos, perpetuando a noção de família pura – “Os Moura”. Isto também se relaciona com controle de recursos, que por meio de uniões intrafamiliares evita partilha com outras famílias. Dos seis agricultores entrevistados, apenas Luta-92 não casou com um primo – ela ainda é solteira – e questiona a continuidade da endogamia, conforme relatou:

quando eu era criança sempre me diziam: minha filha, quando você crescer, você casa com uma pessoa da família. No começo, eu pensei que era por causa de amor. Mas depois eu entendi que era uma questão religiosa, para permanecer uma única linhagem, com a mesma fisionomia e a questão financeira”.
(Luta-92)

A argumentação da jovem liderança combate não a endogamia em si, mas o racismo e o machismo que circundam o controle dos recursos, que a endogamia pode perpetuar. O racismo é negado e muitas vezes travestido de “cuidado”, para não receber pessoas estranhas, desconhecidas, de fora, conforme identificam os relatos: “a pessoa vai casá com um de fora, e às vezes num presta, num dá certo. Casa com os de casa mesmo, que já conhece” (Bem-Viver-66); “a maioria não vai assumir: eu sou um preconceituoso. Mas passa de pai para filho. Você branca, tem que casar com uma pessoa da sua cor, senão, não vai dar certo. Eu já escutei e vivenciei isso” (Luta-92).

Já o machismo, na percepção da jovem liderança, é naturalizado, quase despercebido. “É uma coisa estrutural. Infelizmente na comunidade o machismo é muito grande. Muito grande mesmo. Muitas das mulheres acha que tem que obedecer ao homem. Casou, você tem que fazer o que ele quer” (Luta-92). Para ela, parece mais aceitável um rapaz lapista casar-se com uma moça de fora, do que uma moça lapista casar-se com um rapaz de fora,

demonstrando uma cultura machista no que se refere ao controle da terra e dos recursos da natureza, isso porque não é admissível um homem de fora administrar os recursos da família, já que para a maioria dos integrantes da comunidade é natural que o homem exerça o controle.

Portanto, a endogamia pode ser considerada como um dos critérios culturais endógenos do território da Lapa, que conferem significados à comunidade e às famílias, “o qual detém uma autonomia com relação à apropriação e ao controle desse espaço social” (GRÜNEWALD, 2016, p. 15).

Quanto aos fazeres coletivos e tradicionais da comunidade, como a produção da farinha e do melaço de cana, hoje estão guardados nas memórias dos agricultores, já que as estruturas físicas das casas de farinha e de engenho não resistiram ao tempo. Isso porque deixaram de realizar os reparos necessários para a manutenção das estruturas, sob a orientação do DNOCS, de não efetuarem benfeitorias nos imóveis, a partir do ano de 2002, quando foi publicado o decreto de desapropriação para a construção da barragem. Portanto, a partir desse período, inicia-se a tentativa de apagamento dos rastros coletivos e tradicionais da comunidade.

Além da agricultura (culturas de ciclos curtos em vazantes), da produção de queijo e extração do leite, da produção da farinha e da rapadura, fazia parte da tradição comunitária a confecção de artesanato, feito com a palha e o talo da carnaúba (bolsas e chapéus); a produção de peças de barro/argila (potes e panelas), extraídos do solo da comunidade; a produção de sabão, feito com a semente da oiticica (sabão preto e cru); e a plantação e produção do fumo. Esses fazeres tradicionais passavam de pai para filho, que mantinham suas famílias com os recursos naturais disponíveis. É oportuno esclarecer que a agricultura em vazante, a produção de queijo e a extração do leite ainda são atividades desenvolvidas na comunidade. As demais eram desenvolvidas antes da construção da barragem, concomitantemente.

Algumas atividades exigiam habilidades e trabalhos de longa duração, sobretudo o artesanato e a produção do fumo. À medida que os mestres do fumo faleciam e/ou não tinham mais condições de desenvolver a atividade, assim como a diminuição da matéria-prima para os artesanatos, os agricultores eram compelidos a desenvolver novas estratégias de sobrevivência, sendo os fazeres tradicionais reinventados, como relatou Força-69: “eu mesma ainda fiz sabão, lavei muita roupa e louça com o sabão da oiticica. Fiz trançado de bolsa e de chapéu. O meu avô foi mestre do fumo, ele ensinava para as outras gerações.

Os idosos foram morrendo e foi mudando a tradição” (Força-69). O relato ilustra que “as tradições são vividas socialmente, e, portanto, estão sempre abertas à transformação” (VALLE, 2005, p. 190).

Atualmente, por meio de posse coletiva da terra, de maneira perene, cada família da comunidade Lapa planta em seus quintais e cria os animais (gado bovino, bodes e cabras, porcos, galinhas, capotes). Os animais de maior porte (bovino e caprino) pastam livremente e bebem água no açude centenário da comunidade, construído no período de 1909 a 1919.

O açude da comunidade é de pequeno porte e a obra foi realizada pelos próprios agricultores, no intuito de captar e armazenar água. Segundo Força-69, eles tiravam o barro e a areia e colocavam nas paredes do açude com a ajuda do burro, em comboios, por isso os longos dez anos para a finalização. A construção de açudes é uma prática comumente utilizada no sertão semiárido, para enfrentar a estiagem e garantir água às pessoas e aos animais. Isso nos leva a refletir que a questão não incide na obra em si, já que pode trazer benefícios à população, mas a forma autoritária como, em geral, o Estado atua sobre os grupos mais pobres e vulneráveis, que, na maioria das vezes, são excluídos de possível beneficiamento.

Pois bem, a água para as famílias e para a plantação e criação advém de uma adutora, interligada a um poço profundo. A adutora e o poço foram adquiridos com verba captada pela associação comunitária, no contexto das negociações da barragem, por meio da apresentação de projeto à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará-SDA, destinado ao fortalecimento da agricultura familiar. A adutora, que fora prometida pelo DNOCS à comunidade, interligada ao açude Figueiredo, ainda não foi instalada, sob a justificativa de falta de recursos financeiros para a instalação e também por falta de água no açude. Há ainda cisternas instaladas em cada quintal, bem como fornecimento de água por meio de carros-pipa. Pequenos riachos e cacimbões naturais são de uso coletivo.

A terra sempre foi uma só, pertencente à coletividade, com delimitações separando os bens e animais de cada família. O território poderia ser bem maior, não fosse a comercialização da terra realizada pelas primeiras gerações que, em busca de melhores condições de vida, vendiam seu pedaço de chão, como é possível observar no relato:

os fazendeiros foram chegando, foram comprando daquele pessoal da comunidade, aqueles que tinham muitos filhos.

Sempre [os fazendeiros] iam fazendo grilagem, iam fazendo aquelas cercas, para fazer as divisas, sempre colocando um palmo a dentro da terra dos outros e iam tomando devagarinho (Luta-92).

As lideranças relataram que é difícil demonstrar, por meios documentais, que integrantes da família Moura foram os primeiros ocupantes das terras. No tocante aos documentos relativos aos modos de apropriação das terras propriamente ditos, os mais antigos que nos foram disponibilizados e que trazem o nome “Lapa” foram uma escritura particular de compra e venda, lavrada em cartório no ano de 1960, uma declaração de propriedade rural para efeito de inscrição em Imposto Territorial Rural (ITR), datada de 1963 e o registro da ata da Assembleia-Geral de criação e instalação da associação comunitária, datada de 1995. Tais documentos demonstram a existência da comunidade, com registros oficiais, mas não exprimem as significações do nome, o tempo real de permanência nas terras. No máximo, oferecem indícios do modo de apropriação e a forma de organização contemporâneos.

Os modos de apropriação fundiária fogem da lógica positivista/jurídica. Logo, não há um documento formal indicando objetivamente a propriedade ou posse da terra. As lideranças relataram que a propriedade era dos senhores Francisco José de Moura e Ananias José de Moura, mas eles não possuíam documentos comprobatórios, como salientado no relato:

os documentos daqui é Incra, ITR, essas coisas. Esses documento aí a gente tinha, eles diziam que não servia. Mas se os próprios cartório aqui não fazia o documento que eles exigia, como é que a gente ia ter? As vez já vinha dos avôs, dos bisavôs [Francisco José de Moura e Ananias José de Moura] da gente. Eles queriam que a gente tivesse escritura pública, não sei mais o quê, uma série de documento, que nem os cartório aqui sabia fazer, nem fazia (Bem-Viver-66).

Aqui não nos cabe “interpretar a terra como as estatísticas cadastrais pedem que seja reconhecida” (ALMEIDA, 2005, p. 133), mas dar visibilidade ao modo de apropriação de terra comum utilizada pelos lapistas e suas tradições, evidenciando o sentimento de pertencimento ao lugar, como ilustra o relato: “do barro do chão foi construído as nossas casas, a nossa casa de engenho. É como se as pessoas de lá levantassem a história. Não é só um bem patrimonial, mas é uma coisa sentimental” (Luta-92). Tal forma de ocupação da terra é

percebida por Luta-92 como terras tradicionalmente ocupadas, pois afirma que são terras de herdeiros, sem modo formal de partilha e que a comunidade possui regras próprias.

Almeida (2008) considera que as terras tradicionalmente ocupadas podem se expressar no uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens; por meio de propriedade ou posse; de maneira perene ou temporária; através de diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, como extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária (ALMEIDA, 2008).

Logo, nas formas de ocupação e usos da terra por parte dos agricultores da Lapa é possível perceber o que Almeida (2008) descreve sobre o uso comum, pois o controle, exercido com normas específicas, é “combinando uso comum de recursos e apropriação privada de bens, que são acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social” (ALMEIDA, 2008, p. 28).

A continuidade desse modo de vida foi ameaçada com a construção da barragem Figueiredo, uma vez que a proposta do reassentamento e as medidas compensatórias para os atingidos ignoravam o modo de vida tradicional dos agricultores da Lapa. A Autarquia Federal sequer realizou um estudo sobre o patrimônio histórico-cultural da comunidade, apesar da indicação de necessidade descrita no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), bem como nas denúncias da sociedade civil organizada, que sinalizava: “a submersão da comunidade [...] deverá implicar a imersão da cultura, da identidade, do *modus vivendi*, de um povo que habita a região há mais de um século e meio” (REGIS, 2010, p. 1).

Em 2002, o governador do estado do Ceará publicou o Decreto nº 26.579, de 22 de abril de 2002, declarando a terra como de utilidade pública para fins de desapropriação. O decreto considerava a necessidade de dar cumprimento à política de recursos hídricos da administração pública estadual daquele período e o discurso da administração era de benefícios à população, com a construção do açude Figueiredo. Mas que política de águas no Ceará era essa?

No final da década de 1980, o discurso de modernização e solução hídrica começou a ser propagado no Ceará e utilizado como contraposição às ações emergenciais e clientelistas. Segundo Monte, “a implantação de uma nova política de recursos hídricos passou a fazer parte do pensamento estratégico do

grupo que assumiu o poder no estado do Ceará em 1987” (MONTE, 2008, p. 92).

A autora complementa:

a partir daí, o governo estadual passou a implantar um ambicioso plano de oferta e disciplina do uso da água, tendo por base o argumento de que no passado não havia nenhuma preocupação, nem no estado nem na região, em se estabelecer uma estrutura capaz de ajudar a população das áreas rurais a lidar racionalmente com a escassez de água (MONTE, 2008, p. 92).

Araújo e Sena (2006) esclarecem que a construção de barragens no Ceará adquiriu destaque, sobretudo midiático, nos governos de Tasso Jereissati (1987-1991, 1995-2002) e Ciro Gomes (1991-1994), que assumiram “a retórica da solução hidráulica no combate à seca e pelo espírito da modernização do estado” (ARAÚJO; SENA, 2006, p. 40).

No “governo das mudanças” – nome atribuído à gestão de Tasso Jereissati, no governo do estado do Ceará –, o aparato⁸ da política de recursos hídricos começou a se fortalecer (década de 1990), mas “a área rural não se constituía em motivo de preocupação, dada a dispersão da população e a ausência de resistência e organização. Eles não estavam incluídos nos planos de modernidade” (MONTE, 2008, p. 98).

O enfrentamento à situação de precariedade alimentar ocasionada pela seca e a exclusão social foram fatores propulsores para a organização dos agricultores da Lapa, por intermédio da associação comunitária, fundada em 1995. Nesse contexto, eles se estruturaram para ter acesso a programas assistenciais e políticas públicas voltados à agricultura familiar. Com a associação, a comunidade passou a se articular com sindicatos rurais e órgãos estatais. A organização ainda não enfrentava questões relacionadas à construção da barragem, e seus integrantes acionavam identidades atreladas a seus ofícios, como agricultores e artesãos.

Ainda que tivessem notícias da intenção de construção da barragem Figueiredo desde a década de 1970, foi nos anos 2000 que tiveram certeza, como relatou Força-69: “eu lembro que meu avô dizia que o mapeamento desse açude foi feito de avião, em 1973. Nessa época eu tinha uns quatro anos de idade. Aí quando foi em 2002, a notícia estourou, a gente começou a ouvir pelas rádios” (Força-69).

⁸ Para um aprofundamento sobre a Política de Recursos Hídricos no Estado do Ceará consultar: MONTE (2008), ARAÚJO; SENA (2006); OLIVEIRA (2010).

O militante do MAB ratificou o relato de Força-69, ao abordar sobre o modo como as barragens são definidas e divulgadas, afirmando que: “ela [a barragem] é uma definição autoritária, ela é uma definição particular de interesse do estado brasileiro e dos capitalistas que vão ganhar dinheiro com determinado empreendimento e a população quando fica sabendo: foi feito o anúncio” (Coordenador, MAB).

A barragem Figueiredo foi prevista pela Política de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, que havia implantado o Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos (Progerirh), como salientou Monte:

O Progerirh foi criado pelo Governo do Estado em parceria com o Banco Mundial com o objetivo de promover a gestão eficiente e integrada dos recursos hídricos do estado do Ceará, mediante a racionalização do uso de água, o aumento de sua oferta para usos múltiplos, o incentivo à adequada gestão do solo e da vegetação nas bacias hidrográficas tributárias, a minimização de sua erosão, a construção de açudes estratégicos, a transposição de bacias, a criação de agrovilas e a irrigação ao longo dos eixos de transferência, com a abertura de novas fronteiras agrícolas, compondo assim, a política de Recursos Hídricos do estado (MONTE, 2008, p. 94).

O discurso era de gestão integrada, de modernização e em busca de desenvolvimento, mas o governo “foi marcado pelo autoritarismo na realização de grandes obras públicas” (GONDIM, 2002 *apud* ARAÚJO; SENA, 2006, p. 40). No Ceará, há predomínio da influência das forças hegemônicas nas arenas onde o problema das grandes obras é tematizado, ao passo que as decisões são tomadas sem a participação popular, assim como os projetos são desenvolvidos sem consulta prévia à população impactada, como ocorreu na barragem Figueiredo e do Castanhão, conforme evidenciam os relatos:

em 2002, a gente ouvia pelo rádio sobre a construção da barragem. Em 2003, no meio do ano, começou a aparecer umas pessoas avaliando as casas, sem a gente conhecer, sem a gente saber. Chegavam na época e diziam: é esse valor ou nada. Ninguém sabia de nada (Força-69).

na barragem do Castanhão, a gente protestou algumas posturas do governo, porque o governo iniciou a obra, tinha alguns levantamentos técnicos, mas não tinha uma relação boa com a população. A gente até participava das ações, mas era uma luta limitada às instituições, o povo não participava de forma autêntica. (Coordenador, MAB)

A forma autêntica a que se refere o ativista do MAB é a possibilidade da participação popular com poder de fala e decisão, sem a intermediação de instituições, como a Igreja, por exemplo. Para ele, no início das tratativas da barragem do Castanhão, houve um pseudoprocessos de participação e destacou: “se você perguntar o governo do estado, se perguntar o governo federal, se perguntar as instituições que trabalhavam na época, a própria Igreja, vão dizer que foi o processo mais democrático que ocorreu no mundo” (Coordenador, MAB). Mas, em seus relatos, até a incidência do MAB, “na prática não tinha resistência de força suficiente e então a população tinha que aceitar” (Coordenador, MAB).

É interessante o seu relato sobre o “grupão”, assim se referiu ao grupo multiparticipativo do Castanhão, que para ele foi o grupo criado pelo governo do estado do Ceará para unir estrategicamente pessoas que questionavam sobre a barragem, mas não eram contrários; era um grupo limitado a políticos (vereadores, prefeitos), representantes de setores da Igreja e outras instituições. Mas o povo, os verdadeiros atingidos, não participava das reuniões, e quando participava era apenas como expectador. Para o ativista, os representantes do grupão “eram representantes com interesses ambíguos, atrasados e de coisas insuficientes. Não havia compreensão de forjar uma política de reassentamento, uma política de protagonismo das pessoas” (Coordenador, MAB). E isso só se deu com as resistências dos atingidos que, dentre as conquistas, conseguiram deslegitimar o grupão como representante.

A história do Castanhão merece ser registrada neste artigo, pois, como ressaltou o ativista, foi na luta contra as violações de direitos humanos na barragem do Castanhão que os atingidos se aproximaram do MAB, no ano de 1997, e, desde então, passaram a construir uma resistência “dos atingidos para os atingidos, com mais clareza e consciência política no Ceará” (Coordenador, MAB).

Para ele, a experiência do Castanhão foi importante para os atingidos da barragem Figueiredo, pois o governo levava uma ideia de participação democrática, de desenvolvimento, de estratégias bem-sucedidas. Mas eles, os militantes do MAB, conseguiram alertar as comunidades e tentaram forjar lideranças para construir suas articulações políticas. Continuou ressaltando que “quando o DNOCS assumiu o Figueiredo, a gente estava na labuta do Castanhão, de 2004 a 2006. Quando começamos a fazer as visitas lá, o governo estava com uma campanha muito forte em campo” (Coordenador, MAB).

As lideranças da Lapa também consideram a experiência dos atingidos pelo Castanhão e as formações do MAB fatores preponderantes para a construção da participação autêntica na região do Figueiredo. Reconhecem [a participação autêntica] como sendo um processo iniciado por meio da mobilização e articulação dos movimentos sociais, especificamente o MAB, como é possível identificar no relato de Bem Viver-66: “no início, o MAB já andava por aqui. Às vezes vinha equipe de quatro, de cinco, avisando a gente, dizendo como foi no Castanhão, que o Denoc [referindo-se ao DNOCS] não era boa coisa, que nós se organizasse com todas as famílias” (Bem-Viver-66). Sua fala foi ratificada no relato da jovem liderança:

quando surgiram os rumores que a barragem iria ser implantada na nossa região, o MAB já estava constituído e trazia a experiência do Castanhão pra nossa comunidade. Primeiramente, eles entraram em contato com as lideranças, começaram a explicar o quê que poderia vir a acontecer e começaram a organizar as bases, começaram a ter reuniões, começaram a ter formações, articulações políticas para que o povo se conscientizasse e não fosse tão enganado. (Luta-92)

Disputando com as forças hegemônicas, como o governo, os políticos locais, os meios de comunicação, o coordenador do MAB considera que o Movimento conseguiu ter incidência nas comunidades atingidas pela barragem Figueiredo, como destacou: “vários deles ali começaram a participar do processo de formação do MAB. Chegamos a constituir um grupo bom de jovens, com lideranças, mesclando mais velhos, mais jovens e intermediários, para começar a preparar as lutas” (Coordenador, MAB).

Com as formações políticas dos jovens e das mulheres, as construções de pautas coletivas, a organização e a mobilização populares, as lideranças puderam perceber a invisibilidade da comunidade Lapa diante das medidas adotadas pelos órgãos públicos, bem como que as violações de direitos humanos no Castanhão se repetiam no Figueiredo. Perceberam, também, que ali estava formada uma disputa, com os órgãos públicos, as empreiteiras, os políticos, os fazendeiros e, até mesmo, com pessoas das próprias comunidades atingidas, que foram cooptadas pelo DNOCS, como bem destacou o militante do MAB:

se tem uma coisa que ele faz com profissionalismo [referindo-se ao DNOCS] junto com o governo do Estado, isso faz parte da estratégia deles, eles vão fazendo o processo de cooptação das

lideranças e elas passam a ter um vínculo. Eu não quero colocar essa questão aqui, mas a liderança de uma das comunidades foi cooptada e sua família tinha maior poder local e graças a ele o governo conseguiu avançar muito. [...] E não é uma culpa dele, é um processo onde a sociedade é disputada e a nossa lógica ou o nosso método foi disputado. Foi disputado pelo governo e foi disputado localmente. (Coordenador, MAB)

O militante continuou relatando que no Figueiredo, assim como no Castanhão e em outras barragens, os órgãos buscam “fortalecer a lógica do individualismo, comunidade a comunidade, pessoa a pessoa e tenta jogar sempre todos contra o MAB. Faz parte da luta de classes” (Coordenador, MAB). Para ele, o intuito é de fragilizar ou destruir a luta de caráter coletivo e deslegitimar os movimentos sociais.

As lideranças relataram que existiam integrantes da própria comunidade, aliados ao DNOCS, que tentaram desarticular ou desestimular a luta por direitos, como foi possível identificar no relato: “As poucas pessoas da comunidade que tinham conhecimento, algumas ficaram do lado do DNOCS. Eram filhos de atingidos de dentro da comunidade. Já assistiu *Avatar*? É a mesma coisa” (Luta-92).

No filme *Avatar*,⁹ alguns exploradores adentram o território dos Na’vi no corpo de um avatar, como se fossem nativos, mas com o objetivo de dominação. Daí a relação que Luta-92 fez entre a multinacional que invadiu Pandora e o DNOCS, que cooptou pessoas da própria comunidade, como relatou: “Eles [referindo-se aos representantes do DNOCS] pegam pessoas do território e levam para trabalhar pra eles. É tanto que teve um período que a comunidade se dividiu, nossas reuniões estavam sendo feitas escondidas, praticamente” (Luta-92). Com esse relato, a intenção da liderança era pontuar a importância da organização coletiva para instituir formas de resistências em defesa da comunidade, combatendo cotidianamente “avatars” desarticuladores da defesa do “bem viver”.

A estratégia dos órgãos públicos, relatada pelo militante do MAB como a lógica do individualismo, também foi percebida por Bem-Viver-66, como é

⁹ *Avatar*, filme dirigido por James Cameron em 2009, retrata a tentativa de dominar Pandora – um satélite do planeta Polifemo –, para extrair do seu solo os recursos naturais esgotados no planeta Terra. A trama se desenvolve na intenção de mostrar ao expectador a disputa pelo território. De um lado, uma empresa multinacional que financia a permanência de militares e cientistas para explorarem as riquezas naturais, em busca de lucros. De outro, o povo Na’vi, nativos que lutam pela própria existência, defendendo o território e os seus lugares sagrados.

possível perceber em seu relato: “o Denoc [referindo-se ao DNOCS] amparava quem não tinha amparo e desamparava quem tava amparado. Eles criava briga das comunidade e não tinha nada pra Lapa. Eles montaram, fizeram as montagem de fotos dizendo que era aqui na Lapa”. Bem-Viver-66 estava se referindo às pessoas que eram beneficiadas com casas e indenizações pelo DNOCS sem terem direitos, na sua concepção, bem como o modo de agir da Autarquia Federal que objetivava a divisão das três comunidades atingidas e a invisibilidade da comunidade Lapa.

Portanto, a partir do decreto de desapropriação, no ano de 2002, para garantir a construção da barragem Figueiredo, o DNOCS disputou o território da comunidade Lapa, alegando o fim das secas e o “viver melhor” da comunidade, ainda que sua cultura, a identidade de seus integrantes e os laços de solidariedade fossem destruídos com a separação das famílias e o deslocamento para a agrovila.

O DNOCS pretendia remanejar apenas as famílias da Lapa que residiam na área abrangida pela poligonal da barragem, ou seja, dividir literalmente a comunidade. Com o deslocamento compulsório, da forma (não) planejada pela Autarquia Federal, alguns integrantes da Lapa permaneceriam na parte não inundada e outra parte seria deslocada para a agrovila, no município de Iracema, colocando em jogo o sentimento de pertencimento ao lugar, a sociabilidade das famílias e o “bem viver” da comunidade.

O sentimento de pertencimento ao lugar, herdado de seus antepassados, emanava da crença de terem sido os primeiros habitantes da região, que desbravaram as terras e construíram as moradias com a força de seus braços e com o barro do próprio chão. A sociabilidade das famílias, da família Moura especificamente, está associada a suas trocas de favores, seus códigos, os cuidados de uns com os outros. E o “bem viver” da comunidade, expressado pelo uso comum da terra, o pasto livre dos animais, o plantio coletivo na área de vazante do açude, a divisão de tarefas da agricultura familiar, sem exploração da força de trabalho de terceiros. O cultivo e demais atividades, como a pesca e a extração do leite, para consumo próprio, trocas e venda, de modo a garantir o essencial à dignidade humana, sem o objetivo de acumulação.

A servidora do DNOCS relatou que a intenção era reunir as três comunidades atingidas – Vila São José dos Famas, Boa Esperança e Lapa – na agrovila, com moradias, locais de cultivo e equipamentos sociais que pudessem atender às

famílias. Mas, segundo a servidora, “bateram o pé [referindo-se ao grupo da Lapa] e não quiseram sair de seu lugar” (Servidora, DNOCS).

Parecia incompreensível, aos olhos da servidora, haver resistência das famílias em saírem de suas casas com estrutura física danificada, como destacou: “pra quem tinha uma casa na Lapa, pra quem tinha uma casa assim [e mostrava as fotos do cadastro do DNOCS], pra quem tinha uma casa como essa, sem reboco” (Servidora, DNOCS). Entretanto, como destacou Resistência-97: “a gente queria ter casa com banheiro, rebocada, mas a gente queria a nossa comunidade reunida”.

Oliveira chama a atenção para o fato de que “desde o final do século XX, no Ceará, o conflito se move, dentre outras razões, pela questão de acesso e com relação às utilizações na forma de água potável, recurso agrícola, industrial, entre outras formas produtoras de conflito” (OLIVEIRA, 2010, p. 33). Na comunidade Lapa, o que se observou no território foi o descompasso entre o progresso prometido e a realidade das famílias atingidas, que agravou a condição de pauperização e passaram a viver com uma realidade da escassez, inclusive de água.

Barragem Figueiredo: o discurso do progresso e a realidade da escassez

A barragem Figueiredo é um empreendimento do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que foi justificado pelos governos dos estados do Ceará e Federal como sendo necessário para o desenvolvimento regional e a solução dos problemas hídricos de uma parte do sertão cearense, especificamente a microrregião do médio Jaguaribe, no interior da mesorregião Jaguaribe, a leste da capital estadual.

De acordo com o DNOCS, a barragem Figueiredo é a quinta maior barragem do estado, sendo a área da bacia hidrográfica correspondente a 1.621,00 km² e a área da bacia hidráulica equivalente a 4.986,00 hectares. O empreendimento, com o custo da obra no valor de 80 milhões de reais e de 120 milhões de reais para o desmatamento e reassentamentos, estimava segurança hídrica para o estado do Ceará, em complementação ao canal da integração, com a transposição do rio São Francisco e a barragem do Castanhão.

A bacia hidráulica da barragem Figueiredo, projetada para acumular 520 milhões de metros cúbicos de água, abrange os municípios de Alto Santo, Iracema e Potiretama, e foi prospectada tendo como objetivo “o controle de cheias no baixo Jaguaribe, o abastecimento de residências, a irrigação para

produção agrícola, a piscicultura e a perenização de trecho do rio Figueiredo” (BRASIL, 2012, s/n).

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apontou como objetivo da barragem: “servir para usos múltiplos, trazendo benefícios a pelo menos seis diferentes setores” (COBA; VBA, 2003, p. 13), e detalhou seis importantes usos: 1) abastecimento de água para consumo humano dos núcleos urbanos de Alto Santo, Iracema, Potiretama, Pereiro e Ererê e da população ribeirinha de jusante; 2) atendimento da demanda hídrica das indústrias difusas dos municípios citados; 3) desenvolvimento hidroagrícola, com irrigação intensiva nas regiões da Chapada do Anastácio e baixo Jaguaribe; 4) controle de enchentes do baixo Jaguaribe; 5) desenvolvimento da pesca; e 6) desenvolvimento de atividades associadas ao turismo (COBA; VBA, 2003).

Os usos múltiplos do açude Figueiredo, descritos no EIA/Rima, não foram concretizados, pois o açude nunca assumiu a capacidade de água necessária para abastecimento dos núcleos urbanos, por exemplo. No projeto de aproveitamento do açude Figueiredo é expresso: “A posição estratégica do Açude Figueiredo em relação à Chapada do Apodi e à região de Tabuleiro do Norte poderá favorecer a irrigação da zona da Chapada do Atanásio, abastecer comunidades na área produtiva da Caatinga Grande e perenizar sistemas lacustres da região do Sopé da Chapada” (DNOCS, 2011, p. 1). Logo, é possível perceber que a intenção de beneficiamento exclui as comunidades do entorno, que do acesso livre ao rio Figueiredo, passaram a ter um acesso controlado às águas e às margens do açude.

Para as lideranças da Lapa, apesar do EIA/Rima descrever os diferentes usos do açude, o Estado sempre teve a intenção de expulsar as comunidades de suas terras para atender aos interesses empresariais, o que passamos a denominar de desterritorialização ou “o conjunto de medidas adotadas pelos interesses empresariais, vinculados aos agronegócios, para incorporar novas terras a seus empreendimentos econômicos” (ALMEIDA *et al.*, 2010, p. 116).

A desterritorialização é uma estratégia histórica da expropriação territorial de populações indígenas, camponesas, quilombolas, de povos tradicionais, entre outros, para a instauração das lógicas de reprodução da acumulação do capital. Conforme analisa Zavaleta (2009), a desterritorialização é expressão de um *estado de separação* inerente à homogeneização totalizadora do modelo capitalista. No caso ora analisado, esse estado de separação se revela na

tentativa de expropriação dos meios de produção e reprodução da vida no território da Lapa decorrentes da implementação de uma barragem.

De 2002 a 2008, do decreto de desapropriação ao início da construção da barragem, alguns atingidos passaram a indagar sobre os objetivos do empreendimento. Eles não se viam – e de fato não estavam – contemplados nos planos do DNOCS para terem acesso ao desenvolvimento proposto e perceberam que o açude atenderia principalmente aos interesses do agronegócio, uma vez que viam a priorização do projeto técnico e sequer tinham conhecimento do projeto de reassentamento das famílias.

Entretanto, antes mesmo de terem a consciência de que ocorria em seus territórios o efeito da violência e da expropriação constituintes da incessante acumulação do capital (COMPOSTO; NAVARRO, 2014), se viram encobertos pelas águas da barragem, literalmente afogados, e se posicionaram contrários ao empreendimento.

Antes, a barragem era bem vista, criou-se expectativas positivas com a promessa do fim das secas, da água em abundância nas torneiras de casa. Mas qual foi a surpresa dos atingidos quando souberam do fechamento da calha da barragem, no ano de 2008, sem as casas dos reassentamentos estarem concluídas.

Assim, as formas de resistências dos agricultores da comunidade Lapa começaram a ser instituídas contra o discurso do progresso, pregado pelo DNOCS, e a realidade da escassez, vivenciada pelos agricultores, conforme identificamos nos itens seguintes.

Antes da barragem: ocupar e resistir para existir

Os agricultores relataram que quando as máquinas se instalaram no canteiro de obras, não tinham conhecimento acerca da regularização fundiária da área, não tinham informações sobre as indenizações e a construção das casas, conforme o relato: “a construção começou e a gente não sabia das casas, das indenização; não chegava uma pessoa pra dar explicação” (Força-69).

A falta de transparência nas negociações das terras e nos projetos de reassentamento motivou os agricultores a realizarem um protesto no canteiro de obras, em 18 de agosto de 2010, onde permaneceram por dois dias e saíram com a promessa de que teriam reunião com o DNOCS, Idace e Incra na semana seguinte. A reunião não ocorreu e os agricultores ocuparam novamente o

canteiro de obras da barragem, em 26 de agosto de 2010, por tempo indeterminado, até que suas reivindicações fossem atendidas.

Agricultores, militantes e simpatizantes da causa revezaram-se por 29 (vinte e nove) dias na ocupação, impedindo a construção da barragem, com o apoio de representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que ficaram responsáveis pela mobilização de outros parceiros (sindicatos, universidades, ONGs), discussões sobre as demandas das comunidades, contribuição na elaboração das pautas de reivindicações e articulação com os órgãos públicos, bem como apoio de representantes da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte que, além das articulações, contribuiu no apoio logístico necessário à ocupação, como transporte, alimentação, reprodução de material gráfico, entre outros suprimentos.

É interessante registrar que, no caso da barragem Figueiredo, a Igreja Católica é considerada uma aliada pelas lideranças entrevistadas, sobretudo pela postura combativa do padre-diretor da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, que foi atingido pela barragem do Castanhão e sofreu influência das Comunidades Eclesiais de Base em sua formação.

Segundo Bem-Viver-66, a organização da comunidade e a divisão de tarefas foram importantes para conseguirem ocupar e permanecer até que garantissem alguma compensação aos agricultores, e relatou: “queriam trazer o Lula [presidente da República àquela época] pra inaugurar a barragem, mas a gente começou a se organizar, a correr atrás e ocupamos o canteiro. A gente segurou até que fizessem algo por nós”.

A ocupação, que culminou com a paralisação da obra no ano de 2010, pode ser considerada como o primeiro ato público de resistência à construção da barragem e de maior força, pois demonstrou a capacidade de organização política das três comunidades atingidas, refletindo a importância das mobilizações sociais e articulações em redes (GOHN, 2011). Conforme relata Bem-Viver-66: “na ocupação, a gente percebeu nossa força; a gente viu que tinha gente do nosso lado, que tinha instituição preocupada com nós. Tinha o MAB, tinha a Cáritas, tinha os sindicatos, tinha gente”. E complementou: “era o enfrentamento das forças. A gente tinha a força das famílias e eles a força do dinheiro”.

A partir da ocupação, os agricultores conseguiram pautar suas reivindicações nos órgãos públicos e tiveram poder de barganha em disputas administrativas, com a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito

do Ministério Público Federal (MPF), e disputas jurídicas, com a interposição de Ações Cíveis Públicas (ACPs), por intermédio da DPU/CE, pleiteando a paralisação da obra e, posteriormente, danos morais coletivos.

Da petição inicial da DPU/CE às decisões proferidas pelo Judiciário, estiveram em disputa os sentidos em torno do direito da comunidade Lapa como uma comunidade tradicional. A Defensoria buscou demonstrar a violação de direitos ocasionada pela obra da barragem Figueiredo à comunidade Lapa, ameaçando o seu desaparecimento e, portanto, a sua cultura, a identidade de seus integrantes e a sua territorialidade. O processo da DPU não abrangeu apenas a comunidade Lapa, mas as três comunidades impactadas. Entretanto, foi a caracterização da Lapa como comunidade tradicional, após a elaboração do parecer do historiador João Rameres Regis (2010), que ensejou a denúncia da Renap à DPU/CE e que evidenciou a irregularidade das obras, pela ausência do estudo sobre o patrimônio histórico-cultural da comunidade, garantindo a paralisação das obras por força de liminar, no ano de 2010.

Atendo-se à ampliação do conceito de povos e comunidades tradicionais, advinda do Decreto nº 6.040/2007,¹⁰ a DPU/CE buscava demonstrar que os agricultores da comunidade Lapa já se reconheciam como sujeitos coletivos organizados em associação comunitária, com regras próprias e uso comum da terra; que assumiam a identidade de “atingidos” pela barragem Figueiredo; e lutavam pela manutenção de seu território.

Depois da barragem: resistências cotidianas para a efetivação de direitos

A obra impactou diretamente três comunidades rurais do Ceará, a saber: Vila São José dos Famas, pertencente ao distrito São José dos Famas, no município de Iracema, instituído por meio da Lei Municipal nº 6.877, de 13 de dezembro de 1963; Boa Esperança, um assentamento rural regularizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, mediante a Portaria Incra/SR-02 nº 0064 de 22 de outubro de 1997, localizado no município de Potiretama; e Comunidade Lapa, já caracterizada em item específico.

Além das três comunidades de agricultores, cerca de 24 (vinte e quatro) fazendas de grande porte foram atingidas. Tais fazendas são definidas pelo DNOCS como as que tiveram suas terras avaliadas com valores acima de cem mil reais, conforme especificação contida no Edital nº 002/2007, publicado para

¹⁰ Decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

normatizar a desapropriação de terras, benfeitorias e coberturas vegetais, inseridas em área rural, abrangidas pela construção do açude público Figueiredo.

Entretanto, os conflitos e antagonismos dos grupos foram diferenciados. Enquanto os “fazendeiros”¹¹ lutavam pela ampliação de suas indenizações, já consideradas de alto valor por parte do DNOCS, os agricultores da Vila São José dos Famas e Boa Esperança lutavam por suas casas e indenizações, no novo espaço destinado ao reassentamento das famílias. Já os agricultores da Lapa, lutavam para permanecer em suas terras tradicionalmente ocupadas, bem como por água, energia elétrica e terra para cultivo, ilustrando que “cada grupo constrói socialmente seu território de uma maneira própria, a partir de conflitos específicos em face de antagonismos diferenciados” (ALMEIDA, 2008, p. 72).

Os relatos das lideranças da Lapa demonstram o orgulho de pertencer à comunidade, construída ao longo de gerações; demarcam a tradicionalidade, narrada como a diferença entre as demais comunidades da região do médio Jaguaribe; e ressaltam as suas lutas pela manutenção do território, deflagradas em contexto marcado por conflitos socioterritoriais, após a construção da barragem Figueiredo.

As lideranças entrevistadas narram que desde o anúncio da construção da barragem, no ano de 2002, até a finalização dos deslocamentos compulsórios, no ano de 2012, as disputas por terras na região se acirraram, e a primeira vitória, que é motivo de orgulho para eles, diante da pressão fundiária instalada, foi a permanência em suas “terras de herdeiros”, como salientou a presidente da associação: “a gente não podia sair daqui, das nossas terras, nossa herança, nossa raiz, nossas terras de herdeiros”. Eles optaram pela redução das terras e ficaram comprimidos às margens da barragem. Suas casas foram construídas na parte alta da poligonal, mas não foram deslocados para a agrovila.

O acionamento da categoria “terras de herdeiros”, por parte da presidente da associação comunitária, ocorreu de modo espontâneo, para ilustrar que são as terras de sua família, dos seus antepassados, sem uma formalidade no modo de partilha e mantidas sob uso comum. Entretanto, os relatos convergem para as concepções de terras tradicionalmente ocupadas e territorialidades específicas, que se afastam das noções de origem, de passado, de imemorialidade e agregam

¹¹ Citamos os proprietários das fazendas Tabuleiro, Açudinho, Curral do Meio, Pilar e Varzinha, que questionaram os valores de suas indenizações e se recusaram a sair das áreas já indenizadas.

elementos identitários, correlação de forças com antagonistas e defesa de territorialidades de referência (ALMEIDA, 2008), como exprimem as descrições de Força-69: “nós nascemos agricultores, mas agora somos os agricultores atingidos pela barragem Figueiredo”; “tivemos que unir forças contra o DNOCS, o Idace e os fazendeiros, que queriam separar a gente e tirar as terras da gente”; “se a gente fosse separado e levado pra agrovila, era como se matasse a nossa comunidade, era como se a gente fosse morar debaixo de um viaduto”.

“A gente se organizou, lutou e mostrou a nossa força”, continuou relatando Força-69 para ilustrar que a organização dos agricultores da Lapa, fortalecida no conflito advindo da construção da barragem Figueiredo, deu visibilidade à comunidade, como ressaltou: “a nossa comunidade era conhecida pelas vilas vizinhas, mas não era muito conhecida pelos de fora. É tanto que na época que começou a construção da barragem, disseram que a comunidade Lapa não existia no mapa” (Força-69).

Segundo as lideranças entrevistadas, a comunidade Lapa não estava no mapa utilizado pelo DNOCS e era ignorada pelo órgão diante das ações compensatórias de indenização e reassentamento. Apenas no período da ocupação do canteiro de obras que a Lapa saiu da invisibilidade e as lideranças conseguiram pautar e garantir a permanência em suas terras de origem. Entretanto, não bastava ficarem encurralados às margens da barragem, era preciso garantir direitos fundamentais.

Assim, em outubro de 2016, período em que o grupo se mobilizou para ter acesso à água, à energia elétrica e a terra para cultivo, quatro anos após a construção da barragem Figueiredo e finalização do deslocamento compulsório dos antigos habitantes da área, os agricultores da Lapa apresentaram as suas reivindicações e discutiram estratégias conjuntas de resolução das demandas, em reunião no DNOCS.

Como demandas, discutiam-se as pendências na execução do Convênio nº 0001/2009, firmado entre DNOCS e Idace, para a regularização fundiária e o reassentamento das famílias na “região do Figueiredo”, como assim denominam os servidores da Autarquia Federal ao se referirem a toda extensão de terra abrangida pelo rio Figueiredo e contida na poligonal da barragem, envolvendo os municípios de Alto Santo, Iracema e Potiretama.

As lideranças reivindicavam ações para dirimir os conflitos socioterritoriais, pois os “fazendeiros” – como se denominavam os proprietários de grandes extensões de terras –, apesar de indenizados, cercaram a área pública e queriam

arrendá-la, impedindo o uso por parte do grupo de pequenos agricultores; discussão sobre o uso das vazantes (terra produtiva), com assembleias locais e ações para acelerar a delimitação da área pública; ampliação da quantidade de carros-pipa (água potável), pois três carros semanalmente eram insuficientes às famílias, bem como instalação de uma adutora, cisternas e finalização de 800 metros de rede de energia elétrica, para atender todas as casas da Lapa.

Em 2016, o eldorado, pregado pelo DNOCS e esperado pela população impactada pela barragem Figueiredo, não havia se concretizado. As promessas de água em abundância não se cumpriram, quiçá foram amassados os carros-pipa, como assim prometeu o prefeito de Alto Santo. Segundo Bem-Viver-66, “o Adelmo [prefeito] disse que tinha lutado pra esse açude sair e que ia amassar todo carro-pipa”. Ao contrário, faltava água, luz, terra para cultivo e as condições de pauperização se ampliavam, inclusive pela falta de alimentação para as famílias e seus animais.

As reivindicações dos agricultores da comunidade Lapa, na luta por direitos fundamentais, estavam sendo caracterizadas pelo DNOCS como falta de paciência e terrorismo, como assim afirmou um dos procuradores jurídicos do órgão àquela época, numa nítida postura de criminalização dos movimentos sociais e naturalização da violação de direitos.

Naquele mesmo ano, 2016, os agricultores denunciavam os problemas causados pela barragem e como eles atingiam os grupos impactados, como a priorização do projeto técnico do grande empreendimento em detrimento da garantia dos direitos fundamentais das populações; o abandono das populações e as violações de direitos vivenciadas após a obra; o acirramento dos conflitos fundiários na região e a dificuldade de acesso à justiça por parte dos grupos de agricultores.

As denúncias dos agricultores convergiam para as leituras sociológicas e antropológicas que problematizam grandes projetos de desenvolvimento socioeconômico, que evidenciam que a construção de barragens é considerada, pelo Estado e pelos empreendedores, uma alternativa para geração de eletricidade e garantia de segurança hídrica às populações que vivenciam a falta de água e as privações em decorrência da ausência desse recurso natural. O discurso oficial é “de que elas [as barragens] são indispensáveis para acelerar o crescimento econômico e sustentar o desenvolvimento social” (BENINCÁ, 2011, p. 17).

Na contramão desse discurso, diferentes pesquisadores¹² têm mostrado que o desenvolvimento proposto por grandes obras, como as das barragens, não chega aos moradores das comunidades que se situam em seu entorno. Ao contrário, grandes obras frequentemente expulsam compulsoriamente as populações locais e violam direitos fundamentais, fenômeno entendido como “novas lógicas de expulsão” (SASSEN, 2016, p. 9), que geram violências múltiplas em decorrência da desterritorialização, que vão desde a perda do seu território como espaço de produção e reprodução da vida e da existência, até a desagregação do tecido social e o universo simbólico e patrimonial atrelado a essa sociabilidade. E no caso dos agricultores da Lapa a situação não foi diferente. Eles se viram usurpados do direito a terra, à moradia, ao trabalho e à renda.

Mais uma vez, se viram diante da necessidade de acionarem formas de resistências, caracterizadas através da organização coletiva, por meio da associação comunitária; do acionamento de identidades coletivas, como a de “atingidos por barragens”; das disputas por classificações, como “comunidade tradicional”; das ocupações, agora das áreas de vazantes do açude; das mobilizações sociais, com o acionamento de diversas instituições de justiça e defesa; e da manutenção do modo de vida tradicional, que lhes confere uma resistência cotidiana contra o modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo.

O rio Figueiredo, antes da barragem, era utilizado para pesca. Após a construção da barragem, o uso deste manancial fluvial passou a ser controlado pelo DNOCS. A instalação do empreendimento também ocasionou a redução das terras produtivas, compelindo os agricultores a ocuparem a área da vazante da barragem para plantar por unidades de trabalho familiar. A ocupação é considerada por eles como uma “retomada” de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Em 2021, depois da organização e das ações coletivas dos agricultores, o DNOCS concluiu as formalidades para a concessão de uso da terra por parte de cada família. A Autarquia Federal, sob a justificativa de tratar-se de “agricultores familiares”, pertencentes a uma “comunidade tradicional”, conferiu-lhes o direito de plantar na área pública, ao passo que criou critérios de exclusão para outros grupos que eventualmente venham a ocupar a vazante.

¹² A exemplo de SIGAUD, 1992; VAINER, 1998, 2003, 2004, 2007; ARAÚJO; SENA, 2006; LIMA, 2004, 2008; MONTE, 2008; FOSCHIERA, 2010; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; BENINCÁ, 2011; SANTOS, 2015; ACSELRAD, 2019.

“Viver melhor” ou “bem viver”?

Atendo-nos ao processo histórico das estratégias do DNOCS e do Idace para a desterritorialização da comunidade Lapa, às contradições impostas pela lógica de desenvolvimento capitalista na região, aos conflitos vivenciados por diferentes grupos e às transformações sociais no território, procuramos evidenciar, neste artigo, a interação entre teoria e prática, conhecimento e ação, bem como demonstrar que toda ação é interessada e a verdade está sempre se produzindo, podendo ser resignificada a partir da interação humana em busca da transformação da realidade.

A transformação da realidade da comunidade Lapa foi observada no trabalho de campo, que nos conferiu o cuidado de sempre estabelecer um diálogo entre os dados empíricos e as reflexões decorrentes da abordagem teórica. Isto nos levou a deixar de lado a tentativa de enquadrar a teoria à empiria e vice-versa, numa espécie de camisa de força que restringe as possibilidades teóricas da investigação ou reduz o potencial observador e descritivo da ação das pesquisadoras. Como alternativa, tentamos manter um exercício contínuo de sempre estabelecer discussões a partir do que o campo de pesquisa nos fazia perceber; isso se estendeu à definição das categorias descritivas e de análise.

A “tradição” da comunidade Lapa e os “conflitos socioterritoriais”, em virtude da construção da barragem Figueiredo, foram as primeiras categorias a serem identificadas nos relatos das lideranças comunitárias. A primeira, acionada no intuito de demarcar as diferenças entre as comunidades impactadas pela obra pública e os modos de apropriação da terra, como observamos no relato “o nosso grupo sempre foi diferenciado, é tanto que foi a tradição da nossa comunidade uma das questões para que permanecêssemos no território” (Luta-92). A segunda, ganha força nas narrativas sobre as lutas contra a barragem e as disputas por terras. A relação entre ambas – tradição e conflitos socioterritoriais – refletem os processos de territorialização vivenciados pelos agricultores após a construção da barragem.

A pesquisa de campo demonstrou que tal processo de territorialização foi resultante da capacidade das mobilizações dos agricultores em torno da identidade de “atingidos por barragens” e da nomeação da Lapa como “comunidade tradicional”, bem como das disputas que travaram com o DNOCS, o Idace e os “fazendeiros”, na luta por terra e por direitos.

Sendo assim, algumas categorias analíticas foram importantes para compreender o caso empírico em questão, como as noções de processos de

territorialização, territorialidade específica, terras tradicionalmente ocupadas e unidades de mobilização, trabalhadas por Almeida (2008); a dimensão identitária construída em situação de conflito – que considera a identidade de um grupo como “uma categoria definida e construída, podendo emergir, desaparecer e ser substituída dependendo das novas situações sociais em que se encontrarem” (BARAÚNA, 2014, p. 41) –, a partir das concepções de Almeida (2008) e Baraúna (2014).

Almeida (2008) acredita que os processos de territorialização correspondem ao caráter dinâmico de apropriação dos recursos naturais e apresentam mobilizações em torno de uma política de identidades, com jogo de forças em face do Estado e das relações comunitárias em transformação, que ele caracteriza como a passagem de unidade afetiva para unidade política de mobilização, passagem de uma existência atomizada para uma existência coletiva (ALMEIDA, 2008).

Para além da noção de processo de territorialização, Almeida incorporou uma noção prática para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais, que ele denominou de territorialidades específicas, “entendidas como resultantes dos processos de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingenciais, dependendo da correlação de força em cada situação social de antagonismo” (ALMEIDA, 2008, p. 51).

Como dito ao longo do artigo, a barragem Figueiredo gerou conflitos e antagonismos diferenciados para cada grupo atingido. A Lapa, por ter defendido suas terras tradicionalmente ocupadas, conseguiu manter parte de suas terras de pertencimento coletivo, com normas específicas, identidades coletivas e laços de solidariedade. Para Almeida, as terras tradicionalmente ocupadas “expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” (ALMEIDA, 2008, p. 25).

Quanto à classificação “comunidade tradicional”, esta passou a ser acionada pelo grupo da Lapa como forma de diferenciação entre os outros grupos atingidos pela barragem Figueiredo, como esclarece Carvalho (2016): “a tradição é acionada como elemento de luta. O modo de ser tradicional é utilizado para se contrapor à ação do antagonista, do ‘outro’ que quer ‘te destituir’” (CARVALHO, 2016, p. 51).

Segundo Almeida (2008), a Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 6.040/2007 afastaram o significado da categoria “populações tradicionais” da

“imemorialidade” e contrastaram criticamente as legislações agrárias coloniais. Para Almeida (2008), a tradição não se reduz à história, ao passado; não se reduz a laços primordiais e unidades afetivas; mas incorpora também identidades coletivas, que podem ser redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada (ALMEIDA, 2008).

Quando fala que a tradição não se reduz à história, ao passado, Almeida quer chamar a atenção para o fato de que a tradição pode ser iniciada a qualquer tempo, sobretudo quando grupos são afetados por grandes empreendimentos e são compelidos a construir novas histórias, novos laços, novas unidades afetivas, em novo território. Isso porque nos ditames das instâncias jurídicas, para o reconhecimento de direitos, ainda associam a tradição tão somente à imemorialidade. A exemplo da tese do marco temporal.

Durante e após a construção da barragem Figueiredo, as disputas por classificações alteraram drasticamente as identidades e o território do grupo da Lapa, compelindo seus integrantes a novas estratégias de identificação e reconhecimento, evidenciando que “a identidade se constitui a partir de como o agente se mobiliza e se sente, do uso que faz da identificação e não necessariamente de uma atividade que exerce ou obrigatoriamente de um marco territorial fixo” (BARAÚNA, 2014, p. 41).

No jogo das classificações, os agricultores da comunidade Lapa se autoidentificaram e foram reconhecidos como atingidos, mas não deixaram de acionar outras classificações imprescindíveis à visibilidade do grupo, para garantia de direitos e acesso às políticas públicas, como “agricultores familiares”, “assentados”, “vazanteiros”, ilustrando como as intervenções do Estado e outros agentes interferiram nas estratégias de identificação e reconhecimento do grupo, cujo dinamismo é “inerente às estruturas sociais, uma vez que tais estruturas não atuam sobre agentes passivos, mas sobre sujeitos ativos, capazes de modificá-las de acordo com seus interesses contextuais” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 59).

Ser “lapista”, “atingido por barragem” e pertencente a uma “comunidade tradicional” são categorias de afirmação identitária que refletem as disputas por classificação no campo, ou seja, tratam-se de identidades acionadas como estratégias de luta e resistência ao deslocamento compulsório, compreendido “como parte de uma lógica integrada de produção de desigualdades na corrente conjuntura da acumulação do capital, seja do ponto de vista das migrações

transnacionais, [...] remoção de populações de seus territórios ou tráfico humano” (FELDMAN-BIANCO, 2014, p. 11).

A ameaça de destruição da comunidade – que ocorreria com o deslocamento compulsório imposto pelo DNOCS, já que na proposta algumas famílias permaneceriam na parte não inundada e outras seriam reassentadas na agrovila – foi fator decisivo para fortalecer a organização e luta comunitária em defesa do território, percebido pelos agricultores como “território de vida, condição da própria existência do grupo” (HAESBAERT, 2020, p. 143).

Na Lapa, o território também é compreendido como “um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2002, p. 3) e está sempre em movimento, é dinâmico, representa a ação dos agentes sociais. Sendo assim, para análise das lutas dos agricultores da Lapa em defesa do território, dialogamos com o estudo de Haesbaert que aborda o território como categoria de análise, normativa e da prática (HAESBAERT, 2020).

Segundo Haesbaert (2020), a perspectiva latino-americana sobre o território é marcada pela pluralidade, envolvendo diversos sujeitos sociais, contrapondo-se à concepção exclusivista e universalizante eurocêntrica, que estuda o território numa perspectiva de território estatal. Para o autor,

a realidade latino-americana valoriza tanto o território, não só como categoria de análise mas também como categoria normativa (nas políticas territoriais) e, sobretudo, como categoria da prática, principalmente enquanto ferramenta na mobilização e luta de diferentes movimentos sociais (HAESBAERT, 2020, p. 147).

Haesbaert problematiza e afirma que “num continente marcado por profunda exploração econômica, insegurança política, racismo e desigualdade social – com destaque para a concentração de terra – grupos subalternos, Estado e capitalistas desenham o tempo inteiro um complexo emaranhado de lutas no e pelo território” (HAESBAERT, 2020, p. 147).

A luta dos agricultores da Lapa no e pelo território pode ser compreendida como resistência cotidiana de um grupo em defesa da sobrevivência e contra a perspectiva de desenvolvimento que encara os recursos naturais (terra e água) como mercadorias e que passa por cima de grupos e organizações que ousem instituir “outra racionalidade intersubjetiva com seus territórios” (BARBOSA, 2019, p. 285). A autora chama a atenção para o fato de que “vemos erigir-se um

paradigma epistêmico do campo latino-americano, que interpela o paradigma de desenvolvimento do capital transnacional” (BARBOSA, 2019, p. 285).

As lideranças da comunidade Lapa destacaram que não foram contra a construção da barragem Figueiredo propriamente, pois o açude poderia proporcionar fartura de água na região. Porém, foram contrárias ao modo como os órgãos públicos as trataram no período das obras e após o reassentamento das famílias. Os objetivos de caráter mercantil sequer foram atingidos, pois o reservatório nunca atingiu a capacidade máxima prevista, posto que no período de grande chuva (2010) a obra estava paralisada com discussões no âmbito judicial, após a organização comunitária. Mas as formas de resistências foram preponderantes para o enfrentamento das violações de direitos e para garantir a existência da comunidade Lapa.

Ainda segundo Barbosa (2020), existe uma luta permanente e histórica entre paradigmas capitalistas e não capitalistas, persistindo na modernidade “a existência de organização sociocultural não capitalistas baseadas em outras matrizes de pensamento” (BARBOSA, 2020, p. 108). Para ela, as epistemes próprias – aqui nos interessa as epistemes dos povos do campo – determinam as naturezas identitárias e políticas do projeto político que articulam, construindo “seu próprio conhecimento, resultante da sistematização, reflexão coletiva e da teorização sobre seus próprios exemplos e experiências, os quais permitem a produção de seus respectivos documentos e textos de estudo” (BARBOSA, 2019, p. 290).

A autora identifica quatro eixos de identidade política dos povos do campo, que caracteriza como a unidade da luta latino-americana articulada por tais povos, são eles: a reconfiguração da história e da memória no âmbito das lutas; a dimensão ontoepistêmica que sustenta as subjetividades políticas dos movimentos; a territorialidade; e a autonomia (BARBOSA, 2020).

Quanto ao primeiro eixo, Barbosa destaca que a concepção de história, tempo e memória dos povos do campo busca “retomar o passado com uma projeção do futuro que se combina com o presente do processo de resistência política” (BARBOSA, 2020, p. 113). No caso dos agricultores da comunidade Lapa, o processo de reconstrução das histórias e memórias foi preponderante para demarcar sua tradicionalidade, projetando as estratégias dos embates políticos e judiciais que teriam pela frente, fortalecendo o processo de resistência presente e cotidiano. Afinal, foi na reconstrução de suas histórias e memórias que puderam perceber os modos de apropriação do seu território; as disputas

que tiveram com os fazendeiros pelas terras. A partir do acionamento dessas histórias e memórias reconheceram as ações do Estado para apagar os rastros de suas coletividades, mas também tiveram a oportunidade de repensar os critérios culturais endógenos, como a endogamia e o machismo, por exemplo.

No tocante à dimensão ontoepistêmica, é possível identificar no território da Lapa a defesa do “bem viver”, “entendido como princípio essencial dos direitos humanos e da natureza, contrastando com a perspectiva do ‘viver melhor’ defendida pelo capitalismo moderno” (BARBOSA, 2020, p. 113). Antes da barragem, o “bem viver” podia ser reconhecido na relação dos agricultores com a terra e com os demais recursos naturais, o desenvolvimento de seus fazeres, saberes tradicionais e regras comunitárias próprias. A partir do anúncio da construção da barragem, com a promessa do “viver melhor”, as relações comunitárias ficaram fragilizadas, intentou-se disseminar a estratégia colonial de dividir para separar os integrantes do grupo. Parecia sedutora a perspectiva de se obter casas novas com banheiro, água encanada e serviços socioassistenciais ao lado.

O “viver melhor” propagado pelo DNOCS ganhava força até os agricultores perceberem que essa perspectiva capitalista ameaçaria a territorialidade e a autonomia do grupo, ou seja, os seus modos de ser, de viver e coexistir (BARBOSA, 2020). Com tal ameaça, estava em jogo a própria existência da comunidade, fazendo com que os seus integrantes passassem a reivindicar “o reconhecimento de uma lógica pluriversa de conceber e habitar o território” (BARBOSA, 2020, p. 114), atreladas a lógicas de valorização deste mesmo território decorrentes do neoextrativismo como estilo de desenvolvimento e modelo socioterritorial (SVAMPA, 2018).

O neoextrativismo contemporâneo é caracterizado, por Svampa, como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração dos bens naturais e na expansão das fronteiras de exploração de territórios, antes considerados improdutivos sob a ótica do capital. Para a autora, ao passo que esses modos de exploração redefiniram as disputas por terras, de forma assimétrica, entre as populações pobres e vulneráveis e os grandes atores econômicos, geraram novas formas de ação coletiva, que questionaram a ilusão desenvolvimentista e denunciaram a consolidação de um modelo monoprodutor. Nessa contraposição, assumem a ação política em defesa da terra, do território, dos bens comuns e da natureza (SVAMPA, 2018).

Mas como os agricultores da Lapa resistiram às lógicas do neoextrativismo e reivindicaram o reconhecimento de uma lógica pluriversa de conceber e habitar o território?

Para as lideranças da comunidade, o barramento do rio Figueiredo foi responsável pelo desaparecimento dos pequenos rios e riachos, onde pescavam livremente. Com o açude, foram privados do acesso livre à água, que agora é fiscalizada pelo DNOCS, pois a sua finalidade é o abastecimento das cidades vizinhas. No máximo restou a vazante da barragem, onde plantam coletivamente, mas a plantação é ameaçada pelo gado dos fazendeiros e grileiros, que insistem em utilizar a área pública, mesmo sem possuírem a concessão de uso.

No início da ocupação da vazante, no ano de 2016, uma área ampla foi cercada pelas famílias da Lapa, para suas plantações coletivas, sem separação por lotes. A ocupação forçou a negociação com o DNOCS para a concessão de uso dessas terras agricultáveis, com um mínimo de segurança jurídica, já que os fazendeiros se diziam os donos da terra pública. Assim, para garantir o “papel¹³” da autorização de uso, foi preciso apresentar requerimento administrativo na Autarquia Federal, que exigiu a separação de cada lote, por núcleo familiar.

O requerimento coletivo foi considerado inviável, por parte do DNOCS, pois o órgão alegou que precisava responsabilizar individualmente cada agricultor ou agricultora que, porventura, contaminasse a água do açude. Então, os lotes foram separados e cada núcleo planta em seu respectivo pedaço de terra. As famílias se unem nos trabalhos de plantação e colheita e trocam produtos de acordo com suas necessidades.

Essas lógicas de valorização territorial construídas historicamente pelos povos originários e povos do campo (que inclui a comunidade da Lapa) convergem à concepção do “bem viver” analisada por Acosta (2016, p. 41), “com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidade, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua”.

Como já informado, na comunidade Lapa não havia só coesão, consenso e solidariedade. Apesar das discordâncias e embates dentro da comunidade, como o destino das indenizações coletivas, o lugar da Igreja, a escolha da padroeira, a manutenção do grupo escolar, a estrutura das casas, as pautas de reivindicações, as lideranças perceberam que nas negociações com o DNOCS e

¹³ O documento de concessão de uso da vazante só chegou nas mãos dos lapistas no ano de 2021.

outros órgãos precisavam ter um discurso único, que pudesse garantir os direitos da coletividade, como ressaltou Bem-Viver-66: “a gente podia discordar uns com os outros, mas depois da votação na associação, era isso e pronto. Nós não mudava de opinião na frente do Denoc [referindo-se ao DNOCS], para não enfraquecer a luta”.

Em que pese essa aceção do “bem viver” em defesa do território e em contraposição ao suposto “viver melhor” proferido na narrativa dos empreendimentos vinculados ao capital transnacional, prevaleceu o estado de separação nas ações institucionais próprias de um Estado regulador de um modelo de desenvolvimento baseado na expropriação permanente dos territórios, muito embora as dinâmicas de resistência da comunidade da Lapa permanecessem.

Considerações finais

A barragem Figueiredo atingiu o seu objetivo de controle de enchentes do baixo Jaguaribe, mas não alcançou os objetivos de usos múltiplos da água, já que o açude nunca atingiu a capacidade para tais fins. O uso é limitado a fornecer água para municípios vizinhos, ainda de forma insuficiente. Para os agricultores da comunidade Lapa foi concedida autorização para a plantação na vazante. Entretanto, o direito ao uso livre das águas do açude é cerceado e controlado pelo DNOCS.

A Autarquia Federal muito se empenhou para a construção do empreendimento, que até o presente momento não alavancou o desenvolvimento proposto para a região. Ao contrário, a execução do grande projeto hídrico violou direitos humanos, culminou com a expulsão, a retirada dos povos do campo de seus territórios e usurpou as terras da Lapa, evidenciando o processo de desterritorialização das comunidades atingidas em busca de beneficiar os interesses capitalistas.

O processo de desterritorialização da Lapa, enfrentado pelos agricultores, mobilizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), motivou novas formas de organizações e resistências do grupo, que passou a levar em consideração “o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades [...], o desenvolvimento de uma sociabilidade política [e] a construção de um projeto de transformação” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 69-72).

No caso empírico observado, os agricultores perceberam que não bastava ser “lapista”, da mesma família, era preciso mostrar a força mobilizadora da

identidade coletiva dos “atingidos” pela barragem Figueiredo e se mobilizar em torno da classificação de “comunidade tradicional” para barganhar com o Estado e conquistar um poder de negociação diferenciado, demonstrando a habilidade de criar e influenciar a definição de um problema político.

Essas identidades – que pulsam, que não são ossificadas ou cristalizadas – também refletem o sentimento de comunidade do grupo, que concebe a terra como território, com tomada de decisões em conjunto e trabalhos coletivos, mas também com embates e conflitos internos, longe de ser um lugar apenas de consensos, mas que possui integrantes com diferentes percepções e perspectivas de realidade, como é comum a diversos movimentos sociais.

A visibilidade da comunidade foi alcançada em virtude das formas de resistências dos agricultores, caracterizadas pelo fortalecimento da organização coletiva, as mobilizações sociais, as ocupações das terras públicas e o acionamento de identidades coletivas. Para eles, as articulações com instituições da sociedade civil organizada e com o MAB foram preponderantes para que pudessem agir e serem percebidos em diferentes instâncias do Estado, dando visibilidade aos problemas e pautando-os em busca de resolução e transformação da realidade.

As lutas mostraram aos agricultores da Lapa o poder da organização comunitária e o descompasso entre as ações desenvolvidas pelo DNOCS para garantir o “viver melhor”, mais que isso, mostraram a necessidade de resistir cotidianamente para se alcançar o “bem viver”.

Referências

- ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016.
- ACOSTA, Alberto. Das teorias da dependência ao bem viver: reflexionando para sair da armadilha do “desenvolvimento”. In: MEDINA, Tahina Ojeda; VILLAMAR, María del Carmen Villarreal *Pensamento crítico latino-americano sobre desenvolvimento*. Buenos Aires: CLACSO; IUDC-UCM; Faperj, 2021.
- ACSELRAD, Henri. A “memória técnica” das grandes barragens: considerações sobre a aplicação da noção de memória a fatos técnicos. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 389-408, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/nec/a/6DQSbdYBKgz77Xzwm9mgvfs/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2021.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner de. Conceito de terras tradicionalmente ocupadas: palestra-seminário sobre questões indígenas. *Revista da AGU*, Brasília, v. 4, n. 8, p. 127-138, 2005. Disponível em: <https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/463>. Acesso em: 27 mar. 2022.
- ALMEIDA, Alfredo. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto*: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: UFAM, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo; ZHOURI, Andréa; IORIS, Antonio Augusto Rossoto; BRANDÃO, Carlos et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ARAÚJO, Christiane Evaristo de; SENA, Custódia Selma. A represa Castanhão e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). *O Público e o Privado*, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 37-56, 2006. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2367>. Acesso em: 20 set. 2021.
- BARAÚNA, Gláucia. *Atingidos por barragens*: conflitos socioambientais no Rio Madeira. 2014. 366 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4050>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- BARBOSA, Lia. Paradigma epistêmico do campo e a construção do conhecimento na perspectiva dos movimentos indígenas e camponeses na América Latina. In: SANTOS, Arlete; COELHO, Lívia; OLIVEIRA, Júlia (Orgs.). *Educação e movimentos sociais*: análises e desafios. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.
- BARBOSA, Lia. Povos do campo, memória e patrimônio biocultural na defesa dos territórios da América Latina. In: OLIVEIRA, Gerciane; VIEIRA, Kyara (Orgs.). *Patrimônio, povos do campo e memórias*: diálogos com a cultura, a arte e a educação. Mossoró: EdUFERSA, 2020.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/fGbD5TshWKbCXScWRZt9hGH/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BENINCÁ, Dirceu. *Energia & Cidadania*: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Barragem Figueiredo será concluída em 2012*. 9 out. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/barragem-figueiredo-sera-concluida-em-2012>. Acesso em: 6 jun. 2021.
- BURITI, Catarina; BARBOSA, Humberto. *Um século de secas*: por que as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro? São Paulo: Chiado, 2018.
- CARDOSO, Nancy. O conflito de cada dia nos dai hoje. In: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia; SANTOS, Paulo. *Conflitos no campo*: Brasil 2019. Goiânia: CPT Nacional, 2020.
- CARVALHO, Franklin Plessmann. Fundos de pasto territorialidade e uso comum. *Ruris*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 47-73, 2016.

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- COMPOSTO, Cláudia; NAVARRO, Mina. Claves de lectura para comprender el despojo y las luchas por los bienes comunes naturales en América Latina. In: COMPOSTO, Cláudia; NAVARRO, Mina (Orgs.). *Territorios en disputa. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatórias para América Latina*. México, D.F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014.
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Edital nº 002/2007*. Torna público que o DNOCS irá realizar a execução de desapropriação de terras e benfeitorias e coberturas vegetais, inserido sem área rural, abrangidos pela construção do açude público Figueiredo. Fortaleza: DNOCS, 2007.
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Convênio nº 00001/2009*. Convênio firmado com o IDACE para o desenvolvimento de ações de regularização fundiária e reassentamento na bacia hidráulica da barragem do Figueiredo. Fortaleza: DNOCS, 2009.
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Aproveitamento do açude Figueiredo*. Fortaleza: DNOCS, 2011.
- DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Revisitando interpretações sobre o campesinato: constrangimentos e perspectivas de autonomia. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 9-26, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/117461>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- COBA – Consultores de Engenharia e Ambiente; VBA – VBA Consultores. Relatório de impacto ambiental da Barragem Figueiredo. 2003. Disponível em: <http://www.ged.srh.ce.gov.br/AlchemyWeb/ViewItemPage.aspx?Parms=ViewItemControl2900>. Acesso em: 17 nov. 2010.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Belo Monte e a questão indígena: reflexões críticas sobre um caso emblemático de “desenvolvimentismo” à brasileira. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). *Belo Monte e a questão indígena*. Brasília: ABA, 2014. p. 9-13.
- FERREIRA, Aurélio. *Mini Aurélio. O dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2008.
- FOSCHIERA, Atamis Antonio. Conhecendo a trajetória de organização dos atingidos por barragens. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 113-128, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16227/>. Acesso em: 16 jan. 2021.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo de. Sociogêneses de comunidades tradicionais comunhão política e territorialização. *Ruris*, Campinas, v. 10, n. 2, 2016.
- HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. *Journal of Latin American Geography*, v. 19, n. 1, p. 141-151, 2020.
- LIMA, Roberto. Três nós da memória: narrativas ribeirinhas no Vale do São Francisco (Brasil). *Etnográfica*, Lisboa, v. 8, n. 2, p. 185-219, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2922>. Acesso em: 26 jun. 2021.

- LIMA, Roberto. Mundar o sertão: ou quando o Jaguaribe virou açude no Ceará. *Avá, Missiones*, v. 13, 2008. Disponível em: https://rid.unam.edu.ar/bitstream/handle/20.500.12219/1622/Lima_2008_Mundar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 ago. 2021.
- LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- MONTE, Francisca Silvania de Sousa. Os paradigmas da modernização do estado do Ceará e o processo de construção da barragem do Castanhão. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-104, 2008. Disponível em: <https://rbeur.emnuvens.com.br/rbeur/article/view/193>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- OLIVEIRA, Marize Luciano Vital Monteiro de. Águas do Ceará: política pública de territorialidades conflituosas. 2010. 218 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2010. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/8291>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- REGIS, João. *Relatório primeira visita à comunidade Lapa – Potiretama, estado do Ceará*. 3 nov. 2010. Limoeiro do Norte, 2010.
- SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens-direitos humanos e cidadania. *Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 113-140, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12698>. Acesso em: 26 jan. 2021.
- SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 18-28, 1992. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_02.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.
- SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2018.
- VAINER, Carlos Bernardo. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 11., Belo Horizonte, 1998. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1998. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/866/832>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- VAINER, Carlos Bernardo. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GQThH3pHRWGLf3WXj9DrKrt/?lang=pt>. Acesso em 26: jun. 2021.

- VAINER, Carlos Bernardo. *O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003. p. 12-13.
- VAINER, Carlos Bernardo. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, Henri; PÁDUA, José Augusto; HERCULANO, Selene (Orgs.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- VALLE, Carlos Guilherme O. Compreendendo a dança do Torém: visões de folclore, ritual e tradução entre os Tremembé do Ceará. *Anthropológicas*, Recife, v. 16, n. 2, p. 187-228, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23637>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- ZAVALETA, René. *La autodeterminación de las masas*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. *Conflitos ambientais*. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: GESTA/UFMG, 2010.

Como citar

CUNHA, Roberta de Castro; BARBOSA, Lia Pinheiro. Resistências cotidianas em defesa do “bem viver”: o caso da comunidade Lapa, no sertão cearense. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230112, 24 maio 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st04.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.


Seção Temática

Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais

O comum e o público no avanço de fronteiras territoriais: controvérsias entre territorialidade quilombola e estruturas logísticas no Maranhão

Common and public in the advance of territorial frontiers: controversies between quilombola territoriality and logistics structures in Maranhão

 Cíndia Brustolin¹ •  Dayanne da Silva Santos²

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st05

Resumo: Na análise do processo de expansão de fronteiras territoriais a partir da instalação de estruturas logísticas de escoamento de *commodities* sobre o território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru Mirim (MA), buscamos colocar em equivalência as noções de “público” e “comum”, transitando entre espaços discursivos que institucionalizam verdades e lugares de afirmação de princípios gestados em práticas locais. Atentamos para as possibilidades enunciativas inseridas em disputas ontológicas, numa dinâmica que pretendeu contribuir para reverter a cisão hierárquica das discussões, dos espaços de enunciação e problematizar o exercício da violência.

Palavras-chave: territorialidade; estruturas logísticas; quilombolas.

Abstract: This analysis of territorial border expansion resulting from the installation of logistics structures to ship commodities in the Santa Rosa dos Pretos *quilombo* community highlights notions of public and common, moving between discursive spaces that institutionalize truths and places for affirming principles generated from local practices. We pay attention to enunciative possibilities within ontological disputes in an effort that

¹ Professora Associada do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA). E-mail: cindiabrustolin@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA). Mulher negra, poetisa e de terreiro. E-mail: lavignedayanne@gmail.com.

may help reverse hierarchical divisions in these discussions, in these spaces for discourse, while also critically analyzing the use of violence.

Keywords: territoriality; logistics structures; quilombolas.

Introdução

“Você sabe o que é uma estrada? Nós estamos preparados para isso?” pergunta Seu Libânio à jovem quilombola que recentemente havia falado sobre a falta de boas estradas em seu quilombo durante o Seminário Narrativas Quilombolas, em 2018,³ realizado no território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, em Itapecuru Mirim, no Maranhão. A pergunta do ancião sabiamente diz respeito às armadilhas dos discursos que vinculam a construção de projetos desenvolvimentistas ao benefício da população. Não podemos nos enganar, as rodovias federais no Brasil, como demonstra a experiência vivenciada por Seu Libânio, por anos no quilombo Santa Rosa dos Pretos, e outras vozes e trabalhos realizados, estão quase sempre relacionadas ao desapossamento, à entrada de doenças, à supressão de territórios de povos e comunidades tradicionais, à expansão de fronteiras territoriais de exploração. Não se trata de caminhos ou de melhorias nos processos de circulação desses grupos, da chegada de riquezas por caminhões ou locomotivas para o bem viver das comunidades, longe disso, compõem estratégias de circulação de bens, de apropriação e controle de espaços e da tentativa de conferir outra destinação às terras em que vivem. As estradas são uma boa imagem para conceituar o atrito nas fronteiras que compõem localmente o global, nos diz Tsing (2005), pois ao criar caminhos que facilitam fluxos e deslocamentos “podem limitar aonde vamos” (TSING, 2005, p. 6).

A instalação de infraestruturas logísticas para o escoamento de produtos para o mercado exterior, como o ferro extraído das minas de Carajás, no Pará, e transportado por ferrovias até a zona portuária de São Luís, no Maranhão, e, mais recentemente, a expansão das lavouras de soja para o Norte e Nordeste brasileiros e a necessidade de rotas de escoamento mais ao Norte, ainda são apresentadas como importantes estradas ou corredores para o desenvolvimento regional. Aparecem em discursos, sentenças judiciais e outros documentos associadas ao bem público e ao patrimônio público. Uma

³ Seu Libânio proferiu essa fala durante o 1º Encontro de Narrativas Quilombolas no Maranhão. Para visualizar a proposta do encontro, ver: <https://doity.com.br/1-enaquima>. Acesso em: 20 fev. 2022.

abstração que assume uma super-representatividade do que é melhor para a vida da população (esse público), afirmada em parâmetros jurídicos institucionalizados que definem o que é “público” como oposição ao “privado”, numa ambivalência que, ao opor as duas classificações, as consagra como únicas possibilidades de formação argumentativa dentro de certos recintos modernos e tem silenciado outras perspectivas em jogo. Mas que fora desses lugares, no chão dos acontecimentos, convencem cada vez menos.

Antônio Bispo nos diz, a respeito da redação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT),⁴ da influência “do pensamento monista verticalizado e desterritorializado dos povos colonizadores, quando o direito a esse território é tratado nos termos da sua condição de propriedade e não nos termos da relação comunitária e biointerativa dos quilombolas com os seus territórios” (BISPO, 2015, p. 92).⁵ Alerta para a necessidade de ampliação do entendimento das territorialidades quilombolas, que ultrapassam representações cristalizadas em torno da propriedade privada da terra e da natureza como recurso. E situa essa percepção cristalizada que reduz as compreensões na influência do pensamento monista e na sua expansão a partir da colonização. O pensamento monista eurocristão ao afirmar a existência de um único Deus inatingível, que não pode ser visto materialmente, apegam-se “a monismos objetivos e abstratos” que estão no cerne da estruturação de relações verticalizadas (BISPO, 2015, p. 39).⁶ A partir dos processos de colonização, esse pensamento opera na organização hierárquica da vida, nas relações de exploração da terra e da água, nos esportes, nas festas. Bispo (2015), na contraposição do pensamento monista, traz exemplos e experiências, como a das pescarias, que vivenciou ainda menino no povoado Piquizeiro, no Piauí. Nas atividades de pesca, os peixes não eram

⁴ O Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre os direitos territoriais das comunidades quilombolas. Na Carta Constitucional, consta o seguinte texto: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Constituição da República Federativa do Brasil Federal, 1988).

⁵ Bispo percebe a “influência do pensamento de elaboração circular dos povos contra colonizadores, quando a regulamentação do Artigo 68 do ADCT, em diálogo com outros artigos constitucionais, garante a inalienabilidade e a impenhorabilidade dos territórios quilombolas, exatamente porque essa é a única garantia da produção e da reprodução, material e imaterial, dos modos de vida ali existentes” (2015, p. 92).

⁶ Bispo (2015) trabalha exemplos da influência dos pensamentos monistas e politeístas. Contrapondo o jogo de futebol, mais próximo a uma lógica monista, e a capoeira, evidencia a lógica excludente do jogo de futebol, que parte de regras estáticas e predefinidas, colocadas hierarquicamente, em que algumas pessoas jogam, enquanto muitas assistem. Nessa situação, dificilmente alguém que esteja assistindo entrará no jogo. Na capoeira, diferentemente, muitas pessoas jogam e poucas assistem. Mesmo as que assistem poderão ser convidadas a jogar, independente de um domínio de regras e movimentos, a partir de uma lógica inclusiva que perpassa a Capoeira.

guardados e comercializados, eram partilhados entre os participantes e com outras famílias da localidade e, em sua grande maioria, permaneciam nadando nos rios. Assim como o cofo utilizado na pescaria retornava a terra, numa relação circular e orgânica de interação, de biointeração, influenciada pelos pensamentos de povos pagãos politeístas, em que entidades sagradas estão territorializadas no cotidiano e nos elementos da natureza.

A territorialidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, apesar do sofrimento instalado juntamente com as transformações causadas pelas políticas desenvolvimentistas, ainda abrange uma dominialidade complexa, com relações em biointeração, que conjuga áreas das famílias, como as casas e as árvores, linhas de roça, terras de encantados, os igarapés, muitos lugares que podem ser pensados com a noção de “terras de uso comum”, que emerge das lutas e é discutida pela literatura em Ciências Sociais, guardadas especificidades, nomeações e usos próprios que recebem.⁷ Ainda nas décadas de 1980-90, formas de usos da terra e de relações com a natureza não individualizadas, que escapavam às noções de “imóvel rural” ou de “estabelecimento”, oficializadas pelo Estado brasileiro, passaram a tensionar a cena pública e chegaram a ser classificadas para o Cadastro de Glebas do Mirad como “ocupações especiais”.⁸ As situações classificadas como “ocupações especiais” contemplavam as chamadas terras de uso comum, que não correspondiam a “terras coletivas”, no sentido de intervenções deliberadas de aparatos de poder, e tampouco correspondiam a “terras comunais”, no sentido aproximado da feudalidade. Correspondiam a “um repertório de nomeações”, como as terras de preto, as terras de herança, as terras de santo e outras, vinculadas a diferentes situações territoriais, a formas específicas de apropriação de utilização dos solos, da água, das florestas, que combinam uso particular e uso comum, a partir de normas específicas “perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios político-organizativos e econômicos, consoante práticas e representações próprias” (ALMEIDA, 2011, p. 50).

As memórias de constituição da territorialidade de Santa Rosa dos Pretos remetem a um quinhão de terras recebido de herança de um grande

⁷ Ver estudos: SÁ (2007); MORAES (2009); CASTRO (2009); SABOURIN; CARON (2009), ALMEIDA (2010, 2011).

⁸ Projeto que não se consolidou posteriormente devido aos desdobramentos políticos no Mirad (ALMEIDA, 2011).

proprietário da região, o barão Joaquim Nunes Belfort, no final do século XIX.⁹ Estas terras em posse comum das famílias negras começaram ser desmembradas na década de 1950, com a chegada de estradas e o início da instalação das fazendas, promovidas por programas e políticas desenvolvimentistas. Lideranças históricas da luta quilombola no Maranhão e da comunidade, como Seu Libânio Pires, falam desse momento como de quebra de um grande território negro, “aonde os negros se governavam” e da constituição de um cenário acirrado de lutas que continua até hoje. O território de Santa Rosa dos Pretos está em processo de regularização fundiária no Incra desde 2005. O último ato processual foi a expedição do decreto de desapropriação das terras particulares sobrepostas ao perímetro delimitado pelo Estado em 2015.¹⁰

As vivências das famílias negras de Santa Rosa dos Pretos na instalação de empreendimentos e os processos de resistência engendrados nas lutas contra a usurpação das terras nos permitem relacionar a territorialidade quilombola e as estruturas logísticas de escoamento de *commodities* que atravessam o território, trazendo traços de uma importante controvérsia em que estão em jogo mundos que se confrontam num contexto de expansão de fronteiras territoriais e existenciais. Enquanto os processos de ampliação da estrada de ferro Carajás e de duplicação da rodovia federal BR-135 são defendidos a partir da classificação das obras como “bens públicos”, sendo extensivos à proteção da população, as possibilidades enunciativas dos quilombolas permanecem reduzidas diante destes “princípios maiores”. As estradas são apresentadas nos recintos modernos com a força de um projeto consensual ancorado no avanço do extrativismo predatório e das políticas desenvolvimentistas que ultrapassa muitas vezes, inclusive, disputas políticas entre direita e esquerda, como discute Svampa (2012). Analisando a expansão da estrutura logística para o Norte e Nordeste brasileiros, que acompanha a expansão da soja, Aguiar (2021) destaca a existência também de um consenso de infraestrutura que coloca a ampliação das rotas de escoamento como caminho de mão única, silencia perspectivas e questionamentos, a partir da tentativa de fechamento das discussões.

⁹ Hoje a noção de “herança” é discutida por lideranças quilombolas na região, que falam de pagamento e de dívida. Sobre memórias de constituição de Santa Rosa dos Pretos, ver: LUCCHESI (2008); SANTOS (2019); SILVA (2019).

¹⁰ O Decreto de 22 de junho de 2015, da Presidência da República, “declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, localização no município de Itapecuru Mirim, estado do Maranhão”. Disponível em: www.planalto.gov.br.

A colocação em equivalência das noções de “público” e das vivências e resistências relacionadas às “terras de uso comum” pretende trazer elementos para o trânsito entre espaços discursivos que institucionalizam verdades e princípios gestados em práticas locais que constroem possibilidades enunciativas fora dos recintos, numa dinâmica que pretende contribuir para reverter a cisão hierárquica das discussões, dos espaços de enunciação e do exercício da violência. Nesse sentido, buscamos contribuir para pensar as lutas por direitos como lutas ontológicas, como propõe Escobar (2015, p. 99), que se expressam fora dos recintos e colocam em jogo a possibilidade de interromper “o projeto globalizador neoliberal de construir Um Mundo”, numa fronteira que busca homogeneizar espaços e pensamentos (ESCOBAR, 2015, p. 99). Ainda, como destacam Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016), considerando que as fronteiras no processo de expansão de um sistema-mundo capitalista constituem-se em “*loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos, ou seja, que permitem dar atenção à conexão importante entre lugar e pensamento” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 19).

Os trabalhos de campo foram realizados a partir de conversas, discussões, leituras e engajamentos, que envolvem a comunidade de Santa Rosa dos Pretos e os conflitos relacionados à expansão de empreendimentos sobre territórios tradicionais na região que abrange o município de Itapecuru Mirim, desde 2017, na busca de uma prática de participação observante.¹¹ Realizamos diversas conversas e entrevistas, principalmente entre 2017 e 2019, quando do acirramento dos conflitos envolvendo a duplicação da BR-135. Durante os anos de 2017 e 2018, fomos para o território cerca de quinze vezes, em estadias curtas, de dois e três dias para acompanhar reuniões, realizar entrevistas, conversas, participar de festas e festejos e fazer andanças. Nos anos de 2019 e 2021, no âmbito dos trabalhos de mestrado e doutorado de uma das autoras, os campos foram mais extensos, com estadias de quatro e cinco meses. Caminhamos pelo território visitando satubas, igarapés, áreas de roças, famílias que sofreram

¹¹ Nos aproximamos da discussão proposta por Albert de uma prática de participação observante, que envolve o ativismo em relação aos conflitos, como condição importante dos trabalhos, e as possibilidades de problematização e reflexão, num cenário de envolvimento de longo prazo num “espaço social total de redes e discursos emaranhados, que integra o campo local de relações interétnicas à esfera global das relações entre sociedades” (ALBERT, 2014, p. 136). Integramos como pesquisadoras o Grupo de Estudos, Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma-UFMA), que tem desenvolvido trabalhos de pesquisa e extensão com os povos e as comunidades tradicionais no Maranhão, e acompanhado ativamente as lutas empreendidas.

perdas de parentes na EFC e na BR-135. Realizamos dez entrevistas entre os anos de 2017 e 2019 com lideranças políticas da comunidade (que possuem uma larga trajetória de envolvimento com movimentos, sindicatos e organizações pastorais), a mãe de santo da Tenda Nossa Senhora dos Navegantes, agricultores, mulheres engajadas na organização local, na organização dos festejos, na Mina e no projeto da Barragem.

Os conflitos envolvendo a duplicação da BR-135 eclodiram fortemente em 2017 com a chegada de técnicos do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) e trabalhadores de empresas terceirizadas à localidade com máquinas para iniciar os trabalhos, no que os técnicos chamam de “área de domínio” do Dnit. Nesse momento, multiplicaram-se encontros e reuniões nos territórios quilombolas dos municípios de Itapecuru Mirim, Miranda e Santa Rita e em órgãos públicos. Os municípios foram abrangidos pelo Corredor Carajás e são atravessados por diversas estruturas (linhões de energia, rodovias, estradas de ferro) em contínua expansão (com duplicações recentemente concretizadas ou em processo de realização). Acompanhamos nesse momento reuniões locais, com comunidades e movimentos sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru Mirim (UNICQUITA). Participamos de duas reuniões e três Audiências Públicas chamadas pela Defensoria Pública de União, que mediu ativamente os conflitos nos anos 2018, 2019 e 2020. Uma audiência pública foi realizada em São Luís, na sede da Defensoria Pública da União (DPU), e duas nas comunidades, uma em Santa Rosa dos Pretos e outra em Outeiro dos Nogueiras. Estivemos ainda em uma Audiência Pública convocada pelo Ministério Público Federal em São Luís, em 2018, e em uma reunião virtual no ano de 2020. Desses trânsitos pela comunidade, pelas instituições, em reuniões e em caminhadas, trazemos parte das controvérsias que seguimos.

O público no recinto da Justiça

Durante os anos de 2017 e 2018, lideranças do quilombo Santa Rosa dos Pretos, juntamente com lideranças dos quilombos Santa Maria dos Pinheiros (ambos situados no município de Itapecuru Mirim), Joaquim Maria (no município de Miranda) e representantes de quilombolas de comunidades do município de Santa Rita denunciaram irregularidades no processo de duplicação da BR-135, que liga a capital maranhense a Teresina, e passaram a reivindicar o cumprimento dos trâmites de proteção aos seus direitos

territoriais. O projeto de duplicação atinge mais de oitenta territórios quilombolas em municípios maranhenses. Em sua maioria, as comunidades possuem processos de regularização fundiária, no Incra ou no Instituto de Terras do Maranhão (Iterma). O processo de Santa Rosa Pretos chegou ao decreto de desapropriação dos imóveis incidentes no território, mas permanece paralisado desde então.

Nas reuniões públicas realizadas na sede do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU), em São Luís, e na Comunidade Quilombola de Outero dos Nogueiras, em Itapecuru Mirim, bem como em documentos protocolados nos órgãos públicos, lideranças comunitárias, representantes das associações e aliados questionavam o início das obras sem a realização da Consulta Prévia, Livre e Informada, direito garantido pela Convenção 169 da OIT;¹² a precariedade dos estudos elaborados no âmbito do licenciamento ambiental, em especial, o Componente Quilombola (com fotos que não correspondem aos quilombos da região, outras retiradas de sites da internet), portanto, a necessidade de novos estudos ambientais; a não realização de audiências públicas; a exigência, por parte do Dnit, de considerar atingidas apenas as comunidades quilombolas que estão no raio de 10 km do empreendimento, desconsiderando os 40 km, conforme regulamentado pela Portaria Interministerial n° 60, de 24 de março de 2015, para a Amazônia Legal. Muitas denúncias afirmavam ainda o tratamento desrespeitoso que os quilombolas recebiam, com máquinas chegando no território sem os avisar, com a exigência de assinatura de documentos, a abertura de buracos em frente às casas, o entupimento de igarapés, a retirada de vegetação.

A mobilização realizada em torno das irregularidades do processo de duplicação da BR-135 conseguiu suspender a licença ambiental da obra em 2019. Ocorreu um período de espera e esperança de que as relações poderiam ser retomadas dentro de parâmetros reivindicados pelos grupos: escuta das comunidades, novos estudos, possibilidade de quebra das relações hierarquizadas que configuram a chegada de empreendimentos. No entanto, no início de 2020, quando parecia que os processos de duplicação

¹² A Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, número 169, da Organização Internacional do Trabalho, é um tratado internacional aprovado em 1989 em Genebra e dispõe sobre “os direitos de povos indígenas e tribais dos Estados-membros em que vivem e as responsabilidades dos governos de proteger esses direitos”. O Brasil ratificou a Convenção 169 da OIT, por meio do Decreto Legislativo n° 143 de 2002, que entrou em vigência em julho de 2003, passando a normativa internacional a compor o ordenamento jurídico nacional, devendo o estado brasileiro assegurar seu cumprimento. Disponível em: www.ilo.org. Acesso em: 29 mar. 2022.

permaneceriam parados para as lideranças envolvidas, diante do contexto da chegada ao Brasil da pandemia do coronavírus, os quilombolas foram informados da tramitação de uma ação judicial movida pelo MPF contra o Dnit e o estado do Maranhão e de tratativas de um Acordo no âmbito deste processo judicial. O Acordo tinha sido proposto pelo Dnit que apresentou como argumento o perigo da devolução de recursos públicos destinados à obra no estado do Maranhão, caso não fossem utilizados, para a União. A urgência dos gastos justificaria a pressa na continuidade da obra, que não permitiria esperar o “tempo” da pandemia para retomar discussões em curso e mesmo concluir os trabalhos necessários do licenciamento ambiental, como refazer o estudo do Componente Quilombola, realizar audiências públicas e respeitar a Consulta Prévia. No curso da Ação Judicial, representações de associações quilombolas, que participaram das reuniões de 2017 e que vinham pleiteando direitos negados no processo de licenciamento pelo Dnit, e a DPU se posicionaram contra o Acordo e o reinício das obras. Alegaram principalmente as dificuldades e os perigos da retomada dos trabalhos no contexto de pandemia, com a circulação de trabalhadores perto das moradias e a necessidade de cumprir ritos que estavam sendo desrespeitados no âmbito administrativo, como as consultas, as audiências e os estudos.

No entanto, a Decisão Interlocutória proferida em 8 de junho de 2020, no âmbito do processo judicial, autorizou o reinício das obras da BR-135 no “subtrecho” de 18 km entre os municípios de Bacabeira e de Santa Rita. O perigo alegado pelo Dnit de perder recursos foi associado ao fato de que os trabalhos a serem executados na duplicação do trecho não desconsiderariam “a observância das regras e diretrizes das autoridades sanitárias, com o fim de garantir a segurança e saúde das pessoas impactadas”.¹³ Ou seja, seriam garantidos os recursos e a saúde dos moradores e trabalhadores não seria prejudicada. Superada a questão da pandemia com a afirmação de que as obras cumpririam protocolos, na controvérsia constituída no recinto jurídico, a decisão colocou em jogo a relação entre direitos das comunidades quilombolas (como direitos fundamentais) e o “interesse público” na tomada de posição quanto ao pleito.

A controvérsia concreta estabelecida a respeito da retomada da obra, no trecho específico de 18 km entre os municípios de Bacabeira e Santa Rita, revela nítida hipótese de colisão entre o direito fundamental à consulta livre, prévia e informada das

¹³ Trecho decisão, Justiça Federal, Processo: 1024159-16.2019.4.01.3700.

comunidades tradicionais potencialmente afetadas pelo empreendimento e o interesse público no efetivo prosseguimento da obra de infraestrutura, no trecho específico indicado pelo primeiro correú (Dnit), de 18 km, em cujo raio de 10 km para realização da consulta e elaboração do estudo do componente quilombola se encontram quatro comunidades tradicionais. (Santana [Rosário], Santa Rita do Vale, Nossa Senhora da Conceição [Recurso] e Ilha das Pedras)¹⁴

Nesse caso, se atribui o interesse público ao direito de ir e vir das pessoas em segurança e a possibilidade de perda de recurso público, devendo então ser garantida a execução da obra. Ainda, com a segurança de que os direitos dos quilombolas não seriam severamente prejudicados.

O interesse público relativo à retomada imediata da obra – de forma que não haja a perda de vultosos recursos públicos para sua realização – deve ser compreendido como um interesse público primário, assim entendido – NESTE CASO CONCRETO – AQUELE VOLTADO À REALIZAÇÃO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DO ESTADO, COMO A GARANTIA DE EXISTÊNCIA DE UMA RODOVIA COM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE INFRAESTRUTURA E, PORTANTO, SEGURANÇA PARA O TRÁFEGO DE VEÍCULOS E PESSOAS, a fim de possibilitar o adequado exercício do direito fundamental de ir e vir, com a redução dos notórios e evidentes riscos à incolumidade física [...] considerado um dos mais perigosos do estado – integra uma rodovia já existente há décadas, e que constitui o único acesso à ilha de Upaon Açú [...].¹⁵

O argumento acionado na decisão é de que mesmo com a realização da obra, os quilombolas não teriam seus direitos totalmente desrespeitados, configurando assim uma ideia de ponderação de interesses,¹⁶ em que não se esvaziam os direitos conflitantes.

No caso de que se cuida, a ponderação dos direitos, interesses e valores em conflito sugere o reconhecimento da possibilidade de prosseguimento da obra pública (duplicação de rodovia), no trecho específico indicado (18 km), de modo que se possa utilizar os recursos públicos a ela destinados e realizar o

¹⁴ Trecho decisão, Justiça Federal, Processo: 1024159-16.2019.4.01.3700.

¹⁵ Trecho decisão, Justiça Federal, Processo: 1024159-16.2019.4.01.3700.

¹⁶ A ponderação de interesses é um instrumento jurídico acionado na esfera judicial para dirimir conflitos que envolvam normas de direitos fundamentais e/ou normas constitucionais. Tem como objetivo central, nas situações de conflitos em que as posições distintas dos atores conflitantes têm amparo constitucional, buscar um encaminhamento para o litígio que garanta ao máximo a proteção dos direitos e princípios em jogo nas disputas (CRISTÓVAM, 2017).

interesse público primário que fundamenta a intervenção. Assim é porque o cenário de retomada da obra, nesse trecho específico, não representará uma interferência excessiva ou desproporcional ao direito das comunidades tradicionais à consulta livre, prévia e informada, eis que ainda será possível a promoção da integração e participação das comunidades através um processo de consulta em que elas sejam ouvidas, consideradas e respeitadas (objetivos inerentes à realização de uma consulta livre, prévia e informada, na perspectiva da função social do instituto), no contexto de elaboração/complementação do estudo a respeito do componente quilombola do empreendimento, com a finalidade de estabelecer medidas mitigatórias e/ou compensatórias consideradas adequadas.

[...] Diante desse quadro é que se entende que a solução de retomada da obra nesse trecho específico não terá o condão de esvaziar o direito à consulta livre, prévia e informada das comunidades tradicionais, que deve ser interpretado à luz da realidade concreta, não se podendo ignorar, nesse sentido e até mesmo à vista dos limites objetivos da demanda (pedidos e causa de pedir), que a consulta (livre, prévia e informada) que se pretende realizar não objetiva deliberar sobre a realização do empreendimento em si – o que num plano abstrato estaria compreendido no caráter prévio da consulta a ser realizada –, mesmo porque se trata de duplicação de uma rodovia já existente [...].¹⁷

A perspectiva de “interesse público”, bem como o “interesse social”, aparece como portadora de interesses maiores do que a afirmação territorial dos grupos negros no âmbito jurídico, e é acionada na produção de legitimidade da passagem de empreendimentos, mesmo na pandemia, e sem cumprir ritos previstos, diante da situação de risco da perda de recursos financeiros para as obras.

Se na arena judicial constituída, a atribuição do caráter público das obras permite relativizar os direitos requeridos pelos quilombolas, de forma a legitimar a execução, em discursos políticos de representantes de órgãos de governo, a expansão logística é projetada sobre territórios tradicionais e quilombolas como caminho inquestionável de mão única, sem menção aos conflitos e como projetos promissores.

¹⁷ Trecho decisão, Justiça Federal, Processo: 1024159-16.2019.4.01.3700.

A expansão logística é inserida numa dinâmica de reorganização socioespacial legitimada em um discurso desenvolvimentista que aciona empregos, formação educacional e concentra energias na construção de corredores, que destacam o fluxo das mercadorias como “mais importante que o espaço como um todo do qual a região faz parte” (PORTO-GONÇALVES, 2018). Neste sentido, em evento promovido pela revista *Carta Capital*, em 2018, o governador do Maranhão em exercício, Carlos Brandão, fala do investimento do governo em Educação Básica e em educação profissional, em saúde e em segurança, como um “dever de casa” direcionado a dar suporte ao avanço de empreendimentos. O avanço nesses setores e a localização geográfica privilegiada da ilha são apresentados como possibilitadores da atração de investimentos na operação de logísticas de escoamento:

O nosso estado é um estado que tem uma localização geográfica diferenciada, nós temos um estado com uma extensão de 640 quilômetros de litoral, segundo maior litoral do Brasil, atividade pesqueira muito forte, de carcinicultura muito forte, região propícia para criação de camarão. Temos um complexo portuário, com Porto da Madeira, da Vale do Rio Doce, o Porto do Itaqui, que é um porto público, temos um Porto da Alumar, e está sendo construído um outro porto, com capital chinês, que é o Porto São Luís, que até 2020 deve estar pronto, tem estudo também de um quinto porto, Porto de Alcântara.

Região apropriada para a instalação de portos, que nos dá condição para que a gente possa exportar e importar [...] O estado mais próximo da Europa, dos EUA, dos grandes mercados consumidores, se a gente utilizar o Canal do Panamá, a gente está mais perto da Ásia, que é o grande centro consumidor do mundo.

[...] Temos chegando nesses portos, três ferrovias, que favorecem a entrada e saída de mercadorias, como disse anteriormente, temos uma grande malha rodoviária...[...] que permite essa trafegabilidade no nosso estado. Diante de todo esse quadro temos uma situação extremamente favorável para que os investidores possam investir aqui no nosso estado.

[...] Recentemente agora foi aprovado o acordo salvaguarda tecnológica de Alcântara, pela Câmara de Deputados, vai ser votado e com certeza será aprovado no Senado e teremos aqui uma grande base de lançamento de foguetes satélites para a gente aproveitar esse mercado aéreo especial gerando emprego, renda, oportunidade. Tivemos a oportunidade em companhia com o ministro Marcos Pontes, com vários deputados e

senadores, de visitar a base na Guiana Francesa, para conhecer os impactos socioeconômicos que aconteceram lá, para que eles pudessem votar no congresso nacional, lá observamos um grande avanço tecnológico, na geração de empregos, na tecnologia, é isso que estamos querendo para Alcântara. [...] Estamos com o estrangeiro... discutindo com os chineses a construção de uma siderúrgica... a gente se sente à vontade, porque a gente sabe que o Maranhão está pronto, está pronto porque tem um povo capacitado, com saúde, educação, segurança ... a gente precisava fazer primeiro o dever de casa.¹⁸

A projeção da região como um importante Corredor de escoamento de produtos – racionalizado, eficaz, em constante crescimento – e a relação com a geração de empregos, renda, investimentos são apresentadas como o melhor destino, como superação de situações de crise, como um projeto universal de planejamento e racionalidade melhor para todos. No plano político da apresentação do cenário favorável e das “vocações naturais”, as situações conflitivas nas comunidades desaparecem. No cenário da discussão dos caminhos logísticos e de infraestrutura, nenhuma liderança comunitária se faz presente. Os deslocamentos previstos e/ou já executados de povos e populações desaparecem da cena pública, os custos ambientais e sociais não são mencionados.

Em sua versão mais radical e explícita do desaparecimento/silenciamento, está a propaganda do senador Roberto Rocha, colada na parte traseira de um ônibus e em um *outdoor* na capital São Luís, em que estampou seu rosto, seu nome e seu posicionamento: “Exército na BR-135, primeiro a gente faz, depois a gente fala!”, marcando publicamente a legitimidade autoritária do patrão, daquele que manda no destino da região.

A autoridade sobre a execução de uma estrada que deve sair, sem conversa, se expressa também no espetáculo da visita. Em 29 de outubro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, visitaram as obras de duplicação da BR-135, juntamente com equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Em notícia publicada¹⁹ sobre a visita na seção infraestrutura do site Br.gov do governo federal, o ministro enfatiza a importância “para o desenvolvimento do estado” e para o acesso à Ferrovia Norte-Sul. “E temos que investir nessa região do

¹⁸ Transcrição de fala de Carlos Brandão, governador em exercício no Maranhão, 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=718675701984546&ref=watch_permalink. Acesso em: 20 ago. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2020/10/br-135-no-maranhao-passa-por-obras-de-duplicacao-e-restauracao>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Matopiba,²⁰ que é a região que mais vai crescer no Brasil. É a fronteira agrícola que temos”. O ministro menciona ainda a possibilidade de “federalização da MA-006 até Balsas.”

A importância econômica da estrada e sua relevância política é destacada também no site do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do governo federal, na referência ao projeto de duplicação e ampliação de rodovias, especificando a BR-135:

A prioridade do projeto se caracteriza em promover a logística da região entre as cidades de São Luís/MA e Teresina/PI, interligando a região considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, que apresenta crescimento expressivo na produção agrícola, principalmente de soja e milho, contribuindo para o desenvolvimento regional do Norte e Nordeste do país, do qual importantes rodovias federais fazem parte.

A produção agrícola da região denominada Matopiba compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras [...].

A melhoria da logística do transporte terrestre oferecerá facilidades de escoamento da produção agrícola, bem como o uso de outros modais e a viabilização da exportação da produção por meio dos complexos portuários de Itaqui (São Luís/MA), e também do Arco Norte, de Vila do Conde (Belém/PA), sendo um importante corredor logístico para o Centro-Oeste.

Um dos grandes diferenciais dos portos citados é a sua localização, próxima dos mercados da Europa, América do Norte e do Canal do Panamá, por onde é possível alcançar mais rapidamente os países da Ásia.

O empreendimento foi qualificado na 13ª reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 121, de 10/6/2020.”²¹

Inseridas nas agroestratégias que acompanham a expansão da soja, na busca de saídas de escoamento pelo Norte (o Arco Norte), as obras aparecem como potencializadoras do “desenvolvimento regional do Norte e do Nordeste”.

O caráter público do empreendimento acionado na Ação Judicial, que garantiu a retomada das obras da BR-135, já havia sido acionado anos antes do processo de duplicação da rodovia, na legitimação do processo de duplicação da

²⁰ O acrônimo Matopiba refere-se às siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Trata-se de uma região de Cerrado que engloba áreas dos estados mencionados e que foi constituída como uma importante área de expansão da fronteira agrícola.

²¹ Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/br-135-316-ma>. Acesso em: 7 nov. 2020.

estrada de ferro Carajás na Ação Civil Pública (ACP)²² movida, em 2011, pelo MPF contra a empresa Vale S.A e o Ibama, baseada em dois Inquéritos Cíveis (IC) instaurados pelo MPF.²³ A ACP foi movida em virtude da

insuficiência dos estudos apresentado pela mineradora ao Ibama, no processo de licenciamento ambiental do empreendimento Duplicação da Estrada de Ferro Carajás, de responsabilidade da primeira requerida, que omitiu os impactos ambientais e sociais causados às comunidades remanescentes de quilombos Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo, além de outras indicadas.²⁴

O MPF solicitou nesta ACP ao Judiciário à complementação do estudo ambiental, no que se refere aos impactos sociais causados às comunidades quilombolas, e medidas informativas, compensatórias e mitigatórias. A solicitação estava relacionada às denúncias de irregularidades no processo de duplicação da estrada de ferro Carajás por diversas organizações não governamentais (como a Justiça nos Trilhos e a Justiça Global), pastorais (CPT e o CIMI) e associações quilombolas. O licenciamento da obra de duplicação foi realizado de forma fragmentada, por trechos, de modo a não caracterizar um grande empreendimento. Assim, de início não foi necessário que a empresa mineradora fizesse o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) nem audiências públicas, conseguindo as licenças ambientais a partir de um procedimento simplificado.²⁵

Após as denúncias e mobilização das associações, organizações e entidades, em 2012, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) passou a considerar a necessidade de tratar o empreendimento como um todo, não mais operando na lógica de vários empreendimentos independentes. A mineradora, diante da pressão exercida, reorganizou o projeto apresentado. As organizações exigiram a elaboração de EIA-Rima através de um processo de licenciamento regular e não simplificado, a divulgação do estudo e das medidas mitigadoras e compensatórias, a realização

²² ACP 0021337- 52.2011.4.01.3700.

²³ IC 1.19.000.001691/2007-16 e IC 1.19.000.001476/2010-1.

²⁴ ACP 0021337- 52.2011.4.01.3700.

²⁵ O EIA/Rima é exigido para empreendimentos de “significativa degradação do meio ambiente”, conforme redação dada pela Constituição Federal de 1988, art. 225, p. 1, IV. Por isso, a disputa na classificação em empreendimento de pequeno ou de grande porte acaba sendo definidora das exigências de documentos no processo de licenciamento ambiental. O EIA/Rima é disciplinado pela Lei n° 6.938/1981, pelo Decreto n° 99.274/1990, pela Resolução do Conama n° 1/1986, pela Constituição Federal de 1988 e por legislações específicas para cada empreendimento potencialmente poluidor.

de audiências públicas regulares e a consulta às comunidades tradicionais (FAUSTINO; FURTADO, 2013).

O juiz Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, da 8ª Vara Federal, em São Luís, responsável pelo julgamento da ACP movida pelo MPF, em 2012, determinou por liminar a suspensão da licença e a paralisação das obras. Contra essa decisão, a mineradora ingressou com dois pedidos de revisão: um Agravo de Instrumento no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Brasília, e um pedido de suspensão da liminar, também no TRF, alegando prejuízos de ordem pública, embasada na Lei nº 8.437/1992. O desembargador Carlos Moreira Alves aceitou a argumentação da empresa de que a EFC é uma concessão pública e, portanto, a paralisação poderia causar prejuízos à ordem pública (BRUSTOLIN; ANJOS; SANTOS, 2018).

Faustino e Furtado (2013) destacam que o posicionamento do desembargador foi o de que “a decisão que a paralisação das obras acarreta grave lesão à ordem pública, resultando no desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão”, à economia pública, considerando a inserção de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e ainda a perda de empregos (FAUTINO; FURTADO, 2013). No estudo publicado pela organização Terra de Direitos, Santos e Gomes (2015) chamam a atenção para o fato de que em conflitos que colocam em relação políticas desenvolvimentistas e a violação de direitos humanos o “Judiciário, sob a alegação da garantia do ‘interesse público’, cada vez mais tem chancelado interesses econômicos privados em detrimento dos direitos humanos” (SANTOS; GOMES, 2015, p. 5).

O interesse público acionado nos processos de duplicação da BR 135 e da EFC, apesar de uma série de denúncias de irregularidades, é constituído como um forte argumento no recinto jurídico diante dos pleitos quilombolas. Apresentados como ligados a uma comunidade maior, a defesa da vida da população, o desenvolvimento de uma coletividade, o direito de ir e vir permitem um ato de apropriação em nome do grupo em que “o sujeito coletivo é produzido pelo ato comum da instituição, em vez de precedê-lo” (DARDOT; LAVAL, 2017), fazendo o destino público ser decido por quem pode se sentar à mesa para traçar os planos.

O quilombo como possibilidade de pensar o incomum em comum

A classificação das obras de duplicação da rodovia federal e da estrada de

ferro como de interesse público, nas decisões judiciais proferidas no cenário de conflitos que envolvem a expansão de estruturas logísticas e o território quilombola de Santa Rosa dos Pretos, atua no trabalho de construção de um caráter universal de representação para os empreendimentos e para o projeto de expansão do Corredor. Amparada em princípios apresentados como maiores, como o progresso para o bem de todos ou pelo menos “da maioria”, a “segurança” da população, justificaria assim o sacrifício de alguns, como os quilombolas, a água, as florestas para um ideal particular de coletividade. Ao relatarem a supressão ou transformação de lugares de socialidade, de produção, de vida no território, que estão ou serão comprometidos com o avanço das obras, quilombolas de Santa Rosa colocam outras questões em jogo, que tensionam a finalidade pública dos empreendimentos. A partir de suas narrativas, as decisões judiciais se apresentam como incoerentes não apenas por permitirem que os empreendimentos corram sem os papéis e trâmites necessários (audiências públicas, consultas livres e informadas, planos ambientais adequados, mitigações), mas também porque excedem seu domínio,²⁶ centrado na “concepção e regulação da natureza como recursos” (DE LA CADENA, 2018, p. 112), colocando em jogo mundos, relações, pois as obras permitem “acabar com tudo”.

O discurso desenvolvimentista de segurança para a população e da chegada de benefícios com a extração e exportação de riquezas minerais, a duplicação das estradas, a geração de empregos não produz a eficácia simbólica das promessas do progresso para anciões e lideranças da comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, de outras comunidades atravessadas pelos empreendimentos na localidade e de quilombolas situados em outras regiões. Antônio Bispo (2015) faz uma forte crítica ao desenvolvimentismo e a instalação de grandes projetos (hidrelétricas, estradas) que afetam o território de povos e comunidades e são executados a partir de posturas autoritárias e processos expropriatórios. Em Santa Rosa, Seu Libânio diz que não sobem mais no “barco furado” em que os mais velhos e seus antepassados entraram no passado quando trabalharam na abertura do primeiro pico da futura BR-135 sobre suas terras. Paisagens compostas na constituição da fronteira com a expansão do Corredor Carajás que corta territórios

²⁶ Em 2009, na análise do confronto entre forças do estado e os AwajunWampi, De La Cadena (2018) conta que Santiago Manuín terminou o pronunciamento declarando sua inocência. Se, por um lado, caberia perguntar porque seria um crime defender o território ancestral dos AwajunWampi contra um Estado usurpador? Por outro, argumenta que desde o princípio do conflito havia um dissenso que “não encontraria resolução dentro da lei – mesmo em sua versão mais justa – pois excede seu domínio”.

quilombolas após anos de conflitos, negociações, “portas na cara” reorganizam as possibilidades de universalização das justificativas e dos empreendimentos. A face colonial e exploradora das estradas voltadas para a exportação do ferro e da soja para mercados internacionais é exposta a partir de múltiplas narrativas locais, da quebra de relações e da organização de novas alianças, uma vez que as “caravelas não param de chegar”.²⁷ As conexões globais não produzem necessariamente uma homogeneização, como discute Tsing (2005), mas se organizam a partir de ligações desiguais e desajeitadas produzidas no curso das práticas, da reprodução de modelos e das transformações que se operam no local. As transformações nas paisagens, com o avanço das infraestruturas industriais e imperiais, produzem também uma série de efeitos não projetados, em que ações de “ferocidade perigosa” dispararam (TSING, 2019, p. 14-15).

Nas reuniões em instituições públicas que acompanhamos e em conversas em suas casas a respeito das transformações que afetam o quilombo, Dona Ana, Seu Libânio e Mãe Severina falam de lugares, relações e valores importantes na constituição da vida no território que estão ameaçados pelas obras e pelo desrespeito com que são executadas. Nesses lugares, as relações são permeadas por valores e práticas que se chocam com a chegada de máquinas, o entupimento de igarapés, os cortes de árvores. Dona Ana, juntamente com Elias, se colocou na frente de uma máquina escavadeira que chegava pelas margens da rodovia para retirar árvores e abrir espaços para a duplicação. Muitos espaços compartilhados na colocação de roças, na extração do coco e das palhas do babaçu, como de pesca nos igarapés e nos campos naturais, que também são moradas de mães d’água, foram suprimidos durante as décadas de avanço de fronteiras territoriais dos projetos desenvolvimentistas iniciados na década de 1950, potencializados nos anos 1980-90 e retomados recentemente com ampliações e duplicações, como a implantação e posterior duplicação da EFC, o projeto de duplicação da rodovia BR-135, a extensão do conjunto de linhões de energia e a chegada de novos fazendeiros que compram terras dentro do território quilombola. Importantes roçados de Seu Libânio ficaram embaixo da Coeb e da Coebinha, o Igarapé Simaúma foi entupido pelas estradas de ferro, impedindo a circulação da água e dos peixes, as famílias começaram a vivenciar um território seco, a escassez de alimentos e o enfraquecimento das relações tecidas no quilombo.

²⁷ Referência ao documentário produzido no contexto de luta: 1. Caravela à vista – os invasores não param de chegar – YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9fqulnuFHZ4>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Outros espaços, partilhados na produção da vida comum, ainda estão presentes, mesmo que ameaçados ou diminuídos pelo avanço de cercas e das infraestruturas, pelo desmatamento e pela pressão para o encolhimento do território; outros, ainda são recriados e reinventados, compostos nas ruínas de projetos, de obras, de investimentos públicos e privados, a partir de uma resistência cotidiana, de uma potente insistência nas relações de vida comum que permite fazer frente aos processos de usurpação e nas relações com aliados. As conexões que se tecem no fazer conjunto, nas práticas cotidianas, nas relações entre moradores, natureza e encantados, nas alianças com ativistas e técnicos de organizações e instituições desafiam o sentido de público referido nos documentos, tensionando a reabertura em vários momentos da controvérsia que se pretendia encerrada nas decisões.

A Matinha: as forças do quilombo

As terras dos pretos são terras de muito mistério, diz Seu Benedito, ao falar sobre os lugares e as encantarias no território Santa Rosa dos Pretos numa conversa em frente à sua casa na Barreira Funda.²⁸ Não se caminha desavisado e não se entra sem permissão em muitas matas, igarapés e satubas. São muitos os registros de pessoas que desobedecem, desafiam ou não prestam atenção e adoecem, águas que se acabam e entidades que migram para outros lugares, enfraquecendo o quilombo. Tem lugares no território que ninguém entra, como diz Dona Dalva:

Aqui dentro da Santa Rosa tem um lugar que ninguém vai. Passa no caminho, passa beirando, mas lá não vai. Nem nós daqui! É pra cá, do outro lado da Rodagem. O que impede de a gente ir, é que quem vai lá fica ruim demais. Uma vez, mamãe foi pra lá tirar palha, mas acabou a palha no mato e ela não foi mais. Meu sobrinho, que era o neto dela que ela criava, quando ele veio de lá, ele corria ao redor da casa, doidinho (risos). A gente perdeu uma pessoa que foi pra lá também, um rapaz jovem. Ele caçava com um cachorro. (Entrevista com Dona Dalva, Santa Rosa dos Pretos, 11 de março de 2017)

Entre os mistérios das terras nas quais não se pode ir, ou daquelas em que é preciso pedir permissão, a área da Matinha assume grande importância na produção da força do quilombo e dos quilombolas. As terras da Matinha

²⁸ Um dos 20 quilombos que compõem o território de Santa Rosa dos Pretos.

situam-se numa mata preservada e cuidada pelas famílias do quilombo atrás da Tenda Nossa Senhora dos Navegantes, terreiro de Mina da comunidade, pertencem aos encantados Seu Cearense e Tereza Légua, e seu uso obedece aos preceitos de seus donos. É um lugar de banhos, de obrigações, de cuidados, lugar onde estão os pontos de luz. “É lugar de obrigação para mães d’águas no primeiro dia da festa de Seu Cearense. [...] Temos de ir por um caminho estreito de terra batida, em alguns momentos se faz necessário o uso da catana (facão), temos de caminhar um pedaço de chão, sempre com a permissão de mãe Severina” (SILVA; SANTOS, 2020, p. 123-124).

As terras da Matinha foram encontradas por Mãe Severina a pedido de Seu Cearense:

Quando eu cheguei aqui nessa casa, ele chegou e disse que eu tinha que ter essa casa, mas eu tinha que ter um lugar reservado a ele. Pra fazer os pontos dele lá. Pra fazer o primeiro trabalho dele lá. Aí eu disse “meu deus, onde é que eu vou achar?” Ele voltou e disse que era pra eu procurar, que eu encontrava. Realmente, eu achei. (Entrevista com Mãe Severina, Santa Rosa dos Pretos, 14 de junho de 2017)

É lugar de banho e de limpeza do corpo, ao mesmo tempo em que é lugar que se deve preservar e limpar. Conforme Dona Dalva, em Santos (2019, p. 139): “A Matinha é lugar sagrado, então não se pode entrar errado, de qualquer jeito pensando que você pode fazer o que quiser lá, é lugar onde a gente entra para tomar banho, se defumar, limpar nosso corpo antes de ir para a Tenda dançar” (anotações do caderno de campo de fevereiro de 2018) (SANTOS, 2019, p. 139). Cada passo dado dentro da Matinha, além de assegurar as obrigações com os encantados do Tambor de Mina, recria laços de cuidados extensos na defesa do território e do corpo que estão conectados na extensão de uma terra que é natureza e que é viva, com a qual se tem obrigações de respeito. Para a mestra e quilombola Dona Dalva, “a Matinha é um lugar sagrado, são pedaços da gente ou o corpo todo. Ela chama a gente pra cuidar dela e ela cuida da gente e de quem precisar”.

Uma das veias da Matinha era o Igarapé Sumaúma, pensado como um fluxo de vida, que corre pelo território quilombola, e que quando interrompido pelos projetos de morte, recria a escravidão, o cativo e as chibatadas. Sobre essas mazelas que chegam, tomam terras e destroem igarapés, alerta Dona Ana: “Estamos sendo atacados.” Em 1980, a ferrovia Carajás começou a aterrar o Simaúma, os quilombolas não tinham dimensão dos danos provenientes da

construção da estrada, quando se espantaram, o ancestral comum, o velho Igarapé, estava sendo asfixiado pelo progresso, as mães d'água se mudaram, as mulheres deixaram de pegar peixes nas barras das saias, nem em tempo de chuva ele enche mais. Mas não bastou esse golpe, a EFC foi duplicada, e o fio de água que insistia em correr, nem sempre aparece.

Quando Seu Libânio, ancião antigo de Santa Rosa, interroga a jovem quilombola, “Você sabe o que é uma estrada? Nós estamos preparados para isso?”, ele convida a desconfiar dessas promessas de melhoria que chegam com as grandes obras, os grandes empreendimentos que surgem com o nome de desenvolvimento econômico e são traduzidos como públicos nos grandes recintos, mas que sufocam importantes espaços de relações. Vai além, nos fala do que está se acabando e das insistências necessárias.

Matas, roças e igarapés: paisagens em transformação

Seu Libânio conta que quando atravessava as matas pelos caminhos antigos dentro do território voltava com a barriga cheia das frutas que apanhava. Seu Benedito fala de lugares que não se enxergava a luz do sol de tão fechado o mato. Que o peixe que circulava abundantemente no inverno, ficava parado nos igarapés quando as águas baixavam nos meses de verão, seguindo o calendário de cheias e vazantes que compõem o território e organizam a vida. E hoje “os rios não têm mais dado peixe. Os rios não têm mais nada, não tem mais absolutamente nada, não tem nada para onde o peixe se encosta e tira um cochilo” (Seu Libânio, entrevista 2019).

As matas e os igarapés são espaços comuns partilhados entre os quilombolas, encantados, animais e plantas: lugares de trânsito, de coleta, de roçados, de pesca, de contemplação, de obrigações, de respeito, de trocas. No entendimento de Seu Libânio, isto está ameaçado, em parte se acabou, pois as mazelas que chegaram com as estruturas que atravessaram o território entupiram igarapés, destruíram matas, envenenaram e cercaram terras. E como está tudo interligado: se se acaba o igarapé, se acaba a fruta e se acabam os bichos.

Eu saía daqui para pescar, era para andar dentro do mato. Quando chegava de tarde, vinha todo mundo com o bucho cheio. E hoje não tem nada disso não. Acabaram, acabaram! E a natureza, ela está gritando. E quem está gritando nessa natureza somos nós próprios. Acabou a água que se tinha, que

aqui hoje eles estão perfurando poço em cima de poço e nós não precisávamos disso. A água eram bem pertinho, a estrada acabou com isso. (...) Quando essa natureza se acaba, o que nós vamos fazer, vamos se acabar também. (Entrevista com Seu Libânio, 2019)

Esta situação dramática das águas vivenciada no quilombo tem sido enunciada ao ancião também em sonhos, numa preocupação compartilhada com as encantarias, em que ele primeiro visita os igarapés e as nascentes vivas e, em seguida, vivencia a angústia que sofrem, numa dimensão temporal e espacial paralela.

Estamos perdendo o maior foco do mundo, através desse desrespeito que está tendo. Isso não é um sonho só de uma vez não, de vez em quando eu continuo... a realidade ou a irregularidade que estamos tendo nas nascentes, nos igarapés... De vez enquanto eu sonho, tá com uns três dias, eu tornei a voltar a ter o mesmo sonho.... não melhorando, nem piorando, a situação continua. A natureza ela é viva, é uma sustentabilidade do ser natural... por isso, a gente dormindo tem uma passagem de olhar no sonho... o que é realidade que está acontecendo, não era antes.... Hoje a gente... você vê... as cabeceiras tudo interrompidas, os igarapés tudo acabado. Então, com isso, o sonho cai lá. Agora não sei se é um sonho de sonho ou é uma realidade viva. Alguém dizer sim... “tá se acabando tudo... se não tiver um jeito, a gente também vai embora”. (Entrevista com Seu Libânio, 2019)

Os igarapés e as cabeceiras, mais do que lugares físicos de onde se retira água, onde se pesca e se realiza diversas atividades, também são moradas dos bichos e dos peixes, moradas da mãe d’água, das famílias das águas e dos matos. Compõem a “sustentabilidade do ser natural”, a força necessária à vida. A agressão, o desrespeito, desequilibram as forças do mundo, do território e dos quilombolas organizadas numa paisagem de uma ecologia complexa. Esta dimensão de natureza apresentada pelos quilombolas está relacionada à força do Tambor de Mina e das relações tecidas entre pessoas e encantados em noites de obrigação e na lida diária com as coisas do quilombo e do mundo. Nesse sentido, toda fala na defesa do território tem uma vela (uma força) assentada no chão que não se circunscreve às possibilidades enunciativas das paredes e dos papéis. A fala é ancestral e encantada, pode curar ou preparar a língua como flecha para um estado de guerra antigo e colonial. Se o território é como um corpo e os igarapés ancestrais, a defesa da natureza é um ato político e

contracolonial. Nessa tessitura política, mãe d'água alerta que é com respeito que se deve entrar nos territórios quilombolas, nas matas, nas cabeceiras de águas que circulam e circundam o mundo preto, pois anuncia:

Eu sou mãe d'água preta lá do poço de beber
Eu sou mãe d'água preta lá do poço de beber
Lá eu vejo gente e gente não me ver
Lá eu vejo gente e gente não me ver

Importantes áreas de roça também foram suprimidas pelo avanço de fazendas e empreendimentos sobre o território quilombola, como os linhões de energia da Eletronorte e da Cemar, comprometendo a reprodução econômica, social e cultural da comunidade quilombola. As roças de toco, antigamente colocadas em terras férteis escolhidas pelos grupos familiares ou de afinidades dentro das áreas de uso comum, de acordo com avaliações do solo, da capoeira, do descanso da terra, que respeitava um tempo de pousio de dez anos, ficaram prejudicadas e os espaços de roças diminuídos. As famílias demarcam os lugares de trabalho na roça nas reservas de terras, hoje praticamente inexistentes, se “tira o eito” ou “corta o eito”. Na demarcação dos “limites de cada um dos eitos, planta-se quiabo ou carrapato (mamona), que formam uma espécie de cerca viva” (LUCCHESI, 2008).

As pessoas têm certas experiências naturais e aí conhecem o solo, onde o solo é propício para as sementes. Adentrava nas matas para rever como estaria ali os matos, se os matos já estavam recuperados. Onde as matas já estavam recuperadas como se deixava tempos, se conhecia, tem toda uma experiência, as relações do sentir. Eles conseguiam às vezes até fazer furinho na terra para ver a umidade da terra, todo um processo de experiência. Tinha as reservas, onde a gente vive era local mesmo de se morar, onde eles adentraram ... é aonde tinha a concentração das reservas para as roças e para tirar material para fazer as casas, que as casas eram de Taipas. Hoje nos estamos no meio, e em volta está tudo tomado... além dos seis quinhões, que ficamos quase num canto, tem a ferrovia Carajás acabando com tudo. (Depoimento, Dona Anacleto, 2021)

Dona Ana explica como o sistema de roças e de organização das terras encontram-se prejudicado com a tomada de seis quinhões, mas principalmente “acabados” pelo avanço das estradas e também pelo desmatamento das fazendas. Um dos fazendeiros colocou fogo em boa parte das terras de sua fazenda no ano de 2017, quando foi expedido o decreto de desapropriação das áreas particulares

dentro do território quilombola. O fogo se espalhou e pegou parte da plantação de abacaxi que os quilombolas tinham feito. As transformações na paisagem comprometeram severamente a possibilidade de colocar roças no sistema de pousio e as reservas que garantiam autonomia produtiva e de materiais para as casas. Lucchesi (2008) fala de uma “habilidade de combinação ecológica” dos agricultores no quilombo, que na produção misturada de “arroz, milho, mandioca, feijão, maxixe, melancia, abóbora, pepino, melão, quiabo, vinagreira, batata doce, gengibre, gergelim, fava e amendoim” maximiza a utilização de luz solar, da água e dos nutrientes. Produção realizada em dois períodos de roça: a rocinha, de no máximo quatro linhas, em que se roça no mês de maio e planta-se entre junho e setembro, e a roça de janeiro.

O encolhimento das terras de uso comum tem provocado a perda das reservas, dos projetos gestados para a reprodução camponesa no local, com a supressão das matas, a diminuição e o esgotamento dos solos, o entupimento de igarapés e a saída de jovens para trabalhos sazonais fora do município (na cana, nas construções). Assim, a formação de “Centros de Lavoura”, relacionada ao tempo de pousio e às distâncias percorridas nas movimentações intraterritórios, é cada vez mais impedida pela diminuição das terras disponíveis.

Um sinal dessa itinerância era a formação e dissolução de “Centros de Lavoura”. Como tempo de pousio era de cerca de 10 anos, era também maior a movimentação dentro do território em busca de boas áreas de plantio. Muitos desses centros conservaram apenas o nome na memória local, como o “Centro do Agostinho”, “Centro de Sieba”, “Centro de Nhô”. Outros, como é o caso do Centro de Águida, mantiveram-se ao longo do tempo. Segundo comentário de Seu Libânio Pires e Seu Paulão, muitas vezes eles passavam dois ou três anos “lá no centro, no interior, pra lá”, fazendo roça, criando galinha, cuidando da “criação” (porcos), plantando árvores frutíferas, “quando pensava que não largava aquelas casas pra lá e ia para outro setor do território estabelecer outro centro de lavoura” (Entrevista/dez. 2007). (LUCCHESI, 2008, p. 192)

Na luta contra as perdas, Seu Libânio conta que os conflitos dentro do território com conhecidos e familiares se intensificaram com a escassez de terras e as promessas que chegam àqueles que não acordaram. Situações consideradas muito difíceis. As obras e o avanço das cercas sobre as terras são acompanhadas de promessas e de convites que atacam justamente, no

diagnóstico de Dona Ana, as vaidades daqueles que não estiveram no chão das lutas na década de 1980, momento em que queriam tomar toda a terra à força. Está também se acabando o respeito mútuo por muito tempo cultivado. No seu entendimento, quando um dá um passo para a frente, todos devem andar também, sem que alguém tome a dianteira e os demais fiquem atrás, o que estava deixando de ser preceito forte. Nos dizia, portanto, que o ataque às terras de uso comum também precisa ser visto como ataque ao comum como filosofia política de vida, a qual a noção de “público” parece não corresponder. Nos parece se aproximar da discussão realizada por Dardot e Laval (2017) de “comum’ no sentido de princípio, e não no sentido de coisa, de substância ou de qualidade própria a uma coisa ou conjunto de coisas”. O seja de “um ‘começo sempre a começar’, isto é, um começo que rege e domina tudo o que vem depois”.

Composições e insistências

As transformações na paisagem em decorrência da construção de um Corredor logístico para exportações de commodities e a instalação das fazendas marcaram profundamente as experiências de vida no quilombo Santa Rosa dos Pretos, produzindo um local cada vez mais “seco”, sem o fluxo dos igarapés, desmatado e cercado de empreendimentos. Colocam em risco a força do quilombo, o que se acentua com a possibilidade das encantarias das águas e dos matos migrarem. No cenário difícil da fronteira em expansão, práticas e projetos ético-políticos de vida comum se reinscrevem como insistência a partir de uma série de ações, como a luta incessante dos quilombolas para ocupar as arenas públicas, denunciar e obter o retorno das terras usurpadas, como a pressão constante para o término do processo de regularização fundiária do território quilombola, executado pelo Incra. Cada passo do processo administrativo de regularização fundiária foi dado com a ação política conjunta dos quilombolas nas ocupações do prédio do Incra, em São Luís, na ocupação da estrada de ferro Carajás, e da BR-135, no ano de 2014. Sem contar as muitas denúncias e reuniões com o Ministério Público e a Defensoria Pública, com entidades de apoio e de defesa dos direitos humanos. Insistências num jogo de forças em que seus direitos são constantemente relativizados e as mazelas dos empreendimentos escondidas num discurso de benefício de uma população que deve ser protegida, mas que não os inclui.

Numa paisagem em rápida transformação, o quilombo reinventa sua força a partir de ações e alianças diversas, como as firmadas por meio de projetos de jovens e lideranças, executados autonomamente e/ou em conjunto com organizações não governamentais, apoiados por entidades públicas e religiosas, movimentos sociais e aliados e aliadas. O fortalecimento da terra e das relações com as encantarias, a recuperação dos satubas e o aprofundamento da compreensão da histórica luta do quilombo e da importância da ancestralidade dão forma às ações do Coletivo Agentes Agroflorestais Quilombolas. A organização foi criada em 2017 por jovens da comunidade, com o apoio de ativistas, e conseguiu financiamento de entidades de fomento para a realização de projetos coletivos.

Com essa chegada de companhias mineradoras e da redução de nossas áreas produtivas, o desmatamento, o assoreamento de rios e córregos e a falta d'água, é que decidimos criar o coletivo Agentes Agroflorestais Quilombolas, formado por jovens quilombolas.

São valores fundamentais de nosso coletivo:

- 1) a relação de respeito com a natureza;
- 2) o entendimento de que nós, mulheres e homens, somos parte dela; e
- 3) a autonomia individual e coletiva que advém da relação harmônica entre os humanos e outros seres vivos: se respeitamos estes seres e mantemos a harmonia nas relações, não faltará a eles vida e proteção, e não faltará a nós alimento e qualidade de vida. (Agentes Agroflorestais Quilombolas – AAQ)²⁹

Os jovens se reúnem para capinas, limpezas, plantios e discussões, fazendo a contraposição à devastação do lugar, à individualização dos projetos de vida e à migração como destino necessário da juventude para a construção de uma vida digna. As ações são compostas no sentido contrário do avanço das estruturas que acabam com matas, igarapés e na afirmação de valores ambientais e partir dos conhecimentos produzidos no quilombo, na escuta dos mais velhos e da ancestralidade e também na construção de novas alianças.

Dona Dalva entrou com força na reinvenção do projeto da Barragem. Reuniu famílias do quilombo na retomada de um projeto de construção de tanques para a criação de peixes que ficou inacabado dentro do território. As famílias passaram a fazer o manejo dos tanques num rodízio, em que se alternam em trabalhar, dormir e zelar na Barragem. A partir de contribuições das famílias engajadas, de pequenas

²⁹Coletivo de jovens agroflorestais do território quilombola Santa Rosa dos Pretos. Disponível em: <https://quilombolasagroflorestais.wordpress.com/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

doações de terceiros e do trabalho incessante compraram ração, adquiriram uma roçadeira para capinar, uma bomba, puxaram e eletricidade e ergueram uma casa de taipa. Recentemente fizeram canteiros com temperos e hortaliças ao redor dos tanques. A Barragem se diferencia em muito da pesca nos igarapés (onde o peixe era farto), os tanques foram cavados quando o projeto chegou, exigem o manejo do peixe que é introduzido e tem um tempo para a retirada, e grande parte da ração precisa ser comprada. No entanto, no projeto, a Barragem se inscreve a partir das forças e possibilidades locais. Nesse sentido, numa das visitas à Barragem, Dona Dalva explicava a sabedoria da natureza, quando numa lagoa que abrigava principalmente peixes criados, passaram a viver também as piabas. Ali continua ser lugar de muito mistério.

O problema da escassez da água fortemente relacionado à expansão logística exige novas investidas dos moradores para abastecer as casas. Não tem mais água pertinho, como diz Seu Libânio. Não apenas o peixe não chega mais ao território, mas conseguir água para a vida doméstica também se apresentou como desafio nas últimas décadas. A partir da construção de relações com organizações e pessoas de São Paulo e Minas Gerais, foi lançada em 2018 a campanha “Rega Santa Rosa” de “financiamento coletivo para a construção de 15 poços em nove comunidades quilombolas no território Santa Rosa dos Pretos”.³⁰ A campanha conseguiu arrecadar 131.170,00 reais por meio da plataforma Catarse.³¹ As pessoas que doassem receberiam “recompensas” como “ilustrações autorais de artistas parceiros desenvolvidas especialmente para o projeto, DVDs e adesivos, toalhas de ponto de cruz, bonecas típicas e cofos de palha produzidas por mulheres do quilombo, entre outras”.³² Os tanques ajudam, mas não são uma solução para os problemas, considera Seu Libânio. Acessam uma água que estava guardada, “e quando ela acabar”? A água, os peixes, a vida em Santa Rosa insistem, se reorganizam e tensionam num cenário de difícil reconstrução.

Considerações finais

A possibilidade da constituição de uma arena pública que instale discussões necessárias a respeito do avanço de empreendimentos

³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/regasantarosa/> . Acesso em: 20 fev. 2022.

³¹ Disponível em: https://www.catarse.me/regasantarosadospretos?fbclid=IwAR0QghjnLyTYmZvp7fnt-kITEXXhrm_9qt3p122dqz-NdF9vy0DNtOCallo . Acesso em: 20 fev. 2022.

³² Disponível em: Campanha quer levar água potável à comunidade quilombola (catracalivre.com.br), https://catracalivre.com.br/cidadania/campanha-agua-potavel-comunidade-quilombola/?fbclid=IwAR0dBkUiPK_icyn6UeM_EzrMHrcUGQJ36l9S3_9T3lSJz6O-cPeF3UNSBV4 . Acesso em: 20 fev. 2022.

desenvolvimentistas de logística e infraestrutura na região, inseridos numa agenda estratégica consensual e apresentados como produtores de benefícios públicos, se apresenta praticamente nula. As práticas cotidianas de respeito tecidas na comunidade, os princípios que organizam as relações no território, os efeitos maléficos produzidos pelas obras sobre a natureza, quase sempre estão ausentes dos recintos modernos, e quando acionados, são inaudíveis nas mesas. O silenciamento provocado a uma pluralidade de vozes que ecoam em distintos espaços, mas não são ouvidas e entendidas em recintos específicos, talvez seja uma das estratégias mais eficazes que opera na justificação dos projetos desenvolvimentistas e esteja fortemente enraizada no passado colonial de desqualificação de pessoas, projetos e lugares.

A impossibilidade de que projetos políticos e a afirmação de direitos por parte dos quilombolas ressoem nas arenas públicas diante destes Consensos é fortemente denunciada no *blog* Consulta Prévia pela jovem liderança quilombola Zica Pires dos AAQ, depois de uma reunião virtual de discussão da Duplicação da BR-135, presidida pelo MPF, em 2020:

Quando uma pessoa quilombola faz um apelo ancestral – pare de me matar! – é possível ouvir esse apelo de qualquer lugar, porque se trata de um grito infinito. Mas escutar esse grito não é pra todo mundo. Se fosse, já teriam parado de nos matar há séculos.

Há uma imensa a diferença entre ouvir e escutar. Ouvir é ser capaz de captar os sons. Escutar é prestar atenção neles, fazer caso, ser capaz de se abrir ao significado deles.

No último dia 15/5, sexta-feira, nós, lideranças quilombolas dos territórios Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim), Santa Maria dos Pinheiros (Itapecuru-Mirim) e Joaquim Maria (Miranda do Norte), tivemos uma reunião virtual chamada pelo MPF. [...]

O que mais fizemos nesse dia foi gritar pra que parassem de nos matar de novo, para que os órgãos públicos, incluindo o MPF, parassem de tentar buscar uma forma de retomar as obras em meio à pandemia de Covid-19, a pedido do Dnit, simplesmente porque este NÃO É O MOMENTO de discutir nada – muito menos a viabilidade ou pertinência de um canteiro de obras instalado dentro de nossas casas com trabalhadores vindos de fora – que não seja a sobrevivência humana em meio à maior crise sanitária e humanitária global desta geração.

Nos ouviram, mas não nos escutaram.³³

³³ Disponível em: <https://consultapreviaquilombola.wordpress.com/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

O pedido para que parem de matá-los (matar árvores centenárias, matar jovens que estão no Coroadinho, assassinados na periferia de São Luís, matar igarapés) realizado por Zica Pires durante a reunião e depois organizado e publicado no site Resistência Quilombola, também presente nas falas de Seu Libânio (*a natureza está gritando*, e nela, *nós estamos gritando*), agrega à histórica invisibilidade desses grupos subalternos e de suas ocupações nos planejamentos territoriais, a sua inaudibilidade: “eles ouvem, mas não nos escutam”. Quando se sentam com direitos a reivindicar, mas saem sem, o reconhecimento da histórica luta pela proteção territorial de espaços “comuns” se desfaz, sobrando a condição de armar as defesas. Como nos diz Anjos, em entrevista: “sob um sistema que para continuar se expandindo precisa destituir sujeitos da condição de sujeitos de direitos, a situação é de guerra, e o que se paga posteriormente são compensações de guerra e não proteção de direitos”.³⁴

Se nas décadas anteriores, quando as estradas começaram a ser instaladas, os quilombolas não foram convidados a sentar em nenhuma mesa, no recente processo de duplicação, conseguiram firmar certa presença, em documentos e em reuniões, pelo menos na maioria. Ou seja, as falas irromperam na cena pública, mas nem por isso abriram possibilidades de compreensão. Os gritos talvez operem mais a passagem de uma “guerra silenciosa”, amparada na imagem do interesse público, que justifique as perdas e sacrifícios, para “um campo de batalha aberto”, como discute De La Cadena (2018). No que tange à situação de confronto discutida pela autora, ocorrida em 2009, quando lideranças foram presas na “curva del diablo”, ela alerta: “aqueles que se opõem à transformação da natureza universal em recursos se opõem à possibilidade do bem comum como missão do Estado-nação e, assim, são inimigos do Estado, merecendo no mínimo ser presos”.

Desde 2017, nas reuniões que acompanhamos, lideranças de comunidades quilombolas de Itapecuru Mirim, Santa Rita, Anajatuba e Miranda³⁵ questionam o projeto de duplicação da Rodovia BR-135. A rodovia é um importante caminho “por terra” a ligar o interior do estado à ilha de São Luís e está no cerne de uma série de transformações que marcam o lugar. Segundo Seu Libânio Pires, a estrada amparou a chegada das fazendas, o carregamento dos trilhos para a construção das ferrovias, os linhões de energia da Eletronorte e da Cemar, ou seja, todas as “mazelas” que acompanharam os projetos desenvolvimentistas instalados na

³⁴ Entrevista concedida em 2019 no vídeo Interfaces do Racismo: Racismo Ambiental – YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3IxobCS1n-k&t=182s>. Acesso em: 20 jan. 2022.

³⁵ Questionamentos realizados a partir de similaridades e também de diferenças políticas e organizativas.

região e estão no cerne da perda de terras, dos problemas ambientais, de conflitos envolvendo a expansão de empreendimentos e os territórios negros. É contra essa enganação que Seu Libânio alerta com a pergunta que iniciamos esse artigo. É preciso compreendê-la. Seu Libânio pede que se preste atenção: quando eles falam de estrada, do que estão falando? Mas mais do que isso, é com a certeza de que projetos outros, outras relações, precisam tensionar os modos hegemônicos de traçar os entendimentos, de se sentar à mesa, de se fechar nas paredes, e abrir espaços para proposições outras de “o público”.

Agradecimentos

Agradecemos interlocutores e interlocutoras do quilombo Santa Rosa dos Pretos que nos receberam e partilharam pensamentos, preocupações e esperanças. Queremos lembrar aqui, especialmente, Dona Anacleta, Seu Libânio Pires, Seu Benedito Belfort (*in memoriam*) e muitas outras pessoas e encantados que ajudaram nesse processo de teorização insurgente e urgente na luta em defesa dos quilombos no Brasil. Somos muito gratas pelas partilhas e ensinamentos. Agradecemos também aos comentários dos pareceristas que permitiram avançar no artigo e trouxeram novas discussões para nossa prática de pesquisa.

Referências

- AGUIAR, Diana. *Dossiê crítico da logística da soja: em defesa de alternativas à cadeia monocultural*. Rio de Janeiro: FASE, 2021.
- ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. *Campos Revista de Antropologia*, Curitiba, v. 15, n. 1, 2014. p. 129-144. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/42993>. Acesso em: 4 jun. 2021.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: DELGADO, Nelson Giordano. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. p. 104-136.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011. p. 56-88.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, 2016.
- BISPO, Antônio. *Colonização, quilombos, modos e significados*. Brasília: INCT; CNPq; UNB, 2015.
- BRUSTOLIN, Cíndia; ANJOS, José Carlos dos; SANTOS, Dayanne dos. Um corredor para exportações: o território de Santa Rosa dos Pretos nas v(e)ias abertas da mineração.

- In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; BRUSTOLIN, Cíndia (Orgs.). *Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais*. São Luís: EDUFMA, 2018. p. 213-248.
- CASTRO, Sueli Pereira. Sesmaria como terra da parentalha: direito de fato versus direito legal. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*, vol. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 67-88.
- CRISTÓVAM, José. A Teoria da Ponderação de Princípios na encruzilhada do Decisionismo Judicial: limita-me ou te devo! *Sequência*, Florianópolis, n. 75, p. 219-242, 2017.
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: La ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 35, p. 89-100, 2015.
- DARDOT, Christian; LAVAL, Pierre. Post Scriptum sobre a Revolução do século XXI”. *Revista IHU On-line*, [s.l], 26 out. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573045-o-comum-e-a-revolucao-dizem-dardot-e-laval>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 69, p. 95-117, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145635>. Acesso em: 8 ago. 2021.
- FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. *Mineração e violações de direitos: o Projeto de Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Açailândia: DHESCA/Brasil*, 2013.
- LUCCHESI, Fernanda. *Relatório antropológico de identificação do território quilombola de Santa Rosa (MA)*. Brasília: Incra, 2008.
- MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*, vol. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 131-162.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- SÁ, Laís Mourão. *O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2007.
- SANTOS, Dayanne. *Não se pode entrar em terra de encantado sem permissão: um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo território quilombola de Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru Mirim/ MA)*. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2734>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- SANTOS, Layza Queiroz; GOMES, Erina Batista (Orgs.). *Suspensão de segurança, neodesenvolvimentismo e violação de direitos humano no Brasil*. Curitiba: Terra de Direitos, 2015. p. 15-18.
- SABOURIN, Eric; CARON, Patrick. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa

Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social*, vol. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. P. 89-115.

SILVA, Anacleto Pires da Silva; SANTOS, Dayanne da Silva Santos. *Terra de Encantados: a luta pela permanência no Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos (Itapecuru-Mirim/MA)*. São Paulo; Porto Alegre: Hucitec, 2020.

SILVA, Joércio Pires da. *O Tambor como herança dos pretos: uma análise sobre o território quilombola de Santa Rosa dos Pretos*. 2019. 96 f. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/?p=2064>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Movimientos socioambientales en América Latina*, n. 32, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Friction: an ethnography of global connection*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2005.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

Como citar

BRUSTOLIN, Cíndia; SANTOS, Dayanne da Silva. O comum e o público no avanço de fronteiras territoriais: controvérsias entre territorialidade quilombola e estruturas logísticas no Maranhão. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230113, 24 maio 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st05.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.


Seção Temática

Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais

Seringueiros do Alto Acre ‘no tempo das políticas públicas’: comunitarismo e disputas eleitorais na atualização da condição camponesa numa região de fronteira agropecuária

Rubber tappers from Alto Acre “in the time of public policies”:
communitarianism and electoral disputes in modernizing
the peasant condition in an agricultural frontier region

 João Maciel de Araújo¹

 https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st06

Resumo: Baseado numa abordagem relacional, o presente trabalho discute aspectos prático-simbólicos da ação dos seringueiros de comunidades de reservas extrativistas do Alto Acre, nos campos burocrático e político. A partir de pesquisa documental, observações e entrevistas com moradores de comunidades da Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes e de Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) situados numa região de fronteira da expansão agropecuária sobre a Amazônia, o trabalho evidencia as tensões entre, de um lado, os princípios e perspectivas de agentes situados em instituições do Estado e do mercado, e, de outro, as perspectivas dos seringueiros, que incorporam seletivamente aos seus *habitus* novos elementos para a manutenção de sua condição camponesa. Ao percorrer o processo de criação do instrumento jurídico que regulamentou a exploração madeireira em territórios de Resex e as disputas políticas pelo poder local das quais os seringueiros participaram ativamente, por meio de seu envolvimento com o Partido dos Trabalhadores (PT) nas últimas três décadas, o trabalho conclui que tais processos foram determinantes para a ampliação de capital simbólico a esses camponeses, que inseririam um comunitarismo singular no debate público, permitindo a atualização de sua condição camponesa e, consequentemente, sua permanência no cenário agrário do Alto Acre.

Palavras-chave: seringueiros; Amazônia; reservas extrativistas; campesinato; disputas eleitorais.

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), com apoio do Programa de Bolsas de Pós-graduação fora do Estado do Amazonas – Progp-Capes/Fapeam. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Humaitá. E-mail: joao.maciel@ifam.edu.br.

Abstract: This paper utilizes a relational approach to discuss practical and symbolic aspects of bureaucratic and political activities by rubber tappers from communities in extractive reserves in Alto Acre, in a frontier region of agricultural expansion into the Amazon. Documentary research, observations, and interviews with residents of communities in agroextractive settlement projects and the Chico Mendes Extractive Reserve highlight tensions between the principles and perspectives of government and market actors and the rubber tappers, who selectively incorporate new elements to maintain their peasant condition into their *habitus*. After tracing the creation of the legal instrument that regulated logging within extractive reserves and political disputes for local power involving rubber tappers via the Workers' Party over the past three decades, we conclude that these processes were decisive in expanding the symbolic capital of these peasants and incorporated communitarianism into the public debate, modernizing the peasant condition and thus allowing them to remain part of the agrarian scenario in Alto Acre.

Keywords: rubber tappers; Amazon; extractive reserves; peasantry; electoral disputes.

Introdução

Durante cerca de duas horas, numa reunião do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes, realizada em maio de 2019, na cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, a atenção dos participantes (técnicos dos governos estadual e federal, lideranças sindicais e comunitárias, pesquisadores etc.) se voltou à apresentação da situação do manejo comunitário madeireiro naquela Unidade de Conservação (UC). Utilizando a linguagem técnica própria do campo, com notável eloquência, um jovem engenheiro florestal realizava um balanço da experiência da atividade nas comunidades Rio Branco e Dois Irmãos, localizadas no município de Xapuri. Até então, as únicas comunidades que efetivamente tiveram madeira explorada a partir dessa proposta na Resex, representando uma área de aproximadamente 1,80% dos 970.570 hectares da unidade, uma das primeiras da modalidade, criada em 1990.

Consciente ou não, o jovem engenheiro, na função de técnico de uma cooperativa de “manejadores”, encarnava naquele momento os resultados de duas décadas de franco incentivo governamental ao controverso manejo madeireiro entre comunidades tradicionais do Acre: filho de seringueiros, oriundo da Resex Chico Mendes, fez o curso técnico florestal na Escola da

Floresta² e, na sequência, engenharia florestal na Universidade Federal do Acre (Ufac). A publicação da Fase II do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Acre, em 2010, apresentava justificativas para ações que induzisse a situações como a protagonizada pelo engenheiro na reunião do Conselho Deliberativo, propondo a normalização do envolvimento dos seringueiros com a comercialização de madeira. Na prática, as intenções dos governos não saíram exatamente como o desejado, a julgar pelo baixo alcance do manejo na Resex Chico Mendes.³

A performance do engenheiro florestal sintetizava, portanto, a ambivalência da estreita relação dos seringueiros com a versão de desenvolvimento sustentável apresentada pelos governos da Frente Popular do Acre (FPA), coligação partidária cuja maior influência foi do Partido dos Trabalhadores (PT): se, por um lado, o ativo jovem de linguajar técnico estava alinhado aos interesses do governo, de madeireiros e do mercado de madeiras tropicais, por outro, seria ele próprio o seringueiro falando de uma posição que quatro décadas antes seria impossível vislumbrar, não fosse pelo seu engajamento (e de duas gerações que o precederam) no discurso do desenvolvimento sustentável.

A referida reunião foi também simbolicamente importante, pois representou um dos primeiros contatos diretos entre o novo governo do Acre e as lideranças comunitárias, incluindo presidentes e diretores das cinco associações da Resex, uma por município sobre os quais incidem: as associações dos moradores e produtores dos municípios de Assis Brasil (Amopreab); de Brasileia (Amopreb); de Xapuri (Amoprex); de Capixaba e Rio Branco (Amoprecarb); e de Sena Madureira (Amopresena). O presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC), órgão do governo estadual, estava

² Criado em 2001, o “Centro de Educação Profissional Escola da Floresta Roberval Cardoso”, ou simplesmente Escola da Floresta, em termos simbólico-práticos, representou mais uma ação que visou apresentar os governos do PT como descolados da agenda de expansão da pecuária no estado do Acre. Passando a funcionar com base na pedagogia da alternância e garantindo vagas para jovens de comunidades situadas em reservas extrativistas, a Escola da Floresta substituiu o antigo Colégio Agrícola, que entre 1982 e 1998 ofertava curso técnico profissionalizante em agropecuária. Para mais sobre a Escola da Floresta, ver RIBEIRO; SANTOS, 2019.

³ Na seção 4.2, Produção Florestal Madeireira da segunda edição, documento-síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – Fase II (ACRE, 2010), o engenheiro florestal Marcelo Arguelles (que trabalhou em projetos de apoio ao manejo madeireiro por comunidades extrativistas na organização não governamental Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA e posteriormente atuou na Secretaria de Estado de Florestas – SEF) apresenta diversos argumentos que justificariam o esforço dos governos do Acre para viabilizar a exploração madeireira na Resex Chico Mendes. Em boa medida, as ações de mobilização comunitária visando à adesão ao manejo madeireiro, bem como investimentos governamentais em programas de certificação florestal, e mesmo as discussões locais que culminaram com a edição da IN nº 16/2011 do ICMBio, se guiaram por análises como as feitas no referido texto.

presente na reunião para, pela primeira vez, falar naquele fórum sobre a continuidade de projetos socioambientais⁴ negociados anteriormente. Em que pesem as críticas sobre as contradições da relação dos seringueiros com os governos do Acre,⁵ o período de janeiro de 1999 a dezembro de 2018 constitui-se no de maior proximidade dos seringueiros com os governos estaduais. Os quatro mandatos consecutivos da coligação FPA foram encabeçados pelo PT, que no Acre teve os seringueiros como grupo-chave em sua fundação (FERNANDES, 2018).

Este trabalho propõe uma reflexão sobre esse espaço de tempo, em que se originaram os projetos sobre os quais o novo presidente do IMC ali falaria. Uma época de intensa participação dos seringueiros nos fóruns de governos. Um período que julgamos necessário buscar compreender, sobretudo quando levamos em consideração o que vem ocorrendo a partir de 2019, com manifestações e atos oficiais que buscam desconstruir políticas que tiveram efetivamente a participação dos seringueiros e outras populações tradicionais. Por mais que o envolvimento dos camponeses com os governos tenha sido marcado por um caráter eminentemente técnico, burocrático, racionalizado em termos econômicos ou ambientais, ou nos marcos de uma “economia verde”, nesse período esteve presente uma agência comunitarista, tanto nos projetos sob a gestão do IMC, quanto naquele Conselho Deliberativo, ou na própria Resex Chico Mendes de maneira geral.

Lançando mão de uma abordagem relacional, aqui são discutidos aspectos prático-simbólicos dos seringueiros no campo burocrático, a partir da análise do processo de criação da Instrução Normativa nº 16/2011 do ICMBio, marco jurídico que, no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), estabeleceu diretrizes e procedimentos para a exploração madeireira em reservas extrativistas – também em reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) e florestas nacionais (Flonas). Discutimos ainda a influência das comunidades moradoras de territórios extrativistas sobre a dinâmica do campo burocrático e político nos municípios do Alto Acre (que aqui compreende Assis

⁴ O presidente do IMC apresentou as perspectivas do governo em torno da continuidade do Programa REM (REDD Early Movers, na sigla em inglês, ou “REDD+ para pioneiros”). O programa, financiado pela Alemanha e o Reino Unido via KfW (Banco de Desenvolvimento da Alemanha), prevê o repasse de recursos financeiros a populações indígenas e camponesas como compensação pela redução de emissões de gases de efeito estufa, através da adoção e manutenção de práticas de baixo impacto ambiental em suas atividades produtivas. Iniciado em 2012, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambiental do Acre (Sisa), criado em 2010, o REM estava naquela ocasião encerrando sua primeira fase e iniciando a fase II. Informações sobre o REM podem ser obtidas no site: <http://imc.ac.gov.br/>.

⁵ Sobre as contradições ver: MORAIS, 2012.

Brasil, Brasileira, Capixaba, Epitaciolândia e Xapuri). Com base em pesquisa documental (a Atas de reuniões do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes e de reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Acre; ao arquivo que registra o processo de elaboração da IN nº 16/2011-ICMBio; e a legislação relacionada ao tema), observações e entrevistas com moradores de comunidades de projetos de assentamento agroextrativistas (PAE) e da Reserva Extrativista Chico Mendes, realizadas entre 2018 e 2020, evidenciamos as tensões entre, de um lado, os princípios e perspectivas dos agentes situados no campo burocrático, e, de outro, as perspectivas dos seringueiros, como camponeses florestais. O trabalho traz à luz os embates e conquistas de um campesinato que, no limiar do século XXI, luta para manter-se na Amazônia, contra o poder econômico e, na maior parte das vezes, contra a totalidade do poder do Estado.

Sendo assim, este trabalho problematiza certo ceticismo quanto ao envolvimento dos camponeses com partidos políticos, que tem lugar, inclusive, em análises críticas que desvendam as estratégias dos grupos dominantes para a continuidade do avanço do capital nesta região. Sem negar contradições e ambiguidades dessa relação, o trabalho busca dar relevo a outro aspecto: os desdobramentos da resistência dos seringueiros à expropriação, quanto à participação no campo político. Embora centrando nossa atenção em escala distinta, acreditamos que este trabalho dialogue com o instigante artigo de Bruno (2021), que analisou as disputas travadas por parlamentares do PT e representantes da bancada ruralista no âmbito da Frente Parlamentar da Agricultura, no Congresso Nacional, deixando claro que os dois grupos políticos representam setores distintos da sociedade brasileira. Nossa ênfase, porém, recai sobre as disputas políticas em torno do poder local. Em última análise, no contexto do Alto Acre, através de sua participação no PT, os seringueiros romperam com uma tradição política brasileira que historicamente deixou as populações camponesas às margens do processo político.

Assim, nas duas seções seguintes e nas considerações finais, buscamos recolocar a discussão sobre o campesinato na esfera das disputas políticas. Na seção “Seringueiros do Acre e políticas públicas”, o trabalho apresenta aspectos históricos da trajetória dos seringueiros no Acre. Neste sentido, a seção busca evidenciar aspectos da emergência dos seringueiros contra a expropriação iniciada com os governos militares, elementos do processo de sua aproximação

com os governos do PT no Acre e seu envolvimento no controverso debate sobre o manejo madeireiro, que o governo apresentava como medida alinhada ao ideário do desenvolvimento sustentável. Na seção “Gênese e incidência do comunitarismo seringueiro sobre o campo político do Alto Acre” são apresentadas as características e mudanças ocorridas na organização de base dos seringueiros da região, buscando-se enfatizar como o comunitarismo seringueiro incidiu sobre as disputas políticas locais e contribuiu para sua manutenção no espaço agrário. Nas considerações finais é apresentado um resumo da análise.

Seringueiros do Acre e políticas públicas

Os seringueiros têm sua origem social marcada pela migração de camponeses sertanejos do Nordeste e pela matriz indígena, principalmente pela incorporação de mulheres à sociedade dos seringais (ALMEIDA, 2004; SILVA, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2008; ESTEVES, 2009; TEIXEIRA, 2019). Forjado no ciclo econômico baseado na produção de borracha natural para exportação aos países que se consolidavam como potências industriais, a partir da década de 1920 os seringueiros desenvolveram características que os singularizam como camponeses florestais (ALMEIDA, 2004; SILVA, 2004) e, no caso do Acre, foram mantidos à margem do campo político e das instituições administrativas (ALLEGRETTI, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2003). Em meados dos anos 1970, em função de serem diretamente afetados pelas obras de abertura de estradas e a especulação fundiária, condição para implantação do modelo de desenvolvimento por meio do alargamento da fronteira agropecuária, iniciaram a organização de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), fundaram sindicatos rurais (PAULA, 1991; COSTA SOBRINHO, 1992; PORTO-GONÇALVES, 2003), foram determinantes na fundação do PT no Acre (FERNANDES, 2018), aproximaram-se do movimento ambientalista internacional e, no final da década de 1980, propuseram a criação das Resex (ALLEGRETTI, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2003).

No caso do Acre, a partir de 1999, já com algumas Resex criadas, seguiram-se duas décadas de uma estreita e inédita relação entre seringueiros e os governos estaduais, levando-os a aproximar-se ainda mais do ideário do desenvolvimento sustentável. Já no oitavo dia útil do que seriam os 20 anos de governo da coligação FPA, a Lei Estadual nº 1.277, de 13 de janeiro de 1999, representou o ato inaugural que insinuava uma mudança de orientação das

políticas de desenvolvimento socioeconômico do Acre, e foi recebida com entusiasmo por lideranças políticas, militantes da causa socioambiental e milhares de famílias espalhadas nos seringais do estado do Acre. Trata-se da chamada Lei Chico Mendes, que instituiu a “subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta”, no dizer de sua redação formal, ou “subsídio da borracha”,⁶ no dizer dos seringueiros.

Também naquele dia a Assembleia Legislativa do Acre (que suspendeu o recesso a pedido do governador) aprovou a Lei Complementar nº 63, cujo art. 70 autorizava o Poder Executivo a criar uma “Agência Estadual de Florestas e Extrativismo”, vinculada à Secretaria de Estado da Produção, estrutura técnico-administrativa responsável pelo “Desenvolvimento Econômico Sustentável” do Acre. Passados poucos dias daquela data, os elevadores e corredores do moderno edifício que sediava o extinto Banco do Estado do Acre (Banacre), em pleno centro de Rio Branco, eram frequentados de forma intensa por lideranças sindicais e comunitárias de áreas de Resex do Acre, que buscavam, na Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo (Sefe), informações sobre o subsídio da borracha. Para os meses seguintes, o governo manteria o entusiasmo socioambientalista em alta.

É importante registrar ainda que além das duas leis mencionadas, em 13 de janeiro de 1999, a Lei Complementar nº 61 criou a Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM), que, ao longo dos governos da FPA, foi responsável pela difusão do discurso oficial do “Governo da Floresta”. De acordo com Bourdieu (2014), além de consistir num ato de manifestação da concentração de recursos simbólicos pelo Estado, o discurso oficial, proferido publicamente, é ato de nomeação e instituição.

A FEM produziu e veiculou um discurso que sugeria total imbricação entre o governo da FPA e os povos da floresta. Tal discurso gravitava em torno da noção de “florestania”, expressão que suscitou as críticas mais ferrenhas por parte de dissidentes (lideranças, artistas, intelectuais) desse grupo político, e também das forças políticas opositoras. Morais (2008) define o discurso oficial coordenado pela FEM como uma iniciativa de criação de uma

⁶ A medida representou um estímulo à produção da borracha natural, que se somou à subvenção federal prevista na Lei nº 9.479, de 12 de agosto de 1997, com a diferença de que o benefício estadual seria repassado diretamente aos produtores, por meio de suas organizações. Medidas como essa podem ser inócuas se não são articuladas com outras intervenções estatais no interior e fora do setor beneficiado. Conforme apresentamos ao longo deste trabalho, não obstante a instituição do “subsídio da borracha”, o estímulo estatal a outras atividades, como os incentivos fiscais à pecuária bovina de corte, limitaram a produção de borracha, levando os camponeses a também ingressarem na pecuária.

“acreatividade”, que, sob a justificativa de trazer a narrativa “dos de baixo”, agregaria à identidade acreana as lutas de povos indígenas e seringueiros em defesa de seus territórios, a partir dos anos 1970. Para isso, a Fundação muitas vezes veiculava materiais de imprensa (incluindo rádio e TV públicas) que mostravam longínquas localidades rurais e aldeias indígenas, a partir da cobertura das viagens do governador Jorge Viana, dando-lhe uma feição messiânica e buscando justificar o *slogan* “Governo da Floresta” (PINHEIRO, 2009).

Contudo, paralelamente às medidas que entusiasmaram os defensores do extrativismo e da causa socioambiental, naquele primeiro mês o governo pôs em curso ações que atendiam aos interesses dos grupos que o discurso oficial buscava fazer crer terem sido vencidos: os fazendeiros. A Lei nº 1.282, de 25 de janeiro de 1999, por exemplo, estabeleceu uma série de obrigatoriedades relacionadas à vacinação contra doenças que afetam o gado bovino. A Lei nº 1.289, de 7 de julho de 1999, por sua vez, definiu as bases de um sistema de inspeção e fiscalização sanitária e industrial de produtos de origem animal, atendendo às expectativas dos pecuaristas que buscavam acesso a novos mercados. Em dezembro de 1999, a Lei nº 1.308, que versa sobre infrações e sanções, e a Lei nº 1.311, que cria gratificação a servidores do serviço de fiscalização e inspeção, avançavam na consolidação do arcabouço legal do serviço de inspeção sanitária animal. Assim, no primeiro mês do governo da FPA, instalaram-se em seu interior as contradições e ambiguidades que o acompanhariam por duas décadas, com implicações materiais e simbólicas à realidade não somente dos seringueiros, mas de toda a sociedade.

Nos primeiros quatro anos de mandato, os governos do PT no estado do Acre internalizaram o antagonismo irremediável das duas principais forças sociais e políticas do meio agrário acreano. Em continuidade, enquanto a produção do extrativismo da borracha definhava e os seringueiros buscavam apoio estatal para reerguê-la,⁷ o desenvolvimentismo das últimas duas décadas, no Acre, esteve colocado a partir de dois projetos apresentados como contrapostos: um projeto pautado na integração do Acre à fronteira agropecuária brasileira, através da pecuária bovina de corte, projeto este gestado e iniciado pelos governos militares; e um projeto desenvolvimentista de assimilação de ideais socioambientais, ou seja, baseado na noção de desenvolvimento sustentável.

⁷ Dados da pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs) do IBGE indicam que entre 2011 e 2017, a produção de borracha natural no Acre acumulou queda de 90,63%. Comparada com Amazonas, Pará e Rondônia, a produção de borracha do Acre foi a que mais decaiu.

Um desenvolvimento, que se diga a partir das análises de documentos, foi fortemente influenciado e conduzido por interesses de madeireiros e outros grupos de poder econômico.⁸ Ambos os projetos incluem medidas na esfera do governo federal, sendo que ao projeto desenvolvimentista sob o ideário da sustentabilidade associaram-se ambigualmente as chamadas políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar e, ainda, diversas iniciativas de projetos de ONGs financiadas por organismos de cooperação internacional (ARAÚJO, 2013).

No segundo mandato do PT no governo do Acre, a estrutura político-administrativa de apoio ao extrativismo, que estivera a cargo da Sefe no primeiro mandato, foi alocada na Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar (Seprof), pois, com a transformação da Sefe em SEF, Secretaria Estadual de Florestas, a “Floresta” passou a se referir à produção madeireira e o “extrativismo” foi inserido na temática da produção familiar rural, juntamente com a agricultura de pequena escala. A mudança nesse ponto do arranjo governamental é sintomática da posição secundária à qual paulatinamente passaria a produção extrativista nos anos subsequentes.

Foi no repertório do discurso do desenvolvimento sustentável que foram levadas as propostas de exploração de madeira aos seringueiros dos territórios por eles conquistados a partir do final da década de 1980. A seção 1 do *Diário Oficial da União* de 8 de agosto de 2011 traz a publicação da IN nº 16 do ICMBio, de 4 de agosto de 2011. A IN deveria encerrar um prolongado e controvertido debate, com opiniões distintas entre lideranças camponesas, diferentes pesquisadores e políticos, acerca da legalização da exploração madeireira em UCs de uso sustentável.⁹ Uma leitura mais apressada leva a crer que a publicação da medida representaria o triunfo da lógica mercantilista sobre as concepções de espaço e modo de saberes e formas de gestão do território e dos recursos pelas populações tradicionais, com a colaboração de lideranças que se deixaram cooptar. Mas uma observação que leve em conta o que ocorreu durante o processo que culminou com a publicação da IN, bem como o que se deu após, indica que tal debate ainda não está totalmente encerrado e que os

⁸ As análises de Atas, Resoluções e a própria composição do Conselho de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Acre e suas Câmaras Temáticas, constituem um bom material para se ter a dimensão da influência de madeireiros e outros grupos econômicos no processo de promoção do manejo madeireiro no Acre. Sobre este assunto ver: ARAÚJO, 2021.

⁹ Criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), classifica as Unidades de Conservação (UCs) em dois diferentes grupos: Unidades de Conservação integral e Unidades de Conservação de uso sustentável, esta última permitindo a permanência de moradores, como no caso de Reservas Extrativistas.

desdobramentos nem sempre foram os que alguém, em alguma instituição, havia planejado.

Não se pode negar que o processo de exploração madeireira nos territórios extrativistas do Alto Acre (sobretudo as experiências nos PAEs Remanso, Chico Mendes e Santa Quitéria) consistiu em violência simbólica: basta ter em mente que até o início da década de 1990, a exploração madeireira era para os seringueiros sinônimo de expropriação e algo a ser combatido. Mesmo assim, apesar de toda a estrutura institucional criada para a exploração de madeira em Resex, sob a iniciativa e articulação do governo do Acre, os seringueiros distinguiram com clareza e autonomia entre o que lhes seria mais favorável, conforme se depreende do número relativamente baixo da área sob o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). No caso de moradores da Resex Chico Mendes, no município de Brasileia, muitos moradores das 35 colocações¹⁰ que perfazem uma área de aproximadamente 11.300 hectares, dos Seringais Porvir, Filipinas e Porongaba, embora participando da elaboração de um PMFS, aprovado em 2013, afirmam que o fator decisivo para que não se levasse a termo a exploração de madeira (não foi abatida uma árvore através de PMFS), teria sido o baixíssimo preço ofertado pelas madeireiras interessadas.

Em áreas da Resex no município de Assis Brasil, também foi elaborado plano de manejo madeireiro comunitário para retirada de madeira, contudo, o posicionamento dos moradores era de que, diferentemente do que ocorreu em Xapuri, não deveria ser retirada madeira em toras da Resex e que o ideal seria buscar meios para beneficiamento prévio. Os camponeses defendem ainda que deve haver um meio que permita o aproveitamento de toda a árvore abatida. Em grande medida, tal posicionamento deve-se à influência de um seringueiro da Resex, da área de Assis Brasil, que assim como o jovem engenheiro mencionado anteriormente, também fez o curso técnico florestal na Escola da Floresta e lá, além de obter conhecimentos relativos a essa atividade, teve a oportunidade de visitar áreas como a manejada no PAE Remanso, no município de Capixaba, onde constatou que a metodologia utilizada por madeireiras, com

¹⁰ A Colocação figurava no sistema de aviamento como unidade territorial básica, dispoendo de uma quantidade de árvores nativas de seringueiras para a produção de borracha para o seringalista. Segundo Almeida (2012), com o colapso do mercado mundial da borracha amazônica, os seringueiros desenvolveram um modo de vida florestal na Colocação, de maneira que passaram a depender do mínimo de mercadorias produzidas fora desta unidade. A Colocação manteve-se como unidade referencial quando da criação de Resex, uma vez que sua indivisibilidade era o que possibilitava ao seringueiro viver como camponês florestal.

anuência do governo, gerava forte impacto ecológico e desperdício de matéria.¹¹

A introdução do manejo madeireiro contraria um dos elementos fundamentais da emergência da identidade dos seringueiros como populações tradicionais, a saber, o do conhecimento tradicional. Diferentemente da extração da castanha-do-brasil, por exemplo, a extração de madeira exige a introdução de arranjos tecnológicos de base eminentemente científica sob uma voraz lógica de mercado. Portanto, é, no mínimo, uma incoerência incluir o chamado PMFS, ou manejo madeireiro, no rol de práticas costumeiras que justificam o seringueiro no *status* de comunidade tradicional.¹²

O manejo florestal historicamente desenvolvido pelo seringueiro baseia-se na reduzida utilização de insumos e materiais externos à colocação (ALMEIDA, 2012), ao contrário do que ocorre no manejo madeireiro, cuja dependência da utilização de combustíveis fósseis, por exemplo, é tremendamente alta. Nesse sentido, apresenta-se uma segunda incoerência: o manejo madeireiro estaria sendo qualificado no mesmo portfólio de projetos que defendem os mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – Redd, que, em última análise, são instrumentos financeiros que aceitam que algumas corporações comprem o direito de poluir e degradar o ambiente. No Acre, estes mecanismos estariam abrigados sobre o ideário da produção racionalizada da “floresta em pé”, colocando-se com total distinção daquelas atividades econômicas que retiram a floresta para serem implantadas (notadamente a agropecuária). Além do polêmico manejo madeireiro, Perez

¹¹Vale dizer que as reflexões deste seringueiro influenciaram a edição da Resolução nº 12 do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes, em 2008, que determinava que a madeira oriunda da execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo passasse por processos de beneficiamento, ou pré-beneficiamento, proibindo a saída de madeira em toras daquela Reserva. Em 2012, já com a participação da SEF, Cooperfloresta e CTA, estrategicamente posicionadas como entidades integrantes do Conselho Deliberativo, e diante da ofensiva motivada pelo que os representantes destas instituições entendiam ser um processo moroso, a proibição de saída de madeira em toras foi revogada, justificando-se pela exigência do mercado interessado na madeira da Resex.

¹² O Decreto nº 6.040/2007, da Presidência da República, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como uma das respostas práticas decorrentes da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre os Povos Indígenas e Tribais, resultante da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 7 de junho de 1989, da qual o Brasil é signatário. Além da efetiva participação nos debates e articulações que resultaram no referido Decreto, os seringueiros, por intermédio do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, garantiram representação na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada em 2008, com o intuito de manter uma articulação constante entre diferentes povos e comunidades tradicionais e os diversos órgãos do governo federal, para a implementação da referida política. Em 2016, em substituição à Comissão, foi criado o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, no qual os seringueiros seguiram com representação, desta feita, na qualidade de extrativistas, representados pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas, nomenclatura adotada pelo CNS em 2009.

(2018) identificou o Programa Florestas Plantadas e Bolsa Verde como políticas do governo do Acre para as Resex que embasavam-se no discurso da “floresta em pé”.

Uma análise de documentos como PMFS, Plano Operacional Anual (POA) e Relatório Pós-Exploratório, elaborados em razão da retirada de madeira em comunidades do Acre, além de demonstrar o caráter meramente formalístico desses instrumentos, revela o papel e o poder de decisão dos diferentes atores envolvido nas operações. Os PMFS são documentos que variam de 60 a 100 páginas e seu conteúdo consiste em informações específicas sobre a área a que se refere (em torno de 16% a 45% do documento) e informações de caráter mais geral quanto a legislação, premissas ecológicas, operacionais e socioeconômicas, que, aliás, não raro demonstram tratar-se de cópias fiéis umas das outras.¹³ Em certa medida, a ausência de rigor técnico na formulação dos documentos que confeririam embasamento científico quanto à viabilidade da exploração de madeira sob os pressupostos do manejo florestal sustentável devia-se ao fato de que a análise e o parecer sobre a conformidade técnica fossem realizados também por um órgão do governo estadual que, ao que as evidências indicam, dispensava maiores exigências, visto que a exploração de madeira consistia numa política promovida pelo próprio governo. Em meados da década 2000, o governo do Acre criou o Escritório de Manejo, uma espécie de mutirão técnico para acelerar a análise dos processos e o licenciamento de PMFS protocolados no órgão ambiental estadual (Instituto de Meio Ambiente do Acre – Imac).

A análise do processo de formulação da IN nº 16/2011 do ICMBio demonstra uma construção distante da vivência dos camponeses, considerando o teor tecnocrático e os fóruns das reuniões, os meios de comunicações e as reuniões em Brasília, mas ao mesmo tempo é muito próxima das comunidades aqui consideradas, visto que os PAEs, notadamente Chico Mendes e Remanso, embasaram experiências de alguns defensores dessa medida, e também porque a partir dela legalizou-se a atividade nas UCs de uso sustentável e a

¹³ Analisamos os PMFS da Associação Vicente de Melo, no PAE Santa Quitéria, elaborado em 2008; PMFS da Associação Fé em Deus, no PAE Chico Mendes, elaborado em 2008; e PMFS da Amoprex, na Resex Chico Mendes (área de Xapuri), com elaboração datada de 2011. Chamou-nos a atenção uma referência feita ao “PAE Equador” nos PMFS da Fé em Deus e Vicente de Melo, como tratando-se do PAE Chico Mendes e Santa Quitéria, respectivamente, ou seja, um flagrante da prática do “copia e cola” por parte do profissional que assina como responsável técnico dos dois PMFS. No entanto, embora apareçam como tendo o mesmo responsável técnico, esses dois PMFS foram elaborados por empresas de nomes diferentes: Fé em Deus, pela empresa Tecnologia e Manejo Florestal (Tecman), e Vicente de Melo, pela Empresa de Assessoria e Consultoria Ambiental da Amazônia (Ekoar).

possibilidade de colocar as florestas aí existentes ao alcance do mercado de madeiras tropicais.

Durante a apresentação da minuta da IN nº 16/2011, em reunião realizada em Brasília, em 21 de setembro de 2010, ocasião em que foi criado um grupo de trabalho, composto por três servidores do ICMBio, para fins de adequação da norma, foi destacada a expectativa de moradores da Resex Chico Mendes e a crença de que tal atividade seria alternativa à criação de gado. Àquela altura, apesar de ser mencionada “forte expectativa regional” por parte de moradores das Resex Ituxi, em Lábrea, no Amazonas; Resex Verde para Sempre, no Pará; e da Flona Purus, na região do Mapiá-Inauini, no Amazonas, cabe anotar que somente a Amoprex, organização formalmente responsável pelo manejo nas comunidades Rio Branco e Dois Irmãos, em Xapuri, havia protocolado um pedido de manejo madeireiro em Resex, pedido que então tramitava no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Esse fato é, sem dúvida, um reflexo do ambiente institucional destinado a promover essa atividade no Acre nesse período, mas também indica a proximidade entre lideranças camponesas de Xapuri e os governos do PT.

No processo de formulação da IN, observa-se a falta de clareza e a sobreposição de atribuições, que ao final revela a trama burocrático-institucional na qual os seringueiros estiveram envolvidos por várias ocasiões ao longo destes anos: de um lado, um dos participantes do processo sugere que a discussão da IN seja remetida ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama (para que este Conselho formulasse uma resolução), de outro, alguém sugere que a questão seja remetida ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condra, visto tratar-se de produção familiar.

Como clara demonstração de atenção aos interesses das empresas madeireiras, não obstante toda a responsabilização das organizações dos moradores das UCs, identificadas na IN como “detentoras do PMFS”, o documento prevê a terceirização das atividades de exploração propriamente ditas, o que dá margem para que as madeireiras e serrarias se tornem as verdadeiras donas do processo, culminando no alheamento dos camponeses, uma vez obtidos os documentos autorizativos.

Houve, por parte da equipe do ICMBio responsável pela condução do processo, um cuidado especial em garantir o envolvimento do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), da Confederação dos Trabalhadores em Agricultura

(Contag) e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) na reunião para discutir as contribuições da consulta pública realizada em junho de 2011, em Brasília. Nessa ocasião, o representante da Amoprex declarou aos demais que o processo de manejo estava avançado no Acre, especialmente na Resex Chico Mendes, e solicitou que se incluísse nos “considerandos” da minuta a observância a duas INs do MMA, a IN nº 4 (sobre concessão de Autorização Prévia à Análise Técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável – Apat) e a IN nº 5 (sobre procedimentos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Planos de Manejo Florestal Sustentável na Amazônia), ambas de 2006, garantindo que se aproveitasse integralmente o trabalho de elaboração do PMFS então em curso em Xapuri.

Dadas as diferentes posições decorrentes das interpretações dos estatutos relativos às UCs de uso sustentável e às próprias populações tradicionais, o processo ficou marcado por embates entre a procuradoria do ICMBio e a coordenação responsável pela formulação da IN. Isso fica especialmente explícito quanto a impasses sobre destinação de recursos financeiros resultantes da atividade. A posição da procuradoria era a de que tais recursos deveriam ser destinados ao ICMBio, uma vez tratassem-se de terras públicas, cabendo somente uma parcela cuja destinação seria definida pelo Conselho Gestor da Unidade. Nesse sentido, escancaram-se, inclusive no campo burocrático, as contradições inerentes à exploração madeireira nesse tipo de UC. A coordenação responsável pela formulação da IN, por sua vez, buscando garantir a destinação da totalidade dos recursos oriundos da comercialização da madeira aos comunitários, sustentava que o ponto de partida seria de que a exploração madeireira era atividade tradicional das famílias moradoras de Resex e RDS. Este argumento foi contestado pela procuradoria, que mais de uma vez afirmou não se tratar de atividade tradicional, já que a minuta da IN provava justamente que sua intenção era implantar tal atividade.

Com relação a esse ponto, segundo uma nota emitida pela coordenação, o manejo madeireiro deveria enquadrar-se como atividade tradicional, visto que assim, tal como outras atividades desenvolvidas (caça, pesca, coletas de sementes etc.), não haveria cobrança de pagamento de valores dos comunitários ao ICMBio. Em defesa da IN nº 16/2011, a coordenação justificou seu posicionamento lembrando que, uma vez permitida a exploração comercial de madeira, esta se somaria a outras políticas públicas que incentivam atividades geradoras de renda para populações tradicionais,

nomeadamente: Política e Plano Nacional de Promoção de Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade; Política de Garantia de Preços Mínimos; Programa Nacional de Florestas; Programa Mais Ambiente e Programa Bolsa Verde.

A discussão sobre manejo madeireiro no âmbito do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes, especificamente, se deu de forma conflituosa. De um lado, algumas lideranças de Xapuri sustentavam um discurso de defesa do manejo madeireiro nas comunidades, em grande medida formulado pelo governo estadual, que, por intermédio da SEF, desde 2006 pressionava para integrar o Conselho (a Secretaria acabou sendo admitida em outubro de 2008). De outro lado, estavam os demais integrantes do Conselho que, por convicções (contrárias ao manejo madeireiro, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Xapuri) ou declarando desconhecimento sobre o assunto (como representantes da Fundação Nacional de Saúde – Funasa), geralmente demonstravam precaução e tom moderado durante os debates e deliberações.

Em 2014, após mais de dez anos de discussão e tentativa de convencimento de seringueiros na Resex Chico Mendes, foi explorado um volume de 4.092 m³ de madeira, do total autorizado de 12.998 m³, no município de Xapuri. Durante a 14^a Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Resex, realizada em 27 de abril de 2015, em Rio Branco, foi apresentado relatório de vistoria do ICMBio em áreas onde se deu a referida exploração. A avaliação de técnicos do ICMBio e demais participantes da reunião, inclusive representantes de comunidade, foi negativa e apontou problemas em todos os aspectos: infraestrutura de acesso, escoamento e armazenamento; técnicas de abate; envolvimento da comunidade; e resultados econômicos (a venda foi feita a sessenta reais o metro cúbico). Não obstante essa avaliação negativa, aqueles que nas reuniões do referido Conselho, ao longo dos anos, empenharam-se na defesa do manejo madeireiro comunitário na Reserva Chico Mendes minimizaram as avaliações, tomando os resultados como ponto de partida, uma oportunidade para se aprender com os erros da primeira experiência. Entre os comunitários, a experiência tampouco foi satisfatória, e não à toa a segunda exploração se deu somente quatro anos depois.¹⁴

¹⁴ O PMFS comunitário da Amoprex foi aprovado em novembro de 2011 e a exploração se deu em 2014. Em julho de 2017, a Portaria nº 476 do ICMBio atualizou a aprovação e estabeleceu termos e condições a serem atendidos para que fosse realizada a segunda exploração. Em 2018, ocorreu a segunda exploração do PMFS comunitário em Xapuri, mas não dispomos de dados com resultados.

Entretanto, mesmo com baixa adesão ao manejo madeireiro incentivado pelo governo estadual, deve-se registrar que na última década o uso e a comercialização de madeiras tropicais intensificaram-se consideravelmente entre os seringueiros. Este fato deve-se tanto pela ampliação do uso de madeiras pelos próprios camponeses, com maior acesso a máquinas de motosserras, beneficiando minimamente a madeira para construções residenciais ou instalações produtivas, quanto pela comercialização clandestina. Neste último caso, associam-se a exploração madeireira e a atividade pecuária bovina: os camponeses dão especial atenção a algumas espécies de madeira que são muito utilizadas na atividade pecuária, como estacas e tábuas para a construção de cercas e currais, tais como a itaúba, amarelão, quariquara etc.

Estando claro que o território em que se objetivam as medidas concorrentes é o mesmo, evidencia-se que os seringueiros se relacionaram com os dois modelos desenvolvimentistas que ao longo destes anos receberam franco apoio do Estado (aqui tomado de maneira ampliada): o de desenvolvimento sustentável, que neste caso incluía a promoção do manejo madeireiro; e o da expansão da pecuária bovina de corte. Contudo, também está claro que sua inserção no campo das políticas públicas ocorreu em razão do modelo associado ao ideário do desenvolvimento sustentável que, embora permeado por contradições, os reconhece como sujeito coletivo.

Conforme assinalado por Neves (2010), o debate sobre políticas públicas em determinados setores está associado à democracia, à cidadania e às mediações sociais. Mas está também associado a um (ou uns) contraposto(s), propostas e projetos que se contrapõem ao que está implícito como objetivo de um conjunto de medidas do governo em ato, atendendo determinadas demandas sociais que emergem da organização de grupos sociais.

Conceitualmente, a despeito de diferenciados quadros teóricos que colocam distintas questões em jogo, tomar, em sentido mais genérico, políticas públicas como objeto de estudo é considerar o Estado em ação no que tange à relação com os governados ou com os cidadãos (e vice-versa). Nesse caso, uma das unidades analíticas melhor expressiva desses múltiplos aspectos abarca o intercruzamento de um conjunto de processos sociais e de agentes em redes de relações; interconexões mediante as quais são constituídas regras de controle das ações em causa e meios legítimos de propor, interferir e controlar a redistribuição de serviços e recursos

públicos. Por esse prisma, a análise se empobrece se restrita aos efeitos ou produtos; e se enriquece se tentar se enveredar pela produção das intenções, pela formulação dos modos de ação, dos critérios e meios de acesso a recursos etc. (NEVES, 2010, p. 176-177)

Embora a IN nº 16/2011 do ICMBio represente um mecanismo de avanço capitalista na mercantilização da natureza, os seringueiros mantiveram-se nas discussões sobre manejo madeireiro, uma vez que compreenderam que, assim, mantinham-se como parte no debate público, antes a eles negado. A legitimidade que os agentes que discutem as políticas públicas buscam conseguir é utilizada como capital social, cultural e simbólico em outros campos do espaço social. Ou seja, para além do reconhecimento por parte dos demais agentes com quem disputam a dominação no interior de um determinado campo, ganhando legitimidade também com “profanos” (BOURDIEU, 2014) afeitos ao campo, tal legitimidade (traduzida nos diferentes capitais) transpõe-se na forma de influência com mais potencial de transformação a outros campos.

No caso por nós investigado, os seringueiros, ao participarem no campo desenvolvimentista, ou de políticas públicas (que pressupõe subcampos como o burocrático), ganharam legitimidade para participar no campo político, no qual a influência aos profanos traduz-se em votos. Isso muito tem a ver, nesse caso, com o fato dos campos estarem muito próximos/associados, ou fazerem parte do Estado, como instância legítima de monopólio da violência física, fiscal e simbólica (BOURDIEU, 2014).

Gênese e incidência do comunitarismo seringueiro sobre o campo político do Alto Acre

O comunitarismo cristão, como um dos elementos de criação e fortalecimento do PT no Acre (e no Alto Acre em especial), foi também a base para a constituição da principal ferramenta da relação dos seringueiros com o Estado no período aqui analisado, em boa medida mediante a formalização em associações rurais e de moradores (associações burocráticas). Esteves (2010), referindo-se à criação política das comunidades por meio da atuação da Igreja Católica e seu impacto em relação ao que a autora constatou como o deslocamento do “sistema seringal” que antecedeu a criação das Resex, destacou que:

Essa ideologia transformou os seringais em “comunidades”. Lideranças e trabalhadores se referem às “comunidades” do Independência, Dois Irmãos, São Pedro, entre outras, e não mais ao Seringal, como outrora. Numa referência às mudanças ocorridas, um Seringal significa hoje um termo para caracterizar a disposição física de uma área, mas não como lugar de morada para os seringueiros. (ESTEVEES, 2010, p. 145)

Portanto, mais do que a própria Resex, é a comunidade a nova base de referência territorial que levou à constituição de associações burocráticas de representação dos moradores na interlocução com órgãos de governos. A organização espacial das comunidades de seringueiros do Alto Acre difere do formato que com maior frequência vê-se em outras regiões da Amazônia, caracterizado pela aglomeração de residências dispostas lado a lado, em formato de aldeias ou vilas, às margens dos rios, ou mesmo das agrovilas de assentamentos da reforma agrária às margens de rodovias. Em assentamentos projetados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), técnicos do órgão definem o local da escola e outros equipamentos de serviços sociais, reservando uma área específica. No caso dos seringueiros em suas Resex, ao contrário, foram eles que decidiram a localização para a instalação desses equipamentos.

Do ponto de vista nativo, a comunidade implica uma quantidade de famílias que habitam uma área geográfica, mas se mantêm relativamente dispersas, conforme definido quando do estabelecimento dos seringais, portanto, da distribuição das colocações de seringa.¹⁵ A distância entre as colocações que constituem uma comunidade varia de seis a 18 quilômetros, aproximadamente, o que no período de sua formação implicava caminhadas de uma a três horas até o local por eles escolhidos para reuniões. Nesse sentido, como referência na formação de uma comunidade, na maioria dos casos mantiveram-se aquelas colocações pertencentes a um mesmo seringal, até pelo fato de que os seringueiros eram motivados a se reunirem em virtude de problemas decorrentes de decisões dos seringalistas/patrões/gerentes sobre o seringal em que viviam, tal como a exigência do pagamento abusivo de

¹⁵Aqui também é necessário reiterarmos a ambiguidade e a imprecisão carregadas pelo termo “família”. Constatamos que há uma série de relações de cotrabalho, coresidência ou redistribuição de bens de forma multilateral, entre várias unidades domésticas situadas tanto no meio rural quanto nas cidades. Nesse sentido, a comunidade, como a compreendemos analiticamente neste trabalho, não se limita àquelas famílias que moram exclusivamente no meio rural/reserva extrativista, sendo mais adequado operarmos com a ideia de translocalidade, alinhando-nos à perspectiva apresentada por Comerford (2014).

renda, ou mesmo a venda do seringal para fazendeiros que ameaçavam expulsá-los.

Antes da instituição das comunidades que, motivadas pela fé, passaram a problematizar e buscar meios de resistir ao processo de expropriação que se avizinhava, a partir dos anos 1970, os seringueiros mantinham laços comunitários que remontam à introdução e à expansão das atividades agrícolas nos seringais ainda na primeira metade do século XX. Porto-Gonçalves (2003) destaca a importância das mulheres e o estabelecimento das famílias para a constituição das primeiras comunidades nessa parte da Amazônia. As experiências em torno da religiosidade têm influência como elemento de agregação comunitária – não propriamente a religião católica institucional, cujo contato àquela altura resumia-se às viagens esporádicas (uma vez por ano, ou em intervalos mais prolongados) de sacerdotes aos seringais, a convite ou apoiados pelo seringalista, atraindo os seringueiros aos barracões das sedes dos seringais para os ritos sacramentais.

O comunitarismo cristão, apesar de fundante da ação coletiva dos seringueiros a partir dos anos 1970 por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao longo dos anos matizou-se com outras vertentes comunitaristas, inclusive, em alguns momentos, buscando o coletivismo produtivo afeito a propostas socialistas de inspiração marxista. Independentemente das relações estabelecidas com mediadores de diferentes espectros ideológicos, a comunidade foi, nesse período, a célula coletiva que imprimiu uma postura de identificação e combate na luta de classes no contexto do Alto Acre, notadamente no que toca ao campo/floresta e à luta pela terra/território e aos recursos naturais, especificamente: de um lado, fazendeiros buscando apropriar-se de terras para a formação de pastagens para o gado; de outro, seringueiros em comunidades para, buscando melhores condições de vida, garantir sua “permanência” na terra-território.

Após a criação das Resex, esse comunitarismo passou a lidar com políticas públicas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990. Parte dessas políticas esteve sob o ideário da “comunidade tradicional”, portanto, um novo tipo, ligeiramente diferente do comunitarismo cristão. Somaram-se à figura do monitor da CEB, e mesmo do delegado sindical, outros atores: o técnico da ONG ou do projeto de intervenção financiado por fundos socioambientais, os políticos locais etc. Esse comunitarismo foi, pois, o instrumento que conduziu, apesar das descontinuidades, deformações, readaptações etc., o processo de

mudança sociocultural, econômico e, sobretudo, político, iniciado com os levantes seringueiros contra o processo de expropriação incentivado pelo Estado a partir dos anos 1970.

Apesar das inúmeras tentativas, o comunitarismo seringueiro não foi instrumentalizado para o ambientalismo, ou mesmo para o cooperativismo, mas se mostrou persistente e em certo sentido viável aos seringueiros nos assuntos que eram debatidos ainda no âmbito das CEBs: a superação da pobreza material, a conquista da “terra prometida” e de direitos, a dignidade, enfim, os elementos que animavam a utopia de um mundo melhor e mais justo. Tais temas foram abrigados de maneira sistematizada na noção de políticas públicas que se introduz a partir dos anos 1990, colocando-se acima das tensões, das divergências de valores e comportamentos, e mesmo político-partidárias, decorrentes de diferenças de confissão religiosa que se acentuaram ao longo destas três décadas.¹⁶

Fundado na Teologia da Libertação (BOFF, 1980) e incorporando outros matizes (ambientalismo, desenvolvimento sustentável etc.), o comunitarismo seringueiro não recuou diante do declínio relativo da hegemonia católica no meio rural, ante o crescimento das denominações pentecostais e neopentecostais.¹⁷ É esse fato que justifica nossa atenção ao tema do comunitarismo cristão iniciado pelas CEBs, uma vez que essa esfera de sociabilidade, mas também de disputas e conflitos entre os próprios camponeses, indica ter comportado, ao longo das últimas duas décadas, uma espécie de democracia agonística, nos termos apresentados por Mouffe (2003), como um modelo no qual se trava uma luta entre adversários e não entre inimigos, visto terem antes de qualquer coisa concordância quanto ao modo de vida, ultrapassando diferenças de valores morais.

Reiteramos que as comunidades se iniciam de maneira autônoma e concomitantemente ao estabelecimento de uma nova configuração social na região, a partir da formação de famílias e da ampliação da agricultura,

¹⁶ Em que pese o fato de que as mudanças relevantes no campo religioso para nosso estudo dizem respeito aos anos 1990, cabe anotar que Regina Novaes (2001) cita um relato de Francisco Julião sobre a participação de evangélicos já nas ligas camponesas nordestinas, entre as décadas de 1940 e 1960.

¹⁷ Dados dos Censos do IBGE, entre o ano 2000 e 2010, registram um avanço de 3,38% das denominações pentecostais e neopentecostais entre moradores das áreas rurais na microrregião de Brasileia, enquanto, embora mantendo-se como religião majoritária, o catolicismo recuou -8,85%. No período, houve um avanço de 4,21% na quantidade de pessoas das áreas rurais que se declaravam sem religião. No mesmo período, os resultados, considerando todo o estado do Acre, revelam que o catolicismo recuou mais acentuadamente nas áreas urbanas, com redução de -18,44%, enquanto as denominações evangélicas teriam avançado 7,63% nas áreas urbanas.

favorecendo o desenvolvimento de relações de parentesco e vizinhança, através de adjuntos (mutirões) para a troca de trabalho, partilha de sementes e resultados de colheitas e carne de caças abatidas etc. (PORTO-GONÇALVES, 2003). Mas a concepção de comunidade como sujeito coletivo se deu pelo fortalecimento mecânico e coordenado por intermédio das CEBs, ganhando mais força com a criação das Resex, tanto pelas previsões formais/legais de participação de comunidades na gestão do território e uso de recursos como no decurso dos governos do PT – governos pós-constituição de 1988 de maneira geral – que, pela ação mesma desse sujeito coletivo, são levados a reconhecer e adotar a comunidade como instrumento para a concessão de direitos e implementação de políticas públicas, ou seja, alocação de recursos públicos segundo reivindicações dos comunitários.

O comunitarismo entre os seringueiros esteve em processo contínuo de atualização. Inclusive porque, após a demarcação das Resex, o seringueiro passou a ter a possibilidade (e isso é o que mais ocorre também na prática) de se fixar por muito mais tempo num lugar, o que não era muito comum (OLIVEIRA, 1991). O comunitarismo seringueiro recebeu influência determinante do comunitarismo cristão para se alçar à política, mas não pode ser confundido com este. Nem mesmo daquele presente na CEB e da Teologia da Libertação, pois em última análise, essa pressupõe o cristianismo e o seringueiro, em boa medida, é comunitário porque nasce dentro dos pressupostos morais e costumeiros de uma comunidade, para a qual o cristianismo não é necessariamente o núcleo estruturante. Certamente o cristianismo é elemento marcante no *habitus* do seringueiro, mas aquele caracterizado pelo catolicismo popular.

Independentemente dessas disputas, concorrências, diferenciações etc., ao longo do período aqui considerado (finais dos anos 1990 a 2018), as comunidades contribuíram para a segurança e garantia da condição camponesa dos seringueiros. Isso é verificável quando se compara com o desfecho que tiveram outras formações comunitárias camponesas nessa região no decorrer desses anos, cujas terras foram apropriadas por fazendeiros. É fundamental entender a comunidade como uma peça num complexo jogo político, no qual se acentuou a relevância da busca dos seringueiros de incidirem e, antes, disputarem estar, de alguma maneira, no controle de instituições públicas como prefeituras e câmaras, no intuito de viabilizarem melhorias nas Resex.

Em última análise, as comunidades são a esfera de mediação mais próxima das famílias, na qual mantêm maior controle e autonomia sobre diferentes aspectos da vida social. O comunitarismo, com as características e dinâmicas que se pôde observar, não se fez espontaneamente, mas, tal como se apresentou e comportou nestes últimos anos, reflete as circunstâncias que ele próprio engendrou na relação com esses outros organismos de mediação. É um organismo que se autonomiza em relação às pretensões do indivíduo, mas também em relação às pretensões do partido, do sindicato e até da associação como esfera formal mais imediata desse processo. Os demais organismos são relativamente mais estáticos, em função das condicionantes burocráticas de um Estado que é historicamente fiador das classes dominantes econômica e politicamente, as classes de onde provêm historicamente os que produzem as normas legais que incidem sobre o mundo social (BOURDIEU, 2014).

A comunidade, informal que é (não é espontânea, mas informal, relativamente mais livre de amarras burocráticas), constitui-se numa força em que se processam demandas verdadeiramente reais das famílias em sentido ampliado. Ou seja, nesses casos, a comunidade é o local que extrapola aquele ambiente de debate e das deliberações colocado na agenda das associações burocráticas e que estaria alinhado ao que querem os governantes. As pautas de governos, as agendas que chegam intempestivamente por meio das associações ou STRs (ou mesmo ONGs), com prazos para um posicionamento “comunitário”, não oferecem tempo suficiente (pois quase sempre restritas a uma reunião para apresentação de uma resposta) para a tomada de posição, de uma forma em que as diferentes forças comunitárias se expressassem suficientemente para gerar decisões que incorporem as dinâmicas de cada comunidade. As associações burocráticas, em muitos casos, são vistas como instrumentos, cuja finalidade maior é legitimar algo previamente determinado e que se coloca sob o verniz de ato democrático. Dessa perspectiva nativa, é comum que uma comunidade, em sua dinâmica real, passe a refletir sobre as consequências, em médio e longo prazo, de determinada proposta/oferta desses agentes estatais. Os acordos intempestivamente assumidos, às vezes pela associação, em ato formal de assinaturas rituais de adesão, passam a ser generalizadamente quebrados, o que, apesar de contar com a maioria da comunidade, gera conflitos e desgastes internos.

Se as comunidades são representadas por agentes do Estado como uma teia de moradores de áreas rurais, ou, por correntes do socioambientalismo, como sendo unidades contidas no interior de uma UC, ou mesmo pelos próprios camponeses que em certas circunstâncias aderem a este tipo de perspectiva, na prática, uma comunidade configura-se como um fluxo organizado de pessoas (VINCENT, 1987). Nesse sentido, a comunidade é o lócus no qual se devem considerar as tensões internas e a produção de estratégias com vistas a fins externos, e também como agentes externos, ou relações com agentes ou coisas externas, influenciam na dinâmica interna, e vice-versa. Ou seja, apesar do comunitarismo ser assumido pelos seringueiros como instrumento de reconhecimento e afirmação perante o Estado, as comunidades não são fechadas, e na prática alinham-se à concepção de comunidade diversificada em sua constituição e fluxos de relações com agentes do mundo exterior (VINCENT, 1987), sendo muito tênue, e analiticamente arriscada, a delimitação de esfera interna *versus* esfera externa.

Numa escala mais próxima ao cotidiano dos seringueiros do Alto Acre, a proximidade (em certo sentido, lealdade) de sua ação em relação aos governos do PT, para além da preferência eleitoral (conforme confirmam as estatísticas de votações em seções eleitorais localizadas no interior das Resex do Alto Acre entre 2008 e 2018), deu-se a partir da rede intercomunitária, articulada na forma institucional de associações de produtores e associações de moradores, ligadas aos STRs e cooperativas. Esta rede intercomunitária operou uma mudança estrutural na forma de atuação das prefeituras municipais e demais esferas de governo (e isso deve ser uma das mudanças mais profundas resultante da atividade política dos seringueiros, ou do movimento seringueiro, no período aqui aludido). Foram instituídas novas práticas administrativas, como as parcerias entre prefeituras e comunidades para a manutenção dos ramais (os camponeses aportando parte do trabalho e, a prefeitura, combustível e máquinas) a partir da presença dos seringueiros na esfera pública, no campo político. O comunitarismo seringueiro ingressou e impôs um método de atuação ao campo burocrático em escala local, que nem mesmo os prefeitos de partidos de oposição ao PT puderam ignorar: organizar o investimento de recursos públicos ao nível comunitário e não somente pensando no indivíduo. Apesar desse resultado, a rede intercomunitária não esteve livre de tensões e conflitos, um deles o da percepção de que, por razões diversas, o governo

estadual direcionava recursos de maneira a privilegiar certas comunidades em detrimento de outras.

Famílias percebidas como “notáveis”, que em muitos casos através de alianças políticas têm mantido sua influência nas organizações locais e dissimulado suas divergências/concorrências em suas respectivas comunidades, estabeleceram contatos entre si, formando redes em nível municipal e em escala de Alto Acre, por meio da organização sindical, das ações após a criação da Resex Chico Mendes e das articulações em torno do PT. Antes disso, suas demandas tinham a ver com o âmbito do seringal onde moravam e eventual influência ficava mais resumida àquela delimitação espacial, reclamando, sobretudo, algum reconhecimento por parte do patrão. Com o sindicato e o partido, a intercomunicação entre as diferentes comunidades se potencializou. No espaço dos treinamentos das CEBs, a articulação também era favorecida, mas ali, como lugar também de rezar, essa dimensão do poder e das disputas por poder ficava diluída, pois pressupunha uma unidade contra os algozes comuns: o latifúndio, o Estado etc.

A permeabilidade das comunidades ao socioambientalismo e a emergência do associativismo burocrático trouxeram outros elementos de diferenciação interna às comunidades. As famílias mais envolvidas com projetos experimentais, de ONGs ou do governo, ou membros de direção de associações, sobretudo o presidente, estão mais sujeitos ao distanciamento relativo de algumas pessoas, em especial, dependendo do tipo de relação que se estabelece com interlocutores externos – técnicos de ONG, políticos do PT, dirigentes de determinado setor do Poder Público etc. Diferenciação dessa ordem já aparece com o sindicato, ou mesmo na CEB, mas uma diferenciação mais tênue e menos cobrada que a de um presidente de associação, em especial a partir dos governos do PT, e a ideia de que essa associação se mantenha alinhada ao governo e tenha responsabilidades na viabilização das políticas públicas. Também as mudanças quanto à confissão religiosa modificam esses padrões de diferenciação.

Tratou-se dessa rede de comunidades, aparentemente iguais, constituídas até certo ponto ao custo da abnegação de lideranças sindicais e partidárias. A rede intercomunitária se converteu em mecanismo que viabilizou o acesso a recursos e serviços públicos, cuja distribuição antes era restrita a um grupo de famílias incrustado no campo burocrático em que a ação era restrita às cidades, ou a famílias que dominavam o comércio local e regional. A partir dos governos do PT, algumas comunidades se tornaram mais “notáveis”, de certa forma,

locais com prioridade para investimentos públicos, como lembram várias lideranças a respeito da Cachoeira (PAE Chico Mendes) – nesse caso, devido à história diretamente vinculada ao líder Chico Mendes.

Para além da eficácia eleitoral, temos consciência de que é importante outros estudos que se dediquem à eficácia de tal relação quanto aos interesses e ideais efetivamente pautados pelas comunidades. Todavia, o estabelecimento da rede intercomunitária de seringueiros, que incidiu sobre a gestão de um território relativamente extenso do Alto Acre, se fez notar também no campo político, mudando práticas e discursos de todos os agentes aí inseridos. Do ponto de vista simbólico, não é nada desprezível que, em 2002, na região do Pontal do Paranapanema, enquanto o prefeito de Presidente Prudente bloqueava o acesso de uma marcha organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), utilizando máquinas agrícolas e caminhões de fazendeiros da União Democrática Ruralista (UDR), impedindo que os trabalhadores entrassem na cidade, no Alto Acre, lideranças camponesas transitavam com uma liberdade antes não experimentada nos escritórios das representações dos órgãos do governo estadual, nos gabinetes e eventos promovidos pelas cinco prefeituras dos municípios da região, das quais três eram administradas por políticos com estreita relação com a história e entidades do movimento seringueiro que emergiu nos anos 1970.

A partir de então, diferentemente do que ocorreu em outras áreas e em outros projetos de assentamento em regiões de fronteira dessa parte da Amazônia, as famílias de seringueiros ampliaram-se em termos numéricos no interior das Resex e se reposicionaram no espaço social do Alto Acre, passando a transitar por diversos campos, entre eles o político, seja como tipo de comunidade tradicional, seja como beneficiários de programas governamentais de fortalecimento da agricultura familiar, identidades atravessadas pela ambiguidade inerente ao ideário do “desenvolvimento sustentável” e das políticas públicas a ele associadas. Paradoxalmente, além de reconfigurarem suas estratégias de enfrentamento às forças políticas e sociais locais que a eles se opunham, os seringueiros depararam-se com novos desafios para a reafirmação de sua identidade e dos traços culturais que os singularizam, muitos desses desafios advindos do reconhecimento do direito à permanência na terra.

Considerações finais

Este trabalho traz reflexões oriundas de pesquisa realizada entre 2018 e 2020, portanto, durante o processo eleitoral (o de 2018) cujo desfecho representou uma virada na correlação de forças que ao longo de 20 anos garantiu um arranjo institucional/governamental no qual, não sem ambiguidades, os seringueiros tinham expressiva participação.

Dedicamo-nos à compreensão de um processo que se deu paralelamente ao movimento que realçou, no debate público, a relevância das populações tradicionais para a conservação da Amazônia e da biodiversidade de maneira mais ampla, causa de todo o planeta, porquanto a luta por reconhecimento e as disputas locais são restritas, em última análise, à causa dos seringueiros na busca de reverter um quadro de extrema exploração, marginalização e discriminação. Esse estado de coisas tendeu a se manter, apesar de já não serem explorados por seringalistas, mas com outros atores, quais sejam, os representantes do agronegócio que emergiu no Brasil como um todo nos últimos 40 anos, sendo a classe incontestavelmente influente nos rumos econômicos e políticos do país.

A IN nº 16/2011 do ICMBio figura claramente como um dos diversos instrumentos que buscaram um novo enquadramento dos seringueiros, no âmbito dos processos que visavam objetivar a versão ecologizada do desenvolvimentismo nessa região da Amazônia, que se oporia à expansão da pecuária bovina de corte, outro vetor da expansão capitalista que afetou diretamente os seringueiros. O modelo de dominação territorialista da tradição política brasileira não foi afastado com a Constituição de 1988, ganhando novo ânimo sob a ideia de agronegócio, o que pode ser sentido mais fortemente na zona de fronteira de expansão agropecuária e seu capitalismo autoritário. A democracia política, tal como os exemplos que se viu no Alto Acre, com a participação direta dos agentes “de baixo” (para além de golpear as bases do territorialismo latifundista com as Resex) nas eleições para cargos do Estado consiste num golpe contra essa tradição. Mas isso nutriu por anos a insatisfação das elites representantes deste territorialismo. Tanto é assim que, no primeiro ano de governos autodeclarados de direita, políticos da bancada federal do Acre em Brasília intermediaram a visita de um grupo de pretensos grileiros da Resex Chico Mendes ao ministro do Meio Ambiente e uma deputada federal do Acre

apresentou um projeto de lei¹⁸ que busca deslegitimar as conquistas dos seringueiros, reduzindo a área da referida Resex.

As evidências indicam que, assim como em outros contextos camponeses (PAOLIELLO, 2009), os seringueiros incorporam seletivamente a seu *habitus* elementos trazidos pelo reconhecimento do direito a terra e de seu envolvimento no campo político. Em particular, destacamos a constante mobilização em torno dos acontecimentos políticos e ações do Poder Público e a incorporação e consolidação de práticas como as reuniões comunitárias. Cientes de que a participação em partidos políticos expõe o campesinato às vaidades e às posturas intransigentes de líderes demagogos, os seringueiros oportunizaram o capital simbólico de seu envolvimento histórico com o PT do Acre, recusando ser somente massa de manobra, e dessa forma se opondo ao domínio dos fazendeiros instalados na região que também ingressaram nas disputas para ocupar os cargos eletivos nos municípios.

Tratamos, pois, de povos que, para atualizarem seus sistemas simbólicos (nesse caso, dependendo de uma territorialidade camponesa), atualizam sua condição camponesa com a adoção de diferentes mecanismos, e com disputa em diferentes campos. Embora não formuladas à exaustão, as ideias aqui apresentadas podem contribuir para a reflexão sobre os possíveis caminhos dos seringueiros e outros grupos camponeses diante do cenário atual de profundas mudanças políticas e tentativas de silenciamento, tanto no Acre como no Brasil.

Agradecimentos

O autor agradece Renata Paoliello e Marilene Alberini pelas contribuições a uma parte das ideias aqui apresentadas, por ocasião da reunião do Grupo de Trabalho "Processos de reconhecimento de direitos territoriais, culturais e lutas sociais no Brasil contemporâneo", durante o VII Encontro Nacional de Antropologia do Direito – ENADIR, em agosto de 2021.

¹⁸ PL nº 6.024/2019 de autoria da deputada federal Mara Rocha, do PSDB do Acre, altera os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada nos municípios de Assis Brasil, Brasileia, Capixaba, Etipaciolândia, Rio Branco e Sena Madureira, no estado do Acre e modifica a categoria do Parque Nacional da Serra do Divisor.

Referências

- ACRE. Governo do Estado. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000)*. Documento Síntese. 2. ed. Rio Branco: Sema, 2010.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 33-53, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9hyLqvGyMws9xBy5b8QMvVh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações*, Londrina, v. 17, n. 1. p. 121-152, 2012. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/12612>. Acesso em: 9 ago. 2021.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. *A construção social de políticas ambientais – Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. 2002. 827 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- ARAÚJO, João Maciel de. *Manejo florestal madeireiro em projetos de assentamento agroextrativistas do Alto Acre: para onde caminham os seringueiros?* 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2013.
- ARAÚJO, João Maciel de. Seringueiros do Alto Acre no século XXI: Estado desenvolvimentista e mudança sociocultural na Amazônia brasileira. 2021. 409 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/210925>. Acesso: 2 ago. 2021.
- BOFF, Clodovis. *Deus e o homem no inferno verde: quatro meses de convivência com as CEBs do Acre*. São Paulo: Vozes, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. Tradução de Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BRUNO, Regina. Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA): campo de disputa entre ruralistas e petistas no Congresso Nacional brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 461-502, 2021. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa29-2_09_fpa/esa29-2_09_pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.
- COMERFORD, John. Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. *Ruris*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 7-29, 2014.
- COSTA SOBRINHO. Pedro Vicente. *Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história das lutas sindicais no Acre*. São Paulo: Cortez; Rio Branco: Edufac, 1992.
- ESTEVES, Benedita Maria Gomes. O seringal e a constituição social do seringueiro. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Vol. 1: formas tuteladas de*

- condição camponesa. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 91-111.
- ESTEVES, Benedita Maria Gomes. *Do “manso” ao guardião da floresta*. Rio Branco: Edufac, 2010.
- FERNANDES, Marcos Inácio. *PT: A expressão política de amor ao Acre*. Natal: Offset, 2018.
- MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana. 2008. 340 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- MORAIS, Maria de Jesus. Usos e abusos da imagem de Chico Mendes na legitimação da ‘economia verde’. In: CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Dossiê Acre: o Acre que os mercadores da natureza escondem – Documento Especial para a Cúpula dos Povos*. Rio Branco: CIMI, 2012. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Dossie-acre_2012.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.
- MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 3, p. 11-26, 2003.
- NEVES, Delma Pessanha. Políticas públicas: mediação e gestão de demandas sociais. *Retratos de Assentamentos*, v. 13, p. 171-206, 2010. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/70/60>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- NOVAES, Regina Reyes. A divina política. Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista USP*, São Paulo, v. 49, p. 60-81, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32908>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- OLIVEIRA, Ronaldo Lima de. *Extratativismo e meio ambiente: conclusões de um pequeno estudo sobre a relação do seringueiro com o meio ambiente*. Rio Branco: [s.n.], 1991. Mimeografado.
- PAOLIELLO, Renata Medeiros. “Condição Camponesa” e novas identidades entre remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira de Iguape. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*, v.1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 229-250.
- PAULA, Elder Andrade. *Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade*. 1991. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí, 1991.
- PEREZ, Pietra Cepero Rua. *A produção da floresta em pé: Resex CM (AC), do projeto à realização*. 2018. 453 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2018.
- PINHEIRO, Francisco de Moura. A invenção da Florestania. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14., Rio de Janeiro, 2009. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2009. P. 1-14. Disponível em: www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0264-1.pdf. Acesso em: 4 nov. 2020.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*. Brasília: Ibama, 2003.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- RIBEIRO, Letícia Mendonça Lopes; SANTOS, Adriana Ramos dos. Currículo e Pedagogia da Alternância: a experiência da Escola da Floresta em Rio Branco, Acre. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, v. 4, e7312, 2019.
- SILVA, Silvio Simione da. S. *Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- TEIXEIRA, Carlos Côrrea. *Servidão humana na selva: o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia*. 2. ed. Manaus: Valer, 2019.
- VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. p. 375-402.

Como citar

ARAÚJO, João Maciel de. Seringueiros do Alto Acre 'no tempo das políticas públicas': comunitarismo e disputas eleitorais na atualização da condição camponesa numa região de fronteira agropecuária. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e2230114, 24 maio 2022. DOI: https://doi.org/10.36920/esa-v30-1_st06.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Pareceristas

Adriana de Resende Barreto Vianna

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Adriane Cristina Benedetti

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Claudia Duarte Rocha Marques

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil

Ana Maria Motta Ribeiro

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Annelise Caetano Fraga Fernandez

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

Arlene Renk

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) – Chapecó, Santa Catarina, Brasil

Bruna Mendes de Vasconcellos

Universidade Federal do ABC (UFABC) – São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil

Candice Vidal e Souza

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Carlos Eduardo Marques

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Cassius Marcelus Cruz

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas, São Paulo, Brasil

Catarina Morawska Vianna

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, São Paulo, Brasil

Catia Grisa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Daniele Costa da Silva

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – Sobral, Ceará, Brasil

Delma Pessanha Neves

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Dibe Ayoub

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Ellen Woortmann

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil

Emma Siliprandi

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) – Santiago, Chile

Evander Eloí Krone

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil

Fabiane Thomé da Cruz

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil

Fabio Schwab do Nascimento

Instituto Federal do Pará (IFPA) – Marabá, Pará, Brasil

Georges Flexor

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Joana Cabral de Oliveira

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas, São Paulo, Brasil

Juliano Luís Palm

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Karina da Silva Coelho

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo, São Paulo, Brasil

Laeticia Medeiros Jalil

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Recife, Pernambuco, Brasil

Luiza Dias Flores

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) – Manaus, Amazonas, Brasil

Maciel Cover

Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Palmas, Tocantins, Brasil

Marcelo Miná Dias

Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Marcelo Moura Mello

Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador, Bahia, Brasil

Marcio Gazolla

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) – Pato Branco, Paraná, Brasil

Maria de Assunção Lima de Paulo

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campina Grande, Paraíba, Brasil

Maria Patrícia Lopes Goldfarb

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil

Natacha Simeí Leal

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) – São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

Nina Pinheiro Bitar

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Paulo Ribeiro Rodrigues Cunha

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – Marília, São Paulo, Brasil

Pedro Henrique Mourthe

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Rafael Bezerra Gaspar

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Raquel Giffoni Pinto

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Ricardo Serra Borsatto

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Buri, São Paulo, Brasil

Rodica Weitzman

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Rodolfo Antônio de Figueiredo

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, São Paulo, Brasil

Rodrigo Kummer

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Rômulo Soares Barbosa

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) – Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

Sergio Botton Barcelos

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil

Sergio Pereira Leite

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Silvia Zimmermann

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) – Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

Suzane Alencar Vieira

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil

Teresa da Silva Rosa

Universidade de Vila Velha (UVV) – Vila Velha, Espírito Santo, Brasil

Valter Lúcio de Oliveira

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Campinas, São Paulo, Brasil

Vanda Aparecida da Silva

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos, São Paulo, Brasil

Vanessa Lopes Teixeira

Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Verena Sevá Rodrigues

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campina Grande, Paraíba, Brasil

Viviane Vedana

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Yara de Cassia Alves

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil